



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1534

Quinta-feira - 24 de Julho de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2
Antônio Carlos .....	3
Barra Velha.....	3
Biguaçu .....	4
Bom Jesus do Oeste .....	5
Bom Retiro .....	6
Brusque.....	7
Caçador.....	10
Camboriú.....	10
Campo Alegre .....	20
Campos Novos .....	35
Canoinhas.....	36
Capinzal .....	51
Catanduvas.....	51
Caxambu do Sul.....	52
Chapadão do Lageado .....	53
Concórdia .....	53
Coronel Freitas.....	74
Coronel Martins.....	75
Correia Pinto.....	81
Corupá .....	83
Curitibanos .....	116
Dionísio Cerqueira .....	128
Doutor Pedrinho.....	129
Forquilha.....	129
Fraiburgo.....	130
Garopaba.....	137
Gaspar .....	139
Governador Celso Ramos .....	140
Grão Pará .....	145
Guaramirim.....	148
Guarujá do Sul.....	152
Herval d'Oeste .....	153
Ibiam .....	154
Ilhota .....	157
Imbituba .....	163
Ipumirim .....	166
Irineópolis .....	171
Itá .....	173
Itaiópolis .....	173
Itapiranga.....	174
Itapoá .....	175
Joaçaba.....	180
Lages .....	201
Lebon Régis.....	204
Leoberto Leal.....	205
Lindóia do Sul .....	206
Luzerna .....	206
Macieira.....	212

Mafrá .....	212
Marema.....	214
Massaranduba.....	247
Modelo .....	248
Monte Carlo.....	249
Navegantes.....	250
Nova Trento.....	255
Novo Horizonte .....	261
Ouro Verde .....	262
Paial.....	271
Palhoça .....	308
Paulo Lopes .....	310
Penha.....	311
Peritiba.....	312
Pinheiro Preto .....	313
Ponte Serrada .....	314
Porto Belo.....	338
Presidente Castello Branco .....	338
Rio do Sul.....	339
Santa Rosa do Sul .....	354
Santa Terezinha do Progresso .....	354
São Bento do Sul.....	358
São José.....	360
São Lourenço do Oeste.....	366
Schroeder .....	367
Serra Alta .....	376
Timbó .....	381
Tunápolis.....	384
Vargem Bonita .....	385
Videira.....	386
Xavantina .....	391
Xaxim.....	399
Zortéa .....	400

### Consórcios

CIGA .....	400
CITMAR.....	401

## EDIÇÃO REVISADA:

A edição nº 1534, foi substituída às 12:00 horas do dia 25 de julho de 2014 por falha técnica nas páginas 168 e 171 da referida publicação.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

# Água Doce

## CÂMARA MUNICIPAL

### Extrato de Termo Aditivo N.º 002/2014 ao Contrato N.º 007/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE - SC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 002/2014 AO CONTRATO N.º 007/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, FOLHA DE PAGAMENTO, COMPRAS E LICITAÇÕES, E PATRIMÔNIO PÚBLICO.

SIGNATÁRIOS: VILSON ANTÔNIO VERONA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE, E ERNESTO MUNIS DE SOUZA JR - BETHA SISTEMAS LTDA, PELA CONTRATADA.

VIGÊNCIA: O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 6 (SEIS) MESES, INICIADO EM 02/06/2014 E TERMINANDO EM 31/12/2014.

### Lei N.º 2.293 /14 de 22-7-2014

Lei n.º 2.293 /14 DE 22-7-2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A INSTITUIR O PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, E DE MOBILIDADE REDUZIDA.

Ademir Soares de Lima, Vice Presidente do Poder Legislativo de Água Doce - SC, de acordo com o disposto no § 8º, artigo 58 da Lei Orgânica, faço saber a todos os habitantes deste Município que foi aprovado e eu promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1.o Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a instituir no Município o "Programa de Apoio ao Portador de Deficiência Física e de Mobilidade Reduzida," que tem por escopo promover o fornecimento, por meio de empréstimos ou doações de equipamentos para àqueles que não possuem condições financeiras para adquiri-los.

Artigo 2.o Os equipamentos a que se referem esta lei, compreendem cadeiras de rodas, cadeiras de banho, muletas, andadores, colchões d'água, colchões caixa de ovos, aparelhos auditivos, aparelhos de aerosol dentre outros.

Artigo 3.o Estarão habilitadas para o atendimento pelo programa as pessoas cuja renda familiar não exceda a um salário mínimo legal, e que comprovem mediante aos relatórios de profissionais da área da saúde, bem como da assistência social a necessidade por tais equipamentos.

Artigo 4.o O programa será coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, que ficarão responsáveis por:

- I. Receber os equipamentos doados ou eventualmente adquiridos pelo Executivo;
- II. Realizar o cadastro dos portadores de deficiência física e de mobilidade reduzida que estejam enquadrados nas exigências;
- III. Distribuir os equipamentos aos portadores habilitados, mediante ao termo de cessão de uso.

Artigo 5.o Os equipamentos que deixarem de ser utilizados pelos atendidos no processo, deverão ser devolvidos à coordenadoria do

programa, para eventuais reparos e posterior redistribuição.

Artigo 6.o O Poder Executivo poderá celebrar convênios que se fizerem necessários para o cumprimento dos objetivos previstos na lei.

Artigo 7.o Sendo necessário, o Executivo poderá determinar por ato próprio a divulgação do programa, incentivando a população, para que faça doação de equipamentos.

Artigo 8.o O Executivo determinará os atos que fizerem necessários para a regulamentação desta lei.

Artigo 9.o . Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Poder Legislativo do Município de Água Doce, 22 de julho de 2014  
Ademir Soares de Lima

Vice Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce

Registrada e Publicada na Secretaria no Poder Legislativo do Município de Água Doce - Santa Catarina em 22-07-2014

Joana Viera  
Secretária da Presidência

**Antônio Carlos****PREFEITURA****Ata de Registro de Preço Nº 143/2014****ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Ata de Registro de Preço nº.: 143/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 080/2014 - Pregão Presencial nº. 052/2014; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: SJR ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS; Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviço de arbitragem e comissão julgadora de infrações disciplinares, para campeonatos de futebol de campo, futsal, voleibol e handebol, do município de Antônio Carlos/SC; Valor: R\$ 50.200,00 (cinquenta mil e duzentos reais); Prazo: 10/07/2014 - 09/07/2015.

Antônio Carlos, 10 de julho de 2014.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 142/2014****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 142/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 079/2014 - Carta Convite nº 009/2014; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: JOICE PINNING FUHRMANN; Objeto: contratação de prestação de serviços de Responsabilidade de controle técnico, químico, orientação e assessoria na manutenção da qualidade de água, com coleta e análise conforme portaria MS 2914 de 12/12/2011, em solução alternativa de abastecimento de água, água produzida e fornecida para Escolas da rede municipal em atividades enquanto a situação persistir do Município de Antônio Carlos/SC; Valor: R\$ 23.376,00 (vinte e três mil, trezentos e setenta e seis reais); Vigência: 12 (doze) meses

Antônio Carlos, 01 de julho de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 003/2013****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº. 003/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 04/2013 - Dispensa de Licitação 01/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: JOÃO GRACILIANO DA SILVEIRA; Objeto: aditar o prazo do presente contrato; Prazo do aditivo: 06(seis) meses; Prazo aditivado: 31/12/2014.

Antônio Carlos, 01 de julho de 2014.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS

Praça Anchieta 10, Centro- Fone/ Fax: (48) 3272-1123

CEP: 88180-000 administracao@antoniocarlos.sc.gov.br

**Barra Velha****PREFEITURA****Cp 004/2014 Pmbv**

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 057/2014 - Concorrência Pública nº 004/2014.

O Prefeito de Barra Velha/SC, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Concorrência Pública outorga em regime de concessão da execução do serviço de remoção, guarda e depósito de veículos cujos condutores cometerem infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro, em pátio ou área destinada para esse fim, dentro do território do município de Barra Velha - SC. Cadastro até 26/08/2014. Data/horário recebimento envelopes: 29/08/2014 até 14:00 horas. Data/horário abertura envelopes: 29/08/2014 às 14:30 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 23 de julho de 2014.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

**PP 039/2014 Pmbv**

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 058/2014 - Pregão Presencial nº 039/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por GLOBAL, Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de monitoramento eletrônico de logradouros públicos à distância, por sistema fechado de televisão digital.. De acordo com o anexo I Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 06/08/2014 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 06/08/2014 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeira Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 23 de julho de 2014.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito.

**TP 006/2014**

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 059/2014

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 006/2014

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para Serviços de Recape sobre paralelepípedo destinados a Rua Carlos Maia, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Cadastro na Prefeitura: até 08/08/2014. Data/horário recebimento envelopes: 12/08/2014 até 08:30 horas. Data/horário abertura envelopes: 12/08/2014 às 08:45 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 23 de julho de 2014.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

**Biguaçu****PREFEITURA****Define Prazo de Pagamento do Imposto Sobre A Propriedade Predial E Territorial Urbana - IPTU No Exercício de 2014 E da Outras Providências**

DECRETO Nº 101/2014 DE 21 DE JULHO DE 2014.

DEFINE PRAZO DE PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU NO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das suas atribuições previstas no art. 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município promulgada em 06 de setembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 26, § 6º da Lei Complementar nº 03, de 13 de dezembro de 2007, e

- Considerando que a Desembargadora Doutora Marli Mosimann Vargas, em caráter liminar através dos autos nº 2014.014907-5 - Ação Direta de Inconstitucionalidade suspendeu a eficácia da Lei Complementar nº 69/2013, com efeitos a partir de 11/04/2014;

- Considerando que em 16/07/2014, em julgamento dos autos nº 2014.014907-5 - Ação Direta de Inconstitucionalidade, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina julgou improcedente a presente ação;

- Considerando que desta maneira, a necessidade imediata das cobranças do citado imposto pelo Município;

- Considerando que mesmo que a citada decisão não exemplifique a forma que deverá ser reestabelecida a cobrança;

- Considerando a necessidade de não prejudicar os contribuintes do município de Biguaçu;

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam definidas as datas de vencimento e cobrança dos juros e multas das parcelas referentes ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU do município de Biguaçu, que seguirão o cronograma abaixo:

Parcela	Data de Vencimento	Multa	Juros
1ª	10/03/2014	Cobrança até 10/08/2014 com 8% de multa (cfe. Art. 345, § 2º)	Cobrança até 10/08/2014 com 2% de multa (cfe. Art. 352)
2ª	10/04/2014	Cobrança até 10/08/2014 com 4% de multa (cfe. Art. 345, § 2º)	Cobrança até 10/08/2014 com 1% de juros (cfe. Art. 352)
3ª	10/05/2014	Sem cobrança de juros e multa até 10/12/2014	Sem cobrança de juros e multa até 10/12/2014
4ª	10/06/2014	Sem cobrança de juros e multa até 10/12/2014	Sem cobrança de juros e multa até 10/12/2014
5ª	10/07/2014	Sem cobrança de juros e multa até 10/12/2014	Sem cobrança de juros e multa até 10/12/2014
6ª	10/08/2014	Cobrança normal, com vencimento dia 10/08/2014	Cobrança normal, com vencimento dia 10/08/2014
7ª	10/09/2014	Cobrança normal, com vencimento dia 10/09/2014	Cobrança normal, com vencimento dia 10/09/2014



8ª	10/10/2014	Cobrança normal, com vencimento dia 10/10/2014	Cobrança normal, com vencimento dia 10/10/2014
9ª	10/11/2014	Cobrança normal, com vencimento dia 10/11/2014	Cobrança normal, com vencimento dia 10/11/2014
10ª	10/12/2014	Cobrança normal, com vencimento dia 10/12/2014	Cobrança normal, com vencimento dia 10/12/2014

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 21 de julho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escrutária

## CÂMARA MUNICIPAL

### Convite 062014

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU

CNPJ: 73.564.064/001-99

RUA: HERMÓGENES PRAZERES, 79, CENTRO, BIGUAÇU-SC

CEP 88160-000

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 06/2014

PUBLICAÇÃO em Mural Oficial

Convite Nº 06/2014

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Vereadores de Biguaçu, no exercício de suas atribuições que lhe confere na portaria nº 047/2014 de 20 de fevereiro de 2014, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar 31 de julho de 2014, com a entrega dos envelopes às 13h30min, a abertura às 14h30min horas, também no dia 31 de julho de 2014, no endereço Rua: Hermógenes Prazeres, 79, Comercial Nagib Garcia, Centro - Biguaçu - SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 06/2014 na MODALIDADE CONVITE, o referido processo que é a aquisição de produtos de Expediente e Consumo, para a manutenção dos serviços da CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU. Informamos ainda que o edital com todos os detalhes encontra-se disponível no endereço acima citado, informações pelo telefone (48) 3243:4233 - Ramal 217.

Biguaçu, 24 de julho de 2014

Jair Rubens da Silva

Presidente da Comissão

## Bom Jesus do Oeste

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 170/2014 de 23 de Julho de 2014.

PORTARIA Nº 170/2014, DE 23 DE JULHO DE 2014.

CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITOS PARA SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão por Méritos para servidores públicos municipais, a partir do mês de julho do ano 2014, conforme art. 68 da Lei nº 542/2006 (Estatuto de Servidores) a art. 25 da Lei nº 755/2010 (Plano de Cargos e Salários), conforme relação e percentuais abaixo:

NOME	MATRICULA	PERCENTUAL
Clévio Antônio Rossi	671-8	8%
Carlos Rafael Botin	623-8	14%
Elisandra Neu	678-5	10%
Nelson Maggi	555-0	14%
Claudiomiro Vilmar Rossi	340-9	14%
Jucelani Poletti	589-4	14%
Marisete Chavier da Rosa	624-6	14%
Carmen Maria Lenhard	337-9	2%
Marli Antoninha Ambrósio	159-7	4%
Adriane Boni Maggi	517-7	6%

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 23 de Julho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 171/2014 de 23 de Julho de 2014.

PORTARIA Nº 171/2014, DE 23 DE JULHO DE 2014.

CONCEDE ADICIONAL POR TRIÊNIOS PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Triênios para servidor público municipal Sr. Jeferson Persch, inscrito na matrícula sob nº 425-1, ocupante do cargo de Agente de Administração, a partir do mês de julho do ano 2014, referente aos períodos de 01/02/2005 a 03/09/2008, conforme prevê no art. 66 do Estatuto de Servidores - parágrafo único (Para efeitos do adicional será contado o

tempo de serviço público prestado ao Município de Bom Jesus do Oeste - SC).

Parágrafo único - Para contagem de novo período aquisitivo a data base será de 13/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 23 de julho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 172/2014 de 23 de Julho de 2014.**

PORTARIA Nº 172/2014, DE 23 DE JULHO DE 2014.  
CONCEDE ADICIONAL POR TRIÊNIOS PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Triênios para servidor público municipal Sr. Jandrei Luiz Brutscher, inscrito na matrícula sob nº 571-1, ocupante do cargo de Controle Interno, a partir do mês de julho do ano 2014, referente aos períodos de 02/06/2008 a 01/06/2009, conforme prevê no art. 66 do Estatuto de Servidores - parágrafo único (Para efeitos do adicional será contado o tempo de serviço público prestado ao Município de Bom Jesus do Oeste - SC).

Parágrafo único - Para contagem de novo período aquisitivo a data base será de 15/04/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 23 de julho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

## **Bom Retiro**

### **PREFEITURA**

#### **674.07.14 - P. Férias André Simiano**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 674/14 de 23.07.14

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC):

#### **RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) ao Funcionário André Simiano, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão I - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar de 21 de julho com término no dia 19 de Agosto de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
23 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

#### **Minuta Edital PP 23/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 23/2014 para Aquisição de Material de Expediente, cartuchos de tinta e toners para impressoras e copiadoras, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Administração e Educação no exercício de 2014. A abertura dos envelopes será dia 05/08/14 às 09h30min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/ 13:30/17:00. Edital completo disponível no website oficial: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 24 de julho de 2014.

Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal

#### **Minuta Chamada Publica 02/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

MINUTA EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2014

O Município de Bom Retiro torna público Edital de Chamada Pública 02/2014 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar de cooperativas e associações, para atender os alunos matriculados nas escolas que ofertam a educação infantil, ensino fundamental, médio, da rede pública municipal de ensino de Bom Retiro/SC. A abertura dos envelopes será dia 05/08/14 às

14h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/13:30/17:00. Edital completo disponível no website oficial: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 24 de julho de 2014.  
Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito

**675.07.14 - P.Lic. Mot. P. Fam. Jania Castanheiro**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 675/14 de 23.07.14

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 18 de julho de 2014, a funcionária Jania Castanheiro, Ocupante do cargo Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
23 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**676.07.14 - P.Lic. Mot. P. Fam. Jania Castanheiro**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 676/14 de 23.07.14

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 22 de julho de 2014, a funcionária Jania Castanheiro, Ocupante do cargo Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
23 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

## Brusque

### PREFEITURA

**Portarias Nº 1542,1528,1517,1508,1498,1439/2014, de 21 de Julho de 2014**

PORTARIA Nº 1542/2014, de 21 de julho de 2014.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 104/2012 - referente ao Processo Administrativo de Exoneração nº 33/2012 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

**RESOLVE**

Considerando, a falta de sala ( espaço físico) para a Comissão Processante poder trabalhar, devido a mudanças;  
Considerando, os feriados ocorridos em: 19/06/2014 ( Corpus Christi) e 20/06/2014 ( ponto facultativo).

Considerando, a falta de sala ( espaço físico) para a Comissão Processante poder trabalhar, devido a mudanças;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 ( sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor: DURVALINO PEREIRA, ocupante do cargo em Agente de Obras, admitido em 01/04/2010 - estando em estágio probatório, para apurar os fatos narrados na Denúncia/ memorando nº 804/2012, encaminhado pela Diretoria de Recursos Humanos, onde em tese quando julgada incapaz, física e ou mentalmente, para o cargo ao qual prestou concurso público, pela junta Médica Oficial do Município, nos moldes do Decreto n º 6.287/2010, art.11, parágrafo 5 º, art. 13, "b" e Decreto 6.617/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 19/07/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 21 de julho de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1528/2014, de 18 de julho de 2014.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 15/2014 - referente ao Processo Administrativo de Exoneração nº 02/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

**RESOLVE**

Considerando, os feriados e ponto facultativo ocorridos em: 19/06/2014 ( Corpus Christi) e 20/06/2014 ( ponto Facultativo);  
Considerando, a falta de espaço físico ( sala) para que a Comissão Processante possa trabalhar;

Considerando, o afastamento por doença de membros da Comissão Processante;

**RESOLVE**

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 ( sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor: Amarildo Bunde, ocupante do cargo em Agente de Obras, nomeado pela portaria nº 6.942/2010, de 01 de março de 2010, para apurar os fatos constantes do Denúncia/memorando 009/2013, encaminhado pela da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em estágio Probatório e Despacho datado 11

de dezembro de 2013 do Diretor do RH - em desacordo com as disposições no art. 13, alínea "b" do decreto 6.287/2010 .  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na 19/07/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de julho de 2014.  
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1517/2014, de 18 de julho de 2014.  
( Processo sigiloso)

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 919/2014 - referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 20/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

#### RESOLVE

-Considerando, os feriados e ponto facultativo ocorridos em: 19/06/2014 ( Corpus Christi) e 20/06/2014 ( ponto Facultativo).  
Considerando, o interrogatório das testemunhas extenso e remarcação de audiência designada.  
Considerando, o afastamento por doença de membros da Comissão Processante;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 ( sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor de C. L. dos S., admitido em 29/03/2010, e M. A. M., admitido em 01/04/2010, ambos vinculados ao regime administrativo, para apurar em tese a prática de assédio moral e assédio sexual, conforme descrito nos autos.  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de junho de 2014.  
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1508/2014, de 16 de julho de 2014.  
"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 14/2014 - referente ao Processo Administrativo de Exoneração nº 01/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

#### RESOLVE

Considerando, os feriados e ponto facultativo ocorridos em: 19/06/2014 ( Corpus Christi) e 20/06/2014 ( ponto Facultativo).  
Considerando, o prazo para elaboração de Quesitos e acúmulo de trabalho;  
Considerando, o afastamento por doença de membros da Comissão;  
Considerando, a falta de sala ( espaço físico) para a Comissão Processante poder trabalhar, devido a mudanças;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 ( sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor da servidora Ana Maria Beuting, ocupante do cargo em Agente Administrativa, nomeado pela portaria nº 8115/2012, para apurar os fatos constantes do Denúncia/memorando 010/2013, encaminhado pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em estágio Probatório e Despacho datado 03 de dezembro de 2013 - encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, sendo

que em tese enquadra-se no dispositivo legal previsto no art. 13, alínea "b" do Decreto 6.287/2010, Decreto 6617/2011 e Decreto 7266/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de julho de 2014.  
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1498/2014, de 15 de julho de 2014.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 12/2014 - referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

#### RESOLVE

Considerando, a dificuldade em localização de algumas das testemunhas - visando a ampla defesa.  
Considerando, as mudanças de sala/ falta de sala ( espaço físico) para a Comissão Processante poder trabalhar, devido a mudanças;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 ( sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor ERICKSON DA SILVA FLORES, ocupante do cargo de motorista socorrista do SAMU, portador do CPF nº 942.332.091-00, RG nº 6.213.972, para apurar os fatos constante da denúncia/ Despacho datado de 26 de novembro de 2013, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, onde em tese acumula cargos públicos em dois municípios ( Prefeitura Municipal de Brusque e na Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú), com fundamentos nos moldes dos arts. 175, inciso XX da Lei Complementar 147/2009 e art. 37 XVI, letra "c" da Constituição Federal.  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de julho de 2014.  
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1439/2014, de 09 de julho de 2014.  
"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 10/2014 - referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

#### RESOLVE

Considerando, os feriados e ponto facultativo ocorridos em: 19/06/2014 ( Corpus Christi) e 20/06/2014 ( ponto Facultativo).  
Considerando, a dificuldade em localizar o indiciado, onde a vizinha/ parente informam endereço incompleto ( trabalhando na Rua Azambuja, nesta cidade de Brusque);

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 ( sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor MAX TERTULIANO FISCHER, brasileiro, portador do CPF nº 016.360.359-65, RG nº 3.447.053, ocupante do cargo de MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES, admitido em 01 de março de 2000, através da portaria nº 1109/2000, para apurar os fatos constante da denúncia/memorando nº 503/2013, encaminhado pela



Secretário de Saúde, bem como constante do despacho datado de 18/11/2013, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, onde em tese é considerado inassiduidade habitual, com fundamento nos moldes dos arts.25 c/c 188, III, art. e 204 da Lei Complementar 147/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de julho de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

### **Portaria Nº 087/2014 SAMAE**

PORTARIA Nº 087/2014

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Complementar Nº 147/09, Artigo 42,

RESOLVE

1) Exonerar, a pedido, JAIR PADILHA DOS SANTOS, do cargo de Agente de Serviços Especiais.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque/SC, 17 de julho de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ROGÉRIO RISTOW

Diretor Presidente

SAMAE

### **Portaria Nº 088/2014 SAMAE**

PORTARIA Nº 088/2014

O Diretor Presidente do SAMAE de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com os moldes do art. 37, § IX da Constituição Federal e da Lei nº 2174/97;

RESOLVE

Rescindir Contrato por tempo determinado, por término em 17/07/2014, do servidor MÁRCIO ROBERTO BIANCHESSI, matrícula 24619, do cargo de mecânico;

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 17 de Abril de 2014.

ROGÉRIO RISTOW

DIRETOR PRESIDENTE

### **Portaria Nº 089/2014 SAMAE**

PORTARIA Nº 089/2014

O Diretor Presidente do SAMAE de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com os moldes do art. 37, § IX da Constituição Federal e da Lei nº 2174/97;

RESOLVE

Rescindir Contrato por tempo determinado, por término em 28/07/2014, do servidor MARCELO AUGUSTO CASTILLO HILBERT,

matrícula 23582-1, do cargo de Agente Hidráulico;

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 28 de julho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 17 de Abril de 2014.

ROGERIO RISTOW

DIRETOR PRESIDENTE

### **Portaria Nº 090/2014 SAMAE**

PORTARIA Nº 090/2014

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 157, Inc. II, da Lei Complementar N. 147/2009:

RESOLVE

1) Conceder Licença de 05 (cinco) dias a servidora Adriana Kosai Campello, ocupante do cargo de Auxiliar de Escritório, em virtude de Casamento Civil, Certidão de Casamento Civil, Matrícula: 108928 01 55 2014 2 00053 251 0011965 20, de 11 de julho de 2014.

2) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 11/07/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 22 de julho de 2014.

ROGERIO RISTOW

Diretor Presidente

SAMAE

### **Processo Licitatório Nº 086/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 086/2014

PREGÃO nº 049/2014

OBJETO: Aquisição de painéis de tala soldada.

RESULTADO DA LICITAÇÃO: Aberta a sessão pública, no horário definido no edital e observado a publicação legal, não houve interessados na participação do certame licitatório. Isto posto e, considerando que não compareceu nenhum interessado à sessão pública declarou-se deserta a presente licitação, recomendando a repetição do ato com uma nova data para a sua abertura.

23/07/2014

JOSEANA PAES LOPES

Pregoeira da Administração Pública Municipal

Portaria nº 8.938/2014

### **Extrato do Contrato 095/2014 SAMAE**

EXTRATO DO CONTRATO 095/2014

ESPÉCIE: aq. papel A4 reciclado. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: pregão Presencial PROCESSO LICITATÓRIO: 031/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2014. 80.001.14.122.301.2291.3390301600000 .60000; VIGÊNCIA: 60 dias. DATA DA ASSINATURA: 23/07/2014; VALOR: R\$ 7.070,00. CONTRATADA: Maria Toll EPP. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 23 de julho de 2014.

PUBLIQUE-SE

Rogério Ristow



**Caçador****PREFEITURA****Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 14-2014-FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL: IL Nº 14/2014  
TIPO: CREDENCIAMENTO

OBJETO: Contratação de Serviços Médicos Especializados em Anestesiologia para realização de Consultas Pré Anestésicas para Cirurgias Eletivas nos termos do edital de Credenciamento nº 14/2014 para o Fundo Municipal de Saúde de Caçador - SC  
PRAZO DE ENTREGA DO CREDENCIAMENTO: 17h40min do dia 05/08/2014. Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Site Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador, 23 de julho de 2014.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
Prefeito de Caçador

**IPASC****Portaria N.º 727, de 04 de Julho de 2014.**

PORTARIA n.º 727, de 04 de julho de 2014.  
Contrata FABRIZIO JOÃO BOGONI.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010,

**RESOLVEM:**

Art. 1.º Contratar por prazo determinado, FABRIZIO JOÃO BOGONI, aprovado em Processo de Seleção Simplificado, conforme Edital nº 01/2014, de 14/05/2014, para exercer o cargo de Contador do IPASC, com a carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, pelo período de 04 de julho de 2014 a 29 de setembro de 2014, com as atribuições inerentes ao cargo do Grupo Ocupacional Superior, Anexo I da Lei Complementar nº 093, de 29/12/06, suas alterações e regimento interno do IPASC, em substituição à titular, Karen Fernanda Ribeiro, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 04 de julho de 2014.  
Alcedir Ferlin  
DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini  
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

**Camboriú****PREFEITURA****PR 24/14 - FMS**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2014-FMS  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA SEREM UTILIZADOS PELOS PROFISSIONAIS DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.  
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.  
REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.  
ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 07 (Sete) de Agosto de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.  
INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 23 de Julho de 2014.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

**Decreto N.º 1.892/2014**

DECRETO N.º 1.892/2014  
Homologa o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma do disposto no anexo único, que faz parte deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 22 de julho de 2014.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

ANEXO  
RESOLUÇÃO N.º 001/2014  
Dispõe sobre a alteração e a Consolidação do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

## CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regimento Interno disciplina a organização e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Camboriú, com fulcro no artigo 31 da Lei Municipal n.º 2.372/2011, de 27 de outubro de 2011, a fim de se adequar às exigências da legislação vigente.

Art. 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente funcionará em prédio e instalações fornecidas pelo poder público municipal, com sede e foro na Cidade de Camboriú.

Art. 3º A função dos membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de relevante interesse público e o seu exercício não será remunerado.

Art. 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Municipal n.º 2.372/2011, é um órgão autônomo, composto por representantes de organizações governamentais e não governamentais, conforme estabelece o inciso II do artigo 88 da Lei Federal n.º 8.069/1990.

## CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 5º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá por base os seguintes princípios:

I - a doutrina de proteção integral;

II - a prioridade absoluta;

III - o interesse superior da criança e do adolescente;

IV - a liberdade, o respeito e a dignidade;

V - o sistema de garantias;

VI - a municipalização nas políticas públicas de atendimento;

VII - a participação de organizações representativas da sociedade civil na formulação e fiscalização das políticas públicas de atendimento.

## CAPÍTULO III DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO

### Seção I Da Natureza

Art. 6º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é, por sua natureza, órgão normativo, consultivo, deliberativo e controlador da política de atendimento, defesa e promoção dos direitos da população infantojuvenil.

§ 1º Como órgão normativo, deverá expedir resoluções definindo e disciplinando a política de atendimento, defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º Como órgão consultivo, emitirá parecer por meio de comissões especiais, sobre todas as consultas que lhe forem dirigidas, após a aprovação do plenário.

§ 3º Como órgão deliberativo, reunir-se-á em sessões plenárias, decidindo, após discussão e por maioria simples de votos, todas as matérias de sua competência.

§ 4º Como órgão controlador, visitará e fiscalizará as entidades governamentais e não governamentais, delegacias e unidades de aplicação de medidas socioeducativas, receberá comunicações

oficiais, representações ou reclamações de qualquer cidadão sobre a violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, deliberando em plenário, a fim de solucionar o problema.

### Seção II Da Composição

Art. 7º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto por 16 (dezesesseis) membros titulares e 16 (dezesesseis) membros suplentes, sendo 08 (oito) representantes de organizações governamentais com seus respectivos suplentes, indicados pelo Prefeito Municipal e 08 (oito) representantes de organizações não governamentais, com seus respectivos suplentes eleitos pelos seus pares e nomeados para um mandato de 02 (dois) anos.

§ 1º Os representantes de organizações não governamentais serão escolhidos por assembleia, convocada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante edital publicado na imprensa e/ou afixado em locais de amplo acesso ao público, pelo prazo de 15 (quinze) dias, sendo que a assembleia deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação do edital.

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente solicitará aos órgãos governamentais que façam a indicação de seus representantes, nos termos do artigo 11 da Lei Municipal n.º 2.372/2011.

§ 3º Caso o Chefe do Poder Executivo não providencie a publicação do edital a que se refere o artigo 12 da Lei Municipal n.º 2.372/2011, dentro do prazo previsto, a iniciativa poderá ser tomada por qualquer das entidades não governamentais cadastradas no CMDCA, ou por qualquer cidadão residente no Município.

§ 4º Cada entidade cadastrada deverá indicar 02 (dois) candidatos para a função de Conselheiro, um para o provimento do cargo efetivo e um para o cargo de suplente.

§ 5º Na ausência ou impedimento do titular, o suplente assumirá automaticamente a função de Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 6º Os suplentes poderão participar nas discussões sobre os assuntos e matérias nas Sessões Ordinárias e Extraordinárias realizadas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem direito a voto.

## CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Art. 8º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

I - mobilizar os diversos segmentos da sociedade para a discussão e elaboração do Plano Estratégico de Ação dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Plano de Aplicação dos recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA;

II - elaborar e aprovar, em conjunto com a Secretaria do Desenvolvimento e Assistência Social o Plano Estratégico de Ação dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Plano de Aplicação dos recursos financeiros do FMDCA;

III - acompanhar a elaboração do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, da Lei Orçamentária Anual - LOA e a execução do orçamento, a fim de adaptação aos objetivos da Política Municipal de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente;

IV - administrar o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - formular e controlar a Política Municipal de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente por meio de resoluções, conforme estabelece a Lei Federal n.º 8.069/1990;

VI - organizar anualmente a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - promover o registro e o cadastramento das organizações não governamentais, conforme estabelece o artigo 91 da Lei Federal n.º 8.069/1990 e a inscrição dos programas das entidades governamentais e não governamentais nos termos do artigo 90 da Lei Federal n.º 8.069/1990;

VIII - difundir amplamente os princípios que fundamentam os direitos da criança e do adolescente;

IX - fixar critérios para a utilização e destinação dos recursos do FMDCA;

X - implementar ações que tenham por objetivo a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento e atendimento integral dos direitos da criança e do adolescente;

XI - fornecer o comprovante de doação/destinação ao contribuinte, contendo a identificação do órgão do Poder Executivo, endereço e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ no cabeçalho e, no corpo, o número de ordem, nome completo do doador/destinador, CPF/CNPJ, endereço, identidade, valor efetivamente recebido, local e data devidamente firmados em conjunto com o Gestor do FMDCA, para dar quitação da operação;

XII - acompanhar o reordenamento institucional propondo, sempre que necessárias modificações nas estruturas públicas e privadas destinadas ao atendimento da criança e do adolescente;

XIII - incentivar órgãos governamentais e não governamentais a realizar estudos, pesquisas e eventos na área de atendimento, defesa e proteção da infância e juventude;

XIV - promover a capacitação dos agentes e a atualização permanente dos serviços de órgãos governamentais e não governamentais envolvidos no atendimento à família, à criança e ao adolescente;

XV - promover e apoiar as campanhas educativas de órgãos governamentais e não governamentais na divulgação dos direitos da criança e do adolescente;

XVI - dar o devido encaminhamento às denúncias de violação aos direitos da criança e do adolescente que lhe forem endereçadas ou apresentadas pelos Conselheiros Municipais dos Direitos;

XVII - deliberar e homologar a concessão de auxílios e recursos aos programas de organizações governamentais e não governamentais;

XVIII - aprovar e registrar os programas e projetos de organizações governamentais e não governamentais, após a análise e parecer das Comissões Permanentes;

XIX - manter intercâmbio com os Conselhos Nacional e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como com os organismos nacionais e internacionais que atuam nas áreas das políticas protetivas à criança e ao adolescente;

XX - solicitar ao Chefe do Poder Executivo as indicações de representantes de organizações governamentais para preenchimento de cargos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos casos de vacância e término do mandato;

XXI - dar posse aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, indicados pelo Chefe do Poder Executivo e aos eleitos pela Assembleia de organizações não governamentais, depois de igualmente nomeados, bem como aos membros eleitos para o Conselho Tutelar;

XXII - regulamentar e coordenar o processo da escolha para o preenchimento de cargos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar, conforme estabelece a legislação vigente;

XXIII - aprovar o Plano Anual de Aplicação dos Recursos Financeiros para administração interna do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e as prestações de contas apresentadas pelo Tesoureiro;

XXIV - eleger a Diretoria do Conselho e definir a forma paritária dos membros que integrarão as comissões permanentes;

XXV - apurar as irregularidades praticadas pelo Conselheiro Tutelar, mediante sindicância ou processo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa;

XXVI - elaborar e alterar o seu Regimento Interno.

## CAPÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

### Seção I

#### Dos Representantes Governamentais

Art. 9º O Prefeito Municipal indicará 08 (oito) representantes titulares e 08 (oito) representantes suplentes das Secretarias que desenvolvem políticas sociais voltadas à população infantojuvenil, bem como para as suas famílias e indicadas na Lei Municipal para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 10. A representação governamental será composta preferencialmente por servidores que ocupam cargos com poder de decisão nos seguintes setores:

I - Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social;

II - Secretaria Municipal de Educação;

III - Secretaria Municipal de Saúde;

IV - Secretaria Municipal do Planejamento Urbano;

V - Procuradoria-Geral do Município;

VI - Coordenadores de Programas Sociais;

VII - Escolas Públicas Federais;

VIII - Escolas Públicas Estaduais.

Parágrafo único. Os representantes titulares e suplentes de Organizações Governamentais poderão ser substituídos a qualquer tempo, por nova indicação do Chefe do Poder Executivo Municipal.

### Seção II

#### Dos Representantes Não Governamentais

Art. 11. As organizações da sociedade civil indicarão 08 (oito) representantes titulares e 08 (oito) representantes suplentes, preferencialmente que tenham experiência ou que atuam no atendimento, defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 12. A representação não governamental será composta, preferencialmente, pelos seguintes segmentos:

I - representantes de Centro de Educação Infantil;

II - representantes de Entidades de Acolhimento de Criança e de Adolescente;

III - representantes de Centros Sociais e Esportivos;

IV - representantes de Entidades que Atendem Pessoas com

Deficiência;  
V - representantes de Associações Comunitárias;

VI - representante de Órgãos Colegiados de Unidades Escolares;

VII - representantes das Igrejas;

VIII - representantes de Entidades Vinculadas a Ações das Igrejas;

IX - representantes de entidades de Assistência Social;

X - representantes do Grupo de Escoteiros.

Art. 13. As organizações não governamentais devem atuar, possuir sede, representar e/ou domicílio no Município de Camboriú.

Art. 14. Os representantes titulares e suplentes de organizações não governamentais poderão ser substituídos mediante justificativa por escrito ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### Seção III Do Processo de Escolha

Art. 15. São requisitos para ser indicado ao cargo de Conselheiro Municipal dos Direitos:

I - nacionalidade brasileira;

II - idoneidade moral e boa conduta;

III - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

IV - domicílio eleitoral no Município há mais de 03 (três) anos;

V - estar em pleno gozo dos direitos políticos;

VI - quitação das obrigações eleitorais e militares;

VII - não possuir antecedentes criminais.

Art. 16. O processo de escolha dos representantes de organizações da sociedade civil será disciplinado por Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 1º A representação de organizações não governamentais eleita recairá na pessoa dos seus dirigentes, associados, empregados ou prestadores de serviços voluntários, admitidos nos termos da legislação vigente e deverá estar há mais de 01 (um) ano na entidade.

§ 2º A eleição dos representantes de organizações da sociedade civil será realizada até a primeira quinzena do mês de maio do último ano do mandato.

§ 3º A posse dos conselheiros será feita perante o CMDCA, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da eleição, em plenário, mediante convocação e será transmitida pela antiga Diretoria.

### Seção IV Da Vacância e Destituição do Cargo de Conselheiro

Art. 17. Será considerado vago o cargo de Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em virtude de:

I - extinção ou dissolução da pessoa jurídica;

II - cassação do mandato dos representantes do CMDCA;

III - cancelamento do registro de organizações da sociedade civil

no CMDCA.

Parágrafo único. A vaga no cargo de Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será declarada pelo Presidente, que indicará imediatamente o respectivo suplente, na forma da lei.

Art. 18. Perderá o mandato o membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, quando:

I - faltar a 03 (três) sessões ordinárias consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, no período de 01 (um) ano, salvo justificativa por escrito à Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ou apresentar verbalmente as razões em reuniões ordinárias do CMDCA e, em ambas as hipóteses, for aprovado por maioria simples dos membros do CMDCA;

II - faltar a 03 (três) sessões extraordinárias consecutivas ou 05 (cinco) alternadas no período de 01 (um) ano, salvo justificativa por escrito à Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ou apresentar verbalmente as razões em reuniões ordinárias do CMDCA e, em ambas as hipóteses, for aprovado por maioria simples dos membros do CMDCA;  
III - for determinada a suspensão cautelar dos dirigentes das organizações não governamentais, conforme estabelece a Lei Federal n.º 8.069/1990;

IV - for constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública, conforme estabelece o artigo 4º da Lei Federal n.º 8.429/1992.

§ 1º Sendo cassado o mandato de Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Presidente comunicará por escrito, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), o Chefe do Poder Executivo Municipal e o Ministério Público, a fim de tornar as devidas providências.

§ 2º Na perda do mandato de Conselheiro, assumirá o suplente ou, na ausência deste, aquele que for indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, se for representante governamental, ou aquele que for indicado pela Assembleia, se for representante não governamental.

§ 3º Nos casos de exclusão ou renúncia de organizações não governamentais integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, imediatamente será convocada nova Assembleia das Entidades para que seja preenchida a vaga existente.

§ 4º A justificativa de que trata os incisos I e II deste artigo deverá ser expedida pela chefia imediata, expondo as razões e os motivos de sua ausência, devendo ser encaminhadas no prazo de 72h (setenta e duas horas) à Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ou pelo próprio, na primeira reunião do CMDCA em que o Conselheiro se fizer presente.

§ 5º Caberá à Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente comunicar à Diretoria os casos de motivação de destituição de Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para encaminhamento em plenária.

§ 6º O representante titular ou suplente do CMDCA poderá requerer a qualquer tempo a apuração dos casos de destituição do cargo de Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 7º A motivação sobre a destituição do cargo de Conselheiro será provocada mediante processo administrativo, resguardados os direitos constitucionais de ampla defesa e do contraditório.

§ 8º A destituição do exercício da função de Conselheiro poderá



ocorrer por decisão da maioria absoluta dos membros do CMDCA.

§ 9º Cessará automaticamente o exercício da função de Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com a publicação dos atos previstos nesta Seção.

§ 10. Poderá ocorrer o desligamento do exercício do cargo de Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente por ato voluntário do representante legal de organizações da sociedade civil e, a qualquer tempo, por ato do Chefe do Poder executivo para os representantes de organizações governamentais.

## CAPÍTULO VI

### DOS ÓRGÃOS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 19. São órgãos do Conselho:

I - Plenário;

II - Diretoria;

III - Comissões Especiais.

#### Seção I

##### Do Plenário

Art. 20. O Plenário é o órgão soberano do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com poderes normativo, consultivo, deliberativo da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e controlador das ações do Executivo em todos os níveis, constituído com a finalidade de reunir os Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, em pleno exercício de seus mandatos, conforme estabelece a legislação vigente.

Art. 21. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA reunir-se-á, mensalmente, em sua sede junto da Secretaria Municipal do Desenvolvimento e Assistência Social, de fevereiro a dezembro, em todas as primeiras terças-feiras de cada mês, adiado para a semana seguinte, em caso de impossibilidade ou conveniência.

Art. 22. De cada Sessão Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA será lavrada uma ata pelo Secretário, assinada pelo Presidente, pelo Secretário e demais Conselheiros presentes, contendo em resumo os assuntos tratados e as deliberações que forem tomadas.

Art. 23. As deliberações do Conselho serão proclamadas pelo Presidente, com base nos votos da maioria, terão a forma de resolução, de natureza decisória ou opinativa, se for o caso.

Art. 24. Ao Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA compete:

I - deliberar sobre os assuntos encaminhados à apreciação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

II - baixar normas de sua competência, necessárias à regulamentação e à implementação da Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - aprovar a criação e dissolução de Comissões Temáticas, suas respectivas competências, sua composição, procedimentos e prazo de duração;

IV - organizar e realizar anualmente, sempre no mês de maio, a

Conferência Municipal sobre os direitos da criança e adolescente; V - eleger o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho entre seus membros, por meio de maioria simples, nos termos do inciso XI do artigo 2º da Lei Federal n.º 8.242/1991, na Lei Federal n.º 8.069/1990 e na Lei Municipal n.º 2.372/2011;

VI - deliberar sobre a política e critérios de aplicação dos recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme legislação vigente;

VII - aprovar, anualmente, os balancetes, demonstrativos e balanço do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VIII - requisitar aos órgãos da administração pública e entidades privadas, informações, estudos ou pareceres sobre matéria de interesse do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 25. O Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente reunir-se-á em caráter ordinário, mensalmente, em sua sede no Município de Camboriú e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou por requerimento da maioria de seus membros, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência.

Parágrafo único. As reuniões poderão ser convocadas fora da sede, sempre que razões superiores de convivência técnica ou política exigirem, desde que por deliberação do Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 26. As reuniões serão públicas, salvo deliberação em contrário pelo Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 27. A pauta das reuniões ordinárias será encaminhada aos Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente sempre com antecedência, de no mínimo, 03 (três) dias.

Art. 28. As reuniões terão sua pauta preparada pela Secretaria Executiva e dela deverá constar o seguinte:

I - abertura da sessão, leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior, bem como aprovação da pauta do dia;

II - leitura do expediente e das comunicações da ordem do dia;

III - deliberação;

IV - encerramento.

Art. 29. Qualquer Conselheiro poderá apresentar matéria à apreciação do Plenário, enviando-a por escrito à Secretaria Executiva, que a incluirá na pauta da reunião seguinte.

Parágrafo único. Assuntos urgentes não apreciados pelas Comissões Temáticas deverão ser examinados e deliberados pelo Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 30. As deliberações dos assuntos ordinários de Comissões Temáticas obedecerão às seguintes etapas:

I - o Presidente dará palavra ao relator, que apresentará o seu parecer, escrito ou oral;

II - terminada a exposição, a matéria será posta em discussão;

III - encerrada a discussão, far-se-á a votação.



Art. 31. Será facultado a qualquer Conselheiro vista de matérias ainda não julgadas, por prazo fixado pelo Presidente, que não poderá exceder de 20 (vinte) dias, devendo necessariamente entrar na pauta da reunião seguinte.

Parágrafo único. Quando mais de um Conselheiro pedir vistas, o prazo deve ser utilizado conjuntamente pelos Conselheiros.

Art. 32. As atas, depois de aprovadas e assinadas, serão publicadas em locais de fácil acesso e visibilidade, no prazo de 15 (quinze) dias e arquivadas na Secretaria Executiva.

#### Subseção I Das Sessões

Art. 33. As reuniões no Plenário se desenvolverão por meio de sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes.

Art. 34. As sessões ordinárias são aquelas realizadas durante o ano civil e se dividem em matérias de expediente e de ordem do dia.

§ 1º As sessões ordinárias serão realizadas 01 (uma) vez por mês, sempre na primeira terça-feira, sendo feriado será transferida para a próxima terça-feira.

§ 2º As sessões ordinárias terão início no horário estabelecido, com uma tolerância de 30 (trinta) minutos para a sua abertura.

Art. 35. As sessões extraordinárias serão convocadas sempre que necessárias e quando houver matéria de interesse público relevante e urgente a deliberar.

§ 1º As sessões extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA poderão ser convocadas:

I - Pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

II - por convocação da maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 2º As sessões extraordinárias poderão se realizar em qualquer dia e horário.

§ 3º Na sessão extraordinária será apreciada apenas a matéria que motivou a convocação, sendo todo o seu tempo destinado à ordem do dia, após a leitura e a aprovação da ata da sessão anterior.

§ 4º As sessões extraordinárias terão início sempre com o quorum mínimo estabelecido em lei e uma tolerância de 30 (trinta) minutos para a sua abertura.

Art. 36. As sessões solenes serão convocadas pelo Presidente do CMDCA ou por deliberação dos membros do CMDCA, para o fim específico que lhes for determinado, podendo ser para posse dos Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselheiros Tutelares, bem como para solenidades cívicas e oficiais.

§ 1º Nas sessões solenes não haverá matérias de expediente e ordem do dia, sendo dispensada a leitura da ata e a verificação da presença.

§ 2º Nas sessões solenes não haverá tempo determinado para o seu encerramento.

§ 3º Será elaborado e amplamente divulgado o programa a ser obedecido na sessão solene, podendo, inclusive, usar da palavra

autoridades, homenageados e representantes de entidades, sempre a critério da Presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

#### Subseção II Do Quorum Para as Sessões

Art. 37. A Lei Municipal n.º 2.372/2011 estabelece que as decisões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA serão tomadas em função do quorum e dos votos da maioria dos Conselheiros Municipais dos Direitos.

§ 1º Quorum é o número de Conselheiros exigido pela atual legislação para que o órgão possa se reunir a fim deliberar.

§ 2º O quorum estabelecido pela legislação para a abertura das sessões ordinárias e extraordinárias será representado pela maioria absoluta do número total dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 3º Em matérias de Regimento Interno, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, do orçamento, cassação do mandato de conselheiros e contratação de profissionais técnicos especializados, as deliberações serão aprovadas mediante quorum qualificado, que será representado pela maioria absoluta do número total dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 4º Nas demais matérias, as deliberações serão aprovadas pelo quorum de maioria simples dos votos dos Conselheiros presentes na sessão, desde que respeitado o quorum mínimo para a sua abertura.

§ 5º As deliberações aprovadas pelo Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA devem ser encaminhadas no prazo de 05 (cinco) dias úteis à Secretaria Executiva, para serem publicadas em local de fácil acesso e visibilidade, bem como amplamente divulgadas.

#### Seção II Da Diretoria

Art. 38. A Diretoria cuida do processo de administração do Conselho, é reguladora dos seus trabalhos e fiscal de sua rotina, tudo em conformidade com o presente regimento.

§ 1º A Diretoria será eleita pelo Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 2º A Presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA será exercida pelo Presidente e, em sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente.

§ 3º Recomenda-se que o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA seja escolhido pelos seus pares e que haja rodízio no cargo, com alternância periódica de representantes do Poder Público e das organizações da sociedade civil.

§ 4º Nos casos de vacância do cargo de Presidente, o Vice-Presidente completará o mandato.

§ 5º Ocorrendo a ausência do Vice-Presidente, a Presidência será exercida pelo Secretário.

§ 6º O mandato da Diretoria coincidirá com o mandato dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

### Subseção I Do Presidente

#### Art. 39. São atribuições do Presidente:

I - convocar, presidir e definir a pauta das reuniões do Plenário, tomando parte nas discussões e votações;

II - decidir soberanamente as questões de ordem, reclamações e solicitações em Plenário;

III - convocar sessões ordinárias, extraordinárias e solenes;

IV - proferir voto de desempate nas sessões plenárias;

V - distribuir as matérias às Comissões Especiais;

VI - nomear membros das Comissões Especiais e eventuais relatores substitutos;

VII - assinar a correspondência oficial do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

VIII - representar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA nas solenidades e zelar pelo seu prestígio;

IX - representar judicialmente e extrajudicialmente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

X - providenciar junto ao Poder Público Municipal a designação de funcionários, alocação de bens, de equipamentos e de materiais;

XI - enviar ao Ministério Público competente, após aprovação do Plenário, as listas com os nomes das pessoas e respectivos números das cédulas de identidade, com direito a voto, para homologação, bem como instituir o processo da eleição do Conselho Tutelar;

XII - submeter à votação as matérias para serem decididas pelo Plenário, intervindo na ordem dos trabalhos ou suspendendo sempre que necessário;

XIII - submeter à apreciação do Plenário o relatório anual do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;  
XIV - delegar competências;

XV - cumprir e fazer cumprir as Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

### Subseção II Do Vice-Presidente

#### Art. 40. Compete ao Vice-Presidente:

I - substituir o Presidente nas suas ausências ou impedimentos;

II - participar das discussões e votações nas Sessões Plenárias;

III - participar das Comissões Especiais quando indicado pelo Presidente;

IV - supervisionar as atividades da Secretaria Executiva;

V - auxiliar o Presidente no cumprimento de suas obrigações;

VI - exercer atribuições que lhe sejam conferidas pelo Plenário.

### Subseção III Da Secretaria Executiva

Art. 41. A Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA será exercida pelo Secretário, com assessoria técnica e apoio administrativo da Secretaria Municipal do Desenvolvimento e Assistência Social.

Parágrafo único. Nas ausências ou impedimentos do Secretário, o Presidente indicará um substituto para o exercício de suas funções.

#### Art. 42. A Secretaria Executiva manterá:

I - registro de correspondência recebida e remetida com os nomes dos remetentes e destinatários e respectivas datas;

II - Livro de ata das Sessões Plenárias;

III - Livro de Registro de Posse dos membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e do Conselho Tutelar;

IV - cadastros das entidades governamentais e não governamentais que prestam assistência e atendimento à criança e ao adolescente, contendo:

a) denominação, localização e regime de atendimento;

b) número de crianças e/ou adolescente atendidos;

c) relação nominal da Diretoria e dos Profissionais que constitui o seu grupo de trabalho.

V - cadastro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e Conselho Tutelar com as seguintes anotações sobre a vida funcional dos seus membros:

a) cópia do RG e CPF;

b) cópia da Portaria de Nomeação;

c) Termo de Posse;

d) cópia de solicitação de férias, licenças e afastamentos.

#### Art. 43. Ao Secretário compete:

I - organizar a correspondência expedida e recebida e arquivar documentos;

II - informar à Presidência os compromissos agendados e manter os Conselheiros informados das reuniões e pautas discutidas;

III - supervisionar todas as atividades de caráter administrativo que servem de apoio ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

IV - elaborar relatório anual das atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

V - manter o Conselho informado sobre os programas governamentais e não governamentais que possam subsidiar e financiar estudos, projetos e ações para a promoção da criança e do adolescente;

VI - assinar nos impedimentos do Presidente e Vice-Presidente;

VII - manter em dia os Livros de Posse e Presença dos Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VIII - controlar a frequência dos Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, comunicando à Presidência as ausências justificadas ou não, bem como o término dos prazos de afastamento, para as providências cabíveis;

IX - preencher os recibos e a Declaração de Benefícios Fiscais - DBF para a Receita Federal das doações do Imposto de Renda solicitada pelo contribuinte;

X - manter estreito relacionamento com o Tesoureiro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e o Contador da Prefeitura com a finalidade de controlar as respectivas contas bancárias e os repasses às instituições beneficiadas;

XI - secretariar as Sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

XII - manter, sob sua supervisão, livros, fichas, documentos e os papéis do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

XIII - prestar as informações requisitadas e emitir certidões;

XIV - orientar, coordenar e fiscalizar os serviços da Secretaria;

XV - remeter à aprovação do Plenário os pedidos de registros das entidades governamentais e não governamentais que prestam ou pretendem prestar atendimento à criança e ao adolescente;

XVI - orientar a atualização cadastral das entidades governamentais e não governamentais que prestem assistência e atendimento à criança e ao adolescente.

Parágrafo único. As ações da Secretaria serão subordinadas ao Presidente, que atuará em conformidade com as decisões emanadas do Plenário e supervisionadas pelo Vice-Presidente.

#### Subseção IV Do Tesoureiro

Art. 44. Compete ao Tesoureiro:

I - coordenar os serviços gerais da Tesouraria e da Contabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

II - registrar em livro próprio e acompanhar a movimentação do respectivo Fundo, junto ao Setor de Contabilidade da Prefeitura;

III - solicitar trimestralmente a respectiva prestação de contas, a qual deverá ser apresentada em plenária para aprovação e fixar em locais de fácil acesso e visibilidade;

IV - opinar nas propostas de aplicações anuais de recursos do Fundo, elaboradas pelo Conselho para posterior aprovação, ou não, em plenária;

V - manter estreito relacionamento com o setor responsável pela Contabilidade da Prefeitura Municipal;

VI - assessorar a Presidência do Conselho Municipal dos Direitos, juntamente com a Secretaria Executiva, no preenchimento dos recibos de doações fornecidos às pessoas jurídicas ou físicas que solicitarem para fim de dedução no Imposto de Renda.

#### Subseção V

##### Dos Conselheiros

Art. 45. Compete ao Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - acatar e fazer cumprir as decisões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

II - trabalhar para o aperfeiçoamento das funções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, estabelecidas na Lei Municipal n.º 2.372/2011;

III - submeter-se ao regimento Interno;

IV - votar e ser votado;

V - opinar, sugerir, concordar, discordar, elaborar propostas, projetos e programas, representar por designação a entidade, fora e dentro do Município;

VI - indicar nomes de profissionais da área técnica para consecução de estudos e projetos específicos;

VII - integrar as Comissões Temáticas e de Estudo, para as quais for designado;

VIII - assinar, em livro próprio, as reuniões nas quais comparecer;

IX - decidir e agir naquelas situações que demandem orientação educativa, apoio e atendimento à criança e ao adolescente, conforme o Livro I, artigo 1º ao 6º da Lei n.º 8.069/1990;

X - acompanhar e apoiar as ações do Conselho Tutelar, sempre que necessário;

XI - comunicar à Presidência eventual impedimento;

XII - comparecer às reuniões;

XIII - debater e votar a matéria em discussão;

XIV - requerer informações, providências e esclarecimentos à mesa ou à Secretaria Executiva;

XV - apresentar relatório e pareceres dentro dos prazos fixados;

XVI - participar, privativamente, das Comissões Temáticas com direito a voto;

XVII - proferir declarações de voto, quando o desejar;

XVIII - propor temas e assuntos à deliberação do Plenário;

XIX - propor ao Plenário a convocação de audiências;

XX - apresentar questão de ordem na reunião.

Parágrafo único. Os membros suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA terão direito de voz nas reuniões de plenária, somente tendo direito a voto quando em substituição ao titular.

#### Seção III Das Comissões Especiais

Art. 46. Ficam criadas as seguintes comissões permanentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

I - Comissão de Política de Atendimento;

II - Comissão do Fundo Municipal;

III - Comissão de Apoio ao Conselho Tutelar;

IV - Comissão de Registro e Inscrição de Entidades e Programas;

V - Comissão de Comunicação e Divulgação.

§ 1º O funcionamento e as atribuições dos membros integrantes destas Comissões Permanentes serão definidos por meio de Resolução.

§ 2º Os Conselheiros membros das Comissões Permanentes tomarão posse na 2ª reunião do Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do respectivo mandato.

§ 3º Poderão ser criadas Comissões Temporárias de acordo com a necessidade, o que será determinado por meio de Resolução.

#### CAPITULO VII

##### DAS AUSÊNCIAS, LICENÇAS E IMPEDIMENTOS

Art. 47. São consideradas ausências justificadas dos Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, as seguintes:

I - afastamento temporário para cumprir obrigações funcionais, devidamente oficializadas pelo Presidente da entidade ou Chefe Imediato da respectiva repartição pública;

II - licenças maternidade e para tratamento de saúde;

III - afastamento para concorrer a cargo eletivo;

IV - participação em congresso, curso ou seminário, dentro e fora do Município, em caráter inadiável;

V - doença ou morte de familiares;

VI - convocações para prestação de serviços públicos especiais.

§ 1º O afastamento de que trata o inciso I do presente artigo, deverá ser comunicado ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, de acordo com as seguintes condições:

a) para o Conselho que representa os órgãos não governamentais, a entidade deverá enviar declaração especificando os motivos e o prazo, se omisso no respectivo estatuto, devendo requerer por escrito e justificado o afastamento, devidamente assinado por ele e se superior a 90 (noventa) dias consecutivos ou 120 (cento e vinte) dias intercalados, durante o mandato de 02 (dois) anos;

b) para o Conselheiro que representa os órgãos governamentais, será obedecido o mesmo prazo, se omisso no respectivo estatuto, devendo requerer por escrito e justificado o afastamento, devidamente assinado por ele e seu superior imediato. No caso de ultrapassar o prazo estipulado por este regimento ou pelo respectivo estatuto do órgão governamental, deverá ser indicado outro Conselheiro em substituição, pelo que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA oficiará ao órgão para as devidas informações.

§ 2º Ultrapassado esse prazo, ocorrerá à substituição do Conselheiro que representa a entidade, assumindo a titularidade definitiva o respectivo suplente.

§ 3º O Conselheiro poderá requerer por escrito e devidamente justificado, afastamento temporário por motivo particular, desde que não ultrapasse a 90 (noventa) dias consecutivos ou 120 (cento e vinte) dias intercalados, durante o mandato de 02 (dois) anos, sendo que a entidade e/ou órgão governamental deverá enviar outro representante para substituição eventual.

#### CAPÍTULO VIII

##### DAS PENALIDADES

Art. 48. São penalidades aplicáveis aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

I - advertência;

II - destituição.

Art. 49. O Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá ser destituído quando:

I - descumprir suas funções, com deliberação de maioria absoluta dos componentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, concedida ao interessado oportunidades da ampla defesa;

II - for condenado por prática de quaisquer dos crimes ou infrações administrativas previstas nos Capítulos I e II do Título VII da Lei Federal n.º 8.069/1990;

III - for condenado, por sentença transitada em julgado, pela prática de quaisquer dos crimes previstos no Código Penal ou legislação vigente.

Art. 50. Havendo destituição de Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o suplente assumirá o cargo automaticamente.

#### CAPITULO IX

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 51. O presente Regimento poderá ser emendado ou reformulado por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em reunião especialmente convocada para este fim.

Art. 52. O cargo de Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, escolhido por eleição dentre seus membros, será alternadamente exercido por um conselheiro governamental e um não governamental, bem como guardadas as mesmas proporções na composição da Diretoria Executiva.

§ 1º A posse da Diretoria deverá ser realizada no máximo em 15 (quinze) dias após a eleição dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 2º Os atuais membros da Diretoria responderão até a posse dos novos representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 3º O processo de escolha dos representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e do Conselho Tutelar será regulamentado por meio de Resoluções.

Art. 53. As organizações não governamentais registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA poderão solicitar informações sobre a atuação do CMDCA, sendo as mesmas prestadas no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º A solicitação deverá ser protocolada por intermédio de requerimento ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 2º As informações deverão ser prestadas no prazo de 15 (quinze) dias da data do protocolo.

Art. 54. As organizações governamentais e não governamentais que desejarem efetuar a substituição de seu representante junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deverão fazê-lo por escrito à Diretoria, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Art. 55. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, quando estiverem a serviço dos interesses da população infantojuvenil fora do Município, poderão ter suas despesas ressarcidas mediante aprovação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º Serão consideradas atividades desenvolvidas fora do Município as seguintes:



I - representar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA na Conferência Regional, Estadual e Nacional sobre os Direitos da Criança e do Adolescente;

II - realizações de cursos de capacitação de interesse do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

III - participações em seminários, simpósios e palestras de interesse do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 2º Os membros que participarem de atividades fora do Município deverão seguir os seguintes procedimentos:

I - participar de evento ligado ao atendimento, defesa e promoção dos direitos da criança e o adolescente;

II - solicitar a participação com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência, por meio de requerimento com a programação e o custo em anexo à Secretaria Executiva no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

III - no requerimento deverá constar à justificativa sobre a importância do evento para a implementação da Política da Infância e Juventude no Município;

IV - se deferido, o Conselheiro deverá obrigatoriamente repassar os conhecimentos recebidos no evento ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e ao setor que supostamente poderá ser beneficiado;

V - apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA relatório das atividades desenvolvidas no evento.

§ 3º Para que haja o ressarcimento das despesas com as atividades desenvolvidas fora do Município, o Conselheiro deverá apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

I - comprovante da inscrição do evento;

II - comprovante do transporte;

III - comprovante da hospedagem;

IV - comprovante da alimentação.

Art. 56. Os casos omissos neste Regimento e as dúvidas de interpretação serão resolvidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 57. As pautas das reuniões plenárias deverão ser enviadas aos Conselheiros Municipais em, pelo menos, 03 (três) dias da data de Convocação.

Parágrafo único. A pauta das reuniões ordinárias e extraordinárias deverá ser elaborada pelo Presidente e/ou sua Diretoria.

Art. 58. Deverão ser remetidas cópias do Regimento Interno à Prefeitura Municipal, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público da Comarca, ao Conselho Tutelar de Camboriú, bem como ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/SC e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

Art. 59. Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao tomar posse, deverá receber uma cópia do Regimento Interno para fins de conhecimento e cumprimento das normas.

Art. 60. O Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deverá ser afixado em locais de fácil acesso e visibilidade, como também ser amplamente divulgado no Município de Camboriú.

Art. 61. É permitido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA receber doações, cabendo à Contabilidade investigar acerca de sua procedência e origem.

Art. 62. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA poderá, com aprovação de 2/3 (dois terços) do Plenário, contratar profissionais para prestar-lhe assessoria técnica nas áreas de Direito Público, Contabilidade Pública e da Administração Pública.

§ 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA poderá criar uma Comissão de Assessoria Técnica Permanente, para elaborar pareceres, estudos, plano estratégico de ação, plano de aplicação de recursos financeiros, programas, projetos, pesquisas, atendendo aos interesses da Política Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º A Comissão de Assessoria será chefiada por profissionais de áreas técnicas, sendo que os nomes sugeridos serão submetidos à apreciação e aprovação da plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º A Comissão de Assessoria poderá ser constituída por profissionais de organizações governamentais ou não governamentais.

§ 4º Os profissionais serão contratados e remunerados pelo FMDCA e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá sobre os serviços a serem prestados, o valor da remuneração e o regime de trabalho.

Art. 63. Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação.

Camboriú/SC, 15 de julho de 2014.

VILMAR JOSÉ PEIXE

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

### **Decreto N.º 1.888/2014**

DECRETO N.º 1.888/2014

Dispõe sobre as vedações impostas aos agentes públicos em ano eleitoral e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o ano eleitoral em vigência e as vedações impostas aos agentes públicos pela Lei Federal nº. 9.504/97.

DECRETA:

Art. 1º Todos os agentes públicos municipais, servidores ou não da administração municipal direta ou indireta, deverão se abster de realizar os seguintes atos:

I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta do Município, ressalvada a realização de convenção partidária;

II - usar materiais ou serviços, custeados pelo governo, que exceda as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram;

III - ceder servidor público ou empregado da administração direta



ou indireta municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou o empregado estiver licenciado ou em período de férias;

IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custados pelo poder público;

V - realizar propaganda política partidária durante o horário de trabalho.

§ 1º Reputa-se agente público, para efeito deste Decreto, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública municipal direta, indireta ou fundacional.

§ 2º Em caso de descumprimento de qualquer item deste Decreto, fica o responsável sujeito as consequências legais, notadamente da Lei Federal n.º 9.504/1997, bem como sujeito a procedimento de apuração interna e punição no âmbito administrativo municipal, que deverá ser instaurado de imediato por meio de Processo Administrativo.

§ 3º Este Decreto também se aplica aos Srs. Secretários Municipais, que deverão zelar e fiscalizar a sua observância no âmbito de suas secretarias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 11 de julho de 2014.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

## PR 67/14 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 067/2014-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARIMBOS, BORRACHAS E ALMOFADAS DE CARIMBOS NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS NAS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 14:00 horas do dia 11 (Onze) de Agosto de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 23 de Julho de 2014.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Lei Nº 4.166 de 23 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.166 DE 23 DE JULHO DE 2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE Á RECEBER EQUIPAMENTOS EM DOAÇÃO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para a seguinte Unidade Escolar Municipal: EMEB - ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA - PAULO FOCKNER, sita a Principal, snº, na Localidade de Bateias de Cima, Município de Campo Alegre/SC., Kit de Informática contendo 02 (zero dois) notebooks e 01 Impressora multifuncional, os equipamentos abaixo descritos e avaliados:

DESCRIÇÃO DO BEM	DATA DE AQUISIÇÃO	QUANTIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
POSTIVO MASTER N190 (ROHS) FNDE 85/12 ACOMPANHA WIN 7 PROFESSIONAL; 02 MOUSES USB 3BT= SCR RD M778 PROEM E 01 IMPRESSORA MUTIFUNCIONAL EPSON L555 FNDE 85/12.	20/06/2014	02	R\$ 2.220,00	R\$ 4.440,00

Parágrafo único: Os equipamentos descritos no caput deste Artigo estarão instalados e sob a guarda na sede da seguinte Unidade Escolar: EMEB - ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PAULO FOCKNER, sita a Rua Principal, snº, na localidade de Bateias de Cima, Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Os equipamentos recebidos em doação conforme descrição do Artigo primeiro desta Lei, integrarão o Patrimônio da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Campo Alegre/SC, para todos os efeitos legais e contábeis.

Art.3º) As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária da Secretaria Municipal de Educação, nos respectivos Orçamentos anuais.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
23 de julho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Complementar Nº 106 de 23 de Julho de 2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 106 DE 23 DE JULHO DE 2014

ALTERA O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 006 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art.1º) O Anexo I da Lei Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, passa a vigorar conforme o anexo da presente Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

23 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**ANEXO I****ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS**

CÓDIGO	CATEGORIA FUNCIONAL	NÍVEL	NOMENCLATURA DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº DE VAGAS ANTERIOR	Nº DE VAGAS PREENCHIDAS	Nº DE VAGAS PROPOSTAS
01	ANS	6	Advogado	40 horas	01	00	01
02	ANS	6	Assistente Social	40 horas	02	02	03
03	ANS	6	Bibliotecário	40 horas	01	00	01
04	ANS	6	Contador	40 horas	01	01	02
05	ANS	6	Enfermeiro	40 horas	04	04	06
06	ANS	6	Engenheiro	40 horas	03	02	03
07	ANS	6	Farmacêutico	40 horas	01	01	01
08	ANS	6	Fisioterapeuta	30 horas	01	01	01
09	ANS	6	Fonoaudiólogo	30 horas	01	01	01
10	ANS	6	Médico I	20 horas	06	01	06
11	ANS	6	Médico II	40 horas	04	04	05
12	ANS	6	Médico Veterinário	40 horas	02	02	02
13	ANS	6	Nutricionista	30 horas	01	01	01
14	ANS	6	Odontólogo I	20 horas	06	04	06
15	ANS	6	Odontólogo II	40 horas	02	01	02
16	ANS	6	Psicólogo	40 horas	02	01	02
17	ANS	6	Terapeuta Ocupacional	40 horas	01	01	01
18	ANI	5	Técnico em Nível Médio	40 horas	14	11	14
19	ANI	5	Fiscal	40 horas	10	04	10
20	ANI	4	Agente Administrativo II	40 horas	23	23	25
21	ANI	4	Auxiliar de Enfermagem	40 horas	09	04	Em extinção
22	ANI	4	Instrutor de Música	Por Hora Aula	06	04	06
23	ANB	3	Agente Administrativo I	40 horas	11	02	Em extinção
24	ANB	3	Agente Operacional III	40 horas	23	19	23
25	ANB	3	Motorista	40 horas	15	15	21
26	ANB	2	Auxiliar de Educador	40 horas	10	04	10
27	ANB	2	Agente Operacional II	40 horas	07	06	07
28	ANB	2	Auxiliar de Odontologia	40 horas	04	04	04
29	ANB	1	Agente Operacional I	40 horas	81	72	81
30	ANS	6	Médico III	10 horas	04	02	04
31	ANIS	5A	Agente Administrativo III	40 horas	07	06	07

32	ANIS	6	Médico IV (Médico Plantonista)	Até 60 horas Plantão	10	06	10
33	ANI	4	Agente Operacional IV	40 horas	06	06	07
34	ANB	2	Agente Comunitário de Saúde	40 horas	16	16	16
35	ANI	4	Instrutor de Informática	40 horas	02	02	02
36	ANIS	5A	Instrutor de Educação Física	40 horas	02	01	02
37	ANB	3A	Agente Operacional V	40 horas	11	11	11
84	ANI	4	Atendente de Sala	40 horas	12	26	26
85	ANI	5	Técnico em Edificações	40 horas	01	00	01
86	ANS	6	Arquiteto	40 horas	01	01	01

**RELATÓRIO DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE**  
**Estado de Santa Catarina**

**EXERCÍCIO DE 2014**  
**DO ORÇAMENTO DO PODER EXECUTIVO**

Cargo	Carga Horária Semana	Qtde de Vagas	Vencimento Mensal	TOTAL	Total 5 meses com férias e 13º Salário	GASTO (Obrigações Patronais)
Agente Administrativo II	40	02	R\$ 1.128,21	R\$ 2.256,42	R\$ 14.290,66	R\$ 3.143,94
Dif. Salário coordenador para administrador- 761,73	40	01	R\$ 2.285,12 Dif. 761,73	R\$ 2.285,12	R\$ 14.471,82	R\$ 3.134,37
total			R\$ 3.413,33	R\$ 4.541,54	R\$ 28.762,48	R\$ 6.278,31

Receita corrente líquida (R.C.L) JANEIRO 2014 A JUNHO 2014 r\$ 14.620.616,79 0,23%

Descrição	Orçado	Despesas c/ Pessoal - Saldo Atual em 30.06.2014	Despesas Totais c/ Pessoal JANEIRO A JUNHO/2014	Gasto Total Janeiro a Dezembro 2014 com 13º e Férias
Contratação por Tempo Determinado (todos vencimentos)	R\$ 975.168,89	R\$ 216.764,98	R\$ 758.403,91	R\$ 1.824.920,09
Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 11.176.513,00	R\$ 5.316.532,99	R\$ 5.859.532,99	R\$ 10.857.375,54
Obrigações Patronais (INSS)	R\$ 597.734,27	R\$ 370.503,65	R\$ 227.230,62	R\$ 397.011,56
Outras Despesas Variáveis-hora extra, férias, licença prêmio.	R\$ 435.250,00	R\$ 230.932,68	R\$ 204.317,32	R\$ 363.484,18
Obrigações Patronais (IPRECAL)	R\$ 1.633.210,95	R\$ 872.542,41	R\$ 760.668,54	R\$ 1.656.601,27
Total Previsto	R\$ 14.817.877,11	R\$ 7.007.276,71	R\$ 7.810.153,38	R\$ 15.099.392,64
% SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	53,89%		53,42%	54,92%

OBS.:

Rubens Blaszkowski      Maria Eliane Friedrich  
 Prefeito Municipal      Secretária Municipal de Finanças

**RELATÓRIO DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE**  
**Estado de Santa Catarina**

**PERÍODO 2014/2016**

Ano	2014		2015		2016	
Tipo	Impacto Orçamentário	Impacto Financeiro	Impacto Orçamentário	Impacto Financeiro	Impacto Orçamentário	Impacto Financeiro
Despesas Totais Anuais Previstas	R\$15.099.392,64	R\$15.099.392,64	R\$ 16.156.350,12	R\$ 16.156.350,12	R\$ 17.287.294,63	R\$ 17.287.294,63
Aumento Total Gastos C/ Pessoal Projetado 2014	R\$ 35.040,79	R\$ 35.040,79	R\$ 37.493,65	R\$ 37.493,65	R\$ 40.118,21	R\$ 40.118,21
Gastos Total com Despesas de Pessoal	R\$ 15.134.433,43	R\$ 15.134.433,43	R\$ 16.193.843,77	R\$ 16.193.843,77	R\$ 17.327.412,83	R\$ 17.327.412,83

RECEITA CORRENTE LIQUIDA - MAIO 2013 A ABRIL 2014	R\$ 27.494.560,01	R\$ 27.494.560,01	R\$30.785.658,84	R\$30.785.658,84	R\$ 34.470.702,20	R\$ 34.470.702,20
% GASTOS C/ PESSOAL AL SOBRE AR.C.L.	55,05%	55,05%	52,60%	52,60%	50,27%	50,27%

Obs.:

- No cálculo de projeção anual foi considerado a expectativa de reposição salarial de 6% (calculado pela projeção do INPC para os anos de 2015 e 2016 + 1% de anuênio).

Rubens Blaszkowski  
Prefeito Municipal

Maria Eliane Friedrich  
Secretária Municipal de Finanças

**RELATÓRIO DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
Estado de Santa Catarina

Declaro, para fins de adequação ao disposto no artigo 16, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - que tenho ciência do impacto orçamentário e financeiro, que será ocasionado pela geração das despesas advindas do Projeto de Lei nº 08/2014 e 09/2014, com a criação do cargo administrador com o salário de R\$ 2.285,12 e aumento de 02 cargos de Agente Administrativo II com o salário de R\$ 1.128,21.

**Previsão Orçamentária**

Despesas com Pessoal	Valores Fixados	Gastos com Pessoal - 01.01.2014 a 30.06.2014	Gastos com pessoal com a implantação do Projeto de Lei	Gasto Total
Contratação por tempo determinado	R\$ 975.168,89	R\$ 758.403,91	R\$ 0,00	R\$ 1.824.920,09
Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 11.176.513,00	R\$ 5.859.532,99	R\$ 28.762,48	R\$ 10.886.138,02
Obrigações Patronais (INSS)	R\$ 597.734,27	R\$ 227.230,62	R\$ 3.134,37	R\$ 400.145,93
Outras Despesas Variáveis	R\$ 435.250,00	R\$ 204.317,32	R\$ 0,00	R\$ 363.484,18
Obrigações Patronais (IPRECAL)	R\$ 1.633.210,95	R\$ 760.668,54	R\$ 3.143,94	R\$ 1.659.745,21
Total Orçado	R\$ 14.817.877,11	R\$ 7.810.153,38	R\$ 35.040,79	R\$ 15.134.433,43
	53,89%			55,05%

Rubens Blaszkowski  
Prefeito Municipal

Maria Eliane Friedrich  
Secretária Municipal de Finanças

**Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro**  
Prefeitura Municipal de Campo Alegre  
Estado de Santa Catarina

**Metodologia de Cálculo**

O presente relatório tem por objetivo atender ao disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, no que se refere a assunção de despesa com criação da função gratificada para Administrador no valor de R\$ 2.285,12 e aumento do quadro de 02 vagas do Agente Administrativo II com o salário no valor de R\$ 1.128,21, estando incluso no cálculo os respectivos vencimentos dos cargos, 13º salário, férias, e os custos da cota patronal para o Regime Previdência - CLT, que é de 21,66% e cota patronal para o regime próprio IPRECAL de 22% foi considerado, para efeito de cálculo, uma expectativa de revisão geral e anual de 6% (seis por cento), índice que representa a estimativa de inflação do INPC para o período, além de 1% (um por cento) que será pago ao servidor, a cada ano de efetivo exercício, a título de anuindo.

A Receita Corrente Líquida (RCL) no período de JULHO/2013 a JUNHO/2014 em R\$ 27.494.560,04 (vinte e sete milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, quinhentos e sessenta reais e quatro centavos). O limite para gastos com pessoal consolidado é de 60% (sessenta por cento) da RCL conforme estabelece o artigo 20 inciso III, "b" da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, e os gastos com pessoal consolidados com fundo da Saúde, Iprecal e Câmara de Vereadores estão orçados em R\$ 15.134.433,43 (quinze milhões, cento e trinta e quatro mil, quatrocentos e trinta e três reais e quarenta e três centavos) perfazendo o percentual de 55,05%.

Campo Alegre/SC, 14 de julho de 2014.

Rubens Blaszkowski  
Prefeito Municipal

Maria Eliane Friedrich  
Secretaria Municipal de Finanças

**Portaria Nº 5.977 de 06 de Junho de 2008**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.977 DE 06 DE JUNHO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Enfermeira - FLÁVIA NUNES PATRÍCIO, matrícula nº 354, referente ao período aquisitivo 04 de setembro de 2006 à 03 de setembro de 2007.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 09 de junho de 2008 à 18 de junho de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
06 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
06/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 11.089 de 23 de Julho de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.089 DE 23 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de e exercendo a função de Agente Comunitário de Saúde, TERESINHA BAECHTOLD, Matrícula Funcional nº 000555, Registro no Sistema sob nº 954669, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 23 de julho de 2014 à 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
23 de julho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 11.090 de 18 de Julho de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.090 DE 18 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, LUCIANA FUCKNER DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000593, Registro no Sistema sob nº 954822, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de julho de 2014 à 09 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 11.074 de 18 de julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
23 de julho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 8.467 de 23 de Julho de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.467 DE 23 DE JULHO DE 2014

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resoluções nº 005; 006; e 007 do Conselho Municipal de Saúde, Resoluções anexas, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
23 de julho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal



MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 005 DE 05 DE JUNHO DE 2014

"APROVA O BALANCETE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE REFERENTE AOS MESES DE FEVEREIRO, MARÇO E ABRIL DE 2014."

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 04 de junho de 2014, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e eu Presidente promulgo a seguinte; Resolução:

Art.1º) Fica aprovado o Balancete Orçamentário e Financeiro do Fundo Municipal de Saúde, referente os meses Fevereiro, Março e Abril do ano de 2014.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 05 de junho de 2014.  
CAROLINA DA COSTA TELMA  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 006 DE 05 DE JUNHO DE 2014

"APROVA A IMPLANTAÇÃO DE ESTRATEGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NO DISTRITO DE FRAGOSOS."

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 04 de junho de 2014, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e eu Presidente promulgo a seguinte; Resolução:

Art.1º) Fica aprovada a implantação de Estratégia de Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde no Distrito de Fragosos, neste Município.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 05 de junho de 2014.  
CAROLINA DA COSTA TELMA  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 007 DE 05 DE JUNHO DE 2014

"APROVA A PACTUAÇÃO DE INDICADORES DE SAÚDE 2013-2015".

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 04 de junho de 2014, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e eu Presidente promulgo a seguinte; Resolução:

Art.1º) Fica aprovada a pactuação de indicadores de saúde 2013-2015.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 05 de junho de 2014.  
CAROLINA DA COSTA TELMA  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre.

### Decreto Nº 8.468 de 23 de Julho de 2014

DECRETO Nº 8.468 DE 23 DE JULHO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenação de Cultura	
13.392.0082.1005 -	Manutenção e Ampliação da Banda e Fanfarras	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
	Total	R\$ 2.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenação de Cultura	
13.392.0082.1005 -	Manutenção e Ampliação da Banda e Fanfarras	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00

13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00
	Total	R\$ 2.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
23 de julho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Resolução Nº 005 de 05 de Junho de 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 005 DE 05 DE JUNHO DE 2014  
"APROVA O BALANCETE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE REFERENTE AOS MESES DE FEVEREIRO, MARÇO E ABRIL DE 2014."

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 04 de junho de 2014, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde, do Município de Campo Alegre/SC, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e eu Presidente promulgo a seguinte; Resolução:

Art.1º) Fica aprovado o Balancete Orçamentário de Financeiro do Fundo Municipal de Saúde, referente os meses Fevereiro, Março e Abril do ano de 2014.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 05 de junho de 2014.  
CAROLINA DA COSTA TELMA  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre.

### **Resolução Nº 006 de 05 de Junho de 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 006 DE 05 DE JUNHO DE 2014  
"APROVA A IMPLANTAÇÃO DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NO DISTRITO DE FRAGOSOS."

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 04 de junho de 2014, considerando o

disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e eu Presidente promulgo a seguinte; Resolução:

Art.1º) Fica aprovada a implantação de Estratégia de Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde no Distrito de Fragosos, neste Município.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 05 de junho de 2014.  
CAROLINA DA COSTA TELMA  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

### **Resolução Nº 007 de 05 de Junho de 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 007 DE 05 DE JUNHO DE 2014  
"APROVA A PACTUAÇÃO DE INDICADORES DE SAÚDE 2013-2015".

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 04 de junho de 2014, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e eu Presidente promulgo a seguinte; Resolução:

Art.1º) Fica aprovada a pactuação de indicadores de saúde 2013-2015.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 05 de junho de 2014.  
CAROLINA DA COSTA TELMA  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre.

### **Portaria Nº 5.973 de 06 de Junho de 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.973 DE 06 DE JUNHO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 5.689 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial ao Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Alterar o Artigo 1º da Portaria nº 5.689 de 19 de dezembro de 2007, o qual passa a ter a seguinte redação:

"Art.1º) Conceder 33 (trinta e três) dias de férias a Professora - ROSANE VIEIRA DOS SANTOS, matrícula nº. 000066, referente ao período aquisitivo de 01 de julho de 2006 à 30 de junho de 2007".

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 19 de dezembro de 2007.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
06 de junho de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
06/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.972 de 06 de Junho de 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.972 DE 06 DE JUNHO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DO ARTIGO  
1º DA PORTARIA Nº 5.644 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial  
ao Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Alterar o Artigo 1º da Portaria nº 5.644 de 19 de dezembro  
de 2007, o qual passa a ter a seguinte redação:

"Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora -  
LINDAMIR DA LUZ DOS SANTOS DREFHAL, matrícula nº. 000188,  
referente ao período aquisitivo de 01 de setembro de 2007 à 31  
de agosto de 2008".

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
com efeitos retroativos à 19 de dezembro de 2007.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
06 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
06/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.971 de 06 de Junho de 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.971 DE 06 DE JUNHO DE 2008.  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DO ARTIGO  
1º DA PORTARIA Nº 5.627 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial  
ao Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Alterar o Artigo 1º da Portaria nº 5.627 de 19 de dezembro  
de 2007, o qual passa a ter a seguinte redação:

"Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de férias a Professora  
- GLÁDIS CONCEIÇÃO BENKENDORF, matrícula nº. 000194, re-  
ferente ao período aquisitivo de 15 de fevereiro de 2007 à 14 de  
fevereiro de 2008".

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
com efeitos retroativos à 19 de dezembro de 2007.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
06 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
06/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.970 de 05 de Junho de 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.970 DE 05 DE JUNHO DE 2008  
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO  
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial  
o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de se-  
tembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias  
sobre Férias, a Agente Operacional I - ISABEL TEREZINHA TEI-  
XEIRA DA SILVA, matrícula nº 292, referente ao período aquisitivo  
01 de julho de 2006 à 30 de junho de 2007, em moeda corrente  
oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto  
ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
05 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
05/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete de Gabinete

**Portaria Nº 5.969 de 02 de Junho de 2008**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.969 DE 02 DE JUNHO DE 2008.

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Técnica de Enfermagem - VANESSA MIRIAM NEUBAUER, matrícula nº 000441, referente aos períodos aquisitivos: 10 (dez) dias do período de 16 de setembro de 2004 a 15 de setembro de 2005; 20 (vinte) dias do período de 16 de setembro de 2006 à 15 de setembro de 2007, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 16 de setembro de 2007 à 15 de setembro de 2008.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 02 de junho de 2008 à 01 de julho de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
02 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
02/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.968 de 02 de Junho de 2008**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.968 DE 02 DE JUNHO DE 2008

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO  
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, a Agente Administrativo II - MARIA CRISTINA MARCINIACK MUNHOZ, matrícula nº 335, referente ao período aquisitivo 02 de junho de 2007 à 02 de junho de 2008, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
02 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
02/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete de Gabinete

**Portaria Nº 5.967 de 02 de Junho de 2008**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.967 DE 02 DE JUNHO DE 2008.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DO ARTIGO  
1º DA PORTARIA Nº 5.747 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2007.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial ao Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Alterar o Artigo 1º da Portaria nº 5.747 de 20 de dezembro de 2007, o qual passa a ter a seguinte redação:

"Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Agente Operacional I - ISABEL T. TEIXEIRA DA SILVA, matrícula nº. 292, referente ao período aquisitivo de 07 de julho de 2006 à 30 de julho de 2007".

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 20 de dezembro de 2007.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de junho de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
02/06/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.966 de 26 de Maio de 2008**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.966 DE 26 DE MAIO DE 2008

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 338, Inciso I da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por capacitação a Servidora Pública Municipal - Fisioterapeuta - DANIELA CARLA BRESOLA, matrícula nº 000411, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova Escolaridade, passando do Nível 6 Sub-Nível 61, Referência B para Nível 6 Sub-Nível 61



Referência C no valor de R\$ 2.076,48 (dois mil, setenta e seis reais, quarenta e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
26 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
26/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.965 de 26 de Maio de 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.965 DE 26 DE MAIO DE 2008  
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal a Servidora Pública Municipal - Fisioterapeuta - DANIELA CARLA BRESOLA, matrícula nº 000411, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 6 Sub-Nível 61, Referência A para Nível 6 Sub-Nível 61 Referência B no valor de R\$ 2.016,01 (dois mil, dezesseis reais, um centavo) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de maio de 2008.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
26 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
26/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.964 de 26 de Maio de 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.964 DE 26 DE MAIO DE 2008.  
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO AO  
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Professor de Música - IVO BONFANTI, matrícula nº 348, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, referente ao período aquisitivo: 13 de abril de 2003 á 13 de abril de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
26 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
26/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.963 de 21 de Maio de 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.963 DE 21 DE MAIO DE 2008  
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO  
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Agente Operacional III - MANOEL VIEIRA PISKE, matrícula nº 359, referente ao período aquisitivo 06 de maio de 2007 á 05 de maio de 2008, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
21 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/05/2008



JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete de Gabinete

**Portaria Nº 5.962 de 21 de Maio de 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.962 DE 21 DE MAIO DE 2008  
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO  
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Técnico em Processamento de Dados - ANDRÉ LUIZ NIEMEYER, matrícula nº 438, referente ao período aquisitivo 10 de maio de 2007 á 10 de maio de 2008, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
21 de maio de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete de Gabinete

**Portaria Nº 5.961 de 21 de Maio de 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.961 DE 21 DE MAIO DE 2008  
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO  
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, a Agente Administrativo II - LUCIELLE KAROLYNE CUBAS, matrícula nº 000500, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2007 á 31 de dezembro de 2007, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
21 de maio de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete de Gabinete

**Portaria Nº 5.960 de 21 de Maio de 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.960 DE 21 DE MAIO DE 2008  
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO  
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Motorista - PAULO PACHECO DA SILVA, matrícula nº 000434, referente ao período aquisitivo 26 de janeiro de 2007 á 25 de janeiro de 2008, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
21 de maio de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete de Gabinete

**Portaria Nº 5.959 de 21 de Maio de 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.959 DE 21 DE MAIO DE 2008  
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO  
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, a Fisioterapeuta - DANIELA CARLA BRESOLA, matrícula nº 000411, referente ao período aquisitivo 16 de abril de 2007 á 16 de abril de 2008, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
21 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete de Gabinete

#### **Portaria Nº 5.958 de 21 de Maio de 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.958 DE 21 DE MAIO DE 2008  
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO  
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Motorista - JOSÉ BAGNHUCK, matrícula nº 000026, referente ao período aquisitivo 04 de abril de 2007 á 03 de abril de 2008, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
21 de maio de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete de Gabinete

#### **Portaria Nº 5.957 de 21 de Maio de 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.957 DE 21 DE MAIO DE 2008.  
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Nutricionista - CINTHIA CHRISTOFFEL, matrícula nº 000415, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo: 05 de maio de 2003 á 05 de maio de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
21 de maio de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.956 de 21 de Maio de 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.956 DE 21 DE MAIO DE 2008.  
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO AO  
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Instrutor de Música - ELVIS ALEXSANDRO VIER, matrícula nº 000409, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, referente ao período aquisitivo: 05 de maio de 2003 á 05 de maio de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
21 de maio de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.955 de 21 de Maio de 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.955 DE 21 DE MAIO DE 2008.  
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Agente Operacional I - SIRLEI APARECIDA CARVALHO, matrícula nº 000409, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo: 15 de abril de 2003 á 15 de abril de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
21 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.954 de 21 de Maio de 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.954 DE 21 DE MAIO DE 2008.  
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO AO  
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Agente Operacional III - LUIZ ANTONIO CANDIDO, matrícula nº 000409, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo: 15 de abril de 2003 á 15 de abril de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
21 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.953 de 21 de Maio de 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.953 DE 21 DE MAIO DE 2008.  
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO AO  
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Agente Operacional III - NEURI NAGEL, matrícula nº 000404, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo: 15 de abril de 2003 á 15 de abril de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
21 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.952 de 21 de Maio de 2008**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.952 DE 21 DE MAIO DE 2008.  
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Fisioterapeuta - DANIELA CARLA BRESOLA, matrícula nº 000411, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo: 16 de abril de 2003 á 16 de abril de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
21 de maio de 2008.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.951 de 21 de Maio de 2008**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.951 DE 21 DE MAIO DE 2008.

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Professora - CLAUDIA ROBERTA KARVAT DRANCKA, matrícula nº 000396, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo: 09 de abril de 2003 á 09 de abril de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
21 de maio de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.950 de 21 de Maio de 2008**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.950 DE 21 DE MAIO DE 2008.

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Professora - LUZIA KOBUS LEAL, matrícula nº 000397, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo: 09 de abril de 2003 á 09 de abril de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
21 de maio de 2008.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/05/2008

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 11.091 de 23 de Julho de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.091 DE 23 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 16 (dezesesseis) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, TATIANE DO CARMO MONNEY BARBOSA, Matrícula Funcional nº 000713, Registro no Sistema sob nº 955205, referente ao período aquisitivo 25 de fevereiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de julho de 2014 á 05 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
23 de julho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 11.092 de 23 de Julho de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.092 DE 23 DE JULHO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Atendente de Sala, JOCELINE DOS SANTOS LINZMYER, Matrícula Funcional nº 000725, Registro no Sistema sob nº 955232, referente ao período aquisitivo 13 de março de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de julho de 2014 á 04 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
23 de julho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal



MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 11.093 de 23 de Julho de 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.093 DE 23 DE JULHO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Atendente de Sala, LECIANE KARINE DE ANDRADE TORRES, Matrícula Funcional nº 000730, Registro no Sistema sob nº 955247, referente ao período aquisitivo 02 de maio de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de julho de 2014 a 30 de julho de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
23 de julho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 11.094 de 23 de Julho de 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.094 DE 23 DE JULHO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Auxiliar de Odontologia, SIRLEI APARECIDA CARVALHO, Matrícula Funcional nº 000592, Registro no Sistema sob nº 954820, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 23 de julho de 2014 a 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
23 de julho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 11.095 de 23 de Julho de 2014**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.095 DE 23 DE JULHO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Odontólogo I, exercendo a função de Odontólogo, RICARDO RAFAEL KOCH, Matrícula Funcional nº 000615, Registro no Sistema sob nº 954954, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 23 de julho de 2014 a 01 de agosto de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
23 de julho de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



# Campos Novos

## PREFEITURA

### Aviso de Licitação PP 63/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 07 de agosto de 2014 às 14h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOVÉIS ESCOLARES E DE COZINHA PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30 as 11h00 e das 13h30 às 17h00, diariamente.

Campos Novos, 24 de julho de 2014.  
Prefeito Municipal  
Nelson Cruz

### Aviso de Revogação - PP 23/2014 Prefeitura

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS  
AVISO DE REVOGAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014

O Município de Campos Novos torna público que REVOGOU o Processo Licitatório Nº 48/2014, Pregão Presencial Nº 23/2014, que tinha como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, BOLAS, UNIFORMES E EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE. Mais informações no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 08h30min às 11 horas, e das 13h30min e 17 horas diariamente.

Campos Novos, 23 de julho de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação/Republicação PP 46/2014 Prefeitura

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS  
AVISO DE LICITAÇÃO/REPUBLICAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 11 de Agosto de 2014 às 14h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA MANUTENÇÃO ANUAL DOS PROJETOS REALIZADOS NOS GINÁSIOS: HUMBERTO CALGARO, JUELINO FERNANDES DA SILVA, OSNI JACOMEL, GASPARINO ZORZI, ENCruzilhada, NOS CAMPOS DE AREIA, TÊNIS DE MESA E OUTROS. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João

Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30 as 11h00 e das 13h30 às 17h00, diariamente.

Campos Novos, 23 de Julho de 2014.  
Prefeito Municipal  
Nelson Cruz

### Errata Nº 33 PP 29-2014 Uniformes

ERRATA Nº 01 DO EDITAL PP 33/2014 - AQUISIÇÃO DE UM MICRO ONIBUS ZERO QUILOMETRO, FABRICAÇÃO NACIONAL, ANO/MODELO 2014 PARA TRANSPORTE DE PACIENTES QUE NECESSITAM DE TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO.

Onde se lê  
item 2.1 - A entrega do veiculo deverá ocorrer em até 20 dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais.

Passa se a ler:  
A entrega do veiculo deverá ocorrer em até 90 dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais.

Nelson Luiz de Paula  
Secretário de Saúde

## SAMAE - CAMPOS NOVOS

### Portaria 048/2014

PORTARIA SAMAE CNO 048/2014, DE 23 DE JULHO DE 2014.

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE  
EXONERAR o servidor EDUARDO BELLO RODRIGUES, Engenheiro, Padrão 10.1.A, a pedido, na forma da Lei, a partir desta data.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes  
Diretor do SAMAE

### Portaria 049/2014

PORTARIA SAMAE CNO 049/2014, DE 23 DE JULHO DE 2014.

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE  
Designar comissão para acompanhamento, recebimento e fiscalização do produto referente a Licitação nº 18/2014, Pregão Presencial nº 09/2014, referente aquisição de retroescavadeira. A Comissão será integrada pelo Assistente Administrativo, Sr. Alexandre José Biolchi, sendo que o mesmo será o presidente desta comissão, pelo Auxiliar Administrativo, Sr. Rodrigo Carpes de Oliveira e pelo Operador de Máquina, Sr. João Domingos de Andrade, ambos designados como vogais.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes  
Diretor do SAMAE

# Canoinhas

## PREFEITURA

### Decisão Processo Nº017/2014 - Conselho Municipal de Contribuintes de Canoinhas

MUNICÍPIO DE CANOINHAS-SC

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 017/2014 - Recurso Voluntário.

Recorrente: 1 Tabelionato de Notas e Protestos Comarca de Canoinhas.

Recorrida: Fazenda Pública Municipal de Canoinhas.

Assunto: Denúncia Espontânea.

Relator: Alfredo Lang Scultetus.

#### E M E N T A

DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. EXCLUSÃO MULTA. IMPOSSIBILIDADE. PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. TRIBUTO DECLARADO. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO. PEDIDO PARCELAMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DOS ENCARGOS MORATÓRIOS. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

O Recorrente sustenta que deve ser excluída a multa moratória aplicada sobre o crédito tributário relativo ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza em razão da denúncia espontânea e pedido de parcelamento.

Aduz ter ocorrido a recuperação da espontaneidade pelo fato de que o Município não observou o prazo de encerramento do procedimento de fiscalização previsto na legislação municipal.

Afirma que não teve conhecimento de expedição de termo de prorrogação da fiscalização pelo ente Municipal e mesmo que existisse, restou ultrapassado o tempo entre o início da fiscalização e a expedição do Auto de Infração.

Alega que não há necessidade do pagamento integral do tributo para a obtenção dos benefícios da denúncia espontânea, pois o pedido de parcelamento permite a outorga do benefício ao contribuinte.

Requeru, ao final, a reanálise do procedimento para se excluir a multa moratória referente ao procedimento administrativo n. 02/11, declarando-a inexigível em razão da denúncia espontânea e pedido de parcelamento.

É o Relatório.

Após análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não há como atender ao pedido do Recorrente, pois a rigor do contido no art. 138, parágrafo único do Código Tributário Nacional, não se pode considerar como denúncia espontânea, os valores apresentados após o início de qualquer procedimento administrativo de fiscalização, como ocorreu no caso dos autos em que a denúncia foi apresentada em 13/10/2011 e a fiscalização de iniciou em 26/04/2011.

Ainda, a alegação de recuperação da espontaneidade da denúncia pelo não atendimento ao prazo de conclusão do procedimento administrativo, também, não merece prosperar pelo fato de que, de acordo com o art. citado acima, a denúncia deveria vir acompanhado do pagamento integral do tributo não sendo ilidida a multa apenas pelo pedido de parcelamento, nos termos da lei.

Pelo exposto, nego provimento ao recurso voluntário interposto pelo Recorrente a fim de manter a multa aplicada pelo não pagamento do tributo conforme notificação n. 11/ELB11.

É o Voto.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em que é Recorrente 1 Tabelionato de Notas e Protestos Comarca de Canoinhas Recorrida Fazenda Pública do Município de Canoinhas, acordam os senhores integrantes do Egrégio Conselho de Contribuintes de Canoinhas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso por estarem presentes os requisitos de admissibilidade e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a exigência tributária exarada na primeira instância administrativa. Votaram com o Relator os senhores Conselheiros Francisco Afonso Bechel, Roberto Ivan Ludka e Luís Gustavo Viera de Brito. Intimem-se.

CMC/Canoinhas, 22 de Julho de 2014.

ALFREDO LANG SCULTETUS

RELATOR

DIOGO CARLOS SEIDEL

PRESIDENTE

### Convênio Nº18/2014

CONVÊNIO Nº 18/2014

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CANOINHAS - APAE.

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt nº10, neste Município de Canoinhas/SC, representado neste ato pelo seu Prefeito LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, brasileiro, casado, médico veterinário, portador do CPF 477.740.299-15, residente e domiciliado nesta cidade de Canoinhas/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CANOINHAS - APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.166.793/0001-40, com sede a rua Senador Felipe Schmidt, nº 658, neste município de Canoinhas/SC, neste ato representado por sua Presidente Sra. JOANA RAQUEL SELEME, brasileira, portadora do CPF nº 069.187.199-04, residente e domiciliada nesta cidade de Canoinhas/SC, doravante denominada APAE, resolvem celebrar o presente Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a cooperação técnica dos Convenientes, propiciando a valorização das pessoas portadoras de necessidades especiais, residentes no Município de Canoinhas, com o intuito de aperfeiçoar o atendimento prestado pela APAE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Visando atender as finalidades do presente Convênio, deverá o Município ceder à APAE 01 (um) servidor efetivo, ocupante do cargo de Assistente Social, com carga horária de 15 (quinze) horas semanais.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA APAE

Caberá a APAE fornecer as instalações para que o servidor envolvido no atendimento das pessoas portadoras de necessidades especiais possa desenvolver suas atribuições.

Parágrafo Único. Compete a APAE orientar o servidor envolvido no atendimento das pessoas portadoras de necessidades especiais, determinando as atribuições desse servidor, respeitadas as atribuições inerentes ao cargo de Assistente Social devidamente elencadas na lei de criação do cargo.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Convênio compreende o período de 17 de julho de 2014 a 31 de dezembro de 2014, podendo ser renovado por sucessivos períodos até o máximo de sessenta meses, conforme preconiza a Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO**

O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer uma das partes, não havendo mais interesse em mantê-lo, ou rescindido por descumprimento de quaisquer das cláusulas com antecedência mínima de 30 dias.

**CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICIDADE**

É responsabilidade do MUNICÍPIO providenciar a publicação do presente instrumento, devendo ser publicado junto ao Diário Oficial dos Municípios.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões advindas do presente convênio.

E, por estarem de acordo, as partes rubricam e firmam o presente termo, elaborado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo nomeadas.

Canoinhas/SC, 17 de julho de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

JOANA RAQUEL SELEME  
Presidente APAE

Assessoria Jurídica Municipal

**TESTEMUNHAS:**

Nome: Diogo Carlos Seidel

Nome: Pedro Teodorico Araújo

CPF: 008.606.289-14

CPF: 714.490.439-68

Assinatura:

Assinatura:

**Convênio Nº15/2014**

CONVÊNIO Nº 15/2014

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CANOINHAS - APAE.

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt nº10, neste Município de Canoinhas/SC, representado neste ato pelo seu Prefeito LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, brasileiro, casado, médico veterinário, portador do CPF 477.740.299-15, residente e domiciliado nesta cidade de Canoinhas/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CANOINHAS - APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.166.793/0001-40, com sede a rua Senador Felipe Schmidt, nº 658, neste município de Canoinhas/SC, neste ato representado por sua Presidente Sra. JOANA RAQUEL SELEME, brasileira, portadora do CPF nº 069.187.199-04, residente e domiciliada nesta cidade de Canoinhas/SC, doravante denominada APAE, resolvem celebrar o presente Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objeto a cooperação técnica dos Convenientes, propiciando a valorização das pessoas portadoras de necessidades especiais, residentes no Município de Canoinhas, com o intuito de aperfeiçoar o atendimento prestado pela APAE.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

Visando atender as finalidades do presente Convênio, deverá o Município ceder à APAE 01 (um) servidor efetivo, ocupante do cargo de motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA APAE**

Caberá a APAE fornecer as instalações para que o servidor

envolvido no atendimento das pessoas portadoras de necessidades especiais possa desenvolver suas atribuições.

Parágrafo Único. Compete a APAE orientar o servidor envolvido no atendimento das pessoas portadoras de necessidades especiais, determinando as atribuições desse servidor, respeitadas as atribuições inerentes ao cargo de motorista devidamente elencadas na lei de criação do cargo.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

A vigência do presente Convênio compreende o período de 17 de julho de 2014 a 31 de dezembro de 2014, podendo ser renovado por sucessivos períodos até o máximo de sessenta meses, conforme preconiza a Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO**

O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer uma das partes, não havendo mais interesse em mantê-lo, ou rescindido por descumprimento de quaisquer das cláusulas com antecedência mínima de 30 dias.

**CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICIDADE**

É responsabilidade do MUNICÍPIO providenciar a publicação do presente instrumento, devendo ser publicado junto ao Diário Oficial dos Municípios.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões advindas do presente convênio.

E, por estarem de acordo, as partes rubricam e firmam o presente termo, elaborado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo nomeadas.

Canoinhas/SC, 17 de julho de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

JOANA RAQUEL SELEME  
Presidente APAE

Assessoria Jurídica Municipal

**TESTEMUNHAS:**

Nome: Diogo Carlos Seidel

Nome: Pedro Teodorico Araújo

CPF: 008.606.289-14

CPF: 714.490.439-68

Assinatura:

Assinatura:

**Convênio Nº17/2014**

CONVÊNIO Nº 17/2014

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CANOINHAS-SC E ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CANOINHAS - ACIC, VISANDO A CEDÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, brasileiro, casado, médico veterinário, portador da Cédula de Identidade nº 482.932 e CPF nº 477.740.299-15 e, de outro lado, a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CANOINHAS - ACIC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 83.193.987/0001-35, com sede a Rua Três de Maio nº 248, neste município de Canoinhas-SC, neste ato representado por seu presidente Sr. GILSON JOSÉ PEDRASSANI, brasileiro, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade nº. 670.860 e CPF nº. 482.919.199-68, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, 178, centro, município de Canoinhas, considerando o interesse dos convenientes no incremento das atividades



relacionadas aos atos do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, de que trata a Lei Federal nº. 8.934, de 18 de novembro de 1994, como forma de auxílio e defesa dos interesses das pessoas e firmas que exerçam atividades comerciais e industriais, em todas as suas modalidades econômicas e financeiras do Município de Canoinhas, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto o Apoio Técnico do Município de Canoinhas à Associação Empresarial de Canoinhas - ACIC, na execução do Convênio que esta última mantém com a Junta Comercial de Santa Catarina - JUCESC, o qual será efetivado mediante a cessão de 01 (um) servidor público municipal efetivo, formado em direito, economia ou contabilidade (conforme dispõe o parágrafo 1º. do artigo 9º., c/c com o artigo 42, da Lei 8.934/94), que passará a exercer suas funções junto à Associação Empresarial de Canoinhas - ACIC, com a finalidade própria e específica de poder receber delegação do Presidente da JUCESC, para praticar os atos próprios do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, previstos no artigo 42, da Lei nº. 8.934/94.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO APOIO TÉCNICO

O apoio técnico, alvo deste convênio, constitui-se na cedência de um servidor público municipal à Associação Empresarial de Canoinhas - ACIC.

O servidor ora cedido desenvolverá suas funções junto à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC, com sede neste Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

São obrigações das partes convenientes:

##### DO MUNICÍPIO

Responsável pela remuneração efetivamente paga mensalmente ao servidor cedido, pelos valores despendidos para pagamento das obrigações e encargos sociais respectivos, bem como pelas despesas com diárias quando necessárias em virtude de treinamento junto à JUCESC.

##### DA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CANOINHAS - ACIC

Responsável em realizar, por delegação, através do servidor cedido, os atos próprios do Registro de Empresas Mercantis e Atividades Afins, previstos no artigo 42, da Lei nº. 8.934/94, e no próprio Termo de Delegação;

Manter os documentos comprobatórios dos pedidos de registros e similares em lugar seguro e de fácil acesso, para eventuais consultas quando necessárias, pelos órgãos de controle e fiscalização do Município;

Assistir o servidor cedido em tudo o que for necessário para o fiel cumprimento do objeto deste Convênio, colocando a disposição do mesmo as instalações, equipamentos, materiais de expedientes e outros, por si ou por terceiros, inerentes a sua função.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DENÚNCIA

As partes poderão denunciar o presente Convênio, mediante notificação expressa, com 10 (dez) dias de antecedência;

Constituem motivos para denúncia deste Convênio a superveniência de ato, fato ou lei, que o torne inviável, a conveniência administrativa, ou a inadimplência de quaisquer de suas cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio tem vigência a partir da data da assinatura e término em 31 de dezembro de 2014.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todos os bens móveis, materiais em geral, equipamentos e outros

a serem utilizados para a consecução do presente Convênio ficarão ao exclusivo encargo da Associação Empresarial de Canoinhas - ACIC, sem direito a reembolso por parte do Município; Exceto as obrigações enunciadas na CLÁUSULA TERCEIRA, ao Município não será cometido nenhum outro ônus pela realização do presente Convênio;

Em toda a divulgação que a Associação Empresarial de Canoinhas - ACIC fizer sobre os serviços que por ventura lhe forem delegados pela JUCESC, e previstos no objeto deste Convênio, deverá constar que os mesmos são executados com o apoio do Município; Todas as notificações, reclamações, instruções ou quaisquer atendimentos, referentes ao presente Convênio, entre o Município e a Associação Empresarial de Canoinhas - ACIC, serão realizadas por escrito, não sendo levadas em consideração, para nenhum efeito, quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais;

Nos termos do artigo 116, da Lei Federal nº. 8.666/93, combinado com os artigos 69, 70 e 71, da mesma Lei, afora a obrigação de ceder o servidor apontado na CLÁUSULA PRIMEIRA deste Convênio, a seu exclusivo e integral encargo no que pertine a sua remuneração, encargos sociais e diárias, ao Município, no presente ou no futuro, não caberá qualquer outro ônus, obrigação ou responsabilidade, inclusive sobre eventuais danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo dos atos praticados durante a execução deste Convênio e/ou em sua decorrência;

Este Convênio poderá ser alterado de comum acordo entre as partes, através de Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Os convenientes, neste ato, elegem o Foro de Canoinhas (SC), para dirimir qualquer dúvida ou litígio oriundo da execução deste Convênio.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente termo, elaborado em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo indicadas e nomeadas.

Canoinhas/SC, 17 de julho de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

GILSON JOSÉ PEDRASSANI  
Presidente

#### ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL

##### Testemunhas:

Nome: Diogo Carlos Seidel

Nome: Pedro Teodorico Araujo

CPF: 008.606.289-14

CPF: 714.490.439-68

Assinatura:

Assinatura:

#### Convênio Nº16/2014

CONVÊNIO Nº 016/2014

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANOINHAS E A DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE CANOINHAS, VISANDO A CEDÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Aos dezessete dias do mês de julho de 2014, o Município de Canoinhas, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede na rua Felipe Schmidt, 10, centro, Canoinhas-SC, neste ato representado por seu prefeito, sr. LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Canoinhas/SC, portador do CPF nº 477.740.0299-15, e de outro lado a DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE CANOINHAS, com sede na Rua Emilio Scholtz, 1212, Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Delegado Regional de Polícia senhor Dr. Wagner Valdivino Meirelles, portador de CPF nº 778.089.321/91, residente e domiciliado nesta cidade de Canoinhas-SC, resolvem firmar o presente convênio, conforme

previsto na Lei Municipal nº 2026 de 27 de outubro de 1987, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Este CONVÊNIO tem por objetivo o apoio técnico do MUNICÍPIO à DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE CANOINHAS, o qual será efetivado mediante a cessão de um (01) servidor público municipal efetivo, que passará a exercer suas funções junto à Delegacia Regional de Polícia, com sede no município de Canoinhas-SC.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DO APOIO TÉCNICO

O apoio técnico, alvo deste CONVÊNIO, constitui-se na cedência de um servidor público municipal a DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE CANOINHAS.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

##### DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO fica responsável pela remuneração efetivamente paga mensalmente ao servidor cedido, pelos valores despendidos para pagamento das obrigações e encargos sociais respectivos.

#### DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO

2.1 Assistir o servidor cedido em tudo o que for necessário para a realização de tarefas pertinentes a Delegacia Regional de Polícia, bem como controlar o ponto do servidor.

#### CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência a partir de 17 de julho de 2014 e fim de vigência em 31 de dezembro de 2014.

#### CLÁUSULA QUINTA: DA RECISÃO

O presente convênio poderá ser rescindido de pleno direito por qualquer uma das partes, no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nela estipuladas, mediante notificação formal e por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo, em face da superveniência de impedimento legal ou administrativo, que o torne materialmente inexecutável.

#### CLÁUSULA SEXTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Afora as obrigações enunciadas na Cláusula Terceira "1", ao MUNICÍPIO não será cometido nenhum outro ônus pela realização do presente convênio.

Nos termos do artigo 116, da Lei n.º 8.666/93, combinado com os artigos 69, 70 e 71 da mesma lei, afora a obrigação de ceder o servidor apontado na Cláusula Primeira deste Convênio, a seu exclusivo e integral encargos no que pertinente a sua remuneração e encargos sociais, ao MUNICÍPIO, no presente ou no futuro, não caberá qualquer outro ônus, obrigação ou responsabilidade, inclusive sobre eventuais danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo dos atos praticados durante a execução deste CONVÊNIO e/ou em sua decorrência.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DO FORO

As questões decorrentes da execução do presente Convênio, que não possam ser dirimidas administrativamente entre as partes, serão processadas e julgadas no foro desta comarca de Canoinhas/SC.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Canoinhas-SC, 17 de julho de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito de Canoinhas

DR. WAGNER VALDEVINO MEIRELLES

Delegado Regional de Polícia

ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

JOSÉ MARCOS CARVALHO

CPF: 770.321.369.15

CRISTIANO DE SOUZA E SILVA

CPF: 059.009.299.57

#### **Publicação do Edital de Tomada de Preços Nº FMS 09/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 25/2014

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º FMS 09/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 11/08/2014, às 09h15min, a abertura das propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA ADEQUAÇÃO DO LOCAL ONDE SERÁ INSTALADO O ELEVADOR NA POLICLÍNICA, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Recebimento das propostas até às 09h00min do dia 11/08/2014. Edital disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito/Presidente do Fundo.

#### **Publicação do Edital de Tomada de Preços Nº PMC 12/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 120/2014

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 12/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 11/08/2014, às 14h15min, Pregão Presencial para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À INSTALAÇÃO DE PADRÃO DE ENERGIA, ÁGUA E ESGOTO, EM 10 (DEZ) UNIDADES HABITACIONAIS, LOCALIZADAS NA RUA ANTONIO MILTON TORMENA, LOTEAMENTO CAMPO D'ÁGUA VERDE, NESTA CIDADE DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 11/08/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito



Publicação do Resultado Final do Pregão Presencial Nº PMC 69/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS  
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/10

Processo / Ano: 101/2014		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores: 13.955,15				
Licitação.....: 69/2014 - PR		12 - SEC. MUN. DE OBRAS E DESENVOLV. URBANO						
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), TAIS COMO: BOTINAS, LUVAS, PROTETOR AURICULAR, ÓCULOS, CAPAS DE CHUVA E OUTROS, DESTINADOS AOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 1 - 8584 - BOTINA DE SEGURANCA PU OU PVC, C/ CADARCO, TAMANHO 37 - Unidade: PAR</b>								
15874	A.P.S.B. MELECK ME		3,000	0,0000	38,9000	116,70	Venceu	1 *****
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		3,000	0,0000	39,5000	118,50	Perdeu	2
<b>Item.....: 2 - 8585 - BOTINA DE SEGURANCA PU OU PVC, C/ CADARCO, TAMANHO 38 - Unidade: PAR</b>								
15874	A.P.S.B. MELECK ME		1,000	0,0000	38,9000	38,90	Venceu	1 *****
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		1,000	0,0000	39,5000	39,50	Perdeu	2
<b>Item.....: 3 - 8586 - BOTINA DE SEGURANCA PU OU PVC, C/ CADARCO, TAMANHO 39 - Unidade: PAR</b>								
15874	A.P.S.B. MELECK ME		8,000	0,0000	38,9000	311,20	Venceu	1 *****
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		8,000	0,0000	39,5000	316,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 4 - 8587 - BOTINA DE SEGURANCA PU OU PVC, C/ CADARCO, TAMANHO 40 - Unidade: PAR</b>								
15874	A.P.S.B. MELECK ME		20,000	0,0000	38,9000	778,00	Venceu	1 *****
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		20,000	0,0000	39,5000	790,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 5 - 8588 - BOTINA DE SEGURANCA PU OU PVC, C/ CADARCO, TAMANHO 41 - Unidade: PAR</b>								
15874	A.P.S.B. MELECK ME		30,000	0,0000	38,9000	1.167,00	Venceu	1 *****
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		30,000	0,0000	39,5000	1.185,00	Perdeu	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/10

Processo / Ano: 101/2014  
Licitação.....: 69/2014 - PR  
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), TAIS COMO: BOTINAS, LUVAS, PROTETOR AURICULAR, ÓCULOS, CAPAS DE CHUVA E OUTROS, DESTINADOS AOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.

12 - SEC. MUN. DE OBRAS E DESENVOLV. URBANO

13.955,15

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 6	-	8589	-	BOTINA DE SEGURANCA PU OU PVC. C/ CADARCO. TAMANHO 42	-	Unidade: PAR		
15874	A.P.S.B. MELECK ME		28,000	0,0000	38,9000	1.089,20	Venceu	1 *****
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		28,000	0,0000	39,5000	1.106,00	Perdeu	2
Item.....: 7	-	8590	-	BOTINA DE SEGURANCA PU OU PVC. C/ CADARCO. TAMANHO 43	-	Unidade: PAR		
15874	A.P.S.B. MELECK ME		26,000	0,0000	38,9000	1.011,40	Venceu	1 *****
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		26,000	0,0000	39,5000	1.027,00	Perdeu	2
Item.....: 8	-	8591	-	BOTINA DE SEGURANCA PU OU PVC. C/ CADARCO. TAMANHO 44	-	Unidade: PAR		
15874	A.P.S.B. MELECK ME		8,000	0,0000	38,9000	311,20	Venceu	1 *****
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		8,000	0,0000	39,5000	316,00	Perdeu	2
Item.....: 9	-	8592	-	BOTINA DE SEGURANCA PU OU PVC. C/ CADARCO. TAMANHO 45	-	Unidade: PAR		
15874	A.P.S.B. MELECK ME		7,000	0,0000	38,9000	272,30	Venceu	1 *****
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		7,000	0,0000	39,5000	276,50	Perdeu	2
Item.....: 10	-	13933	-	MACACÃO MANGA CURTA, FECHAMENTO FRONTAL C/ BOTÕES. TAM 46	-	Unidade: UN		
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		6,000	0,0000	65,9000	395,40	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		6,000	0,0000	73,0000	438,00	Perdeu	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/10

Processo / Ano: 101/2014		Processo Administrativo: 12 - SEC. MUN. DE OBRAS E DESENVOLV. URBANO		13.955,15				
Licitação.....: 69/2014 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), TAIS COMO: BOTINAS, LUVAS, PROTETOR AURICULAR, ÓCULOS, CAPAS DE CHUVA E OUTROS, DESTINADOS AOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 11 - 13934 - MACACÃO MANGA CURTA, FECHAMENTO FRONTAL C/ BOTÕES, TAM 48. - Unidade: UN</b>								
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		6,000	0,0000	65,9000	395,40	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		6,000	0,0000	73,0000	438,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 12 - 13935 - MACACÃO MANGA CURTA, FECHAMENTO FRONTAL C/ BOTÕES, TAM 50. - Unidade: UN</b>								
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		9,000	0,0000	65,9000	593,10	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		9,000	0,0000	73,0000	657,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 13 - 13936 - MACACÃO MANGA CURTA, FECHAMENTO FRONTAL C/ BOTÕES, TAM 52. - Unidade: UN</b>								
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		8,000	0,0000	65,9000	527,20	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		8,000	0,0000	73,0000	584,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 14 - 13937 - MACACÃO MANGA CURTA, FECHAMENTO FRONTAL C/ BOTÕES, TAM 54. - Unidade: UN</b>								
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		8,000	0,0000	65,9000	527,20	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		8,000	0,0000	73,0000	584,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 16 - 13966 - LUVA DE LATEX NATURAL, IMPERMEÁVEL, ANATÔMICA, CA Nº 9634 M - Unidade: PAR</b>								
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		50,000	0,0000	2,4500	122,50	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		50,000	0,0000	2,5000	125,00	Perdeu	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 4/10

Processo / Ano: 101/2014  
Licitação.....: 69/2014 - PR  
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), TAIS COMO: BOTINAS, LUVAS, PROTETOR AURICULAR, ÓCULOS, CAPAS DE CHUVA E OUTROS, DESTINADOS AOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.

12 - SEC. MUN. DE OBRAS E DESENVOLV. URBANO

13.955,15

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 17	-	13979	-	LUVA DE LATEX NATURAL IMPERMEÁVEL ANATÔMICA, CA Nº 9634 G -	Unidade: PAR			
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		50,000	0,0000	2,4500	122,50	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		50,000	0,0000	2,5000	125,00	Perdeu	2
Item.....: 18	-	13939	-	PROTETOR AURICULAR (TIPO COTONETE) DE SILICONE -	Unidade: UN			
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		80,000	0,0000	0,9000	72,00	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		80,000	0,0000	1,2000	96,00	Perdeu	2
Item.....: 19	-	13940	-	LUVA DE RASPA, CURTIDA AO CROMO, PUNHO COMPRIMENTO MÉDIO -	Unidade: PAR			
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		80,000	0,0000	7,4000	592,00	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		80,000	0,0000	8,9000	712,00	Perdeu	2
Item.....: 20	-	13967	-	LUVA DE VAQUETA PETROLEIRA CA 12459 -	Unidade: UN			
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		80,000	0,0000	10,5000	840,00	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		80,000	0,0000	11,0000	880,00	Perdeu	2
Item.....: 21	-	13968	-	OCULOS EM POLICARBONATO RESISTENTE A IMPACTOS -	Unidade: UN			
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		25,000	0,0000	2,4900	62,25	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		25,000	0,0000	6,0000	150,00	Perdeu	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/10

Processo / Ano: 101/2014      Processo Administrativo: 12 - SEC. MUN. DE OBRAS E DESENVOLV. URBANO      13.955,15

Licitação .....: 69/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), TAIS COMO: BOTINAS, LUVAS, PROTETOR AURICULAR, ÓCULOS, CAPAS DE CHUVA E OUTROS, DESTINADOS AOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 22	-	13944	-	CAPA DE CHUVA EM PVC, FORRADA (AMARELA) TAM. M. - Unidade: UN				
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		35,000	0,0000	12,8000	448,00	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		35,000	0,0000	15,0000	525,00	Perdeu	2
Item.....: 23	-	13943	-	CAPA DE CHUVA EM PVC, FORRADA (AMARELA) TAM. G. - Unidade: UN				
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		20,000	0,0000	12,8000	256,00	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		20,000	0,0000	15,0000	300,00	Perdeu	2
Item.....: 24	-	13969	-	BOTA PVC, CANO LONGO (38 CM) Nº 38 - Unidade: PAR				
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		1,000	0,0000	25,9600	25,96	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		1,000	0,0000	26,0000	26,00	Perdeu	2
Item.....: 25	-	13959	-	BOTA PVC CANO LONGO(38 CM) TAM 39 - Unidade: UN				
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		2,000	0,0000	25,9740	51,95	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		2,000	0,0000	26,0000	52,00	Perdeu	2
Item.....: 26	-	13960	-	BOTA PVC CANO LONGO (38 CM) TAM 40 - Unidade: UN				
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		4,000	0,0000	25,9740	103,90	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		4,000	0,0000	26,0000	104,00	Perdeu	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 6/10

Processo / Ano: 101/2014      Processo Administrativo: 13.955,15

Licitação .....: 69/2014 - PR

12 - SEC. MUN. DE OBRAS E DESENVOLV. URBANO

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), TAIS COMO: BOTINAS, LUVAS, PROTETOR AURICULAR, ÓCULOS, CAPAS DE CHUVA E OUTROS, DESTINADOS AOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 27	-	13961	- BOTA PVC CANO LONGO (38 CM) TAM 41 - Unidade: UN					
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		5,000	0,0000	25,9740	129,87	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		5,000	0,0000	26,0000	130,00	Perdeu	2
Item.....: 28	-	13962	- BOTA CANO LONGO (38 CM) TAM 42 - Unidade: UN					
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		5,000	0,0000	25,9740	129,87	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		5,000	0,0000	26,0000	130,00	Perdeu	2
Item.....: 29	-	13963	- BOTA PVC CANO LONGO (38 CM) TAM 43 - Unidade: UN					
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		5,000	0,0000	25,9740	129,87	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		5,000	0,0000	26,0000	130,00	Perdeu	2
Item.....: 30	-	13964	- BOTA PVC CANO LONGO (38 CM) TAM 44 - Unidade: UN					
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		6,000	0,0000	25,9740	155,84	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		6,000	0,0000	26,0000	156,00	Perdeu	2
Item.....: 31	-	13965	- PROTETOR SOLAR FPS 40 - Unidade: UN					
15874	A.P.S.B. MELECK ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 7/10

Processo / Ano: 101/2014      Processo Administrativo: 12 - SEC. MUN. DE OBRAS E DESENVOLV. URBANO      13.955,15

Licitação .....: 69/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), TAIS COMO: BOTINAS, LUVAS, PROTETOR AURICULAR, ÓCULOS, CAPAS DE CHUVA E OUTROS, DESTINADOS AOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 32 - 21424 - CHAPEU DE PALHA - Unidade: UN</b>								
15874	A.P.S.B. MELECK ME		50,000	0,0000	7,9000	395,00	Venceu	1 *****
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 33 - 1040181 - CINTO DE SEGURANCA TIPO PARAQUEDISTA COM PROTETOR LOMBAR - Unidade: UN</b>								
15874	A.P.S.B. MELECK ME		3,000	0,0000	90,0000	270,00	Venceu	1 *****
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 34 - 8592 - BOTINA DE SEGURANCA PU OU PVC, C/ CADARCO, TAMANHO 45 - Unidade: PAR</b>								
15874	A.P.S.B. MELECK ME		4,000	0,0000	38,9000	155,60	Venceu	1 *****
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		4,000	0,0000	39,5000	158,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 35 - 29015 - AVENTAL DE RASPA - Unidade: UN</b>								
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		6,000	0,0000	24,4000	146,40	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		6,000	0,0000	23,0000	138,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 36 - 17077 - LUVA DE RASPA CANO LONGO (SOLDADOR) - Unidade: UN</b>								
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		3,000	0,0000	18,9000	56,70	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		3,000	0,0000	30,0000	90,00	Perdeu	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 8/10

Processo / Ano: 101/2014  
Licitação.....: 69/2014 - PR  
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), TAIS COMO: BOTINAS, LUVAS, PROTETOR AURICULAR, ÓCULOS, CAPAS DE CHUVA E OUTROS, DESTINADOS AOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.

12 - SEC. MUN. DE OBRAS E DESENVOLV. URBANO

13.955,15

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 37	-	13947	-	CONJUNTO DE SEGURANCA. COMPOSTO DE BLUSÃO E CALÇA TAM. G	-	Unidade: UN		
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		30,000	0,0000	31,1000	933,00	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		30,000	0,0000	45,0000	1.350,00	Perdeu	2
Item.....: 38	-	13946	-	CONJUNTO DE SEGURANCA. COMPOSTO DE BLUSÃO E CALÇA TAM. M	-	Unidade: UN		
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		10,000	0,0000	31,1000	311,00	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		10,000	0,0000	45,0000	450,00	Perdeu	2
Item.....: 39	-	13948	-	BOTA PVC CANO CURTO (28 CM) TAM. 38	-	Unidade: PAR		
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		2,000	0,0000	22,7682	45,54	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		2,000	0,0000	23,0000	46,00	Perdeu	2
Item.....: 40	-	13949	-	BOTA PVC CANO CURTO (28 CM) TAM. 39	-	Unidade: PAR		
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		3,000	0,0000	22,7682	68,30	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		3,000	0,0000	23,0000	69,00	Perdeu	2
Item.....: 41	-	13950	-	BOTA PVC CANO CURTO (28 CM) TAM. 40	-	Unidade: PAR		
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		6,000	0,0000	22,7682	136,61	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		6,000	0,0000	23,0000	138,00	Perdeu	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 9/10

Processo / Ano: 101/2014		Processo Administrativo: 12 - SEC. MUN. DE OBRAS E DESENVOLV. URBANO		13.955,15				
Licitação.....: 69/2014 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), TAIS COMO: BOTINAS, LUVAS, PROTETOR AURICULAR, ÓCULOS, CAPAS DE CHUVA E OUTROS, DESTINADOS AOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 42 - 13951 - BOTA PVC CANO CURTO (28 CM) TAM. 41 - Unidade: PAR</b>								
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		8,000	0,0000	22,7682	182,15	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		8,000	0,0000	23,0000	184,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 43 - 13952 - BOTA PVC CANO CURTO (28 CM) TAM. 42 - Unidade: PAR</b>								
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		8,000	0,0000	22,7682	182,15	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		8,000	0,0000	23,0000	184,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 44 - 13953 - BOTA PVC CANO CURTO (28 CM) TAM.43 - Unidade: PAR</b>								
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		6,000	0,0000	22,7682	136,61	Venceu	1 *****
15874	A.P.S.B. MELECK ME		6,000	0,0000	23,0000	138,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 45 - 13954 - BOTA PVC CANO CURTO (28 CM) TAM. 44 - Unidade: PAR</b>								
15877	FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS		7,000	0,0000	22,7682	159,38	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 10/10

Processo / Ano: 101/2014

Processo Administrativo: 13.955,15

Licitação.....: 69/2014 - PR

12 - SEC. MUN. DE OBRAS E DESENVOLV. URBANO

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), TAIS COMO: BOTINAS, LUVAS, PROTETOR AURICULAR, ÓCULOS, CAPAS DE CHUVA E OUTROS, DESTINADOS AOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 45	-	13954	- BOTA PVC CANO CURTO (28 CM) TAM. 44 - Unidade: PAR					
15874	A.P.S.B. MELECK ME		7,000	0,0000	23,0000	161,00	Perdeu	2

Canoinhas, Em ...../...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - ..... - Pregoeiro(a)

FRANCIÉLE TISCHLER QUADROS - ..... - SUPLENTE

ANDRESSA CASSIAS PEREIRA - ..... - EQUIPE DE APOIO

CLÁUDIO HENRIQUE MATHIAS - ..... - SUPLENTE

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - ..... - 28.754/SC

VANESSA LANGER - ..... - CRC/SC 028624/O-0



PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 76/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS  
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Processo / Ano:	110/2014	Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:	176.400,00
Licitação.....:	76/2014 - PR				
Modalidade....:	PREGÃO PRESENCIAL				
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS DE M3 (METRO CÚBICO) IN NATURA DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHA NA PEDREIRA DE RIO DO PINHO E PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE CASCALHO NA JAZIDA DE LARANJEIRAS, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS.				

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	26825	-	SERVICO DE DETONACÃO DE ROCHA OU CASCALHO	-	Unidade: M3		
15823	SUSI NAZARE MARIANI WALTRICK SOMMARIVA - ME		18.000,000	0,0000	9,8000	176.400,00	Venceu	1 *****

Canoinhas,	Em	...../...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	.....	- Pregoeiro(a)
FRANCIÉLE TISCHLER QUADROS -	.....	- SUPLENTE
ANDRESSA CASSIAS PEREIRA -	.....	- EQUIPE DE APOIO
CLÁUDIO HENRIQUE MATHIAS -	.....	- SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	.....	- 28.754/SC
VANESSA LANGER -	.....	- CRC/SC 028524/O-0

## Capinzal

### PREFEITURA

#### Portaria 510/2014

PORTARIA Nº 510, DE 27 DE MAIO DE 2014

Incorpora Função de Chefia a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 85 da Lei Complementar nº 046, de 04 de abril de 2012 e o requerimento protocolado sob o nº 2318/2014, resolve:

Art. 1º Fica incorporada Função Gratificada ao salário, a contar de maio de 2014, do servidor Alcebíades Fracaro, matrícula nº 305146/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, nível 212, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 27 de maio de 2014.

Capinzal - SC, em 27 de maio de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

### SIMAE

#### Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº Cao/21/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/21/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº CAO/0237/2014

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE UM AUTOMÓVEL TIPO FURGÃO.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: ATÉ ÀS 09:00 HORAS, DO DIA 05 DE AGOSTO DE 2014.

LOCAL: ESCRITÓRIO DO SIMAE, SITO A RUA DOMINGOS OMIZOLLO, Nº 447, BAIRRO SÃO LUIZ - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000.

O EDITAL PODERÁ SER RETIRADO NO ESCRITÓRIO DO SIMAE, COM A COMISSÃO DE LICITAÇÃO, SOLICITADO PELO E-MAIL [FRANCIELI@SIMAECAO.SC.GOV.BR](mailto:FRANCIELI@SIMAECAO.SC.GOV.BR) OU PELO SITE DO SIMAE [WWW.SIMAECAO.SC.GOV.BR](http://WWW.SIMAECAO.SC.GOV.BR).

MAIORES ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER PRESTADOS NO ESCRITÓRIO DO SIMAE, SITO À RUA DOMINGOS OMIZOLLO, Nº 447, BAIRRO SÃO LUIZ - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000, OU PELO FONE (049) 3555-1107, COM A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DAS 08:00 ÀS 12:00 E DAS 13:30 ÀS 17:30 HORAS.

CAPINZAL/SC, 24 DE JULHO DE 2014.

FRANCIELI A. DA ROSA

PREGOEIRA

## Catanduvás

### PREFEITURA

#### Extrato do Contrato PMC Nº 0078/2014

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0078/2014

CONCORRÊNCIA Nº 0001/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0051/2014

OUTORGANTE CONCEDENTE: O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

OUTORGADO CONCESSIONÁRIA: AGROPECUARIA E FERRAGENS MEDEIROS LTDA

OBJETO: Concessão de direito real de uso do bem imóvel abaixo descrito, de propriedade do Município de Catanduvás, nos termos da Lei Municipal nº 1.378, de 17 de dezembro de 1997, com a finalidade de instalação de empreendimento.

Descrição: Um terreno urbano com área de 3.727,26m², identificado como LOTE Nº 12, possuindo formato assimétrico com diversos lados com 57,55; 55,83; 0,37; 72,00; 4,44; 21,90; 33,45; e 3,88 lineares, situado na Rua Projetada "C", esquina com a Rua Projetada "B" constante do Distrito Industrial de Catanduvás(SC), terreno este inserido em área de maior proporção, devidamente registrado e matriculado no CRI - Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício de Joaçaba(SC) sob nº 9.455-A, Livro 02 pertencente ao Município de Catanduvás(SC), para o programa de Incentivo a instalação de empresas no Município de Catanduvás(SC), criado pela Lei Municipal nº 1.378, de 17 de dezembro de 1997.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 07 (sete) anos, a partir de sua assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 15 de julho de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Gisa Aparecida Giacomini

#### EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0055/2014

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0055/2014

PREGÃO Nº 0045/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0058/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: GRIFFE VEICULOS LTDA

Objeto: aquisição de um veículo Ambulância, tipo Furgão, para Transporte de Pacientes para a Secretaria Municipal de Saúde

VALOR: R\$117.000,00 (cento e dezessete mil reais)

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 15 de julho de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Catanduvás - SC

Elizete Cardoso da Silva

#### EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0056/2014

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0056/2014

PREGÃO Nº 0045/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0058/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: INSTRAMED INDÚSTRIA MEDICO HOSPITALAR LTDA

Objeto: Aquisição de material de urgência e emergência para a

Secretaria Municipal de Saúde.  
VALOR: R\$ 5.290,00 (cinco mil duzentos e noventa reais).  
VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014..

DATA DE ASSINATURA: 15 de julho de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Município de Catanduvas - SC  
Elizete Cardoso da Silva

#### **EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0018/2014**

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0018/2014  
PREGÃO Nº 0048/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0062/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
CONTRATADA: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de Kits de roupas e material de higiene, como beneficio eventual para os bebês das gestantes atendidas e acompanhadas pela Assistência Social em vulnerabilidade social.

VALOR: R\$ 3.041,40 (três mil e quarenta e um reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 21 de julho de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Elizete Cardoso da Silva

#### **EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0019/2014**

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0019/2014  
PREGÃO Nº 0048/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0062/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
CONTRATADA: BONATHO ATACADO TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de Kits de roupas e material de higiene, como beneficio eventual para os bebês das gestantes atendidas e acompanhadas pela Assistência Social em vulnerabilidade social.

VALOR: R\$ 5.934,00 (cinco mil novecentos e trinta e quatro reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 21 de julho de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Elizete Cardoso da Silva

## **Caxambu do Sul**

### **PREFEITURA**

#### **Decreto 119/2014**

Município de Caxambu do Sul  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL

DECRETO Nº 000119/14 de 23 de Julho de 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001296/13 de 8 de Novembro de 2013.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 50.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01 - Departamento de Saúde

05.01.10.301.0005.2.006-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 50.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.01 - Departamento de Saúde

05.01.10.301.0005.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 31.000,00

05.01.10.301.0005.2.006-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 19.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Julho de 2014  
VILMAR FOPPA  
PREFEITO

#### **AVISO DE LICITAÇÃO 41/2014**

Estado de Santa Catarina  
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 41/2014

Edital: Pregão Presencial Nº.: 32/2014

Tipo: Menor Preço/Por Lote.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Entrega dos Envelopes: 13h55min do dia 06 de Agosto de 2014.

Abertura dos Envelopes: 14h00min do dia 06 de Agosto de 2014.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site [www.caxambudosul.sc.gov.br](http://www.caxambudosul.sc.gov.br).

CAXAMBU DO SUL, 23 DE JULHO DE 2014.

VILMAR FOPPA

PREFEITO MUNICIPAL

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 276/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 276/2014

“Nomeia Comissão Coordenadora para realização de Concurso Público da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.”

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Artigo 70, Inciso II, letra “c” da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o art. 9º, da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Coordenadora do Concurso Público, para coordenar, acompanhar e supervisionar todos os procedimentos referentes ao Concurso, destinado ao preenchimento de vagas do quadro de pessoal da Administração Municipal.

Art. 2º Para compor a Comissão de que trata o art. 1º, ficam nomeados os seguintes membros:

I - Mauricio Jasper;  
II - Vanderlene Sotele Sebold;  
III - Meirelein Grach Machado;

IV - Neusa Francisco Luckmann;  
V - Marlise Neuhaus.

Art. 3º A organização, execução e julgamento do Concurso Público ficarão sob responsabilidade de empresa contratada, especializada na área, de acordo com o parágrafo único do art. 9º da LC nº 008/, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 5º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 22 de julho de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

## Concórdia

### PREFEITURA

#### Edital de Notificação Nº 28/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N 28/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do Convênio SDR/CDIA - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 91.942,88 (noventa e um mil, novecentos e quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos).

Concórdia SC, 21 de julho de 2014.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

#### Edital de Notificação Nº 29/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 29/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio SDR/CDIA - Transporte Escolar - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 39.731,82 (trinta e nove mil, setecentos e trinta e um reais e oitenta e dois centavos).

Concórdia SC, 21 de julho de 2014.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

#### Edital de Notificação Nº 30/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 30/2014

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do Convênio 2013 TR 2845 - PMC/SDR/Pavimentação da Rua Osvaldo Zandavalli, no valor de R\$ 74.580,50 (setenta e quatro mil quinhentos e oitenta reais e cinquenta centavos).

Concórdia SC, 21 de julho de 2014.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

#### Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 4/2014 - FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2014 - FMAS  
Objeto: Contratação de assessoria técnica na elaboração e

implementação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, com recursos oriundos dos Governos Federal e Estadual, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital. Tipo: Menor Preço por Item. Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 04/08/2014. Abertura: dia 04/08/2014, às 14h00min. Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 23 de julho de 2014.  
LAURI GARBOSSA  
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

#### **Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 89/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2014 - PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de produtos de cama e mesa para uso nos Centros Educacionais de Educação Infantil, com convênio FNDE, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 13/08/2014. Abertura: dia 14/08/2014, às 08h30min. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 22 de Julho de 2014.  
SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

#### **Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 90/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2014 - PMC

Objeto: Aquisição de peças e prestação de serviços para conserto do motor perkins turbo importado, da retro escavadeira JCB 214E ano 2005, PMC 475 conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 15/08/2014.

Abertura: dia 18/08/2014 às 08h30min. Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 23 de julho de 2014.  
ANTONIO COLUSSI  
Secretário Municipal de Transportes - SEMUT -

#### **Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 15/2014 - FMS**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nº 15/2014 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde, torna público que ratificou o ato do senhor Vilson Anivo Haeffliger, Diretor Administrativo, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do Inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 22 de julho de 2014, Aquisição de passagens terrestres para os pacientes que realizam o TFD- Tratamento Fora do Domicílio de Concórdia/Florianópolis/Concórdia, a favor da empresa REUNIDAS TURISMO S.A, no valor total de R\$ 88.180,00 (oitenta e oito mil, cento e oitenta reais).

ALESSANDRO VERNIZE  
Gestor do FMS



**Balanço Orçamentário, Período de Referência: Janeiro A Junho de 2014**

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**  
**Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
**Balanço Orçamentário**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

Entidade: Consolidado  
 Período de Referência: Janeiro a Junho de 2014 / Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Maio à Junho (b)	%(b/a)	Até Junho (c)	%(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	202.176.400,00	202.176.400,00	32.018.714,87	15,84	100.063.456,64	49,49	102.112.943,36
RECEITAS CORRENTES	175.393.360,00	175.393.360,00	30.852.572,53	17,59	98.070.960,10	55,91	77.322.399,90
RECEITA TRIBUTÁRIA	26.175.447,00	26.175.447,00	4.296.026,18	16,41	15.831.046,84	60,48	10.344.400,16
Impostos	20.050.000,00	20.050.000,00	3.552.730,20	17,72	12.654.385,44	63,11	7.395.614,56
Taxas	3.925.447,00	3.925.447,00	648.384,61	16,52	2.859.506,05	72,85	1.065.940,95
Contribuição de Melhoria	2.200.000,00	2.200.000,00	94.911,37	4,31	317.155,35	14,42	1.882.844,65
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.414.500,00	6.414.500,00	1.350.067,67	21,05	4.138.884,09	64,52	2.275.615,91
Contribuições Sociais	3.914.500,00	3.914.500,00	970.713,98	24,80	2.783.846,41	71,12	1.130.653,59
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	2.500.000,00	2.500.000,00	379.353,69	15,17	1.355.037,68	54,20	1.144.962,32
RECEITA PATRIMONIAL	4.093.880,00	4.093.880,00	2.469.601,54	60,32	8.545.433,64	208,74	(4.451.553,64)
Receitas Imobiliárias	130.000,00	130.000,00	11.620,32	8,94	35.746,18	27,50	94.253,82
Receitas de Valores Mobiliários	3.838.880,00	3.838.880,00	2.390.767,51	62,28	6.625.295,34	172,58	(2.786.415,34)
Receita de Concessões e Permissões	125.000,00	125.000,00	67.213,71	53,77	1.884.392,12	1.507,5	(1.759.392,12)
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	18.000,00	18.000,00	1.896,06	10,53	5.206,27	28,92	12.793,73
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	18.000,00	18.000,00	1.896,06	10,53	5.206,27	28,92	12.793,73
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.707.600,00	2.707.600,00	355.995,96	13,15	2.048.620,44	75,66	658.979,56
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	131.917.983,00	131.917.983,00	21.237.727,48	16,10	64.181.371,79	48,65	67.736.611,21
Transferências Intergovernamentais	130.606.983,00	130.606.983,00	20.970.188,96	16,06	63.622.385,13	48,71	66.984.597,87
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	1.311.000,00	1.311.000,00	267.538,52	20,41	558.986,66	42,64	752.013,34
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.065.950,00	4.065.950,00	1.141.257,64	28,07	3.320.397,03	81,66	745.552,97
Multas e Juros de Mora	2.017.000,00	2.017.000,00	361.877,60	17,94	1.155.891,15	57,31	861.108,85
Indenizações e Restituições	802.450,00	802.450,00	392.094,14	48,86	1.123.123,28	139,96	(320.673,28)
Receita da Dívida Ativa	775.000,00	775.000,00	341.488,16	44,06	742.719,10	95,83	32.280,90
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	471.500,00	471.500,00	45.797,74	9,71	298.663,50	63,34	172.836,50
RECEITAS DE CAPITAL	26.783.040,00	26.783.040,00	1.166.142,34	4,35	1.992.496,54	7,44	24.790.543,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9.000.000,00	9.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000.000,00
Operações de Crédito Internas	9.000.000,00	9.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000.000,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	331.000,00	331.000,00	46.142,34	13,94	60.069,15	18,15	270.930,85
Alienação de Bens Móveis	286.000,00	286.000,00	39.581,00	13,84	39.581,00	13,84	246.419,00
Alienação de Bens Imóveis	45.000,00	45.000,00	6.561,34	14,58	20.488,15	45,53	24.511,85
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17.452.040,00	17.452.040,00	1.120.000,00	6,42	1.932.427,39	11,07	15.519.612,61
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	(100.000,00)
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	17.452.040,00	17.452.040,00	1.120.000,00	6,42	1.832.427,39	10,50	15.619.612,61
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.185.000,00	5.185.000,00	1.597.908,83	30,82	4.583.503,99	88,40	601.496,01
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	207.361.400,00	207.361.400,00	33.616.623,70	16,21	104.646.960,63	50,47	102.714.439,37
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	207.361.400,00	207.361.400,00	33.616.623,70	16,21	104.646.960,63	50,47	102.714.439,37
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	207.361.400,00	207.361.400,00	33.616.623,70	16,21	104.646.960,63	50,47	102.714.439,37
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	7.285.168,92	0,00	0,00	1.827.264,71	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	7.285.168,92	0,00	0,00	1.827.264,71	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**  
**Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
**Balanco Orçamentário**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**  
**Entidade: Consolidado**  
**Período de Referência: Janeiro a Junho de 2014 / Bimestre Maio-Junho**

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	Dotação Atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS		% (g/f)	Saldo (f-g)
				Maio à Junho	Até Junho	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS LIQUIDADAS		
						Maio à Junho	Até Junho (g)		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(VIII)	196.668.938,94	24.494.703,99	221.163.642,93	32.859.466,02	110.456.636,73	27.863.477,10	70.335.664,07	31,80	150.827.978,86
DESPESAS CORRENTES	159.355.483,47	5.951.121,90	165.306.605,37	23.040.053,84	93.580.999,60	25.871.218,52	66.456.213,81	40,20	98.850.391,56
Pessoal e Encargos Sociais	66.253.747,14	181.466,85	66.435.213,99	10.537.318,80	29.834.357,82	10.539.431,83	29.823.728,15	44,89	36.611.485,84
Juros e Encargos da Dívida	820.000,00	0,00	820.000,00	6.000,00	18.000,00	6.000,00	18.000,00	2,20	802.000,00
Outras Despesas Correntes	92.281.736,33	5.769.655,05	98.051.391,38	12.496.735,04	63.728.641,78	15.325.786,69	36.614.485,66	37,34	61.436.905,72
DESPESAS DE CAPITAL	37.112.855,47	18.543.582,09	55.656.437,56	9.819.412,18	16.875.637,13	1.992.258,58	3.879.450,26	6,97	51.776.987,30
Investimentos	36.432.855,47	18.543.582,09	54.976.437,56	9.629.820,36	16.686.045,31	1.802.666,76	3.689.858,44	6,71	51.286.579,12
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	680.000,00	0,00	680.000,00	189.591,82	189.591,82	189.591,82	189.591,82	27,88	490.408,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.600,00	0,00	200.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.600,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	10.692.461,06	3.000,00	10.695.461,06	1.591.919,49	4.603.991,18	1.597.908,83	4.583.503,99	42,85	6.111.957,07
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	207.361.400,00	24.497.703,99	231.859.103,99	34.451.385,51	115.060.627,91	29.461.385,93	74.919.168,06	32,31	156.939.935,93
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	207.361.400,00	24.497.703,99	231.859.103,99	34.451.385,51	115.060.627,91	29.461.385,93	74.919.168,06	32,31	156.939.935,93
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.727.792,57	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	207.361.400,00	24.497.703,99	231.859.103,99	34.451.385,51	115.060.627,91	29.461.385,93	104.646.960,63	45,13	127.212.143,36

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
			Maio à Junho (b)	%(b/a)	Até Junho (c)	%(c/a)
RECEITAS CORRENTES	5.185.000,00	5.185.000,00	1.597.908,83	30,82	4.583.503,99	88,40
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.185.000,00	5.185.000,00	1.597.908,83	30,82	4.583.503,99	88,40
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5.185.000,00	5.185.000,00	1.597.908,83	30,82	4.583.503,99	88,40
Contribuições Sociais	5.185.000,00	5.185.000,00	1.597.908,83	30,82	4.583.503,99	88,40
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.185.000,00	5.185.000,00	1.597.908,83	30,82	4.583.503,99	88,40

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL(d)	DESPESAS ADICIONAIS(e)	Dotação Atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS		% (g/f)	Saldo (f-g)
				Maio à Junho	Até Junho	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS LIQUIDADAS		
						Maio à Junho	Até Junho (g)		
DESPESAS CORRENTES	10.692.461,06	3.000,00	10.695.461,06	1.591.919,49	4.603.991,18	1.597.908,83	4.583.503,99	43,00	6.111.957,07
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.692.461,06	3.000,00	10.695.461,06	1.591.919,49	4.603.991,18	1.597.908,83	4.583.503,99	43,00	6.111.957,07
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	10.692.461,06	3.000,00	10.695.461,06	1.591.919,49	4.603.991,18	1.597.908,83	4.583.503,99	43,00	6.111.957,07

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
 Data Emissão: 16/jul/2014 Hora de emissão: 09h e 04m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO  
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN  
Contador  
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI  
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER  
Controlador Interno

# DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A JUNHO DE 2014

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

### Relatório Resumido da Execução Orçamentária

#### Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

#### Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

#### Entidade: Consolidado

#### Período de Referência: Janeiro a Junho de 2014 / Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo 2(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (b) / tot. (b)	% (b/a)	Saldo a Liquidar (a-b)
			Maio à Junho	Até Junho	Maio à Junho	Até Junho (b)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	196.668.938,94	221.163.642,93	32.859.466,02	110.456.636,73	27.863.477,10	70.335.664,07	93,88	31,80	150.827.978,86
Legislativa	3.073.000,00	3.073.000,00	422.054,67	1.372.573,29	426.294,96	1.162.052,83	1,55	37,81	1.910.947,17
Acao Legislativa	3.073.000,00	3.073.000,00	422.054,67	1.372.573,29	426.294,96	1.162.052,83	1,55	37,81	1.910.947,17
Administração	16.754.583,67	17.314.234,82	1.920.292,40	9.842.840,69	2.739.697,45	6.600.384,51	8,81	38,12	10.713.850,31
Planejamento e Orçamento	131.443,86	131.443,86	4.310,76	59.491,82	15.240,82	38.922,86	0,05	29,61	92.521,00
Ação Judiciária	73.024,37	73.024,37	3.447,69	46.821,03	8.655,87	18.815,97	0,03	25,77	54.208,40
Comunicação Social	1.473.387,39	1.475.067,39	1.770,45	1.237.110,47	302.685,48	465.609,90	0,62	31,57	1.009.457,49
Administracao Geral	10.992.728,05	11.171.728,05	1.661.088,37	5.158.382,76	1.649.495,66	4.298.571,62	5,74	38,48	6.873.156,43
Formação de Recursos Humanos	100.000,00	100.000,00	26.565,03	75.450,68	27.274,93	73.160,58	0,10	73,16	26.839,42
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	3.984.000,00	4.362.971,15	223.110,10	3.265.583,93	736.344,69	1.705.303,58	2,28	39,09	2.657.667,57
Assistência Social	7.067.090,00	7.900.942,33	946.920,45	4.226.731,05	1.151.549,92	2.629.279,61	3,51	33,28	5.271.662,72
Assistência Comunitária	2.474.179,00	3.123.103,63	112.290,24	1.628.271,57	295.003,42	656.911,91	0,88	21,03	2.466.191,72
Assistência ao Idoso	300.000,00	300.000,00	47.209,10	260.374,35	76.827,03	171.975,34	0,23	57,33	128.024,66
Assistência à Criança e ao Adolescente	516.911,00	616.648,75	178.959,35	349.249,35	213.299,44	245.965,19	0,33	39,89	370.683,56
Administracao Geral	3.776.000,00	3.861.189,95	608.461,76	1.988.835,78	566.420,03	1.554.427,17	2,07	40,26	2.306.762,78
Previdência Social	8.135.000,00	8.135.000,00	991.067,46	3.524.045,36	1.030.536,33	2.831.456,00	3,78	34,81	5.303.544,00
Administracao Geral	1.135.000,00	1.135.000,00	72.296,69	487.907,68	102.848,58	273.025,87	0,36	24,06	861.974,13
Previdência do Regime Estatutário	7.000.000,00	7.000.000,00	918.770,77	3.036.137,68	927.687,75	2.558.430,13	3,41	36,55	4.441.569,87
Saúde	55.691.660,00	57.670.995,80	9.546.034,09	35.172.346,33	8.701.391,74	23.190.671,42	30,95	40,21	34.480.324,38
Suporte Profilático e Terapêutico	34.070.460,00	35.819.795,80	6.677.218,31	25.464.177,15	5.540.609,15	14.463.304,41	19,31	40,38	21.356.491,39
Administracao Geral	2.132.550,00	2.262.550,00	257.064,36	1.082.267,60	336.318,39	926.508,67	1,24	40,95	1.336.041,33
Atenção Básica	18.276.200,00	18.376.200,00	2.461.838,46	8.199.745,68	2.740.746,77	7.588.524,60	10,13	41,30	10.787.675,40
Vigilância Sanitária	1.212.450,00	1.212.450,00	149.912,96	426.155,90	83.717,43	212.333,74	0,28	17,51	1.000.116,26
Educação	39.128.433,00	45.801.520,10	6.790.756,01	23.140.568,62	6.964.659,40	18.154.926,16	24,23	39,64	27.646.593,94
Ensino Superior	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Educacao Especial	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00
Educação de Jovens e Adultos	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00
Ensino Fundamental	25.813.342,00	28.609.854,43	3.797.199,51	14.531.284,96	4.527.863,76	11.722.004,25	15,65	40,97	16.887.850,18
Ensino Médio	799.000,00	912.000,00	343.818,04	909.709,59	204.140,82	297.342,14	0,40	32,60	614.657,86
Administracao Geral	1.930.500,00	2.180.500,00	344.118,57	1.133.652,42	295.870,46	923.704,49	1,23	42,36	1.256.795,51
Alimentação e Nutrição	900.000,00	990.000,00	184.289,66	706.656,19	194.784,84	482.376,52	0,64	48,72	507.623,48
Educação Infantil	9.683.591,00	13.107.165,67	2.121.330,23	5.859.265,46	1.741.999,52	4.729.498,76	6,31	36,08	8.377.666,91
Cultura	1.686.670,00	1.739.189,03	241.991,91	982.365,88	238.057,50	712.049,43	0,95	40,94	1.027.139,60
Administracao Geral	1.120.420,00	1.164.522,99	149.254,51	614.732,43	156.763,90	454.340,83	0,61	39,02	710.182,16
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	9.396,00	9.396,00	0,00	165,00	0,00	165,00	0,00	1,76	9.231,00
Arqueológico	556.854,00	565.270,04	92.737,40	367.468,45	81.293,60	257.543,60	0,34	45,56	307.726,44
Urbanismo	28.417.154,45	37.565.024,00	8.828.124,15	17.880.379,33	2.602.396,53	5.917.235,82	7,90	15,75	31.647.788,18
Infra-Estrutura Urbana	17.716.356,52	26.704.226,07	7.711.247,61	10.306.868,15	523.476,22	1.078.283,90	1,44	4,04	25.625.942,17
Administracao Geral	4.229.999,10	4.229.999,10	669.756,41	2.166.471,67	697.958,19	2.059.239,78	2,75	48,68	2.170.759,32
Saneamento Básico Urbano	2.790.969,29	2.790.969,29	87.933,78	2.382.090,07	574.592,08	1.169.913,77	1,56	41,92	1.621.055,52
Serviços Urbanos	3.679.829,54	3.639.829,54	359.186,35	3.024.949,44	806.370,04	1.609.798,37	2,15	41,92	2.230.031,17
Habituação	355.100,00	382.309,35	8.237,60	8.237,60	345,00	345,00	0,00	0,09	381.964,35
Habitacao Urbana	159.100,00	159.100,00	7.633,60	7.633,60	0,00	0,00	0,00	0,00	159.100,00
Administracao Geral	156.000,00	171.561,00	604,00	604,00	345,00	345,00	0,00	0,20	171.216,00
Habituação Rural	40.000,00	51.648,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.648,35
Gestão Ambiental	930.800,00	950.800,00	61.809,68	513.731,69	115.901,85	301.911,35	0,40	31,75	648.888,65
Preservação e Conservação Ambiental	410.000,00	430.000,00	1.600,00	278.357,22	48.183,53	113.904,53	0,15	26,49	316.095,47
Administracao Geral	520.800,00	520.800,00	60.209,68	235.374,47	67.718,32	188.006,82	0,25	36,10	332.793,18
Agricultura	3.366.106,16	6.658.606,16	801.669,19	2.242.878,38	406.808,27	1.220.664,87	1,63	18,33	5.437.941,29
Extensão Rural	2.849.499,91	6.141.999,91	767.405,37	2.125.289,99	371.695,78	1.125.714,74	1,50	18,33	5.016.285,17
Promoção da Produção Vegetal	51.651,11	51.651,11	3.250,00	18.650,00	0,00	15.400,00	0,02	29,82	36.251,11
Saneamento Básico Rural	163.282,07	163.282,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	163.282,07
Promoção da Produção Animal	168.644,18	168.644,18	25.993,50	56.969,90	27.193,02	54.568,54	0,07	32,36	114.075,64
Abastecimento	109.563,89	109.563,89	5.020,32	39.583,49	7.678,32	24.308,49	0,03	22,19	85.255,40
Administracao Geral	23.465,00	23.465,00	0,00	2.385,00	241,15	673,10	0,00	2,87	22.791,90
Indústria	1.631.300,00	1.631.300,00	0,00	1.205.821,35	351.054,66	1.034.872,48	1,38	63,44	596.427,52
Promoção Industrial	1.631.300,00	1.631.300,00	0,00	1.205.821,35	351.054,66	1.034.872,48	1,38	63,44	596.427,52
Comércio e Serviços	14.571.800,00	16.013.559,44	192.904,32	336.852,80	56.314,12	100.257,20	0,13	0,63	15.913.302,24
Promoção Comercial	615.000,00	615.000,00	1.307,10	127.255,58	38.202,30	70.145,38	0,09	11,41	544.854,62
Turismo	13.956.800,00	15.398.559,44	191.597,22	209.597,22	18.111,82	30.111,82	0,04	0,20	15.368.447,62
Transporte	5.464.100,00	5.664.100,00	744.569,69	3.483.969,80	1.001.033,32	2.428.949,30	3,24	42,88	3.235.150,70
Administracao Geral	2.405.000,00	2.405.000,00	331.411,05	1.096.112,77	337.454,98	1.032.854,85	1,38	42,95	1.372.145,15
Transporte Rodoviário	3.059.100,00	3.259.100,00	413.158,64	2.387.857,03	663.578,34	1.396.094,45	1,86	42,84	1.863.005,55
Desporto e Lazer	3.747.894,66	3.849.244,41	803.198,16	2.789.725,17	1.069.907,52	1.873.270,38	2,50	48,67	1.975.974,03
Desporto Comunitário	321.506,70	362.319,23	31.569,00	273.215,45	70.469,85	82.770,90	0,11	22,84	279.548,33
Administracao Geral	1.506.944,98	1.561.482,20	277.745,25	969.589,43	313.697,46	748.062,33	1,00	47,91	813.419,87
Desporto de Rendimento	1.919.442,98	1.925.442,98	493.883,91	1.546.920,29	685.740,21	1.042.437,15	1,39	54,14	883.005,83
Encargos Especiais	6.447.647,00	6.613.217,49	559.836,24	3.733.569,39	1.007.528,53	2.177.337,71	2,91	32,92	4.435.879,78
Serviço da Dívida Interna	1.500.000,00	1.500.000,00	195.591,82	207.591,82	195.591,82	207.591,82	0,28	13,84	1.292.408,18
Outros encargos Especiais	4.364.447,00	4.530.017,49	394.244,42	3.155.977,57	642.036,71	1.599.745,89	2,14	35,31	2.930.271,60
Defesa Civil	583.200,00	583.200,00	(30.000,00)	370.000,00	169.900,00	370.000,00	0,49	63,44	213.200,00
Reserva de Contingência	200.600,00	200.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.600,00
Reserva de contingência	200.600,00	200.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.600,00

Despesa Intra-Orçamentária

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**  
**Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**  
**Entidade: Consolidado**  
**Período de Referência: Janeiro a Junho de 2014 / Bimestre Maio-Junho**

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar(a-b)
			Maio à Junho	Até Junho	Maio à Junho	Até Junho (b)	%(b) / tot.(b)	%(b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇ.) (II)	10.692.461,06	10.695.461,06	1.591.919,49	4.603.991,18	1.597.908,83	4.583.503,99	6,12	42,85	6.111.957,07
Legislativa	130.000,00	130.000,00	15.348,37	43.555,50	15.348,37	43.555,50	0,06	33,50	86.444,50
Acao Legislativa	130.000,00	130.000,00	15.348,37	43.555,50	15.348,37	43.555,50	0,06	33,50	86.444,50
Administração	1.055.869,11	1.055.869,11	150.243,00	433.705,81	150.243,00	433.705,81	0,58	41,08	622.163,30
Administracao Geral	1.055.869,11	1.055.869,11	150.243,00	433.705,81	150.243,00	433.705,81	0,58	41,08	622.163,30
Assistência Social	494.000,00	497.000,00	69.710,55	196.409,04	69.710,55	196.409,04	0,26	39,52	300.590,96
Assistência Comunitária	15.000,00	18.000,00	802,44	2.383,42	802,44	2.383,42	0,00	13,24	15.616,58
Administracao Geral	479.000,00	479.000,00	68.908,11	194.025,62	68.908,11	194.025,62	0,26	40,51	284.974,38
Previdência Social	80.000,00	80.000,00	0,00	37.200,00	5.989,34	16.712,81	0,02	20,89	63.287,19
Administracao Geral	80.000,00	80.000,00	0,00	37.200,00	5.989,34	16.712,81	0,02	20,89	63.287,19
Saúde	1.955.000,00	1.955.000,00	290.727,76	837.452,37	290.727,76	837.452,37	1,12	42,84	1.117.547,63
Administracao Geral	111.000,00	111.000,00	21.507,72	61.358,63	21.507,72	61.358,63	0,08	55,28	49.641,37
Atenção Básica	1.844.000,00	1.844.000,00	269.220,04	776.093,74	269.220,04	776.093,74	1,04	42,09	1.067.906,26
Educação	5.584.000,00	5.584.000,00	851.565,30	2.435.878,94	851.565,30	2.435.878,94	3,25	43,62	3.148.121,06
Ensino Fundamental	3.572.500,00	3.572.500,00	548.033,67	1.567.340,66	548.033,67	1.567.340,66	2,09	43,87	2.005.159,34
Administracao Geral	245.000,00	245.000,00	34.717,66	101.851,57	34.717,66	101.851,57	0,14	41,57	143.148,43
Educação Infantil	1.766.500,00	1.766.500,00	268.813,97	766.686,71	268.813,97	766.686,71	1,02	43,40	999.813,29
Cultura	84.000,00	84.000,00	12.504,27	35.771,80	12.504,27	35.771,80	0,05	42,59	48.228,20
Administracao Geral	84.000,00	84.000,00	12.504,27	35.771,80	12.504,27	35.771,80	0,05	42,59	48.228,20
Urbanismo	634.945,51	634.945,51	97.542,39	282.199,36	97.542,39	282.199,36	0,38	44,44	352.746,15
Administracao Geral	634.945,51	634.945,51	97.542,39	282.199,36	97.542,39	282.199,36	0,38	44,44	352.746,15
Gestão Ambiental	22.000,00	22.000,00	3.316,12	9.452,75	3.316,12	9.452,75	0,01	42,97	12.547,25
Administracao Geral	22.000,00	22.000,00	3.316,12	9.452,75	3.316,12	9.452,75	0,01	42,97	12.547,25
Transporte	364.000,00	364.000,00	52.864,90	156.345,46	52.864,90	156.345,46	0,21	42,95	207.654,54
Administracao Geral	364.000,00	364.000,00	52.864,90	156.345,46	52.864,90	156.345,46	0,21	42,95	207.654,54
Desporto e Lazer	115.646,44	115.646,44	19.234,96	54.157,72	19.234,96	54.157,72	0,07	46,83	61.488,72
Administracao Geral	115.646,44	115.646,44	19.234,96	54.157,72	19.234,96	54.157,72	0,07	46,83	61.488,72
Encargos Especiais	173.000,00	173.000,00	28.861,87	81.862,43	28.861,87	81.862,43	0,11	47,32	91.137,57
Outros encargos Especiais	173.000,00	173.000,00	28.861,87	81.862,43	28.861,87	81.862,43	0,11	47,32	91.137,57
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>207.361.400,00</b>	<b>231.859.103,99</b>	<b>34.451.385,51</b>	<b>115.060.627,91</b>	<b>29.461.385,93</b>	<b>74.919.168,06</b>	<b>100,00</b>	<b>32,31</b>	<b>156.939.935,93</b>

**FONTE:** Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

**Data Emissão:** 16/jul/2014

**Hora de emissão:** 09h e 09m

**Notas:**

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO  
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN  
Contador  
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI  
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER  
Controlador Interno

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A JUNHO DE 2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2014 / Bimestre Maio-Junho

PREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
	Julho/2013	Agosto/2013	Setembro/2013	Outubro/2013	Novembro/2013	Dezembro/2013	Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014	Maior2014	Junho/2014		
RECEITAS CORRENTES (I)	16.282.194,53	14.071.527,23	15.087.473,65	15.905.043,92	17.965.693,15	15.869.189,46	16.043.176,60	17.342.442,29	21.488.429,92	17.374.492,95	17.905.301,63	15.645.974,94	200.881.940,27	189.943.360,00
Receita Tributária	1.666.053,55	1.672.286,43	1.458.334,55	1.628.961,97	1.375.016,68	1.793.898,79	1.416.254,33	1.583.675,46	6.215.137,74	2.319.719,13	2.329.755,63	1.966.270,35	25.425.598,81	26.175.447,00
IPU	327.064,99	292.987,10	45.976,64	27.511,04	26.586,07	65.413,41	28.237,55	54.453,16	3.683.137,91	408.888,69	378.109,90	1.966.270,35	5.695.113,22	5.800.000,00
ISS	757.703,74	821.348,84	795.940,08	806.108,67	862.408,26	974.179,85	891.861,00	849.619,62	799.165,95	813.811,03	854.293,55	826.618,31	10.053.040,90	9.800.000,00
ITBI	213.000,96	193.628,37	280.922,34	362.603,75	193.446,51	342.408,96	194.305,34	214.354,82	236.008,88	383.801,15	385.441,61	395.755,60	3.298.278,29	2.600.000,00
IRRF	145.658,40	150.333,38	147.336,20	148.390,84	153.922,13	332.887,97	139.083,21	135.420,03	128.965,94	160.540,96	168.355,86	165.310,61	1.976.187,53	1.850.000,00
Outras Receitas Tributárias	222.625,46	213.988,74	188.755,29	284.347,67	138.571,71	178.028,60	162.767,23	329.827,83	1.388.093,06	552.677,30	543.554,91	199.741,07	4.402.978,87	6.125.447,00
Receita de Contribuições	601.828,48	615.592,19	603.751,88	619.027,53	623.070,73	895.965,56	620.154,48	623.655,66	852.204,99	692.801,29	674.416,51	675.651,16	8.096.110,46	6.414.500,00
Receita Patrimonial	920.284,04	222.674,59	929.556,13	830.179,70	1.974.983,96	953.978,44	1.076.489,78	2.735.694,53	926.386,94	1.337.260,85	1.630.563,39	839.038,15	14.377.072,50	4.093.880,00
Receita Agropecuária	1.081,70	1.367,75	572,50	1.340,00	622,50	367,50	1.170,00	412,50	1.480,21	247,50	682,50	1.213,56	10.558,22	18.000,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	78.108,98	88.947,70	69.857,52	28.813,98	18.625,73	39.684,90	24.595,62	48.026,41	1.432.045,35	187.957,10	180.187,20	175.808,76	2.372.663,25	2.707.600,00
Transferências Correntes	9.475.335,11	10.881.337,93	11.266.724,89	12.245.915,76	11.763.727,89	11.791.215,92	12.548.349,09	11.858.988,23	11.302.579,56	12.263.901,62	12.319.421,54	11.517.009,98	139.234.487,52	146.467.893,00
Cota-Parte do FPM	1.303.663,36	1.704.519,04	1.410.713,15	1.410.734,62	1.962.303,50	2.960.365,57	2.577.602,58	2.752.502,56	1.632.770,91	1.863.533,12	2.483.387,00	1.862.379,95	23.924.475,56	25.000.000,00
Cota-Parte do ICMS	2.778.758,58	2.913.455,47	3.095.604,26	3.009.588,96	3.304.951,50	3.290.937,01	3.383.054,26	3.221.981,94	3.268.606,41	3.184.720,91	3.237.244,86	3.284.283,70	37.973.047,66	37.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	1.065.436,24	997.811,00	938.976,28	923.144,39	536.094,72	290.545,99	479.669,07	649.535,60	877.180,26	1.025.462,34	1.003.501,78	989.539,00	9.776.896,67	10.000.000,00
Cota-Parte do ITR	165,58	491,22	13.123,37	36.756,33	586,82	218,93	327,70	140,48	203,42	362,85	167,40	148,30	52.692,38	20.000,00
Transferências da LC 87/1996	13.979,59	13.679,59	13.679,59	13.679,59	13.679,59	13.679,59	14.307,19	14.307,19	14.307,19	14.307,19	14.307,19	14.307,19	153.613,49	180.000,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	2.033.946,61	2.195.094,32	2.212.719,31	2.150.144,98	2.420.328,38	2.407.838,00	2.506.892,04	2.447.234,47	2.259.002,64	2.276.062,18	2.488.690,53	2.395.130,46	27.752.993,90	27.721.017,00
Outras Receitas Correntes	2.279.785,15	3.056.297,29	3.525.008,95	4.701.886,69	3.525.783,40	2.827.630,83	3.586.496,25	2.773.266,01	3.264.815,92	3.899.433,03	3.092.122,98	3.011.241,38	39.600.767,86	46.546.966,00
DEDUÇÕES (II)	3.539.522,67	589.330,64	798.674,18	551.804,98	2.209.641,66	394.078,35	356.163,30	492.009,50	758.361,13	572.605,46	670.274,66	470.982,98	11.363.449,51	4.065.950,00
Contrib. p/ o Plano de Prev. do Servidor	4.525.126,87	1.627.429,81	1.424.763,12	1.408.281,21	3.170.695,75	1.789.109,33	1.635.779,01	1.675.420,16	1.506.122,39	1.594.382,96	1.724.825,68	1.606.909,84	23.686.838,13	16.894.500,00
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	289.234,01	269.554,87	290.736,75	288.375,77	290.147,86	571.121,64	292.540,15	294.657,48	297.369,66	323.637,21	322.706,60	322.495,68	3.873.679,68	2.004.500,00
Decução de Rec. Formação do FUNDEB	3.194.632,22	202.325,32	30.919,91	30.919,91	1.706.686,33	83.204,06	41.602,03	43.914,60	43.914,60	43.914,60	43.914,60	43.914,60	5.569.864,78	30.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)=(I)-(II)	1.041.262,64	1.135.549,62	1.103.104,46	1.087.985,53	1.173.945,59	1.134.683,63	1.301.636,83	1.336.848,08	1.644.838,13	1.226.831,15	1.358.204,48	1.240.499,56	14.306.283,67	14.550.000,00

FONTE: Sistema Alenda Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 16/07/2014

Hora de emissão: 09:10

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO  
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN  
Contador  
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI  
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER  
Controlador Interno



# DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS , PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A JUNHO DE 2014

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

### Relatório Resumido da Execução Orçamentária

#### Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Previdenciário

#### Orçamento da Seguridade Social

Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2014 / Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Maio à Junho	Até Junho 2014	Até Junho 2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS(Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	4.640.000,00	4.640.000,00	2.814.611,81	7.955.638,91	3.991.424,35
RECEITAS CORRENTES	4.640.000,00	4.640.000,00	2.814.611,81	7.955.638,91	3.991.424,35
Receita de Contribuições dos Segurados	2.004.500,00	2.004.500,00	645.202,28	1.853.406,78	1.660.097,70
Pessoal Civil	2.004.500,00	2.004.500,00	645.202,28	1.853.406,78	1.660.097,70
Ativo	2.000.000,00	2.000.000,00	643.221,54	1.848.201,48	1.655.570,71
Inativo	3.000,00	3.000,00	1.269,18	3.268,02	2.797,86
Pensionista	1.500,00	1.500,00	711,56	1.937,28	1.729,13
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	2.600.000,00	2.600.000,00	2.081.578,81	5.841.055,58	1.392.729,61
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.600.000,00	2.600.000,00	2.081.578,81	5.841.055,58	1.392.729,61
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	35.500,00	35.500,00	87.830,72	261.176,55	938.597,04
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	30.000,00	30.000,00	87.829,20	261.175,03	938.184,07
Demais Receitas Correntes	5.500,00	5.500,00	1,52	1,52	412,97
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PREVIDENCIÁRIA - RPPS(Intra-Orçamentárias)(II)	3.575.000,00	3.575.000,00	1.288.690,74	3.702.014,64	3.359.456,73
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III)=(I+II)	8.215.000,00	8.215.000,00	4.103.302,55	11.657.653,55	7.350.881,08

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Liquidada		
			Maio à Junho	Até Junho 2014	Até Junho 2013
DESP. PREVID. - RPPS (Exeto Intra-Orçamentária) (IV)	8.135.000,00	8.135.000,00	1.030.536,33	2.831.456,00	2.675.689,39
ADMINISTRAÇÃO	8.135.000,00	8.135.000,00	102.848,58	273.025,87	239.821,09
Despesas Correntes	8.035.000,00	8.035.000,00	98.718,58	268.895,87	239.691,09
Despesas de Capital	100.000,00	100.000,00	4.130,00	4.130,00	130,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	927.687,75	2.558.430,13	2.435.868,30
Pessoal Civil	0,00	0,00	927.687,75	2.558.430,13	2.435.868,30
Aposentadorias	0,00	0,00	602.380,69	1.695.102,52	1.555.336,31
Pensões	0,00	0,00	141.899,61	412.361,53	363.153,57
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	183.407,45	450.966,08	517.378,42
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVID. - RPPS (Intra-Orçamentárias)(V)	80.000,00	80.000,00	5.989,34	16.712,81	12.721,36
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI)=(IV+V)	8.215.000,00	8.215.000,00	1.036.525,67	2.848.168,81	2.688.410,75
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	3.066.776,88	8.809.484,74	4.662.470,33

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Maio à Junho	Até Junho 2014	Até Junho 2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**  
**Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de**  
**Previdência dos Servidores - Plano Previdenciário**  
**Orçamento da Seguridade Social**  
Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2014 / Bimestre Maio-Junho

BENS E DIREITOS DO RPPS	Maio/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2014	2013
CAIXA	0,00	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	18.233,16	17.641,77	11.249,41
INVESTIMENTOS	71.200.626,97	72.376.746,48	60.606.217,97
OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Maio à Junho	Até Junho 2014	Até Junho 2013
RECEITAS CORRENTES (VIII)	3.575.000,00	3.575.000,00	1.288.690,74	3.702.014,64	3.359.456,73
Receita de Contribuições	3.575.000,00	3.575.000,00	1.288.690,74	3.702.014,64	3.359.456,73
Patronal	2.775.000,00	2.775.000,00	964.283,86	2.769.999,69	2.513.222,86
Pessoal Civil	2.775.000,00	2.775.000,00	964.283,86	2.769.999,69	2.513.222,86
Ativo	2.768.000,00	2.768.000,00	961.323,56	2.762.220,15	2.506.457,16
Inativo	4.000,00	4.000,00	1.896,84	4.884,18	4.181,46
Pensionista	3.000,00	3.000,00	1.063,46	2.895,36	2.584,24
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	800.000,00	800.000,00	324.406,88	932.014,95	846.233,87
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	3.575.000,00	3.575.000,00	1.288.690,74	3.702.014,64	3.359.456,73

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Liquidada		
			Maio à Junho	Até Junho 2014	Até Junho 2013
ADMINISTRAÇÃO (XII)	80.000,00	80.000,00	5.989,34	16.712,81	12.721,36
Despesas Correntes	80.000,00	80.000,00	5.989,34	16.712,81	12.721,36
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	80.000,00	80.000,00	5.989,34	16.712,81	12.721,36

**FONTE:** Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
**Data Emissão:** 16/jul/2014 **Hora de emissão:** 09h e 11m

**Notas:**

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO  
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN  
Contador  
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI  
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER  
Controlador Interno

# DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A JUNHO DE 2014

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

### Relatório Resumido da Execução Orçamentária

### Demonstrativo do Resultado Nominal

### Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

### Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2014 / Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 5 (LRF, art. 53, inciso III)

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dezembro/2013 (a)	Em 30/Abril/2014 (b)	Em 30/Junho/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.669.697,06	3.622.841,62	4.781.082,03
DEDUÇÕES (II)	16.146.801,71	33.904.661,96	34.986.772,60
Disponibilidade de Caixa bruta	16.467.425,72	33.980.880,99	35.068.708,50
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	320.624,01	76.219,03	81.935,90
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(12.477.104,65)	(30.281.820,34)	(30.205.690,57)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	(12.477.104,65)	(30.281.820,34)	(30.205.690,57)

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Maio à Junho(c-b)	Até Junho(c-a)
VALOR	76.129,77	(17.728.585,92)

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	8.639.111,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dezembro/2013 (a)	Em 30/Abril/2014 (b)	Em 30/Junho/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	70.518.842,33	70.518.842,33	70.518.842,33
Passivo Atuarial	70.518.842,33	70.518.842,33	70.518.842,33
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	64.088.807,69	69.814.706,79	72.881.483,67
Disponibilidade de Caixa Bruta	19.603,60	954.562,47	17.641,77
Investimentos	63.582.108,67	68.373.048,90	72.376.746,48
Demais Haveres Financeiros	487.500,42	487.500,42	487.500,42
(-) Restos a Pagar Processados	405,00	405,00	405,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX)=(VII-VIII)	6.430.034,64	704.135,54	(2.362.641,34)
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	6.430.034,64	704.135,54	(2.362.641,34)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 16/jul/2014

Hora de emissão: 09h e 12m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO  
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN  
Contador  
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI  
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER  
Controlador Interno

# DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A JUNHO DE 2014

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
Demonstrativo do Resultado Primário - Estados, Distrito Federal e Municípios  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2014 / Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		Maio à Junho	Até Junho 2014	Até Junho 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	176.739.480,00	30.059.713,85	96.029.168,75	80.687.146,55
Receitas Tributárias	26.175.447,00	4.296.026,18	15.831.046,84	13.940.998,20
IPTU	5.800.000,00	756.954,66	4.911.671,97	4.448.782,50
ISS	9.800.000,00	1.680.911,86	5.035.369,46	4.347.548,62
ITBI	2.600.000,00	781.197,21	1.809.667,40	1.171.985,69
IRRF	1.850.000,00	333.666,47	897.676,61	767.244,18
Outras Receitas Tributárias	6.125.447,00	743.295,98	3.176.661,40	3.205.437,21
Receitas de Contribuições	11.599.500,00	2.947.976,50	8.722.388,08	7.898.087,62
Receitas Previdenciárias	5.579.500,00	1.933.893,02	5.555.421,42	5.019.554,43
Outras Receitas de Contribuições	6.020.000,00	1.014.083,48	3.166.966,66	2.878.533,19
Receita Patrimonial Líquida	255.000,00	78.834,03	1.920.138,30	98.532,53
Receita Patrimonial	4.093.880,00	2.469.601,54	8.545.433,64	1.818.720,50
(-) Aplicações Financeiras	3.838.880,00	2.390.767,51	6.625.295,34	1.720.187,97
Transferências Correntes	131.917.983,00	21.237.727,48	64.181.371,79	53.950.257,19
FPM	20.000.000,00	3.476.613,60	10.537.741,06	9.026.700,10
ICMS	29.600.000,00	5.217.206,84	15.663.898,02	13.504.090,23
Convênios	1.311.000,00	267.538,52	558.986,66	505.769,31
Outras Transferências Correntes	81.006.983,00	12.276.368,52	37.420.746,05	30.913.697,55
Demais Receitas Correntes	6.791.550,00	1.499.149,66	5.374.223,74	4.799.271,01
Dívida Ativa	775.000,00	341.488,16	742.719,10	326.462,30
Diversas Receitas Correntes	6.016.550,00	1.157.661,50	4.631.504,64	4.472.808,71
RECEITAS DE CAPITAL (II)	26.783.040,00	1.166.142,34	1.992.496,54	960.065,98
Operações de Crédito (III)	9.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	331.000,00	46.142,34	60.069,15	19.875,42
Transferências de Capital	17.452.040,00	1.120.000,00	1.932.427,39	940.190,56
Convênios	17.452.040,00	1.120.000,00	1.832.427,39	940.190,56
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	100.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	17.452.040,00	1.120.000,00	1.932.427,39	940.190,56
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	194.191.520,00	31.179.713,85	97.961.596,14	81.627.337,11

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Despesas Executadas em 2014		Despesas Executadas em 2013
		Liquidada entre Maio à Junho	Liquidada Até Junho	Liquidada Até Junho
DESPESAS CORRENTES (VIII)	176.002.066,43	27.469.127,35	71.039.717,80	60.035.039,78
Pessoal e Encargos Sociais	77.130.675,05	12.137.340,66	34.407.232,14	29.755.396,31
Juros e Encargos da Dívida (IX)	820.000,00	6.000,00	18.000,00	39.175,54
Outras Despesas Correntes	98.051.391,38	15.325.786,69	36.614.485,66	30.240.467,93
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	175.182.066,43	27.463.127,35	71.021.717,80	59.995.864,24
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	55.656.437,56	1.992.258,58	3.879.450,26	3.183.976,81
Investimentos	54.976.437,56	1.802.666,76	3.689.858,44	3.183.976,81
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	680.000,00	189.591,82	189.591,82	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	54.976.437,56	1.802.666,76	3.689.858,44	3.183.976,81
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	200.600,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	230.359.103,99	29.265.794,11	74.711.576,24	63.179.841,05
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	(36.167.583,99)	1.913.919,74	23.250.019,90	18.447.496,06
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.827.264,71	-

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	(17.441.864,00)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 16/jul/2014

Hora de emissão: 09h e 15m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO  
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN  
Contador  
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI  
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER  
Controlador Interno

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ENTIDADE: CONSOLIDADO, PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A JUNHO DE 2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2014 / Bimestre Maio-Junho

PREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Poder/Órgão	RP Processados e Não Processados Liquidados				RP Não Processados			
	Inscritos		Exercícios Anteriores		Saldo	Cancelados	Pagos	Liquidados
	Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2013	Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	53.295,70	267.733,31	53.295,70	267.733,31	74.056,81	58.000,00	188.972,20	2.623.131,34
Executivo	53.295,70	267.733,31	53.295,70	267.733,31	74.056,81	58.000,00	188.972,20	2.623.131,34
Encargos Gerais	60,00	7.404,00	60,00	7.404,00	60,00	0,00	7.404,00	2.608.439,09
Fundacao Municipal de Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170.636,29
Fundacao Municipal de Defesa do Meio Ambiente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450.126,99
Fundacao Municipal de Esportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	445,93
Fundo Municipal de Assistencia Social	0,00	725,70	0,00	725,70	0,00	0,00	725,70	27.391,31
Fundo Municipal de Saude	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.087,32
Gabinete do Prefeito	492,50	0,00	492,50	0,00	492,50	0,00	0,00	346,09
Gabinete do Vice-prefeito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	427,00
Instituto de Previdencia Social dos Servidores	405,00	0,00	405,00	0,00	405,00	0,00	0,00	207.828,16
Secretaria Munic.de Agric.desenv.rural e Meio Amb.	3.000,00	58.950,00	3.000,00	58.950,00	3.950,00	58.000,00	0,00	3.906,72
Secretaria Munic.desenv.economico e Turismo-sedet	6.420,00	0,00	6.420,00	0,00	6.420,00	0,00	0,00	847,04
Secretaria Munic.desenv.sociei, Cidadania e Hab.	8.761,03	24.643,05	8.761,03	24.643,05	19.153,43	0,00	14.250,65	16.808,76
Secretaria Municipal de Educacao - Semad	670,00	10.405,00	670,00	10.405,00	1.588,71	0,00	9.486,29	51.193,50
Secretaria Municipal de Educacao - Semed	8.424,67	2.276,01	8.424,67	2.276,01	8.424,67	0,00	2.276,01	46.038,40
Secretaria Municipal de Financas - Semuf	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.923,24
Secretaria Municipal de Transportes - Semut	3.975,00	1.000,00	3.975,00	1.000,00	3.975,00	0,00	1.000,00	84.404,28
Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras - Semurb	21.087,50	162.329,55	21.087,50	162.329,55	29.887,50	0,00	153.829,55	175.198,61
Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.623,26
Camara Municipal de Vereadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.516,20
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	7.373,20
TOTAL (III) = (I + II)	53.295,70	267.733,31	53.295,70	267.733,31	74.056,81	58.000,00	188.972,20	1.110.217,35
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA								
Data Emissão: 16/jul/2014								
Hora de emissão: 09h e 17m								
Notas:								

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO  
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN  
Contador  
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI  
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER  
Controlador Interno



# DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE, PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A JUNHO DE 2014

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

### Relatório Resumido da Execução Orçamentária

#### Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

#### Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2014 / Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

RECEITAS DE ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Maio à Junho	Até Junho 2014 (b)	%(b/a)
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	20.778.000,00	20.778.000,00	3.766.493,55	13.279.873,31	63,91
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.147.000,00	6.147.000,00	813.302,42	5.114.331,53	83,20
1.1.1- IPTU	5.800.000,00	5.800.000,00	758.178,88	4.916.925,62	84,77
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	32.000,00	32.000,00	3.580,18	11.941,16	37,32
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	220.000,00	220.000,00	40.949,91	143.814,06	65,37
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	95.000,00	95.000,00	11.817,67	46.904,34	49,37
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	1.224,22	5.253,65	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.600.000,00	2.600.000,00	781.197,21	1.809.667,40	69,60
1.2.1- ITBI	2.600.000,00	2.600.000,00	784.933,84	1.837.605,14	70,68
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	3.736,63	27.937,74	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	10.181.000,00	10.181.000,00	1.838.327,45	5.458.197,77	53,61
1.3.1- ISS	9.800.000,00	9.800.000,00	1.681.192,82	5.036.529,56	51,39
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	85.000,00	85.000,00	10.803,76	40.995,98	48,23
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	220.000,00	220.000,00	142.665,19	238.849,59	108,57
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	76.000,00	76.000,00	3.946,64	142.982,74	188,14
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	280,96	1.160,10	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.850.000,00	1.850.000,00	333.666,47	897.676,61	48,52
1.4.1- IRRF	1.850.000,00	1.850.000,00	333.666,47	897.676,61	48,52
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	72.750.000,00	72.750.000,00	12.992.717,38	38.146.783,20	52,44
2.1- Cota-Parte FPM	25.000.000,00	25.000.000,00	4.345.766,95	13.172.176,12	52,69
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b (22,05%)	25.000.000,00	25.000.000,00	4.345.766,95	13.172.176,12	52,69
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d (1% em dezembro de cada ano)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	37.000.000,00	37.000.000,00	6.521.508,36	19.579.871,88	52,92
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	180.000,00	180.000,00	28.614,38	71.535,95	39,74
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	550.000,00	550.000,00	103.471,19	296.961,07	53,99
2.5- Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	315,70	1.350,13	6,75
2.6- Cota-Parte IPVA	10.000.000,00	10.000.000,00	1.993.040,78	5.024.888,05	50,25
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	93.528.000,00	93.528.000,00	16.759.210,91	51.426.656,51	54,99

RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Maio à Junho	Até Junho 2014 (b)	%(b/a)
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	4.529.716,00	4.529.716,00	690.577,11	2.540.710,14	56,09
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.885.889,00	2.885.889,00	460.250,53	1.534.905,10	53,19
5.2- Transferência Diretas do PDDE	3.132,00	3.132,00	1.060,00	1.060,00	33,84
5.3- Transferência Diretas do PNAE	970.685,00	970.685,00	180.936,00	358.704,00	36,95
5.4- Transferência Diretas do PNATE	268.000,00	268.000,00	48.276,50	72.414,75	27,02
5.5- Outras Transferências do FNDE	383.000,00	383.000,00	0,00	673.090,88	149,63
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	19.010,00	19.010,00	54,08	535,41	2,82
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.121.000,00	1.121.000,00	263.901,88	527.527,34	47,06
6.1- Transferências de Convênios	1.120.000,00	1.120.000,00	263.349,40	526.698,80	47,03
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	1.000,00	1.000,00	552,48	828,54	82,85
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	5.650.716,00	5.650.716,00	954.478,99	3.068.237,48	54,30

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**  
**Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento**  
**do Ensino - MDE**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**  
Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2014 / Bimestre Maio-Junho

FUNDEB					
RECEITA DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Maio à Junho	Até Junho 2014 (b)	%(b/a)
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	14.550.000,00	14.550.000,00	2.598.704,04	7.628.858,23	52,43
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	5.000.000,00	5.000.000,00	869.153,35	2.634.435,06	52,69
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	7.400.000,00	7.400.000,00	1.304.301,52	3.915.973,86	52,92
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	36.000,00	36.000,00	5.722,86	14.307,15	39,74
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	110.000,00	110.000,00	20.694,23	59.389,17	53,99
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	4.000,00	4.000,00	63,13	269,96	6,75
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	2.000.000,00	2.000.000,00	398.768,95	1.004.483,03	50,22
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	27.826.017,00	27.826.017,00	4.843.820,99	14.333.032,32	51,51
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	27.721.017,00	27.721.017,00	4.843.820,99	14.333.032,32	51,70
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	13.171.017,00	13.171.017,00	2.245.116,95	6.704.174,09	50,90
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA(d)	DESPESA LIQUIDADADA		
			Maio à Junho	Até Junho 2014	%(f) = (e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	26.251.000,00	26.452.466,85	4.232.505,70	11.537.205,66	43,61
13.1- Com Educação Infantil	6.431.000,00	6.431.000,00	1.046.459,00	2.911.379,74	45,27
13.2- Com Ensino Fundamental	19.820.000,00	20.021.466,85	3.186.046,70	8.625.825,92	43,08
14- OUTRAS DESPESAS	1.575.017,00	2.271.017,00	310.713,11	1.186.260,60	52,23
14.1- Com Educação Infantil	94.017,00	174.017,00	34.045,42	119.874,35	68,89
14.2- Com Ensino Fundamental	1.481.000,00	2.097.000,00	276.667,69	1.066.386,25	50,85
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	27.826.017,00	28.723.483,85	4.543.218,81	12.723.466,26	44,30

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB		0,00
16.1- FUNDEB 60%		0,00
16.2- FUNDEB 40%		0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		697.466,85
17.1- FUNDEB 60%		201.466,85
17.2- FUNDEB 40%		496.000,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.1+ 17.1)		201.466,85
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (13 - 18)		11.335.738,81
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100)%		79,09
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100)%		4,82
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %		16,09

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		697.466,85
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014		697.466,85

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Maio à Junho	Até Junho 2014 (b)	%(b/a)
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)	23.382.000,00	23.382.000,00	4.189.802,73	12.856.664,13	54,99

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA(d)	DESPESA LIQUIDADADA		
			Maio à Junho	Até Junho 2014 (e)	%(f) = (e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	10.282.517,00	11.807.517,00	1.827.530,32	5.043.303,81	42,71
23.1- Creche	6.560.245,85	7.501.295,85	1.142.013,70	2.528.266,01	33,70
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.162.960,85	4.182.100,85	665.411,18	1.244.578,29	29,76
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.397.285,00	3.319.195,00	476.602,52	1.283.687,72	38,67
23.2- Pré-Escola	3.722.271,15	4.306.221,15	685.516,62	2.515.037,80	58,40
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.362.056,15	2.422.916,15	415.093,24	1.786.675,80	73,74
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.360.215,00	1.883.305,00	270.423,38	728.362,00	38,67
24- ENSINO FUNDAMENTAL	28.262.400,00	30.259.866,85	4.729.080,29	13.169.580,13	43,52
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	21.301.000,00	22.118.466,85	3.462.714,39	9.692.212,17	43,82
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	6.961.400,00	8.141.400,00	1.266.365,90	3.477.367,96	42,71
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	800,00	800,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	38.546.717,00	42.069.183,85	6.556.610,61	18.212.883,94	43,29

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**  
**Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento**  
**do Ensino - MDE**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**  
Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2014 / Bimestre Maio-Junho

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	5.094.608,03
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	697.466,85
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPO	1.165,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURS	229.724,21
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35)	6.022.964,09
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))	12.189.919,85
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	23,70

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA LIQUIDADADA		
			Maio à Junho	Até Junho 2014 (e)	% (f) = (e/d)x100
40- DESP. COM APLIC. FINANC. OUTROS REC. IMPOST. VINC. AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.900.889,00	2.901.911,81	598.928,86	1.026.009,97	35,36
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS REC. PARA FINANC. DO ENSINO	3.264.827,00	6.414.424,44	660.685,23	1.351.911,19	21,08
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	6.165.716,00	9.316.336,25	1.259.614,09	2.377.921,16	25,52
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	44.712.433,00	51.385.520,10	7.816.224,70	20.590.805,10	40,07

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	343.437,16	229.724,21
46.1- Executada com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	318.898,11	7.859,82
46.2- Executadas com Recursos do FUNDEB	24.539,05	221.864,39

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB(h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	992.478,68	0,00
48 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	14.333.583,30	0,00
49 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	12.771.688,53	0,00
49.1 - Orçamento do Exercício	12.723.688,08	0,00
49.2 - Restos a Pagar	48.000,45	0,00
50 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50.1 - (+) OUTRAS MOVIMENTAÇÕES	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	2.554.373,45	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Data Emissão: 15/jul/2014 Hora de emissão: 16h e 44m  
Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO  
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN  
Contador  
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI  
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER  
Controlador Interno

# DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A JUNHO DE 2014

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com  
Ações e Serviços Públicos de Saúde  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
poder: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2014 / Bimestre Maio-Junho

RREO ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Junho 2014 (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA (I)	20.778.000,00	20.778.000,00	13.279.873,31	63,91
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.800.000,00	5.800.000,00	4.911.671,97	84,68
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.600.000,00	2.600.000,00	1.809.667,40	69,60
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	9.800.000,00	9.800.000,00	5.035.369,46	51,38
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.850.000,00	1.850.000,00	897.676,61	48,52
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do Impostos	117.000,00	117.000,00	52.937,14	45,25
Dívida Ativa dos Impostos	440.000,00	440.000,00	382.663,65	86,97
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	171.000,00	171.000,00	189.887,08	111,05
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	72.750.000,00	72.750.000,00	38.146.783,20	52,44
Cota-Parte FPM	25.000.000,00	25.000.000,00	13.172.176,12	52,69
Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	1.350,13	6,75
Cota-Parte IPVA	10.000.000,00	10.000.000,00	5.024.888,05	50,25
Cota-Parte ICMS	37.000.000,00	37.000.000,00	19.579.871,88	52,92
Cota-Parte IPI-Exportação	550.000,00	550.000,00	296.961,07	53,99
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	180.000,00	180.000,00	71.535,95	39,74
Desoneração ICMS (LC 87/96)	180.000,00	180.000,00	71.535,95	39,74
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	93.528.000,00	93.528.000,00	51.426.656,51	54,99

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Junho 2014 (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	38.371.910,00	38.371.910,00	15.266.745,24	39,79
Provenientes da União	35.677.260,00	35.677.260,00	14.353.438,43	40,23
Provenientes dos Estados	2.534.000,00	2.534.000,00	799.498,61	31,55
Provenientes de Outros Municípios	48.000,00	48.000,00	18.905,50	39,39
Outras Receitas do SUS	112.650,00	112.650,00	94.902,70	84,25
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	70.276.490,00	70.276.490,00	33.370.056,41	47,48
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	108.648.400,00	108.648.400,00	48.636.801,65	44,77

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Junho (f)	% (f/e) x 100	Até Junho (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	53.475.610,00	55.454.945,80	33.568.523,24	60,53	23.282.675,18	41,98
Pessoal e Encargos Sociais	17.940.700,00	17.940.700,00	8.057.881,56	44,91	8.057.740,18	44,91
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	35.534.910,00	37.514.245,80	25.510.641,68	68,00	15.224.935,00	40,58
DESPESAS DE CAPITAL	4.171.050,00	4.171.050,00	2.441.275,46	58,53	745.448,61	17,87
Investimentos	4.171.050,00	4.171.050,00	2.441.275,46	58,53	745.448,61	17,87
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	57.646.660,00	59.625.995,80	36.009.798,70	60,39	24.028.123,79	40,30

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**  
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
 Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com  
 Ações e Serviços Públicos de Saúde  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 poder: Consolidado  
 Período de Referência: Janeiro a Junho de 2014 / Bimestre Maio-Junho

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Junho (h)	% (h/IVf)x 100	Até Junho (i)	% (i/IVg)x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	38.818.360,00	38.818.360,00	24.209.902,51	67,23	14.367.587,44	59,79
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	38.353.110,00	38.353.110,00	23.868.468,59	66,28	14.225.828,01	59,20
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	465.250,00	465.250,00	341.433,92	0,95	141.759,43	0,59
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			0,00	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	38.818.360,00	38.818.360,00	24.209.902,51	67,23	14.367.587,44	59,79
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	18.828.300,00	20.807.635,80	11.799.896,19	32,77	9.660.536,35	40,21
TOTAL GERAL						

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%)	18,79
--	-------

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15 x IIIb) / 100]	1.946.537,87
---	--------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
2013	116.845,98	23.637,30	93.208,68	0,00	116.845,98
<b>Total</b>	116.845,98	23.637,30	93.208,68	0,00	116.845,98

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	SALDO FINAL (Não Aplicado)
Restos Cancelados	23.637,30	-	23.637,30



**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**  
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
 Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com  
 Ações e Serviços Públicos de Saúde  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 poder: Consolidado  
 Período de Referência: Janeiro a Junho de 2014 / Bimestre Maio-Junho

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	SALDO FINAL (Não Aplicado)

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Junho (l)	% (l/ total l) x 100	Até Junho (m)	% (m/ total m) x 100
Atenção Básica	20.120.200,00	20.220.200,00	8.975.839,42	24,93	8.364.618,34	34,81
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	34.070.460,00	35.819.795,80	25.464.177,15	70,71	14.463.304,41	60,19
Vigilância Sanitária	1.212.450,00	1.212.450,00	426.155,90	1,18	212.333,74	0,88
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	2.243.550,00	2.373.550,00	1.143.626,23	3,18	987.867,30	4,11
<b>Total</b>	<b>57.646.660,00</b>	<b>59.625.995,80</b>	<b>36.009.798,70</b>	<b>100,00</b>	<b>24.028.123,79</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA Data Emissão: 15/jul/2014 Hora de emissão: 16h e 37m

1. Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.  
 2. O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total l".  
 3. O valor apresentado na intercessão com a coluna "m" ou com a coluna "h+m" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".  
 4. Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.  
 5. Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.  
 6. No último bimestre, será utilizada a fórmula:  $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$ .

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO  
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN  
Contador  
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI  
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER  
Controlador Interno

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A JUNHO DE 2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado  
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2014 / Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No bimestre	Até o bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2014)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Esatais Não-dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	156.964.377,12	177.193.102,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Alende Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 19/Jul/2014 Hora de emissão: 09h e 20m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO  
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN  
Contador  
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI  
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER  
Controlador Interno

# DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A JUNHO DE 2014

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2014 / Bimestre Maio-Junho

LRF, Art. 48 - Anexo 14

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS	Maio à Junho	Até Junho
Previsão Inicial da Receita	207.361.400,00	207.361.400,00
Previsão Atualizada da Receita	207.361.400,00	207.361.400,00
Receitas Realizadas	33.616.623,70	104.646.960,63
Déficit Orçamentário	0,00	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	1.827.264,71

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Maio à Junho	Até Junho
Dotação Inicial	207.361.400,00	207.361.400,00
Créditos Adicionais	14.075.012,90	24.497.703,99
Dotação Atualizada	231.859.103,99	231.859.103,99
Despesas Empenhadas	34.451.385,51	115.060.627,91
Despesas Liquidadas	29.461.385,93	74.919.168,06
Superávit Orçamentário	0,00	29.727.792,57

DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Maio à Junho	Até Junho
Despesas Empenhadas	34.451.385,51	115.060.627,91
Despesas Liquidadas	29.461.385,93	74.919.168,06

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até Junho
Receita Corrente Líquida	177.193.102,14

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Maio à Junho	Até Junho
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	4.103.302,55	11.657.653,55
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	1.036.525,67	2.848.168,81
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	3.066.776,88	8.809.484,74

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até Junho(b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	8.639.111,00	(17.728.585,92)	(205,21)
Resultado Primário	(17.441.864,00)	23.250.019,90	(133,30)

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Canc. Até Junho	Pag. Até Junho	Saldo a pagar
Por Poder e Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	321.029,01	58.000,00	188.972,20	74.056,81
Poder Executivo	321.029,01	58.000,00	188.972,20	74.056,81
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.961.856,24	509.265,89	2.614.847,25	1.837.743,10
Poder Executivo	4.947.163,99	509.265,89	2.600.155,00	1.837.743,10
Poder Legislativo	14.692,25	0,00	14.692,25	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.282.885,25	567.265,89	2.803.819,45	1.911.799,91

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado Até Junho	% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Junho
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	12.189.919,85	25,00	23,70
Mín. Anual de 60% do FUNDEB na Rem. do Magis. com Educ. Infan. e Ens. Fundam.	11.335.738,81	60,00	79,09

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**  
 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 Entidade: Consolidado  
 Período de Referência: Janeiro a Junho de 2014 / Bimestre Maio-Junho

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL	Valor Apurado Até Junho	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	9.000.000,00
Despesa de Capital Líquida	3.879.450,26	51.776.987,30

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	7.834.943,61	3.742.213,81	1.156.594,56	10.482,94
Despesas Previdenciárias (V)	3.476.657,59	5.465.106,78	6.108.040,43	3.107.847,88
Resultado Previdenciário (IV - V)	4.358.286,02	(1.722.892,97)	(4.951.445,87)	(3.097.364,94)

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DO RECURSOS	Valor Apurado Até Junho	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	60.069,15	270.930,85
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	55.434,07	516.885,38

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIDORES PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Junho	Limite Constitucional Anual	
		%Mínimo a Aplicar Exer.	% Aplicado Até Junho
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	9.660.536,35	15,00	18,79

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 18/jul/2014 Hora de emissão: 08h e 48m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO  
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN  
Contador  
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI  
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLE  
Controlador Interno

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### Pregão Presencial FMS R.P 13/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Edital de Pregão Presencial FMS R.P Nº 13/2014  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS GRÁFICOS PARA SECRETARIA DA SAÚDE.  
Tipo: Menor Preço Por Item  
Entrega dos envelope: até as 08:30 horas do dia 04/08/2014  
Abertura dos envelopes: na seqüência às 08:30 horas do dia 04/08/2014  
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 23 de Julho de 2014  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

### Ata Julgamento Pregao Presencial FMS 12/2014

Ata referente ao Julgamento das Propostas do Processo Licitatório 15/2014, Edital de Pregão Presencial Registro de Preço 12/2014, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE APARELHOS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS EM GERAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Aos Vinte e dois dias do mês de Julho de dois mil e quatorze, às 08:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas, reuniu-se o pregoeiro e sua equipe de apoio, para análise dos questionamentos dos itens 06 e 17 do presente certame: Referente ao item 06 a empresa LA DALLA ORTA JÚNIOR questionou que a Marca SOLIDOR não atendia as especificação descrita no edital. Referente ao item 17 a empresa LA DALLA ORTA JÚNIOR questionou que a Marca DARU não atendia as especificações descrita no edital. Diante disso, a comissão buscou informações mais técnicas junto a Secretaria da Saúde do próprio município, e após conhecimento e análises dos produtos a serem adquiridos os profissionais identificarão que estes produtos atendem as especificações sendo compatíveis com as que se utiliza atualmente. Na oportunidade ressaltou o trabalho de fiscalização do produto a ser entregue onde não conste falhas em suas estruturas. Portanto, verificou-se que as empresas que foram declaradas vencedoras conforme quadro comparativo dos itens 06 e 17, a comissão de licitação julgou que as mesma continuam habilitadas do certame. Ato contínuo esta ata será publicada no DOM e na internet site da Prefeitura Municipal. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente ata que será publicada no Mural Público e no Diário oficial dos municípios.

Marcelo José Ritter  
Pregoeiro

Cassiane Ficagna Carvalho  
Tecnico em Administração

Luis Carlos Oss  
Engenheiro

### Pregão Presencial FMS 14/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Edital de Pregão Presencial FMS Nº 14/2014  
Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEICULO AUTOMOTOR NOVO MINI-BUS conforme anexo D do edital.  
Tipo: Menor Preço Por Item  
Entrega dos envelope: até as 08:30 horas do dia 05/08/2014  
Abertura dos envelopes: na seqüência às 10:00 horas do dia 05/08/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 24 de Julho de 2014  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

### Processo Seletivo 04/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS  
PROCESSO SELETIVO Nº 004/2014

O Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados, que encontram-se abertas, no período de 24 a 30 de Julho de 2014, as inscrições ao Processo Seletivo simplificado destinado a prover contratação por tempo determinado no cargo, conforme consta do quadro seguinte:

#### I - DO QUADRO DE CARGOS OU FUNÇÕES

Cargos	Carga Horária	Remuneração R\$
Assistente Social	40 horas	2.735,39
Enfermeiro	40 horas	3.333,46

Íntegra do Edital e outras informações no Centro Administrativo Municipal de Coronel Freitas/SC, telefone (49) 3347-3400, na Secretaria da Saúde, Telefone (49) 3347-0098 e na internet, no sítio: [www.coronelfreitas.sc.gov.br](http://www.coronelfreitas.sc.gov.br).

Coronel Freitas - SC, 17 de Julho de 2014  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal.

### Dispensa de Licitação 23/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS  
DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Dispensa de Licitação Nº 23/2014  
Contratado: CLEIDIMAR MACHADO ESCOBAR .

Objeto: CONSTRUÇÃO DE CABECEIRA COM PEDRAS IRREGULARES DA PONTE QUE LIGA A COMUNIDADE DE LINHA TRÊS CASAS E LINHA IPIRANGA.  
Valor total: R\$ 4.700,00  
Vigência: 31/12/2014

Fundamento Legal: Artigo 24 Inciso IV da Lei 8.666/93 Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo



ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada à prorrogação dos respectivos contratos

Coronel Freitas (SC) 24 de Julho de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

## Coronel Martins

### PREFEITURA

#### **Portaria Nº. 125 de 14 de Julho de 2014.**

PORTARIA Nº. 125 DE 14 DE JULHO DE 2014.

DESIGNA E AUTORIZA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal 2ª Edição 2005 Consolidada;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

#### DESIGNAR E AUTORIZAR:

Art. 1º Os Servidores Públicos Municipais, juntamente com a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças desta Prefeitura, para auxiliar nos serviços de encaminhamentos para autenticações de cópias, reconhecimentos de firmas, escrituras públicas e demais serviços, junto a Comarca de São Domingos - Distrito e Município de Coronel Martins - Ofício de Registro Civil e Tabelionato, para a Prefeitura Municipal de Coronel Martins/SC, conforme abaixo relacionados:

Matricula	Nome	Cargo	CPF
120	Geneci da Costa Pertussatti	Sec. Adm. Planejamento e Finanças	665.353.959-97
129	Neimar Cassol	Agente Administrativo	589.698.299-20
561	Carolina de F.de J.Madella	Auxiliar Administrativo	009.593.669-62
795	Andrius Antonio May	Coordenador Controle Interno	032.599.049-21
897	Fabiana Kinispel Buratto	Diretora Geral do Serviço de Saúde Pública	991.635.860-53
796	Sandra Regina Previatti	Secretaria de Educação	025.691.949-64
805	Katia Ramos de Amaral	Secretaria de Assistência Social	054.311.539-94

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 14 de julho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

#### **Portaria Nº. 126, de 14 de Julho de 2014.**

PORTARIA Nº. 126, DE 14 DE JULHO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 113 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade ao Servidor abaixo relacionado, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 21/07/2014 á 19/08/2014.

Nome	Cargo	Referências
Ivair Carlos Baldissera	Agente de Vigilância sanitária	08/2006 á 08/ 2009

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 14 de julho de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI  
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças.

**Portaria Nº 127, de 18 de Julho de 2014.**

PORTARIA Nº 128, DE 18 DE JULHO DE 2014.

CONCEDE AFASTAMENTO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso a, do Artigo nº 120 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Afastamento a Servidora Pública Municipal, Sra. Jucelia Mara Girardi Pinheiro, ocupante do Cargo de Servente, por um período de 08 (oito) dias, a partir do dia 18 a 25 de julho de 2014, pelo motivo do falecimento de seu pai Sr. Juvir Girardi, ocorrido no dia 18/07/2014, conforme cópia da Certidão de Óbito em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 18 de julho de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI  
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

**Portaria Nº 128, de 18 de Julho de 2014.**

PORTARIA Nº 128, DE 18 DE JULHO DE 2014.

CONCEDE AFASTAMENTO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso a, do Artigo nº 120 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Afastamento a Servidora Pública Municipal, Sra. Jucelia Mara Girardi Pinheiro, ocupante do Cargo de Servente, por um período de 08 (oito) dias, a partir do dia 18 a 25 de julho de 2014, pelo motivo do falecimento de seu pai Sr. Juvir Girardi, ocorrido no dia 18/07/2014, conforme cópia da Certidão de Óbito em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 18 de julho de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI  
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

**Portaria Nº. 129 de 18 de Julho de 2014.**

PORTARIA Nº. 129 DE 18 DE JULHO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 01/08/2014 á 30/08/2014.

Nome Cargo Referência  
Volnei Bottega Agente Comunitário de Saúde 01/09/2012 á 31/08/2013

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 18 de julho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças.

### **Portaria Nº. 130 de 18 de Julho de 2014.**

PORTARIA Nº. 130 DE 18 DE JULHO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 04/08/2014 à 02/09/2014.

Nome	Cargo	Referência
Claudimar Antonio Mores	Operador de Maquinas	01/09/2011 à 31/08/2012

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 18 de julho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças.

### **Decreto Nº. 122, de 02 de Junho de 2014**

DECRETO Nº. 122, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZA SERVIDORES PUBLICOS A CONDUZIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

DECRETA:

Art. 1º ficam autorizados os Servidores Públicos Municipais, abaixo nominados, a conduzirem os veículos da frota Municipal, quando a serviço do Poder Executivo.

NOME DO SERVIDOR	CARGO
Fabiane Knispel Buratto	Auxiliar Administrativo
Rosa Maria Camargo	Auxiliar Administrativo
Talita Scheffer Gitrone	Enfermeira
Franci Ellen Fin	Farmacêutica
Isabel de Almeida Paz	Fisioterapeuta
Diogo Rodrigo Fronchetti	Medico Veterinário
Cristina Bordignon	Psicóloga
Rafael Pertussatti	Técnico em Informática
Evandro Belatto	Chefe de Gabinete

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
02 de junho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

### **Decreto Nº. 173 de 15 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº. 173 DE 15 DE JULHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal 4.320/64, Lei Municipal nº. 628, de 15/07/2014, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins;

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito suplementar no valor de até R\$280.646,68 (duzentos e oitenta mil seiscientos e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos), destinados a suplementar a seguinte dotação Orçamentária:

04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.368.0031.2.026 - Manutenção da Educação Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	15	01.0001	99.712,00

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN. PLANEJ. E FINANÇAS				
04.122.0004.2.003 - Manutenção das Atividades Administrativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	07	01.0001	16.034,61

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN. PLANEJAMENTO E FINANÇAS				
04.122.0004.2.003 - Manutenção das Atividades Administrativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor

3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	07	01.0000	57.500,00
-----------------	--------------------	----	---------	-----------

## 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

## 10.301.0051.2.014 - Manutenção das Atividades da Saúde

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.71.00.00.00	Aplicações Diretas	03	01.0002	84.000,00

## 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

## 10.301.0051.2.014 - Manutenção das Atividades da Saúde

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	04	01.0002	23.400,07

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo primeiro, serão anulados recursos da mesma ordem, das seguintes dotações e programações de despesas, do Fundo Municipal de Saúde e da Prefeitura Municipal de Coronel Martins:

## 03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN. PLANEJ. E FINANÇAS

## 04.122.0004.2.003 - Manutenção das Atividades Administrativas

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.50.00.00.00	Transf. a Inst. Priva- das Sem	05	01.0001	44.026,68

## 04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## 12.361.0029.1.024 - Ampliação da Rede Física da Educação

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	11	01.0001	1.000,00

## 04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## 12.361.0029.1.024 - Ampliação da Rede Física da Educação

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	12	01.0001	20.000,00

## 04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## 12.368.0031.2.026 - Manutenção da Educação Básica

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	24	01.0001	9.015,00

## 04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## 12.368.0032.2.027 - Manutenção do Transporte Escolar

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	28	01.0001	60.000,00

## 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICOS

## 15.451.0035.1.031 - Pavimentação de Ruas e Passeios

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	32	01.0000	5.000,00

## 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICOS

## 26.782.0039.2.044 - Manutenção das Atividades Rodoviárias

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	38	01.0000	80.000,00

## 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICOS

## 26.782.0039.2.044 - Manutenção das Atividades Rodoviárias

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	40	01.0000	4.697,00

## 05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICOS

## 20.608.0038.1.039 - Aquisição de Maquinas e Implementos Agrícolas

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	42	01.0000	4.273,39

## 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

## 20.606.0037.2.038 - Atividades de Apoio a Agricultura e Meio Ambiente

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	47	01.0000	6.000,00

## 07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

## 04.122.0021.2.056 - Manutenção da Secre. de Desenv. Econ. e Social

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	49	01.0000	11.000,00

## 11.01 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO RURAL

## 20.608.0048.2.040 - Incentivo a Produção Vegetal

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	56	01.0000	10.000,00

## 11.01 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO RURAL

## 20.608.0046.2.041 - Incentivo a Produção Animal

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	57	01.0000	10.000,00

## 11.01 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO RURAL

## 20.608.0046.2.041 - Incentivo a Produção Animal

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	58	01.0000	6.000,00

## 14.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

## 16.482.0017.1.035 - Construção de Residências

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	68	01.0000	4.634,61

## 14.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

## 16.482.0017.1.035 - Construção de Residências

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	69	01.0000	5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Coronel Martins SC, 15 de julho de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI  
Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

**Decreto Nº. 174, de 15 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº. 174, DE 15 DE JULHO DE 2014.  
NOMEIA MEMBROS TITULARES E SUPLENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CMDCA DE CORONEL MARTINS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pela Lei Municipal V.P. nº. 095/97, de 09/09/1997 e pela Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA - conforme abaixo:

**1 - Órgãos Públicos Municipais:**

**I - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social:**

Titular - Marivone Cecatto Maraschin  
Suplente - Zenaide Belato

**II - Secretaria Municipal de Assistência Social:**

Titular -Katia Ramos do Amaral  
Suplente - Dinaura Dall'Acqua

**III - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:**

- Titular - Maria Nilce Marmentini Somavila
- Suplente - Fatima Aparecida Tomazeli Basso

**IV - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:**

Titular - Gilson Eduardo Pahl  
Suplente - Gilberto de Oliveira

**V - Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças:**

Titular - Carolina de Fatima de Jesus  
Suplente - Andrius Antonio May

**2 - Organizações Representativas da Participação Popular:**

**I - Representantes da Associação de Pais e Professores - APP - do Município:**

Titular - Maria Lucia Marchetti Picetti  
Suplente - Inês Madali Garbim

**II - Representantes da Educação Especial - APAE**

Titular - Libera Galeti Fin  
Suplente - Vilse Pertussatti Pozzer

**III - Representantes dos Diretores das Escolas de Nível Básico e Médio do Município:**

Titular - Marcos Antonio Marmentini

Suplente - Lenice Burato dos Santos

**IV - Representantes das Associações existentes no Município:**

Titular - Francisco Jacomin  
Suplente - Fabio Lucas Madella

**V- Representantes das Cooperativas Existentes no Município:**

Titular - Neiva Crestani Belatto  
Suplente - Paulo Roberto de Barros

Art. 2º O mandato dos Conselheiros será de dois (02) anos, permitida a recondução por igual período.

Art. 3º Os Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, não serão remunerados sendo considerado serviço de interesse público relevante.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial Decreto nº. 009, de 22 de janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 15 de Julho de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI  
Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**Decreto Nº. 175, de 15 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº. 175, DE 15 DE JULHO DE 2014.  
NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA- CMDPD - DE CORONEL MARTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pela Lei Municipal nº 555/2011 de 08 de Junho de 2011 e pela Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

**NOMEAR:**

Art. 1º Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com deficiência - CMDPD -, conforme abaixo:

**I - Representantes Secretaria Municipal de Saúde:**

Titular - Cleusa Menegat Belatto;  
Suplente - Gilmar Belatto;

**II- Representantes Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes:**

Titular -- Lucimara Bolzan May;  
Suplente - Marines Luzia Basso;

**III - Representantes Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças:**



Titular - Rudinei Smaniotto;  
Suplente - Andrius Antonio May;

IV - Representantes Fundo Municipal de Assistencia Social:

Titular - Katia Ramos do Amaral;  
Suplente - Dinaura Dall Acqua;

V - Representantes da APAE:

Titular - Mara de Quadros Pozzer;  
Suplente - Salvador Dutra;

VI - Representantes das Associações de Moradores:

Titular - Beno Vicente Welchen;  
Suplente - Marcio Pozzer;

VII - Representantes do Comercio;  
Titular - Izolda Amabile Pertussatti;

Suplente - Silvia Maria Bitencourt;

VIII - Representantes das Igrejas;

Titular - Jonar Daniel Maraschin

Suplente - Carlos Oto may

Art. 2º O Conselho Municipal dos direitos da Pessoa com Deficiência terá um presidente escolhidos pelos membros.

Art. 3º O mandato dos Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período, a critério da entidade a qual representa.

Art. 4º Os Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, não serão remunerados, uma vez que trata-se de órgão de apoio voltado a pessoas com deficiência do Município sem vínculo empregatício e constituir-se-á de relevante serviço público.

Art. 5º As competências, funcionamento e demais disposições conforme previsto na Lei que Institui o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência serão tratadas e definidas no Regimento Interno.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, em especial Decreto nº. 047, de 01 de fevereiro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, SC em 15 de julho de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI  
Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

## **Decreto Nº 172 de 15 de Julho de 2014**

DECRETO Nº 172 DE 15 DE JULHO DE 2014

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal, resolve;

### **DECRETAR:**

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Sra. Nadir Muniz da Silva, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, em razão da concessão de aposentadoria por idade, conforme benefício nº. 158.791.659-0.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 15 de julho de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI  
Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

## **Errata A Portaria Nº. 099/2013, de 03 de Julho de 2014.**

ERRATA A PORTARIA Nº. 099/2013, DE 03 DE JULHO DE 2014.

A presente Errata consiste na Alteração no teor da Portaria nº. 099, de 02 de junho de 2014, a qual possui erro no período de gozo das férias, onde lê-se:

Para gozo de 30(trinta) dias no período de 02/06/2014 á 01/06/2014

### **LEIA-SE:**

Para gozo de 30(trinta) dias no período de 02/06/2014 á 01/07/2014

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 03 de julho de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

## **Estado de Santa Catarina**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2014  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2014  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

O Município de Coronel Martins - SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no dia 04 de Agosto de 2014, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, para aquisição de filtros lubrificantes para as secretarias do município, conforme quantitativos e detalhamentos do edital. Os envelopes deverão ser

entregues até às 14:00 horas do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3459-0011,

Coronel Martins (SC), 23 de Julho de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

### Estado de Santa Catarina

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2014  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

O Município de Coronel Martins - SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no dia 04 de Agosto de 2014, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, para aquisição de merenda escolar para os alunos das Escolas do município para o exercício de 2014, conforme quantitativos e detalhamentos do edital. Os envelopes deverão ser entregues até às 08:45 horas do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3459-0011,

Coronel Martins (SC), 23 de Julho de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

## Correia Pinto

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato - Processo 08/2014 Pmcp - FMS - FMAS - Fmec - Fhmcp - FUNREBOM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 08/2014  
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2014.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA  
CNPJ: 05.919.156/0001-94  
Instrumento: 538, 539, 540, 541, 542, 543  
Processo Licitatório nº 08/2014 - Pregão Presencial  
Valor total: 104.902,43

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa CELIA REGINA W SANI ME  
CNPJ: 04.195.853/0001-0001-87  
Instrumento: 520, 521, 522, 523, 524, 525  
Processo Licitatório nº 08/2014 - Pregão Presencial  
Valor total: 55.930,89

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA ME  
CNPJ: 12.903.455/0001-04  
Instrumento: 532, 533, 534, 535, 536  
Processo Licitatório nº 08/2014 - Pregão Presencial  
Valor total: 62.317,60

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa MINI MERCADO JULIA LTDA ME  
CNPJ: 04.633.915/0001-95  
Instrumento: 514, 515, 516, 517, 518, 519  
Processo Licitatório nº 08/2014 - Pregão Presencial  
Valor total: 99.175,11

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa PANIFICADORA BALDESSAR LTDA EPP  
CNPJ: 79.833.950/0001-57  
Instrumento: 526, 527, 528, 529, 530, 531  
Processo Licitatório nº 08/2014 - Pregão Presencial  
Valor total: 85.474,01

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP  
CNPJ: 81.839.425/0001-90  
Instrumento: 544, 545, 546, 547, 548, 549  
Processo Licitatório nº 08/2014 - Pregão Presencial  
Valor total: 233.725,40

Vigência: 16/05/2014 a 31/12/2014

Correia Pinto/SC 24 de julho de 2014.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

**Extrato de Ata de Registro de Preços - Processo 07/2014 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 07/2014  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2014.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa PANIFICADORA BALDESSAR LTDA EPP  
CNPJ: 79.833.950/0001-57  
Processo Licitatório nº 07/2014 - Pregão Presencial  
Valor total: 708.720,19

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa MINI MERCADO JULIA LTDA ME  
CNPJ: 04.633.915/0001-95  
Processo Licitatório nº 07/2014 - Pregão Presencial  
Valor total: 525.622,19

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP  
CNPJ: 81.839.425/0001-90  
Processo Licitatório nº 07/2014 - Pregão Presencial  
Valor total: 632.089,15

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA  
CNPJ: 02.625.813/0001-00  
:  
Processo Licitatório nº 07/2014 - Pregão Presencial  
Valor total: 4.787,50

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa NUTRIPORT COMERCIAL LTDA  
CNPJ: 06.612.312/0004-97  
Processo Licitatório nº 07/2014 - Pregão Presencial  
Valor total: 1.330,00

Vigência da ata: 14/03/2014 a 14/03/2015

Correia Pinto/SC 24 de julho de 2014.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato - Processo 03/2014 Pmcp - FMS - FMAS - Fhmcp - FUNREBOM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 03/2014  
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2014.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa JK PNEUS LTDA  
CNPJ: 78.653.946/0010-35  
Instrumento: 511, 512  
Processo Licitatório nº 03/2014 - Pregão Presencial  
Valor total: 5.272,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa ANDRILE PNEUS LTDA ME  
CNPJ: 10.661.915/0001-00  
Instrumento: 503, 504, 505, 506  
Processo Licitatório nº 03/2014 - Pregão Presencial  
Valor total: 175.917,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA  
CNPJ: 88.197.330/0001-60  
Instrumento: 513  
Processo Licitatório nº 03/2014 - Pregão Presencial  
Valor total: 103.983,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa PNEUFORETE COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA  
CNPJ: 00.805.922/0001-76  
Instrumento: 507, 508, 509, 510  
Processo Licitatório nº 03/2014 - Pregão Presencial  
Valor total: 8.160,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa CANTU COMÉRCIO E PNEUMÁTICOS LTDA  
CNPJ: 08.888.040/0009-80  
Instrumento: 499, 500, 501, 502  
Processo Licitatório nº 03/2014 - Pregão Presencial  
Valor total: 24.150,00

Vigência da ata: 20/05/2014 a 31/12/2014

Correia Pinto/SC 24 de julho de 2014.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

**Extrato Ata Registro de Preços - 09/2013 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 09/2013 - FMS  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS QUE NÃO COMPOEM A LISTA DA FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO, CFE TABELA ABCFARMA, PARA O ANO DE 2014.  
Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:  
LOTE 01 - SESI SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA  
CNPJ: 03.777.341/0031-81  
MEDICAMENTOS DE REFERÊNCIA 15%  
LOTE 02 - SESI SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA  
CNPJ: 03.777.341/0031-81  
MEDICAMENTOS GENÉRICOS 26%  
LOTE 03 - SESI SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA  
CNPJ: 03.777.341/0031-81  
MEDICAMENTOS SIMILARES 25%

Correia Pinto/SC 23 de Julho de 2013  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

# Corupá

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato 115/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
EXTRATO DE CONTRATO 115/14  
Processo de licitação nº 098/14  
Modalidade Concorrência nº 001/14  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12 e inscrição Estadual nº. 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, Bairro Figueirinha - CEP 89270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, em regime de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, Drenagem Pluvial, Terraplanagem e Sinalização Viária, das Ruas 72-Francisco Piccioni, 87-Francisco Borges, 131-Humberto Galizi e 139-Alberto Borchardt, (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários), abrangendo uma extensão de 1.669,42 metros, no Município de Corupá, conforme memorial descritivo, planilha de quantitativos, Projetos, CONTRATO DE EMPRÉSTIMO AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A - BADESC CIDADES II e demais anexos.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.878.378,59 (Um Milhão e Oitocentos e Setenta e Oito Mil e Trezentos e Setenta e Oito Reais e Cinqüenta e Nove Centavos).

Data da Assinatura: 26/06/2014

Data da Vigência: 06(seis) meses.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO 116/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 116/14  
Processo de licitação nº 099/14  
Modalidade Concorrência nº 002/14  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12 e inscrição Estadual nº. 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, Bairro Figueirinha - CEP 89270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, em regime de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, Drenagem Pluvial, Terraplanagem e Sinalização Viária, das Ruas 10-Padre Vicente, 11- Vicente Brugnetti, 24- Da Saudade, 32- Eduardo Kriesch, 35- Henrique Fuck, 39- Alberto Darius, 57-7 de Julho, 78-Expedicionário, 79- Joinville, 93-Frederico Schuarte e 98- Sem denominação, (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários), abrangendo uma extensão

de 2.083,05 metros, no Município de Corupá, conforme memorial descritivo, planilha de quantitativos, Projetos, Conforme Programa de Transferência Pacto Pelos Municípios BRDE/FUNDAM e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo.

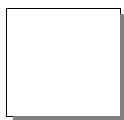
VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.170.672,98 (Dois Milhões e Cento e Setenta Mil e Seiscentos e setenta e Dois Reais e Noventa e Oito Centavos).

Data da Assinatura: 26/06/2014

Data da Vigência: 12(doze) meses.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

# RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JULHO/2013 A JUNHO/2014



## MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	15.026.204,61	36.365,53
Pessoal Ativo	15.018.372,21	36.365,53
Pessoal Inativo e Pensionista	453,94	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	7.378,46	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	22.060,03	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	22.060,03	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>15.004.144,58</b>	<b>36.365,53</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>15.040.510,11</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	<b>34.366.232,84</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	<b>43,77</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%</b>	<b>20.619.739,70</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%</b>	<b>19.588.752,72</b>	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Corupá, 23/07/2014

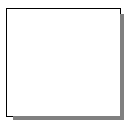
\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIA HELENA MULLER BUENO  
DIR.ADMIN.E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
DILVANE KÜHL KLABUNDE  
CONTADORA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO





MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

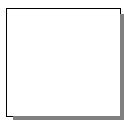
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>4.272.241,68</b>	<b>4.053.703,80</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	4.272.241,68	4.053.703,80	0,00
Interna	4.272.241,68	4.053.703,80	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>1.809.337,73</b>	<b>4.497.811,38</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.217.732,76	5.014.798,78	0,00
Demais Haveres Financeiros	25.862,37	25.091,02	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	434.257,40	542.078,42	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>2.462.903,95</b>	<b>-444.107,58</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>32.534.964,08</b>	<b>34.366.232,84</b>	<b>0,00</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>13,13%</b>	<b>11,80%</b>	<b>0,00%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>7,57%</b>	<b>-1,29%</b>	<b>0,00%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>39.041.956,90</b>	<b>41.239.479,41</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	4.272.241,68	4.053.703,80	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	3.745.403,52	3.712.601,94	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	3.745.403,52	3.712.601,94	0,00
Previdenciárias	3.745.403,52	3.712.601,94	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	526.838,16	341.101,86	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	115.052,33	180.857,05	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	774.985,25	2.115.595,95	0,00

FONTE:

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Corupá, 23/07/2014

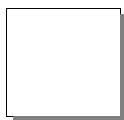
\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIA HELENA MULLER BUENO  
DIR.ADMIN.E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
DILVANE KÜHL KLABUNDE  
CONTADORA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO

FONTE:



MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV</b>	<b>32.534.964,08</b>	<b>34.366.232,84</b>	<b>18.507.169,39</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>7.157.692,10</b>	<b>7.560.571,22</b>	<b>4.071.577,27</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

Corupá, 23/07/2014

\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIA HELENA MULLER BUENO  
DIR.ADMIN.E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
DILVANE KÜHL KLABUNDE  
CONTADORA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>34.366.232,84</b>	<b>—</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>5.498.597,25</b>	<b>16,00</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>2.405.636,30</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

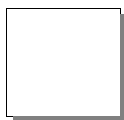
Corupá, 23/07/2014

\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIA HELENA MULLER BUENO  
DIR.ADMIN.E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
DILVANE KÜHL KLABUNDE  
CONTADORA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO



MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Assistência Farmacêutica Básica	529,87	0,00	529,87
Atenção Ambulatorial e Hospitalar - MAC	9.823,41	9.871,77	(48,36)
Atenção Básica	423.043,14	20.673,41	402.369,73
Bolsa Família	15.903,58	16,00	15.887,58
Bolsa Família	0,30	0,00	0,30
Contribuição de Interv.do Dom.Eco.CIDE	494,80	0,00	494,80
Contribuição para o COSIP	120.310,53	0,00	120.310,53
Convênio Trânsito - Militar	9.324,52	0,00	9.324,52
Oper. Créd. Internas Outros Programas	625.366,50	63.449,67	561.916,83
Outros Recursos Educação - FNDE	205.762,60	9.660,83	196.101,77
Salário Educação	96.719,82	0,00	96.719,82
Transf. de Convênios da União Saúde	443.238,04	8.999,82	434.238,22
Transferências de Convênios - Outros	889.811,72	104.815,31	784.996,41
Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	728.059,25	108.158,51	619.900,74
Vigilância em Saúde	107.255,27	0,00	107.255,27
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>3.675.643,35</b>	<b>325.645,32</b>	<b>3.349.998,03</b>
Convênio Trânsito - Civil	6.876,68	0,00	6.876,68
Entidade 3 - Conta 25064: não foi informado o recurso padrão desta conta.	14.940,23	0,00	14.940,23
Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	238.907,59	0,00	238.907,59
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	8,60	(8,60)
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar -	6.960,15	0,00	6.960,15
Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	2.634,25	6.932,47	(4.298,22)
Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	5.522,95	54.428,94	(48.905,99)
Recursos Ordinários	972.638,43	459.370,96	513.267,47
Recursos Ordinarios	0,00	1.707,27	(1.707,27)
TAXA BOMBEIRO	43.130,87	0,00	43.130,87
Transferências de Convênios - Educação	47.544,28	0,00	47.544,28
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>1.339.155,43</b>	<b>522.448,24</b>	<b>816.707,19</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>5.014.798,78</b>	<b>848.093,56</b>	<b>4.166.705,22</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Corupá, 23/07/2014

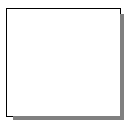
\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIA HELENA MULLER BUENO  
DIR.ADMIN.E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
DILVANE KÜHL KLABUNDE  
CONTADORA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO





MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	4.223,16	529,87
Atenção Ambulatorial e Hospitalar - MAC	0,00	9.574,17	0,00	5.057,84	(48,36)
Atenção Básica	0,00	6.550,69	0,00	32.551,75	402.369,73
Bolsa Família	0,00	0,00	0,00	2.286,55	15.887,88
Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	2.188,82	9.324,52
Oper. Créd. Internas Outros Programas	0,00	0,00	63.449,67	0,00	561.916,83
Outros Recursos Educação - FNDE	0,00	0,00	9.660,83	394.992,88	196.101,77
Transf. de Convênios da União Saúde	0,00	0,00	8.999,82	79.633,09	434.238,22
Transferências de Convênios - Outros	0,00	98.237,63	0,00	477.970,08	784.996,41
Transferências do FUNDEB-(aplic.profis)	0,00	74.635,50	0,00	0,00	619.900,74
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	4.852,42	107.255,27
<b>TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)</b>	<b>0,00</b>	<b>188.997,99</b>	<b>82.110,32</b>	<b>1.003.756,59</b>	<b>3.132.472,88</b>
Convênio Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	274,00	6.876,68
Programa Nacional de Alimentação Escolar - P	0,00	0,00	0,00	29.828,84	(8,60)
Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	0,00	39.084,70	0,00	146.868,64	(4.298,22)
Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	0,00	50.417,21	0,00	149.599,17	(48.905,99)
Recursos Ordinários	0,00	263.578,52	43.047,77	622.911,27	511.560,20
Transferências do FUNDEB-(aplic.outras)	0,00	0,00	0,00	37.199,35	0,00
<b>TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)</b>	<b>0,00</b>	<b>353.080,43</b>	<b>43.047,77</b>	<b>986.681,27</b>	<b>465.224,07</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>542.078,42</b>	<b>125.158,09</b>	<b>1.990.437,86</b>	<b>3.597.696,95</b>

## FONTE:

Nota: 1 A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Corupá, 23/07/2014

\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIA HELENA MULLER BUENO  
DIR.ADMIN.E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
DILVANE KÜHL KLABUNDE  
CONTADORA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO

R\$ 1,00

---

EMPENHOS NÃO  
LIQUIDADOS  
CANCELADOS(  
NÃO INSCRITOS  
POR  
INSUFICIÊNCIA  
FINANCEIRA)

---

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

---

0,00

---

**0,00**

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

---

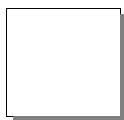
0,00

---

**0,00**

---

**0,00**



MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 1º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	15.040.510,11	43,77
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	20.619.739,70	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	19.588.752,72	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-444.107,58	-1,29
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	41.239.479,41	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.560.571,22	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.498.597,25	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.405.636,30	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	1.990.437,86	3.597.696,95

FONTE:

Corupá, 23/07/2014

\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIA HELENA MULLER BUENO  
DIR.ADMIN.E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
DILVANE KÜHL KLABUNDE  
CONTADORA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	45.678.366,10	45.678.366,10	6.187.794,76	13,55	18.580.726,30	40,68
RECEITAS CORRENTES	35.947.366,10	35.947.366,10	5.145.524,30	14,31	16.424.761,64	45,69
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.219.852,50	6.219.852,50	452.351,92	7,27	2.258.841,81	36,32
IMPOSTOS	3.209.220,00	3.209.220,00	313.126,32	9,76	1.611.758,44	50,22
TAXAS	1.264.882,50	1.264.882,50	138.736,88	10,97	644.873,25	50,98
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.745.750,00	1.745.750,00	488,72	0,03	2.210,12	0,13
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	231.000,00	231.000,00	34.982,66	15,14	99.070,65	42,89
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	231.000,00	231.000,00	34.982,66	15,14	99.070,65	42,89
RECEITA PATRIMONIAL	221.525,00	221.525,00	49.534,17	22,36	117.058,95	52,84
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	221.525,00	221.525,00	49.534,17	22,36	117.058,95	52,84
RECEITA AGROPECUÁRIA	28.875,00	28.875,00	3.396,76	11,76	10.704,70	37,07
Outras Receitas Agropecuárias	28.875,00	28.875,00	3.396,76	11,76	10.704,70	37,07
RECEITA DE SERVIÇOS	1.910.500,00	1.910.500,00	315.051,32	16,49	966.223,13	50,57
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.525.588,60	26.525.588,60	4.197.610,58	15,82	12.498.935,26	47,12
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	26.207.588,60	26.207.588,60	4.161.935,50	15,88	12.382.668,14	47,25
Transf. de Conv.	318.000,00	318.000,00	35.675,08	11,22	116.267,12	36,56
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	810.025,00	810.025,00	92.596,89	11,43	473.927,14	58,51
Multas e Juros de Mora	400.630,00	400.630,00	23.197,00	5,79	77.581,19	19,36
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16.800,00	16.800,00	138,18	0,82	23.313,52	138,77
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	342.720,00	342.720,00	34.234,22	9,99	145.069,27	42,33
RECEITAS DIVERSAS	49.875,00	49.875,00	35.027,49	70,23	227.963,16	457,07
RECEITAS DE CAPITAL	9.731.000,00	9.731.000,00	1.042.270,46	10,71	2.155.964,66	22,16
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.110.000,00	4.110.000,00	0,00	0,00	405.000,00	9,85
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	4.110.000,00	4.110.000,00	0,00	0,00	405.000,00	9,85
ALIENAÇÃO DE BENS	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENÇÃO DE BENS MÓVEIS	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.321.000,00	5.321.000,00	925.584,62	17,39	1.627.715,40	30,59
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	5.321.000,00	5.321.000,00	925.584,62	17,39	1.318.855,40	24,79
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00	2.757,91	5,52	9.321,33	18,64
Outras Receitas	50.000,00	50.000,00	2.757,91	5,52	9.321,33	18,64
Outras Receitas - Convênios	0,00	0,00	113.927,93	0,00	113.927,93	0,00

Continua 1/3



Continuação 2/3

Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>45.678.366,10</b>	<b>45.678.366,10</b>	<b>6.187.794,76</b>	<b>18.580.726,30</b>	<b>40,68</b>	<b>27.097.639,80</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>45.678.366,10</b>	<b>45.678.366,10</b>	<b>6.187.794,76</b>	<b>18.580.726,30</b>	<b>40,68</b>	<b>27.097.639,80</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>45.678.366,10</b>	<b>45.678.366,10</b>	<b>6.187.794,76</b>	<b>18.580.726,30</b>	<b>40,68</b>	<b>27.097.639,80</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>326.943,56</b>	<b>—</b>	<b>129.868,38</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	290.263,76	—	105.637,68	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	36.679,80	—	24.230,70	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>45.678.366,10</b>	<b>1.456.573,14</b>	<b>47.134.939,24</b>	<b>6.839.523,23</b>	<b>17.298.668,07</b>	<b>6.107.678,39</b>	<b>15.308.230,21</b>	<b>32,48</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>30.874.071,10</b>	<b>-49.266,44</b>	<b>30.824.804,66</b>	<b>4.702.195,39</b>	<b>14.373.444,09</b>	<b>4.655.406,72</b>	<b>13.324.251,31</b>	<b>43,23</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.521.930,00	-328.773,68	15.193.156,32	2.453.420,49	7.163.258,79	2.453.816,63	7.157.597,21	47,11
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	400.000,00	0,00	400.000,00	4.925,59	19.016,71	4.925,59	19.016,71	4,75
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.620.000,00	0,00	1.620.000,00	353.671,01	971.818,97	352.387,01	966.391,58	59,65
Transferências a União	13.332.141,10	279.507,24	13.611.648,34	1.890.178,30	6.219.349,62	1.844.277,49	5.181.245,81	38,06
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>14.304.295,00</b>	<b>1.505.839,58</b>	<b>15.810.134,58</b>	<b>2.137.327,84</b>	<b>2.925.223,98</b>	<b>1.452.271,67</b>	<b>1.983.978,90</b>	<b>12,55</b>
INVESTIMENTOS	13.304.295,00	1.505.839,58	14.810.134,58	2.063.826,02	2.706.686,10	1.378.769,85	1.765.441,02	11,92
Amortização da Dívida	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	73.501,82	218.537,88	73.501,82	218.537,88	21,85

Continua 2/3



Continuação 3/3

Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
							% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	45.678.366,10	1.456.573,14	47.134.939,24	6.839.523,23	17.298.668,07	6.107.678,39	32,48	31.826.709,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	45.678.366,10	1.456.573,14	47.134.939,24	6.839.523,23	17.298.668,07	6.107.678,39	32,48	31.826.709,03
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	45.678.366,10	1.456.573,14	47.134.939,24	6.839.523,23	17.298.668,07	6.107.678,39	32,48	31.826.709,03
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	45.678.366,10	1.456.573,14	47.134.939,24	6.839.523,23	17.298.668,07	6.107.678,39	32,48	31.826.709,03

FONTE:

Corupá, 23/07/2014

\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIA HELENA MULLER BUENO  
DIR.ADMIN E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
DILVANE KÜHL KLABUNDE  
CONTADORA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JULHO/2013 A JUNHO/2014

REO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>2.497.605,21</b>	<b>2.773.903,55</b>	<b>2.865.734,32</b>	<b>2.689.374,80</b>	<b>3.139.776,72</b>	<b>3.912.925,03</b>	<b>2.875.354,84</b>	<b>2.767.825,88</b>	<b>2.632.522,06</b>	<b>3.637.284,73</b>	<b>2.781.574,20</b>	<b>2.656.498,52</b>	<b>36.270.379,86</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	234.973,95	265.066,58	220.708,65	223.913,66	320.394,71	228.678,91	201.423,17	186.717,43	293.079,59	1.125.269,70	227.113,67	225.238,25	3.750.788,27
I.P.T.U.	37.713,84	39.697,10	35.338,73	14.206,84	6.498,15	18.325,83	1.457,85	0,00	72.007,61	747.499,38	51.918,22	45.101,09	1.069.664,64
I.R.R.F.	30.496,34	25.271,98	27.746,94	45.639,62	61.109,30	45.678,48	47.142,47	36.918,12	16.119,77	38.895,28	11.918,41	1.439,35	380.548,26
I.S.S.	65.178,65	74.906,74	56.206,69	62.735,96	77.649,14	57.695,31	62.402,11	59.635,61	55.052,92	74.575,86	77.240,02	60.554,58	785.633,69
LT.B.I.	36.319,60	18.636,00	24.040,00	23.590,00	14.693,74	25.180,00	9.966,58	25.700,00	37.242,14	22.046,32	14.626,00	50.428,65	302.469,03
Outras Receitas Tributárias	65.285,52	106.554,76	75.374,29	77.741,04	160.434,38	79.799,29	80.454,16	64.463,70	112.657,15	250.282,76	71.511,02	67.714,58	1.212.252,65
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	10.895,78	15.759,81	13.498,49	14.869,22	13.418,96	14.225,07	16.924,88	17.119,39	12.373,44	17.670,28	16.300,52	18.682,14	181.817,98
RECEITA PATRIMONIAL	11.870,80	10.926,25	10.302,10	11.751,87	11.163,04	13.535,36	15.041,29	15.963,20	15.796,59	20.731,70	24.910,05	24.624,12	186.608,37
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.228,31	2.078,38	1.525,91	1.897,62	2.053,39	2.481,16	850,15	2.338,47	2.165,10	1.954,22	1.735,86	1.660,90	21.989,47
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	153.837,60	201.516,69	133.578,13	105.900,49	150.823,67	164.427,52	104.596,19	205.881,83	179.507,45	161.186,34	158.557,72	156.493,60	1.875.907,23
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.039.118,71	2.209.552,41	2.109.379,63	2.133.595,14	2.436.327,53	2.401.442,86	2.500.576,15	2.269.813,37	2.086.345,24	2.073.340,09	2.316.315,62	2.213.843,38	26.794.650,13
Cota-Parte do F.P.M.	543.193,07	710.216,26	597.707,15	597.906,17	817.626,44	843.322,78	793.106,54	846.923,88	502.391,07	573.394,84	794.119,10	573.040,02	8.142.539,32
Cota-Parte do I.C.M.S.	627.657,81	658.062,77	699.203,40	679.792,61	746.512,72	743.347,19	724.445,17	688.951,20	698.924,64	681.496,84	692.736,38	702.797,97	8.343.948,70
Cota-Parte do I.P.V.A.	126.510,82	114.337,57	106.023,83	87.389,18	53.672,52	35.247,54	51.081,62	76.635,07	101.227,95	94.822,17	121.521,63	117.364,85	1.085.634,75
Cota-Parte do ITR.	61,85	15,00	2.146,34	20.950,85	700,40	696,77	609,11	0,00	0,00	0,00	49,02	13,56	25.204,90
Outras Transferências Correntes	322.644,96	274.967,83	259.731,01	314.899,26	320.083,77	282.827,69	403.364,16	142.938,33	311.293,92	248.710,03	213.490,03	324.136,84	3.419.177,73
Transferências da LC 61/1989	10.076,64	10.782,07	9.807,69	10.484,49	11.630,02	12.430,00	11.577,08	9.801,45	9.577,28	10.426,49	11.340,51	10.801,24	128.734,96
Transferências da LC 87/1996	3.089,91	3.089,91	3.089,91	3.089,91	3.089,91	3.089,91	3.092,28	3.059,28	0,00	3.059,28	3.059,28	3.059,28	33.635,86
Transferências do FUNDEB	405.683,65	438.061,00	441.590,30	429.092,67	483.011,75	480.519,08	513.331,19	501.504,16	462.930,38	466.430,44	509.999,67	482.629,62	5.614.973,91
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	45.690,06	69.003,43	378.751,41	197.746,80	205.605,42	1.089.934,15	35.943,01	70.002,19	43.252,65	232.132,40	36.940,76	55.956,13	2.458.658,41
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>153.479,20</b>	<b>157.261,26</b>	<b>164.054,03</b>	<b>160.341,18</b>	<b>163.120,92</b>	<b>158.954,50</b>	<b>-41.346,47</b>	<b>-57.285,41</b>	<b>36.346,09</b>	<b>13.388,41</b>	<b>-26.512,26</b>	<b>22.323,57</b>	<b>904.147,02</b>
Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-611,85	-611,85	0,00	-611,85	-611,85	-3.059,25	-6.946,00
Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-198.277,08	-211.730,95	-125.597,75	-143.348,67	-191.029,75	-143.259,96	-1.013.244,16
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	153.479,20	157.261,26	164.054,03	160.341,18	163.120,92	158.954,50	157.542,46	155.077,39	161.945,84	157.348,93	185.129,34	166.195,38	1.920.450,43
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>2.344.126,01</b>	<b>2.616.642,29</b>	<b>2.701.680,29</b>	<b>2.529.033,62</b>	<b>2.976.655,80</b>	<b>3.753.970,53</b>	<b>2.916.701,31</b>	<b>2.825.091,29</b>	<b>2.596.173,97</b>	<b>3.623.896,32</b>	<b>2.808.086,46</b>	<b>2.674.174,95</b>	<b>34.366.232,84</b>

FONTE:

Corupá, 23/07/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUENO  
DIR ADMIN E FINANÇAS

DILVANE KUHIL KLABUNDE  
CONTADOR

VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO

Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.272.241,68	4.532.205,62	4.458.703,80
DEDUÇÕES (II)	1.809.337,73	4.800.490,04	5.039.889,80
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.217.732,76	4.774.627,67	5.014.798,78
Demais Haveres Financeiros	25.862,37	25.862,37	25.091,02
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	434.257,40	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.462.903,95	-268.284,42	-581.186,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>2.462.903,95</b>	<b>-268.284,42</b>	<b>-581.186,00</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-312.901,58</b>	<b>-3.044.089,95</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-33.404,05</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

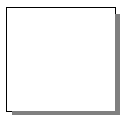
Corupá, 23/07/2014

\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIA HELENA MULLER BUENO  
DIR.ADMIN.E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
DILVANE KÜHL KLABUNDE  
CONTADORA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO



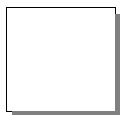
Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>35.725.841,10</b>	<b>5.095.990,13</b>	<b>16.307.702,69</b>	<b>14.584.837,08</b>
Receita Tributária	6.219.852,50	452.351,92	2.258.841,81	1.996.553,10
I.P.T.U.	1.341.690,00	96.919,31	917.884,15	887.521,10
I.S.S.	1.178.730,00	137.794,60	389.461,20	392.931,05
I.T.B.I.	309.015,00	65.054,65	160.009,69	121.803,17
I.R.R.F.	379.785,00	13.357,76	144.403,40	158.954,09
Outras Receitas Tributárias	3.010.632,50	139.225,60	647.083,37	435.343,69
Receita de Contribuição	231.000,00	34.982,66	99.070,65	109.335,13
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	231.000,00	34.982,66	99.070,65	109.335,13
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	221.525,00	49.534,17	117.058,95	87.737,36
(-) Aplicações Financeiras	221.525,00	49.534,17	117.058,95	87.737,36
Transferências Correntes	26.525.588,60	4.197.610,58	12.498.935,26	11.270.089,58
F.P.M.	8.216.880,00	1.337.159,12	4.052.977,45	3.761.125,14
I.C.M.S.	7.257.516,00	1.116.427,63	3.351.482,21	3.049.005,22
Convênios	318.000,00	35.675,08	116.267,12	109.415,39
Outras Transferências Correntes	10.733.192,60	1.708.348,75	4.978.208,48	4.350.543,83
Demais Receitas Correntes	2.749.400,00	411.044,97	1.450.854,97	1.208.859,27
Dívida Ativa	342.720,00	34.234,22	145.069,27	136.309,71
Diversas Receitas Correntes	2.406.680,00	376.810,75	1.305.785,70	1.072.549,56
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>9.731.000,00</b>	<b>1.042.270,46</b>	<b>2.155.964,66</b>	<b>1.198.466,23</b>
Operações de Crédito (III)	4.110.000,00	0,00	405.000,00	356.379,68
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	250.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	5.321.000,00	925.584,62	1.627.715,40	831.200,82
Convênios	5.321.000,00	925.584,62	1.318.855,40	831.200,82
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	308.860,00	0,00
Outras Receitas de Capital	50.000,00	116.685,84	123.249,26	10.885,73
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>5.371.000,00</b>	<b>1.042.270,46</b>	<b>1.750.964,66</b>	<b>842.086,55</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>41.096.841,10</b>	<b>6.138.260,59</b>	<b>18.058.667,35</b>	<b>15.426.923,63</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>30.824.804,66</b>	<b>4.655.406,72</b>	<b>13.324.251,31</b>	<b>13.217.905,87</b>
Pessoal e Encargos Sociais	15.193.156,32	2.453.816,63	7.157.597,21	6.917.470,50
Juros e Encargos da Dívida (IX)	400.000,00	4.925,59	19.016,71	69.007,65
Outras Despesas Correntes	15.231.648,34	2.196.664,50	6.147.637,39	6.231.427,72
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>30.424.804,66</b>	<b>4.650.481,13</b>	<b>13.305.234,60</b>	<b>13.148.898,22</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>15.810.134,58</b>	<b>1.452.271,67</b>	<b>1.983.978,90</b>	<b>1.126.878,43</b>
Investimentos	14.810.134,58	1.378.769,85	1.765.441,02	528.111,49
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.000.000,00	73.501,82	218.537,88	598.766,94
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>14.810.134,58</b>	<b>1.378.769,85</b>	<b>1.765.441,02</b>	<b>528.111,49</b>



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	500.000,00	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>45.734.939,24</b>	<b>6.029.250,98</b>	<b>15.070.675,62</b>	<b>13.677.009,71</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-4.638.098,14</b>	<b>109.009,61</b>	<b>2.987.991,73</b>	<b>1.749.913,92</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	129.868,38	0,00
Superávit Financeiro	-	-	105.637,68	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	24.230,70	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-3.048.214,44</b>

FONTE:

Corupá, 23/07/2014

\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIA HELENA MULLER BUENO  
DIR.ADMIN.E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
DILVANE KÜHL KLABUNDE  
CONTADORA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO

Município de Corupá - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

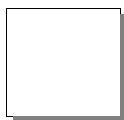
R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) EXECUTIVO	90.921,55	343.335,85	434.257,40	-	-0,00	31.779,65	743.205,60	649.827,16	649.827,16	-	125.158,09
	90.921,55	343.335,85	434.257,40	0,00	-0,00	31.779,65	742.146,81	648.768,37	648.768,37	0,00	125.158,09
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	400,00	400,00	0,00	0,00
	0,00	26.413,54	26.413,54	0,00	0,00	0,00	217.854,81	141.041,93	141.041,93	0,00	76.812,88
	0,00	293,21	293,21	0,00	0,00	0,00	12.276,01	5.678,00	5.678,00	0,00	6.598,01
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.812,53	119,43	8.812,53	8.812,53	0,00	119,43
	90.921,55	62.159,54	153.081,09	0,00	0,00	22.967,12	70.549,10	70.549,10	70.549,10	0,00	22.967,12
	0,00	52.518,26	52.518,26	0,00	0,00	0,00	84.538,72	75.538,90	75.538,90	0,00	8.999,82
	0,00	201.951,30	201.951,30	0,00	0,00	0,00	356.408,74	346.747,91	346.747,91	0,00	9.660,83
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.058,79	1.058,79	1.058,79	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.058,79	1.058,79	1.058,79	0,00	0,00
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II):	90.921,55	343.335,85	434.257,40	0,00	-0,00	31.779,65	743.205,60	649.827,16	649.827,16	0,00	125.158,09

FONTE:

Corupá, 23/07/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI	MARCIA HELENA MULLER BUENO
PREFEITO MUNICIPAL	DIR. ADMIN. E FINANÇAS
	CONTADORA
VALQUIRIA MICHALAK	
RESP. CONTROLE INTERNO	



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	4.110.000,00	405.000,00		3.705.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	15.810.134,58	1.983.978,90	0,00	13.826.155,68
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	15.810.134,58	1.983.978,90	0,00	13.826.155,68
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-11.700.134,58	-1.578.978,90		-10.121.155,68

FONTE:

Corupá, 23/07/2014

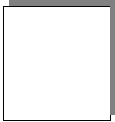
\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIA HELENA MULLER BUENO  
DIR.ADMIN.E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
DILVANE KÜHL KLABUNDE  
CONTADORA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO





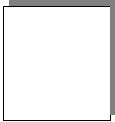
Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	45.678.366,10	47.134.939,24	6.839.523,23	17.298.668,07	6.107.678,39	15.308.230,21	100,00	32,48
Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	200.329,16	528.366,88	200.329,16	528.366,88	3,45	48,03
Ação Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	200.329,16	528.366,88	200.329,16	528.366,88	3,45	48,03
Administração	5.730.132,50	5.450.132,50	489.755,98	1.717.102,60	518.360,32	1.430.965,69	9,35	26,26
Administração Geral	5.680.132,50	5.400.132,50	477.155,98	1.687.702,60	509.960,32	1.405.765,69	9,18	26,03
Comunicação Social	50.000,00	50.000,00	12.600,00	29.400,00	8.400,00	25.200,00	0,16	50,40
Segurança Pública	893.000,00	939.912,94	10.410,01	55.906,93	13.281,32	52.082,99	0,34	5,54
Policimento	38.000,00	38.000,00	7.474,19	25.108,41	9.116,62	22.645,59	0,15	59,59
Defesa Civil	855.000,00	901.912,94	2.935,82	30.798,52	4.164,70	29.437,40	0,19	3,26
Assistência Social	845.000,00	845.000,00	178.717,92	485.359,74	182.480,89	457.968,62	2,99	54,20
Assistência ao Idoso	40.000,00	40.000,00	2.152,45	11.062,25	2.152,45	8.909,80	0,06	22,27
Assistência à Criança e ao Adolescente	230.000,00	230.000,00	51.001,17	110.497,73	62.631,70	96.239,69	0,63	41,84
Assistência Comunitária	575.000,00	575.000,00	125.564,30	363.799,76	117.696,74	352.819,13	2,30	61,36
Saúde	6.138.303,60	6.913.979,88	1.097.373,52	3.419.047,12	1.011.899,56	3.143.129,69	20,53	45,46
Atenção Básica	5.652.153,00	6.427.829,28	1.047.255,12	3.204.231,98	959.327,34	2.943.767,97	19,23	45,80
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	222.000,00	222.000,00	31.401,77	143.048,71	29.657,31	136.670,87	0,89	61,56
Suporte Profilático e Terapêutico	181.950,60	181.950,60	10.203,28	45.176,21	16.818,66	40.953,05	0,27	22,51
Vigilância Sanitária	27.000,00	27.000,00	3.690,45	11.601,04	2.804,60	9.605,19	0,06	35,57
Vigilância Epidemiológica	55.200,00	55.200,00	4.822,90	14.989,18	3.291,65	12.132,61	0,08	21,98
Trabalho	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	14.015.875,00	14.759.364,20	1.909.778,52	5.148.245,02	1.693.990,47	4.539.355,31	29,65	30,76
Alimentação e Nutrição	301.650,00	301.650,00	32.997,52	134.253,19	25.536,79	75.735,90	0,49	25,11
Ensino Fundamental	10.626.375,00	11.357.037,88	1.603.723,54	4.141.608,96	1.392.887,30	3.593.302,30	23,47	31,64
Ensino Superior	40.000,00	40.000,00	5.190,13	11.367,12	5.190,13	11.367,12	0,07	28,42
Educação Infantil	2.947.850,00	2.960.676,32	267.117,23	859.327,03	269.939,25	857.574,37	5,60	28,97
Educação de Jovens e Adultos	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	50.000,00	50.000,00	750,10	1.688,72	437,00	1.375,62	0,01	2,75
Cultura	60.000,00	60.000,00	240,00	958,00	430,00	958,00	0,01	1,60
Difusão Cultural	60.000,00	60.000,00	240,00	958,00	430,00	958,00	0,01	1,60

Continua 1/3

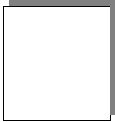


Continuação 2/3

Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	45.678.366,10	47.134.939,24	6.839.523,23	17.298.668,07	6.107.678,39	15.308.230,21	100,00	31.826.709,03
Urbanismo	10.931.255,00	11.101.749,72	2.149.832,93	4.012.425,14	1.892.274,22	3.479.993,50	22,73	7.621.756,22
Infra-Estrutura Urbana	4.684.500,00	4.724.500,00	1.278.872,26	1.560.223,63	1.094.816,09	1.277.253,55	8,34	3.447.246,45
Serviços Urbanos	6.246.755,00	6.377.249,72	870.960,67	2.452.201,51	797.458,13	2.202.739,95	14,39	4.174.509,77
Habitação	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
Habitação Urbana	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
Saneamento	1.980.800,00	1.980.800,00	324.366,04	910.139,01	322.867,89	900.428,84	5,88	1.080.371,16
Saneamento Básico Urbano	1.980.800,00	1.980.800,00	324.366,04	910.139,01	322.867,89	900.428,84	5,88	1.080.371,16
Gestão Ambiental	80.000,00	80.000,00	7.198,69	45.316,28	11.365,38	39.482,97	0,26	40.517,03
Preservação e Conservação Ambiental	80.000,00	80.000,00	7.198,69	45.316,28	11.365,38	39.482,97	0,26	40.517,03
Agricultura	922.000,00	922.000,00	300.464,62	481.706,77	98.389,04	266.200,47	1,74	655.799,53
Extensão Rural	922.000,00	922.000,00	300.464,62	481.706,77	98.389,04	266.200,47	1,74	655.799,53
Energia	261.000,00	261.000,00	14.585,84	38.493,13	18.774,22	38.493,13	0,25	222.506,87
Energia Elétrica	261.000,00	261.000,00	14.585,84	38.493,13	18.774,22	38.493,13	0,25	222.506,87
Desporto e Lazer	621.000,00	621.000,00	78.042,59	218.046,86	64.808,51	193.249,53	1,26	427.750,47
Desporto Comunitário	621.000,00	621.000,00	78.042,59	218.046,86	64.808,51	193.249,53	1,26	427.750,47
Encargos Especiais	1.450.000,00	1.450.000,00	78.427,41	237.554,59	78.427,41	237.554,59	1,55	1.212.445,41
Serviço da Dívida Interna	1.400.000,00	1.400.000,00	78.427,41	237.554,59	78.427,41	237.554,59	1,55	1.162.445,41
Outras Transferências	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00

Continua 2/3



Continuação 3/3

Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	45.678.366,10	47.134.939,24	6.839.523,23	17.298.668,07	6.107.678,39	15.308.230,21	100,00	32,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	45.678.366,10	47.134.939,24	6.839.523,23	17.298.668,07	6.107.678,39	15.308.230,21	100,00	32,48

FONTE:

Corupá, 23/07/2014

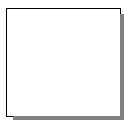
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUEN  
DIR.ADMIN E FINANÇAS

DILVANE KÜHL KLABUNDE  
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	250.000,00	0,00	250.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	150.000,00	0,00	150.000,00
<b>TOTAL</b>	250.000,00	0,00	250.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
Investimentos	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
<b>TOTAL</b>	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

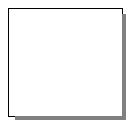
Corupá, 23/07/2014

\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIA HELENA MULLER BUENO  
DIR.ADMIN.E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
DILVANE KÜHL KLABUNDE  
CONTADORA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

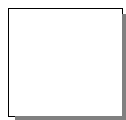
RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	24.392.655,00	24.392.655,00	11.629.551,30	47,68
Impostos	3.202.500,00	3.202.500,00	1.602.296,95	50,03
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.341.690,00	1.341.690,00	917.884,15	68,41
ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	309.015,00	309.015,00	160.009,69	51,78
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.178.730,00	1.178.730,00	389.461,20	33,04
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	373.065,00	373.065,00	134.941,91	36,17
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	252.420,00	252.420,00	129.535,11	51,32
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	10.605,00	10.605,00	5.126,04	48,34
Dívida Ativa dos Impostos	156.030,00	156.030,00	86.878,10	55,68
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	85.785,00	85.785,00	37.530,97	43,75
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	20.937.735,00	20.937.735,00	9.897.719,24	47,27
Da União	10.350.165,00	10.350.165,00	5.082.189,70	49,10
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	10.271.100,00	10.271.100,00	5.066.221,61	49,33
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	34.335,00	34.335,00	671,69	1,96
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	44.730,00	44.730,00	15.296,40	34,20
Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Do Estado	10.587.570,00	10.587.570,00	4.815.529,54	45,48
Cota-Parte do ICMS	9.071.895,00	9.071.895,00	4.189.352,20	46,18
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	146.475,00	146.475,00	63.524,05	43,37
Cota-Parte do IPVA	1.369.200,00	1.369.200,00	562.653,29	41,09
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	1.476.250,60	1.476.250,60	673.818,61	45,64
Da União para o Município	1.476.250,60	1.476.250,60	673.818,61	45,64
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	21.944.841,50	21.944.841,50	7.240.595,73	32,99
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.135.381,00	-2.135.381,00	-963.239,34	45,11
<b>TOTAL</b>	<b>45.678.366,10</b>	<b>45.678.366,10</b>	<b>18.580.726,30</b>	<b>40,68</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	5.252.383,60	5.264.348,80	2.934.894,86	55,75
Pessoal e Encargos Sociais	2.919.680,00	2.623.680,00	1.369.766,35	52,21
Outras Despesas Correntes	2.332.703,60	2.640.668,80	1.565.128,51	59,27
DESPESAS DE CAPITAL	885.920,00	1.649.631,08	208.234,83	12,62
Investimentos	885.920,00	1.649.631,08	208.234,83	12,62

Continua 1/2



Município de Corupá - SC

Continuação 2/2

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM**  
**AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	885.920,00	1.649.631,08	208.234,83	12,62
Investimentos	885.920,00	1.649.631,08	208.234,83	12,62
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>6.138.303,60</b>	<b>6.913.979,88</b>	<b>3.143.129,69</b>	<b>45,46</b>

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	6.138.303,60	6.913.979,88	3.143.129,69	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.271.250,60	2.441.101,68	1.045.104,25	33,25
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.571.250,60	1.718.311,18	989.583,71	31,48
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	700.000,00	722.790,50	55.520,54	1,77
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>3.867.053,00</b>	<b>4.472.878,20</b>	<b>2.098.025,44</b>	<b>66,75</b>

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2014 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SA	0,00	0,00

<b>PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL &lt;=² [(V - VI) / I]</b>	<b>18,04</b>
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	5.652.153,00	6.427.829,28	2.943.767,97	93,66
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	222.000,00	222.000,00	136.670,87	4,35
Suporte Profilático e Terapêutico	181.950,60	181.950,60	40.953,05	1,30
Vigilância Sanitária	27.000,00	27.000,00	9.605,19	0,31
Vigilância Epidemiológica	55.200,00	55.200,00	12.132,61	0,39
<b>TOTAL</b>	<b>6.138.303,60</b>	<b>6.913.979,88</b>	<b>3.143.129,69</b>	<b>100,00</b>

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Corupá, 23/07/2014

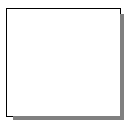
\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIA HELENA MULLER BUENO  
DIR.ADMIN.E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
DILVANE KÜHL KLABUNDE  
CONTADORA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO





Município de Corupá - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Corupá, 23/07/2014

\_\_\_\_\_  
 LUIZ CARLOS TAMANINI  
 PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
 MARCIA HELENA MULLER BUENO  
 DIR.ADMIN.E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
 DILVANE KÜHL KLABUNDE  
 CONTADORA

\_\_\_\_\_  
 VALQUIRIA MICHALAK  
 RESP. CONTROLE INTERNO

# MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	3.461.640,00	3.461.640,00	345.172,51	1.741.293,55	50,30
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.563.555,00	1.563.555,00	124.226,98	1.029.237,24	65,83
1.1.1- IPTU	1.341.690,00	1.341.690,00	96.919,31	917.884,15	68,41
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.725,00	4.725,00	606,27	982,68	20,80
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	138.495,00	138.495,00	17.676,66	76.607,24	55,31
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	78.645,00	78.645,00	9.024,74	33.763,17	42,93
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	309.225,00	309.225,00	65.054,65	160.907,60	52,04
1.2.1- ITBI	309.015,00	309.015,00	65.054,65	160.009,69	51,78
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	210,00	210,00	0,00	897,91	427,58
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.209.075,00	1.209.075,00	142.533,12	406.745,31	33,64
1.3.1- ISS	1.178.730,00	1.178.730,00	137.794,60	389.461,20	33,04
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.670,00	5.670,00	949,63	3.245,45	57,24
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	17.535,00	17.535,00	2.688,52	10.270,86	58,57
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	7.140,00	7.140,00	1.100,37	3.767,80	52,77
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	379.785,00	379.785,00	13.357,76	144.403,40	38,02
1.4.1- IRRF	379.785,00	379.785,00	13.357,76	144.403,40	38,02
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	20.992.735,00	20.992.735,00	3.334.192,55	9.897.719,24	47,15
2.1- Cota-Parte FPM	10.271.100,00	10.271.100,00	1.671.448,83	5.066.221,61	49,33
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.271.100,00	10.271.100,00	1.671.448,83	5.066.221,61	49,33
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.071.895,00	9.071.895,00	1.395.534,35	4.189.352,20	46,18
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	44.730,00	44.730,00	6.118,56	15.296,40	34,20
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	201.475,00	201.475,00	22.141,75	63.524,05	31,53
2.5- Cota-Parte ITR	34.335,00	34.335,00	62,58	671,69	1,96
2.6- Cota-Parte IPVA	1.369.200,00	1.369.200,00	238.886,48	562.853,29	41,09
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	24.454.375,00	24.454.375,00	3.679.365,06	11.639.012,79	47,59
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	826.650,00	826.650,00	142.134,17	345.162,23	41,75
5.1- Transferências do Salário-Educação	560.000,00	560.000,00	95.061,75	270.346,00	48,28
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	181.650,00	181.650,00	33.215,20	54.030,40	29,74
5.4- Transferências Diretas - PNATE	84.000,00	84.000,00	13.857,22	20.785,83	24,75
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	230.000,00	230.000,00	0,00	196.500,00	85,43
6.1- Transferências de Convênios	230.000,00	230.000,00	0,00	196.500,00	85,43
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	362.384,00	362.384,00	18.143,11	87.072,02	24,03
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.419.034,00	1.419.034,00	180.277,28	628.734,25	44,31
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.135.381,00	2.135.381,00	331.324,72	963.239,34	45,11
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.814.379,00	1.814.379,00	279.106,72	837.869,99	46,18
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	40.295,00	40.295,00	4.428,35	12.704,82	31,53
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	6.867,00	6.867,00	12,50	134,31	1,96
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	273.840,00	273.840,00	47.777,15	112.530,22	41,09
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	—	5.687.850,00	998.453,87	2.946.962,38	51,81
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.661.600,00	5.661.600,00	992.629,29	2.936.825,46	51,87
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	26.250,00	26.250,00	5.824,58	10.136,92	38,62
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	3.526.219,00	3.526.219,00	661.304,57	1.973.586,12	55,97
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.111.190,00	5.111.190,00	709.007,64	2.075.190,53	40,60
13.1- Com Educação Infantil	1.711.190,00	1.711.190,00	259.919,14	793.296,60	46,36
13.2- Com Ensino Fundamental	3.400.000,00	3.400.000,00	449.088,50	1.281.893,93	37,70
14- OUTRAS DESPESAS	576.660,00	576.660,00	48.968,63	140.894,34	24,43
14.1- Com Educação Infantil	176.660,00	176.660,00	3.745,22	3.918,48	2,22
14.2- Com Ensino Fundamental	400.000,00	400.000,00	45.223,41	136.975,86	34,24
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.687.850,00	5.687.850,00	757.976,27	2.216.084,87	38,96
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					2.216.084,87
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					70,42
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					4,78
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					24,80
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	6.113.593,75	6.113.593,75	919.841,27	2.909.753,20	47,59
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.537.850,00	2.537.850,00	269.939,25	844.748,05	33,29
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	9.081.375,00	8.986.375,00	1.080.014,43	3.016.345,01	33,57
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.800.000,00	3.800.000,00	494.311,91	1.418.869,79	37,34
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.281.375,00	5.186.375,00	585.702,52	1.597.475,22	30,80
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	11.619.225,00	11.524.225,00	1.349.953,68	3.861.093,06	33,50
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.973.586,12
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					10.136,92
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.983.723,04
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.877.370,02
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					16,13
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	560.000,00	560.000,00	43.495,18	176.684,33	31,55
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.836.650,00	2.675.139,20	300.541,61	501.577,92	18,75
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.396.650,00	3.235.139,20	344.036,79	678.262,25	20,97
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	14.015.875,00	14.759.364,20	1.693.990,47	4.539.355,31	30,76

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		5.960,45	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.936.825,46	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		2.224.863,58	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		2.124.755,75	0,00
49.2 Restos a Pagar		100.107,83	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		10.136,92	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		728.059,25	0,00

Corupá, 23/07/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI	DILVANE KÜHL KLABUNDE	VALQUIRIA MICHALAK
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA	RESP. CONTROLE INTERNO

FONTE:

\* Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

\* Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

\* Caput do art. 212 da CF/1988

\* Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

\* Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Município de Corupá - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	3.454.920,00	3.454.920,00	1.731.832,06	50,13
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.341.690,00	1.341.690,00	917.884,15	68,41
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	309.015,00	309.015,00	160.009,69	51,78
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.178.730,00	1.178.730,00	389.461,20	33,04
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	373.065,00	373.065,00	134.941,91	36,17
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	10.605,00	10.605,00	5.126,04	48,34
Dívida Ativa dos Impostos	156.030,00	156.030,00	86.878,10	55,68
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	85.785,00	85.785,00	37.530,97	43,75
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	20.937.735,00	20.937.735,00	9.897.719,24	47,27
Cota-Parte FPM	10.271.100,00	10.271.100,00	5.066.221,61	49,33
Cota-Parte ITR	34.335,00	34.335,00	671,69	1,96
Cota-Parte IPVA	1.369.200,00	1.369.200,00	562.653,29	41,09
Cota-Parte ICMS	9.071.895,00	9.071.895,00	4.189.352,20	46,18
Cota-Parte IPI-Exportação	146.475,00	146.475,00	63.524,05	43,37
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	44.730,00	44.730,00	15.296,40	34,20
Desoneração ICMS (LC 87/96)	44.730,00	44.730,00	15.296,40	34,20
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>24.392.655,00</b>	<b>24.392.655,00</b>	<b>11.629.551,30</b>	<b>47,68</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.476.250,60	1.476.250,60	673.818,61	45,64
Provenientes da União	1.476.250,60	1.476.250,60	673.818,61	45,64
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.250,00	5.250,00	537,26	10,23
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>1.481.500,60</b>	<b>1.481.500,60</b>	<b>674.355,87</b>	<b>45,52</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	5.252.383,60	5.264.348,80	3.141.812,29	59,68	2.934.894,86	55,75
Pessoal e Encargos Sociais	2.919.680,00	2.623.680,00	1.374.309,42	52,38	1.369.766,35	52,21
Outras Despesas Correntes	2.332.703,60	2.640.668,80	1.767.502,87	66,93	1.565.128,51	59,27
DESPESAS DE CAPITAL	885.920,00	1.649.631,08	277.234,83	16,81	208.234,83	12,62
Investimentos	885.920,00	1.649.631,08	277.234,83	16,81	208.234,83	12,62

Continua 1/4



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	885.920,00	1.649.631,08	277.234,83	16,81	208.234,83	12,62
Investimentos	885.920,00	1.649.631,08	277.234,83	16,81	208.234,83	12,62
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	6.138.303,60	6.913.979,88	3.419.047,12	49,45	3.143.129,69	45,46
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIAS À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.271.250,60	2.441.101,68	1.171.422,51	34,26	1.045.104,25	33,25
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.571.250,60	1.718.311,18	1.086.500,93	31,78	989.583,71	31,48
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	700.000,00	722.790,50	84.921,58	2,48	55.520,54	1,77
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.271.250,60	2.441.101,68	1.171.422,51	34,26	1.045.104,25	33,25
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	3.867.053,00	4.472.878,20	2.247.624,61	15,19	2.098.025,44	12,21
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/100]						
353.592,74						

Continua 2/4



Município de Corupá - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		0,00	0,00	75.388,90	-75.388,90	0,00	0,00	
TOTAL		0,00	0,00	75.388,90	-75.388,90	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00						
TOTAL (VIII)		0,00		0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26								
		-		-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.652.153,00	6.427.829,28	Até Bimestre (l)	% (j/Total j)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
Suporte Profilático e Terapêutico	222.000,00	222.000,00	3.204.231,98	93,72	2.943.767,97	93,66		
Vigilância Sanitária	181.950,60	181.950,60	143.048,71	4,18	136.670,87	4,35		
Vigilância Epidemiológica	27.000,00	27.000,00	45.176,21	1,32	40.953,05	1,30		
	55.200,00	55.200,00	11.601,04	0,34	9.605,19	0,31		
TOTAL	6.138.303,60	6.913.979,88	14.989,18	0,44	12.132,61	0,39		
			3.419.047,12	100,00	3.143.129,69	100,00		

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.  
<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".  
<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".  
<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.  
<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23, da L.C. 141/2012

Continua 3/4

Município de Corupá - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

6No último bimestre, será utilizada a fórmula  $V(h+i) - (15 \times IIIb)/100$

Corupá, 23/07/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI PREFEITO MUNICIPAL	DILVANE KÜHL KLABUNDE CONTADORA	VALQUIRIA MICHALAK RESP. CONTROLE INTERNO
--	------------------------------------	--

# Curitibanos

## PREFEITURA

### Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 315/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 315/2014

CONTRADADO: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP  
CNPJ:15.312.500/0001-36  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 56/2014 NUMERO DO PROCESSO: 56/2014  
NUMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 315/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO HIDRÁULICOS, PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E VICINAIS, ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, HABITAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, POLÍCIA MILITAR, CORPO BOMBEIROS E CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS ATRAVÉS DO PROGRAMA REFORMA CIDADADÃ, CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

Data Assinatura : 20/05/2014  
Vigência: 20/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 356,50  
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA DO MATERIAL E APRESENTAÇÃO DE NF

### Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 317/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 317/2014

CONTRADADO: COR E ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA  
CNPJ:05.758.684/0001-09  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 301/2014 NUMERO DO PROCESSO: 301/2014  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 317/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE

EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

Data Assinatura : 21/05/2014  
Vigência: 21/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 41,42  
Forma de Pagamento: À VISTA

### Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 318/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 318/2014

CONTRADADO: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.  
CNPJ:85.349.579/0001-55  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 307/2014 NUMERO DO PROCESSO: 307/2014  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 318/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA MANUTENÇÃO E VEÍCULOS DAS SECRETARIAS, PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SAÚDE, PARA HABITAÇÃO E ERRO. PARA : CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS

Data Assinatura : 21/05/2014  
Vigência: 21/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 623,00  
Forma de Pagamento: À VISTA

### Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 319/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 319/2014

CONTRADADO: EMPRESA GRAFICA CRUIZEIRO LTDA  
CNPJ:84.583.954/0001-64  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 64/2014 NUMERO DO PROCESSO: 64/2014  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 319/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, PARA A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DES. RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, DEPARTAMENTO DE CONSELHO TUTAL, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO E CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 21/05/2014  
Vigência: 21/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 624,00  
Forma de Pagamento: À VISTA

### **Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 320/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2014

#### **Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 320/2014**

CONTRADADO: AIRTON SILVA DA MOTA ME  
CNPJ:13.467.809/0001-70  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 292/2014 NUMERO DO PROCESSO: 292/2014  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 320/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS: ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTES, EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLICIA MILITAR E PARA PROGRAMAS: CREAS, ABRIGO TEMPORARIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS; HORTO FLORESTAL, CEMITERIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENARIO, RODOVIARIA, CADASTRO ÚNICO.

Data Assinatura : 21/05/2014  
Vigência: 21/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 175,50  
Forma de Pagamento: À VISTA

### **Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 321/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2014

#### **Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 321/2014**

CONTRADADO: DINAMICA COM DE SUP.P/INFORMATICA ESCRIT. LTDA ME

CNPJ:07.072.908/0001-50  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 292/2014 NUMERO DO PROCESSO: 292/2014  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 321/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS: ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTES, EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLICIA MILITAR E PARA PROGRAMAS: CREAS, ABRIGO TEMPORARIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS; HORTO FLORESTAL, CEMITERIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENARIO, RODOVIARIA, CADASTRO ÚNICO.

Data Assinatura : 21/05/2014  
Vigência: 21/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 6,40  
Forma de Pagamento: À VISTA

### **Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 322/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2014

#### **Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 322/2014**

CONTRADADO:BR LIVE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME  
CNPJ:08.953.004/0001-04  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 117/2014 NUMERO DO PROCESSO: 117/2014  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 322/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO E CONECTIVIDADE COM INTERNET FIBRA OPTICA E VIA RADIO COM 100% DE GARANTIA EM 39 PONTOS PARA USO NAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAUDE, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

Data Assinatura : 22/05/2014  
Vigência: 22/05/2014 a 02/05/2015  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 22.193.88  
Forma de Pagamento: MENSALMENTE CONFORME PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E APRESENTAÇÃO NF

**Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 323/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC MAIO/2014

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 323/2014**

CONTRADADO:INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO PRESIDENTE LTDA  
CNPJ:15.084.526/0001-74  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 24/2014 NUMERO DO PROCESSO: 24/2014  
NUMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 323/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LAJOTAS SEXTAVADS PARA PAVIMENTAÇÃO EM RUAS DO MUNICIPIO, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 22/05/2014  
Vigência: 22/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 145.000,00  
Forma de Pagamento: À VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 324/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC MAIO/2014

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 324/2014**

CONTRADADO: NET-DONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELETRICOS LTDA  
CNPJ:10.349.258/0001-51  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 131/2014 NUMERO DO PROCESSO: 131/2014  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 324/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA MANUTENÇÃO DO PARQUE POUSO DO TROPEIRO PARA RELIZAÇÃO DA EXPOCENTRO 2014, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 22/05/2014  
Vigência: 22/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 925,00  
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA DO MATERIAL E APRESENTAÇÃO DE NF

**Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 325/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC MAIO/2014

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 325/2014**

CONTRADADO: SANDRI COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS  
CNPJ:05.911.411/0001-52  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 131/2014 NUMERO DO PROCESSO: 131/2014  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 325/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA MANUTENÇÃO DO PARQUE POUSO DO TROPEIRO PARA RELIZAÇÃO DA EXPOCENTRO 2014, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 22/05/2014  
Vigência: 22/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 6.270,60  
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA DO MATERIAL E APRESENTAÇÃO DE NF

**Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 326/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC MAIO/2014

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 326/2014**

CONTRADADO: GRANDO PNEUS LTDA  
CNPJ:03.562.696/0001-38  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 20/2014 NUMERO DO PROCESSO: 20/2014  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 26/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTERORES, CAMERAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BALANCEAMENTO. GEOMETRIA, RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM, VULCANIZAÇÃO, CANGAGEM, CONSERTO DE PNEUS DOS VEICULOS E MAQUINAS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2ºBBM DE CURITIBANOS, POLICIA CIVIL E POLICIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 22/05/2014  
Vigência: 22/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:



Valor: 1.000,00  
Forma de Pagamento: CFME PRESTAÇÃO SERVIÇO E NOTA FISCAL

### **Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 327/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 327/2014

CONTRADADO: RECAPADORA ROCHEMBACH LTDA  
CNPJ:81.327.868/0001-00  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 20/2014 NUMERO DO PROCESSO: 20/2014  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 327/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES, CAMERAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM, VULCANIZAÇÃO, CAMBRAGEM, CONSERVTO DE PNEUS DOS VEICULOS E MAQUINAS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLICIA CIVIL E POLICIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 22/05/2014  
Vigência: 22/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 15.128,00  
Forma de Pagamento: CFME PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E NOTA FISCAL

### **Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 328/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 328/2014

CONTRADADO: EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA  
CNPJ:84.583.954/0001-64  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 126/2014 NUMERO DO PROCESSO: 126/2014  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 328/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE 2.000 VALES REFEIÇÃO/ REFRIGERANTE, CONFECCIONADO EM PAPEL COUCHE 90GR, BLOCOS DE 50X1, TAMANHO 18X5 PICOTADO, 04 CORES DIFERENTES PARA CADA DIA, NUMERADOS, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E ANEXOS DO EDITAL

Data Assinatura : 22/05/2014  
Vigência: 22/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 420,00  
Forma de Pagamento: À VISTA

### **Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 329/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 329/2014

CONTRADADO: GLOBO PLANALTO COMERCIO DE VEICULOS LTDA  
CNPJ:83.227.421/0003-49  
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 158/2014 NUMERO DO PROCESSO: 158/2014  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 329/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO DOS 37,000 KM DO VEÍCULO STRADA MJM-3034, ANO 2012 EM USO NA SECRETARIA DE OBRAS, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO CVII, DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data Assinatura : 22/05/2014  
Vigência: 22/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 341,61  
Forma de Pagamento: À VISTA

### **Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 330/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 330/2014

CONTRADADO: INDUSTRIAL E ARTEFATOS DE CIMENTO PRESIDENTE LTDA  
CNPJ:15.084.526/0001-74  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 24/2014 NUMERO DO PROCESSO: 24/2014  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 330/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LAJOTAS SEXTAVADAS PARA PAVIMENTAÇÃO EM RUAS DO MUNICIPIO, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.



Data Assinatura : 22/05/2014  
Vigência: 22/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 164.575,00  
Forma de Pagamento: CFME ENTREGA E NOTA FISCAL

### **Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 331/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2014

#### **Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 331/2014**

CONTRADADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA  
CNPJ:05.919.156/0001-94  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 292/2014 NUMERO DO PROCESSO:  
292/2014  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 331/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS: ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTE, EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, POLICIA MILITAR E PARA PROGRAMAS, CREAS, ABRIGO TEMPORARIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS: HORTO FLORESTAL, CEMITERIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENARIO, RODOVIARIA, CADASTRO ÚNICO.

Data Assinatura : 23/05/2014  
Vigência: 23/05/2014 a 12/06/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 10,95  
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA DO PRODUTO NF

### **Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 332/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2014

#### **Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 332/2014**

CONTRADADO: DINAMICA COM. DE SUP.P/INFORMATICA ESCR. LTDA ME.  
CNPJ:07.072.908/0001-50  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 292/2014 NUMERO DO PROCESSO:  
292/2014  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 332/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS: ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTE, EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, POLICIA MILITAR E PARA PROGRAMAS, CREAS, ABRIGO TEMPORARIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS: HORTO FLORESTAL, CEMITERIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENARIO, RODOVIARIA, CADASTRO ÚNICO.

Data Assinatura : 23/05/2014  
Vigência: 23/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 28,99  
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA DO PRODUTO E NF

### **Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 333/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2014

#### **Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 333/2014**

CONTRADADO:INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA CAÇADOR  
CNPJ:83.054.924/0001-06  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 292/2014 NUMERO DO PROCESSO:  
292/2014  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 333/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS: ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTE, EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, POLICIA MILITAR E PARA PROGRAMAS, CREAS, ABRIGO TEMPORARIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS: HORTO FLORESTAL, CEMITERIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENARIO, RODOVIARIA, CADASTRO ÚNICO.

Data Assinatura : 23/05/2014  
Vigência: 23/05/2014 a 12/06/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 14,45  
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA DO PRODUTO NF

### **Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 334/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2014

#### **Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 334/2014**

CONTRADADO: MARLON EISING ATACADISTA  
CNPJ:17.361.216/0001-85  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 292/2014 NUMERO DO PROCESSO:  
292/2014  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 334/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA  
PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS: ADMINISTRAÇÃO,  
OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTE, EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL,  
PLANEJAMENTO, POLÍCIA MILITAR E PARA PROGRAMAS, CREAS,  
ABRIGO TEMPORÁRIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAM-  
ENTOS: HORTO FLORESTAL, CEMITERIO, LIMPEZA PUBLICA,  
AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENARIO, RODO-  
VIARIA, CADASTRO ÚNICO.

Data Assinatura : 23/05/2014  
Vigência: 23/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 37,60  
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA DO PRODUTO E NF

#### **Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 335/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 335/2014

CONTRADADO: PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA EPP  
CNPJ:01.648.513/0001-76  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 292/2014 NUMERO DO PROCESSO:  
292/2014  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 335/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA  
PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS: ADMINISTRAÇÃO,  
OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTE, EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL,  
PLANEJAMENTO, POLÍCIA MILITAR E PARA PROGRAMAS, CREAS,  
ABRIGO TEMPORÁRIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAM-  
ENTOS: HORTO FLORESTAL, CEMITERIO, LIMPEZA PUBLICA,  
AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENARIO, RODO-  
VIARIA, CADASTRO ÚNICO.

Data Assinatura : 23/05/2014  
Vigência: 23/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 4,38  
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA DO PRODUTO E NF

#### **Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 336/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 336/2014

CONTRADADO:CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
EPP  
CNPJ:08.273.827/0001-80  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 134/2014 NUMERO DO PROCESSO:  
134/2014  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 323/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRAULICO E MATERIAL  
DE PINTURA, PARA USO E NMANUTENÇÃO DO PARQUE POUSO  
DO TROPEIRO, EM VIRTUDE DA REALIZAÇÃO DA EXPOCENTRO  
2014, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 23/05/2014  
Vigência: 23/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 7.468.06  
Forma de Pagamento: À VISTA

#### **Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 337/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 337/2014

CONTRADADO:SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-  
ME  
CNPJ:15.312.500/0001-36  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 134/2014 NUMERO DO PROCESSO:  
134/2014  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 337/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRAULICO E MATERIAL  
DE PINTURA, PARA USO E NMANUTENÇÃO DO PARQUE POUSO  
DO TROPEIRO, EM VIRTUDE DA REALIZAÇÃO DA EXPOCENTRO  
2014, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 23/05/2014  
Vigência: 23/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 2.481,37  
Forma de Pagamento: À VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 338/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2014

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 338/2014**

CONTRADADO: CONSBRITA CONSTRUTA DE OBRAS LTDA  
CNPJ: 06.099.082/0001-50  
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 271/2014 NUMERO DO PROCESSO: 271/2014  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 338/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: ADITIVO DE PRAZO PARA ATÉ 12/06/2014 REFERENTE A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE AVENIDA FREI ROGÉRIO, BRAIRRO SÃO FRANCISCO, COM AREA DE 2.544 M2, CONFORME CONVENIO Nº 2013TR 003027, PROCESSO Nº SDR11 1411/2013, MEMORANDO E MEMORIAL EM ANEXO

Data Assinatura : 23/05/2014  
Vigência: 23/05/2014 a 12/06/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 0,00  
Forma de Pagamento:

**Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 339/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2014

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 339/2014**

CONTRADADO: REGINA TERESINHA SEBBEM RODRIGUES  
CNPJ: 08.703.765/0001-08  
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: NUMERO DO PROCESSO:  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 339/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE LETREIRO 'EXPOCENTRO' EM FLORES, NO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, PARA A REALIZAÇÃO DF EXPOCENTRO 2014

Data Assinatura : 26/05/2014  
Vigência: 26/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 1,750,00  
Forma de Pagamento: À VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 340/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2014

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 340/2014**

CONTRADADO: COR E ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA  
CNPJ: 05.758.684/0001-09  
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 301/2013 NUMERO DO PROCESSO: 301/2013  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 340/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER E SECRETARIA DE SAUDE, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 26/05/2014  
Vigência: 26/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 4,76  
Forma de Pagamento: À VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 342/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2014

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 342/2014**

CONTRADADO: FATIMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-EPP  
CNPJ: 06.139.399/0001-72  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 341/2013 NUMERO DO PROCESSO: 341/2013  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 342/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DE GARAPEIRA PARA CONCERTO DOS BANCOS RETIRADOS DA AV. SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 27/05/2014  
Vigência: 27/05/2014 a 28/07/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 6.514,48  
Forma de Pagamento: À VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 343/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 343/2014

CONTRADADO: MUSSINI PRODUÇÕES LTDA  
CNPJ:01.004.562/0001-76  
MODALIDADE:CONCORRENCIA P/ COMPRAS E SERVIÇOS  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 111/2013 NUMERO DO PROCESSO:  
111/2013  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 343/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA, GERENCIAMENTO DO FORNECIMENTO EXCLUSIVO DE BEBIDAS E EXPLORAÇÃO DOS ESPAÇOS, COMPREENDIDO DE AREA INTERNA E EXTERNA PARA COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS, CONFORME LAYOUT ANEXO, EXCEPTO RESTAURANTE, DO PARQUE POUSO DO TORPEIRO, DURANTE A REALIZAÇÃO DA EXPOCENTRO/2014, CONFORME LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.

Data Assinatura : 27/05/2014  
Vigência: 27/05/2014 a 31/07/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 81.000,00  
Forma de Pagamento: EM ATÉ 48 HORAS APÓS HOMOLOGAÇÃO

**Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 344/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 344/2014

CONTRADADO: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME  
CNPJ:10.314.036/0001-01  
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 139/2013 NUMERO DO PROCESSO:  
139/2013  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 344/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA CONSUMO DA GUARNIÇÃO ESPECIAL DE POLICIA MILITAR DE CURITIBANOS, PARA O ANO DE 2014

Data Assinatura : 27/05/2014  
Vigência: 27/05/2014 a 31/07/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 3.250,75  
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA PRODUTOS E NOTA FISCAL

**Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 345/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 345/2014

CONTRADADO: VILMAR MELO  
CNPJ:1920.636.759-53  
MODALIDADE:CONCORRENCIA P/COMPRAS E SERVIÇOS  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 68/2013 NUMERO DO PROCESSO:  
68/2013  
NUMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 345/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: CONCESSÃO DE ESPAÇO PARA USO COMO ESTACIONAMENTO, DURANTE A REALIZAÇÃO DA EXPOCENTRO/2014, CONFORME LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL, MINUTA DE CONTRATO E ANEXOS INTEGRANTES QUE FICAM FAZENDO PARTE DESTE EDITAL

Data Assinatura : 28/05/2014  
Vigência: 28/05/2014 a 31/07/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 1.056,30  
Forma de Pagamento: À VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 346/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 346/2014

CONTRADADO: GERALUX ELETRO ENERGIA SOLAR LTDA ME  
CNPJ:02.590.407/0001-41  
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 62/2013 NUMERO DO PROCESSO:  
62/2013  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 346/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE SAUDE, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, 2º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

Data Assinatura : 28/05/2014  
Vigência: 28/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 59,40  
Forma de Pagamento: À VISTA



**Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 347/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 347/2014

CONTRADADO: MARCOS FRONER FERREIRA  
CNPJ:15.189.131/0001-36  
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 61/2013 NUMERO DO PROCESSO:  
61/2013  
NUMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 347/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA PLOTAGEM DE VIATURAS, EQUIPAMENTOS E PARA USO EM GERAL NOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS DO 2º BBM/CURITIBANOS, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

Data Assinatura : 29/05/2014  
Vigência: 29/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor: 4.980,00  
Forma de Pagamento: CONFORME PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E APRESENTAÇÃO NF

**Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 348/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 348/2014

SERMEDICAL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - ME  
CNPJ:93.726.446/0001-89  
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 105/2013 NUMERO DO PROCESSO:  
105/2013  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 348/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS USADOS NAS ATIVIDADES DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 29/05/2014  
Vigência: 29/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor:3.100,00  
Forma de Pagamento: CONFORME PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E APRESENTAÇÃO NF

**Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 349/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 349/2014

CONTRATADO: NETDONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME  
CNPJ:10.349.258/0001-51  
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 19/2013 NUMERO DO PROCESSO:  
19/2013  
NUMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 349/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, JUNTA MILITAR, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, SECRETARIA DA AGRICULTURA, POLICIA CIVIL, MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS, E SECRETARIA DE OBRAS, PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E SECRETARIA DE ESPORTES, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 29/05/2014  
Vigência: 29/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor:5.717,27  
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA OUPRESTAÇÃO DO SERVIÇO E NF

**Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 350/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 350/2014

CONTRATADO: PARTNER COMERCIAL LTDA  
CNPJ:08.234.845/0001-53  
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 19/2013 NUMERO DO PROCESSO:  
19/2013  
NUMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 350/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, JUNTA MILITAR, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, SECRETARIA DA AGRICULTURA, POLICIA CIVIL, MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS, E SECRETARIA DE OBRAS, PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO SECRETARIA DE ESPORTES, CONFORME ANEXO 1 DO EDITAL.

Data Assinatura : 29/05/2014  
Vigência: 29/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero

Número do Empenho:  
Valor:742,04  
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA MATERIAL E NOTA FISCAL

### **Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 351/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 351/2014  
CONTRATADO: RECAPADORA ROCHEMBACH LTDA  
CNPJ:81.327.868/0001-00  
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 103/2013 NUMERO DO PROCESSO: 103/2013  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 351/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GEOMETRIA, CÂMBIO, ALINHAMENTO E TROCA PARA OS VEÍCULOS EM USO NAS SECRETARIAS DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 29/05/2014  
Vigência: 29/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor:2.630,00  
Forma de Pagamento: À VISTA

### **Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 352/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 352/2014  
CONTRATADO: BELLENZIER PNEUS  
CNPJ:73.730.129/000-29  
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 20/2013 NUMERO DO PROCESSO: 20/2013  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 352/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES, CÂMERAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM, VULCANIZAÇÃO, CÂMBIO, CONserto de PNEUS DOS VEÍCULOS E MAQUINAS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLICIA CIVIL E POLICIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 30/05/2014

Vigência: 30/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor:2.360,00  
Forma de Pagamento: À VISTA

### **Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 353/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 353/2014  
CONTRATADO: GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA  
CNPJ:93.894.954/0005-08  
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 20/2013 NUMERO DO PROCESSO: 20/2013  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 361/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES, CÂMERAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM, VULCANIZAÇÃO, CÂMBIO, CONserto de PNEUS DOS VEÍCULOS E MAQUINAS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLICIA CIVIL E POLICIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 30/05/2014  
Vigência: 30/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor:9.020,00  
Forma de Pagamento: À VISTA

### **Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 354/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 354/2014  
CONTRATADO: JK PNEUS LTDA  
CNPJ:78.563.946/0010-35  
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 20/2013 NUMERO DO PROCESSO: 20/2013  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 354/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES, CÂMERAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM, VULCANIZAÇÃO, CÂMBIO, CONserto de PNEUS DOS VEÍCULOS E MAQUINAS DA SECRETARIA



DE TRANSPORTE, OBRAS VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLICIA CIVIL E POLICIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 30/05/2014  
Vigência: 30/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor:1.980,00  
Forma de Pagamento: À VISTA

### **Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 355/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 355/2014  
CONTRATADO: MODELO PNEUS LTDA  
CNPJ:95.510.682/0001-26  
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 20/2013 NUMERO DO PROCESSO: 20/2013  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 355/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES, CÂMERAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM, VULCANIZAÇÃO, CAMBAGEM, CONserto DE PNEUS DOS VEICULOS E MAQUINAS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLICIA CIVIL E POLICIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 30/05/2014  
Vigência: 30/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor:4.400,00 Forma de Pagamento: À VISTA

### **Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 356/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 356/2014  
CONTRATADO: RECAPADORA ROCHEMBACH LTDA  
CNPJ:81.327.868/0001-00  
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 20/2013 NUMERO DO PROCESSO: 20/2013  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 356/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES, CÂMERAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM, VULCANIZAÇÃO, CAMBAGEM, CONserto DE PNEUS DOS VEICULOS E MAQUINAS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLICIA CIVIL E POLICIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 30/05/2014  
Vigência: 30/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor:2.480,00  
Forma de Pagamento: À VISTA

### **Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 357/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 357/2014  
CONTRATADO: RODA BRASIL -DISTRIB. DE AUTO PEÇAS E ACESÓRIOS LTDA  
CNPJ:06.889.977/0001-98  
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 20/2013 NUMERO DO PROCESSO: 20/2013  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 357/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES, CÂMERAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM, VULCANIZAÇÃO, CAMBAGEM, CONserto DE PNEUS DOS VEICULOS E MAQUINAS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLICIA CIVIL E POLICIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 30/05/2014  
Vigência: 30/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor:7.401,40  
Forma de Pagamento: À VISTA

### **Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 358/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 358/2014  
CONTRATADO: SIGA BEM FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA

CNPJ:10.104.642/0001-01  
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 20/2013 NUMERO DO PROCESSO:  
20/2013  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 358/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES, CÂMERAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM, VULCANIZAÇÃO, CAMBAGEM, CONserto DE PNEUS DOS VEICULOS E MAQUINAS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLICIA CIVIL E POLICIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 30/05/2014  
Vigência: 30/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor:164,00  
Forma de Pagamento: À VISTA

#### **Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 359/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 359/2014  
CONTRATADO: TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA  
CNPJ:93.988.921/0001-95  
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 20/2013 NUMERO DO PROCESSO:  
20/2013  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 359/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES, CÂMERAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM, VULCANIZAÇÃO, CAMBAGEM, CONserto DE PNEUS DOS VEICULOS E MAQUINAS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLICIA CIVIL E POLICIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 30/05/2014  
Vigência: 30/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor:3.622,60  
Forma de Pagamento: À VISTA

#### **Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 360/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 360/2014  
CONTRATADO: ESCRIMATE COMERCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN  
CNPJ:00.784.569/0001-30  
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 28/2013 NUMERO DO PROCESSO:  
28/2013  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 360/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADO ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data Assinatura : 30/05/2014  
Vigência: 30/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor:1.490,00  
Forma de Pagamento: À VISTA

#### **Resumo dos Instrumentos de Contrato E Termos Aditivos 361/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2014

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 361/2014  
CONTRATADO: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA  
CNPJ:06.099.082/0001-50  
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 115/2013 NUMERO DO PROCESSO:  
115/2013  
NÚMERO DO CONTRATO OU ADITIVO: 361/2014  
FUNDAMENTO LEGAL:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRITA CORRIDA PARA CONSERVAÇÃO DA MALHA URBANA DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA EM ANEXO.

Data Assinatura : 30/05/2014  
Vigência: 30/05/2014 a 31/12/2014  
Programa de trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero  
Número do Empenho:  
Valor:150.000,00  
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E APRESENTAÇÃO NF

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### 1º Aditivo Contrato Nº 086/2013 Prefeitura Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 086/2013.  
Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira

Contratado: Maisativo Intermediação de Ativos Ltda.  
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços na estrutura de leilões públicos para venda de bens do Município de Dionísio Cerqueira, com a utilização de recursos de tecnologia da informação por meio de plataforma de transação via web.- Por esse instrumento aditiva-se o prazo do contrato original origem: Processo 112/2013 Modalidade: TP 112/2013 PMDC vigência: 01/08/14 à 31/07/2015.

Dionísio Cerqueira 22/07/2014  
Altair Rittes  
Prefeito Municipal.

### Resultado de Licitações Pmdc Nº 091/2014 - Fundo Municipal de Saúde Nº 037, 038 E 039

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados que a Licitação pregão nº 037/2014, Objeto: Aquisição de óculos de grau, destinados a pacientes idosos em situação de vulnerabilidade e atendidos pelos programas sociais. Vencedor: Mendonça& Hoschcheidt Ltda - Valor R\$,4.000,00  
Dionísio Cerqueira SC 21/07/2014  
João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação Pregão 091/2014 - Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de expediente e materiais de higiene e limpeza para a Secretaria de Assistência Social. - Secretaria de Administração. Vencedores: Rosa & Rosa Cia Ltda. Valor R\$ 3.157,00 - Olmiro Rosa dos Santos - ME - Valor R\$ 12.284,85 Alberi Pauletti - Valor R\$ 1.280,50 - Lotérica e Comercio SL Ltda. Valor R\$ 4.522,55. Dionísio Cerqueira SC 23/07/2014  
Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O .Fundo Municipal .de .Saúde .de .Dionísio. Cerqueira. comunica aos interessados que a Licitação pregão nº 039/2014, Objeto: Aquisição de Agulhas Auricular para o Fundo Municipal de Saúde do Município..  
Foi declarada DESERTA. - Dionísio Cerqueira SC 23/07/2014.  
João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica

aos interessados ERRATA na publicação do resultado da DL nº 038/2014, Objeto: Locação de imóvel destinado a residência de médica do programa do Governo Federal - mais médicos -. Onde se lê Vencedor: Rudiger Caminhos e Ônibus Ltda. O correto é Vencedor: Vera Lúcia Vogt - Valor R\$ 6.000,00 -

Dionísio Cerqueira SC 11/07/2014  
João Stahl  
Gestor do FMS

### Resultado de Licitações Pmdc Nº 089/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados errata na publicação do resultado do Pregão Onde se lê nº 086/2014, o correto é nº089/2014. Objeto: Aquisição de móveis, eletrodomésticos, eletrônicos, e materiais de informática para a Administração Municipal. Potencia Som e Informática Ltda Valor R\$ 7.916,00 - Telecopy Equipamentos Ltda Valor R\$ 5.345,00 - Salla Com. de Equip. de Informatica Ltda Valor R\$ 4.290,00 - Jackson Ubiratan Vargas- ME. Valor R\$ 9.044,00 - BMR Condicionadores de ar Ltda- ME - Valor R\$ 4.295,00.

Dionísio Cerqueira 23/07/2014  
Altair Rittes  
Prefeito Municipal

## Doutor Pedrinho

### PREFEITURA

#### **Extrato do Edital de Pregão Presencial Nº. 35/2014.**

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial nº. 35/2014.

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto a LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço", objetivando a Aquisição DE um caminhão novo, zero km, CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS E PREÇO MÁXIMO FIXADOS NESTE INSTRUMENTO, conforme anexo do edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 15/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 07/08/2014, Hora: 09h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 07/08/2014, Hora: 10h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: [compras@doutorpedrinho.sc.gov.br](mailto:compras@doutorpedrinho.sc.gov.br) e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 23 de Julho de 2014.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

## Forquilha

### PREFEITURA

#### **Lei Nº 1.995, de 22 de Julho de 2014.**

LEI Nº 1.995, DE 22 DE JULHO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS À ASSOCIAÇÃO CULTURAL IMMERFROH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar recursos financeiros, que poderá ser de forma parcelada, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) à Associação Cultural Immerfroh, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita do CNPJ/MF sob nº. 03.277.429/0001-19, declarada de utilidade pública através da Lei nº. 706, de 23 de maio de 2001, para custear despesas da realização do evento em comemoração dos 25 anos de Immerfroh Wolkstanzgrupe.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente.

Art. 3º. A Associação terá o prazo de até 30 (trinta) dias para aplicação dos recursos e de até 60 (sessenta) dias para a devida prestação de contas.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de julho de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

#### **Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 158/PMF/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 158/PMF/2014.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresa especializada para cobertura de seguros de veículos diversos da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 06 de agosto de 2014 às 15:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: [processos@forquilha.sc.gov.br](mailto:processos@forquilha.sc.gov.br) e [licitacoes@forquilha.sc.gov.br](mailto:licitacoes@forquilha.sc.gov.br).

Forquilha/SC, 23 de julho de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

**Extrato de Contrato PMF Nº. 166/2014**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 166/2014

COMODATÁRIO - PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
COMODANTE - IDEAL ESPORTE CLUBE

DO OBJETO - empréstimo do Ginásio de Esportes Professor Adolfo back, localizado na Rua do Cinquentenário, nº 58, esquina com a Rua Professor Arlindo Junkes, Centro, Forquilha/SC, para a prática do desporto nas várias modalidades que a instalação permite, bem como, a promoção de eventos festivos e exposições e demais utilidades que a edificação permitir.

VIGÊNCIA - o presente termo vigorará até 31/12/2016.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Municipal Nº 1.937/2013 de 24 de dezembro de 2013.

DATA DA ASSINATURA - 21/07/2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Fraiburgo****PREFEITURA****Aviso do Pregão Presencial Nº 0097/2014-PMF Rp 0053**

Aviso do Pregão Presencial nº 0097/2014 - PMF

Registro de Preços nº 0053/2014

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de horas de escavadeira hidráulica equipada com rompedor de rochas para prestação de serviços ao Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo). Validade da Ata de Registro de Preços: agosto de 2014 a fevereiro de 2015. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 08/08/2014. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 21 de julho de 2014.

Ivo Biazzolo

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 0201/2014**

DECRETO Nº 201, DE 23 DE JULHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013.

## DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME crédito adicional suplementar, para o exercício de 2014 no valor de R\$ 25.405,00 (vinte e cinco mil, quatrocentos e cinco reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		
13.01 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		
27.812.0026.2.054 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0800 (4)	R\$	25.405,00
Total		
	R\$	25.405,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		
13.01 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		
27.812.0026.2.054 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0800 (5)	R\$	25.405,00
Total		
	R\$	25.405,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o decreto



188/2014.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 23 DE JULHO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**At14pmf72**

EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.: AT14PMF72

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contra-  
tada...: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP Valor ..... :  
1.872,00 (um mil oitocentos e setenta e dois reais)  
Vigência ..... : Início: 01/07/2014 Término: 30/11/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 76/2014

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE  
LEITE INTEGRAL LONGA VIDA UHT, PARA DISTRIBUIÇÃO GRA-  
TUITA AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.

Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**At14pmf73**

EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.: AT14PMF73

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contra-  
tada...: 3 S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA Valor ..... :  
1.932,00 (um mil novecentos e trinta e dois reais).

Vigência ..... : Início: 03/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 77/2014

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTU-  
RA DE TINTA PARA TECIDO, (PINTURA TÊXTIL) PARA USO NO  
DEPARTAMENTO DE CULTURA, NAS SALAS DE ARTESANATO E  
PINTURA.

Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**At14pmf74**

EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.: AT14PMF74

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contrata-  
da...: POSTO MAÇÃ LTDA

Valor ..... : 909.500,00 (novecentos e nove mil quinhentos  
reais)  
Vigência ..... : Início: 04/07/2014 Término: 28/02/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2014

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES  
EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTE-  
CIMENTO DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE  
FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI - FMS  
- FME), DURANTE OS MESES DE JULHO DE 2014 A FEVEREIRO  
DE 2015.

Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**At14pmf75**

EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.: AT14PMF75

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contra-  
tada...: ANDREY HUDSON MOLIN - EIRELI - ME Valor ..... :  
50.650,00 (cinquenta mil seiscentos e cinquenta reais)  
Vigência ..... : Início: 08/07/2014 Término: 30/06/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 79/2014

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATA-  
ÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA FORNECIMENTO DE  
SUCOS E REFEIÇÕES PREPARADAS E ACONDICIONADAS EM EM-  
BALAGEM TIPO MARMITEX, PARA ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDO-  
RES QUE TRABALHAM NO INTERIOR DO MUNICÍPIO (ÓRGÃO GE-  
RENCIADOR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES, SANEFRAI (GUARDAS)  
E FMS (FUNCIONÁRIOS QUE TRABALHAM NO E PRONTO ATEN-  
DIMENTO AMBULATORIAL 24 HORAS E NO SAMU), DURANTE O  
PERÍODO DE JULHO DE 2014 A JUNHO DE 2015.

Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**At14pmf76**

EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.: AT14PMF76

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contrata-  
da...: RESTAURANTE ZENERE LTDA ME

Valor ..... : 98.860,00 (noventa e oito mil oitocentos e ses-  
senta reais)  
Vigência ..... : Início: 08/07/2014 Término: 30/06/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 79/2014

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATA-  
ÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA FORNECIMENTO DE  
SUCOS E REFEIÇÕES PREPARADAS E ACONDICIONADAS EM EM-  
BALAGEM TIPO MARMITEX, PARA ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDO-  
RES QUE TRABALHAM NO INTERIOR DO MUNICÍPIO (ÓRGÃO GE-  
RENCIADOR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES, SANEFRAI (GUARDAS)  
E FMS (FUNCIONÁRIOS QUE TRABALHAM NO E PRONTO ATEN-  
DIMENTO AMBULATORIAL 24 HORAS E NO SAMU), DURANTE O  
PERÍODO DE JULHO DE 2014 A JUNHO DE 2015.

Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal



**At14pmf77**

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT14PMF77

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contrata-  
da...: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPPValor ..... : 19.965,40 (dezenove mil novecentos e sessenta e  
cinco reais e quarenta centavos)

Vigência ..... : Início: 15/07/2014 Término: 30/11/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 82/2014

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE  
CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS PARA DOAÇÃO ÀS FAMÍLIAS  
CARENTES DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, EM CONFORMIDADE  
COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.295/98 E DECRETO MUNICIPAL Nº  
0139 DE 26 DE SETEMBRO DE 2007, DURANTE O PERÍODO DE  
AGOSTO A NOVEMBRO DE 2014Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal**Ct14pmf105**

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT14PMF105

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contrata-  
da...: SC RACING LTDA

Valor ..... : 30.000,00 (trinta mil reais)

Vigência ..... : Início: 09/07/2014 Término: 31/07/2014

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 28/2014

Objeto ..... : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A  
PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO EVENTO " SEXTA EDIÇÃO  
DO RALLY TRANSCATARINA 2014" ORGANIZADA PELA EMPRESA  
CONTRATADA "SC RACING LTDA ME", AUTORIZADA PELA CONFE-  
DERAÇÃO BRASILEIRA DE AUTOMOBILISMO - CBA (CONFORME  
DECLARAÇÃO APRESENTADA), A COMPETIÇÃO EM SEIS CATEGO-  
RIAS PERCORRERÁ DIVERSAS REGIÕES DO ESTADO DE SANTA  
CATARINA ENTRE OS DIAS 22 A 26 DE JULHO DE 2014, SENDO O  
PRÓLOGO NO DIA 23/07 EM FRAIBURGO.Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal**Ct14pmf106**

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT14PMF106

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contrata-  
da...: ANDRADE, PASSINI COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDAValor ..... : 1.094,80 (um mil e noventa e quatro reais e oi-  
tenta centavos)

Vigência ..... : Início: 09/07/2014 Término: 31/10/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 80/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPA-  
MENTOS PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS E  
DE EDUCAÇÃO INFANTIS DO MUNICÍPIO.Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal**Ct14pmf107**

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT14PMF107

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contrata-  
da...: ARCO ÍRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.Valor ..... : 3.285,00 (três mil duzentos e oitenta e cinco re-  
ais).

Vigência ..... : Início: 09/07/2014 Término: 31/10/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 80/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPA-  
MENTOS PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS E  
DE EDUCAÇÃO INFANTIS DO MUNICÍPIO.Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal**Ct14pmf108**

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT14PMF108

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contrata-  
da...: A.R.G INDUSTRIAL LTDAValor ..... : 183.234,04 (cento e oitenta e três mil duzentos e  
trinta e quatro reais e quatro centavos)

Vigência ..... : Início: 10/07/2014 Término: 07/11/2014

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:  
9/2014Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA  
EXECUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DE  
19X33 M, AO LADO DA ESCOLA SÃO MIGUEL LOCALIZADA NA AV.  
MICHELLE SIMONETTI, ESQUINA COM A GUIDO BRANDT, Nº 510,  
SOBRE O LOTE 0001 DA QUADRA 402 NO BAIRRO SÃO MIGUEL,  
NESTA CIDADE, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO  
E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PAL).Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Ct14pmf109**

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT14PMF109

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada.: HARMONIZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO TÊXTIL LTDA .

Valor ..... : 3.625,00 (três mil seiscentos e vinte e cinco reais).  
Vigência ..... : Início: 10/07/2014 Término: 31/10/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 81/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE AVENTAIS PARA USO DAS AUXILIARES DE ALIMENTAÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E MUNICIPAL.

Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal**Ct14pmf110**

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT14PMF110

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada.: SÉCULOS IND. E COM. DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Valor ..... : 335.873,30 (trezentos e trinta e cinco mil oitocentos e setenta e três reais e trinta centavos).  
Vigência ..... : Início: 17/07/2014 Término: 28/02/2015

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 13/2014.

Objeto ..... : TOMADA DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS BASÁLTICAS IRREGULARES NA RUA AMÂNCIO CHELLI, NO BAIRRO ROLAND MAYER, LOTEAMENTO VILA NOVA, NESTA CIDADE, COM ÁREA TOTAL A PAVIMENTAR DE 6.009,18 M², DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PAL).

Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal**Ct14pmf111**

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT14PMF111

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada.: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA Valor ..... : 441.632,17 (quatrocentos e quarenta e um mil seiscentos e trinta e dois reais e dezessete centavos)

Vigência ..... : Início: 17/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 14/2014

Objeto ..... : TOMADA DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO COM CAUQ (CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE) NAS RUAS CLÁUDIO BALESTRIN, GUILHERME EITZ, SEBASTIÃO SILVEIRA, JOSÉ FANTIN E FRANQUETINO

SONDA, TODAS LOCALIZADAS NO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, NESTA CIDADE.

Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal**Ct14pmf112**

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT14PMF112

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada.: MZ BRASIL IND. MÁQUINAS E CONSTRUÇÕES LTDA.

Valor ..... : 43.000,00 (quarenta e três mil reais)

Vigência ..... : Início: 18/07/2014 Término: 31/10/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 83/2014

Objeto ..... : PREGÃO PRESENCIAL OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE EQUIPAMENTO PARA PINTURA A BASE DE CAL E TINTA DESTINADO À SINALIZAÇÃO DAS RUAS DO MUNICÍPIO.

Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal**Ct14pmf113**

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT14PMF113

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada.: BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME

Valor ..... : 126.600,00 (cento e vinte e seis mil e seiscentos reais)  
Vigência ..... : Início: 18/07/2014 Término: 31/10/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 78/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ROUPAS DE CAMA, TRAVESSEIROS, COBERTORES, EDREDONS, TOALHAS, FRALDAS DE TECIDO E TECIDO PERCAL PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal**Ct14pmf114**

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT14PMF114

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada.: GTA ATACADO E VAREJO - EIRELI - EPP Valor ..... : 22.040,00 (vinte e dois mil e quarenta reais) Vigência ..... : Início: 18/07/2014 Término: 31/10/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 78/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ROUPAS DE CAMA, TRAVESSEIROS,

COBERTORES, EDREDONS, TOALHAS, FRALDAS DE TECIDO E TECIDO PERCAL PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Ct14pmf115**

EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.: CT14PMF115

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada.: HARMONIZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO TÊXTIL LTDA.

Valor ..... : 1.740,00 (um mil setecentos e quarenta reais)  
Vigência ..... : Início: 18/07/2014 Término: 31/10/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 78/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ROUPAS DE CAMA, TRAVESSEIROS, COBERTORES, EDREDONS, TOALHAS, FRALDAS DE TECIDO E TECIDO PERCAL PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Ct14pmf116**

EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.: CT14PMF116

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada.: HC ALECRIM DISTRIBUIDORA LTDA Valor ..... : 6.480,00 (seis mil quatrocentos e oitenta reais) Vigência ..... : Início: 18/07/2014 Término: 31/10/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 78/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ROUPAS DE CAMA, TRAVESSEIROS, COBERTORES, EDREDONS, TOALHAS, FRALDAS DE TECIDO E TECIDO PERCAL PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Ct14pmf117**

EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.: CT14PMF117

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada.: COMERCIAL MENELLI LTDA

Valor ..... : 15.984,00 (quinze mil novecentos e oitenta e quatro reais) Vigência ..... : Início: 18/07/2014 Término: 31/10/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 78/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ROUPAS DE CAMA, TRAVESSEIROS, COBERTORES, EDREDONS, TOALHAS, FRALDAS DE TECIDO E TECIDO PERCAL PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Ta14pmf81**

EXTRATO CONTRATUAL  
Aditivo Nº ..... : TA14PMF81 - Contrato Nº: CT12PMF154

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada.: EMPRESA BRASIL. CORREIOS TELEGRAFOS

Vigência ..... : Início: 02/07/2014 Término: 24/07/2015

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2012

Objeto ..... : O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 12 MESES.

Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Ta14pmf82**

EXTRATO CONTRATUAL  
Aditivo Nº ..... : TA14PMF82 - Contrato Nº: CT14PMF99

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA.

Vigência ..... : Início: 03/07/2014 Término: 31/12/2014  
Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, CONFORME JUSTIFICATIVA EM ANEXO AO TERMO E DE COMUM ACORDO AJUSTAM E CONTRATAM A ALTERAÇÃO DA SUA CLÁUSULA TERCEIRA, ITEM 3.1 PASSANDO A TER A SEGUINTE REDAÇÃO. O CONTRATANTE TRANSFERIRÁ AO CONTRATADO O VALOR TOTAL DE R\$ 17.400,00 (DEZESSETE MIL E QUATROCENTOS REAIS), DIVIDIDOS EM 6 PARCELAS MENSAS DE R\$ 2.900,00 (DOIS MIL E NOVECENTOS REAIS).

Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

Aditivo Nº ..... : TA14PMF82 - Contrato Nº: CT14PMF99  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 03/07/2014 Término: 31/12/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, CONFORME JUSTIFICATIVA EM ANEXO AO TERMO E DE COMUM ACORDO AJUSTAM E CONTRATAM A ALTERAÇÃO DA SUA CLÁUSULA TERCEIRA, ITEM 3.1 PASSANDO A TER A SEGUINTE REDAÇÃO. O CONTRATANTE TRANSFERIRÁ AO CONTRATADO O VALOR TOTAL DE R\$ 17.400,00 (DEZESSETE MIL E QUATROCENTOS REAIS), DIVIDIDOS EM 6 PARCELAS MENSAS DE R\$ 2.900,00 (DOIS MIL E NOVECENTOS REAIS).

**TA14PMF83**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA14PMF83 - Contrato Nº: CT14PMF16

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contrata-  
da...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA - EPP

Vigência ..... : Início: 04/07/2014 Término: 05/07/2014

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:  
10/2013

Objeto ..... : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DA ARQUITETA FISCAL DA OBRA, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO REFERIDO CONTRATO PARA ATÉ O DIA 25 DE JULHO DE 2014.

Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal**Ta14pmf84**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA14PMF84 - Contrato Nº: CT13PMF129

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contrata-  
da...: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS  
Vigência ..... : Início: 15/07/2014 Término: 31/07/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 101/2013

Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, DE COMUM ACORDO E EM CONFORMIDADE COM O PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA NOS TERMOS DO ART. 57, INC. II, DA LEI Nº 8.666/93 E COM BASE NO PARECER Nº 308 ORIUNDO DO SITE DA FECAM, NO LINK "CONSULTORIA", O PRESENTE CONTRATO, CONSIDERADO DE NATUREZA CONTÍNUA E NA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA PARA MAIS 12 (DOZE) MESES, FICANDO VIGENTE ATÉ O DIA 30 DE JULHO DE 2015.

Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal**Ta14pmf85**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA14PMF85 - Contrato Nº: CT13PMF130

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contrata-  
da...: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.  
Vigência ..... : Início: 15/07/2014 Término: 31/07/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 101/2013

Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, DE COMUM ACORDO E EM CONFORMIDADE COM O PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA NOS TERMOS DO ART. 57, INC. II, DA LEI Nº 8.666/93 E COM BASE NO PARECER Nº 308 ORIUNDO DO SITE DA FECAM, NO LINK "CONSULTORIA", O PRESENTE CONTRATO, CONSIDERADO DE NATUREZA CONTÍNUA E NA LEI Nº

8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA PARA MAIS 12 (DOZE) MESES, FICANDO VIGENTE ATÉ O DIA 30 DE JULHO DE 2015.

Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal**TA;At14pmf84**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14PMF84 - Contrato Nº: AT13PMF108

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contrata-  
da...: ARCO ÍRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA  
Valor ..... : 3.427,02 (três mil quatrocentos e vinte e sete reais e dois centavos)

Vigência ..... : Início: 07/07/2014 Término: 31/08/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 120/2013

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NAS QUANTIDADES DOS ITENS 1, 2, 3, 4 E 6 DO LOTE 1, DOS ITENS 10, 11 E 12 DO LOTE 3 E DO ITEM 17 DO LOTE 4

Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal**TA;At14pmf85**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14PMF85 - Contrato Nº: AT14PMF05

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contrata-  
da...: FRAYGÁS COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA Valor ..... : 8.228,00 (oito mil duzentos e vinte e oito reais) Vigência ..... :  
Início: 15/07/2014 Término: 30/09/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2014

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 1 . RESOLVEM TAMBÉM DE COMUM ACORDO, PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 30 DE SETEMBRO DE 2014

Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**TA;At14pmf86**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14PMF86 - Contrato Nº: AT14PMF06

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contrata-  
da...: COMPANHIA ULTRAGÁZ S.AValor ..... : 19.040,00 (dezenove mil quarenta reais) Vigência  
..... : Início: 15/07/2014 Término: 30/09/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2014

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFOR-  
MIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149,  
DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI  
Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O  
ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 2 - RESOLVEM TAMBÉM  
DE COMUMACORDO, PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA  
PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 30  
DE SETEMBRO DE 2014.Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal**TA;At14pmf87**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14PMF87 - Contrato Nº: AT14PMF70

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contrata-  
da...: SUPERMERCADO JOTA LTDAValor ..... : 367,50 (trezentos e sessenta e sete reais e cin-  
quenta centavos)

Vigência ..... : Início: 15/07/2014 Término: 30/11/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2014

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFOR-  
MIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149,  
DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI  
Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O  
ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 49 DO LOTE 08Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal**TA;At14pmf88**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14PMF88 - Contrato Nº: AT13PMF143

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contrata-  
da...: 3 S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA

Vigência ..... : Início: 16/07/2014 Término: 30/09/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 145/2013

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, DE COMUM

ACORDO A PEDIDO DO FORNECEDOR E MEDIANTE APROVAÇÃO  
DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS DO MUNICÍPIO AJUSTAM A  
INCLUSÃO DA MARCA LEVIS EXTRA LUXO NO ITEM 84 (PAPEL  
TOALHA) DO LOTE 11,Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal**TA;At14pmf89**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14PMF89 - Contrato Nº: AT14PMF71

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contra-  
tada...: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP Valor ..... :  
3.568,84 (três mil quinhentos e sessenta e oito reais e oitenta e  
quatro centavos)

Vigência ..... : Início: 16/07/2014 Término: 30/11/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2014

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFOR-  
MIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149,  
DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI  
Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O  
ACRÉSCIMO NAS QUANTIDADES DOS ITENS 5,11, 13, 15, 17 E  
20 DO LOTE 03.Fraiburgo, 23 de Julho de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal**Portaria Nº 1607/2014**

PORTARIA N.º 1.607, DE 23 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições le-  
gais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal;  
e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de  
junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o  
Edital n.º 0005 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrati-  
vo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1034/2014  
da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

## RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCENIR APARECIDA DA SILVA  
SANTOS CAMPOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º  
679.148.969-34, contratada em caráter temporário na função de  
PROFESSOR - ARTES - TRABALHOS MANUAIS, com carga horária  
de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 19  
de dezembro de 2014.Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
revogando-se as disposições em contrário.Fraiburgo, 23 de julho de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



**Portaria Nº 1608/2014**

PORTARIA Nº 1.608, DE 23 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1035/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais a servidora MARIA TEREZINHA LORENCINI, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA CAROLINA PRATES ZENERE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 907.901.469-91, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1609/2014**

PORTARIA Nº 1.609, DE 23 DE JULHO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato do servidor JULIANO DE JESUS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 048.425.989-05, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 23 de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Garopaba****PREFEITURA****Extrato do Convenio 2014Tr002881**

EXTRATO DO CONVENIO 2014TR002881

CONVÊNIO: 2014TR002881

CONCEDENTE: Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda e Secretaria de Estado da Casa Civil.

CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de Garopaba - CNPJ nº 82.836.057/0001-90;

OBJETO: Pavimentação e drenagem nas ruas: Ilha de Santa Maria, Ilha das Flores, Rodovia dos Açores e Estrada Geral da Limpa VALOR DO CONVÊNIO/CONCEDENTE: R\$ 1.496.327,45 ( Hum milhão e quatrocentos e noventa e seis mil e trezentos e vinte e sete reais e quarenta e cinco centavos)

CRÉDITO ORÇAMENTARIO SEF/FUNDAM: Apoio a projetos municipais de investimentos - Pacto pelos Municípios. Item orçamentário 44.40.42.02 Fonte de Recurso 0.1.91. Nota de empenho nº 1014NE000319 de 04/07/2014.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 31/03/2015

SIGNATÁRIOS: Governador do estado de Santa Catarina João Raimundo Colombo, Secretário de Estado da Casa Civil Nelson Antonio Serpa, Secretário de Estado da Fazenda Antonio Marcos Gavazzoni e o Prefeito Municipal de Garopaba, Paulo Sérgio de Araújo

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

**Decreto N.º 101**

DECRETO N.º 101 DE 23 DE JULHO DE 2014.

ANULA SALDOS DE EMPENHO, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA,**

Art. 1º. Fica determinada, a anulação dos saldos de empenho a pagar da PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, abaixo relacionado:

Empenho	Credor/ Contrato de Dívida	Fonte de Rec.	Saldo
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA			
Orgao:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
0004244/13 13/12/2013	IVANILDO LUIZ DE SOUZA ME	0.1.22	88,15
		Total do Órgão:	88,15
Orgao:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		



0003088/13		C. FREITAS LEITE	0.3.29		13,16
24/9/2013					
0003093/13	24/9/2013	C. FREITAS LEITE	0.1.29		67,20
0003112/13	25/9/2013	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	0.1.29		431,58
0003113/13	25/9/2013	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	0.1.29		372,39
Total do Órgão:					884,33

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de julho de 2014.  
ROGÉRIO LINHARES  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 24/07/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

### Republicação Decreto N.º 097/2014.

DECRETO N.º 097, DE 21 DE JULHO DE 2014  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE ADQUIRIR POR DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, O BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO LINHARES, Prefeito em Exercício do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal N.º 1.806 de 19 de maio de 2014, e considerando a prescrição normativa descrita no Decreto-Lei n.º 3.365/41, de 21 de junho de 1.941.

DECRETA,

Art. 1º. Fica autorizada a declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, de bem imóvel de domínio ou posse do Senhor TEODORO FREITAS, brasileiro, portador da carteira de identidade n.º 3.752.047-SSP-SC, emissão da SSP/SC 25/01/1995, inscrito no CPF/MF sob nº 591.455.109-97, residente e domiciliado na localidade de Limpa, Município e Comarca de Garopaba, assim especificado:

I - UM TERRENO urbano, com área total de 1.350,73 m2 (um mil trezentos e cinquenta metros e setenta e três centímetros quadrados), com acesso pela Estrada Geral da Limpa, Município de Garopaba - SC, na forma de um polígono de quatro lados; extremado ao lado oeste (frente), numa extensão de 20,79m, com a Estrada Geral da Limpa; extremado lado leste (fundos), numa extensão de 33,85m, com a propriedade de Teodoro de Freitas; extremado lado norte (lateral direita), numa extensão de 50,00m, com a propriedade de Teodoro de Freitas; e extremado lado sul (lateral esquerda), numa extensão de 50,00m, com propriedade do Município de Garopaba.

Art. 2º. A declaração de Utilidade Pública objetiva a desapropriação do imóvel referido no artigo anterior, com objetivo de estabelecer realidade fática para conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos, nos termos do permissivo legal disposto na alínea "m", do art. 5º, do Decreto-Lei n.º 3.365/41.

Art. 3º. A Municipalidade disporá, nos termos do art. 10, do Decreto-Lei n. 3.365/41, do prazo de 05 (cinco) anos, para efetivar

a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado, ficando a Assessoria Jurídica do Município autorizada a proceder, por via amigável ou judicial, as medidas necessárias para desapropriação prevista na presente Lei, assim como as medidas necessárias a transferência do referido imóvel.

Art. 4º. O valor da indenização estabelecida na presente Lei é de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), decorrente de avaliação elaborada por Comissão Permanente de Avaliação Bens Imóveis, instituída através da Portaria n.º 132/2014.

Art. 5º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 21 de julho de 2014.  
ROGÉRIO LINHARES  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 22/07/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

### Republicação Decreto N.º 098/2014.

DECRETO N.º 098, DE 21 DE JULHO DE 2014  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE ADQUIRIR POR DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, O BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO LINHARES, Prefeito em Exercício do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal N.º 1.805 de 19 de maio de 2014, e considerando a prescrição normativa descrita no Decreto-Lei n.º 3.365/41, de 21 de junho de 1.941.

DECRETA,

Art. 1º. Fica autorizada a declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, do bem imóvel de propriedade do senhor SANTINO PEDRO DE SOUZA, inscrito no CPF 245.604.649-87, sediado à rua Pedro Manoel de Lima (GRP-401), s/nº, Bairro Macacú, Município e Comarca de Garopaba, assim especificado:

I - Cadastro do imóvel na Receita Federal nº 4.405.756-3 e Cadastro Imobiliário n.º 01.05.001.6095.000 (15780) da Prefeitura Municipal de Garopaba/SC: UM TERRENO rural situado no lugar denominado Macacú, Bairro Macacú, neste município e Comarca de Garopaba, Estado de Santa Catarina, em forma de um retângulo, o qual mede 308,24 m² (trezentos oito metros e vinte quatro centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: fazendo frente ao sul extremado com terras da Prefeitura Municipal de Garopaba, numa extensão de 13,71 m (treze metros e setenta e um centímetros) e com terras de Tancredo Pires, numa extensão de 4,82 m (quatro metros e oitenta e dois centímetros) e 3,09 m (três metros e nove centímetros) no total de 7,91 m (sete metros e noventa e um centímetros), e fundos ao norte confrontando com Área Remanescente de propriedade de Santino Pedro de Souza com extensão de 15,98 m (quinze metros e noventa oito centímetros); confrontando no lado leste com Área Remanescente de propriedade de Santino Pedro de Souza com extensão de 14,60 m (quatorze metros e sessenta centímetros); e no lado oeste com terras de Mauricio Pedro de Souza numa extensão de 17,30 m (dezessete metros e trinta centímetros).

Art. 2º. A declaração de Utilidade Pública objetiva a desapropriação do imóvel referido no artigo anterior, com objetivo de estabelecer realidade fática para conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos, nos termos do permissivo legal disposto na alínea "m", do art. 5º, do Decreto-Lei n.º 3.365/41.

Art. 3º. A Municipalidade disporá, nos termos do art. 10, do Decreto-Lei n. 3.365/41, do prazo de 05 (cinco) anos, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado, ficando a Assessoria Jurídica do Município autorizada a proceder, por via amigável ou judicial, as medidas necessárias para desapropriação prevista na presente Lei, assim como as medidas necessárias a transferência do referido imóvel.

Art. 4º. O valor da indenização estabelecida na presente Lei é de R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais), decorrente de avaliação elaborada por Comissão Permanente de Avaliação Bens Imóveis, instituída através da Portaria n.º 132/2014.

Art. 5º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 21 de julho de 2014.

ROGÉRIO LINHARES

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 22/07/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

## Gaspar

### PREFEITURA

#### **Decreto Nº 6.019, de 22 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº 6.019, DE 22 DE JULHO DE 2014.

PRORROGA DECRETO Nº 5.764, DE 31 DE JANEIRO DE 2014, QUE DECLARA ESTADO DE CALAMIDADE E PERIGO PÚBLICO IMINENTE, NO ÂMBITO DO ATENDIMENTO NA REDE HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE GASPAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o estado de calamidade e iminente perigo público declarado pelo Decreto nº 5.764, de 31 de janeiro de 2014, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 03/08/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Gaspar, em 21 de julho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

#### **DECRETO Nº 6.020, DE 22 DE JULHO DE 2014.**

DECRETO Nº 6.020, DE 22 DE JULHO DE 2014.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II, V e VI, da Lei Municipal nº 3.545, de 20 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE:

Órgão: 13 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	
Unidade: 26 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	
Funcional Programática: 00017.00512.00025 GESTÃO DO SAMAE	
Atividade: 2.200110 Manutenção da Estrutura Administrativa da Autarquia	
Dotação: 31 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 300.000,00
Dotação: 22 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas	R\$ 85.000,00

Art. 2º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE:

Órgão: 13 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	
Unidade: 26 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	
Funcional Programática: 00017.00512.00025 GESTÃO DO SAMAE	

Atividade: 2.200116 Ampliação/Manut. da Rede de Água e Esgoto	
Dotação: 5 3.3.3.9.0 Aplicações	R\$ 80.000,00
Diretas	

Art. 3º Por conta da anulação do art. 2º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE:

Órgão: 13 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	
Unidade: 26 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	
Funcional Programática: 00017.00512.00025 GESTÃO DO SAMAE	
Atividade: 2.200116 Ampliação/Manut. da Rede de Água e Esgoto	
Dotação: 6 3.4.4.9.0 Aplicações	R\$ 80.000,00
Diretas	

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de julho de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

#### **Aviso de Pregão Presencial Nº 148/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC  
Aviso de Pregão Presencial Nº 148/2014

OBJETO: Aquisição de toldo, garagem e cortina de enrolar - instalados - repetição. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 06/08/2014. ABERTURA: às 9h30min. Íntegra do Edital disponível no Depto. de Compras, Rua Cel Aristiliano Ramos, 435, Centro, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar(SC), 23 de julho de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

## **Governador Celso Ramos**

### **PREFEITURA**

#### **Extrato de Contrato 56/2014**

Extrato de Contrato Nº 056/2014  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 056/2014  
CARTA CONVITE 24/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
CONTRATADA: PANDÃO INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS PROFISSIONAIS LTDA EPP  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA PADRONIZAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS INTEGRANTES DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.  
Valor do contrato: R\$33.574,00

Governador Celso Ramos, 17 de Junho de 2014.  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **Extrato de Contrato 57/2014**

Extrato de Contrato Nº 057/2014  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2014  
CARTA CONVITE 28/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
CONTRATADADIOGO DEMARCHI SILVA - ME  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CURSO DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE, MANUTENÇÃO, CONFIGURAÇÃO E DEMAIS TAREFAS REFERENTES AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.  
Valor do contrato: R\$43.056,00

Governador Celso Ramos, 07 de Julho de 2014.  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **Extrato de Contrato 58/2014**

Extrato de Contrato Nº 058/2014  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 058/2014  
CARTA CONVITE 29/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
CONTRATADA: ADBX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PREMIAÇÃO (MEDALHAS, TROFÉUS, ENTRE OUTROS) E MATERIAL ESPORTIVO PARA A SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.  
Valor do contrato: R\$ 30.094,00

Governador Celso Ramos, 08 de Julho de 2014.  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato de Contrato 59/2014**

Extrato de Contrato Nº 059/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 059/2014

CARTA CONVITE 31/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: DALMONIR DOS SANTOS FILHO - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS INTEGRANTES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Valor do contrato: R\$ 31.658,55

Governador Celso Ramos, 09 de Julho de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato de Ata de Registro de Preços 90/2014**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2014

Ata de Registro de Preços nº 090/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

PREGÃO PRESENCIAL nº 048/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO: MEGA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS (MÁQUINAS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E VANS) DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Governador Celso Ramos, 02 de Junho de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**Extrato de Ata de Registro de Preços 91/2014**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2014

Ata de Registro de Preços nº 091/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

PREGÃO PRESENCIAL nº 049/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO: IVONE IDA BRASILIA BARONI - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOTOS PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Governador Celso Ramos, 04 de Junho de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**Extrato de Ata de Registro de Preços 92/2014**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2014

Ata de Registro de Preços nº 092/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

PREGÃO PRESENCIAL nº 050/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO: CEQUIPEL INDUSTRIA DE MOVEIS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS GERAIS LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CONJUNTO ESCOLAR COMPOSTO DE CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR

MODELO ESPECIAL ALUNO FNDE PARA UTILIZAÇÃO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Governador Celso Ramos, 04 de Junho de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**Extrato de Ata de Registro de Preços 93/2014**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2014

Ata de Registro de Preços nº 093/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

PREGÃO PRESENCIAL nº 051/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO: BMC HYUNDAI S.A

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RETRO-ESCAVADEIRA PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC REFERENTE AO TERMO DE COMPROMISSO Nº 1004649-69/2013 - ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO - FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO.

Governador Celso Ramos, 18 de Junho de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação Tomada de Preços 04-2014**

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

Tomada de Preços 004/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação do tipo Menor Preço Global.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SILVIA PRAZERES DE CARVALHO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 12/08/2014 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 12/08/2014 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 23 de Julho de 2014.

Mariana de Souza Fernandes

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**Errata de Licitação com Nova Data de Abertura Pregão 53-2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

## ERRATA DO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2014

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ RETIFICAÇÃO NO AVISO DA LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

**Onde se lê:**

Item	Especificação do Produto	Und.	Quant.	Valor Unitário.
37	CARDIOVERSOR BIFÁSICO COM ECG/DEFIBRILADOR COM MARCAPASSO - <b>CARDIOVERSOR CV-10 + VISOR COM TELA DE CRISTAL LÍQUIDO COM AS SEGUINTE</b> <b>INFORMAÇÕES:</b> TRAÇADO DO ECG CAPTADO PELAS PÁS OU CABO PACIENTE DE 3 OU 5 VIAS; HORA; ENERGIA SELECIONADA; STATUS DA BATERIA; - BIP DO ECG; ALARME AUDIOVISUAL AJUSTÁVEL PARA FREQUÊNCIAS MÍNIMAS E MÁXIMAS ; - ALARME DE ELETRODO SOLTO; AMPLITUDE DO ECG EM N/2 N 2N; VELOCIDADE DO TRAÇADO EM 25 MM/SEG; DERIVAÇÃO; BPM; FILTROS DIGITAIS DO TRAÇADO PARA TREMOR MUSCULAR E DE REDE PARA 50 OU 60 HZ.; FREQUÊNCIA, AMPLITUDE E MODO DO MARCAPASSO; SPO2% (OPCIONAL);	UND	1,00	29.972,67

**Leia-se:**

Item	Especificação do Produto	Un d.	Qu ant.	Valor Unitário
37	CARDIOVERSOR/DEFIBRILADOR BIFÁSICO MANUAL E AUTOMÁTICO COM MONITOR E REGISTRADOR DE ECG DE 50 MM, MARCA PASSO EXTERNO TRANSCUTÂNEO E BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL E FONTE DE ALIMENTAÇÃO 110/220 VOLTS INTERNA AUTOMÁTICA. MONITOR: SELEÇÃO DE DERIVAÇÕES: SEQUÊNCIA I, II, III, AVR, AVL, AVF E V. ECG REALIZADO TAMBÉM PELAS PÁS, VELOCIDADE DE VARREDURA 25 MM/SEG OU 12,5 MM/SEG. REGISTRADOR EM PAPEL: DIMENSÃO 50 MM. VISUALIZAÇÃO NA TELA DOS SEGUINTE DADOS: TRAÇADO DO ELETRO, DERIVAÇÃO, FREQUÊNCIA CARDÍACA (20 A 300 BPM), PARÂMETROS DO MARCA PASSO EXTERNO E ENERGIA PROGRAMADA. TAMANHO DO ECG 4 Á 0.25 CM/MV. COMANDOS DE VOZ EM PORTUGUÊS. REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DE CADA DISPARO. IMPRESSÃO AUTOMÁTICA / MANUAL. ALARMES PROGRAMÁVEIS. TELA VERTICAL DE NO MÍNIMO 5,6 POLEGADAS EM CRISTAL LÍQUIDO COLORIDO PARA MELHOR	UN D	1,0 0	30.379, 50

Endereço: Praça 6 de Novembro n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, CEP 88190-000 - Fone (48) 3262-0141 – Governador Celso Ramos/SC





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

<p>VISUALIZAÇÃO.</p> <p>DESFIBRILADOR: FORMA DA ONDA BIFÁSICA.</p> <p>SELEÇÃO DE ENERGIA EXTERNA: 2 A 360 JOULES.</p> <p>SELEÇÃO DE ENERGIA INTERNA: 2 A 50 JOULES.</p> <p>TEMPO DE CARGA EM MENOS DE 4 SEGUNDOS A 200 JOULES COM BATERIA TOTALMENTE CARREGADA E EM MENOS DE 7 SEGUNDOS A 360 JOULES.</p> <p>CARDIOVERSÃO SINCRONIZADA: FORNECE DESCARGA DE ENERGIA DENTRO DE NO MÁXIMO 60 MSEG DO PICO DA ONDA QRS (DISPARADO PELO QRS PEAK GERADO PELO PACIENTE).</p> <p>DESCARGA INTERNA AUTOMÁTICA DENTRO DE UM MINUTO, SE O CHOQUE NÃO FOR DESCARREGADO PELO OPERADOR.</p> <p>GERENCIAMENTO DO BANCO DE DADOS (MEMÓRIA) COM CAPACIDADE DE REGISTRO DE 100 EVENTOS.</p> <p>FUNCIONAMENTO DE FORMA SIMPLIFICADA, PASSOS 1-2-3 (DEA).</p> <p>TECLADO DE MEMBRANA SENSÍVEL AO TOQUE.</p> <p>O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR UM SISTEMA QUE PROPORCIONE UMA RCP MAIS EFICIENTE E MAXIMIZA O TEMPO PARA O PACIENTE RECEBER UMA RCP ADEQUADA E DE ACORDO COM AS NOVAS DIRETRIZES AHA. PERMITINDO QUE NUM CENÁRIO DE 8 MINUTOS DESDE LIGAR O APARELHO E CONECTAR O PACIENTE 90% DESTE TEMPO SEJA GASTO COM RCP E APENAS 4% ANALISANDO E PROVENDO O CHOQUE.</p> <p>SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA DE ENERGIA ATRAVÉS RELÊ A VÁCUO, GARANTINDO ASSIM MAIOR DURABILIDADE SEGURANÇA E CONFIABILIDADE DO EQUIPAMENTO.</p> <p>MARCA PASSO NÃO INVASIVO: MODO DE ESTIMULAÇÃO CARDÍACA: DEMANDA OU NÃO DEMANDA.</p> <p>FREQÜÊNCIA DE ESTIMULAÇÃO: 40 A 170 BPM.</p> <p>FORMA DA ONDA DE SAÍDA: CORRENTE DE PULSO EXPONENCIAL, TRUNCADA, MONOFÁSICA (20 OU 40 MSEG; 15 A 25% DECRÉSCIMO).</p> <p>CORRENTE DE SAÍDA: 0 A 200MA.</p> <p>PERÍODO REFRACTÁRIO: 200 A 340 MSEG (FUNÇÃO DO RITMO).</p> <p>O MARCA-PASSO DEVE POSSUIR TECLA QUE PERMITA AVALIAR O ESTADO DO PACIENTE, REDUZINDO EM ¾ O ESTÍMULO DO APARELHO.</p> <p>CARACTERÍSTICAS FÍSICAS: DURAÇÃO DA BATERIA COM CARGA MÁXIMA:</p> <p>MONITORAÇÃO: 110 MINUTOS.</p> <p>DESFIBRILAÇÃO A 360 JOULES: 90 DESCARGAS.</p> <p>MONITORAÇÃO MARCA PASSO: 70 MINUTOS.</p> <p>TEMPO DE CARREGAMENTO DA BATERIA MENOS DE 2 HORAS COM APARELHO DESLIGADO.</p> <p>INDICADOR DE NECESSIDADE DE SERVIÇO TÉCNICO.</p> <p>BATERIA INTELIGENTE, OU SEJA, O TEMPO DE RECARGA DA BATERIA É IGUAL AO TEMPO DE USO;</p> <p>POSSIBILIDADE DE AJUSTE DE UMA NOVA CARGA SEM A NECESSIDADE DE RECARREGAR O EQUIPAMENTO</p>			
---	--	--	--

Endereço: Praça 6 de Novembro n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, CEP 88190-000 - Fone (48) 3262-0141 – Governador Celso Ramos/SC





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

<p>NOVAMENTE DESDE O INICIO DO PROCESSO DE CARGA; PESO DO EQUIPAMENTO COMPLETO COM MARCA PASSO ATÉ 6 KG. BATERIA COM CARREGAMENTO INTERNO. ÍNDICE DE PROTEÇÃO CONTRA ÁGUA E POEIRA IPX1. ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHAM CADA EQUIPAMENTO: 01 CABO DE FORÇA DE TRÊS PINOS: FASE / NEUTRO / TERRA; 01 CABO DE ECG PROTEGIDO CONTRA INTERFERÊNCIAS DE 03 VIAS; 01 JOGO DE ELETRODO MULTI FUNÇÃO PARA MONITORAÇÃO DE ECG, MARCA PASSO TRANSCUTÂNEO E DESFIBRILAÇÃO PARA PACIENTE ADULTO; 03 ELETRODOS DESCARTÁVEIS PARA USO EM PACIENTE ADULTO PARA MONITORIZAÇÃO DE ECG; 01 JOGO DE PÁS USO ADULTO / PEDIÁTRICO INTEGRADAS PARA DESFIBRILAÇÃO EXTERNA COM CONTROLES DE CARGA E DESCARGA; 01 CABO DE TERAPIA PARA FUNÇÕES DE MONITORAÇÃO DO MARCA PASSO; 01 TUBO DE GEL COMPATÍVEL; 03 ROLOS DE PAPEL TERMO SENSÍVEL PARA REGISTRO 50 MM; 01 BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL; 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES DE OPERAÇÃO DO USUÁRIO EM LÍNGUA PORTUGUESA IMPRESSO; E TODOS OS DEMAIS COMPONENTES OU ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO PERFEITO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO.</p>			
---	--	--	--

**NOVA DATA DE ABERTURA E ENTREGA DOS ENVELOPES:**

**DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES:** 04/08/2014 até às 14h00min.

**DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA:** 04/08/2014 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 23 de julho de 2014.  
**Mariana de Souza Fernandes**  
PREGOEIRA

Endereço: Praça 6 de Novembro n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, CEP 88190-000 - Fone (48) 3262-0141 – Governador Celso Ramos/SC

# Grão Pará

## PREFEITURA

### Lei Municipal 1.961/2014

LEI MUNICIPAL Nº 1.961/2014

(De 15 de julho de 2014)

"AUTORIZA ALIENAR BENS MÓVEIS INTEGRANTES DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, e dá outras providências"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a alienar os seguintes bens móveis, integrantes do Patrimônio Público Municipal de Grão-Pará:

[...] (Suprimido);

[...] (Suprimido);

Um Caminhão Basculante Ford F14000, de cor branca, carroceria verde com repartições para coleta seletiva de lixo, de placas LXB 0468, Renavam 638810930, ano e modelo 1995, movido a diesel, integrante do Patrimônio da Prefeitura Municipal de Grão-Pará;

Uma caçamba basculante com capacidade para 6m3 (seis metros cúbicos), atualmente, utilizada no Caminhão Ford Cargo 1722E, de placas MHD 1502, Renavam 915419580, ano e modelo 2007, movido a diesel, integrante do Patrimônio da Prefeitura Municipal de Grão-Pará;

Uma Retroescavadeira CASE 580L, de cor amarela, ano de fabricação 2002 e modelo 2002, tração 4x4, equipada com motor a Diesel Turbo, com potência de 84HP 64KW a 2200 RPM, transmissão com conversor de torque e controle elétrico de reversor automático, chassi monobloco, direção hidrostática, cabine para para-brisa e limpador com carregador frontal hidráulico e caçamba com capacidade de 0,7m3;

[...] (Suprimido);

Uma Motoniveladora Fiat Allis, FG 70, ano 1990, com escarificador e cabine fechada, integrante do Patrimônio da Prefeitura Municipal de Grão-Pará;

Um Veículo PAS/Automóvel/Fiat/Uno Mille Fire Flex, potência de 66CV, de cor branca, quatro portas laterais, movido a álcool e à gasolina, ano de fabricação 2007 e modelo 2008, de placas MEC 2726, Renavam 930703316, integrante do Patrimônio da Prefeitura Municipal de Grão-Pará, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;

[...] (Suprimido).

§ 1º. Os recursos financeiros resultantes da alienação dos bens referidos nos incisos III, IV, V, e VII deste artigo serão destinados ao pagamento da contrapartida do Município na obra de pavimentação asfáltica da Rodovia GPA-385, com direção à Localidade de Rio Cachoeirinhas, Município de Grão-Pará/SC, objeto do Contrato nº 48/2012, firmado entre o Município de Grão-Pará e a empresa A. Mendes Terraplanagem Construção e Extração de Minerais Ltda, bem como serão destinados ao pagamento do valor restante do Contrato nº 61/2012, firmado com o Senhor Divo Müller e sua esposa, visando à aquisição de um terreno rural, matriculado no

Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Braço do Norte/SC sob o nº 956, registrado no livro 2-F, na folha 206, situado na Localidade de Braço Esquerdo, Grão-Pará/SC.

§ 2º. Os recursos financeiros resultantes da alienação do bem referido no inciso VIII deste artigo serão destinados à complementação do pagamento em veículo novo a ser adquirido para os trabalhos da vigilância epidemiológica do Município, vinculando-se o veículo a ser adquirido à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art. 2º. Será constituída comissão específica de avaliação do objeto do artigo 1º.

Art. 3º. Esta Lei entra vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 15 de julho de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 15 de julho de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

### LEI MUNICIPAL 1.962/2014

LEI MUNICIPAL Nº 1.962/2014

(De 15 de julho de 2014)

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAÇÃO DE LISTAGEM DE MEDICAMENTOS DISPONÍVEIS E EM FALTA NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO, e dá outras providências"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento obrigada a divulgar no sítio eletrônico, site, da Prefeitura Municipal a Lista dos Medicamentos disponíveis na Farmácia Básica do Município, atualizando-a mensalmente.

§ 1º. A listagem a que se refere o caput deste artigo deverá ser atualizada de imediato quando do esgotamento de qualquer medicamento da Farmácia Básica.

§ 2º. Junto à listagem dos fármacos em falta deverá constar a data prevista para que o fornecimento volte a ocorrer normalmente.

§ 3º. Fica autorizada a fixação de Lista de Medicamentos, disponíveis e em falta, nos respectivos murais de todas as Unidades de Saúde do Município.

Art. 2º. A Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento terá o prazo de 90 (noventa) dias para implantar a divulgação de que trata esta Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 15 de julho de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e

Fazenda em 15 de julho de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

### DECRETO MUNICIPAL 13/2014

DECRETO Nº 13/2014, DE 23 DE JULHO DE 2014.

“CONSTITUI COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS, ELABORAÇÃO DE EDITAL E REALIZAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º. Designar os Servidores JOSELI VENITO PICKLER SCHMIDT, OSMAR LUIZ DA COREGIO e ROSILDA PERIN BÖGER para, sob a Presidência do primeiro e sob a Secretaria do segundo, constituírem a Comissão de Leiloeiros, que será responsável pela Avaliação de Bens, Elaboração de Edital e Realização do Leilão Público nº 01/2014.

Art. 2º. Os bens objeto do Leilão Público nº 01/2014 são aqueles constantes da Lei Municipal nº 1.961, de 15 de julho de 2014, incisos V, VII e VIII.

Art. 3º. Os valores mínimos dos bens a serem alienados serão determinados pela Comissão ora constituída, embasados na Ata de Avaliação da Comissão constituída pela Portaria nº 0149/2014, de 07 de maio de 2014.

Art. 4º. O pagamento dos bens adquiridos pelos arrematantes deverá ser em moeda corrente nacional, nas formas estabelecidas no Edital pertinente.

Parágrafo Único. Se o pagamento ocorrer por meio de cheque, a liberação dos bens somente se dará após sua respectiva compensação.

Art. 5º. Os recursos arrecadados com a Alienação dos Bens Móveis descritos no Edital de Leilão serão aplicados em conformidade com o que dispõe a Lei Municipal nº 1.961, de 15 de julho de 2014.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,  
23 de julho de 2014.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 23 de julho de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

### Decreto Df 42/2014 - Contabilidade

DECRETO DF N. 042, DE 23 DE JULHO DE 2014.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADACÃO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1937, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

10.00	SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS		
10.01	DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS		
2.019	ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS		
3.3.90.00. 00. 00. 00.00045	Aplicações Diretas	R\$	4.852,44

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
0045	Outras Transferências Decorrentes de Comp. Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	R\$	4.852,44

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,  
23 de Julho de 2014.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 23 de Julho de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**Decreto Df 41/2014 - Orçamento****PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 000041/14 de 23 de Julho de 2014**

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014 do tipo alteração Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001937/13 de 11 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS****15.01 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**

(238)3.3.90.00.00.00.00.2.031-0202 - Aplicacoes Diretas

2.500,00

**Total Suplementação:****2.500,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS****15.01 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**

(182)4.4.90.00.00.00.00.2.031-0202 - Aplicacoes Diretas

2.500,00

**Total Anulação:****2.500,00**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Julho de 2014.****AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 23 de Julho de 2014.

**DIONE HEINZEN**

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

# Guaramirim

## PREFEITURA

### Decreto Nº. 353/2014

DECRETO Nº. 353/2014

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 528.078,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 528.078,00 (quinhentos e vinte e oito mil e setenta e oito reais) constante do orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2065	Manutencao da secretaria de Desenvolvimento Social
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 20.000,00 )

Código	Descrição
02	GABINETE DO PREFEITO
02.001	GABINETE DO PREFEITO
02.001.0006	SEGURANCA PUBLICA
02.001.0006.0182	DEFESA CIVIL
02.001.0006.0182.0014	Defesa Civil
02.001.0006.0182.0014.2080	Manutencao das atividades da defesa civil
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 19.990,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2010	Manutenção das ações de Apoio Logístico, Compras A
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 20.000,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO

04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2012	Manutenção da Unidade Administrativa e Serviços Ge
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 10.000,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2097	Manut. de Ações de Apoio a Serviços de Terceiros -
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 5.000,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2115	Manutenção do Consórcio CIGA
3317100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 3.865,00 )
3447100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 433,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
04.001.0004.0123.0004	Administração Geral
04.001.0004.0123.0004.2009	Manutenção das Atribuições de Controle Financeiro
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 50.000,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0006	SEGURANCA PUBLICA
04.001.0006.0181	POLICIAMENTO
04.001.0006.0181.0003	Serviços de Utilidade Pública
04.001.0006.0181.0003.2100	Manutenção das Ações da Polícia Militar
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários

	Valor: ( 13.000,00 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: ( 100.000,00 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2022	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Infa
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: ( 200.000,00 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: ( 35.000,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0333	EMPREGABILIDADE
09.001.0023.0333.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0333.0012.2051	Manut. de acoes de apoio à qualificação profission
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 1.580,00 )
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0811	DESPORTO DE RENDIMENTO
18.001.0027.0811.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0811.0015.2082	Apoio ao esporte de competicao
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários

	Valor: ( 4.990,00 )
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
18.001.0027.0812.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0812.0015.2081	Apoio ao esporte amador
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 4.990,00 )
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
18.001.0027.0812.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0812.0015.2083	Escolinhas de esportes
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 9.300,00 )
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
18.001.0027.0812.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0812.0015.2099	Manutencao de estadios, campos e ginasios esportiv
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 3.200,00 )

20	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001.0018.0541.0013.2118	Manutencao das acoes de fiscalizacao ambiental
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
10000	Recursos Ordinários
	Valor: R\$ 26.730,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos itens abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2065	Manutencao da secretaria de Desenvolvimento Social
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários



	Valor: ( 20.000,00 )
Código	Descrição
02	GABINETE DO PREFEITO
02.001	GABINETE DO PREFEITO
02.001.0006	SEGURANCA PUBLICA
02.001.0006.0182	DEFESA CIVIL
02.001.0006.0182.0014	Defesa Civil
02.001.0006.0182.0014.2080	Manutencao das atividades da defesa civil
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 19.990,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2010	Manutenção das ações de Apoio Logístico, Compras A
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 20.000,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2012	Manutenção da Unidade Administrativa e Serviços Ge
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 10.000,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2097	Manut. de Ações de Apoio a Serviços de Terceiros -
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 5.000,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2115	Manutenção do Consórcio CIGA

3337100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 4.298,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
04.001.0004.0123.0004	Administração Geral
04.001.0004.0123.0004.2009	Manutenção das Atribuições de Controle Financeiro
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 50.000,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0006	SEGURANCA PUBLICA
04.001.0006.0181	POLICIAMENTO
04.001.0006.0181.0003	Serviços de Utilidade Pública
04.001.0006.0181.0003.2100	Manutenção das Ações da Policia Militar
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 13.000,00 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.001	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012	EDUCACAO
06.001.0012.0361	ENSINO FUNDAMENTAL
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: ( 100.000,00 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2022	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Inf
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: ( 200.000,00 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.

06.002.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: ( 35.000,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0333	EMPREGABILIDADE
09.001.0023.0333.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0333.0012.2051	Manut. de acoes de apoio à qualificação profission
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 1.580,00 )
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0811	DESPORTO DE RENDIMENTO
18.001.0027.0811.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0811.0015.2082	Apoio ao esporte de competicao
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 4.990,00 )
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
18.001.0027.0812.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0812.0015.2081	Apoio ao esporte amador
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 4.990,00 )
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
18.001.0027.0812.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0812.0015.2083	Escolinhas de esportes
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 9.300,00 )
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
18.001.0027.0812.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0812.0015.2099	Manutencao de estadios, campos e ginasios esportiv
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 3.200,00 )

20	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001.0018.0541.0013.2118	Manutencao das acoes de fiscalizacao ambiental
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
10000	Recursos Ordinários
	Valor: R\$ 26.730,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de 23 de julho de 2014.

Guaramirim/SC, 21 de julho de 2014.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretaria de Administração e Finanças

### Aviso de Licitação 67/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Edital: Pregão - 67/2014  
Tipo : Menor Preco - por itens

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GESTÃO PATRIMONIAL, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE INVENTÁRIO, REAVALIAÇÃO E DEPRECIAÇÃO DE TODOS OS BENS, DENTRE OUTROS SERVIÇOS CORRELATOS E NECESSARIOS PARA A PLENA ORGANIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL.

Entrega dos Envelopes: 05/08/2014 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 05/08/2014 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 23/07/2014.  
LAURO FROHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### Aviso 57 2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Edital: Pregão - 57/2014  
Tipo : Menor Preco - por itens

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA DE PEDREIRO A SER REALIZADA NA PREFEITURA DE GUARAMIRIM E DEMAIS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Entrega dos Envelopes: 07/08/2014 às 14:00h

Abertura dos Envelopes: 07/08/2014 às 14:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo

site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 23/07/2014.

LAURO FROHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **Aviso Licitação 48 2014**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Edital: Pregão - 48/2014  
Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE FORROS E DIVISÓRIAS REMOVÍVEIS E MAO DE OBRA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E REMOÇÃO.

Entrega dos Envelopes: 11/08/2014 às 14:00h

Abertura dos Envelopes: 11/08/2014 às 14:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 23/07/2014.

LAURO FROHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **Aviso Licitação 78 2014**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Edital: Pregão - 78/2014  
Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SONORIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE EVENTOS

Entrega dos Envelopes: 05/08/2014 às 14:00h

Abertura dos Envelopes: 05/08/2014 às 14:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 23/07/2014.

LAURO FROHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

## Guarujá do Sul

### PREFEITURA

#### **Extrato de Termo de Doação - Pref 02**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO  
TERMO DE DOAÇÃO Nº 02/2014.  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 39/2014 - CONCORRENCIA Nº. 01/2014.  
DOADOR: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
DONATARIO: TEXTIL KOPRUCH LTDA

OBJETO: Doação de Parte do Lote Colonial 08, situado na Linha São Francisco, BR 163, km 109, no futuro Loteamento Industrial Alcides Volkweis, que passarão a denominar-se Lote Urbano 33, da Quadra 08, com área de 2.200,0 m2, situado na Rua Helio Luiz Schabbach esquina com a Rua Sebastião da Silva, com um pavimento pré moldado, medindo 15,0 x 20,0, com área de 300,0 m².  
PRAZO PARA INSTALAÇÃO: 04 MESES.

Guarujá do Sul, SC, 23 de julho de 2014.

Jose Carlos Foiatto,  
Prefeito Municipal.

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### Portaria Nº 869/2014

PORTARIA Nº 869/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 08 de julho de 2014, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora VANE-SA RICARDO DA SILVA DE LIMA (Matr. 2787), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível/Referência - 8/B, Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Julho de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### Edital Nº 009/2014

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

Edital nº 09/2014

Divulga o resultado final das provas práticas e dá outras providências.

O Município de Herval d'Oeste, Estado do Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, o Sr. Nelson Guindani, e a comissão do concurso público, nomeada por meio da Portaria nº 86/2014 alterada pela Portaria nº 664/2014, representada por sua Presidente, Sra. Lidia Salete Cervelin, no uso de suas atribuições, considerando os dados remetidos pela empresa responsável pela execução do concurso, torna público o resultado final do concurso para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas I e II, conforme segue:

#### 02 MOTORISTA

Inscrição; Nome; Nota prova escrita; Nota prova prática; Nota final; Situação (classificação)

002257; Oziel Cordeiro; 5,20; 9,00; 7,10; 1º / 001714; Paulo Francisco Girioli; 6,40; 6,50; 6,45; 2º / 001631; Adilson Leandro De Souza; 5,20; 7,50; 6,35; 3º / 001391; Mario Antonio Fedrigo; 5,20; 7,00; 6,10; 4º / 001191; Juliano Dos Santos; 5,20; AUS P / 001685; Fabiano José Mior; 4,80; NM E / 001800; Jucimar Caldart; 4,80; NM E / 001922; Tiago Porcate Da Rocha; 4,80; NM E / 000530; Jalcemir Danielecki; 4,80; NM E / 001161; Claudemir Rigo; 4,80; NM E / 001012; Roberto Da Camara; 4,40; NM E / 002224; Algacir Da Silva; 4,40; NM E / 000378; Edemilson Souza De Jesus; 4,40; NM E / 001913; Flavio Silveira De Avila; 4,40; NM E / 001785; Jorge Luiz Dos Santos; 4,00; NM E / 000730; Dirceu Ferreira Alves; 4,00; NM E / 000351; Patricia Fatima Carrer Burlin; 4,00; NM E / 000200; Denise Pozzobom; 4,00; NM E / 001637; Valmor Joao Reisdorfer; 4,00; NM E / 001273; Claiton Vancin Junior; 4,00; NM E / 002267; Antonio Carlos Da Silva; 3,60; NM E /

001958; Aldo Eurico De Souza; 3,60; NM E / 001067; Otavio Cerrino Pereira Da Silva; 3,60; NM E / 000328; Diego Valmir Oliverio Ribeiro; 3,20; NM E / 000852; Veronica Janete Sychocki; 3,20; NM E / 001789; Diogo Scheitel Schlindwein; 3,20; NM E / 000158; Paulo Sergio Lunardelli; 3,20; NM E / 000457; Jefferson Luiz Bertusso Girioli; 3,20; NM E / 001936; Jacson Mattos Duarte; 3,20; NM E / 001465; Edgar Calderoli; 2,80; NM E / 001411; Joilson Godinho Dos Santos; 2,80; NM E / 001398; Shadei Bertusso; 2,80; NM E / 000739; Maikon Schumacher; 2,80; NM E / 001686; Mario Antonio Marcon; 2,40; NM E / 001187; Raphael Ferreira Da Silva; 2,40; NM E / 001704; Luiz Alberto Saccol; 2,40; NM E / 001917; Amarildo Soares De Lima; 2,40; NM E / 001927; Darlei Ribeiro Da Silva; 2,40; NM E / 000558; Leonar Lisot; 2,40; NM E / 001341; Jaison Antunes Da Silva; 2,00; NM E / 000557; João Maria Ferreira; 2,00; NM E / 000736; Valdemiro Posserra; 2,00; NM E / 000472; Valmir Pratto; 2,00; NM E / 000742; Valmor Ribeiro Do Nascimento; 1,60; NM E / 001964; Aloisio De Matos; 1,60; NM E / 001285; Carlos Alberto Ferreira; AUS / 002253; Armando Miguel Teres; AUS / 000825; Matheus Antonio Cavalheiro Rheinheimer; AUS

#### 03 OPERADOR DE MÁQUINAS I

Inscrição; Nome; Nota prova escrita; Nota prova prática; Nota final; Situação (classificação)

000612; Diego Zampieri; 6,40; 10,00; 8,20; 1º / 000238; Sidmar Piovesan Do Prado; 7,60; 6,00; 6,80; 2º / 001591; Edemar Palavechini; 6,40; 5,00; 5,70; 3º / 000234; Antoninho Zaccaron; 4,80; NM E

#### 04 OPERADOR DE MÁQUINAS II

Inscrição; Nome; Nota prova escrita; Nota prova prática; Nota final; Situação (classificação)

000877; Clair Zimer; 5,60; 10,00; 7,80; 1º / 000611; Ricardo Ferretti; 8,40; AUS P / 002250; Ricardo Jung; 8,00; AUS P / 001735; Cristiano Ribeiro De Assis; 6,00; NR

\*Os dados dos candidatos estão separados pelo símbolo: /

\*\* AUS = ausente da prova escrita; AUS P = ausente na prova prática; NM E = não atingiu nota mínima na prova escrita; NR = não realizou o teste prático. A todos os candidatos nesta situação aplica-se o disposto no item 5.2.2 do edital nº 01/2014.

\*\*\*Para apuração da nota final foi observado rigorosamente o estabelecido no item 5.2 do edital nº 01/2014.

Herval d'Oeste/SC, 23 de julho de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

Lidia Salete Cervelin  
Presidente da CCP



# Ibiam

## PREFEITURA

### Contrato Nº 018/2014 - RH

CONTRATO Nº 018/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por tempo determinado, que entre si celebram, como contratante o município de Ibiam, CNPJ 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal, e como contratado, o Sr. DANIEL RIBAS DOS SANTOS, brasileiro, casado, Médico, CI 4.293.423, CPF nº 050.910.949-70, CRM 20599-SC, residente no município de Campos Novos/SC, mediante as seguintes cláusulas, firmam o presente contrato:

**Cláusula Primeira** - O Município, com amparo no inciso VII, do art. 88, alínea a, do inciso III, do art. 23, ambos da Lei Orgânica Municipal; mais o que consta no art. 1º e inc. VII - § 1º, do art. 2º, da Lei Municipal nº 112, de 05.01.1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03.06.2005; e considerando que os candidatos classificados no Concurso Público aberto pelo Edital nº 001, de 05.04.2013, desistiram de assumir a vaga; bem como o resultado do Processo Seletivo nº 004, de 23.05.2014, homologado pelo Decreto nº 2.661, de 07.07.2014; e com base no Prejulgado nº 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contrata o Sr. DANIEL RIBAS DOS SANTOS, para exercer as funções do cargo de MÉDICO, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a serem desenvolvidas junto a Secretaria Municipal da Saúde.

**Cláusula Segunda** - O contratado receberá os vencimentos de R\$ 16.285,64 (dezesesseis mil, duzentos e oitenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), conforme Anexo Único, da Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

§ 1º - O contratado receberá adicional de insalubridade correspondente a 20% (vinte por cento) do piso salarial dos funcionários do município, conforme art. 62, da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 326, de 30.08.2006, bem como conforme Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT, de 02.01.2013 e Decreto nº 2534, de 02.09.2013.

§ 2º - O contratado será regido pelo regime jurídico especial de que trata a Lei nº 112, de 05.01.1999 e filiado ao Regime Geral da Previdência Social.

**Cláusula Terceira** - O presente contrato terá início no ato da sua assinatura e término previsto para 31.12.2014 ou até que cesse o motivo que deu causa à contratação ou ainda com o preenchimento da vaga mediante realização de Concurso Público.

**Cláusula Quarta** - Poderá haver a prorrogação do contrato, pelo prazo de até 01 (um) ano, desde que persistam os motivos da contratação.

**Cláusula Quinta** - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer antecipadamente nos casos previstos no Artigo 12, da Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999.

**Cláusula Sexta** - Os encargos decorrentes deste contrato, serão suportados pela rubrica orçamentária:  
Órgão: 03 - Fundos Municipais

Unidade orçamentária: 0301 - Fundo Municipal da Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 1001 - Saúde com Qualidade

Projeto/atividade: 2039 - Manutenção das atividades da saúde

Elemento de Despesa: 31900000 - 0102 - Aplicações Diretas

Projeto/atividade: 2041 - Manutenção piso de atenção básica variável

Elemento de Despesa: 31900000 - 0164 - Aplicações Diretas

**Cláusula Sétima** - O presente contrato fundamenta-se na Lei Municipal 112, de 05 de janeiro de 1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03 de junho de 2005, Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997 e alterações posteriores, Processo Seletivo - Edital nº 004, de 23 de maio de 2014, Portaria nº 151, de 16 de julho de 2014 e Artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal.

**Cláusula Oitava** - As partes elegem o foro da Comarca de Tangará para dirimir questões relacionadas a este contrato.

E por estarem, certos, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 16 de julho de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CPF - 497.720.319-49

DANIEL RIBAS DOS SANTOS

CPF - 050.910.949-70

CRM 20599-SC

Testemunhas:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

CPF - 807.451.729-20

MARIA SOLANGE DA S. M. BORSOI

CPF - 894.413.209-78

MELZI CAVAZZOLA

ADVOGADO - OAB/SC 3.076

### Portaria Nº 149/2014

PORTARIA Nº 149, 11 DE JULHO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA DA SERVIDORA CATARINA MARIA DALLABRIDA BORSOI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento da Servidora, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora CATARINA MARIA DALLABRIDA BORSOI, ocupante do cargo efetivo de Professor II - Nível 5 - Referência C, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender Samuel Pietro Dallabrida Borsoi - filho, de conformidade com o atestado médico do Dr. Rodrigo Specht - CRM/SC 8302.

Art. 2º. O período de afastamento é de 05 (cinco) dias, conforme atestado médico, no período compreendido de 07.07.2014 a 11.07.2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de julho de 2014.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,  
11 DE JULHO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

### **Portaria Nº 150/2014**

PORTARIA Nº 150, 11 DE JULHO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA DA SERVIDORA WALDECIRA APARECIDA TRAGANCIN DE OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento da Servidora, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora WALDECIRA APARECIDA TRAGANCIN DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Professor II - Nível 5 - Referência C, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender Gislaine Tragancin de Oliveira - filha, de conformidade com o atestado médico do Dr. Adroaldo Wladimir Lorenzoni - CRM/SC 004616.

Art. 2º. O período de afastamento é de 17 (dezessete) dias, conforme atestado médico, no período compreendido de 09.07.2014 a 25.07.2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de julho de 2014.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,  
11 DE JULHO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

### **Portaria Nº 151/2014**

PORTARIA Nº 151, DE 16 DE JULHO DE 2014  
"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, o resultado do Processo Seletivo aberto pelo Edital nº 004/2014, homologado pelo Decreto nº 2661/2014;

Com amparo no art. 88, incisos VII e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 2º, § 1º, inciso VII, da Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03.06.2005;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar em caráter temporário, o Sr. DANIEL RIBAS DOS SANTOS, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de campos Novos/SC, para exercer as funções do cargo de Médico - Nível 14 - Referência A, com vencimentos conforme Anexo 2, da Lei Municipal nº 044/1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023/2011.

Art. 2º. O prazo da contratação será de conformidade com o item 7, do Processo Seletivo - Edital nº 004, de 23 de maio de 2014.

Art. 3º. O contratado será regido pelo regime jurídico especial de que trata a Lei Municipal nº 112/1999 e filiado ao regime Geral da Previdência Social.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,  
16 DE JULHO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

### **Portaria Nº 152/2014**

PORTARIA Nº 152, DE 18 DE JULHO 2014  
"CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, considerando o § 5º, do art. 87, da Lei Municipal nº 255, de 07 de Janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 450, de 20 de setembro de 2010, bem como o Atestado Médico apresentado em 20 de março de 2014, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação da Licença Maternidade a servidora KELLYN REGINA DE OLIVEIRA REINEHER ocupante do cargo efetivo de Dentista - Nível 13 - Referência C - Anexo I - Subanexo V - Serviços de Nível Superior, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. A prorrogação da licença maternidade de 60 (sessenta)



dias será usufruída no período de 18.07.2014 a 15.09.2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,  
18 DE JULHO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

### **Portaria Nº 153/2014**

PORTARIA Nº 153, DE 18 DE JULHO DE 2014  
"CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS A  
SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de  
Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII,  
do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que, a municipalidade não possui motoristas em  
número suficiente para suprir todas as necessidades de desloca-  
mento municipal e outros deslocamentos externos de interesse do  
Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, autorização para dirigir veículos oficiais em ca-  
sos eventuais e específicos ao servidor abaixo relacionado, que se  
encontra devidamente habilitado:

a) Daniel Ribas dos Santos - Carteira Nacional de Habilitação nº  
524956071, nº registro 03173944238, categoria "AD", com valida-  
de até 16.10.2016.

Art. 2º. O servidor autorizado a dirigir veículos oficiais, não po-  
derá:

- a) Ceder a direção do veículo a terceiros;
- b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daque-  
las que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público  
prestado.

Art. 3º. O servidor autorizado a dirigir veículos oficiais, deverá:  
a) Cumprir as determinações expressas na Portaria nº 078, de 01  
de março de 2005;

- b) Preencher corretamente o Diário de Movimentação de veículos;
- c) Manter atualizado o documento de habilitação (CNH);
- d) Encaminhar cópia da CNH atualizada ao Setor de Pessoal, para  
arquivamento na sua ficha funcional;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,  
18 DE JULHO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

### **Portaria Nº 154/2014**

PORTARIA Nº 154, DE 22 DE JULHO DE 2014  
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de  
Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso  
VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com  
o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004,  
bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentar ao servidor público muni-  
cipal vinculado a Secretaria Municipal da Educação, abaixo rela-  
cionado:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Domingos Machado da Silva	01.03.2013 a 28.02.2014	22.07.2014 a 31.07.2014

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,  
22 DE JULHO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

# Ilhota

## PREFEITURA

### Anexo Decreto 24/2014

DECRETO Nº 24 DE 09 DE JULHO DE 2014.

HOMOLOGA RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014.

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições legais, e tendo em vista a disponibilização do Relatório final de aprovação e classificação do Concurso Público nº 01/2014, no site do IBA - [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br),

#### DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o resultado final do Concurso Público nº 01/2014, do Município de Ilhota - SC, de acordo com a relação divulgada no site do IBAM - [www.ibam.concursos.org.br](http://www.ibam.concursos.org.br), e reproduzida no anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IHOTA,  
em 10 de julho de 2014.

Daniel Christian Bosi  
Prefeito Municipal

#### ANEXO

IBAM PREFEITURA MUNICIPAL ILHOTA 2014 PAG: 1

Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Superior completo

001 - ASSISTENTE SOCIAL

No. de vagas: 1

Class. Nome do Candidato No. Insc. Total

- 1 ALINE MARIA CESTARI 50964-7 350.000
- 2 NATALIA MOSCON 52084-5 340.000
- 3 ADRIANE NASCIMENTO MENDONCA 50735-0 310.000
- 4 ANA JANAINA MEDEIROS DE SOUZA 51285-0 310.000
- 5 ANA FLAVIA WESSLING 52051-9 310.000
- 6 LILIAN MARIA DE OLIVEIRA DESCHAMPS 51383-0 300.000
- 7 MORGANA DUARTE FERREIRA NUNES BRUCH 50536-6 290.000

8 JONATHAN DIEGO PEREIRA ALVES 52353-4 290.000

9 SCHARLENE VIEIRA 51200-1 290.000

10 FERNANDA REGINA DOS SANTOS 52095-0 280.000

11 SOLANGE REINET 50336-3 270.000

12 ANDREIA ZANLUCA 51207-9 270.000

13 TAIANA PRAUSE 52137-0 270.000

14 JOICE DOGNINI 50577-3 260.000

15 BIANKA SIMAS MARTINS 50373-8 260.000

16 JANAINA CUSTODIO DA SILVA 52323-2 240.000

17 ROSILDA SAUTNER 50363-0 240.000

18 VIVIANE M. S. WILDES PAIM DE CAMPOS 50359-2 240.000

19 SAMARA MATUSA DE JESUS LIDIO 52342-9 230.000

20 MARIA APARECIDA MABA 51712-7 210.000

Superior completo

002 - CONTADOR

No. de vagas: 1

Class. Nome do Candidato No. Insc. Total

- 1 JACI TRES 52277-5 270.000
- 2 HELENA MARIA MELCHIORETTO 51754-2 250.000
- 3 LAIRSON LUIZ STULP 52315-1 250.000

4 MARCIO ALEXANDRE DOS SANTOS 50794-6 240.000

5 RICARDO JOSE CAMPESTRINI 52094-2 240.000

Superior completo

003 - DENTISTA

No. de vagas: 1

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

- 1 SARAH SASSI GUTIERREZ 52250-3 320.000
- 2 DNYELSON SOUZA SILVA 51973-1 280.000
- 3 LEONARDO YOSHIURA SOARES 52134-5 280.000
- 4 CASSIANE SUSSEK 51147-1 280.000
- 5 SIMONE SPANIOL 50574-9 270.000
- 6 ANGELA DI LASCIO MARQUES DE SOUZA ZANOLLA 52121-3 270.000
- 7 ANGELA ROTTA 50966-3 270.000
- 8 TAYSE CAROLINE CUNHA DE MEDEIROS 45951-8 270.000
- 9 GLAUCO SANTOS DE ALMEIDA 52213-9 260.000
- 10 MATHEUS DOS SANTOS PEREIRA 52312-7 260.000
- 11 PATRICIA DOS SANTOS CE 51264-8 260.000
- 12 JOSE LOPES AUGUSTO 52152-3 260.000
- 13 CINDY KARAZAWA REHFELDT 51709-7 240.000
- 14 ANDREZA MARY PACHECO BERTOLI 45844-9 240.000
- 15 LAUREN FIOREZE TORRES FERNANDES 45901-1 220.000
- 16 ADRIANA DO AMARAL 52276-7 200.000

Superior completo

004 - ENFERMEIRO

No. de vagas: 1

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

- 1 SAMARA DOS SANTOS 50308-8 250.000
- 2 MILENA PROENCA LIMA 50344-4 250.000
- 3 FRANCIANE SCHEREN 51713-5 240.000
- 4 MARGARETH XAVIER DA COSTA 45868-6 240.000
- 5 FERNANDA ARAGONA DA COSTA 51735-6 240.000
- 6 LUCIANA MENGARDA 50493-9 230.000
- 7 PATRICIA STERTZ 52231-7 220.000
- 8 NAYARA HELENA KUHN VIEIRA 50347-9 190.000

Superior completo

005 - ENGENHEIRO CIVIL

No. de vagas: 1

Class. Nome do Candidato No Insc.Total

- 1 ANTONIO ADOLFO SCHOPPING FILHO 51828-0 270.000
- 2 DAISY CHRISTIANE PEREIRA 52210-4 220.000
- 3 ABEL DOS SANTOS 51782-8 210.000
- 4 JENNIFER JAQUELINE PEREIRA 51640-6 180.000

Superior completo

006 - ENGENHEIRO FLORESTAL

No. de vagas: 1

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

- 1 DOUGLAS DICKMANN 52106-0 310.000
- 2 GIOVANI SILVEIRA LAZZARETTI 50288-0 290.000
- 3 FABIO CORREA DIDONE 52226-0 280.000
- 4 LIEGE MEDIANEIRA GEHM 51824-7 270.000
- 5 EDUARDO SERPA 50923-0 270.000
- 6 ALEXANDRE AMILTON DE OLIVEIRA 50665-6 270.000
- 7 TAISE CRISTINA PLATTAU ARENHARDT 51623-6 260.000
- 8 LUCAS DE GASPARI KNEBEL 52091-8 250.000
- 9 SUELEN SCHRAMM SCHAADT 51857-3 240.000
- 10 AUGUSTO CHARNEI 52108-6 230.000
- 11 RAPHAELA NOEMIA DUTRA 51927-8 230.000
- 12 RAUL ROEDER VOOS 52201-5 220.000
- 13 DANIELA MELCHIORETTO 51747-0 180.000

007 - FARMACEUTICO

No. de vagas: 2

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

- 1 JEANNE ALESSANDRA SANTANA 50334-7 310.000

2 MAYARA DOS SANTOS ROSA 50411-4 250.000  
 3 STELLA CRISTINA SCHORR 51566-3 250.000  
 4 GIULIANO HILTON KOPROWSKI 51902-2 240.000  
 5 BRUNA DOS SANTOS SILVA 52158-2 240.000  
 6 EDSON KONDO OTAQUE 50445-9 240.000  
 7 ETIENE DA SILVA BRAND CUNHA 45942-9 230.000

Superior completo

008 - FISIOTERAPEUTA

No. de vagas: 1

Class. Nome do Candidato No. Insc.Total

1 ANNA VICTORIA COELHO 51257-5 230.000

2 RULIANE DA SILVA TRENTA 51580-9 190.000

Superior completo

009 - FONOAUDIOLOGO

No. de vagas: 0

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 FABIANA KRAMER RODRIGUES 51470-5 250.000

2 MIRELLE CARVALHO SILVA DE ALENCAR 51202-8 240.000

Superior completo

010 - MEDIADOR DE LEITURA E PESQUISA

No. de vagas: 2

Class. Nome do Candidato No. Insc.Total

1 JOSILENE CONSTANTE 50992-2 304.000

2 JULIANA DEBARBA DA SILVA 52090-0 220.000

Superior completo

012 - MEDICO CLINICO GERAL

No. de vagas: 4

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 DENNY LIMA CAVALCANTE 50743-1 320.000

2 FELIPE FARIA SALDANHA 52044-6 270.000

Superior completo

015 - MEDICO VETERINARIO

No. de vagas: 1 Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 CAMILA ARCHER 45885-6 290.000

2 ROBERTA DE MAIO 51718-6 280.000

3 BRUNA GOSS DOS SANTOS 51546-9 270.000

4 ARIANE HAHN BIAZUS 50303-7 260.000

5 ROSAMARIA MENDES 50510-2 250.000

6 DANIELLA CAROLINE GAYA BALDANCA 52119-1 220.000

7 LAERTE LANZMASTER DE QUADROS FILHO 45959-3 180.0

Superior completo

016 - NUTRICIONISTA

No. de vagas: 1

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 GABRIELA DA SILVA 51091-2 330.000

2 ANA CAROLINA TRIERVEILER 51773-9 300.000

3 JESSICA ELIAS 50598-6 280.000

4 FRANCIELLE FERNANDA PALMAS 52157-4 270.000

5 CAMILA CRISTINA BIANCHI 50615-0 250.000

6 GIOVANNA BERTOTTI 45881-3 250.000

7 MARTINA PAOLA WARMELING 51624-4 240.000

8 SAMARA ANA CARDOSO 45856-2 220.000

9 ELAINE CRISTINA FRANCES 51354-7 220.000

10 ANDREUARA MILBRATZ 45971-2 210.000

11 ELLEN KAROLINE BERNARDO 45859-7 210.000

12 LUANA SOBOTA 45966-6 190.000

13 JAQUELINE DA SILVA 52185-0 190.000

Superior completo

017 - PROFESSOR DE ANOS INICIAIS

No. de vagas: 0

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 KARLA TEIXEIRA 51270-2 339.000

2 DAIANE ANDRESA DE JESUS 52337-2 280.000

3 RAQUELLEN MILBRATZ 50281-2 280.000

4 PAULA CRISTINA DE SOUZA 51968-5 260.000

5 ANA PAULA ZIMMERMANN 52116-7 259.000

6 ROBERTA KELLY WARMLING 52328-3 240.000

7 JAQUELINE RUSSI DOS SANTOS 50408-4 240.000

8 JULIANA TIVES RONCAGLIO MICHEI 52233-3 224.000

Superior completo

018 - PROFESSOR DE AEE

No. de vagas: 1

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 RAQUEL SANTOS DA SILVA 52264-3 320.000

2 DAYANA CRISTINA PEREIRA DA CUNHA 52170-1 240.000

3 SILVANA MARIANO PIRES 45860-0 239.000

4 MADELAINE DEBARBA WALTRICK 51867-0 220.000

5 GLACI DIONE IMIANOWSKY 51665-1 209.000

Superior completo

019 - PROFESSOR DE ARTES

No. de vagas: 1

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 CARLISE PEREIRA 51729-1 304.000

Superior completo

020 - PROFESSOR DE CIENCIAS

No. de vagas: 1

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 LIGIA MENDES DOS SANTOS BENDER 52109-4 289.000

2 MORGANA BEM ALVES 51134-0 244.000

3 INGRIDIANY CRISTINA BASEI 52167-1 230.000

Superior completo

021 - PROFESSOR DE EDUC. INFANTIL

No. de vagas: 8

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 JOZIANE RICHARTS 50355-0 339.000

2 ELISANGELA LENIR TESSARO 45842-2 330.000

3 RAQUEL ZAPELINI 51946-4 314.000

4 LISIANE FERNANDES E SILVA REINKE 51577-9 310.000

5 SANDRA DIAS DO PRADO 50481-5 310.000

6 VIVIANE SELENKA 52235-0 310.000

7 LINDBERG DA SILVA JERONIMO LEITE 50526-9 305.000

8 RITA HAHMANN MIRANDA 51917-0 304.000

9 MARA CRISTINA BATISTA PEREIRA 50495-5 300.000

10 FABIANE KROENKE REINERT 45934-8 300.000

11 CRISTINA SILVA SCABIO 52193-0 300.000

12 GLAUCIA FERNANDA MAROSTICA 52145-0 300.000

13 JOZIMERI RICHARTS 50357-6 299.000

14 MICHELLE APARECIDA VECHI 51429-2 289.000

15 CRISTIANE REINERT GOEDERT 50532-3 289.000

16 ERENI DOS SANTOS 52175-2 284.000

17 ROSANGELA PAES DE FARIAS 50290-1 284.000

18 KATIA REGINA MOSER LANSER 52357-7 280.000

19 ALISON MAIRA DA SILVA WEISE 52041-1 280.000

20 JULIANA ADAO BERTI 52059-4 279.000

21 CHAIANE CRISTINA KRAISCH 51358-0 274.000

22 KEILA FRANCINARA TILL 51969-3 274.000

23 LEANDRA MARIA DOS SANTOS 51645-7 274.000

24 MAYARA REGINA EMILIO 50352-5 274.000

25 ANDREIA ALEXANDRA RISTOW SIEBER 45943-7 264.000

26 NILVA FATIMA DE SOUZA 51920-0 264.000

27 DAIANE CRISTINA DA SILVA 45952-6 264.000

28 DEBORA CARDOSO 51479-9 260.000

29 ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA BELARMINO 51912-0 260.000

30 RAQUEL CRISTINA DA ROSA SOARES 52079-9 260.000

31 SILVIA RENATA URBAN PEREIRA 51122-6 255.000

32 LUCIMAR RODRIGUES BUENO 50780-6 250.000

33 LEILA MARIA SEVERINO 51980-4 249.000

34 GRAZIELA DA SILVA PEREIRA 50354-1 244.000  
 35 VANESSA KLOCK 45862-7 244.000  
 36 KATHIUZE SCHLEMPER 50522-6 240.000  
 37 FERNANDA ADRIANO 51575-2 235.000  
 38 ANDREA VISINHEWSKI DOS SANTOS 51476-4 230.000  
 39 MARIANE FERREIRA BITTENCOURT 51169-2 230.000  
 40 ANGELA MARIA DOS SANTOS ROSA 51907-3 229.000  
 41 ROSANA CINTIA DA SILVA 51622-8 224.000  
 42 LUZIA MARA BUBACH DELLANDREA 52163-9 224.000  
 43 CARLA APARECIDA DA FONSECA GLOVASKI 52335-6 222.000  
 44 LUIZ CARLOS PEREIRA JUNIOR 51911-1 220.000  
 45 JAQUELINE CUSTODIO 52153-1 220.000  
 46 ADELIA TEREZINHA BECKER 51199-4 214.000  
 47 JESSICA CECILIA DE SOUZA 51612-0 214.000  
 48 IVETE MARIA DA SILVA MEDEIROS 51240-0 210.000  
 49 ELAINE DE OLIVEIRA VALENCA 50590-0 210.000  
 50 GILSELEN BURLAMAQUI SCALABRIN PINHEIRO 51027-0 210.000  
 51 CLAUDETE APARECIDA DA SILVA LOURENCO 51937-5 210.000  
 52 ROSANA DA LUZ VARELA NUNES 52071-3 209.000  
 53 CARLA DAISY DA CUNHA FARIA 50466-1 200.000  
 54 CINTIA FRANCISCO 51296-6 190.

Superior completo

022 - PROF. DE ENSINO RELIGIOSO

No. de vagas: 1

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 ELOISA MARIA CRESPI CARDOZO 50576-5 220.000

Superior completo

023 - PROFESSOR DE HISTORIA

No. de vagas: 1

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 PEDRO PAULO DE OLIVEIRA ABREU 52270-8 320.000

2 CASSIANO DOS SANTOS OLIVEIRA 52096-9 314.000

3 MARCIO LUIS DE OLIVEIRA 51501-9 270.000

4 TALITA JULIANA ORACZ 52287-2 250.000

5 ANDREA MACHADO 51100-5 249.000

6 LUIZ CARLOS ZANCANELLA 51155-2 190.000

Superior completo

024 - PROFESSOR DE INGLES

No. de vagas: 1

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 ELISANGELA ALVES DA SILVA RODRIGUEZ 51801-8 310.000

2 GIZELE RUSSI 51850-6 279.000

3 TATEANE GONCALVES SCHUART 51679-1 269.000

Superior completo

025 - PROF. LINGUA PORTUGUESA 20H

No. de vagas: 1

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 THIAGO JOVANE NASCIMENTO 52286-4 260.000

2 ELIANE YCHICO SHIMADA 50435-1 250.000

3 PAULO HENRIQUE DOMINGUES DOMINGUES 52103-5 230.000

Superior completo

026 - PROF. LINGUA PORTUGUESA 10H

No. de vagas: 1

Class. Nome do Candidato No. Insc.No.FilhosDataNascimento

CTP- PROF LINGUA PORTUGUESA

NS- LEG.EDUCACIONAL E PORT NSCONHEC.GERAIS E INF.

Objetivas Títulos Total

1 FABIANA MENDES VICENTE RAMOS 52122-1 0 21/09/1983  
 70.00 70.00 40.00 180.00 4.000 Elimin.

Objetivas Títulos Total

1 FABIANA MENDES VICENTE RAMOS 52122-1 0 21/09/1983  
 70.00 70.00 40.00 180.00 4.000 Elimin.

Superior completo

027 - PROFESSOR MATEMATICA 40H

No. de vagas: 2

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 JAINE RODRIGUES 50820-9 264.000

2 ANDRE ANGELA GORGES 51014-9 220.000

Superior completo

028 - PROFESSOR DE MATEMATICA 20H

No. de vagas: 1

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 RENE SANTIAGO CASTELAIN 51975-8 304.000

2 GEIZA CARLA RODRIGUES 52314-3 200.000

Superior completo

029 - PSICOLOGO

No. de vagas: 2

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 NATHALIE CRISTINE YOSHISAKI 51051-3 320.000

2 ADRIANA ANTUNES DA SILVA 50422-0 310.000

3 KATIUSA EVARISTO VELOZO PIRATH 51844-1 310.000

4 FRANCIANE CRISTINA TEIXEIRA 51981-2 310.000

5 ANDRIELLE NOVAK GONCALVES 50662-1 310.000

6 CAMILA STOLF MARQUES POTTES LINS 51775-5 300.000

7 CAROLINA ORTIZ 51292-3 300.000

8 ANA CAROLINA HOFFMANN 45926-7 290.000

9 VANESSA CELINA ALVES DA SILVA 51163-3 280.000

10 LAURA COLNAGHI 50873-0 280.000

11 JESSICA VITORINO 52126-4 280.000

12 ANA PAULA GARCIA 51728-3 280.000

13 CLAUDIA CRISTINA CARDOSO MARTINS DA SILVA 50297-9 280.000

14 RAQUEL CRISTINA DENARDI 50679-6 270.000

15 LEONARDO FELIPE RIBEIRO MOREIRA 51779-8 270.000

16 HYALA CRISTINA HAMMES DO AMARAL 51386-5 270.000

17 LILIAN MAZUREK MEYER 52289-9 270.000

18 SILENE LUZIA MULLER VIEIRA 52324-0 260.000

19 LEONARDO JOSE DA SILVA 51041-6 260.000

20 ALINE CRISTINA FERRACIOLI 52208-2 260.000

21 VANIA REGINA GOLIN 52365-8 250.000

22 MARIA CLARA WISTUBA 51241-9 240.000

23 ANAY STELA DE OLIVEIRA 52252-0 230.000

24 ALINE REINERT 52168-0 230.000

25 PAMELA SOARES DALCASTAGNE 52171-0 230.000

26 JULIANA PEREIRA ZIMMER 52008-0 230.000

27 KARIN DA SILVA DOS SANTOS 50305-3 230.000

28 SANDRA DA CUNHA ALVES 50393-2 220.000

29 SCHIRLEI WROBEL 45957-7 210.000

30 GIORDANO DA SILVA CARNIEL 52172-8 210.000

31 NEUSA MARIA VASEL 51823-9 210.000

32 ELIS REGINA DA ROSA 51874-3 210.000

33 DAIANE ANTUNES SOUZA 51739-9 200.000

34 FERNANDA DE SOUZA MELO 45904-6 200.000

35 ELOISE FRANZINI MIRANDA 51644-9 200.000

36 ANA LUCIA DE ALENCAR ZIMMERMANN 51660-0 180.000

Médio completo

030 - AGENTE ADMINISTRATIVO

No. de vagas: 0

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 TULIO SANDY DE JESUS GOMES 45972-0 340.000

2 ERNESTO HOSTIN 51516-7 310.000

3 PATRICK UBIRAJARA PEREIRA 52229-5 290.000

4 LETICIA REGINA FERREIRA 52362-3 290.000

5 VANESSA CRISTINA PONTALDI 52135-3 290.000

6 ALINE MICHELE DESCHAMPS 52046-2 280.000

7 MATEUS GARCIA BEZERRA DA SILVA 51173-0 280.000

8 JONATAN POZZOBON MULLER 51833-6 280.000

9 DIOGO KRAUS ARAUJO 45988-7 280.000



10 ROSILENE FRONZA ZIMMERMANN 52005-5 270.000  
 11 JOSE ADILSON FERRAREZI 52219-8 270.000  
 12 ALVARILDA APARECIDA DE SOUZA 52325-9 270.000  
 13 CAROLINE WEHMUTH 52113-2 270.000  
 14 ANGELICA GOMES BELLI 51681-3 270.000  
 15 RAFAELA BERGER DE SOUZA BATSCHAUER 52352-6 270.000  
 16 VITOR ZANELLA JUNIOR 50740-7 270.000  
 17 NELSON FABIO BONATO 51875-1 260.000  
 18 JAQUELINE HAVEROTH 50366-5 260.000  
 19 FERNANDO SCHNEIDER 52279-1 260.000  
 20 EDUARDO COLIN GOMES 51690-2 260.000  
 21 GERUSA KOPROWSKI 51717-8 260.000  
 22 JOSE FRANCISCO SCHMITT NETO 45898-8 250.000  
 23 MURILO RODRIGUES JUNIOR 52191-4 250.000  
 24 ANDERSON SHTCK PETERMANN 51022-0 250.000  
 25 JESSICA SOARES 51332-6 250.000  
 26 CARLOS HENRIQUE BINDA FILHO 51222-2 250.000  
 27 KELLY MACIEL BRASEIRO 52368-2 250.000  
 28 NAITHA TABUSO 45977-1 240.000  
 29 ANGELO SEGATTA 50323-1 240.000  
 30 FABIO SUTTER 52255-4 240.000  
 31 JACKSON LONGO DE SOUZA 52131-0 230.000  
 32 ANA PAULA KEMPNER 52166-3 230.000  
 33 MARCIANE THIBES 45917-8 230.000  
 34 AMERICO EDEZIO DE SOUZA JUNIOR 51276-1 230.000  
 35 LUIS CARLOS RODRIGUES 51872-7 220.000  
 36 IVAN ROSSATTO 52128-0 220.000  
 37 RAFAEL FERNANDES PEREIRA 50339-8 220.000  
 38 KERLEN CRISTINA DE LINS 51379-2 210.000  
 39 VALMOR BERTELI JUNIOR 50420-3 210.000  
 40 DANIEL WILLIAN PIRATH 51667-8 200.000  
 41 FELIPE RAMON DA SILVA FAVERO 52111-6 200.000  
 42 VALDIRENE DAS DORES MACHADO 50291-0 200.000  
 43 VALDECI FERNANDES 45975-5 200.000  
 44 ELIANES KOWALSKI 52254-6 190.000

Médio completo

031 - ATENDENTE DE CEI

No. de vagas: 20

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 ROSANA CRISTINA MOURA BONFIM 50485-8 320.000  
 2 SUZILAINÉ DE MATOS 45884-8 290.000  
 3 MARLENE ENGELSDORFF WILD 51708-9 280.000  
 4 CAMILA KUJAVIA 51839-5 270.000  
 5 ANDREIA APARECIDAMPEREIRA 52189-2 260.000  
 6 LEILANE MAISA DOS SANTOS NUNES MENGARDA 50332-0 260.000  
 7 CRISTIANI CLEUSA GONZAGA 51567-1 260.000  
 8 MICHELE WALTRICK 51249-4 250.000  
 9 ANDREA MENDES 50386-0 250.000  
 10 MARIA DENISE MENDES ZAPELINI 50267-7 240.000  
 11 KETLYN REGINA MEISTER 52048-9 240.000  
 12 VIVIAN DOS SANTOS DA SILVA 51797-6 240.000  
 13 BEATRIZ JAQUELINE DE ANDRADE 50731-8 240.000  
 14 FERNANDA RAMPELOTTI 51915-4 240.000  
 15 ESTER MARIANA CARDOSO 51608-2 240.000  
 16 JOSIANE KNUTH 50698-2 240.000  
 17 JOICE CAROLINE VIEIRA 51185-4 240.000  
 18 KETI LIRIA REIS DE LIMA JARBAS 52070-5 230.000  
 19 RAQUEL MORAIS CUNHA 52187-6 230.000  
 20 FABIANA KOZOWSKI 52077-2 230.000  
 21 SOLANGE CAMPELO DA SILVA KREMER 51913-8 230.000  
 22 PRICILA CHITZ CHAVES 51348-2 230.000  
 23 JHENIFFER CAROLINE DOS SANTOS 50360-6 230.000  
 24 SUSANA RIBEIRO 51097-1 230.000  
 25 TIAGO DOS SANTOS SILVA 51060-2 230.000  
 26 SARITA RAQUEL URBAN DA ROCHA 51318-0 230.000  
 27 SUELE DE AZEVEDO 51868-9 220.000  
 28 CLAUDIA FERNANDA NAZARIO 51473-0 220.000

29 DANIELA DA SILVA DE JESUS 52020-9 220.000  
 30 REGINA MILANI 52182-5 220.000  
 31 LUCIANA DAS GRACAS SIMOCOVSKI COSTA 51366-0 220.000  
 32 NAIARA FERRETTI ALVES 51075-0 220.000  
 33 ISABEL CRISTINA SPERBER 51742-9 220.000  
 34 DIANDRA TAINARA PAULO 52205-8 220.000  
 35 FERNANDA LETICIA DOS SANTOS 45987-9 220.000  
 36 ANA PAULA MARTINZ FERREIRA 51586-8 210.000  
 37 SILMARA TORMES 52183-3 210.000  
 38 MAIARA CRISTINA CESAR 50777-6 200.000  
 39 SCHEILA DOMINGOS 51258-3 200.000  
 40 ELLEN CAROLINE SCHMITZ 52275-9 200.000  
 41 ANA CAROLINA SOARES 51017-3 200.000  
 42 GEOVANA BONFIM DA FONSECA 52329-1 200.000  
 43 SUZANA REINERT MULLER 52087-0 180.000  
 44 MAYARA TAMYRYS LUTZOW 51649-0 180.000

Médio completo

032 - FISCAL DE OBRAS

No. de vagas: 1

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 DIEGO DE SOUZA 50394-0 240.000  
 2 EDSON LUIZ DA SILVA 50757-1 230.000  
 3 NEZIO JOSE DE FREITAS 51879-4 210.000

Médio completo

033 - FISCAL DE TRIBUTOS

No. de vagas: 1

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 DELCIO DARIO CUSTODIO 52306-2 270.000

Médio completo

034 - FISCAL VIG EPID SAN AMBIENTAL

No. de vagas: 2

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 DANILO DA LUZ NOGUEIRA 52013-6 330.000  
 2 JEFFERSON CLAYTON DE OLIVEIRA 50441-6 300.000  
 3 CELSO DE OLIVEIRA JUNIOR 50361-4 290.000  
 4 JOAO JOEL DAHMER 52031-4 260.000  
 5 FREDERICO CARLOS MOLIN DE ALMEIDA 50985-0 250.000  
 6 CHARLENE FRANCIELE SCHMITT 51910-3 230.000  
 7 PAULO ROBERTO DRUN 51289-3 230.000  
 8 ROBERTO CARLOS MERLINI 51398-9 220.000  
 9 TIAGO DE SOUZA 45979-8 210.000

Médio completo

035 - INSTRUTOR DE INFORMATICA

No. de vagas: 1

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 RAWILSON MEIRELES BAPTISTA LUIZ 50942-6 250.000  
 2 CARLOS HENRIQUE RUSSI 50459-9 210.000  
 3 IRINEU FERNANDO NICOLETTI RAIMUNDO 52280-5 200.000

Médio completo

036 - SECRETARIO DE EDUCANDARIO

No. de vagas: 3

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 PAULO ANDRE DE ANDRADE 51856-5 250.000  
 2 ANA PAULA DA ROCHA 50331-2 250.000  
 3 ALINE MAIARA REICHERT PREBIANCA 51736-4 230.000  
 4 HANNA CRISTINA DA SILVA 51266-4 220.000  
 5 INDIANARA BRASSANINI 52161-2 210.000  
 6 FABIANA MAGARI FARIAS FERREIRA 52269-4 180.000

Médio completo

037 - TECNICO ADMINISTRATIVO -SEC ED

No. de vagas: 1

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 MAYARA FRANCINNE MACHADO 50967-1 270.000

2 GABRIEL MARQUES 50364-9 250.000  
3 DIANDRA DAROS 50326-6 250.000

Médio completo

038 - TECNICO ADMIN FINANCEIRO

No. de vagas: 7

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 JIMMY HAYASHIHARA 51335-0 320.000  
2 ANTONIO CARLOS NICOLodi 51437-3 310.000  
3 FAGNER ALVES DA SILVA 51732-1 300.000  
4 JEFFERSON ALBINO MEDEIROS 52118-3 300.000  
5 PAULO EDSON COLARES PAIVA 52284-8 290.000  
6 HOAN CARLOS JOAQUINA 45855-4 280.000  
7 MARGARETH BERLINCK DA COSTA 51425-0 280.000  
8 DOUGLAS DE SOUZA 50443-2 270.000  
9 MISAEI MARTINS PEREIRA 52021-7 270.000  
10 ELIZABETE CRISTINA DOS SANTOS 52266-0 260.000  
11 ERIKA MARQUES 45983-6 260.000  
12 JEFFERSON SCHRAMM 51407-1 250.000  
13 ABDON ALMEIDA JUNIOR 52326-7 250.000  
14 JEANE PAULA COELHO 50301-0 250.000  
15 DULCINARA SILENE DA SILVA 52115-9 240.000  
16 SAONARA CRISTINA CALIARI RIBEIRO 52321-6 240.000  
17 NADIA CARDOSO SUPP 45854-6 240.000  
18 ALESSANDRA DEL PRA BUSARELLO DESOUZA 52032-2 230.000  
19 EDIONE VLADEMIR DE AZEVEDO 45968-2 230.000  
20 DANIELE KERNER DE PAULA 51324-5 230.000  
21 JESSICA CRISTINE DE AVIZ 50372-0 230.000  
22 ARETUSA ISIS TOLENTINO FELISBERTO 51229-0 220.000  
23 NEUZA KANOFFRE DE LIMA RODRIGUES DO NASCIMENTO 52259-7 220.000  
24 FERNANDA SOARES 52138-8 210.000  
25 RAFAELA CRISTINA TEIXEIRA 52257-0 210.000  
26 GABRIEL ARISTIMUNHO NAZIAZENO 52164-7 210.000  
27 JEFFERSON LUIZ DEBARBA 52140-0 210.000  
28 JEDIELSON LESSA 45980-1 210.000  
29 RAFAELA DE OLIVEIRA 45846-5 200.000  
30 JOAO CARLOS MABA 51711-9 200.000  
31 RENATA CRISTINA TEIXEIRA 52316-0 190.000  
32 FABIANA SCHNEIDER 50870-5 190.000

Médio completo

039 - TECNICO EM ENFERMAGEM

No. de vagas: 0

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 MARIA SILVETI DOS SANTOS 45930-5 290.000  
2 EDINA CRISTINA ZIMMERMANN 50403-3 270.000  
3 ROSA LUCINDA HINZ TEIXEIRA 51831-0 260.000  
4 LUZINEI SALES DE AMORIM 50351-7 240.000  
5 SAMARA DE SOUSA SILVA NUNES 51483-7 230.000  
6 RUTE VEIGA FERREIRA 52327-5 220.000  
7 ROSANE DATZUK 52043-8 200.00

Fundamental completo

040 - AUX. TECNICO ADM FINANCEIRO

No. de vagas: 2

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 VALDECIR MORAES DE AZEVEDO 51701-1 340.000  
2 ALEXANDRE DAMIAO COSTA 50369-0 330.000  
3 PRISCILA GONCALVES 52236-8 300.000  
4 DANIELE CASTELAIN 50317-7 290.000  
5 EVERTON TOSI 51443-8 280.000  
6 MANOEL ROBERTO DIAS RODRIGUES 51976-6 280.000  
7 DANIELA CARDOSO DA SILVA 50524-2 270.000

Fundamental completo

042 - SERVENTE

No. de vagas: 6

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

1 LUCIANA PEREIRA CESAR 50476-9 390.000  
2 MARILENE MULLER 50647-8 380.000  
3 MARILEA DOS SANTOS 52196-5 370.000  
4 ELISANGELA DOS SANTOS 51160-9 360.000  
5 ADRIANA CERATTI 52188-4 340.000  
6 MARIA DA GLORIA EMILIO DE SOUZA 50511-0 280.000  
7 DAYSE GONCALVES 51675-9 260.000  
8 ALICE DOS SANTOS 50661-3 250.000

Fundamental incompleto

043 - AUX. SERVICOS GERAIS

No. de vagas: 17

Class. Nome do Candidato No.Insc Total Class.No.Filhos Data Nascimento

Objetivos Títulos Total

1 JOSIANE DE OLIVEIRA 51003-3 2 03/02/1983 360.00 0.000 360.000

Fundamental incompleto

044 - ELETRICISTA

No. de vagas: 1

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total No.Filhos Data Nascimento

Objetivos Títulos Total

1 MARCOS ANTONIO GONZAGA 50370-3 2 31/07/1969 310.00 0.000 310.000

046 - MOTORISTA

No. de vagas: 3

Class. Nome do Candidato No.Insc.Total

CTPMOTORISTA

FCMATEMATICA E PORT

FCCONHECIMENTOS GERAIS

Objetivos Títulos Total

1 CAUE D AVILA DA SILVA 52311-9 0 04/04/1987 200.00 100.00 80.00 380.00 0.000 380.000

2 JOSE CLAUDIO DOS SANTOS 52073-0 0 08/04/1982 180.00 100.00 100.00 380.00 0.000 380.000

3 ALEX LUIS MENGARDA 45978-0 1 16/07/1979 190.00 80.00 100.00 370.00 0.000 370.000

4 MAIKEL CARDOZO LOPES 50273-1 0 27/11/1983 180.00 100.00 80.00 360.00 0.000 360.000

5 FERNANDO SIEBERT SETARO 51520-5 0 05/11/1984 170.00 100.00 80.00 350.00 0.000 350.000

6 TIAGO REZENDE SALLES DE MELO 50523-4 1 12/06/1985 180.00 80.00 80.00 340.00 0.000 340.000

7 MARCELO MEDICE DE ARAUJO 51178-1 1 16/02/1972 170.00 80.00 90.00 340.00 0.000 340.000

8 GELASIO PEDRO SOARES 52186-8 1 23/10/1972 160.00 70.00 90.00 320.00 0.000 320.000

9 FABIANO PEDRO RAMOS 51654-6 1 07/12/1976 130.00 100.00 90.00 320.00 0.000 320.000

10 JACSON ADRIANO EDUARDO 51697-0 0 21/07/1989 150.00 60.00 100.00 310.00 0.000 310.000

11 OLIDE DE LIMA 52198-1 1 26/11/1973 140.00 90.00 80.00 310.00 0.000 310.000

12 MAURICIO ZERMIANI 50284-7 2 28/10/1975 130.00 90.00 90.00 310.00 0.000 310.000

13 JOSE FELIX DEBARBA 51159-5 2 06/02/1954 130.00 80.00 90.00 300.00 0.000 300.000

14 JOAO LUIS FAGUNDES 52309-7 3 13/05/1956 170.00 80.00 50.00 300.00 0.000 300.000

15 ROBERTO COSTA JUNIOR 50330-4 1 16/04/1980 140.00 70.00 90.00 300.00 0.000 300.000

16 THIAGO JUNIO CAMARGO BATISTA 51898-0 0 20/02/1987 130.00 70.00 100.00 300.00 0.000 300.000

17 ANGELO GUSTAVO DUARTE SILVA 51582-5 2 06/03/1978



120.00 100.00 80.00 300.00 0.000 300.000  
 18 DENIS RAFAEL HOSTINS 52346-1 1 06/07/1981 110.00 100.00  
 90.00 300.00 0.000 300.000  
 19 ANDERLEI RUDI FERREIRA 50774-1 1 12/03/1983 150.00  
 70.00 70.00 290.00 0.000 290.000  
 20 OSEIAS GOMES SANTANA 52331-3 1 28/05/1988 140.00  
 100.00 50.00 290.00 0.000 290.000  
 21 ANDREI DE ANDRADE 51893-0 0 12/03/1978 130.00 80.00  
 80.00 290.00 0.000 290.000  
 22 JOACIR CENTURIAO 51983-9 2 22/04/1978 130.00 80.00  
 80.00 290.00 0.000 290.000  
 23 JONATAS DE OLIVEIRA JACO 52098-5 2 07/10/1985 120.00  
 80.00 90.00 290.00 0.000 290.000  
 24 ISAIAS DORVALINO SABINO 50418-1 2 12/04/1964 120.00  
 70.00 100.00 290.00 0.000 290.000  
 25 JOAO DA SILVA FILHO 51123-4 1 05/01/1972 120.00 50.00  
 100.00 270.00 0.000 270.000  
 26 CARLOS ALBERTO LAMIN 51316-4 2 10/05/1963 110.00 70.00  
 80.00 260.00 0.000 260.000  
 27 CLODOMIRO ANTONIO MINUZI 51919-7 1 24/04/1977 100.00  
 70.00 90.00 260.00 0.000 260.000  
 28 FABRICIO TOMAZ 50433-5 1 25/10/1980 100.00 70.00 80.00  
 250.00 0.000 250.000  
 29 CIDNEI GONCALVES 52144-2 1 05/06/1977 100.00 50.00  
 100.00 250.00 0.000 250.000  
 30 CLAUDIO ANTONIO JACO 50268-5 2 25/11/1979 100.00 50.00  
 100.00 250.00 0.000 250.000  
 31 LUIZ PAULO CRECENCIO 51703-8 2 24/07/1957 100.00 60.00  
 70.00 230.00 0.000 230.000  
 32 EDSON ROSA GUIMARAES 50497-1 3 01/03/1968 100.00 50.00  
 70.00 220.00 0.000 220.000  
 33 SIDNEI DE JESUS ANTUNES DE LIMA 51749-6 4 02/12/1970  
 100.00 40.00 70.00 210.00 0.000 210.000

Fundamental incompleto

047 - OPERADOR DE MAQUINAS

No. de vagas: 1

Class. Nome do Candidato No.Insc.No.FilhosDataNascimento Ob-  
 jetivas Títulos Total

1 GIOVANI WOLINGER CORSANI 51218-4 2 23/03/1980 300.00  
 0.000 300.000  
 2 VALDIR CESAR DE AMORIM JUNIOR 51388-1 0 02/06/1991  
 290.00 0.000 290.000  
 3 THIAGO DEBARBA 51607-4 1 05/10/1983 260.00 0.000 260.000  
 4 FABRILEI PERREIRA 52097-7 0 01/06/1978 190.00 0.000  
 190.000

050 - PROF. DE EDUCAÇÃO FISICA

.Nº de vagas: 1

Class. Nome do Candidato No.Insc. No Filhos Data Nascimento  
 Objetivas Títulos Total

1 - ANDERSON DOS SANTOS SILVERIO 50856-0 270.000  
 2 - GRECI NATASCHA MABA 52039-0 264.000  
 3 - FRANCINE QUARANTANI 51977-4 260.000  
 4 - SAULO CANDIDO 52074-8 254.000

## Portaria 515 2014

PORTARIA Nº 515/2014

Indica WALMOR BERTELLI JÚNIOR para DE PREGOEIRO.

DANIEL CHRISTAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

INDICAR,

WALMOR BERTELLI JUNIOR, Diretor de Compras, para a função de Pregoeiro suplente, sem ônus adicionais para a Administração Pública Municipal, a partir de 24/07/2014.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota,  
 10 de julho de 2014.  
 DANIEL CHRISTIAN BOSI  
 Prefeito Municipal

# Imbituba

## PREFEITURA

### Decreto PMI Nº 176, de 21 de Julho de 2014 - Transporte Escolar

DECRETO PMI Nº 176, de 21 de julho de 2014.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe no § 2º do Art. 4º e no Art. 33 da Lei nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanos da Silva, as fls.37, do Processo Administrativo nº 8646/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) ao Senhor JEFERSON LUIZ SANTOS DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 443.510.897-68 e RG nº 7.162.454, nos termos do Processo Administrativo nº 8646/2014.

Parágrafo único. A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar), constante do caput do art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 21 de julho de 2014.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo

### Decreto PMI Nº 177, de 22 de Julho de 2014 - Crédito Adicional Suplementar

DECRETO PMI Nº 177, de 22 de julho de 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA - SEINFRA

Manutenção da SEINFRA

15.451.0007-2.017		
4.4.90.00.00.00.00.0080 (0084)	Aplicações Diretas	35.000,00
Total		35.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de julho de 2014.

Elísio Sgrott

Prefeito em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo

### Extrato: Seahs 2014/13 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAHS 2014/13 A00

Contratada: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C

C.N.P.J: 01.935.036/0001-20

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA O SCFV, CREAS E ACALENTOS.

Valor: R\$ 5.222,80 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 09/2014 Pregão nº07/2014

Imbituba, 22 de julho de 2014.

Selma Elias Westphal

Secretária Municipal de Seahs

Contratante

Comercial Preço Bom Z&C

Representante Legal

Contratada

**Homologação - Processo Seletivo Simplificado - Edital PMI/Cersp/Pss/Semusa N.º 10/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEMUSA N.º 10/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Senhor JAISON CARDOSO DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado realizado para o preenchimento dos empregos públicos temporários existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura, conforme Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e as Leis Complementares n.º 3.135, de 25 de julho de 2007; 3.330, de 30 de abril de 2008; 3.436, de 22 de janeiro de 2009, e por recomendação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP, HOMOLOGA o resultado final do Processo Seletivo Simplificado objeto do EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEMUSA N.º 10/2014. Determina, por sua vez, a publicação no órgão oficial, no site da Prefeitura Municipal de Imbituba, no DOM - Diário Oficial dos Municípios, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Imbituba, 23 de julho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Edital PMI/CERSP/PSS/SEMUSA N.º 10/2014

**HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEDUC N.º 11/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEDUC N.º 11/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Senhor JAISON CARDOSO DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado realizado para o preenchimento dos empregos públicos temporários existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura, conforme Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e as Leis Complementares n.º 3.135, de 25 de julho de 2007; 3.330, de 30 de abril de 2008; 3.436, de 22 de janeiro de 2009, e por recomendação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP, HOMOLOGA o resultado final do Processo Seletivo Simplificado objeto do EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEDUC N.º 11/2014. Determina, por sua vez, a publicação no órgão oficial, no site da Prefeitura Municipal de Imbituba, no DOM - Diário Oficial dos Municípios, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Imbituba, 08 de julho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Edital PMI/CERSP/PSS/SEDUC N.º 11/2014

**Portaria PMI/DGP Nº 340/2014**

PORTARIA PMI/DGP Nº 340, de 23 de julho de 2014.

Dispõe sobre a exoneração de Assessora III da Secretaria Municipal de Governo, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar PAULA DA ROCHA VIEIRA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 069.950.939-41, do cargo de Assessora III da Secretaria Municipal de Governo, nomeada através da PORTARIA PMI/DGP Nº 190, de 05 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 16 de julho de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 23 de julho de 2013.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI/DGP Nº 341/2014**

PORTARIA PMI/DGP Nº 341, de 23 de julho de 2014.

Dispõe sobre a exoneração de Assessor IV da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional Sul, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar EVARISTO MACHADO LEOPOLDO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 455.110.989-49, do cargo de Assessor IV da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional Sul, nomeado através da PORTARIA PMI/DGP Nº 190, de 05 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data 1º de agosto de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 23 de julho de 2013.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI/DGP Nº 342/2014**

PORTARIA PMI/DGP Nº 342, de 23 de julho de 2014.

Dispõe sobre a nomeação de Assessor III da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional Sul e, dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear EVARISTO MACHADO LEOPOLDO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 455.110.989-49, para exercer o cargo de Assessor III junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional Sul, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de agosto de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 23 de julho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI/Pgm Nº 003, de 23 de Julho de 2014.**

PORTARIA PMI/PGM Nº 003, de 23 de julho de 2014.

Dispõe sobre a instauração de Sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, Sindicância destinada a apurar supostas irregularidades do Sr. Elisio Sgrott referente a percepção cumulativa de salário como empregado público junto à EPAGRI e o subsídio de vice-prefeito nos anos de 1997-2000.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão de Sindicância:

I - Euclides Oliveira Porto, matrícula nº 5089, Advogado, lotado na Procuradoria Geral do Município, que presidirá;

II - Eduardo Cristiano Moraes, Auditor Fiscal, matrícula nº 5451, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda; e

III - Luciane Falleiro Muradas, matrícula nº 5575, Auditora Fiscal, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 23 de julho de 2014.

Daniel Vinício Arantes Neto  
Procurador Geral do Município

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Israel Pedroso Rocha

Controlador Geral do Município

**Decreto PMI Nº 178, de 23 de Julho de 2014 - Transporte Escolar E Turismo**

DECRETO PMI Nº 178, de 23 de julho de 2014.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e Serviço de Turismo e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe no § 2º do Art. 4º e no Art. 33 da Lei nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Termo de Vistoria - Transporte Escolar/Serviço a Título de Turismo no município - DTP/SEINFRA Nº 027/2014, às fls. 23, do Processo Administrativo nº 11714/2014;

Considerando a Comunicação Interna do Departamento de Transportes Público nº 042/2014, às fls. 43, do Processo Administrativo nº 11714/2014, e

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanis da Silva, as fls.45, do Processo Administrativo nº 11714/2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e Serviço de Turismo ao Senhor FRANCISCO PACHECO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº 222.829.719-49 e RG nº 596.903-4, nos termos do Processo Administrativo nº 11714/2014.

Parágrafo único. A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e Serviço de Turismo, constante do caput do art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 23 de julho de 2014.

Elísio Sgrott  
Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

**Decreto PMI Nº 179, de 23 de Julho de 2014 - Conselho Municipal do Esporte**

DECRETO PMI Nº 179, de 23 de julho de 2014.

Dispõe sobre o Conselho Municipal do Esporte, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no art. 19, da Lei Municipal nº 4.286, de 12 de Novembro de 2013;

CONSIDERANDO o DECRETO PMI nº138, de 05 de Junho de 2014; CONSIDERANDO a não paridade entre os representantes institucionais nomeados pelo DECRETO PMI nº 138, de 05 de Junho de 2014

CONSIDERANDO o pleito da Secretaria Municipal de Cultura, de substituição de seus representantes junto ao Conselho Municipal do Esporte,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica acrescida a alínea "g", no inciso I, do art. 1º do Decreto PMI nº 138, de 05 de Junho de 2014, com a seguinte redação:

"g) Representantes da Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ:

1. Titular: Dalvânio Feliciano Correa

2. Suplente: Adécio Duarte de Oliveira"

Art. 2º A Secretaria Municipal de Cultura - SECULT, passa a compor o Conselho Municipal do Esporte com os seguintes representantes:

d) Representantes da Secretaria Municipal da Cultura - SECULT:

1. Titular: Luiz Paulo Ferreira Soares

2. Suplente: Flaviana Pires da Rosa

Art. 3º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação, mantidas as demais disposições contidas no Decreto PMI nº 138, de 05 de Junho de 2014.

Imbituba, 23 de julho de 2014.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

**Ipumirim****PREFEITURA****Portaria Nº. 264/2014 de 21 de Julho de 2014.**

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE:**

A EDNA LUCIANE SARTORI, matrícula 491-0, férias de 15 dias, relativas ao período aquisitivo de 01/08/2012 a 31/07/2013 e gozo de 21/07/2014 a 04/08/2014 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 21/07/2014.

Ipumirim - SC, 21 de julho de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**Portaria Nº. 265/2014 de 21 de Julho de 2014.**

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE:**

A ROSANI CAMILLO, matrícula 1104-5, férias de 10 dias, relativas ao período aquisitivo de 19/03/2012 a 18/03/2013 e gozo de 23/07/2014 a 01/08/2014 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22/07/2014.

Ipumirim - SC, 21 de julho de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**Portaria Nº. 266/2014 de 22 de Julho de 2014.**

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A","B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo 003/2013.



**CONTRATA**

CLECI DA ROSA, sob a Matrícula 2303-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.462.898 e do CPF 021.920.669-45, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 22/07/2014 a 30/12/2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 22/07/2014.

Ipumirim - SC, 22 de julho de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**Processo de Licitação Nº 53/2014, Pregão Presencial Nº 29/2014/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 53/2014

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 07/08/2014, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 07/08/2014. Objeto da licitação: registro de preço para fornecimento de sêmen bovino e materiais, para atender o programa de melhoramento genético do rebanho leiteiro do Município de Ipumirim, com as características e quantidades constantes no anexo III do presente edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 23/07/2014

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

**Processo de Licitação Nº 54/2014, Pregão Presencial Nº 30/2014/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 54/2014

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 11/08/2014, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 11/08/2014. Objeto da licitação: aquisição de equipamentos de informática, destinado as atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e demais órgãos da Administração Pública. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 23/07/2014

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL



**Ata de Reunião de Julgamento do PL 45, PP 25-2014/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  <b>CNPJ: 82.814.575/0001-02</b> <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 25/2014 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 45/2014</b> <b>Data do Processo: 08/07/2014</b>
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de Banda, Orquestra ou Grupo Musical, para a realização do V Festival Regional da Canção de Inverno e VII Festival Municipal da Canção de Ipumirim - SC, que será realizado nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 2014.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 31/2014 (Sequência: 2)**

Ao(s) 22 de Julho de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 45/2014, Licitação nº 25/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos vinte e dois dias do mês de julho de 2014, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Caliarí, membro da Equipe de Apoio, designadas pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: NS ITÁ SONORIZAÇÃO LTDA ME e RONOALDO PEREIRA ME. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representarem suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens do Edital. Assim o fez, a Srª RONOALDO PEREIRA, sócio proprietário da empresa RONOALDO PEREIRA ME e o Srº CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI, representante credenciado da empresa NS ITÁ SONORIZAÇÃO LTDA ME. Todas as empresas acima citadas se credenciam como microempresas. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início às fases dos lances verbais, os quais estão em planilhas rubricadas anexas ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de Habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contido foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro e a Equipe de Apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da documentação constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme exigências do presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presentes ao final da sessão.

**Participante: 8588 - NS ITÁ SONORIZAÇÃO LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Contratação de Banda, Orquestra ou Grupo Musical, para a realização do V Festival Regional da Canção de Inverno e VII Festival Municipal da Canção de Ipumirim - SC.	SER	1,00		0,0000	21.970,00	21.970,00

**Total do Participante ----->** 21.970,00

**Total Geral ----->** 21.970,00

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 25/2014 - PR</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 45/2014 Data do Processo: 08/07/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 22 de Julho de 2014

**COMISSÃO:**

LAUDECIR FRANCIO

- ..... - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI

- ..... - Equipe de Apoio

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 45, PP 25-2014/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 25/2014 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 82.814.575/0001-02 <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.:</b> 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 45/2014 <b>Data do Processo:</b> 08/07/2014

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 45/2014  
b ) Licitação Nr.: 25/2014-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 23/07/2014  
e ) Objeto da Licitação: Contratação de Banda, Orquestra ou Grupo Musical, para a realização do V Festival Regional da Canção de Inverno e VII Festival Municipal da Canção de Ipumirim - SC, que será realizado nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 2014.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**NS ITÁ SONORIZAÇÃO LTDA ME (8588)**

1 Contratação de Banda, Orquestra ou Grupo Musical, para a realização do V Festival Regional da Canção de Inverno e VII Festival Municipal da Canção de Ipumirim - SC.	SER	1,00	0,0000	21.970,00	21.970,00
--	-----	------	--------	-----------	-----------

**Total do Fornecedor: 21.970,00**

**Total Geral: 21.970,00**

Ipumirim, 23 de Julho de 2014.

-----  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Irineópolis

## PREFEITURA

### RGF Anexo 1 1Sem, Atual

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.937.966,02	62.600,00
Pessoal Ativo	10.249.075,87	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	688.890,15	62.600,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>10.937.966,02</b>	<b>62.600,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>11.000.566,02</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	<b>23.291.345,35</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	<b>47,23</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%</b>	<b>12.577.326,49</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%</b>	<b>11.948.460,16</b>	
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%</b>	<b>11.319.593,84</b>	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

**RGF ANEXO 7 1SEM, ATUAL**

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 1º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	11.000.566,02	47,23
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	12.577.326,49	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	11.948.460,16	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-704.136,71	-3,02
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	27.949.614,42	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.124.095,98	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	147.116,90	0,63
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.726.615,26	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.630.394,17	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	3.620.253,45	0,00

FONTE:

**Itá****PREFEITURA****Aviso de Processo Licitatorio Nº 043/2014, Tomada de Preços Nº 006/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2014

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2014

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá - SC Torna Público que fará realizar licitação, na modalidade Tomada de Preços, no dia 11 de agosto de 2014, visando a contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia para elaboração de projeto de loteamento em zona de especial interesse social a ser executada em área de propriedade do município de Itá, localizada no Bairro São João. As propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 11 de agosto de 2014 e abertas às 08h30min desta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508 ou 9528.

Itá SC., 23 de Julho de 2014.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

**Itaiópolis****FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS****Licitação Nº 28/2014**

Processo Licitatório nº 28/2014, Pregão Eletrônico nº 15/2014.

Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos para uso no Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde. Data para recebimento das propostas até às 17:00horas do dia 11/08/2014. Exclusivamente por meio do sistema eletrônico no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) . Data e hora para sessão dos lances: dia 12/08/2014 às 14:00horas. O Edital estará à disposição dos interessados no site da Prefeitura de Itaiópolis [www.itaipolis.sc.gov.br](http://www.itaipolis.sc.gov.br). Maiores informações no Fundo Municipal de Saúde fone 047 3652 1787.

Itaiopoli/SC - 23/07/2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal.



# Itapiranga

## PREFEITURA

### Decreto Nº 116, de 24 de Junho de 2014

DECRETO Nº 116, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, exercício de 2014, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação", na fonte de recursos: 104 - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais):

03.02 - Secretaria Municipal de Administr., Obras e Serviços Urbanos

04.122.0010.1033 - Construção e Reforma de Prédios Públicos

44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas

R\$ 43.000,00

04.122.0010.2004 - Manutenção das atividades da Secretaria de Administração

33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas

R\$ 50.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, de 24 de junho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

### Decreto Nº 128, de 17 de Julho de 2014

DECRETO Nº 128, DE 17 DE JULHO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC:

10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0042.2018 - Manutenção das Atividades da Assistência Social

31.90.00.00.00.00.00.0114 - Aplicações Diretas R\$ 46.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para o crédito especial, objeto do art.

1º deste Decreto, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0042.2018 - Manutenção das Atividades da Assistência Social

31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas

R\$ 46.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 17 de julho de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

# Itapoá

## PREFEITURA

### Convite Nº 17/2014 - Processo Nº93/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
Preâmbulo (art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 04/08/2014 às 11h:00min, em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º201, Licitação na modalidade Convite nº 17/2014 - Processo nº93/2014, para a Contratação de empresa de para prestação de serviços do Plano de Transporte Público Coletivo da Cidade de Itapoá e elaboração dos estudos pertinentes a confecção de minuta de edital de licitação para os serviços de transporte público de passageiros no modo rodoviário urbano, do Município de Itapoá SC, conforme Termo de referência parte integrante deste edital.

O Edital contendo especificações poderá ser retirado no site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), e ou na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/Departamento de Licitações e Contratos entre os horários das 08h:00min às 14h:00min.

Itapoá, 23 de julho de 2014.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC  
PREFEITO MUNICIPAL

### Convite Nº 20/2014 - Processo Nº 102/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
Preâmbulo (art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 01/8/2014 às 09h30min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até às 09h:00min receberá envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epígrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, Licitação na modalidade CONVITE Nº 020/2014 - PROCESSO Nº 102/2014, para a Contratação de empresa para confecção e impressão de carnês de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e TLLF (Taxa de Licenciamento e Localização de Funcionamento) referentes ao exercício de 2015, conforme especificações do Anexo I do Edital. O Edital poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h:00min às 14h:00min.

Itapoá, 22 de julho de 2014.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC  
PREFEITO MUNICIPAL

### Termo Aditivo N.º45/2014 de Retificação E Ratificação A Ata de Registro de Preço N.º 59/2014. (1º Aditivo).

TERMO ADITIVO N.º45/2014 DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 59/2014. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária do Bem Estar Social, a Sra. ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA, portadora do CI.RG nº 2.968091 SSP/SC e do CNPF/MF nº 820.875.479-04, e pelo Prefeito Municipal Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, de outro lado a Empresa ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO 18335730997, com sede á Estrada geral, s/nº, Sai Mirim, Itapoá-SC, CEP: 89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 14.325.014/0001-90, e Inscrição Estadual: 2565531-30, representada neste ato por administrador, o Sr. ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO, portador do CNPF/MF nº 183.357.309-97, e do CI.RG nº 5288697 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo visando retificar e ratificar a Aquisição de gêneros alimentícios para manutenção do Abrigo Provisório, Pastoral da Criança, CRAS, Conselhos, Suplemento alimentar, Projeto geração de renda, Projeto de Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculo, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 2192/2014, de 09 de maio de 2014 e do edital do Pregão nº45/2014 em epígrafe, ao Registro de Preços nº19/2014 resolvem retificar os preços aos itens abaixo discriminados, pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo visa retificar o preço da planilha de panificação da ata de registro de preço n.º59/2014, alterando os preços do objeto, que passa a vigorar com os seguintes valores:

Panificação					
Item/Subitem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
134.1	Bolo de Milho, com cobertura de chocolate.	KG	26,50	R\$ 16,67	R\$ 441,76
134.2	Bolo de Cenoura com cobertura de chocolate.	KG	2,00	R\$ 15,67	R\$ 31,34
134.3	Bolo nega maluca, recheada com doce de leite.	KG	210,00	R\$ 15,00	R\$ 3.150,00
134.4	Bolo Formigueiro com cobertura de chocolate.	KG	15,00	R\$ 15,00	R\$ 225,00

134.5	Chineque Fresco, com cobertura alternada de goiabada, creme e banana, pesando no mínimo 80gramas cada.	Unid	4.762	R\$ 0,53	R\$ 2.523,86
134.6	Mini pão de queijo, pronto para consumo.	KG	16,50	R\$ 18,67	R\$ 308,06
134.7	Mini sonho recheado com goiabada, pronto para consumo.	KG	31,00	R\$ 13,30	R\$ 412,30
134.8	Mini sanduiche, com pão puma, com recheio de queijo e presunto.	Unid	60,00	R\$ 1,43	R\$ 85,80
134.9	Pão, tipo francês, pesando no máximo 50 (cinquenta) gramas cada.	KG	250	R\$ 6,85	R\$ 1.712,50
Valor total R\$					R\$ 8.890,62

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço n.º59/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento da Ata de Registro de Preço n.º59/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 23 de julho de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR MUNICÍPIO DE ITAPOÁ PREFEITO MUNICIPAL	ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO 18335730997 ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO
--	--

ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SECRETÁRIO DO BEM ESTAR SOCIAL	
TESTEMUNHAS: NOME: CPF/MF:	NOME: CPF/MF:

#### Portaria Nº 11\_2014 - Sec Saúde Determina Que O Uso do Veículo de Urgência E Emergência Denominado Ambulância Deverá Ser Restrito A Pacientes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Secretaria Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 11

De 22 de julho de 2014

DETERMINA QUE O USO DO VEÍCULO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DENOMINADO AMBULÂNCIA DEVERÁ SER RESTRITO À PACIENTES.

O Secretário Municipal de Saúde, Sr Cristian Angelo Grassi, no uso de suas Atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Resolve:

I - A utilização do Veículo Ambulância é prioritário ao atendimento de pacientes.

II - Expressamente proibido o deslocamento para outros fins.

Publique-se

Itapoá, 22 de julho de 2014.

Cristian Angelo Grassi

Secretário Municipal de Saúde

#### Pregão Nº 54/2014-Registro de Preço Nº 23/2014-Processo Nº 97/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2014

PROCESSO Nº 97/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h30min, do dia 11/08/2014, na sala do Departamento de Licitações e Contratos, Rua Mariana Michels Borges (960) nº 201, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de material de construção (hidráulica, elétrica e marcenaria) para uso das Secretarias de Administração e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Saúde, conforme anexo V do edital. O Edital poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h00min

às 14h00min.

Itapoá, 22 de julho de 2014.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA IZABEL BLANSKI  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CRISTIAN ANGELO GRASSI  
SECRETÁRIO DE SAÚDE

JEFERSON RUBENS GARCIA  
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

### **Edital de Processo Seletivo de Admitidos Em Caráter Temporário/Vagas Remanescentes N.º 024/2014 - Sec Educação**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES N.º 024/2014.

Terezinha Fávaro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público pelo presente Edital às normas do procedimento que nortearão o Edital de processo seletivo de admitidos em caráter temporário/vagas remanescentes do Edital 014/2014 para complementação do quadro de Professor (a) que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, num período determinado de 130 dias, compreendidos entre 04/08/2014 a 19/12/2014.

#### **1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para contratação, em caráter temporário, para complementação do quadro de profissionais que atuarão na escola de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Itapoá.

1.2 - Os candidatos deverão atender as atribuições contidas na Lei 075/01 nos anexos II e III;

1.3 - As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pelo setor de Recursos Humanos; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação;

1.4 - O contratado fará jus ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade com comprovante de residência;

1.5 - O contratado fará jus a auxílio alimentação, férias e 13º salários proporcionais;

1.6 - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipal e Leis Municipais nº 075/2001; 076/2001 e 155/2003;

1.7 - Os contratados, durante a prestação de serviço temporário, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade.

#### **2. DAS INSCRIÇÕES:**

2.1 - As inscrições para entrega de currículo será dia 24 mês de julho de 2014. Local: Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges, n.º 201 - Itapema do Norte, em Itapoá. Horário: das 8h00min às 13h30min.

#### **3. QUADRO DE VAGAS:**

1vaga Inglês 40hs

1 vaga História 40hs

3.1 - Os candidatos classificados no presente processo seletivos e que momentaneamente não houver disponibilidade de vaga, aguardarão a consequente abertura das vagas e o respectivo (chamamento) ou (contato) na época própria por e-mail e ou telefone.

#### **4. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:**

4.1 - Para inscrever-se é necessário apresentar o currículo constando formação acadêmica, experiência profissional, cursos de aperfeiçoamento na área (se houver), com nome, endereço, telefone e e-mail completo.

4.2 - A classificação ocorrerá com base nas informações do currículo apresentado, tendo como base a formação de acordo com a área pretendida.

4.3 - A classificação será publicada dia 25 de maio 2014 às 12hs.

5. CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO (no ato da contratação, entregue ao RH).

1- Cédula de Identidade (RG)

2- Cadastro de Pessoa Física (CPF)

3- Título de Eleitor

4- Certidão de Quitação Eleitoral (internet)

5- Certidão de nascimento ou casamento

6- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão)

7- Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação

8- Uma foto recente

9- Comprovante de residência

10- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo. (Diploma)

11- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC)

12- Certidão de Nascimento dos Filhos

13- Certidão de Regularização do CPF (internet)

14- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece)

15- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece)

16- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece)

17- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (Termo de Responsabilidade)

18- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece)

19- Tipagem sanguínea

20- Laudo médico

21- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá.

Nº: \_\_\_\_\_

22- Comprovante de quitação militar.

#### **6 - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

5.1 - A inscrição deverá ser realizada com a entrega de currículo na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges nº 201, Itapema do Norte, Itapoá;

5.2 - O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;

5.3- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.



Itapoá, 23 de julho de 2014.  
Terezinha Fávoro da Silveira  
Secretaria de Educação

**Decreto Municipal Nº 2244/2014 - Altera Composição do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - Condema.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2244/2014

Data: 22 de julho de 2014.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e considerando CI nº 118, de 22 de julho de 2014 da Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Cultura,

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecida a composição do Conselho Municipal de Defesa do Meio-Ambiente - COMDEMA, conforme define o art. 3º da Lei Municipal nº 162/2007, e Lei Municipal nº 500/2013, de 18 de dezembro de 2013, da seguinte forma:

I. Poder Público:

II. Setor produtivo:

III. Entidades sociais e ambientais:

IV. Representantes da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº 2235/2014.

Itapoá (SC), 22 de julho de 2014.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 68/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 68/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: RAVIERI COSTA HAEMING ME, com sede á Rua Caetano Silveira de Matos, nº 2450, Centro - Palhoça/SC, CEP: 88139-0005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.216.548/0001-97, e Inscrição Estadual: 254.454.844, representada neste ato pelo administrador, o Sr. RAVIERI COSTA HAEMING, portador do CNPJ/MF nº 006.508.509-47, e do CI.RG nº 3.893.371-3 SSP/SC.

Licitação: CONVITE Nº 16/2014 - PROCESSO Nº 92/2014;

Objeto: Aquisição de 895 (oitocentos e noventa e cinco) camisetas manga curta tipo uniforme para alunos do Projeto de Ampliação da Jornada Escolar da Rede Municipal de Ensino, conforme Termo referencia Anexo I do edital.

Valor total: R\$ 6.265,00 (Seis mil, duzentos e sessenta e cinco reais).

Data da assinatura: 23/07/2014;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu termino está condicionado a entrega do total do objeto, ou até 31/12/2014.

Itapoá, 23 de julho de 2014.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato Ata de Registro de Preço Nº 60/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 60/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: ZELI ODETE DA SILVA-ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.232.159/0001-60 e Inscrição Estadual: 257205497, com sede à Rodovia BR 280, nº 10750, Centro, CEP: 89.245-000, na cidade de Araquari/SC, representada neste ato por representante legal, o Sr. EDENIR DE AQUINO RODRIGUES, portadora do CNPJ/MF nº 891.623.079-91 e do CI.RG nº 3.137.111 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2014-REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2014-PROCESSO Nº 85/2014

Objeto: Aquisição de material de limpeza para uso na Secretaria de Educação, Centro de Preparação da Alimentação Escolar e Escolas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, conforme especificações do Anexo V do Edital.

VALOR R\$: R\$ 16.620,00 (dezesesseis mil seiscentos e vinte reais)

DATA DA ASSINATURA: 22/07/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 22 de julho de 2014.  
Sérgio Ferreira de Aguiar  
PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato Ata de Registro de Preço Nº 61/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 61/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: SATÉLITE COMERCIAL LTDA EPP, com sede á Av. Frederico Lambertucci, nº 863, Bairro: Fazendinha, na cidade de Curitiba/PR, CEP: 81.330-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82.629.072/0001-67, e Inscrição Estadual n.º 90394505-23, representada neste ato por sócio administrador, o Sr. WENCESLAU VILHA JUNIOR, portador do CPF/MF sob nº 359.597.119-15 e RG nº 3.165.557-9/PR.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2014-REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2014-PROCESSO Nº 85/2014

Objeto: Aquisição de material de limpeza para uso na Secretaria de Educação, Centro de Preparação da Alimentação Escolar e Escolas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, conforme especificações do Anexo V do Edital.

VALOR R\$: 9.826,10 (nove mil oitocentos e vinte e seis reais e dez centavos)

DATA DA ASSINATURA: 22/07/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a

validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 22 de julho de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

### **Extrato Ata de Registro de Preço Nº 62/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 62/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: MARCELO JACOB ME com sede á Rua Frei Gaspar Madre de Deus, nº 140, Bairro: Portão, na cidade de Curitiba/PR, CEP: 81.070-090, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.774.132/0001-97, e Inscrição Estadual n.º 90515462-18, representada neste ato por sócio administrador, o Sr. MARCELO JACOB, portador do CNPF/MF nº 026.131.759-82, e do CI.RG nº 6.758.981-5 SSP/PR.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2014-REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2014-PROCESSO Nº 85/2014

Objeto: Aquisição de material de limpeza para uso na Secretaria de Educação, Centro de Preparação da Alimentação Escolar e Escolas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, conforme especificações do Anexo V do Edital.

VALOR R\$: 28.265,70 (vinte e oito mil duzentos e sessenta e cinco reais e setenta centavos)

DATA DA ASSINATURA: 22/07/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 22 de julho de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

### **Extrato Ata de Registro de Preço Nº 63/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 63/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: COMERCIAL MULTIVILLE LTDA EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.220.022/0001-43 e Inscrição Estadual: 255.975.015, com sede à Rua Bento Gonçalves, nº 186, Glória, CEP: 89.215-110, na cidade de Joinville/SC, representada neste ato por procurador, o Sr. ALAN FELIPE DA SILVA, portador do CNPF/MF nº 064.978.469-30 e do CI.RG nº 5.145.084-4 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2014-REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2014-PROCESSO Nº 85/2014

Objeto: Aquisição de material de limpeza para uso na Secretaria de Educação, Centro de Preparação da Alimentação Escolar e Escolas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, conforme especificações do Anexo V do Edital.

VALOR R\$: 7.036,80 (sete mil trinta e seis reais e oitenta centavos)  
DATA DA ASSINATURA: 22/07/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 22 de julho de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

### **Extrato Ata de Registro de Preço Nº 64/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 64/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: MAXIMA PAPELARIA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob nº 85.260.164/0001-00 e Inscrição Estadual: 252426240, com sede à Rua Adolfo Konder, nº 279, Ceramarte, CEP: 89.295-00, na cidade de Rio Negrinho/SC, representada neste ato por sócio, o Sr. LUIZ AMARILDO MUELLER, portador do CNPF/MF nº 516.501.429-00 e do CI.RG nº 21/R 1.646.471 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2014-REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2014-PROCESSO Nº 85/2014

Objeto: Aquisição de material de limpeza para uso na Secretaria de Educação, Centro de Preparação da Alimentação Escolar e Escolas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, conforme especificações do Anexo V do Edital.

VALOR R\$: 1.334,00 (um mil trezentos e trinta e quatro reais)

DATA DA ASSINATURA: 22/07/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 22 de julho de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

### **Edital de Pregão Presencial Nº 57/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2014

PROCESSO Nº 103/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min, do dia 05 de Agosto de 2014, na sala do Departamento de Licitações e Contratos, Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, a Pregoeira Oficial do Município, Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente



com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de sacos de lixo, que serão utilizados na coleta e armazenamento de lixos provenientes de roçadas, varrição de vias e áreas públicas, conforme Anexo V do edital. O Edital em partes poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Departamento de Licitações e Contratos. O horário disponível para retirada é das 8h:30min às 14h:00min.

Itapoá, 23 de julho de 2014.  
Sérgio Ferreira de Aguiar  
Prefeito Municipal

## Joaçaba

### PREFEITURA

#### **Extrato PL 19/2014/FMS - PP 14/2014/FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2014/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2014/FMS

Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de software para Gestão de Atividades de Coleta de Dados Relativos à Saúde, em campo, através da comunicação em tempo real entre central e colaboradores, utilizando software embarcado em dispositivos móveis. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Data da abertura: Dia 05/08/2014, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 05/08/2014, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@joacaba.sc.gov.br](mailto:comprasjba@joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 21 de julho de 2014.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

#### **Extrato Contrato 187/2014/PMJ**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 187/2014/PMJ

PL 48/2014/PMJ - DL 3/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: IVANDRO ZARPELON

OBJETO: Locação de imóvel localizado na Rua Duque de Caxias, nº 704, sala 01, centro, Joaçaba, SC, destinado à instalação da Secretaria de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, de propriedade de I.Z.S.B. IMPLEMENTOS PARA LEITARIA LTDA - ME, por intermédio de Ivandro Zarpelon, conforme contrato de locação.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.097 - MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE DES. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E INOVAÇÃO

168 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações diretas

VIGÊNCIA: 12 meses.

DATA DE ASSINATURA: 24/07/2014.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

**Extrato Contrato 193/2014/PMJ**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 193/2014/PMJ

PL 48/2014/PMJ - DL 3/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: IVANDRO ZARPELON

OBJETO: Locação de imóvel localizado na Rua Duque de Caxias, nº 704, sala 01, centro, Joaçaba, SC, destinado à instalação da Secretaria de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, de propriedade de I.Z.S.B. IMPLEMENTOS PARA LEITARIA LTDA - ME, por intermédio de Ivandro Zarpelon, conforme contrato de locação.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.097 - MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE DES. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E INOVAÇÃO

168 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações diretas

VIGÊNCIA: 12 meses.

DATA DE ASSINATURA: 24/07/2014.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

**Decreto Nº 4.614 de 22 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº 4.614 de 22 de JULHO de 2014.

"APROVA REGIMENTO INTERNO DO ABRIGO MUNICIPAL FREI BRUNO, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito em Exercício do Município de Joaçaba (SC), usando de atribuições que lhe são conferidas pela Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Abrigo Municipal Frei Bruno, parte integrante do presente Decreto, nos termos da apreciação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 23 de julho de 2014.

MARCOS WEISS

Prefeito em Exercício

ABRIGO MUNICIPAL FREI BRUNO

Regimento Interno

**CAPÍTULO 1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Seção I - Da Denominação, Sede, Natureza, Finalidade, Foro e Duração

Art. 1º - O presente regimento disciplinará o funcionamento da estrutura do Abrigo Municipal Frei Bruno - AMFB de Joaçaba/SC

Art. 2º - O AMFB fundado em 23 de novembro de 2007 é um serviço assistencial de alta complexidade, destinado ao serviço de acolhimento institucional, sob a manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS do município de Joaçaba/SC.

Art. 3º - O Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo, é executado pelo poder público, mantido com recursos públicos federais, estaduais e municipais e com recursos de convênios firmados com

municípios da comarca.

§ 1º - A mantenedora oficial do Abrigo Municipal Frei Bruno é a Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Joaçaba.

§ 2º - O Abrigo Municipal Frei Bruno poderá atender os municípios que fazem parte da comarca de Joaçaba, desde que firmem convênio e tenha disponibilidade de vaga, atentando se há acomodações específicas para cada sexo.

Art. 4º - A finalidade do Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo, é acolher provisoriamente crianças e adolescentes de 0 ano a 18 anos incompletos, em situação de risco com o intuito de proporcionar condições dignas de vida, possibilitando a reintegração familiar e social.

Art. 5º - O Abrigo Municipal Frei Bruno, foi criado com base na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, visando atender àqueles que tiveram seus direitos violados e/ou ameaçados e que se encontram em situação de risco eminente e/ou vulnerabilidade social e circunstancial, afastados de seus lares por decisão judicial em virtude de maus tratos, exposição à violência, abandono ou exclusão social.

Art. 6º - O AMFB tem como foro a cidade de Joaçaba/SC com sede localizada a Rua José Gurgaz, nº 123, Bairro Santa Teresa, município de Joaçaba - SC, em imóvel próprio.

**CAPÍTULO 2 - DO ACOLHIMENTO**

Art. 7º - O Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo atenderá, provisoriamente, crianças entre 0 ano e 18 anos incompletos, de ambos os sexos. Acolherá até o limite máximo de 10 crianças/adolescentes de cada sexo.

Art. 8º - As crianças e adolescentes serão recebidas através de encaminhamento do Juizado da Criança e Adolescência e do Conselho Tutelar de Joaçaba e dos municípios conveniados mediante relatório de encaminhamento do Conselho Tutelar e/ou mediante ordem judicial, devendo estar munidas de certidão de nascimento, carteira de vacinação e guia de acolhimento.

§ 1º - Relatórios de diversos atendimentos (saúde, educação, conselho tutelar...) deverão ser encaminhados à Coordenação do Abrigo em até 48 horas após o acolhimento.

§ 2º - As crianças e adolescentes só poderão ser retiradas do Abrigo com autorização do Juizado da Infância e Juventude.

Art. 9º - O ato de abrigamento dar-se-á através de acolhida afetiva, preenchimento de ficha de identificação e descritivo dos pertences, bem como, apresentação da estrutura física e integração com outros residentes.

Art. 10 - No momento do acolhimento, observar-se-á a existência de marcas e hematomas, os quais deverão ser comunicados a Coordenação e a seguir tratados.

Art. 11 - O abrigo funcionará em tempo integral, com atendimento ininterrupto, com carga horária de trabalho estabelecido em decreto baixado pela mantenedora.

Art. 12 - As crianças e adolescentes abrigadas ficarão sob a responsabilidade da coordenação e dos demais servidores que atuam no Abrigo, sendo que, na ausência da coordenação, a responsabilidade é de um profissional da equipe técnica determinado pela coordenação.

§ 1º - A equipe técnica, de que trata o caput do art. 12, é composta por Assistente Social, Psicólogo (a) e Pedagogo (a);

§ 2º - Qualquer decisão ou irregularidade deverá ser imediatamente comunicada a coordenação, sob pena do (s) servidor (s) responder (em) pelo ato.

**CAPÍTULO 3 - DA EQUIPE DE TRABALHO****Seção I - Da Coordenação, da Equipe Técnica e de Apoio**

Art. 13 - O Abrigo Municipal Frei Bruno terá a seguinte equipe de trabalho:

- I) Coordenação;
  - II) Equipe Técnica: Assistente Social, Psicólogo (a) e Pedagogo (a);
  - III) Equipe de Apoio: monitores sociais/cuidadores e auxiliares de serviços gerais de acordo com a NOB-RH/SUAS.
- Parágrafo Único: A equipe de trabalho de que trata o artigo 13º, será contratada pela Prefeitura Municipal de Joaçaba/SC, e mantida com recursos municipais, federais e de convênios com outros municípios, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 14 - A coordenação será cargo comissionado ocupado por profissional de nível superior.

**Seção II - Da Carga Horária**

Art. 15 - O horário de trabalho constará de documento denominado de "Quadro de Horário", que será exposto em local visível e cumprido conforme estabelecido em decreto da Secretaria Municipal de Assistência Social, podendo ser alterado, quando houver necessidade.

- I) Coordenação: 40 horas semanais.
- II) Equipe técnica:
  - a) Assistente Social: 40 horas semanais;
  - b) Psicólogo: 35 horas semanais;
  - c) Pedagogo: 35 horas semanais.
- III) Equipe de Apoio:
  - a) Monitores sociais/cuidadores: 35 e 40 horas semanais, conforme contrato. Com escala de trabalho 12h por 36hs, conforme quadro de horários pré-elaborado pela Secretaria de Assistência Social.
  - b) Auxiliar de serviços gerais: 40 horas semanais.

§ 1º - A coordenação e a equipe técnica poderão variar horário quando necessário, realizando plantões em finais de semana alternados. Os horários serão compensados nos dias da semana subsequente ou por meio do pagamento de hora extra.

§ 2º - Nos domingos e feriados os serviços realizados pelos profissionais responsáveis pela alimentação, serão em forma de revezamento, com pagamento de horas extras.

§ 3º - Os profissionais da equipe técnica poderão trabalhar em outro serviço da secretaria, em período a ser definido pela mantenedora, quando da redução de abrigados, desde que não prejudique o bom funcionamento da instituição.

**Seção III - Das Responsabilidades e das Atribuições**

Art. 16 - São responsabilidades de todos os servidores do AMFB, além das descritas em cada cargo constantes no Plano de Cargos e Salários, dos Servidores Públicos:

- a) Exercer as funções que lhes compete, conforme o cargo assumido bem como as constantes nesse regimento;
- b) Respeitar e seguir os princípios que norteiam a metodologia do trabalho;
- c) Cumprir a carga horária estabelecida, conforme organização e revezamentos;
- d) Zelar pela conservação dos materiais e equipamentos;
- e) Fica vedado qualquer servidor sair com crianças e adolescentes do Abrigo a passeio ou por outros motivos em carros particulares, sem prévia autorização da coordenação;
- f) Manter absoluto sigilo dos casos e atendimentos ocorridos no Abrigo;
- g) Comunicar imediatamente a coordenação qualquer dificuldade encontrada no desenvolvimento das atividades;
- h) Ao detectar a falta ou estrago de qualquer material comunicar imediatamente a coordenação;

- i) Observar as crianças diariamente, sendo que qualquer anormalidade deverá ser comunicada a coordenação;
- j) Relatar informações importantes em cada troca de plantão;
- k) Participar de reuniões de estudos;
- l) Prestar serviço em substituição a outro servidor;
- m) Manter sigilo do trabalho prestado relativo aos casos específicos das crianças e adolescentes, bem como de seus encaminhamentos;
- n) Solicitar formal e antecipadamente autorização para se ausentar do trabalho, exceto em casos de doença, que deve ser avisada imediatamente a coordenação;
- o) Acompanhar e permanecer com as crianças/adolescentes em caso de internação hospitalar;
- p) Preencher o termo de entrega sob responsabilidade, caso haja saída de criança/adolescente, durante o dia ou no período noturno;
- q) Zelar pelo uso de utensílios, equipamentos e da estrutura física do abrigo como um todo.

Art. 17 - São atribuições da Coordenação:

- a) Realizar a acolhida e tratar efetivamente as crianças e adolescentes, com observância dos direitos e garantias fundamentais;
- b) Preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade as crianças e adolescentes;
- c) Garantir cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos; acompanhando as crianças/adolescentes às consultas e exames laboratoriais, quando necessário;
- d) Propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer;
- e) Propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;
- f) Zelar pelo cumprimento dos artigos 92 e 94 do Estatuto da Criança e do adolescente, Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990;
- g) Liderar o trabalho da equipe no sentido de levá-la a determinar os objetivos, planejar suas linhas de ação, suas estratégias e formas de avaliação, de modo a manter todo o trabalho integrado;
- h) Coordenar e executar projetos aprovados pela equipe técnica, sugerindo modificações quando necessárias;
- i) Promover reuniões periódicas e extraordinárias com toda a equipe; orientando-os sempre sobre a dinâmica do trabalho, responsabilidades e ética profissional;
- j) Supervisionar o cumprimento do horário dos servidores;
- k) Orientar as visitas quanto às normas, horários e regimento do abrigo;
- l) Promover e efetivar capacitação para os servidores do abrigo, com apoio da equipe técnica;
- m) Participar de eventos, convênios e parcerias como representante do abrigo;
- n) Diligenciar para que as instalações físicas estejam em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal;
- o) Estabelecer os horários e rotinas de trabalho, assessorada pela equipe técnica e de apoio e zelar pelo seu cumprimento;
- p) Informar à criança/adolescente sobre as normas e rotinas que regem o Abrigo;
- q) Supervisionar o trabalho da equipe de apoio, controlando e fiscalizando os trabalhos da casa, quanto à higiene, alimentação, vestuário, garantindo que cada criança e/ou adolescente tenha priorizado sua individualidade, enquanto abrigada;
- r) Zelar pela manutenção de um bom clima de relações humanas dentro da entidade entre todos os membros, as crianças e seus pais e/ou responsáveis;
- s) Zelar e participar da elaboração do cardápio, oferecendo alimentação adequada de acordo com a idade e necessidade de cada criança, buscando assessoria de nutricionista;
- t) Manter atualizado e organizado os prontuários das crianças;
- u) Controlar o estoque de material de consumo e administrativo, diligenciando para o bom funcionamento do abrigo, encaminhando os pedidos ao setor competente;

- v) Estabelecer o calendário de eventos e atividades do abrigo e zelar pelo seu cumprimento;
- w) Realizar periodicamente cronograma de atividades internas do abrigo, juntamente com as crianças e adolescentes;
- x) Autorizar a saída das crianças e adolescentes para a realização de atividades e atendimentos, mediante informação do local que estará, telefone para contatos, endereço e horário de retorno;
- y) Registrar em livro próprio as doações recebidas no Abrigo, constando a data da doação, ficando a critério do doador a sua identificação.
- z) Cumprir o disposto do Regimento Interno;
- aa) Alimentar os dados de instrumentos de avaliação.

**Art. 18 - São atribuições do (a) Assistente Social:**

- a) Acolher e tratar afetivamente a criança e/ou adolescente;
- b) Regularizar a documentação das crianças e adolescentes residentes;
- c) Atender individualmente a criança e/ou adolescente para esclarecê-las das razões do abrigamento, bem como, da família;
- d) Elaborar estudo social individual ou por grupo de irmãos, indicando encaminhamentos apropriados, sempre que possível;
- e) Estimular, orientar e, sempre que possível, acompanhar visitas dos familiares visando o fortalecimento de vínculos, bem como, elencar subsídios às avaliações em estudos sociais;
- f) Realizar visitas domiciliares, sempre que necessário;
- g) Acompanhar as crianças e suas famílias de origem após a saída do abrigo e/ou encaminhá-las aos serviços da Secretaria de Assistência Social do município;
- h) Acompanhar a família pelo prazo de, no máximo seis meses, após o desabrigamento, em conjunto com o(a) psicólogo(a);
- i) Orientar a família para receber seu/sua filho(a) de volta em casa;
- j) Construir perspectiva de vida com os/as adolescentes, a fim de planejar sua autonomia de vida, vínculos com um grupo familiar, amigos, com a comunidade em geral, em caso de desligamento sem inserção de família;
- k) Encaminhar relatórios e estudos sociais aos órgãos competentes, sempre que solicitado pela Vara da Infância e Juventude, Ministério Público, Conselho Tutelar, Secretaria de Assistência Social e demais instituições pertinentes;
- l) Preparar a criança e/ou adolescente para ingresso em nova família, quando da destituição do poder familiar, juntamente com o(a) psicólogo(a);
- m) Acompanhar a realização de cursos profissionalizantes pelos(as) adolescentes avaliando seu benefício à promoção da autonomia e seu projeto de vida;
- n) Zelar pelo atendimento dos residentes, nos aspectos sociais, psicológicos, cognitivos e de saúde;
- o) Encaminhar a família para os programas de políticas públicas do município;
- p) Participar de cursos, reuniões, capacitações que tratem de assuntos ligados ao abrigo e as crianças e adolescentes;
- q) Contribuir com a coordenação e equipe de apoio na administração do Abrigo;
- r) Preparar os adolescentes para seu desligamento do abrigo quando está em idade para tal, acompanhando-os após o desligamento pelo período de um ano;
- s) Cumprir o disposto no regimento interno do abrigo.

**Art. 19 - São atribuições do (a) psicólogo (a):**

- a) Acolher e tratar afetivamente a criança e/ou adolescente;
- b) Acompanhar as crianças e adolescentes desde a admissão até o desligamento;
- c) Prestar atendimento psicossocial as crianças e adolescentes e quando necessário promover atendimento terapêutico com encaminhamento aos programas municipais e/ou outros pertinentes;
- d) Elaborar avaliação psicológica quando necessário ou solicitado;
- e) Planejar e realizar atividades que estimulem a sociabilidade,

- auto-estima e expressão, entre outras atividades que visem melhorar a vida do abrigado, nos aspectos: afetivos, psicológicos, de relacionamentos;
- f) Preparar a criança e/ou adolescente para ingresso em nova família, quando da destituição do poder familiar, juntamente com a assistente social;
- g) Acompanhar a família pelo prazo de, no máximo seis meses, após o desabrigamento, em conjunto com o (a) assistente social através de visitas domiciliares e relatórios de visitas;
- h) Contribuir para o estágio de convivência de crianças encaminhadas à nova família;
- i) Contribuir para os relatórios, em parceria com o (a) assistente social, sempre que necessário;
- j) Participar de cursos, reuniões, capacitações que tratem de assuntos ligados ao abrigo e as crianças e adolescentes;
- k) Contribuir com a Coordenação e equipe de apoio, na administração do abrigo;
- l) Preparar os adolescentes para seu desligamento do abrigo quando está em idade para tal, acompanhando-os após o desligamento pelo período de um ano;
- m) Cumprir o disposto no regimento interno do abrigo.

**Art. 20 - São atribuições do (a) pedagogo (a):**

- a) Acolher e tratar afetivamente a criança e/ou adolescente;
  - b) Providenciar os documentos necessários para matrícula imediata da criança e/ou adolescente em instituições educacionais;
  - c) Registrar no prontuário da criança e do adolescente seu desempenho escolar, bem como os trabalhos pedagógicos importantes, recolhidos na escola durante sua permanência;
  - d) Comunicar a instituição de ensino o desabrigamento de crianças e adolescentes, bem como solicitar a documentação escolar de transferência, quando for o caso;
  - e) Prestar apoio pedagógico às crianças e adolescentes em idade escolar;
  - f) Determinar juntamente com a coordenação, horário de estudo coletivo ou individual, para realização das tarefas escolares.
  - g) Requisitar a coordenação material didático-pedagógico que auxiliem as crianças na aprendizagem;
  - h) Acionar o (a) psicólogo (a) quando observar que o indicativo de distúrbio emocional está interferindo no desenvolvimento escolar;
  - i) Planejar e realizar atividades que estimulem a sociabilidade, auto-estima e expressão;
  - j) Participar de cursos, reuniões, capacitações que tratem de assuntos ligados ao abrigo;
  - k) Acompanhar a educação escolar regular e extra-escolar, visitando as instituições educacionais e projetos freqüentados no contra turno escolar;
  - l) Planejar juntamente com os monitores sociais/cuidadores atividades sócio-educativas e de recreação e realizá-la em conjunto com os mesmos;
  - m) Contribuir com a Coordenação e equipe de apoio, na administração do Abrigo;
  - n) Cumprir o disposto no Regimento Interno do Abrigo.
- Parágrafo Único: Na ausência do pedagogo os outros profissionais da equipe técnica deverão ser responsáveis pelos encaminhamentos e supervisão das atividades escolares dos abrigados, sendo responsabilidade dos monitores/cuidadores verificar sistematicamente os cadernos e fazer cumprir os horários para estudo.

**Art. 21 - São atribuições do (a) Monitor (a) Social/Cuidador (a):**

- a) Acolher e tratar efetivamente as crianças ou adolescentes que chegaram através de encaminhamentos do Conselho Tutelar ou Autoridade Judiciária e apresentá-los aos residentes e toda a equipe de trabalho, bem como o espaço físico da casa;
- b) Fornecer aos abrigados materiais de higiene pessoal, artigos de cama, banho e roupas;
- c) Notar a existência de marcas e hematomas, bem como escabiose



e piolho, os quais deverão ser comunicados à coordenação e tratados na sequência;

d) Promover os cuidados básicos de saúde, higiene e alimentação;

e) Acompanhar a alimentação das crianças, observando a aceitação adequada da dieta;

f) Acompanhar e prestar atenção ao desenvolvimento afetivo e psicomotor;

g) Informar aos residentes sobre a dinâmica do abrigo;

h) Organizar os materiais utilizados nas atividades diárias dos residentes;

i) Solicitar a coordenação à compra de material didático, de higiene, vestuário e outros necessários;

j) Organizar o ambiente de modo a facilitar o bom andamento dos trabalhos e o bem estar de todos;

k) Observar os horários de plantão, devendo comunicar, formalmente, com antecedência de 02 dias, possíveis faltas com trocas de escala;

l) Propiciar na medida do possível à participação das crianças e dos adolescentes nas atividades cotidianas, orientando e supervisionando de modo a evitar risco pessoal;

m) Observar as recomendações médicas, os horários das medicações e ministrá-los conforme prescrição médica;

n) Comunicar a coordenação qualquer alteração na condição de saúde das crianças e adolescentes;

o) Acompanhar a realização das atividades primando pela limpeza, cuidados e organização de todas as dependências;

p) Coordenar o funcionamento da cozinha, após a saída da cozinha;

q) Intervir nas situações de conflito interno, buscando resolvê-lo pacificamente;

r) Repassar a coordenação fatos relevantes sobre o cotidiano do abrigo e das crianças e/ou adolescentes relativos aos conflitos internos, condutas, comportamentos e estrutura funcional do abrigo;

s) Comunicar a coordenação às manutenções necessárias observadas, relativas ao abrigo;

t) Participar, sempre que possível, das reuniões da equipe de trabalho e das demais atividades do abrigo quando solicitado;

u) Garantir o direito de brincar das crianças e adolescentes;

v) Controlar os horários de despertar e de dormir das crianças e adolescentes segundo o disposto no presente regimento;

w) Estimular a cooperação e o respeito entre as crianças e adolescentes, respeitadas as individualidades;

x) Planejar juntamente com o (a) pedagogo (a) atividades sócio-educativas e de recreação e realizá-las em conjunto;

y) Auxiliar no momento das refeições, preparando alimentação, bem como organizando as casas nos finais de semana, feriados, à noite e em momentos excepcionais onde os auxiliares de serviços gerais não se fizerem presentes;

z) Participar das atividades promovidas pelo abrigo como passeios e cursos de capacitações;

ab) Seguir as orientações da equipe técnica quando do encaminhamento dos casos e organização dos horários de visitas de famílias ou voluntários;

ac) Cumprir o disposto do Regimento Interno do abrigo.

Art. 22 - São atribuições dos (as) Auxiliares de Serviços Internos e Externos:

a) Acolher e tratar afetivamente a criança e/ou adolescente residente;

b) Manter em bom estado de higiene e conservação os espaços internos e externos do abrigo;

c) Lavar e passar as roupas dos residentes tendo cuidado com a conservação;

d) Manter materiais de higiene e limpeza, bem como equipamentos e utensílios fora do alcance das crianças e adolescentes;

e) Informar a necessidade de compra de produtos e materiais de limpeza;

f) Cuidar do acondicionamento e destino do lixo;

g) Trabalhar em parceria com os demais servidores, visando sempre o bem estar das crianças e adolescentes;

h) Informar a coordenação à necessidade de compra de produtos alimentícios e utensílios de cozinha;

i) Zelar pelas condições corretas de armazenamento, manipulação, conservação e distribuição dos alimentos;

j) Proceder ao preparo dos alimentos conforme cardápio estabelecido;

k) Deixar em bom estado de conservação a parte externa do Abrigo, cultivando horta, cuidando do jardim e pomar;

l) Cumprir o disposto no Regimento interno do abrigo.

Art. 23 - Em caso de descumprimento das atribuições, serão aplicadas aos servidores, as medidas previstas no estatuto do servidor municipal.

#### Seção IV - Do Uso dos Equipamentos

Art. 24 - O uso dos equipamentos domésticos (microondas, freezer, geladeira, televisor, entre outros), bem como o uso dos equipamentos administrativos (computador, telefone, dentre outros), por parte da equipe de trabalho, está restrito aos interesses do abrigo, os quais deverão ser utilizados com cuidado e zelo.

#### CAPÍTULO 4 - DOS ÓRGÃOS FISCALIZADORES

Art. 25 - São órgãos de fiscalização do Abrigo Municipal Frei Bruno:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Joaçaba - CMDCA;

II - Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS;

III - Conselho Tutelar;

IV - Ministério Público;

V - Juizado da Infância e Juventude.

§ 1º - Os órgãos fiscalizadores, em caso de suspeitas de maus tratos ou denúncias farão visitas para verificar a veracidade dos fatos e na sequência encaminharão comunicado a Secretaria de Assistência Social e a coordenação para que serem ouvidas a respeito dos fatos e para tomarem as medidas cabíveis frente ao constatado;

§ 2º Os órgãos fiscalizadores - CMAS e CMDCA, realizarão visitas periódicas de fiscalização e monitoramento, pelo fato da instituição compor a rede do Sistema Único de Assistência Social -SUAS, se verificando necessidades os conselheiros comunicarão a Secretaria de Assistência Social e a coordenação para tomarem as providências necessárias.

#### CAPÍTULO 5 - DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADAS

##### Seção I - Dos Direitos e Garantias

Art. 26 - Serão garantidos pela coordenação, equipe técnica e de apoio os seguintes direitos às crianças e adolescentes:

a) Proteção, apoio e afetividade;

b) Espaço de estar, de convívio e de lazer em ambiente tranquilo e agradável;

c) Transporte;

d) Endereço e referência;

e) Segurança alimentar;

f) Condições físicas de repouso;

g) Banho e higiene pessoal;

h) Guarda dos pertences;

i) Lavagem e secagem de roupa;

j) Materiais pedagógicos;

k) Atendimento psicológico, assistencial e nutricional;

l) Assistência religiosa;

m) Suporte educativo, formativo e instrumental para reconhecimento de seus direitos e garantia da cidadania;

n) Inclusão na rede de políticas públicas e garantia de direitos

sociais, tais como educação, saúde, lazer, entre outros;

o) Participação na vida da comunidade local;

p) Preservação dos vínculos familiares, quando liberado pela Promotoria;

q) Integração em família substituta, quando esgotado os recursos de manutenção na família de origem;

r) Atendimento personalizado e em grupo;

s) Não desmembramento do grupo de irmãos, na medida do possível;

t) Ser acolhida com dignidade e respeito;

u) Ser ouvida nas suas ansiedades com calma e compreensão;

v) Ser tratada sem agressividade e/ou rigidez, respeito no tom de voz;

w) Ser chamada para conversar em local reservado, sempre que for necessário, não expondo a situação vexatória;

x) Estar informado sobre sua condição de abrigamento, sua situação familiar e das ações profissionais realizadas em prol de suas necessidades;

y) Reclamar à coordenação do abrigo e ou à equipe técnica do programa, sempre que sofrer algum desrespeito ou represália por parte de servidor não autorizado para tal.

Art. 27 - As crianças e adolescentes residentes deverão ter conhecimento das regras, abaixo descritas, para o bom convívio social:

a) Respeitar a equipe técnica e de apoio, bem como todas as crianças e adolescentes abrigadas, seus familiares e voluntários;

b) Contribuir para a preservação da estrutura física do abrigo auxiliando na realização de atividades de acordo com a faixa etária, conforme quadro de responsabilidades;

c) Zelar pela manutenção, cuidado e organização de materiais e objetos recebidos;

d) Respeitar as orientações recebidas, bem como as regras do abrigo;

e) Frequentar as aulas e participar das atividades que for incluída;

f) Auxiliar na realização de tarefas simples que não prejudiquem o desenvolvimento físico e psíquico, contribuindo com sua formação e autonomia;

g) Comunicar a coordenação troca de pertences pessoais e aquisição de objetos externos (bicicletas, rádios, aparelhos eletrônicos, entre outros);

h) Utilizar o telefone para ligar para familiares e amigos mediante autorização da coordenação e/ou equipe técnica.

Art. 28 - Em benefício das crianças e adolescentes residentes não serão admitidas as seguintes condutas:

a) Consumo de bebidas alcoólicas, cigarro e uso de drogas;

b) Uso de piercing e tatuagem;

c) Uso de telefones celulares e outros aparelhos eletrônicos, sem permissão;

d) Uso do telefone fixo, sem autorização;

e) A permanência de animais de qualquer espécie;

f) Uso abusivo de volume do som;

g) Escrever e desenhar nas paredes;

h) Utilização internet - Tablet, celular ligado a Internet, sem autorização;

i) Sair do abrigo, sem autorização da coordenação.

Parágrafo Único - Verificada a prática de ato infracional por algum dos residentes, realizar-se-á Boletim de Ocorrência junto ao órgão competente e informado a autoridade judiciária.

## Seção II - Dos Horários

Art. 29 - O horário de despertar das crianças e adolescentes está condicionado as atividades que desenvolvem.

Art. 30 - O horário de recolher/dormir das crianças até seis anos é até as 21h00min e das crianças maiores e adolescentes é até às 22h30min, exceto aqueles que estudam no período noturno. No horário de verão poderá ser alterado esse horário, de acordo com

a idade das crianças/adolescentes.

Art. 31 - As refeições serão servidas nos horários abaixo definidos:

- a) De segunda a sexta-feira:
- café da manhã - das 06h30min às 08h30min
  - lanche - às 10h
  - almoço - das 11h30min às 12h45min
  - lanche - às 15h30min
  - jantar - das 18h30min às 19h45min
- b) Fins de semana e feriados:
- café da manhã - das 07h30min às 09h
  - lanche - às 10h
  - almoço - às 12h
  - lanche - às 15h30min
  - jantar - das 18h30min às 19h45min

## Seção III - Direito de Visitas

Art. 32 - As visitas de familiares às crianças e adolescentes serão informadas aos cuidadores/monitores sociais, pela coordenação ou equipe técnica, de acordo com autorização judicial, mediante listagem de nomes fixadas no mural. As visitas deverão ser registradas no livro de registro.

Art. 33 - As visitas serão permitidas nas terças-feiras das 08h30min às 11h30min e quintas-feiras das 16h30min às 18h e aos domingos das 14h30min às 17h30min e, excepcionalmente, por solicitação da equipe técnica ou promotoria.

Parágrafo Único: Em caso de amamentação, as visitas deverão ocorrer conforme a necessidade alimentar da criança.

Art. 34 - Os visitantes deverão apresentar-se portando documentação de identificação com foto, para confirmação de sua identidade, junto à listagem de pessoas autorizadas para visitas.

Art. 35 - Fica proibida a realização de visita de pessoas, ainda que autorizadas, em estado de embriagues, drogadas ou que adotem atitudes de violência.

Art. 36 - As visitas de pessoas da comunidade apenas serão permitidas mediante autorização da coordenação ou equipe técnica e, em horários pré-definidos, identificando no livro de registro, o nome e objetivo da visita.

Art. 37 - Nenhuma informação deverá se prestada aos visitantes a respeito das crianças e adolescentes residentes.

Art. 38 - As crianças e adolescentes serão privadas das visitas nas seguintes situações:

- a) No período de tramitação do processo de destituição do poder familiar;
- b) Quando o motivo do abrigamento for decorrente de adoção á brasileira;
- c) Em caso de suspeita de violência física e sexual;
- d) Quando houver reincidência no descumprimento das obrigações dos pais/mães e responsáveis;
- e) Quando a equipe técnica avaliar prejuízos e sofrimento para as crianças e adolescentes.

Art. 39 - Toda liberação de criança ou adolescente para visitas à parentes e/ou famílias, no município ou fora dele, serão autorizadas pelo Juiz da Infância e da Adolescência, a pedido da coordenação, após avaliação da equipe técnica do abrigo.

## Seção IV - Do Atendimento a Saúde

Art. 40 - As crianças e adolescentes serão atendidas preferencialmente pelo Sistema Único de Saúde do município.

§ 1º - Em caso de urgência ou emergência, as crianças e



adolescentes serão levadas ao posto de saúde do bairro, ao pronto atendimento do Centro, e/ou pronto atendimento do Hospital Universitário Santa Terezinha - Joaçaba.

§ 2º - O transporte das crianças e adolescentes para algum equipamento de saúde será realizado pelo veículo destinado ao abrigo e, em situações excepcionais, por veículo da Secretaria Municipal de Assistência Social ou pelo SAMU.

Art. 41 - Ficará sobre a responsabilidade do município de origem das crianças e adolescentes abrigados, atendimentos especializados, medicamentos não constantes da farmácia básica e de alto valor aquisitivo e, em caso de internação a Autorização de Internamento Hospitalar (AIH).

Art. 42 - Os atendimentos psicossociais necessários às crianças e adolescentes, no período de abrigamento na instituição, ficarão sob a responsabilidade do município de Joaçaba.

#### Seção V - Das Atividades Sócio-Educativas e de Recreação/Lazer

Art. 43 - As atividades sócio-educativas serão norteadas pelos projetos a serem elaborados e executados pela equipe técnica que orientará a operacionalização pela equipe de trabalho, podendo contar com a colaboração de voluntários e possíveis parceiros do abrigo.

Art. 44 - As atividades de recreação e lazer serão planejadas periodicamente, considerando a faixa etária e viabilidade econômica.

#### Seção VI - Da Profissionalização e Emprego

Art. 45 - Os adolescentes serão encaminhados a curso profissionalizante, de sua preferência, de acordo com a disponibilidade de cursos oferecidos gratuitamente.

Art. 46 - Os adolescentes, a partir dos catorze anos serão encaminhados ao mercado de trabalho.

Parágrafo Único - Quanto aos recursos financeiros adquiridos pelo serviço do jovem aprendiz, o valor correspondente a 70% (setenta por cento) deverá ser aplicado em conta poupança no nome do abrigado ou em caso de falta de documentação em conta em nome do Abrigo, específica para este fim. O restante, 30% (trinta por cento) será entregue ao adolescente para utilização em gastos particulares, sempre com orientação da coordenação.

#### CAPÍTULO 6 - DAS MEDIDAS DISCIPLINARES

Art. 47 - É vedado submeter crianças e adolescentes sob sua autoridade, guarda ou vigilância à vexame, à constrangimento ou tortura física ou emocional.

Art. 48 - Quando a criança ou adolescente não cumprir com suas atribuições será submetida à consequências gradativas de acordo com o grau de desobediência.

Art. 49 - As atribuições e consequências, previamente definidas, de acordo com a faixa etária, serão fixadas em local visível e serão aplicadas pela equipe técnica e pelos cuidadores/monitores sociais para fazer com que os abrigados:

- a) Saibam como organizar ambiente;
- b) Reflitam sobre suas ações;
- c) Reparam o dano causado por eles;
- d) Conheçam seus limites.

Art. 50 - Fica estabelecido que tanto os servidores quanto os abrigados terão que respeitar os horários, normas e rotinas estabelecidos neste regimento interno.

#### CAPÍTULO 7 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

#### DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS

Art. 51 - Serão assegurados aos pais ou responsáveis das crianças e adolescentes os seguintes direitos:

- a) Acolhimento com dignidade e respeito;
- b) Direito à conversa em local reservado, sempre que for necessário;
- c) Visita aos seus/suas filho (a)s, quando não houver impedimento por ordem judicial e nos horários previstos no presente regimento;
- d) Participação nas festividades internas do abrigo, quando permitido judicialmente;
- e) Esclarecimento sobre o processo judicial e sobre o serviço do abrigo, desde que não haja proibição expressa ou ordem judicial.

Art. 52 - Os pais ou responsáveis das crianças e adolescentes deverão obedecer as seguintes regras:

- a) Respeitar a equipe de trabalho, bem como todas as crianças e adolescentes residentes;
- b) Comparecer aos atendimentos psicológicos e sócio-assistenciais, quando solicitado, respeitando os horários agendados;
- c) Zelar pela ordem, limpeza e conservação da estrutura física do abrigo;
- d) Respeitar as orientações recebidas pela equipe de trabalho;
- e) Apresentar a documentação solicitada pela equipe técnica;
- f) Comparecer as visitas e atendimentos em estado sóbrio e pacífico;
- g) Não fumar na instituição;
- h) Não acessar aos quartos da casa sem autorização.

#### CAPÍTULO 8 - DO DESLIGAMENTO

Art. 53 - Cabe a Coordenação do Abrigo e equipe técnica informar o desabrigamento de crianças e adolescentes, no livro de plantão do abrigo, bem como na rede de políticas públicas na qual as crianças e adolescentes estavam vinculados.

Art. 54 - No desabrigamento, os responsáveis pelas crianças e adolescentes receberão seus pertences e documentação, bem como os registros da sua história de vida, no período de passagem pelo abrigo.

Art. 55 - Caberá à equipe técnica do abrigo, acompanhar o acolhido maior de 18 anos, quando de seu desligamento, por período de um ano.

#### CAPÍTULO 9 - DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 56 - Serão mantidas no arquivo da instituição, dados relativos à história pregressa, informações educacionais, de saúde, das vivências no abrigo e encaminhamento de desligamento das crianças e adolescentes abrigadas, bem como documentação administrativa e técnica do abrigo.

§ 1º - A documentação administrativa refere-se à ficha de identificação e pertences da criança e do adolescente, calendário individual de atividades das crianças e adolescentes, livro ponto, registro de patrimônio, cadastro individual dos servidores, livro de plantão, banco de voluntários, registro de visitas, avisos e ofícios em geral, entre outros.

§ 2º - A documentação técnica diz respeito aos prontuários individuais e ou familiares, termo de responsabilidade e obrigações dos pais com o abrigo, arquivados após o desligamento.

Art. 57 - As ações e experiências vivenciadas no abrigo deverão ser registradas em livros de plantão, fichas, instrumentos informatizados, resguardando a responsabilidade pública pelo serviço.

#### CAPÍTULO 10 - DOS INSTRUMENTOS DE TRABALHO

Art. 58 - São instrumentos de trabalho:

I - Plano de Acolhimento - deverá ser elaborado de acordo com as normas do MDS e revisto anualmente.

II - Plano de Trabalho - deverá ser elaborado anualmente e revisto sempre que houver novos acolhimentos. Devendo seguir as orientações da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais.

III - Projeto Técnico - deverá ser elaborado anualmente de acordo com as orientações da Secretaria de Estado da Assistência Social - SST.

IV - Proposta Pedagógica - deverá ser elaborada anualmente, visando uma concepção de criança/adolescente cidadã em processo de desenvolvimento. Será flexível podendo ser reestruturada sempre que houver novos acolhimentos ou sempre que a equipe técnica sentir a necessidade de mudanças. Será norteada pelas orientações do SUAS e pelas propostas metodológicas da educação municipal e estadual.

#### CAPÍTULO 11 - DO TRABALHO DOS VOLUNTÁRIOS

Art. 59 - Poderão ser prestados serviços voluntários no abrigo em benefício direto/indireto das crianças/adolescentes residentes, mediante programação da coordenação e equipe técnica.

Parágrafo Único - Os trabalhos voluntários dizem respeito a colaboração na recreação, na evangelização, na limpeza, na jardinagem, horta, pintura, reparos e consertos, na área da saúde, recreação, cultura, artesanatos em geral, auxílio pedagógico, entre outros.

Art. 60 - Os trabalhos voluntários poderão ser prestados por pessoas da comunidade e região e/ou mediante convênio ou em parceria com empresas locais, obedecendo às regras do presente Regimento, bem como, do sigilo inerente à atividade.

Art. 61 - As atividades a serem desenvolvidas pelos voluntários serão orientadas pela equipe técnica e coordenação, devendo estar vinculadas às ações e projetos do abrigo ou mediante aprovação do seu plano de trabalho.

Art. 62 - Os interessados deverão preencher ficha de inscrição e firmar Termo de Adesão de Voluntariado.

Art. 63 - As atividades a serem desenvolvidas pelos voluntários não deverão ultrapassar a duas horas semanais ou oito horas mensais.

Art. 64 - É vedado ao voluntário interferir nas atividades desenvolvidas pela equipe de trabalho.

Art. 65 - É permitido aos voluntários participar das reuniões organizadas pela coordenação, somente quando da avaliação dos projetos e integração com os objetivos do programa.

Art. 66 - O trabalho voluntário restringe-se às atividades propostas, não incluindo acesso as informações confidenciais e discriminatórias, bem como informações pessoais das crianças e adolescentes residentes.

#### CAPÍTULO 12 - DA ENTIDADE EXECUTORA

Art. 67 - Cabe a entidade que executa o programa de Acolhimento Institucional Abrigo Municipal Frei Bruno as seguintes responsabilidades e obrigações:

- a) Aplicar corretamente e prestar contas dos recursos recebidos em decorrência de convênios e de transferência financeira dos entes federados;
- b) Cumprir todas as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial aquelas contidas nos artigos 92 e 94;
- c) Desenvolver o Programa de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- d) Manter equipe de trabalho, compatível com o que dispõe a NOB-RH;

e) Fixar prazo para que a coordenação apresente Relatório Anual das atividades;

f) Orientar sobre prazos e elaboração de material para minuta de LDO e LOA;

g) Determinar prazos e forma de encaminhamentos de solicitação para aquisições de custeio, investimentos e pagamentos de horas extras aos funcionários com este direito;

h) Determinar prazos para elaboração e apresentação dos instrumentos constantes do capítulo 10.

#### CAPÍTULO 13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 68 - O cardápio servido seguirá orientação nutricional, respeitando a alimentação apropriada a cada fase de desenvolvimento dos abrigados.

Art. 69 - O presente Regimento Interno poderá ser alterado, mediante adendo, através da aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião conjunta convocada para esta finalidade, de acordo com as necessidades da dinâmica de trabalho do abrigo, devendo ser aprovado por ato do Chefe do Executivo.

Art. 70 - Os casos omissos deste regimento serão decididos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, pela Coordenação e equipe técnica responsáveis pelo Abrigo, oficiando as decisões tomadas aos órgãos fiscalizadores.

Art. 71 - Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Joaçaba, 09 de junho de 2014.

#### **ÇÃO PL 55/2014 PP 39/2014**

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 55/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2014/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 55/2014/PMJ,

- Modalidade: PP 39/2014/PMJ.

Objeto: a contratação de pessoas físicas e/ou jurídicas para o fornecimento de material pétreo, com volume total estimado de 15.300 m<sup>3</sup> (quinze mil e trezentos metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba.

VENCEDORES:

AVELINO BORSOI

VALOR R\$ 4.301,00

JOCELINO DE MARCO

VALOR R\$ 4.301,00

ARMINDO BORSOI

VALOR R\$ 4.301,00

EDEMAR ORIDES BILIBIO

VALOR R\$ 4.301,00

ALCEU DEITOS

VALOR R\$ 4.301,00

SILVESTRE SYCHOSKI

VALOR R\$ 4.301,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 23 de julho de 2014.

Marcos Weiss

Prefeito em Exercício

**Contrato 187/2014 PMJ**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 187/2014/PMJ  
PL 55/2014/PMJ - PP 39/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.  
CONTRATADA: SILVESTRE SYCHOSKI

OBJETO: o fornecimento pelo(a) CONTRATADO(A), de material pétreo, com volume total estimado de 1.700 m<sup>3</sup> (hum mil e setecentos metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 4.301,00(.quatro mil e trezentos e hum reais),

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.073 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DO INTERIOR

160 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas  
VIGÊNCIA: 31/12/2014

DATA DE ASSINATURA: 23/07/2014.

MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

**Contrato 188/2014 PMJ**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 188/2014/PMJ  
PL 55/2014/PMJ - PP 39/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.  
CONTRATADA: AVELINO BORSOI

OBJETO: o fornecimento pelo(a) CONTRATADO(A), de material pétreo, com volume total estimado de 1.700 m<sup>3</sup> (hum mil e setecentos metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 4.301,00(.quatro mil e trezentos e hum reais),

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.073 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DO INTERIOR

160 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas  
VIGÊNCIA: 31/12/2014

DATA DE ASSINATURA: 23/07/2014.

MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

**Contrato 189/2014 PMJ**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 189/2014/PMJ  
PL 55/2014/PMJ - PP 39/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.  
CONTRATADA: JOCELINO DE MARCO

OBJETO: o fornecimento pelo(a) CONTRATADO(A), de material pétreo, com volume total estimado de 1.700 m<sup>3</sup> (hum mil e setecentos metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 4.301,00(.quatro mil e trezentos e hum reais),

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.073 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DO INTERIOR

160 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas  
VIGÊNCIA: 31/12/2014

DATA DE ASSINATURA: 23/07/2014.

MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

**Contrato 190/2014 PMJ**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 190/2014/PMJ  
PL 55/2014/PMJ - PP 39/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.  
CONTRATADA: ARMINDO BORSOI

OBJETO: o fornecimento pelo(a) CONTRATADO(A), de material pétreo, com volume total estimado de 1.700 m<sup>3</sup> (hum mil e setecentos metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 4.301,00(.quatro mil e trezentos e hum reais),

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.073 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DO INTERIOR

160 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas  
VIGÊNCIA: 31/12/2014

DATA DE ASSINATURA: 23/07/2014.

MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

**Contratos 191/2014 PMJ**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 191/2014/PMJ  
PL 55/2014/PMJ - PP 39/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.  
CONTRATADA: EDEMAR ORIDES BILIBIO

OBJETO: o fornecimento pelo(a) CONTRATADO(A), de material pétreo, com volume total estimado de 1.700 m<sup>3</sup> (hum mil e setecentos metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 4.301,00(.quatro mil e trezentos e hum reais),

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.073 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DO INTERIOR

160 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas  
VIGÊNCIA: 31/12/2014

DATA DE ASSINATURA: 23/07/2014.

MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

**Contrato 192/2014 PMJ**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 192/2014/PMJ

PL 55/2014/PMJ - PP 39/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: ALCEU DEITOS

OBJETO: o fornecimento pelo(a) CONTRATADO(A), de material pétreo, com volume total estimado de 1.700 m<sup>3</sup> (hum mil e setecentos metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 4.301,00 (quatro mil e trezentos e hum reais),

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.073 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS DO INTERIOR

160 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 31/12/2014

DATA DE ASSINATURA: 23/07/2014.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

**Editais de Credenciamento 1/2014/FMS**

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2014/FMS

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições legais, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, representado por seu Gestor, em conformidade com o art. 25 da Lei 8.666/93, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, torna público que se encontra aberto o CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS/CLÍNICAS PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM.

Poderão participar deste Credenciamento todas as Pessoas Jurídicas habilitadas à prestação dos serviços, objeto deste Edital, desde que:

- Não esteja impedida de exercer a atividade;
- Não tenha sido declarada inidônea ou impedida de contratar com o Município de Joaçaba;
- Atenda a todos os pressupostos da Legislação Municipal pertinente e as regras editalícias.

Os interessados devem solicitar o seu credenciamento na Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Licitações, na Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, em dias úteis, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13 às 16 horas, observando as condições e exigências mínimas para a prestação do serviço, as condições de pagamento e a tabela de preços que remunerará os serviços prestados, e demais requisitos fixados no presente regulamento.

O Município credenciará todos os interessados que preencherem as condições e exigências mínimas do presente regulamento, sendo que inexistirá possibilidade de discussão entre as partes acerca das cláusulas contratuais.

**1. OBJETO**

1.1. Este procedimento tem por objeto o credenciamento de EMPRESAS/CLÍNICAS PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM CARÁTER EMERGENCIAL E/OU DE URGÊNCIA, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba.

1.1.1. O credenciamento poderá ocorrer em 01 (um) ou mais itens constantes no Anexo I deste Edital, a critério do proponente.

**2. DA FORMA DE EXECUÇÃO**

2.1. Os serviços serão prestados aos pacientes que forem devidamente encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante formulário de requisição contendo autorização expressa;

2.1.1. A credenciada deverá realizar os procedimentos em seu estabelecimento, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da solicitação feita pela Secretaria de Saúde;

2.1.2. O agendamento de exame só poderá ser feito pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba;

2.1.3. No caso das consultas de especialidades o paciente terá direito a retorno em até 30 (trinta) dias para nova consulta ou apresentação de exames, caso o médico entenda necessário;

2.2. Na execução do objeto deste credenciamento a empresa credenciada deverá manter cadastro dos usuários do SUS encaminhados pela mesma, que permita o monitoramento, o controle e a supervisão dos serviços;

2.3. A escolha da empresa/clínica credenciada ficará a critério do usuário.

2.4. A empresa credenciada não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores fixados para os serviços prestados.

2.5. Os quantitativos descritos para cada item poderão sofrer acréscimos ou supressões a critério da Secretaria Municipal de Saúde, observada a limitação legal.

**3. HABILITAÇÃO**

3.1. Poderão participar do credenciamento as pessoas jurídicas do ramo, que apresentem os seguintes documentos:

3.1.1. Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, consolidado ou original acompanhado das alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

3.1.2. Cópia do Cartão de Inscrição no CNPJ/MF, atualizado;

3.1.3. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, inclusive quanto à Dívida Ativa da União;

3.1.4. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada;

3.1.5. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada;

3.1.6. Comprovante de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS)

3.1.7. Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

3.1.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943 (art. 29, V, da Lei 8.666/93 alterada);

3.1.9. Declaração expressa pela proponente atestando que a mesma goza de boa situação financeira. Na referida declaração deverá constar a assinatura do administrador e do contador da empresa com a devida identificação.

3.1.10. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, com data de



expedição de até 60 (sessenta) dias;

3.1.10.1. No caso de comarca com mais de um Cartório Distritual, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

3.1.11. Alvará Sanitário ou autorização de funcionamento equivalente, expedido pelo órgão federal, estadual ou municipal, responsável pelo controle sanitário das atividades prestadas, de conformidade com o objeto contratual e compatível com o objeto.

3.1.12. Registro dos profissionais que executarão o serviço credenciado junto ao conselho de fiscalização profissional competente;

3.1.13. Comprovação de capacidade para o fornecimento dos itens pretendidos, constantes do objeto deste Edital, mediante atestado ou certidão;

3.1.14. Declaração de inexistência de menores em seu quadro de pessoal, na forma do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;

3.1.15. Declaração expressa da empresa, sob as penas cabíveis, que não existem quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público de Joaçaba, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública Municipal ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (incisos III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93);

3.1.16. Declaração de que a empresa conhece na íntegra o Edital e se submete às condições nele estabelecidas;

3.2. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, fotocópia autenticada em Cartório, ou ainda, fotocópia acompanhada do original, que poderá ser conferida e autenticada por servidor municipal.

3.3. A Comissão de Licitações poderá proceder à consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET.

3.4. Não serão considerados os documentos apresentados por telex, telegrama, fax ou e-mail.

3.5. No caso de apresentação de documentos e/ou certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.

#### 4. JULGAMENTO

4.1. A Secretaria Municipal de Saúde poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos porventura necessários.

4.2. Após a análise da documentação, a Secretaria Municipal de Saúde emitirá parecer quanto à Aceitação ou Recusa do Credenciamento.

4.2.1. Ocorrendo a aceitação será firmado com a empresa proponente o Termo de Credenciamento, em conformidade com a minuta do Anexo III.

4.2.2. A recusa do Credenciamento será sempre baseada no não cumprimento de quesitos estabelecidos neste Edital.

#### 5. TERMO DE CREDENCIAMENTO

5.1. O Termo de Credenciamento (Anexo III) terá vigência até 31 de dezembro de 2014, a contar da data de sua assinatura, podendo ocorrer prorrogação, observado o disposto na Lei 8.666/93.

5.2. A assinatura do Termo de Credenciamento deverá ocorrer junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, à Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC, após a convocação regular, conforme art. 64, da Lei 8.666/93.

#### 6. OBRIGAÇÕES

6.1. Da Credenciada:

6.1.1. Fornecer os serviços obedecendo rigorosamente às

especificações do Edital e seus anexos, em especial ao descrito no item 2 - DA FORMA DE EXECUÇÃO, bem como da proposta apresentada, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;

6.1.2. Manter sempre atualizado e assegurar ao paciente acesso ao seu prontuário;

6.1.3. Garantir a confiabilidade dos dados e informações do paciente;

6.1.4. Esclarecer aos pacientes sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

6.1.5. Justificar a Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste credenciamento;

6.1.6. Facilitar à Secretaria Municipal de Saúde o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para tal fim, de acordo com a Lei 8.080/90;

6.1.7. Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, imediatamente, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo.

6.1.8. Responsabilizar-se pelo pagamento de salários do pessoal porventura empregado, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, responsabilidade por indenizações devidas a terceiros, seguro de pessoas e bens, enquanto persistir responsabilidades perante o Termo de Credenciamento;

6.1.9. Responsabilizar-se por despesas de responsabilidade técnica, materiais necessários aos exames/consultas;

6.1.10. Utilizar somente mão-de-obra especializada na execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos mesmos;

6.1.11. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos seus serviços;

6.1.12. Informar à Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, o quantitativo mensal de procedimentos realizados, quando solicitado;

6.1.13. Manter-se, durante toda a execução do Termo de Credenciamento, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento. O Município se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar a atualização dos documentos relativos à habilitação/qualificação para o credenciamento;

6.1.14. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento.

#### 6.2. Da Secretaria Municipal de Saúde:

6.2.1. Efetuar, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, o pagamento à credenciada, de acordo com o item 7, deste Edital;

6.2.2. Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

6.2.3. Observar para que durante a execução do objeto sejam cumpridas as obrigações assumidas pela proponente, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.2.4. Emitir autorização individualizada para a realização das consultas e/ou procedimentos.

#### 7. DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

7.1. A remuneração a que fará jus a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores que constam do Anexo I;

7.2. O Município, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, efetuará os pagamentos através de DOC Eletrônico direto na conta

da CREDENCIADA, ou em cheque administrativo nominal à mesma, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante protocolização, até o dia 25 de cada mês, de relatório comprobatório da execução dos serviços, das autorizações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde e da Nota Fiscal/Fatura, atestados por servidor municipal designado.

7.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, CNPJ/MF 10.594.533/0001-00 e ter a mesma razão social e CNPJ/MF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho global e do Edital de Credenciamento.

7.3.1. Anexo à Nota Fiscal, em papel timbrado, deverá ser informado o endereço completo da empresa, telefone, nome e nº do banco, nome e nº da agência e o nº da conta corrente, para fins de DOC Eletrônico.

7.3.2. As faturas que não estiverem corretamente formuladas serão devolvidas dentro do prazo de sua conferência à CREDENCIADA e o tempo de tramitação será desconsiderado.

7.4. Constituem ônus exclusivo da CREDENCIADA, quaisquer alegações de direito, seja do Órgão Fiscalizador, seja de terceiros, por quaisquer incorreções na fatura.

## 8. REAJUSTE

8.1. Caso ocorra prorrogação do Termo de Credenciamento os preços poderão ser reajustados pela variação do INPC, depois de decorrido 01 (um) ano da data limite de apresentação das propostas no presente credenciamento, sempre com periodicidade anual, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 10.192/2001.

8.2. Os valores poderão ser revisados quando houver alteração, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela CREDENCIADA.

## 9. SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

9.1. Pela inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento o Município poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções previstas no art. 87 da lei 8.666/93:

- Advertência;
- Multa na forma prevista no subitem 9.2;
- Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.2. Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total contratado, quando a CREDENCIADA:

- Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços;
- Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;
- Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
- Desatender as determinações da Secretaria Municipal de Saúde;
- Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;
- Não iniciar, sem justa causa, a execução do Termo de Credenciamento no prazo fixado;
- Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado;
- Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao Município e/ou a terceiros, independente da obrigação em reparar os danos causados.

9.2.1. As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

9.2.2. As multas aplicadas na execução do Termo de Credenciamento serão descontadas dos pagamentos devidos à CREDENCIADA, a critério exclusivo do Município, e quando for o caso, cobradas judicialmente.

## 10. INSTRUÇÕES PARA RECURSOS:

10.1. Os recursos referentes às decisões relativas ao processo de credenciamento poderão ser interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do dia subsequente à intimação dos atos. A petição, devidamente fundamentada, deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Saúde.

## 11. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

2.014 - MANUTENÇÃO DO AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES - AME

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.0 - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0065.0 - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.0 - Aplicações Diretas

2.009 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0002.0 - Aplicações Diretas

11.2. O custo estimado desta contratação é de R\$ 216.465,00 (duzentos e dezesseis mil quatrocentos e sessenta e cinco reais).

## 12. GENERALIDADES

12.1. As alterações de endereço, telefone, fax ou e-mail, deverão ser comunicadas à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 horas às 19 horas.

12.2. Constituem parte integrante deste Edital:

- Anexo I - Tabela de Procedimentos, Quantidades Estimadas e Valores Fixados por categoria.

- Anexo II - Minuta de Pedido de Credenciamento;

- Anexo III - Minuta do Termo de Credenciamento;

12.3. Os direitos oriundos do presente credenciamento não poderão ser transferidos a terceiros;

12.4. Informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC, na Avenida XV de Novembro, 378 ou pelo telefone 0XX 49 3527-8805, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 horas às 19 horas.

Joaçaba, SC, 18 de julho de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Gestor

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2014/FMS



## ANEXO I

## TABELAS DE PROCEDIMENTOS, QUANTITATIVOS ESTIMADOS E VALORES FIXADOS POR CATEGORIA

ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA	PROCEDIMENTO	VALOR A SER PAGO POR PROCEDIMENTO R\$
CONSULTAS ESPECIALIZADAS - EM CARÁTER EMERGENCIAL			
1	16	ORTOPEDIA	150,00
2	16	CARDIOLOGIA + ELETRO	330,00
3	20	GASTROENTEROLOGISTA	200,00
4	22	OTORRINOLARINGOLOGISTA	150,00
5	19	OFTALMOLOGIA	150,00
6	10	GINECOLOGIA	150,00
7	19	CIRURGIÃO VASCULAR	150,00
CONSULTAS ESPECIALIZADAS EM CARÁTER ELETIVO E EMERGENCIAL			
8	05	CIRURGIÃO TORÁCICO	150,00
9	27	PEDIATRIA	135,00
10	10	PNEUMOLOGISTA	200,00
11	10	REUMATOLOGISTA	150,00
12	10	PSIQUIATRIA	160,00
13	05	CIRURGIÃO PLÁSTICO	200,00
14	05	CARDIOLOGISTA PEDIÁTRICO + ELETRO	300,00
PROCEDIMENTOS DE ULTRASSONOGRAFIA			
15	20	ABDOMEN SUPERIOR	70,00
16	30	ABDOMEN TOTAL	100,00
17	30	APARELHO URINÁRIO	70,00
18	20	APARELHO GINECO / PÉLVICA	60,00
19	30	BOLSA ESCROTAL	70,00
20	30	OBSTÉTRICA	50,00
21	30	ÓRGÃOS ESTRUTURAS SUPERFICIAIS	70,00
22	30	ARTICULAÇÕES	70,00
23	30	MORFOLÓGICA	250,00
24	30	MAMAS	70,00
25	30	TIREÓIDE	70,00
26	30	VIAS BILIARES	70,00
27	30	QUADRIL	90,00
PROCEDIMENTOS - TOMOGRAFIAS			
28	10	ABDOMEN INFERIOR C/C	300,00
29	10	ABDOMEN INFERIOR S/C	150,00
30	10	ABDOMEN SUPERIOR C/C	300,00
31	10	ABDOMEN SUPERIOR S/C	150,00

32	10	ABDOMEM TOTAL	140,00
33	10	BACIA	250,00
34	01	BRAÇO	250,00
35	10	COLUNA CERVICAL	180,00
36	10	COLUNA LOMBAR	200,00
37	10	COLUNA TORACICA	180,00
38	10	COLONAS C/C	250,00
39	10	COTOVELO	200,00
40	10	CRÂNIO C/C	270,00
41	10	CRÂNIO S/C	200,00
42	01	FACE (TRAUMA)	180,00
43	01	MAXILA/ORBITA	330,00
44	10	OMBRO	200,00
45	10	PELVICA C/C	330,00
46	10	PELVICA S/C	250,00
47	10	PERNA	200,00
48	10	SEIOS DA FACE	180,00
49	02	SEIOS DA FACE C/C	250,00
50	10	SELA TÚRCICA	270,00
51	02	TORAX C/C	300,00
52	10	TORAX S/C	280,00
53	02	ANGIOTOMOGRAFIA C/C	600,00
54	02	ANGIOTOMOGRAFIA S/C	370,00
PROCEDIMENTOS DE ECODOPPLER			
55	10	ARTERIAL DE MEMBRO INFERIOR UNILATERAL	200,00
56	10	ARTERIAL DE MEMBRO SUPERIOR UNILATERAL	200,00
57	10	AORTA E ARTÉRIAS RENAIAS	200,00
58	10	AORTA E ELÍACAS	200,00
59	10	ARTÉRIAS PENIANAS	200,00
60	10	ARTÉRIAS VICE-RAIS (MESENTÉRICAS SUPERIORES E TRONCO CELIACO)	200,00
61	10	ORGÃO OU ESTRUTURA ISOLADA	200,00
62	10	VASOS CERVICAIS ARTERIAIS BILATERAIS (CARÓTIDAS E VERTEBRAIS)	200,00
63	10	VASOS CERVICAIS VENOSOS BILATERAIS (SUBCLAVIAS E JUGULARES)	200,00

64	10	VEIA CAVA SUPERIOR OU INFERIOR	200,00
65	10	PENIANO COM FÁRMACO INDUÇÃO	200,00
66	10	TRANSCRANIANO OU TRANSFONTANELAR	200,00
67	10	VENOSO MEMBRO INFERIOR (UNILATERAL)	200,00
68	10	VENOSO DE MEMBRO SUPERIOR (UNILATERAL)	200,00
PROCEDIMENTO - RESSONANCIA MAGNÉTICA			
69	10	CRÂNIO	270,00
70	10	CERVICAL	270,00
71	10	TORÁCICA	270,00
72	10	LOMBO SACRA	270,00
73	10	MEMBRO INFERIOR OU SUPERIOR	270,00
74	10	BACIA	270,00
75	10	CONTRASTE	60,00
PROCEDIMENTOS - OUTROS			
76	10	COLONOSCOPIA	270,00
77	10	ENDOSCOPIA	150,00
78	10	RETOSIGMOIDOSCOPIA	190,00
79	10	DENSIOMETRIA OSSEA	100,00
80	10	ECOCARDIOGRAMA	230,00
81	10	ECOCARDIOGRAMA FETAL	310,00
82	10	CINTILOGRAFIAS MIOCADIO	900,00
83	10	FISIOTERAPIA UROGINECOLOGICA/POR SESSÃO	44,00
84	10	ESPIRONOMETRIA	200,00
85	10	POLISSONOGRAFIA	450,00
86	10	FOTOCOAGULAÇÃO A LASER	140,00
87	10	LIGADURA ELASTICA	200,00
88	10	ELETRONECEFALOGRAMA	130,00
89	10	CAUTERIZAÇÃO GENICOLOGICA	110,00
90	10	ELETRONEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS SUPERIORES OU INFERIORES	325,00
91	10	CAUTERIZAÇÃO DE HPV	250,00
92	10	VASECTOMIA	650,00
93	10	TESTE DE UREASE	40,00

## CONSULTA ESPECIALIZADA

94	50	CIRURGIAS	200,00
----	----	-----------	--------

## EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2014/FMS

## ANEXO II

## MINUTA DE PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

À  
Comissão de Licitações do  
Município de Joaçaba - SC.

Para fins de CREDENCIAMENTO, anexamos os documentos de habilitação exigidos no Edital de Credenciamento nº 1/2014 do Fundo Municipal de Saúde - FMS e a grade de serviços que nos comprometemos a prestar, em conformidade com as características e valores estabelecidos no Anexo I, declarando, desde já, que aceitamos todas as condições estipuladas no referido Edital e seus anexos.

Para fins de pagamento, informamos abaixo os dados bancários desta empresa:

Banco: \_\_\_\_\_ Nº da Agência: \_\_\_\_\_

Nº da conta-corrente: \_\_\_\_\_

Atenciosamente

Identificação e assinatura da empresa proponente

## EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2014/FMS

## ANEXO III

## MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO, que entre si celebram o Município de Joaçaba, SC, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, e a Empresa .....

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, por seu Gestor, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CREDENCIANTE, e a Empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº .....estabelecida na ....., Bairro ....., no Município de .....neste ato representada pelo Sr. ...., portador da Carteira de Identidade nº .....e CPF nº ....., doravante denominada CREDENCIADA, celebram entre si o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o art. 25 da Lei 8.666/93 e alterações, e o Edital de Credenciamento nº 1/2014/FMS e Anexos, lançado no dia ..... de ..... de 2014.

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR

1.1. É objeto do presente instrumento o CREDENCIAMENTO da empresa \_\_\_\_\_, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM CARÁTER EMERGENCIAL E/OU DE URGÊNCIA, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem

## 1.2 deste instrumento.

1.2. Os serviços que a CREDENCIADA se compromete a prestar, em conformidade com as especificações do Anexo I do Edital, são os seguintes:

ITEM	PROCEDIMENTO	VALOR A SER PAGO POR PROCEDIMENTO R\$

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços serão prestados aos pacientes que forem devidamente encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante formulário de requisição contendo autorização expressa;

2.1.1. A CREDENCIADA deverá realizar os procedimentos em seu estabelecimento, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da solicitação feita pela Secretaria de Saúde;

2.1.2. Os serviços serão executados aos pacientes que forem devidamente encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante formulário de requisição contendo autorização expressa;

2.1.3. O agendamento de exame só poderá ser feito pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba;

2.1.4. No caso das consultas de especialidades o paciente terá direito a retorno em até 30 (trinta) dias para nova consulta ou apresentação de exames, caso o médico entenda necessário.

2.2. Na execução do objeto deste credenciamento a CREDENCIADA deverá manter cadastro dos usuários do SUS encaminhados pela mesma, que permita o monitoramento, o controle e a supervisão dos serviços;

2.3. A escolha da empresa/clínica credenciada ficará a critério do usuário.

2.4. A CREDENCIADA não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores fixados para os serviços prestados.

## 3. DAS RESPONSABILIDADES

3.1. Responsabilidades da Credenciada:

3.1.1. Fornecer os serviços obedecendo rigorosamente às especificações do Edital e seus anexos, bem como da proposta apresentada, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;

3.1.2. Manter sempre atualizado e assegurar ao paciente acesso ao seu prontuário;

3.1.3. Garantir a confiabilidade dos dados e informações do paciente;

3.1.4. Esclarecer aos pacientes sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

3.1.5. Justificar a Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste credenciamento;

3.1.6. Facilitar à Secretaria Municipal de Saúde o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para tal fim, de acordo com a Lei 8.080/90;

3.1.7. Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, imediatamente, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo.

3.1.8. Responsabilizar-se pelo pagamento de salários do pessoal porventura empregado, encargos trabalhistas, previdenciários,

fiscais, responsabilidade por indenizações devidas a terceiros, seguro de pessoas e bens, enquanto persistir responsabilidades perante o Termo de Credenciamento;

3.1.9. Responsabilizar-se por despesas de responsabilidade técnica, materiais necessários aos exames/consultas;

3.1.10. Utilizar somente mão-de-obra especializada na execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos mesmos;

3.1.11. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos seus serviços;

3.1.12. Informar à Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, o quantitativo mensal de procedimentos realizados, quando solicitado;

3.1.13. Manter-se, durante toda a execução do Termo de Credenciamento, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento. O Município se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar a atualização dos documentos relativos à habilitação/qualificação para o credenciamento;

3.1.14. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento.

## 3.2. Do Contratante:

3.2.1. Efetuar, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, o pagamento à credenciada, de acordo com a cláusula quarta deste Termo.

3.2.2. Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

3.2.3. Observar para que durante a execução do objeto sejam cumpridas as obrigações assumidas pela proponente, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.2.4. Emitir autorização individualizada para a realização das consultas e/ou procedimentos.

## CLÁUSULA QUARTA

4.1. A remuneração a que fará jus a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores discriminados no subitem 1.2 deste instrumento;

4.2. O Município, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, efetuará os pagamentos através de DOC Eletrônico direto na conta da CREDENCIADA, ou em cheque administrativo nominal à mesma, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante protocolização, até o dia 25 de cada mês, de relatório comprobatório da execução dos serviços, das autorizações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde e da Nota Fiscal/Fatura, atestados por servidor municipal designado.

4.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, CNPJ/MF 10.594.533/0001-00 e ter a mesma razão social e CNPJ/MF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho global e do Edital de Credenciamento.

4.3.1. Anexo à Nota Fiscal, em papel timbrado, deverá ser informado o endereço completo da empresa, telefone, nome e nº do banco, nome e nº da agência e o nº da conta corrente, para fins de DOC Eletrônico.

4.3.2. As faturas que não estiverem corretamente formuladas serão devolvidas dentro do prazo de sua conferência à CREDENCIADA e o tempo de tramitação será desconsiderado.

4.4. Constituem ônus exclusivo da CREDENCIADA, quaisquer alegações de direito, seja do Órgão Fiscalizador, seja de terceiros, por quaisquer incorreções na fatura.

**5. CLÁUSULA QUINTA**

5.1. Caso ocorra prorrogação do Termo de Credenciamento os preços poderão ser reajustados pela variação do INPC, depois de decorrido 01 (um) ano da data limite de apresentação das propostas, sempre com periodicidade anual, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 10.192/2001.

5.2. Os valores poderão ser revisados quando houver alteração, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela CREDENCIADA.

**CLÁUSULA SEXTA**

6.1. O presente instrumento terá a vigência até 31 de dezembro de 2014, a contar da data de sua assinatura, podendo ocorrer prorrogação, observado o disposto na Lei 8.666/93.

6.2. Ocorrendo a prorrogação prevista no subitem anterior, o Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

7.1. Pela inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento o Município poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções previstas no art. 87 da lei 8.666/93:

- a. Advertência;
- b. Multa na forma prevista no subitem 7.2;
- c. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.2. Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total contratado, quando a CREDENCIADA:

- a. Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços;
- b. Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;
- c. Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
- d. Desatender as determinações da Secretaria Municipal de Saúde;
- e. Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;
- f. Não iniciar, sem justa causa, a execução do Termo de Credenciamento no prazo fixado;
- g. Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado;
- h. Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao Município e/ou a terceiros, independente da obrigação em reparar os danos causados.

7.2.1. As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo

7.2.2. As multas aplicadas na execução do Termo de Credenciamento serão descontadas dos pagamentos devidos à CREDENCIADA, a critério exclusivo do Município, e quando for o caso, cobradas judicialmente.

**CLÁUSULA OITAVA**

8.1. O não cumprimento das cláusulas deste Termo, por qualquer uma das partes acarretará a rescisão deste, sujeitando a parte que injustamente tiver dado causa, a indenização por perdas e danos,

nos termos da legislação vigente.

8.1.1. Aplica-se, também, quanto à rescisão o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA NONA**

9.1. São partes integrantes deste Termo, como se nele estivessem transcritos, a proposta da CREDENCIADA no que couber, o Edital de Credenciamento nº 1/2014-FMS e seus anexos, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA**

10.1. Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

2.014 - MANUTENÇÃO DO AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES - AME

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.0 - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0065.0 - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.0 - Aplicações Diretas

2.009 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.0 - Aplicações Diretas

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

11.1. A CREDENCIADA poderá solicitar o seu descredenciamento, desde que comunique oficialmente com antecedência mínima de 10 (dez) dias;

11.2. É vedado à CREDENCIADA delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços previstos neste Termo;

11.3. Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CREDENCIANTE, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre a supremacia do interesse público.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

12.1. É eleito, para fins legais e questões derivadas deste ajuste o Foro de Joaçaba, com renúncia expressa a qualquer outro.

Do que, para produzir seus efeitos jurídicos e legais, lavrou-se o presente Termo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que depois de lido às partes foi por elas ratificado e assinado.

JOAÇABA, SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CREDENCIANTE

RAFAEL LASKE - PREFEITO

CREDENCIADA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

**Nota Licitação Deserta PL 53/2014/PMJ - PP 37/2014/PMJ**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 37/2014 - PR</b>
CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 53/2014 Processo de Licitação: 53/2014 Data do Processo: 24/06/2014
<b><u>Objeto:</u></b> Contratação de empresa especializada para a fabricação e montagem de móvel sob medida, destinado à sala de instrução para o trânsito dos policiais militares do 26º Batalhão de Polícia Militar.	
<b><u>NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 10 / 2014</u></b>	
<b><u>Motivo:</u></b> Aos vinte e três dias do mês de julho de 2014, às 14:00h, reuniram-se nas dependências do prédio da Prefeitura, o Pregoeiro e a sua Equipe de Apoio para proceder à abertura do Processo de Licitação nº 53/2014/PMJ - Edital de Pregão Presencial nº 37/2014/PMJ. Constatou-se que não acudiram interessados em participar da licitação, sendo a mesma declarada DESERTA.	
Joaçaba, 23 de Julho de 2014	
<hr/> Marcos Weiss - Prefeito em Exercício	



**PLASS****Aviso de Homologação Inexigibilidade Nº 05/2014/PLASS**

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-PLASS  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 05/2014/PLASS

O Diretor-executivo do PLASS, JULIO CESAR BISSANI, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Termo inexigibilidade de licitação nº 05/2014/PLASS nos seguintes termos:

- Modalidade: Credenciamento nº 01/2014/PLASS.
- Objeto: CREDENCIAMENTO de empresas/clínicas para a realização de exames de análises clínicas, serviços de psicologia, fonoaudiologia, nutrição, serviços de imagem, fisioterapia, serviços hospitalares, serviços médicos, com a finalidade de suprir as necessidades dos segurados do Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, conforme descrito no edital de Credenciamento nº 01/2014/PLASS.
- Empresas Vencedoras:  
JMS TESTA CLINICA MÉDICA E NEFROLOGIA SOCIEDADE SIMPLES - ME - Lote 6  
DEON SERVIÇOS MÉDICOS SS LTDA - Lote 6

- Valor total global estimado referente ao exercício 2014: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).
- 2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 23 de julho de 2014  
JULIO CESAR BISSANI  
Diretor Executivo do PLASS

**Processo de Licitação Nº 05/2014/PLASS**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2014/PLASS  
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2014/PLASS

**1 - DO OBJETO**

CREDENCIAMENTO de empresas/clínicas para a realização de exames de análises clínicas, serviços de psicologia, fonoaudiologia, nutrição, serviços de imagem, fisioterapia, serviços hospitalares, serviços médicos, com a finalidade de suprir as necessidades dos segurados do Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba.

**2 - DA JUSTIFICATIVA**

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 01/2014/PLASS, o qual, pelas suas características enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

**3 - DAS EMPRESAS CREDENCIADAS**

JMS TESTA CLINICA MÉDICA E NEFROLOGIA SOCIEDADE SIMPLES - ME, CNPJ sob nº 14.433.755/0001-94, tendo como representante legal o Sr. João Manoel Salim Testa inscrito no CPF sob nº 620.879.750-00 e a Sra. Marioleci Casagrande, inscrito no CPF sob nº 474.0749.050-53, estabelecido a Rua Carmelo Zocolli, 150 Cj. 406, Centro, na cidade de Capinzal.

DEON SERVIÇOS MÉDICOS SS LTDA, CNPJ sob nº 20.208.353/0001-99, tendo como representante legal o Sr. Jonatas Deon inscrito no CPF sob nº 053.138.319-92, estabelecido a Av. Santa Terezinha, 243 Sala 204, Centro, na cidade de Joaçaba.

**4 - DO VALOR CONTRATADO**

O custo estimado desta contratação é aquele disposto no Edital de Credenciamento nº 01/2014/PLASS.

Para o exercício 2014, a estimativa é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) cujo valor encontra-se devidamente bloqueado na dotação específica para este fim, constante no item 6 deste instrumento.

Os quantitativos e, conseqüentemente, o valor previsto, serão rateados proporcionalmente ao número de credenciados no período de utilização.

Havendo prorrogação do Termo de Credenciamento, o PLASS consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

**5 - DO FUNDAMENTO LEGAL**

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no Art. 24, inciso II.

**6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas provenientes do processo acima citado serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária, referente ao exercício de 2014:

15.01.11.331.0024.2.008-3.3.90.00.00.00.00.0.1.201 - Outras despesas correntes - aplicações diretas

Joaçaba (SC), em 23 de julho de 2014  
Julio César Bissani  
Diretor Executivo - PLASS

**SIMAE****Pregão Presencial PP 0032/2014 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO  
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA  
LICITAÇÃO Nº 0043/2014  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0032/2014  
PROTOCOLO JHL 1937/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0032/2014 - Licitação 0043/2014, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, que trata de:

Objeto: Contratação de seguros destinados aos veículos oficiais da frota do SIMAE.

Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 06/08/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 06/08/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC. Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 24/07/2014 a 06/08/2014.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 24 de julho de 2014.  
Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente do SIMAE

**Concurso 001/2014- Homologação das Inscrições**  
**LISTA DE HOMOLOGAÇÃO DOS CANDIDATOS AO CONCURSO PÚBLICO 01/2014**

**AGENTE ADMINISTRATIVO**

Nº Inscrição	Candidato	Situação
270	ADAIANE MARINHO DE MELO	DEFERIDO(A)
261	ALCIMAR DOS SANTOS	DEFERIDO(A)
105	ALLAN ROEDEL BAROLOMÉ	DEFERIDO(A)
152	AMANDA PELICLIOLI	DEFERIDO(A)
334	ANATANAEL JEFERSON AGUIAR	DEFERIDO(A)
185	ANDERSON TREVISO	DEFERIDO(A)
325	ANDRE ADAIR FERNANDES DA SILVA JUNIOR	DEFERIDO(A)
274	ANDRESSA MASSOCO	DEFERIDO(A)
55	ANGELICA GESSICA BALAN	DEFERIDO(A)
327	ANTONIO CARLOS DA SILVA	DEFERIDO(A)
272	ARISSON DE CARVALHO BAGÉ	DEFERIDO(A)
60	ARMIN HUF JUNIOR	DEFERIDO(A)
113	BRUNA BRANCO DE CAMARGO	DEFERIDO(A)
277	CAMILA TOALDO	DEFERIDO(A)
323	CAMILA SOUZA	DEFERIDO(A)
137	CLAUDINEIA DA ROSA	DEFERIDO(A)
319	CLAYDSON MARTINS DE MORAIS	DEFERIDO(A)
267	CLERISTON VIANA DE SOUZA	DEFERIDO(A)
343	CONCEIÇÃO APARECIDA BITTENCOURT	DEFERIDO(A)
178	CRISTIANE CAMARA	DEFERIDO(A)
68	CRISTIANE CORREA PADILHA	DEFERIDO(A)
47	CRISTIANO BOTAN	DEFERIDO(A)
311	CRISTINI SARTORI	DEFERIDO(A)
164	DARCI CORRÊA DE QUADROS	DEFERIDO(A)
291	DARLEI RIBEIRO DA SILVA	DEFERIDO(A)
249	DAYANE VIEIRA MARTINS DOS SANTOS	DEFERIDO(A)
103	DIEGO SATICQ	DEFERIDO(A)
160	DIONATAN SANTANA	DEFERIDO(A)
245	EDENOR ANDRÉ LAMPERTI	DEFERIDO(A)
183	EDILAINE APARECIDA DE BARBA DE COL	DEFERIDO(A)
302	EDUARDO ANDRÉ DONATTI	DEFERIDO(A)
41	EDUARDO BORGES DA SILVA	DEFERIDO(A)
53	ELANA SCHMITZ	DEFERIDO(A)
141	ELISANGELA APARECIDA AMORA	DEFERIDO(A)
207	EMERSON ALVES	DEFERIDO(A)
337	EVERTON BARCARO	DEFERIDO(A)
260	FABIANA DE OLIVEIRA	DEFERIDO(A)
173	FABIANE ZAGO	DEFERIDO(A)
153	FELIPE CALEGARI	DEFERIDO(A)
117	FELIPE DE SOUZA OLIVEIRA PACHECO DOS SANTOS	DEFERIDO(A)
111	FERNANDA TRENTIN	DEFERIDO(A)
284	FERNANDO DAL BELLO	DEFERIDO(A)
168	FERNANDO DOS SANTOS	DEFERIDO(A)
222	FLÁVIA MARA SBISIGO	DEFERIDO(A)
282	FRANCIELI KLANN DE SOUZA	DEFERIDO(A)
89	GABRIELA AMARAL NETO SILVA	DEFERIDO(A)
305	GIOVANA FÁTIMA BORGARO	DEFERIDO(A)
281	GIZELE DE MELLO VARGAS	DEFERIDO(A)

6	GRAZIELE ZAMBIAZZI SURDI	DEFERIDO(A)
171	GUILHERME CASAGRANDE	DEFERIDO(A)
242	GUILHERME DAL PRÁ	DEFERIDO(A)
324	GUSTAVO ZANELLA	DEFERIDO(A)
2	HEIDI MARA DALPOSSO	DEFERIDO(A)
104	HENRIQUE ELTON MILANI	DEFERIDO(A)
288	IVONE LOURENÇO ABATTI	DEFERIDO(A)
101	IVONICE DE SOUZA MERLO	DEFERIDO(A)
175	JANAINA DACAS	DEFERIDO(A)
251	JESSICA LUANA DA COSTA	DEFERIDO(A)
26	JÉSSICA TALYTA RIBEIRO	DEFERIDO(A)
230	JOICE VENTURIM MARQUES	DEFERIDO(A)
338	JONAS NUNES DA SILVA	DEFERIDO(A)
49	JORDANA FERREIRA DE OLIVEIRA SCHALY	DEFERIDO(A)
34	JOSIANE CHERBISKI	DEFERIDO(A)
335	JULIA ANGOLINI LAGNI	DEFERIDO(A)
308	JULIA DE DEUS E SILVA	DEFERIDO(A)
31	JULIANA APARECIDA ISSLER	DEFERIDO(A)
275	JUSCELAINI CRISTINI ROSSETI	DEFERIDO(A)
212	KATIELI SALETE DALAVECHIA	DEFERIDO(A)
64	KEITY MARA GAZZOLA	DEFERIDO(A)
184	LAIS MENEGHINI	DEFERIDO(A)
265	LEANDRO PEREIRA	DEFERIDO(A)
19	LEONARDO CORREA COSTA	DEFERIDO(A)
156	LEONARDO FRANZOI	DEFERIDO(A)
170	LILIANE DE OLIVEIRA ZANATTA	DEFERIDO(A)
136	LUANA CAROLINE ANTUNES	DEFERIDO(A)
259	LUCAS DOLZAN	DEFERIDO(A)
131	LUCAS LONGO SCALABRIN	DEFERIDO(A)
217	LUCIANA DE MORAIS	DEFERIDO(A)
98	LUIZ AUGUSTO ARBUGERI	DEFERIDO(A)
119	LUIZ GUSTAVO SAVI	DEFERIDO(A)
145	LUIZA MATTEVI	DEFERIDO(A)
46	MANUELLA SÔNEGO BONELI DA SILVA	DEFERIDO(A)
298	MÁRCIA ALVES DA SILVA	DEFERIDO(A)
286	MARCIA MANICA	DEFERIDO(A)
181	MARCIO LUIS RODRIGUES KEMER	DEFERIDO(A)
257	MARIANA BRUM	DEFERIDO(A)
313	MARILDE PECCIN	DEFERIDO(A)
23	MARÍLIA ZANINI	DEFERIDO(A)
79	MAYARA ZABOTT	DEFERIDO(A)
193	MIGUEL MAFRA ALVES	DEFERIDO(A)
100	MOARA BELLÓ DE MARCO	DEFERIDO(A)
154	MONIQUE VENTURIM	DEFERIDO(A)
197	NATANAEL PEDROSO	DEFERIDO(A)
228	PAMELA KETHLYN PETERS DA SILVA	DEFERIDO(A)
3	PAULA MUNIQUE THIBES DE LIMA	DEFERIDO(A)
315	PAULO FELIPE BORGES	DEFERIDO(A)
11	PRISCILA DA SILVA	DEFERIDO(A)
86	RAFAEL DOMINGOS BRUNE DE BARROS	DEFERIDO(A)
214	RAFAEL GIONGO BURLIM	DEFERIDO(A)
268	REINALDO JOSÉ NUNES	DEFERIDO(A)
269	RICARDO RUBENS BATISTA	DEFERIDO(A)
247	ROBERTA DA SILVA TEODORO DALLA COSTA	DEFERIDO(A)
77	RODINEI PEREIRA	DEFERIDO(A)
225	RODOLFO FRIZON	DEFERIDO(A)
229	RODRIGO MARIANA	DEFERIDO(A)
238	ROSANA BASSO	DEFERIDO(A)
42	ROSANGELA DE PARIS	DEFERIDO(A)
122	ROSANGELA DURIGON CERONI	DEFERIDO(A)
320	ROSEMAR CIRINO DOS SANTOS	DEFERIDO(A)
50	SIMONE FATTORI	DEFERIDO(A)

180	SIMONE HEBERLE SIMON	DEFERIDO(A)
74	STÉFANI LUANA BARBOSA	DEFERIDO(A)
57	SUELEN APARECIDA FERLIN	DEFERIDO(A)
91	SULAMITA DA ROCHA	DEFERIDO(A)
232	TAILISE CRISTINA KOPP	DEFERIDO(A)
203	TATIANE RAQUEL RODRIGUES	DEFERIDO(A)
126	THAINE CORDEIRO	DEFERIDO(A)
80	VANDERLEI JOSÉ CHINATO	DEFERIDO(A)
127	VANESSA GREGORIO RIBEIRO	DEFERIDO(A)
316	VINICIUS CEVEY BARBIERI	DEFERIDO(A)
293	VINICIUS GUERRA SANT 'ANNA	DEFERIDO(A)
200	VIVIANE STRATMANN	DEFERIDO(A)
279	YARA OLIVEIRA ANTUNES	DEFERIDO(A)

## AUXILIAR DE OPERAÇÕES

Nº Inscrição	Candidato	Situação
244	ALEX ESTIVAL DATSCH	DEFERIDO(A)
248	DIOGO GALIOTTO	DEFERIDO(A)
114	JAQUELINE PIRES DE LIMA	DEFERIDO(A)
123	LEANDRO DE PAUL	ISENTO(A)
283	MARCELO CALIARI DE SOUZA	DEFERIDO(A)
331	MARCIO PERES	DEFERIDO(A)
329	MARCOS PERES	DEFERIDO(A)
299	MARIA SALETE PINTO BATISTA	DEFERIDO(A)
206	OSMAR ANTONIO ANTONELLO	DEFERIDO(A)
22	PAULO ADRIANO MACHADO DA SILVA	DEFERIDO(A)
24	RAFAEL ANTONIO ANDOLFATTO	DEFERIDO(A)
258	RICHARD DE BARROS	DEFERIDO(A)
194	SUZANA FARENZENA	DEFERIDO(A)

## MECÂNICO DE MANUTENÇÃO

Nº Inscrição	Candidato	Situação
271	DEOCLECIO ANTÔNIO PANSEIRA	DEFERIDO(A)
223	EDSON LUCIANO MACHADO	DEFERIDO(A)
20	FELIPPE CORREA COSTA	DEFERIDO(A)
290	GEAN ROBERTO DOS SANTOS	DEFERIDO(A)
149	HELISON CARVALHO FERREIRA	DEFERIDO(A)
221	JOCEMIR CLAYTON MOREIRA	DEFERIDO(A)
253	LEOMAR CAILOR SCHLINDWEIN	DEFERIDO(A)
129	MARCOS LUIZ ZANINI	DEFERIDO(A)
59	MICHAEL CONRADO	ISENTO(A)
125	REGINALDO DA SILVA	DEFERIDO(A)
112	WILLIAM DE SOUZA WANESKY	DEFERIDO(A)

## OFICIAL DE INFORMÁTICA

Nº Inscrição	Candidato	Situação
278	ADRIANA FRANCESCHET BELANDI	DEFERIDO(A)
306	ANA MARIA DE ALMEIDA	DEFERIDO(A)
148	ANDRE ROBERTO ZEN	DEFERIDO(A)
201	CARLOS GUILHERME KNEVELS	DEFERIDO(A)
294	CELSE CANTERI	DEFERIDO(A)
28	CINTIA CENDRON RAMPON	DEFERIDO(A)
163	DANIEL SPILLER DOS REIS	DEFERIDO(A)
151	DANTON SCHNEIDER MARCA	DEFERIDO(A)
16	DAVI JULIANO GUINDANI	DEFERIDO(A)
56	DEIVERSON FELIX MARTELLI	DEFERIDO(A)
317	DIEGO HENRIQUE RIBEIRO DA SILVA	DEFERIDO(A)
241	EDSON RODRIGO BESBATI	DEFERIDO(A)
321	ELINTON RICARDO SAVENHAGO	DEFERIDO(A)
287	FABIO DEMARTINI	DEFERIDO(A)
263	FELIPE FACIN RODRIGUES	DEFERIDO(A)
35	FERNANDA FORBICI PAZINATTO	DEFERIDO(A)
43	GIOVANI SAMOEL SALVADOR BISCARO	DEFERIDO(A)
276	GUSTAVO MORELATO BENATO	DEFERIDO(A)
195	JACSON GLUZEZAK	DEFERIDO(A)
307	JEAN CARLO ROSANELLI GIACOMOZZI	DEFERIDO(A)
188	JEAN LUIZ ZANATTA	DEFERIDO(A)
218	JEFFERSON LUIZ SCHEUER	DEFERIDO(A)
190	LAURI NORA	DEFERIDO(A)
133	MARCIO CENDRON RAMPON	DEFERIDO(A)
303	MARCIO HECHT	DEFERIDO(A)
224	MARIANO CESAR DE PELEGRIN	DEFERIDO(A)
134	MATEUS CORREA DA SILVA	DEFERIDO(A)
340	MAURICIO RICARDO DAHMER	DEFERIDO(A)
264	MICHEL ZANCANARO	DEFERIDO(A)
314	OTAVIO LUIZ TRENTIN	DEFERIDO(A)
25	PAULO FERNANDO ROSSI	DEFERIDO(A)
231	PIERRE DOUGLAS DAS NEVES	DEFERIDO(A)
120	RAIMUNDO KERSCHBAUMER	DEFERIDO(A)
150	RENAN FERNANDO DE MARCO	DEFERIDO(A)
318	RIBAMAR DALFOVO	DEFERIDO(A)
108	SERGIO ANTONIO FABRO	ISENTO(A)
210	SILVIO BERKEMBROCK	DEFERIDO(A)
94	VINÍCIUS MORES	DEFERIDO(A)

## TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Nº Inscrição	Candidato	Situação
40	ADÃO WILMAR FERNANDES JUNIOR	DEFERIDO(A)
69	ADILSON PAULO MATTEVI FILHO	DEFERIDO(A)
110	ALAN CÁSSIO DE OLIVEIRA	DEFERIDO(A)
172	ALEXANDRE CARLESSO	DEFERIDO(A)
191	ALINE CRUZ SOBRINHO	DEFERIDO(A)
182	ANA CRISTINA BENDER	DEFERIDO(A)
330	ANDERSON FELIPE DE LIZ	DEFERIDO(A)
256	ANDRE RODRIGUES BARBOSA	DEFERIDO(A)
116	ANDRESSA COSTA BEBER	DEFERIDO(A)
285	CARLOS EDUARDO BITTENCOURT PINHO	DEFERIDO(A)
216	CLEITON SCHALY	DEFERIDO(A)
250	DAIANE TINELI	DEFERIDO(A)
92	DAVI DE SOUZA THIBES	DEFERIDO(A)
295	DEISE MALAKOWSKI	DEFERIDO(A)

297	DEIVID LAZZARIS NETO	DEFERIDO(A)
37	DORIVAL DA COSTA	DEFERIDO(A)
213	ÉDINA FERNANDES DE OLIVEIRA	DEFERIDO(A)
300	EDSON DA SILVA	DEFERIDO(A)
118	FABIANE SANTI	DEFERIDO(A)
115	FABIO ALEXANDRE MACHADO	DEFERIDO(A)
51	GABRIELA PIAIA ETGES	DEFERIDO(A)
209	GIGLIOLE LAIS CORBARI	DEFERIDO(A)
199	HEIDI ELIANE AIRES DE SOUZA	DEFERIDO(A)
1	HELTON LÚCIO DA CUNHA MATOS	DEFERIDO(A)
32	JAQUELINE ALVES DIAS	DEFERIDO(A)
128	JONATHAN WILLIAM MULINARI NOLL	DEFERIDO(A)
333	JULIANO PAES	DEFERIDO(A)
211	LAURA REINALDO	DEFERIDO(A)
139	LUIZ CARLOS COSTA	DEFERIDO(A)
130	MARCIANO LUIZ DA SILVA	DEFERIDO(A)
304	MARCOS ANTONIO WOLF	DEFERIDO(A)
67	NATHALIA DZIEDZIC SCHLICHTING	DEFERIDO(A)
45	OTIEL REZENDE DE ARRUDA	DEFERIDO(A)
326	RAFAEL DE MENEZES	DEFERIDO(A)
140	RICARDO CURT BARTEL	DEFERIDO(A)
332	ROBERTA VALÉRIA GASPARELLES	DEFERIDO(A)
107	ROBERTO CARLOS RODRIGUES	ISENTO(A)
61	ROBERTO DANIEL BALDUINO SOUZA	DEFERIDO(A)
15	ROBERTO RIVELINO SANCHES	DEFERIDO(A)
106	RODRIGO ANTUNES LUIZ	ISENTO(A)
266	RUDI DUTRA DUARTE	DEFERIDO(A)
29	SCHAIANE FERNANDA DE OLIVEIRA	DEFERIDO(A)
310	SERGIO LUIS SIMON	DEFERIDO(A)
78	SILVANA VIVIAN	DEFERIDO(A)
219	SIMARA DA COSTA PARISE ROSATTO	DEFERIDO(A)
174	SUELEN FERNANDA ALVES DA SILVA	DEFERIDO(A)
336	TIAGO REIF	DEFERIDO(A)
255	VINICIUS ANTONIO RAMELLA	DEFERIDO(A)
12	WASHINGTON LUIZ RUI PROVENSSI PAPINI	ISENTO(A)

JOAÇABA, 24 DE JULHO DE 2014.

### Concurso 001/2014 - Local de Realização das Provas Objetivas

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE

ÁGUA E ESGOTO - SIMAE

LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS:

Local: CERT - Centro Educacional Roberto Trompowsky, localizada na Avenida Santa Terezinha nº 49, em Joaçaba-SC.

JOAÇABA, 24 DE JULHO DE 2014.

### Metodologia de Aplicação do Teste de Aptidão Física Concurso JHL 001/2014

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE

ÁGUA E ESGOTO - SIMAE

METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DOS TESTES DE APTIDÃO FÍSICA

No Teste de Aptidão Física serão avaliadas as habilidades e aptidões que o candidato possui para desempenhar as atribuições do cargo, com ênfase na especialidade para o qual está sendo selecionado, conforme atribuições/responsabilidades dos cargos constantes no Anexo II deste Edital.

#### 1 Metodologia de aplicação do Teste de Aptidão Física

A prova de aptidão física consistirá em um teste de agilidade, de caráter classificatório e eliminatório, assim definido:

1.1.1. teste a ser realizado: Shuttle Run, que consiste em pegar 2 (dois) tijolos maciços, 1 (um) de cada vez, a uma distância de 9,14m (nove metros e quatorze centímetros) e deixar no local do ponto de partida;

1.1.2. tempo máximo de execução: 15 (quinze) segundos para candidatos do sexo masculino e 17 (dezessete) segundos para candidatas do sexo feminino;

1.1.3. execução: o candidato coloca-se em afastamento antero-posterior das pernas, com o pé anterior mais próximo possível da linha de saída. Com voz de comando "vai", corre em direção aos blocos, pega um bloco, retorna à linha de partida, colocando o bloco atrás desta linha e repete esta movimentação com outro bloco. A interrupção do cronômetro se dará na passagem do bloco, mais um pé pela linha;

Observação: Lá chegando, pega um deles e retorna ao ponto de partida, depositando esse bloco atrás da linha. Em seguida, sem interromper a corrida, vai à busca do segundo bloco, procedendo da mesma forma.

Ao pegar ou deixar o bloco, o(a) candidato(a) terá que cumprir uma regra básica do teste, ou seja, transpor pelo menos um dos pés as linhas que limitam o espaço demarcado. O bloco não deve ser jogado, mas sim, colocado ao solo. O cronômetro é travado quando o(a) candidato(a) coloca o último bloco no solo e ultrapassa com pelo menos um dos pés a linha final.

1.1.4. tentativas: 1 (uma) tentativa

1.2. Os candidatos deverão comparecer aos locais designados para o Teste de Aptidão Física, munidos de documento oficial de identificação com fotografia conforme itens 1.2 e 1.3 do Título I deste Anexo, sob pena de eliminação do Concurso Público.

1.3. Para participar do Teste de Aptidão Física o candidato deverá estar em perfeitas condições físicas para a realização dos testes, atestada por meio de declaração assinada na data da prova.

1.4. As candidatas gestantes, além da assinatura da declaração, deverão apresentar atestado emitido por médico obstetra de que estão em condições de realizar os testes previstos neste Edital.

JOAÇABA, 24 DE JULHO DE 2014.



# Lages

## PREFEITURA

### Extrato Contrato 246/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 246/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: VANDERLEI DE FREITAS EPP inscrita no CNPJ sob nº 05.852.250/0001-73, estabelecida na Rua São João, 1699 - Centro, CEP 95920-000 - Boqueirão do Leão/RS

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Implementos Agrícolas para a Renovação da Frota da Secretaria de Agricultura.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato ate 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 15 (quinze) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) da Secretaria Requisitante, no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s);

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 14.600,00 (quatorze mil e seiscentos reais)

Lages, 22 de Julho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### Extrato Contrato 245/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 245/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SILVA MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 01.837.015/0001-71, estabelecida na Avenida Rubem C. Caselani, 2297 - CEP 85770-000 Realeza/PR.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Implementos Agrícolas para a Renovação da Frota da Secretaria de Agricultura.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato ate 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 15 (quinze) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) da Secretaria Requisitante, no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s);

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 48.500,00 (quarenta e oito mil e quinhentos reais)

Lages, 22 de Julho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### Extrato Contrato 243/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 243/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ALTAIR FABRO & CIA LTDA EPP inscrita no CNPJ sob nº 02.730.048/0001-80, estabelecida na Avenida Presidente Vargas, 454 - Sala 02, CEP95320-000 - Nova Prata/RS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Implementos Agrícolas para a Renovação da Frota da Secretaria de Agricultura.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato ate 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 15 (quinze) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) da Secretaria Requisitante, no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s);

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 24.820,00 (vinte e quatro mil, oitocentos e vinte reais)

Lages, 22 de Julho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### Extrato Contrato 244/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 244/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: DAIANA VOGEL ZIMMERMANN EIRELI inscrita no CNPJ sob nº 15.823.601/0001-71, estabelecida na Estrada RS 122 - Km 21 Sala 02 - Bairro Bela Vista, CEP 95765-000 - Bom Princípio/RS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Implementos Agrícolas para a Renovação da Frota da Secretaria de Agricultura.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato ate 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 15 (quinze) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) da Secretaria Requisitante, no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s);

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 31.244,00 (trinta e um mil, duzentos e quarenta e quatro reais)

Lages, 22 de Julho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal



**Extrato Contrato 242/2014 PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 242/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SOMAP - ASSESSORIA E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA LTDA inscrita no CNPJ sob nº 01.07.182.988/0001-04, estabelecida na Rua Alagoas, 97 - Bairro São Cristóvão CEP 88509-110 - Lages/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de serviços de assessoria e análise DIME prestados a diretoria de movimento econômico da Secretaria da Fazenda do município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S) E LOCAL:

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 Da Execução, da data da assinatura do contrato até 31/11/2014;

2.3 Do Contrato; fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 77.680,00 (setenta e sete mil, seiscentos e oitenta reais).

Lages, 22 de Julho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 141/2014 - FMAS**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 141/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: JULIO CÉSAR RODRIGUES DELFES - ME, inscrita no CNPJ n.º 82.894.718/0001-33, com sede a Rua Mario Ribeiro Ramos, 242 - Bairro São Cristóvão, CEP 88509-340 - na cidade de Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de carnes para casa do apoio a mulher, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 13.350,00 (treze mil, trezentos e cinquenta reais)

Lages, 22 de Julho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 142/2014 - FMAS**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 142/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS, inscrita no CNPJ n.º 83.197.277/0001-83, com sede a Rua Araci Paim, 19 - Bairro Araucária, CEP 88512-680 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de frutas e verduras para casa do apoio a mulher, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 5.479,32 (cinco mil, quatrocentos e setenta e nove reais e trinta e dois centavos)

Lages, 23 de Julho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**PP 07-2014 FME; Pe 14 E 15-2014 SMS**

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 07-2014 FME

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 04/08/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 66.947,82

Modalidade: PE 14-2014 SMS

Objeto: Aquisição de Aparelho Monoxímetro

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 08/08/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 10.200,00

Modalidade: PE 15-2014 SMS

Objeto: Aquisição de Leites Especiais

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 11/08/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 72.215,40

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 21 de julho de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

**PP 37-2014 SMS**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 37-2014 SMS

Objeto: Aquisição de Materiais de Enfermagem

Tipo: Menor Preço Por Item  
Abertura: 07/08/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 407.661,07

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 22 de julho de 2014.  
Pedro Marcos Ortiz  
Secretário de Administração**PP 15 E 16-2014 SEMASA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 15-2014 SEMASA

Objeto: Aquisição de Elos de Esteira e Elos de Ligação

Tipo: Menor Preço Global  
Abertura: 06/08/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 120.025,92

Modalidade: PP 16-2014 SEMASA  
Objeto: Aquisição de Equipamentos de LaboratórioTipo: Menor Preço Por Item  
Abertura: 07/08/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 18.541,16

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 23 de julho de 2014.  
Pedro Marcos Ortiz  
Secretário de Administração**PP 62-2014 PML - Rerratificado; TP 03-2014 SEMASA E TP 42-2014 PML**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 62-2014 PML RERRATIFICADO

Objeto: Aquisição de Pedra Brita, Pedrisco, Pó de Brita, Pedra Pulmão, Base, Pedra Rachão e Pedra de Mão.

Tipo: Menor Preço Por Item  
Abertura: 06/08/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 1.230.261,00

Modalidade: TP 03-2014 SEMASA  
Objeto: Execução de Serviços de Manutenção dos PrópriosTipo: Menor Preço Global  
Abertura: 11/08/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 1.619.439,24

Modalidade: TP 42-2014 PML  
Objeto: Prestação de Serviços de Recuperação de Estradas Vicinais na Localidade de Coxilha Rica - Morrinhos e São Jorge  
Tipo: Menor Preço Global  
Abertura: 12/08/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 774.957,07

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 23 de julho de 2014.  
Pedro Marcos Ortiz  
Secretário de Administração

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato Nº: 55/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 55/2014

Contratante: Município de Lebon Régis

Contratada.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIM-CATARINA

Valor ..... : R\$ 10.200,00 dez mil, duzentos reais

Vigência.....: 16/06/2014 Término: 31/12/2014

Objeto ..... : O contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO para atendimento do objeto do Contrato de Programa especificado na cláusula primeira, relativo ao Rateio Fixo das Despesas para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas - PROLICITA, previamente aprovado em Assembléia Geral do Consórcio, para o exercício de 2014, na ação: Desenvolvimento e Gestão de Contratações Compartilhadas.

Lebon Régis, 04 de Julho de 2014.

### Lei Municipal Nº 1.484/2014

LEI MUNICIPAL Nº 1.484, 22 de julho de 2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO, A OFERECER GARANTIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar e garantir operação de crédito junto a CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA, na qualidade de Agente Financeiro até o valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) no âmbito do programa Pró-Transporte/Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - PAC2 - 3ª Etapa nos termos da Portaria MCidades nº 053 de 01 de fevereiro 2013, e suas alterações, no Artigo 9ºW da Resolução CMN nº 2.827 de 30/03/2001, e alterações posteriores do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre operação objeto da Lei, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único. Os recursos resultantes da Operação de Crédito autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do Programa PRÓ-TRANSPORTE, do MCIDADES, destinados a DESTINAÇÃO/FINALIDADE.

Art. 2º. Para garantia do principal, encargos e acessórios do financiamento pelo Município de Lebon Régis - SC para a execução das obras, serviços e equipamentos, observada a finalidade indicada no Art. 1º e seu parágrafo único, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irrevogável, a modo pro solvendo, as receitas e Quotas do Fundo de Participações dos municípios a que se refere o artigo 159, inciso I da Constituição Federal.

§ 1º. O dispositivo do caput deste artigo obedece aos ditames contidos no Inciso I do art. 159 da Constituição Federal, e, na hipótese da extinção dos impostos ali mencionados, os fundos ou

impostos que venham a substituí-los, bem como, na sua insuficiência, parte dos depósitos serão conferidos a CAIXA ECONOMICA FEDERAL os poderes bastantes para que as garantias possam ser prontamente exequíveis no caso de inadimplemento.

§ 2º. Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o BANCO DO BRASIL autorizado a transferir os recursos cedidos ou vinculados à conta e ordem da CAIXA ECONOMICA FEDERAL, e esta, à conta do FGTS, nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou pagamento dos débitos vencidos a não pagos, em caso de vinculação.

§ 3º. Os poderes previstos neste artigo e nos parágrafos 1º e 2º só poderão ser exercidos pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL, na hipótese de O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS não ter efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos, financiamentos ou operações de crédito celebrado com a CAIXA ECONOMICA FEDERAL.

Art. 3º. Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º. O Poder Executivo consignará nos orçamentos anuais e plurianuais do MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante os prazos que vierem a ser estabelecidos para empréstimos, financiamentos ou operações de crédito por ele contraídos, dotações suficientes à amortização do principal, encargos e acessórios resultantes, inclusive os recursos necessários ao atendimento da contrapartida do MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS no Projeto financiado pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL, conforme autorizado por esta Lei.

Art. 5º. Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º. O Poder Executivo baixará os atos próprios para a regulamentação da presente Lei.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis (SC), 22 de julho de 2014.

Ludovino Labas  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski  
Secretária de Administração e Finanças

### Decreto Nº 055/2014

DECRETO Nº 055/2014 - 22 de julho de 2014.

"ALTERA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pelo Artigo 104 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Comissão para avaliação de estágio probatório, de acordo com o que estabelece o Decreto 010/2012 de 07 de fevereiro de 2012, composta pelos seguintes membros:

Everaldo Kojikoski  
Ivani Terezinha Melo Xavier  
Nadeje Francio Rocha  
Veraluci de Oliveira Ramos  
Neire das Graças Luz

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário do DECRETO Nº 032/2013, de 08 de maio de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito.  
Ludovino Labas  
Prefeito Municipal

Publicado O Presente Decreto No Diário Oficial Dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski  
Secretária De Administração E Finanças

### Homologação E Contrato Pr20/2014

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Pregão Nº PR20/2014  
Processo Administrativo: 36/2014

OBJETO: Aquisição de um veículo sedan zero quilômetro, para o gabinete do prefeito.  
Data de Homologação: 22/07/2014  
Licitantes Homologados: AUTO MECANICA GERAL LTDA. - Valor Total de R\$ 69.500,00

Lebon Régis, 22/07/2014  
Ludovino Labas  
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº...: 66/2014  
Contratante...: Município de Lebon Régis  
Contratada...: AUTO MECANICA GERAL LTDA.  
Valor ..... : R\$ 69.500,00 sessenta e nove mil, quinhentos reais  
Vigência ..... : 23/07/2014 Término: 31/12/2014  
Nº da licitação: PR20/2014  
Recursos ..... :13/201400002.00020.00004.00122.00002.2.000  
002.3.4.4.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Objeto ..... : Aquisição de um veículo sedan zero quilômetro, para o gabinete do prefeito.

Lebon Régis, 23 de Julho de 2014.

### Aviso de Retificação do Edital do Pregão Presencial Nº 23/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS-SC  
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014.

A Prefeitura Municipal de Lebon Régis comunica a todos os interessados que o Edital do Pregão Presencial nº 23/2014, cujo objeto é aquisição de materiais Permanente e de consumo (móveis e eletrodomésticos) para atendimento aos Centros de Educação Infantil do Município, conforme detalhamento no anexo I. Devido as alterações em seu termo de referência, o recebimento da documentação e das propostas será até as 09h do dia 06 de agosto de 2014. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09h10min do dia 06/08/2014. Obtenção do Edital Retificado: site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br), e-mail [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br) ou tel. (49) 3247-0188.

Lebon Régis 23 de Julho de 2014.  
Adair da Silva Mattos  
Pregoeiro.

## Leoberto Leal

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 064/2014

DECRETO Nº 064, DE 22 DE JULHO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso I da Lei nº 1.005 de 26 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social, nas dotações com a seguinte estrutura e respectivos valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Orgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	18.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	18.000,00
Função	10	Saúde	18.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	18.000,00
Programa	06	Saúde com Excelência	18.000,00
Atividade	2.016	Atenção Básica - Componente Piso de Atenção Básica Variável - PABV	18.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	18.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	15.300,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.700,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	18.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0064.13	Atenção Básica - Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	18.000,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			18.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação na seguinte fonte:

Fonte	Código Fonte	Valor
Atenção Básica - Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	0.1.0064.13	18.000,00
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO UTILIZADO		18.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de julho de 2014.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

## Lindóia do Sul

### PREFEITURA

#### Extrato Pregão 48/2014

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2014

Pedro Ari Parizotto - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de Bandeiras do Brasil, do Estado, e do Município as 08:30 horas do dia 07 de agosto de 2014, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 23 de julho de 2014.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

## Luzerna

### PREFEITURA

#### Portaria 102/14

PORTARIA Nº 102/14 de 08 de julho de 2014.

"PRORROGA LICENÇA GESTAÇÃO CONCEDIDA À SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERMSANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com Lei nº 11.770 de 09 de setembro de 2008, que estabeleceu a prorrogação de 60 (sessenta) dias no tempo de duração da licença maternidade prevista no inciso XVIII do art.7º da Constituição Federal, elevando de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta) dias o prazo deste benefício e com supedâneo ainda no art.2º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009,

#### RESOLVE:

Art.1º- - PRORROGAR, nos termos do art.2º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009, por mais 60 (sessenta) dias a licença gestação da servidora JUCIANI PEDROSO DE OLIVEIRA, Auxiliar de Odontologia no Programa Estratégia Saúde da Família/ PSF - Saúde Bucal, 40 horas semanais, a partir de 08 de julho de 2014.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08 de julho de 2014.

Luzerna(SC), 08 de julho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

#### Portaria 103/14

PORTARIA Nº 103/14 de 08 de julho de 2014.

"NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR LUIZ FERNANDO ZAGO, para o cargo de provimento em comissão de GESTOR DA INCUBADORA TECNOLÓGICA, Nível CC-3, da Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 035/04 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, a partir de 08 de julho de 2014.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08 de julho de 2014.

Luzerna(SC), 08 de julho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal



**Portaria 104/14**

PORTARIA Nº 104/14 de 08 de julho de 2014.

"NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR INGART MARLONE GRAHL EBERT, para o cargo de provimento em comissão de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, Nível CC-5, da Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 035/04 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, a partir de 08 de julho de 2014.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08 de julho de 2014.

Luzerna(SC), 08 de julho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

**Portaria 105/14**

PORTARIA Nº 105/14 de 17 de julho de 2014.

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, CAROLINE TRAVERSIN, para exercer as funções de Odontóloga, 40 horas semanais, no Programa Estratégia Saúde da Família - ESF - Saúde Bucal, em substituição à Odontóloga THABITA ISIS MASCARELLO, em licença maternidade, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999, aprovada no Processo Seletivo Edital nº 002/2014 de 07 de abril de 2014, homologado em 30 de maio de 2014, a partir de 17 de julho de 2014 até o retorno da titular.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17 de julho de 2014.

Luzerna(SC), 17 de julho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

**Portaria 106/14**

PORTARIA Nº 106/14 de 21 de julho de 2014.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR A PEDIDO o servidor MAICON FABRICIO BELOTTO, do emprego público efetivo de Instrutor de Atividades Físicas, Nível 01, Classe "B", do Grupo VI - Atividades de Nível Superior - ANS, do Anexo I - Tabela de Empregos de Provimento Efetivo, parte integrante da Lei Complementar nº 035/04 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, nomeado pela Portaria nº 006/11 de 31 de janeiro de 2011, a partir de 21 de julho de 2014.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de julho de 2014.

Luzerna(SC), 21 de julho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

**Portaria 107/14**

PORTARIA Nº 107/14 de 22 de julho de 2014.

"ACATA PEDIDO DE DISPENSA DE SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art.1º- ACATAR PEDIDO DE DISPENSA da servidora FABIANA MEISTERLIN, das funções de Farmacêutica, no Programa Estratégia Saúde da Família, 20 horas semanais, contratada pela Portaria nº 210/13 de 14 de outubro de 2014, a partir de 25 de julho de 2014.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25 de julho de 2014.

Luzerna(SC), 22 de julho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

**1º Termo Aditivo - Arp PML Nº 0120.13 - PL PML Nº 0060.2013 - PP Rp PML Nº 0047.2013 - Areia - Concretos Água Doce Ltda Epp**

## 1º TEMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PML Nº 0120.13

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0060.2013

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO - PML Nº 0047.2013

Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços PML nº 0120.13, oriunda do Processo Licitatório PML nº 0060.2013, Pregão Presencial, para Registro de Preço PML nº 0047.2013, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e CONCRETOS ÁGUA DOCE LTDA EPP, com o fito de revisar o preço dos itens registrados, da Ata susomencionada.

Presentes de um lado, MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇO; e de outro CONCRETOS ÁGUA DOCE LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.334.470/0001-91, sito na Av. Independência, nº 1.832, Centro, na cidade de Água Doce/SC (89.654-000), , neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. JOSUÉ ÍTALO LUCHESE PIAIA, doravante denominada FORNECEDOR; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo à Ata de Registro em epígrafe, nos termos que segue:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto revisar o preço dos itens registrados na Ata susomencionada, para restabelecer a

relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do fornecedor e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, e em função de terem sobrevindo fatos previsíveis, porém de consequências incalculáveis, que o abalaram, consistentes no comprovado aumento do preço dos produtos.

1.2. Os preços registrados, em função do exposto, passam a ser majorados em 8,5% (oito pontos e cinco décimos percentuais)

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas na Ata de Registro de Preço original e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da Ata de Registro de Preços e/ou deste aditivo, com renúncia à qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, quinta-feira, 24 de julho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

ÓRGÃO GERENCIADOR

JOSUÉ ÍTALO LUCHESE PIAIA

CONCRETOS ÁGUA DOCE LTDA EPP

FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

### **1º Termo Aditivo - Contrato PML Nº 0130.2013 - PL PML Nº 0068.2013 - TP PML Nº 0001.2014 - Ampliação Creche - Construções Herval Ltda Me**

1º TEMO ADITIVO

CONTRATO - PML Nº 0130.13

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0068.2013

TOMADA DE PREÇO - PML Nº 0001.2013

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato PML nº 0130.13, oriundo do Processo Licitatório PML nº 0068.2013, Tomada de Preço PML nº 0001.2013, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME, com o fito prorrogar a vigência do susomencionado contrato.

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o

nº 09.234.560/0001-85, com endereço na Rua Pedro Kuns, nº 20, Bairro Santa Tereza na cidade de Joaçaba/SC, neste ato representada por seu sócio administrador, o Sr. JUNIOR DE MATTOS, brasileiro, maior, empresário, portador da cédula de identidade nº 11/C 3.652.085 e inscrito no CPF sob nº 040.937.649-30, residente e domiciliado na Rua Jorgelino Ribeiro dos Santos, nº 75, Centro, na cidade de Joaçaba/SC, doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato em epígrafe, nos termos que segue:

## 1.CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DO ADITIVO E DO PREÇO:

1.1.O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do susomencionado contrato por mais 03 (três) meses.

## 2.CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1.As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato original e constantes do Edital do aludido Processo Licitatório, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

## 3.CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1.É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 18 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

CONTRATANTE

JUNIOR DE MATTOS

CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

**2º Termo Aditivo - Arp PML Nº 0034.13, 0035.13 E 0036.13 - PL PML Nº 0022.2013 - PP Rp PML Nº 0016.2013 - Rádios - Rádio Líder do Vale Ltda, Rádio Sociedade Catarinense Ltda E Rádio Transoeste Ltda****2º TEMO ADITIVO**

ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - PML Nº 0034.13 | 0035.13 | 0036.13

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0022.2013.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO - PML Nº 0016.2013.

Segundo Termo Aditivo às Atas de Registro de Preços PML nº 0034.13 | 0035.13 | 0036.13, oriundas do Processo Licitatório PML nº 0022.2013, Pregão Presencial, para Registro de Preço PML nº 0016.2013, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, RÁDIO LÍDER DO VALE LTDA, RÁDIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA e RÁDIO TRANSOESTE LTDA com o fito de prorrogar sua vigência.

Presentes de um lado, MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇO; e de outro RÁDIO LÍDER DO VALE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Santos Dumont, nº 204, Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.513.010/0001-58, neste ato representada por seu procurador, o Sr. GILBERTO THEODORO DA SILVA, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, portador da cédula de identidade nº 11/R-939.345 e inscrito no CPF sob nº 400.951.349-72, residente e domiciliado na Rua Lineu Luiz Bonato, nº 300, em Joaçaba/SC; RÁDIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. XV de novembro, nº 608, 2º andar, Centro, na cidade de Joaçaba/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 84.587.302/0001-06, neste ato representada por seu sócio-proprietário, o Sr. RODRIGO LINNEU BONATO, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 11/R-467.952 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 560.863.349-00, residente e domiciliado à Rua Paulo Stuart Wright, nº 11, apto 1101, em Joaçaba/SC; e RÁDIO TRANSOESTE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. XV de novembro, nº 608, 2º andar, Centro, na cidade de Joaçaba/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.688.457/0001-68, neste ato representada por seu representante legal NELSON SERPA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 11/C-548.552 - SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 168.097.189-15, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, nº 1168, Bairro Santo Antonio, em Herval d'Oeste/SC, doravante simplesmente denominados FORNECEDORES; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo às respectivas Atas de Registro em epígrafe, nos termos que segue:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: PROROGAÇÃO DE PRAZO:**

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto, a prorrogação do prazo de vigência estabelecido na Cláusula Nona, das Atas em epígrafe, celebrada entre as partes em 23 de abril de 2013.

1.2. Fica prorrogado o prazo susomencionado pelo íterim de mais 02 (dois) meses, a contar de 23 de junho do corrente ano, findando-se em 23 de agosto de 2014.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:**

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas na Ata de Registro de Preço original e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO**

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da Ata de Registro de Preços e/ou deste aditivo, com renúncia à qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 06 (seis) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 22 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN  
MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC  
ÓRGÃO GERENCIADOR

GILBERTO THEODORO DA SILVA  
RÁDIO LÍDER DO VALE LTDA  
FORNECEDOR

RODRIGO LINNEU BONATO  
RÁDIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA  
FORNECEDOR

NELSON SERPA  
RÁDIO TRANSOESTE LTDA  
FORNECEDOR

**TESTEMUNHAS:**

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

**2º Termo Aditivo - Contrato PML Nº 0130.2013 - PL PML Nº 0068.2013 - TP PML Nº 0001.2014 - Ampliação Creche - Construções Herval Ltda Me****2º TEMO ADITIVO**

CONTRATO - PML Nº 0130.13

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0068.2013

TOMADA DE PREÇO - PML Nº 0001.2013

Segundo Termo Aditivo ao Contrato PML nº 0130.13, oriundo do Processo Licitatório PML nº 0068.2013, Tomada de Preço PML nº 0001.2013, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME, com o fito de aditar o objeto contratado.

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.234.560/0001-85, com endereço na Rua Pedro Kuns, nº 20, Bairro Santa Tereza na cidade de Joaçaba/SC, neste ato representada por seu sócio administrador, o Sr. JUNIOR DE MATTOS, brasileiro, maior, empresário, portador da cédula de identidade nº 11/C 3.652.085 e inscrito no CPF sob nº 040.937.649-30, residente e domiciliado na Rua Jorgelino Ribeiro dos Santos, nº 75, Centro, na cidade de Joaçaba/SC, doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93

e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato em epígrafe, nos termos que segue:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DO ADITIVO E DO PREÇO:**

1.1. O presente instrumento tem por objeto aditar o valor global contratado em aproximadamente 7,2659 (sete pontos e dois mil seiscentos e cinquenta e nove décimos percentuais), cujo valor inicial passará de R\$ 253.820,32 (duzentos e cinquenta e três mil, oitocentos e vinte reais e trinta e dois centavos) para R\$ 272.262,47 (duzentos e setenta e dois mil, duzentos e sessenta e dois reais e quarenta e sete centavos), representando uma majoração de R\$ 18.442,15 (dezoito mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e quinze centavos).

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:**

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato original e constantes do Edital do aludido Processo Licitatório, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO**

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 19 de junho de 2014.  
MOISÉS DIERSMANN  
MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC  
CONTRATANTE

JUNIOR DE MATTOS  
CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:  
1ª TESTEMUNHA  
Nome Legível:  
RG:  
CPF:

2ª TESTEMUNHA  
Nome Legível:  
RG:  
CPF:

**Cancelamento - Arp PML Nº 0115.13 - PL PML Nº 0053.2013 - PP Rp PML Nº 0041.2013 - Nutricionista - Andressa Dalla Lana**

**CANCELAMENTO**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PML Nº 0115.13.

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0053.2013.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS - PML Nº 0041.2013

Cancelamento à Ata de Registro de Preços PML nº 0115/13, oriundo do Processo Licitatório PML nº 0053/2013, Pregão Presencial para Registro de Preços PML nº 0041/2013, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e CLÍNICA VIECELI S/S LTDA, à pedido da contratada.

Presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇO; e doutro ANDRESSA DALLA LANA, brasileira, solteira, nutricionista, portadora da cédula de identidade nº 11/R-4.879.307 e inscrita no CPF/MF sob nº 008.873.679-25, residente e domiciliada na Rua São Roque, nº 730, nesta cidade de Luzerna(SC), doravante denominada FORNECEDORA ; RESOLVEM, com supedâneo no art. 79, II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Cancelamento à Ata em epígrafe, nos termos que segue:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO:**

1.1. O presente Termo tem por objeto o cancelamento da Ata de Registro de Preços referida no preâmbulo, a pedido da FORNECEDORA, em face da impossibilidade de continuar cumprindo com as exigências do instrumento convocatório, que originou o registro de preços.

**2. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO**

2.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente Cancelamento com renúncia à qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 23 de junho de 2014  
MOISÉS DIERSMANN  
MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC  
ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇO

ANDRESSA DALLA LANA  
FORNECEDORA

TESTEMUNHAS:  
1ª TESTEMUNHA  
Nome Legível:  
RG:  
CPF:

2ª TESTEMUNHA  
Nome Legível:  
RG:  
CPF:

**Receitas Federais do Dia 22/07/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 22/07/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>6.588,54</b>
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	6.588,54
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	6.588,54
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	3.953,12
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.635,42

Luzerna, 23/07/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Macieira****PREFEITURA****Portaria 3194**

PORTARIA N.º 3194/2014

"Designa servidor que especifica para fiscalização e recebimento de peças, e dá outras providências."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no art. 67 da Lei 8.666/93,

**RESOLVE:**

DESIGNAR, o servidor Ailson Gomes, ocupante do cargo efetivo de operador de máquinas agrícolas e rodoviárias II, lotado na Secretaria Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e entrega de peças, de toda frota municipal, no exercício de 2014.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC,  
14 de julho de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**Mafra****PREFEITURA****Cronologia de Pagamentos****CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 354.370.579-20

ALAUDIR MOREIRA

Recibo Referente ao Período 19/04/2014 a 19/05/2014 R\$ 1.800,93  
Valor Total: R\$ 1.800,93

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pela locação de imóvel destinado à Instalação e Funcionamento do Programa PETI e Programa CRE-AS, através da Secretaria Municipal da Criança e Ação Social, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 24 de julho de 2014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

**CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS****CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 83.073.536/0001-64

SERRANA ENGENHARIA LTDA

Nota fiscal nº 19088 R\$ 7.164,36

Nota fiscal nº 19087 R\$ 23.950,00

Valor Total: R\$ 31.114,36

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo sistema de iluminação pública, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 24 de julho de 2014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 17.667.354/0001-97

REI DAS EMBALAGENS LTDA

Nota Fiscal nº. 362 R\$ 1.542,51

Nota Fiscal nº. 363 R\$ 489,24

Nota Fiscal nº. 258 R\$ 14,22

Nota Fiscal nº. 256 R\$ 1.167,90

Nota Fiscal nº. 257 R\$ 1.177,80

Nota Fiscal nº. 213 R\$ 109,10

Nota Fiscal nº. 216 R\$ 167,44

Nota Fiscal nº. 215 R\$ 1.238,20

Nota Fiscal nº. 019 R\$ 139,36

Nota Fiscal nº. 018 R\$ 1.238,20

VALOR TOTAL: R\$ 7.283,97

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo fornecimento de gêneros alimentícios para as escolas e creches (merenda escolar) do Município não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 24 de julho de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 09.391.371/0001-16

GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA

Nota Fiscal nº. 200 R\$ 217.133,64

Valor: R\$ 217.133,64

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo aerolevanteamento cadastral, implantação de sistema de informações geográficas, elaboração da planta de valores genéricos, visando a modernização da administração tributária e otimização do atendimento ao cidadão, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 24 de julho de 2014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

### CÂMARA MUNICIPAL

### Resolução Nº 17/2014

RESOLUÇÃO Nº 17/2014

23 de julho de 2014

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Hebert Gilso Werka, no uso de suas atribuições, principalmente em face do disposto no art. 32, II, IV e XIII, da Lei Orgânica Municipal de Mafra,

Resolve:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo no dia 25 de julho de 2014, sexta-feira, nas repartições da Câmara Municipal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 23 de julho de 2014.

VER. HEBERT GILSO WERKA

Presidente

# Marema

## PREFEITURA

### Demonstrativos da Receita de Alienação de Ativos E Aplicação de Recursos do 3º Bimestre/2014

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/MÊS JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	100,00	0,00	0,00	100,00
Investimentos	100,00	0,00	0,00	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Marema, 23/07/2014

VALDOMIRO BEVILÁQUA  
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM  
CONTADORA 023.004./O-8

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 3º BIMESTRE/2014

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		11.075.617,00	11.075.617,00	1.867.887,85	16,86	6.753.036,77	60,97	4.322.580,23
RECEITAS CORRENTES		11.075.600,00	11.075.600,00	1.737.887,85	15,69	5.503.036,77	49,69	5.572.563,23
RECEITA TRIBUTÁRIA		282.500,00	282.500,00	26.101,81	9,24	76.071,16	26,93	206.428,84
IMPOSTOS		242.000,00	242.000,00	25.156,49	10,40	65.037,59	26,88	176.962,41
TAXAS		20.500,00	20.500,00	945,32	4,61	11.033,57	53,82	9.466,43
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		34.000,00	34.000,00	4.599,58	13,53	14.051,22	41,33	19.948,78
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO		34.000,00	34.000,00	4.599,58	13,53	14.051,22	41,33	19.948,78
RECEITA PATRIMONIAL		63.200,00	63.200,00	18.139,77	28,70	49.941,52	79,02	13.258,48
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		63.200,00	63.200,00	18.139,77	28,70	49.941,52	79,02	13.258,48
RECEITA AGROPECUÁRIA		10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Outras Receitas Agropecuárias		10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS		182.000,00	182.000,00	25.482,70	14,00	87.434,91	48,04	94.565,09
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		10.413.800,00	10.413.800,00	1.656.538,88	15,91	5.246.839,25	50,38	5.166.960,75
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		10.343.800,00	10.343.800,00	1.644.424,88	15,90	5.222.611,25	50,49	5.121.188,75
Transf. de Conv.		70.000,00	70.000,00	12.114,00	17,31	24.228,00	34,61	45.772,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		90.100,00	90.100,00	7.025,11	7,80	28.698,71	31,85	61.401,29
Multas e Juros de Mora		16.100,00	16.100,00	3.445,36	21,40	7.626,15	47,37	8.473,85
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		21.000,00	21.000,00	208,89	0,99	15.562,50	74,11	5.437,50
RECEITAS DIVERSAS		33.000,00	33.000,00	3.370,86	10,21	5.510,06	16,70	27.489,94
RECEITAS DE CAPITAL		17,00	17,00	130.000,00	705,88	1.250.000,00	941,18	-1.249.983,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		17,00	17,00	130.000,00	705,88	1.250.000,00	941,18	-1.249.983,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		17,00	17,00	130.000,00	705,88	1.250.000,00	941,18	-1.249.983,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		11.075.617,00	11.075.617,00	1.867.887,85	16,86	6.753.036,77	60,97	4.322.580,23
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERações DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	11.075,617,00	11.075,617,00	1.867.887,85	16,86	6.753.036,77	60,97	4.322.580,23
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	11.075,617,00	11.075,617,00	1.867.887,85	16,86	6.753.036,77	60,97	4.322.580,23
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	789.023,93	—	—	241.700,87	—	—
Superávit Financeiro	—	789.023,93	—	—	241.700,87	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)								
DESPESAS CORRENTES								
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS								
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA								
OUTRAS DESPESAS CORRENTES								
DESPESAS DE CAPITAL								
INVESTIMENTOS								
INVERSOES FINANCEIRAS								
AMORTIZACAO DA DÍVIDA								
RESERVA DE CONTINGÊNCIA								
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)								
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)								
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)								
Amortização da Dívida Interna								
Dívida Mobiliária								
Outras Dívidas								

Continua 2/3



Continuação 3/3

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>11.075.617,00</b>	<b>2.594.193,34</b>	<b>13.669.810,34</b>	<b>2.307.775,99</b>	<b>8.657.920,79</b>	<b>3.001.883,88</b>	<b>6.099.870,60</b>	<b>44,62</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>653.166,17</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>11.075.617,00</b>	<b>2.594.193,34</b>	<b>13.669.810,34</b>	<b>2.307.775,99</b>	<b>8.657.920,79</b>	<b>3.001.883,88</b>	<b>6.753.036,77</b>	<b>44,62</b>

FONTE:

Marema, 23/07/2014

VALDOMIRO BEVILÁQUA  
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM  
CONTADORA 023.004/O-8

# **DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO MÊS 03 E 04/2014 DO 3º BIMESTRE/2014**

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES/UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)							R\$ 1,00		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
LEGISLATIVA	11.075.617,00	13.669.810,34	2.307.775,99	8.657.920,79	3.001.883,88	6.099.870,60	100,00	44,62	7.569.939,74
AÇÕES LEGISLATIVAS	620.000,00	620.000,00	96.249,80	291.977,60	104.720,95	270.406,79	4,43	43,61	349.593,21
	620.000,00	620.000,00	96.249,80	291.977,60	104.720,95	270.406,79	4,43	43,61	349.593,21
Administração	1.791.460,00	1.791.460,00	298.033,61	1.233.812,88	321.573,88	908.723,34	14,90	50,73	882.736,66
Administração Geral	1.691.460,00	1.691.460,00	276.570,03	1.138.813,30	298.123,30	858.356,76	14,07	50,75	833.103,24
Administração Financeira	100.000,00	100.000,00	21.463,58	94.999,58	23.450,58	50.366,58	0,83	50,37	49.633,42
Segurança Pública	13.900,00	19.900,00	855,24	2.760,24	855,24	2.760,24	0,05	13,87	17.139,76
Policimento	13.900,00	19.900,00	855,24	2.760,24	855,24	2.760,24	0,05	13,87	17.139,76
Assistência Social	629.901,00	909.056,77	119.425,53	441.990,81	115.464,49	290.584,33	4,76	31,97	618.472,44
Assistência à Criança e ao Adolescente	16.000,00	16.000,00	2.965,00	4.848,50	793,00	2.676,50	0,04	16,73	13.323,50
Assistência Comunitária	613.901,00	893.056,77	116.460,53	437.142,31	114.571,49	287.907,83	4,72	32,24	605.148,94
Saúde	2.614.518,00	3.128.001,02	285.031,99	1.913.946,95	455.845,45	1.138.241,34	18,66	36,39	1.989.759,68
Atenção Básica	2.486.317,00	2.931.502,36	277.409,27	1.795.629,25	419.570,75	1.090.627,45	17,88	37,20	1.840.874,91
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	74.500,00	108.016,12	2.800,00	61.412,75	477,75	3.537,75	0,06	3,28	104.478,37
Vigilância Sanitária	10.000,00	21.781,54	891,00	14.891,00	11.000,00	14.000,00	0,23	64,27	7.781,54
Vigilância Epidemiológica	10.500,00	33.500,00	2.464,00	21.014,00	18.654,00	18.654,00	0,31	55,68	14.846,00
Alimentação e Nutrição	30.200,00	30.200,00	1.467,72	20.999,95	6.042,95	11.422,14	0,19	37,82	18.777,86
Abastecimento	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.001,00
Educação	1.622.528,00	1.762.682,70	265.869,06	931.966,34	303.105,93	789.855,93	12,95	44,81	972.826,77
Ensino Fundamental	1.509.627,00	1.582.883,17	240.398,85	891.070,43	279.078,66	753.804,64	12,36	47,62	829.078,53
Ensino Médio	3.000,00	3.000,00	0,00	330,00	0,00	330,00	0,01	11,00	2.670,00
Ensino Superior	26.000,00	26.000,00	6.455,00	11.840,00	7.335,00	10.960,00	0,18	42,15	15.040,00
Educação Infantil	84.001,00	150.799,53	19.015,21	28.725,91	16.692,27	24.761,29	0,41	16,42	126.038,24
Cultura	43.000,00	43.000,00	23.607,79	40.127,79	14.687,79	16.167,79	0,27	37,60	26.832,21
Diffusão Cultural	43.000,00	43.000,00	23.607,79	40.127,79	14.687,79	16.167,79	0,27	37,60	26.832,21
Urbanismo	169.903,00	599.727,57	268.742,58	403.264,55	34.936,68	78.779,79	1,29	13,14	520.947,78
Infra-Estrutura Urbana	164.203,00	588.050,00	268.742,58	394.284,55	34.826,28	70.741,89	1,16	12,03	517.308,11
Serviços Urbanos	5.700,00	11.677,57	0,00	8.980,00	110,40	8.037,90	0,13	68,83	3.639,67
Habituação	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
Habituação Urbana	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Saneamento	11.075.617,00	13.669.810,34	2.307.775,99	8.657.920,79	3.001.883,88	6.099.870,60	100,00	7.569.939,74
Saneamento Básico Urbano	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.001,00
Gestão Ambiental	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.001,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Agricultura	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Extensão Rural	1.213.002,00	1.393.400,00	569.243,73	940.753,50	240.557,27	525.908,50	8,62	867.491,50
Promoção da Produção Agropecuária	1.198.000,00	1.198.400,00	394.618,73	766.128,50	224.077,27	509.428,50	8,35	688.971,50
Indústria	15.002,00	195.000,00	174.625,00	174.625,00	16.480,00	16.480,00	0,27	178.520,00
Promoção Industrial	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
Comércio e Serviços	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
Turismo	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Transporte	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Transporte Rodoviário	1.682.402,00	2.703.219,28	258.387,64	2.116.074,78	1.324.563,87	1.825.753,78	29,93	877.465,50
Desporto e Lazer	1.682.402,00	2.703.219,28	258.387,64	2.116.074,78	1.324.563,87	1.825.753,78	29,93	877.465,50
Desporto Comunitário	52.000,00	76.360,00	6.752,22	56.751,22	10.815,20	28.676,05	0,47	47.683,95
Encargos Especiais	52.000,00	76.360,00	6.752,22	56.751,22	10.815,20	28.676,05	0,47	47.683,95
Outros Encargos Especiais	585.000,00	585.000,00	115.576,80	284.494,13	74.757,13	224.012,72	3,67	360.987,28
	585.000,00	585.000,00	115.576,80	284.494,13	74.757,13	224.012,72	3,67	360.987,28

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES/UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.075.617,00	13.669.810,34	2.307.775,99	8.657.920,79	3.001.883,88	6.099.870,60	100,00	44,62
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	11.075.617,00	13.669.810,34	2.307.775,99	8.657.920,79	3.001.883,88	6.099.870,60	100,00	44,62

FONTE:

Marema, 23/07/2014

VALDOMIRO BEVILÁQUA	SIDIANE FATIMA PERIM
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA 023.004/O-8

1¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

# DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE DO 3º BIMESTRE/2014

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	253.100,00	253.100,00	25.230,95	68.513,00	27,07
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	38.400,00	38.400,00	14.714,65	18.115,60	47,18
1.1.1- IPTU	28.000,00	28.000,00	14.640,19	14.640,19	52,29
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	8.000,00	8.000,00	58,95	3.378,91	42,24
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	400,00	400,00	15,50	96,50	24,13
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	32.000,00	32.000,00	1.860,00	9.953,99	31,11
1.2.1- ITBI	32.000,00	32.000,00	1.860,00	9.953,99	31,11
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	100.700,00	100.700,00	7.054,50	34.503,20	34,26
1.3.1- ISS	100.000,00	100.000,00	7.054,50	34.503,20	34,50
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	82.000,00	82.000,00	1.601,80	5.940,21	7,24
1.4.1- IRRF	82.000,00	82.000,00	1.601,80	5.940,21	7,24
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	10.851.000,00	10.851.000,00	1.811.201,16	5.439.616,65	50,13
2.1- Cota-Parte FPM	6.200.000,00	6.200.000,00	1.002.869,29	3.039.732,94	49,03
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.200.000,00	6.200.000,00	1.002.869,29	3.039.732,94	49,03
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.400.000,00	4.400.000,00	756.910,44	2.271.491,90	51,62
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº67/1996	24.000,00	24.000,00	3.317,98	8.294,95	34,56
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	64.000,00	64.000,00	12.008,91	34.450,30	53,83
2.5- Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	9,18	24,71	0,82
2.6- Cota-Parte IPVA	160.000,00	160.000,00	36.085,35	85.621,85	53,51
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	11.104.100,00	11.104.100,00	1.836.432,11	5.508.129,65	49,60
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	114.900,00	114.900,00	19.420,40	113.450,19	98,74
5.1- Transferências do Salário-Educação	62.000,00	62.000,00	8.937,43	29.996,71	48,37
5.2- Transferências Diretas - PDDE	2.000,00	2.000,00	740,00	740,00	37,00
5.3- Transferências Diretas - FNAE	12.000,00	12.000,00	2.276,00	4.559,10	37,99
5.4- Transferências Diretas - FNATE	38.000,00	38.000,00	6.244,60	9.373,37	24,67
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	337,10	67.135,63	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	900,00	900,00	885,27	1.655,38	183,93
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	70.003,00	70.003,00	12.114,00	24.228,00	34,61
6.1- Transferências de Convênios	70.003,00	70.003,00	12.114,00	24.228,00	34,61
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	232.500,00	232.500,00	634,62	114.437,40	49,22
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	417.403,00	417.403,00	32.169,02	252.115,59	60,40
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.170.200,00	2.170.200,00	362.239,65	1.087.921,55	50,13
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.240.000,00	1.240.000,00	200.573,82	607.946,44	49,03
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	880.000,00	880.000,00	151.381,88	454.297,70	51,62
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	4.800,00	4.800,00	663,58	1.658,95	34,56
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	12.800,00	12.800,00	2.401,52	6.889,45	53,82
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	600,00	600,00	1,83	4,93	0,82
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	32.000,00	32.000,00	7.217,02	17.124,08	53,51
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	504.000,00	504.000,00	85.750,52	253.861,77	50,37
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	500.000,00	500.000,00	85.457,41	252.908,81	50,58
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	4.000,00	4.000,00	293,11	952,96	23,82
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	-1.670.200,00	-1.670.200,00	-276.782,24	-835.012,74	49,99
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					



MUNICÍPIO DE MAREMA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	452.400,00	452.400,00	78.218,55	225.927,85	49,94
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	452.400,00	452.400,00	78.218,55	225.927,85	49,94
14- OUTRAS DESPESAS	51.600,00	51.600,00	6.000,00	6.000,00	11,63
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	51.600,00	51.600,00	6.000,00	6.000,00	11,63
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	504.000,00	504.000,00	84.218,55	231.927,85	46,02
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					231.927,85
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					89,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					2,36
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					8,64
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	2.776.025,00	2.776.025,00	459.108,03	1.377.032,41	49,60
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	70.000,00	70.000,00	16.692,27	24.761,29	35,37
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.334.825,00	1.334.825,00	236.433,00	658.715,53	49,35
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	504.000,00	504.000,00	84.218,55	231.927,85	46,02
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	830.825,00	830.825,00	152.214,45	426.787,68	51,37
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.404.825,00	1.404.825,00	253.125,27	683.476,82	48,65
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-835,012,74
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					952,96
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-834,059,78
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.517.536,60
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					27,55
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	130.202,00	130.202,00	29.027,95	38.362,14	29,46
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	130.202,00	130.202,00	29.027,95	38.362,14	29,46
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.535.027,00	1.535.027,00	282.153,22	721.838,96	47,02

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	252.908,81	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	952,96	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	253.861,77	0,00

Marema, 23/07/2014

VALDOMIRO BEVILÁQUA	SIDIANE FATIMA PERIM
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA 023.004/O-8

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL 3º BIMESTRE/2014**

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	2.739.314,92	1.238.360,36	0,00	1.500.954,56
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.739.314,92	1.238.360,36	0,00	1.500.954,56
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.739.314,92	-1.238.360,36		-1.500.954,56

FONTE:

Marema, 23/07/2014

\_\_\_\_\_  
VALDOMIRO BEVILÁQUA  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
SIDIANE FATIMA PERIM  
CONTADORA 023.004./O-8

# DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 3º BIMESTRE/2014

Município de Marema - SC

## DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	11.075.617,00
Previsão Atualizada		—	11.075.617,00
Receitas Realizadas		1.867.887,85	6.753.036,77
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	241.700,87
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	11.075.617,00
Créditos Adicionais		—	2.594.193,34
Dotação Atualizada		—	13.669.810,34
Despesas Empenhadas		2.307.775,99	8.657.920,79
Despesas Liquidadas		3.001.883,88	6.099.870,60
Superávit Orçamentário		—	653.166,17
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		2.307.775,99	8.657.920,79
Despesas Liquidadas		3.001.883,88	6.099.870,60
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			10.825.171,56
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	-818.249,34
Resultado Primário		0,00	759.000,89
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	122.595,73	36.722,59	78.180,62
EXECUTIVO	122.595,73	36.722,59	78.180,62
TOTAL:	122.595,73	36.722,59	78.180,62
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.517.536,60	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		225.927,85	60%
Liquidadas		225.927,85	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		1.238.360,36	1.500.954,56

Continua 1/2



Município de Marema - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	100,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		951.061,73	15,00	17,27
Liquidadas		951.061,73		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Marema, 23/07/2014

\_\_\_\_\_  
VALDOMIRO BEVILÁQUA  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
SIDIANE FATIMA PERIM  
CONTADORA 023.004/O-8



**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DO 3º BIMESTRE/2014**

Município de Marema - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	253.100,00	253.100,00	68.513,00	27,07
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	28.000,00	28.000,00	14.640,19	52,29
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	32.000,00	32.000,00	9.953,99	31,11
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	100.000,00	100.000,00	34.503,20	34,50
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	82.000,00	82.000,00	5.940,21	7,24
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	8.500,00	8.500,00	3.378,91	39,75
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	600,00	600,00	96,50	16,08
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.851.000,00	10.851.000,00	5.439.616,65	50,13
Cota-Parte FPM	6.200.000,00	6.200.000,00	3.039.732,94	49,03
Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	24,71	0,82
Cota-Parte IPVA	160.000,00	160.000,00	85.621,85	53,51
Cota-Parte ICMS	4.400.000,00	4.400.000,00	2.271.491,90	51,62
Cota-Parte IPHExportação	64.000,00	64.000,00	34.450,30	53,83
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	24.000,00	24.000,00	8.294,95	34,56
Desoneração ICMS (LC 87/96)	24.000,00	24.000,00	8.294,95	34,56
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>11.104.100,00</b>	<b>11.104.100,00</b>	<b>5.508.129,65</b>	<b>49,60</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS Provenientes da União TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	600.200,00	600.200,00	260.337,45	43,38
	600.200,00	600.200,00	260.337,45	43,38
	2,00	2,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	3.000,00	3.000,00	2.646,85	88,23
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>603.202,00</b>	<b>603.202,00</b>	<b>262.984,30</b>	<b>43,60</b>
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				
DESPESAS CORRENTES Pessoal e Encargos Sociais Outras Despesas Correntes	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (f)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (g)
			% (f/e)*100	% (g/e)*100
	2.489.315,00	2.768.557,67	63,70	37,95
	1.452.000,00	1.446.410,21	56,24	44,50
	1.037.315,00	1.322.147,46	71,86	30,79

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	(f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	92.002,00	287.702,00	107.830,38	37,48	54.550,00	18,96
	92.002,00	287.702,00	107.830,38	37,48	54.550,00	18,96
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>2.581.317,00</b>	<b>3.056.259,67</b>	<b>1.871.360,72</b>	<b>61,23</b>	<b>1.105.232,92</b>	<b>36,16</b>
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS Recursos de Operações de Crédito Outros Recursos OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹ DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS² DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	601.202,00	681.202,00	314.115,70	16,79	154.171,19	13,95
	600.200,00	680.200,00	314.115,70	16,79	154.171,19	13,95
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.002,00	1.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-	-	0,00	0,00	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>601.202,00</b>	<b>681.202,00</b>	<b>314.115,70</b>	<b>16,79</b>	<b>154.171,19</b>	<b>13,95</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>1.980.115,00</b>	<b>2.375.057,67</b>	<b>1.557.245,02</b>	<b>44,45</b>	<b>951.061,73</b>	<b>22,21</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						17,27
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/100]</b>						
						124.842,28

Continua 2/4



Município de Marema - SC

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

.....

Marema, 23/07/2014

VALDOMIRO BEVILÁQUA  
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM  
CONTADORA 023.004/O-8

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO DO 3º BIMESTRE/2014

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
		Inscritos		Saldo	Pagos	Cancelados	Inscritos		Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		-	-	-	-	-	120.668,88	1.926,85	78.180,62
EXECUTIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.668,88	1.926,85	78.180,62
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.668,88	1.926,85	78.180,62
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		-	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)									
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.668,88	1.926,85	78.180,62

FONTE:

Marema, 23/07/2014

VALDOMIRO BEVILÁQUA PREFEITO MUNICIPAL	SIDIANE FÁTIMA PERIM CONTADORA 023.004/O-8
---	---

**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO MÊS 05 E 06/2014 DO 3º BIMESTRE/2014**

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>11.012.400,00</b>	<b>1.719.748,08</b>	<b>5.453.095,25</b>	<b>4.757.714,06</b>
Receita Tributária	282.500,00	26.101,81	76.071,16	81.555,51
I.P.T.U.	28.000,00	14.640,19	14.640,19	19.978,98
I.S.S.	100.000,00	7.054,50	34.503,20	19.804,33
I.T.B.I.	32.000,00	1.860,00	9.953,99	5.984,10
I.R.R.F.	82.000,00	1.601,80	5.940,21	21.535,80
Outras Receitas Tributárias	40.500,00	945,32	11.033,57	14.252,30
Receita de Contribuição	34.000,00	4.599,58	14.051,22	13.480,43
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	34.000,00	4.599,58	14.051,22	13.480,43
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	63.200,00	18.139,77	49.941,52	19.114,51
(-) Aplicações Financeiras	63.200,00	18.139,77	49.941,52	19.114,51
Transferências Correntes	10.413.800,00	1.656.538,88	5.246.839,25	4.585.564,89
F.P.M.	4.960.000,00	802.295,47	2.431.786,50	2.256.675,07
I.C.M.S.	3.520.000,00	605.528,56	1.817.194,20	1.573.115,48
Convênios	70.000,00	12.114,00	24.228,00	27.443,52
Outras Transferências Correntes	1.863.800,00	236.600,85	973.630,55	728.330,82
Demais Receitas Correntes	282.100,00	32.507,81	116.133,62	77.113,23
Dívida Ativa	21.000,00	208,89	15.562,50	6.492,79
Diversas Receitas Correntes	261.100,00	32.298,92	100.571,12	70.620,44
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>17,00</b>	<b>130.000,00</b>	<b>1.250.000,00</b>	<b>638.710,49</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	17,00	130.000,00	1.250.000,00	638.710,49
Convênios	17,00	130.000,00	1.250.000,00	638.710,49
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>17,00</b>	<b>130.000,00</b>	<b>1.250.000,00</b>	<b>638.710,49</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>11.012.417,00</b>	<b>1.849.748,08</b>	<b>6.703.095,25</b>	<b>5.396.424,55</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>10.910.495,42</b>	<b>1.921.524,96</b>	<b>4.861.510,24</b>	<b>4.283.263,97</b>
Pessoal e Encargos Sociais	5.757.262,66	1.038.252,01	2.747.195,06	2.467.543,67
Juros e Encargos da Dívida (IX)	170.000,00	12.042,43	38.546,88	84.775,51
Outras Despesas Correntes	4.983.232,76	871.230,52	2.075.768,30	1.730.944,79
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>10.740.495,42</b>	<b>1.909.482,53</b>	<b>4.822.963,36</b>	<b>4.198.488,46</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>2.739.314,92</b>	<b>1.080.358,92</b>	<b>1.238.360,36</b>	<b>193.858,20</b>
Investimentos	2.458.314,92	1.041.249,00	1.121.131,00	169.437,60
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	280.000,00	39.109,92	117.229,36	24.420,60
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>2.459.314,92</b>	<b>1.041.249,00</b>	<b>1.121.131,00</b>	<b>169.437,60</b>



Município de Marema - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	20.000,00	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>13.219.810,34</b>	<b>2.950.731,53</b>	<b>5.944.094,36</b>	<b>4.367.926,06</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-2.207.393,34</b>	<b>-1.100.983,45</b>	<b>759.000,89</b>	<b>1.028.498,49</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	241.700,87	0,00
Superávit Financeiro	-	-	241.700,87	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>0,00</b>

FONTE:

Marema, 23/07/2014

\_\_\_\_\_  
 VALDOMIRO BEVILÁQUA  
 PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
 SIDIANE FATIMA PERIM  
 CONTADORA 023.004/O-8

**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL DO 3º BIMESTRE/2014**

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	844.556,93	766.437,49	727.327,57
DEDUÇÕES (II)	1.142.563,63	2.939.075,50	1.843.583,61
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.142.563,63	2.939.988,18	1.846.066,02
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	912,68	2.482,41
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-298.006,70	-2.172.638,01	-1.116.256,04
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-298.006,70</b>	<b>-2.172.638,01</b>	<b>-1.116.256,04</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>1.056.381,97</b>	<b>-818.249,34</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Marema, 23/07/2014

\_\_\_\_\_  
VALDOMIRO BEVILÁQUA  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
SIDIANE FATIMA PERIM  
CONTADORA 023.004/O-8

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA DO 3º BIMESTRE/2014

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RECEITAS CORRENTES (I)	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	JUL/2013	AGO/2013	SET/2013	OUT/2013	NOV/2013	DEZ/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
887.339,88	887.339,88	927.204,82	1.051.375,44	906.215,34	1.052.445,37	1.455.578,98	1.180.124,96	1.172.616,75	918.819,14	1.219.269,97	1.141.370,76	959.756,74	12.871.318,15
3.694,05	3.694,05	3.137,35	31.556,28	5.047,65	9.857,68	143.163,98	3.887,46	24.073,21	12.655,43	9.333,25	6.635,66	17.465,96	278.536,15
274,72	274,72	66,89	966,37	38,67	0,00	1.142,72	0,00	0,00	0,00	0,00	2.625,46	12.014,73	17.129,56
0,00	0,00	724,62	796,46	136,88	1.312,38	121.004,49	0,00	2.187,99	487,40	1.663,02	687,25	994,35	129.905,64
0,00	0,00	2.307,69	2.774,87	4.057,27	2.606,97	18.559,95	1.594,64	17.609,70	5.072,18	3.182,18	3.683,64	3.370,86	68.078,98
0,00	0,00	0,00	32.656,46	730,90	5.903,39	2.116,88	2.302,82	1.080,78	1.350,39	3.360,00	1.300,00	590,00	51.358,62
113,30	38,15	372,12	83,93	34,34	0,00	3.194,74	0,00	3.194,74	5.745,46	1.148,05	359,51	595,81	12.055,35
1.887,41	2.241,98	1.842,05	2.488,09	2.194,74	2.029,75	2.223,71	2.339,48	2.223,71	2.477,85	2.410,60	2.266,94	2.232,64	26.725,24
4.973,33	4.735,75	4.641,89	8.706,59	4.879,80	4.879,80	2.120,66	6.470,75	8.097,05	7.933,67	9.300,28	14.480,15	3.659,62	80.089,54
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.666,97	13.402,37	52.605,03	24.945,53	19.470,16	25.480,42	8.074,68	8.074,68	18.490,32	19.783,38	15.603,83	9.698,67	15.784,03	245.005,39
854.185,78	888.880,73	946.099,45	861.715,61	1.012.501,00	1.279.221,28	1.145.685,94	1.145.685,94	1.115.259,82	874.982,67	1.180.073,94	1.100.106,84	918.561,69	12.584.000,00
325.915,62	428.129,77	362.678,29	362.883,71	490.575,88	594.831,56	594.831,56	594.831,56	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.088,30	428.779,99	6.200.000,00
387.692,83	390.776,14	386.206,23	390.776,14	390.776,14	390.776,14	390.776,14	390.776,14	373.633,97	379.012,86	398.631,23	375.726,66	381.183,78	4.400.000,00
20.687,15	17.120,52	16.217,04	9.750,03	7.236,30	3.213,82	5.990,95	5.990,95	12.263,02	14.296,99	16.965,53	19.742,43	16.342,93	159.846,51
0,00	0,00	770,93	1.157,31	137,79	18,99	15,53	15,53	0,00	0,00	0,00	9,18	0,00	3.000,00
66.189,62	69.044,49	101.326,50	77.829,80	334.721,01	100.312,46	44.090,50	59.811,41	315.941,01	59.811,41	315.941,01	79.912,65	42.207,31	1.460.178,13
5.189,57	5.563,63	5.009,85	6.001,05	6.413,83	6.277,80	5.315,00	5.193,53	5.655,06	5.193,53	5.655,06	6.150,74	5.858,17	68.088,08
1.594,41	1.594,41	1.594,41	1.594,41	1.594,41	1.594,41	1.594,41	1.594,41	1.693,99	1.693,99	1.693,99	1.693,99	1.693,99	17.881,41
36.906,38	39.632,32	40.152,27	39.016,76	43.918,54	43.692,88	44.265,45	44.265,45	43.175,44	39.854,59	40.155,92	43.306,89	41.550,52	496.428,96
972,54	4.893,64	8.630,74	3.321,87	3.541,99	13.666,65	4.472,64	1.005,14	2.523,17	5.992,50	1.032,81	5.992,50	1.032,81	90.100,00
150.217,52	158.000,57	147.422,91	144.272,62	178.150,06	180.161,36	205.606,50	200.221,26	205.606,50	155.059,12	164.735,02	195.275,17	166.964,48	2.170.200,00
150.217,52	158.000,57	147.422,91	144.272,62	178.150,06	180.161,36	205.606,50	200.221,26	205.606,50	155.059,12	164.735,02	195.275,17	166.964,48	2.170.200,00
737.122,36	769.204,25	903.992,53	762.042,72	874.295,31	1.275.517,62	967.010,25	783.760,02	1.054.474,95	783.760,02	1.054.474,95	946.095,59	791.792,26	10.825.171,56

FONTE:

Marema, 23/07/2014

VALDOMIRO BEVILÁQUIA  
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM  
CONTADOR(A) 023.004.70-8

**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA 1º SEMESTRE/2014**

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Operações de Crédito Internas - Outros Programas - Tesouro-Ex.Ant	(22.042,15)	0,00	(22.042,15)
Operações de Crédito Internas - Outros Programas - Tesouro-Ex.Cor.	15.148,07	0,00	15.148,07
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	67.604,57	0,00	67.604,57
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI - Tesouro-Ex.Ant.	(1.580,48)	0,00	(1.580,48)
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI - Tesouro-Ex.Cor.	6.360,49	0,00	6.360,49
Rec. Impostos Saúde	(47.794,81)	28.904,02	(76.698,83)
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - Tesouro-Ex.Ant.	(2.336,00)	0,00	(2.336,00)
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - Tesouro-Ex.Cor.	224.139,08	(5.727,38)	229.866,46
Transferências de Convênios - Outros - Tesouro-Ex.Ant.	(191.547,67)	0,00	(191.547,67)
Transferências de Convênios - Outros - Tesouro-Ex.Cor.	375.949,18	0,00	375.949,18
Transferências de Convênios - Saúde - Tesouro-Ex.Cor.	80.000,00	0,00	80.000,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>503.900,28</b>	<b>23.176,64</b>	<b>480.723,64</b>
Alienações de Bens destinados a Outros Programas - Tesouro-Ex.Cor.	2.300,83	0,00	2.300,83
Apoio a Pessoa Idosa - API - Tesouro-Ex.Ant.	(2.304,61)	0,00	(2.304,61)
Apoio a Pessoa Idosa - API - Tesouro-Ex.Cor.	5.531,20	0,00	5.531,20
Assistência Farmacêutica Básica - Tesouro-Ex.Ant.	(21.586,28)	0,00	(21.586,28)
Assistência Farmacêutica Básica - Tesouro-Ex.Cor.	30.413,07	0,00	30.413,07
Atenção Básica - Tesouro-Ex.Ant.	(22.833,04)	863,72	(23.696,76)
Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor.	217.292,64	140,50	217.152,14
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Tesouro-Ex.	70.339,07	0,00	70.339,07
Bolsa Família - Tesouro-Ex.Cor.	33.524,04	0,00	33.524,04
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE - Tesouro-Ex.Cor.	2.393,18	0,00	2.393,18
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP - Tes.	4.671,21	0,00	4.671,21
Convênio Trânsito - Civil - Tesouro-Ex.Cor.	6.827,03	0,00	6.827,03
Convênio Trânsito - Militar - Tesouro-Ex.Ant.	(479,00)	0,00	(479,00)
Convênio Trânsito - Militar - Tesouro-Ex.Cor.	3.556,79	0,00	3.556,79
Convênio Trânsito - Prefeitura - Tesouro-Ex.Ant.	(1.440,00)	0,00	(1.440,00)
Convênio Trânsito - Prefeitura - Tesouro-Ex.Cor.	9.914,86	0,00	9.914,86
Fundo Especial do Petróleo - Tesouro-Ex.Cor.	1.400,94	0,00	1.400,94
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS - T	(33.574,20)	0,00	(33.574,20)
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS - T	146.278,78	265,41	146.013,37
Programa de Atenção à Criança - PAC - Tesouro-Ex.Ant.	(3.009,25)	0,00	(3.009,25)
Programa de Atenção à Criança - PAC - Tesouro-Ex.Cor.	11.773,96	0,00	11.773,96
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Tesouro-Ex.Cor.	43,61	0,00	43,61
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE - Tesouro-Ex.Cor.	3.634,56	0,00	3.634,56
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação - Tesouro-Ex.	(13.961,35)	9.383,05	(23.344,40)
Recursos Ordinários	47.483,38	5.529,57	41.953,81
Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	824.725,18	79.323,20	745.401,98
<b>RECURSOS ORDINÁRIOS EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>(108.420,42)</b>	<b>0,00</b>	<b>(108.420,42)</b>
Salário Educação - Tesouro-Ex.Ant.	(32.395,84)	0,00	(32.395,84)
Salário Educação - Tesouro-Ex.Cor.	52.771,99	0,00	52.771,99
Transferências de Convênios - Educação - Tesouro-Ex.Ant.	(76.253,77)	7.692,52	(83.946,29)
Transferências de Convênios - Educação - Tesouro-Ex.Cor.	139.814,09	234,75	139.579,34
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras despesas da Educação Básica -	(21.452,45)	0,00	(21.452,45)
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras despesas da Educação Básica -	64.279,84	0,00	64.279,84
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remuneração dos profissionais do Magi	(20.893,47)	0,00	(20.893,47)
Vigilância em Saúde - Tesouro-Ex.Ant.	(27.950,00)	0,00	(27.950,00)

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Vigilância em Saúde - Tesouro-Ex.Cor.	49.749,17	0,00	49.749,17
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.342.165,74	103.432,72	1.238.733,02
TOTAL (III) = (I + II)	1.846.066,02	126.609,36	1.719.456,66
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: <sup>1</sup> A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA 1º SEMESTRE/2014**

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>844.556,93</b>	<b>727.327,57</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	634.174,72	516.945,36	0,00
Interna	634.174,72	516.945,36	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	210.382,21	210.382,21	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>1.142.563,63</b>	<b>1.843.583,61</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.142.563,63	1.846.066,02	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	2.482,41	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-298.006,70</b>	<b>-1.116.256,04</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>10.098.963,36</b>	<b>10.825.171,56</b>	<b>0,00</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	8,36%	6,72%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-2,95%	-10,31%	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>12.118.756,03</b>	<b>12.990.205,87</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>10.906.880,43</b>	<b>11.691.185,28</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	634.174,72	516.945,36	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	634.174,72	516.945,36	0,00
Interna	634.174,72	516.945,36	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	116.434,43	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	122.595,73	2.565.742,71	0,00

FONTE:

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE MAREMA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Marema, 23/07/2014

\_\_\_\_\_  
VALDOMIRO BEVILÁQUA  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
SIDIANE FATIMA PERIM  
CONTADORA 023.004./O-8

FONTE:

**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES 1º SEMESTRE/2014**

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>EXTERNAS (I)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (II)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV</b>	<b>10.098.963,36</b>	<b>10.825.171,56</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>2.221.771,94</b>	<b>2.381.537,74</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>1.999.594,75</b>	<b>2.143.383,97</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>EXTERNAS (V)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO 1º SEMESTRE/2014**

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "d")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>10.825.171,56</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>1.732.027,45</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>1.558.824,70</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>757.762,01</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR 1 SEMESTRE/2014**

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS (CANCELADOS) NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	(22.042,15)	0,00
Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	15.148,07	0,00
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	4.614,78	67.604,57	0,00
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil -	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.580,48)	0,00
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil -	0,00	0,00	0,00	16.454,06	6.360,49	0,00
Rec. Impostos Saúde	0,00	1.291,67	0,00	425.183,85	(76.698,83)	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Im	0,00	0,00	0,00	32.210,00	(2.336,00)	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Im	0,00	0,00	0,00	0,00	229.866,46	0,00
Transferências de Convênios - Outros - Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	(191.547,67)	0,00
Transferências de Convênios - Outros - Tesouro	0,00	0,00	0,00	363.995,00	375.949,18	0,00
Transferências de Convênios - Saúde - Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	1.291,67	0,00	842.457,69	480.723,64	0,00
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	2.300,83	0,00
Apoio a Pessoa Idosa - API - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	3.327,57	(2.304,61)	0,00
Apoio a Pessoa Idosa - API - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	5.531,20	0,00
Assistência Farmacêutica Básica - Tesouro-Ex.	0,00	0,00	0,00	0,00	(21.586,28)	0,00
Assistência Farmacêutica Básica - Tesouro-Ex.	0,00	0,00	0,00	0,00	30.413,07	0,00
Atenção Básica - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	80.193,33	(23.696,76)	0,00
Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	96.280,31	217.152,14	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambula	0,00	0,00	0,00	51.875,00	70.339,07	0,00
Bolsa Família - Tesouro-Ex. Anterior	0,00	0,00	0,00	14.264,00	0,00	0,00
Bolsa Família - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	33.524,04	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econô	0,00	0,00	0,00	0,00	2.393,18	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de IL	0,00	0,00	0,00	0,00	4.671,21	0,00
Convênio Trânsito - Civil - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	6.827,03	0,00
Convênio Trânsito - Militar - Tesouro-Ex.Ant	0,00	0,00	0,00	0,00	(479,00)	0,00
Convênio Trânsito - Militar - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	0,00	3.556,79	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura - Tesouro-Ex.Ant	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.440,00)	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura - Tesouro-Ex.Cor	0,00	0,00	0,00	0,00	9.914,86	0,00
Fundo Especial do Petróleo - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	28.111,62	1.400,94	0,00

**MUNICÍPIO DE MAREMA - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO**

Continuação 2/3

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")							R\$ 1,
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR						EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS( NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	0,00	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
Gestão do SUS - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	
Outras Transferências de Recursos do Fundo d	0,00	0,00	0,00	38.929,32	(33.574,20)	0,00	
Outras Transferências de Recursos do Fundo d	0,00	247,41	0,00	35.500,22	146.013,37	0,00	
Programa de Atenção à Criança - PAC - Tesour	0,00	0,00	0,00	8.663,73	(3.009,25)	0,00	
Programa de Atenção à Criança - PAC - Tesour	0,00	0,00	0,00	0,00	11.773,96	0,00	
Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pl	0,00	0,00	0,00	6.097,64	43,61	0,00	
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Esc	0,00	0,00	0,00	5.516,16	3.634,56	0,00	
Recargas de Impostos e de Transferência de Im	0,00	105,27	0,00	73.120,12	(23.344,40)	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	793,90	0,00	21.570,81	41.953,81	0,00	
Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	44,16	0,00	883.225,64	745.401,98	0,00	
RECURSOS ORDINARIOS EXERCICIOS ANT	0,00	0,00	0,00	42.925,33	(108.420,42)	0,00	
Salário Educação - Tesouro-Ex.Ant	0,00	0,00	0,00	0,00	(32.395,84)	0,00	
Salário Educação - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	30.052,09	52.771,99	0,00	
Transferências de Convênios - Educação - Tes	0,00	0,00	7.692,52	0,00	(83.946,29)	0,00	
Transferências de Convênios - Educação - Tes	0,00	0,00	0,00	7.407,77	139.579,34	0,00	
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras c	0,00	0,00	0,00	0,00	(21.452,45)	0,00	
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras c	0,00	0,00	0,00	0,00	64.279,84	0,00	
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remune	0,00	0,00	0,00	0,00	(20.893,47)	0,00	
Vigilância em Saúde - Tesouro-Ex.Ant.	0,00	0,00	0,00	0,00	(27.950,00)	0,00	
Vigilância em Saúde - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	0,00	0,00	3.251,00	49.749,17	0,00	
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	1.190,74	7.692,52	1.432.811,66	1.238.733,02	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	2.482,41	7.692,52	2.275.269,35	1.719.456,66	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

## FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 3/3

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00



**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 1º SEMESTRE/2014**

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 1º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.348.281,44	49,41
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	6.495.102,94	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	6.170.347,79	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.116.256,04	-10,31
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	12.990.205,87	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.381.537,74	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.732.027,45	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	757.762,01	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	2.275.269,35	0,00

FONTE:

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL 1º SEMESTRE/2014**

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAREMA  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.996.960,44	0,00
Pessoal Ativo	4.766.822,52	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	12.759,92	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	217.378,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>4.996.960,44</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>4.996.960,44</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		<b>VALOR</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>		<b>10.825.171,56</b>
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>		<b>46,16</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%</b>		<b>5.845.592,64</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%</b>		<b>5.553.313,01</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%</b>		<b>5.261.033,38</b>

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Marema, 23/07/2014

\_\_\_\_\_  
VALDOMIRO BEVILÁQUA  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
SIDIANE FATIMA PERIM  
CONTADORA 023.004/O-8

# Massaranduba

## PREFEITURA

### Decreto Nº 2944 de 22 de Julho de 2014

DECRETO Nº 2944 DE 22 DE JULHO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 132.000,00 (Cento e trinta e dois mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0601 - GERENCIA DE SAÚDE

0601.017.512.0195.1107 - Melhoria da Drenagem Pluvial

0601 - 33900000 - Aplicações Diretas

0601 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 132.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 132.000,00 (Cento e trinta e dois mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0601 - GERENCIA DE SAÚDE

0601.017.512.0195.1107 - Melhoria da Drenagem Pluvial

0601 - 44900000 - Aplicações Diretas

0601 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 132.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 22 de Julho de 2014

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente do Procon

### FMS - Licitação 20.2014 - Pregão 12.2014 - Serviços de Prevenção No Rio Massaranduba

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 20/2014 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL REG. PREÇOS - Nº. 12/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, torna público conforme Decreto Municipal nº. 2.051, Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, adjudicando o menor preço por LOTE, inerente a aquisição de horas máquina, caminhão e rocha detonada, destinados aos serviços de prevenção na calha do Rio Massaranduba.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 07/08/2014

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 07/08/2014. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 22 de Julho de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

SUZANE E. F. REINKE

Gestora

# Modelo

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato 001/2014 Chamada Publica 003/2014

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Chamada Pública: n. 003/2014

Contrato Administrativo n. 001/2014

Contratada: CLAUDECIR MULLER

Valor: R\$ 10.000,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou chamada pública nº 003/2014, objetivando o Cadastramento de Grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos das escolas Municipais, conforme quantitativos e especificações constantes no Anexo I do Edital.

Modelo (SC), 23 de julho de 2014

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº 087/2014

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório: n. 872/2014

Contrato Administrativo n. 087/2014

Contratada: GRAFIGOU IMPRESSÃO DIGITAL LTDA

Valor: R\$ 2.400,50

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão nº 030/2014, objetivando a aquisição de materiais para melhoramento da sinalização de trânsito no perímetro urbano do Município de Modelo - SC

Modelo (SC), 23 de julho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

### Decretos Nº 225/2014

Decreto nº 225/2014 de 23/07/14

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 872/2014, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 872/2014, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MELHORAMENTO DA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NO

PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
GRAFIGOU IMPRESSAO DIGITAL LTDA	2.400,50

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quarta-Feira, 23 de julho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe do Depto. De Compras e Licitações

### Portaria Nº117/2014

PORTARIA Nº 0117/2014 de 16.07.2014

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Claudecir Leonir Bolis	07.03.2012 a 06.03.2013	21.07.2014 a 30.07.2014 (10 dias)
Gilnei Roberto Vogel	02.01.2013 a 01.01.2014	24.07.2014 a 12.08.2014 (20 dias)
Paulo Salvatori	03.01.2013 a 02.01.2014	21.07.2014 a 09.08.2014 (20 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 16 de julho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra:

Vanessa Simone Mundt

Assessora de Departamento

**Portaria Nº118/2014**

PORTARIA Nº 0118/2014 de 19.07.2014.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PRÊMIO ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARCIA ADRIANA NEU, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 1.513/2002, Seção III, Art. 93 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

**RESOLVE:**

Art.1º - Fica concedido o Prêmio Assiduidade, à Servidora MARCIA ADRIANA NEU, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativa, conforme Decreto de nomeação nº 211/2004 de 22.12.2004, correspondendo a um mês de vencimento a ser convertido em dinheiro, com pagamento na folha do mês de julho de 2014, conforme requerido e a que faz jus, relativo ao período aquisitivo de 12/2004 a 12/2009 e de conformidade com o disposto no artigo 93 da Lei Municipal 1.513/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 19 de julho de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Vanessa Simone Mundt  
Assessora de Departamento

**Monte Carlo****PREFEITURA****Extrato Contrato 32 2014**

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 32/2014

De um lado o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro lado a empresa: AUTO ELITE LTDA pessoa jurídica de direito privado, da cidade de Videira - SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 83.270.397.0010.50, neste ato representada pelo, Sr. JEFERSON DE MOURA, portador do cpf nº doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos e sendo observadas as regras editalícias decorrentes do Pregão Eletrônico nº 13/2014. Integram o presente Contrato, independente de suas transcrições os termos e especificações constantes do Processo Licitatório nº 51/2014.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO:**

1.1 - A presente aquisição, de veículo automotor novo, tipo pick-up, com as seguintes características:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO
01	01	UND	Veículo automotor, tipo pick-up, ano e modelo 2014, novo, zero quilometro, na cor branca, motor 1.6 com no mínimo 100 cvs, total flex, cabine simples, com ar quente, direção hidráulica, vidros e trava elétricos, capota marítima, rodas aro 14", pneus 185x70x14, , paracheque na cor do veículo, tanque com capacidade mínima de 55 litros;
Marca e Modelo: VOLKSWAGEN - SAVEIRO			

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO**

2.1 - A licitante vencedora efetuará entrega dos objetos do presente processo mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO PAGAMENTO**

3.1 - A contratante pagara a contratada pela aquisição do objeto descrito na cláusula primeira o valor total de R\$: 39.400,00 (Trinta nove mil e quatrocentos Reais).

**CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014, com a seguinte classificação:

Entidade - 1 Prefeitura Municipal de Monte Carlo

Órgão - 05 Secretaria Municipal de Agricultura

Unidade - 03 Secretaria Municipal de Agricultura

Projeto/Atividade - 2026 Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura

Elemento - 4.4.90.52.48.00.00.00.0000

Convênio TR2014TR002101

**CLÁUSULA OITAVA - VIGÊNCIA E DO PRAZO**

8.1 - O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura, com duração de 12 (doze) meses em função da garantia.

**CLÁUSULA NONA - DA VINCULAÇÃO**

9.1- O presente instrumento contratual encontra-se vinculado ao Processo Licitatório nº 51/2014 na modalidade Pregão Eletrônico nº 13/2014

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

11.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC 23 de Julho de 2014.

## Navegantes

### PREFEITURA

**Aviso de Licitação Pregão Presencial 167/2014 PMN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº167/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (PNEUS, CAMARAS DE AR, PROTETORES, REMENDO, COLA E BICOS PARA PNEUS) PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 05/08/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 05/08/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 23 de julho de 2014.

EMILIO VIEIRA

Prefeito em exercício.

**Aviso de Licitação Pregão Presencial 06/2014 FME**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº06/2014 FME

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, ASSOCIAÇÃO OU ENTIDADE ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM (ÁRBITROS, ÁRBITROS ASSISTENTES E MESÁRIOS) PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO DE 2014, CATEGORIA NOVOS E VETERANOS, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE NAVEGANTES/SC, EXCETO OS EVENTOS CONTEMPLADOS NO PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS 01/2014 FME. Data da entrega dos envelopes: 05/08/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 05/08/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 23 de julho de 2014.

EMILIO VIEIRA

Prefeito em exercício.

**Ata de Abertura de Documentação de Habilitação do 4º Colocada Pregão Presencial Nr. : 08/2014 - PR FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO 4º COLOCADA PREGÃO PRESENCIAL Nr. : 08/2014 - PR FMAS

Aos 23 de julho de 2014, às 14h00 min, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES (auditório) , reuniram-se o pregoeiro e sua equipe de Apoio, designada por Portaria, para dar continuidade no Processo Licitatório nº 08/2014, Licitação nº 08/2014- PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.



Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa (s) abaixo:

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessário, por ordem de entrada e rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

-AS 14:00 HORAS ABERTA A SESSÃO CONFORME AGENDADO E NOTIFICADO EM ATA ANTERIORMENTE, SENDO QUE ESTAVAM AUSENTES OS REPRESENTANTES DAS LICITANTES, ENTRETANTO O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO PRESENTES ABRIRAM A SESSÃO PARA VERIFICAR A DOCUMENTAÇÃO SE CORRESPONDIA A O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA 4º COLOCADA EMPRESA DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP PARA O ITEM 23, POIS A 3º COLOCADA ABDICOU DO DIREITO DE APRESENTAR AMOSTRA, CONFORME RELATORIO DA SECRETARIA SOLICITANTE. APOS ABERTURA FOI CONSTATADO QUE A EMPRESA DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP - ATENDEU COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL SENDO HABILITADA, ABRINDO PRAZO DO EDITAL PARA APRESENTAR A AMOSTRA.

Nada mais havendo a constatar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Pregoeiro(s) DOUGLAS LEMOS/ MARIA BENEDITA CORRÊA  
Equipe de apoio - Josezite Dos Santos  
Fernanda Hassmann Constâncio  
Carla Claudino

Navegantes, 23 de julho de 2014.

#### **Portarias de Exonerações 2538-2570/2014**

PORTARIA Nº. 2538 DE 07 DE JULHO DE 2014  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. SYLVANA ELIZABETH BECKER matricula Nº62897/03 do cargo de Monitora de Educação Especial de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 09 de julho de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE JULHO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de julho de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de julho de 2014.

PORTARIA Nº. 2539 DE 07 DE JULHO DE 2014  
"EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. SIMONE BOASTIK, matricula Nº19849/09 do cargo de Professora de Ensino Fundamental de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 31 de julho de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE JULHO DE 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de julho de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de julho de 2014.

PORTARIA Nº. 2540 DE 07 DE JULHO DE 2014  
"EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. JULIETA JAURRETCHE, matricula Nº19794/02 do cargo de Professora de Ensino Fundamental de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 28 de julho de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE JULHO DE 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de julho de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de julho de 2014.

PORTARIA Nº. 2548 DE 10 DE JULHO DE 2014.  
"EXONERA POR ABANDONO DE EMPREGO O SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito municipal de navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 .

## RESOLVE:

I - Exonerar, a Srª. LUCILENE FELICIO LEAL, matrícula nº. 1577/02, do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 11/07/2014. Processo Disciplinar nº. 009/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 11 de julho de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES,  
10 DE JULHO DE 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de julho de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de julho de 2014.

PORTARIA Nº. 2555 DE 14 DE JULHO DE 2014  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

## RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. EDINEIA DE JESUS OLIVEIRA, matrícula Nº3807/03 do cargo de Agente de Serviços Gerais de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 03 de julho de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES,  
14 DE JULHO DE 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de julho de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de julho de 2014.

PORTARIA Nº. 2564 DE 15 DE JULHO DE 2014  
"EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

## RESOLVE:

I - EXONERAR o Sr. JOAQUIM EDUARDO DE OLIVEIRA, matrícula Nº632608/01 do cargo de Professor de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JULHO DE 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de julho de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de julho de 2014.

PORTARIA Nº. 2565 DE 15 DE JULHO DE 2014  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

## RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. TAMARA LUZ DOMINGOS matrícula Nº632644/01 do cargo de Monitora de Educação Especial de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 15 de julho de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JULHO DE 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de julho de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de julho de 2014.

PORTARIA Nº. 2566 DE 15 DE JULHO DE 2014  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

## RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. CLAUDIA CRISTINA ALMEIDA BRASIL, matrícula Nº632766/01 do cargo de Monitora de Educação Infantil de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de

Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 15 de julho de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JULHO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de julho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de julho de 2014.

PORTARIA Nº. 2569 DE 16 DE JULHO DE 2014

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. ELIZETE GOIS CARDOSO, matrícula Nº61998/03 do cargo de Monitora de Educação Infantil de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 14 de julho de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JULHO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2014.

PORTARIA Nº. 2570 DE 16 DE JULHO DE 2014

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. GRAZIELA ROMÃO PACHECO, matrícula Nº62366/01 do cargo de Monitora de Educação Infantil de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 14 de julho de 2014.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JULHO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2014.

### **Ata de Julgamento de Recurso Pregão Presencial Nº 139/2014 PMN**

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2014 PMN

Aos 23 dias de julho de 2014, às 14:00 horas, reuniu-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria número 918 de 19/02/2014, com intuito de analisar e julgar o recurso e a impugnação ao recurso do Pregão Presencial nº 139/2014, cujo OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DE PONTO (RELÓGIO PONTO BIOMÉTRICO), DEVIDAMENTE INSTALADO PARA SER UTILIZADO DIARIAMENTE NOS REGISTROS DE ENTRADAS E SAÍDAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME EXIGÊNCIA DA PORTARIA 1510/2009 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

#### **PRELIMINARMENTE**

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio, ao receber o recurso, verificou que foi protocolada tempestivamente e na forma prevista em lei.

---RECURSO Protocolado pela empresa DIMEP COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA., CNPJ 09095664/0001-56, em 17/07/2014.

#### **Do Recurso:**

Em síntese, manifesta-se a empresa DIMEP arguindo sua classificação.

1 - Alega que o edital em seu item 5.4.2 exigia somente apresentação de comprovante de habilitação e regularidade no credenciamento de fabricantes informatizados CFI do BNDES, e que a licitante ora recorrente apresentou nos autos do processo tal documento, portanto não podendo se falar em descumprimento das exigências do edital, e finaliza mencionando que a comissão foi levada ao erro de análise deixando de proceder ao julgamento do processo de acordo com o exigido em Edital ao inabilitar injustamente a recorrente sob alegação de não apresentação de documentos.

#### **DA DECISÃO:**

Diante do exposto, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio decide pela improcedência do recurso conforme segue:

1 - A recorrente realmente apresentou o comprovante de habilitação no credenciamento de fabricantes CFI do BNDES, ENTRETANTO o comprovante apresentado foi em nome de DIMAS DE

MELO PIMENTA CNPJ 61099008/0001-41, nome e CNPJ diverso do licitante ora recorrente, desta forma sem a apresentação ao menos uma declaração do fabricante (Dimas) mencionando que a DIMEP é sua representante, não há possibilidade de adjudicar o objeto licitado à DIMEP.

Desta forma a empresa DIMEP não atendeu o requisito essencial do item 3.9 :

### 3.9 PRÉ-REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS

3.9.1 Tendo em vista que este projeto será financiado, pela Caixa Econômica Federal, com recursos do BNDES obtidos através do contrato FRO nº 112/01300/01-5, proposta 20123490001, somente poderão ser COTADOS E FORNECIDOS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS DE empresas aptas (Fabricantes ou Distribuidores Autorizados) que possuam equipamentos novos [...]  
Nesta mesma licitação 139/2014 participaram outras duas empresas as quais por sua vez apresentaram o comprovante de habilitação em seu próprio nome atendendo os requisitos do edital, desta forma caso o pregoeiro e equipe de apoio aceita-se o comprovante da recorrente em nome de outra pessoa estaria ferindo o princípio da isonomia, assim como o da vinculação ao edital.

- Decide pela improcedência do recurso.
- Decide pela manutenção da inabilitação da recorrente.
- Decide manter o procedimento mencionado em ata, conforme publicação no Site [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Publique-se  
É a decisão.

Navegantes, 23 de julho de 2014.  
DOUGLAS LEMOS  
Pregoeiro

MARIA BENEDITA CORRÊA  
Pregoeira substituta

Equipe de apoio:  
JOSEZITE DOS SANTOS  
CARLA CLAUDINO  
FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

Ratificando:  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

### Inexigibilidade de Licitação Nº 164/2014.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PMN Nº 164/2014.

Processo: Inexigibilidade nº164/2014.

Data: 08 de julho de 2014.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Empresa/Contratado: Virtual Automação Ltda.

CNPJ: 00.250.388/0001-89

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CURSO, TREINAMENTO CORPORATIVO PARA OS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DA SECRETARIA DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Valor: R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais).

Fundamento: Art.25, II, lei nº 8.666/93.

Roberto Carlos de Souza.  
Prefeito do Município.

### Dispensa de Licitação FME 005/2014.

DISPENSA DE LICITAÇÃO FME nº 005/2014.

Processo: FME005/2014.

Data: 21 de julho de 2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes.

Fundo Municipal de Esportes de Navegantes.

Fornecedor: Paulista Sports Comércio e Confecções Ltda.

CNPJ: 10.505.221/0001-75.

Objeto: Dispensa de Licitação visando a Contratação de Empresa para a confecção de Uniformes (devidamente personalizados) para uso nas competições da Fundação de Esportes e Escolinhas do Município de Navegantes/SC.

Valor: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Navegantes, 21 de julho de 2014.

Emílio Vieira.

Prefeito do Município em Exercício.



# Nova Trento

## PREFEITURA

### Decreto Nº 130/2014

DECRETO nº 130/2014

convoca os aprovados no processo seletivo 06/2014 que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem ao setor de Recursos Humanos, no dia 25 de julho de 2014, munidos da documentação abaixo relacionada observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XII - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 23 de julho de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº130/2014)

CARGO: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO

Classificação	Nome completo
03	Naiara Minatti Muraro

### Edital de Processo Seletivo Nº 07/2014

Edital de Processo Seletivo nº 07/2014

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento/SC, no uso das atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.754 de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal Complementar nº 512, de 30 de Março de 2011, torna pública a necessidade de contratação temporária de profissionais para ocuparem os cargos do quadro de pessoal que compõe a ESTRUTURA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL, pelo que publica o presente Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 07/2014, com inscrições abertas no período de 28 de julho a 27 de agosto de 2014, no horário das 08h30min às 17h00min no prédio da prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC.

#### 1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

1.1 O critério de seleção se dará com base na avaliação das notas obtidas nas provas.

1.2 Os atos relativos ao presente procedimento de seleção serão publicados no mural de avisos da Prefeitura e no site [www.nova-trento.sc.gov.br](http://www.nova-trento.sc.gov.br), sem prejuízo de divulgação informativa prévia em jornais de circulação regional. O presente edital e seu resultado final do processo também serão publicados no DOM ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)).

1.3 O processo destina-se a seleção de profissionais para cargos constantes no quadro de pessoal que compõem a Estrutura Administrativa Municipal, pelo período determinado de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado o contrato a critério da administração municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

1.4 O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

#### 2- DOS CARGOS, DAS VAGAS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E HABILITAÇÃO Profissional.

2.1 Os candidatos para os cargos objeto do presente edital concorrerão às vagas oferecidas, conforme quadros constantes do Anexo 03, que faz parte integrante deste edital.

#### 3- DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão gratuitas e deverão ser feitas por meio de formulário próprio a ser preenchido pessoalmente pelo candidato, das 08h30min às 17h00min no prédio da Prefeitura Municipal, na Rua Santo Inácio, Praça del Comune, 126 - Centro - Nova Trento/SC, no período de 28 de julho a 27 de agosto de 2014.

3.2 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento integral do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas para inscrição.

3.3 No ato da inscrição o candidato deverá fornecer cópias dos documentos a seguir:

I - Carteira de Identidade;

II- Cartão do CPF;

III- Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

IV- Certificado de Reservista (masculino);

VII- Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;

VIII- Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental;

IX- Diploma de Conclusão do Ensino Superior;

X- Diplomas/Certificados de Pós-Graduação: stricto sensu (doutorado), stricto sensu (mestrado), lato sensu ou especialização.

#### 4- DO PROCESSO SELETIVO, DAS ETAPAS E DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO.

4.1.1 A seleção dos candidatos no Processo Seletivo se efetivará mediante processo específico que se constituirá em prova objetiva e prova de títulos para os cargos de nível superior.

4.1.2 DA PROVA OBJETIVA: As provas objetivas se constituirão de questões de múltipla escolha, sendo calculada de acordo com a tabela abaixo:

a) Ensino Fundamental Completo 2 - Para os cargos de Auxiliar de Enfermagem ESF e Agente de Endemias a prova escrita objetiva conterá 20 questões com 05 alternativas cada, distribuídas conforme quadro abaixo:

Tipo de Prova	Quantidade Questões	Valor de Cada Questão	Total da Nota da Prova
Língua Portuguesa	05	0,4	2,0
Matemática	05	0,4	2,0
Conhecimentos Específicos	10	0,6	6,0
Total	20	---	10,00

b) Nível Superior Completo - Para o cargo de Farmacêutico HIC, Médico (que requerem prova de títulos) a prova escrita objetiva conterá 20 questões com 5 alternativas cada, distribuídas conforme quadro abaixo:

Tipo de Prova	Quantidade Questões	Valor de Cada Questão	Total da Nota da Prova
Língua Portuguesa	05	0,2	1,0
Matemática	05	0,2	1,0
Conhecimentos Específicos	10	0,6	6,0
Total	20	---	8,00

4.1.3 As provas de Língua Portuguesa e Matemática visam aferir as noções básicas relacionadas diretamente com a escolaridade exigida;

4.1.4 As provas de Conhecimentos Específicos visam aferir os conhecimentos generalizados sobre as noções básicas relacionadas com a formação específica relativa a cada cargo.

4.1.5 As provas serão constituídas de 20 questões objetivas, de múltipla escolha, com 5 alternativas cada de "A a E", sendo que, somente uma alternativa estará correta com relação ao enunciado da referida questão.

4.1.6 As provas objetivas serão realizadas por todos os candidatos inscritos, no dia 31 de agosto do presente ano, das 09h00min às 12h00min, na Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle, na Rua Francisco Dalsenter, nº 36, Bairro Trinta Réis, no Município de Nova Trento/SC.

4.1.7 Na data prevista para a realização das provas, os candidatos deverão apresentar-se no mínimo 30 (trinta) minutos antes do horário determinado para o início das provas, munido de documento hábil de identificação (original) com foto e com a ficha de inscrição, e de pelo menos, uma caneta esferográfica, de cor azul ou preta.

4.1.8 Não serão admitidos no local de prova os candidatos que:

- Se apresentarem após o horário estabelecido para o início do exame

- Não se identificar nos termos descritos no item 4.1.7, sendo eliminados do certame.

- Também não será permitido o acesso ao local da prova com equipamento eletrônico (celular, pager, tablet, etc).

4.1.9 Serão considerados como documentos de identificação hábil: Cédula de Identidade (R.G.), a Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo com foto) e carteira de trabalho.

4.1.10 Após a fase de recursos na data de 05 de setembro do corrente ano será publicada a classificação final, homologada pelo Prefeito Municipal.

#### 4.2.1 DA PROVA DE TÍTULOS

4.2.1.1 Para os candidatos aos cargos de Nível Superior Completo, haverá PROVA DE TÍTULOS.

4.2.1.2 Todos os candidatos aos cargos de Nível Superior Completo deverão apresentar os títulos para concorrer a esta etapa.

4.2.1.3 A prova de títulos será realizada no ato da inscrição, de 28 de julho a 27 de agosto de 2014.

#### 4.2.2 DA PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS

4.2.2.1 A prova de títulos consistirá na valorização de títulos de formação profissional, obtidos até a data do encerramento das inscrições, que serão valorizados conforme o quadro abaixo:

	Títulos (concluídos)	Valor
a.	Certificado de pós-graduação stricto sensu (doutorado) na área de atuação;	0,80
b.	Certificado de pós-graduação stricto sensu (mestrado) na área de atuação;	0,70
c.	Certificado de pós-graduação lato sensu ou especialização (com carga horária mínima de 360 horas) na área de atuação - apenas um certificado;	0,50
	Total máximo de pontos	2,00

4.2.2.2 Somente será considerado válido 1 (um) título, quando apresentados 2 (dois) ou mais da mesma pontuação.

4.2.2.3 O (s) título (s) deverá (ão) ser apresentado(s) em cópia autenticada em serventia pública (cartório), ou apresentados no local cópia e original para serem conferidos e somente serão aceitos se concluídos até a data da inscrição.

4.2.2.4 Não serão aceitos declarações ou atestados de frequência.

4.2.2.5 Não serão pontuados títulos relativos a quaisquer serviços prestados, remunerados ou não, inclusive tempo de serviço público, privado ou estágios.

#### 4.2.3 - DA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS:

4.2.3.1 Os títulos serão entregues pelo próprio candidato no ato da inscrição, de 28 de julho a 27 de agosto de 2014.

4.2.3.2 O candidato deverá apresentar uma fotocópia de cada título, bem como o título original, sendo que o encarregado do recebimento dos mesmos deverá conferir cada cópia apresentada com o título original para autenticação ou poderá ser apresentado através de cópia autenticada em cartório, dispensando e a apresentação do título original.

4.2.3.3 Juntamente com os títulos, deverá ser apresentada relação dos mesmos, em formulário próprio, conforme modelo anexo 4 deste Edital, escolhidos e preenchido pelo próprio candidato; fica desde já claro que o inscrito não opinará sobre a escolha de títulos. Esta relação será preenchida em duas vias; destas, uma será devolvida ao candidato devidamente rubricada pelo encarregado pelo recebimento e a outra será encaminhada à Comissão do processo seletivo. Nesta relação deverão ser encaminhados apenas os títulos listados para entrega.

4.2.3.4 Os títulos devem ser apresentados na ordem em que estiver listado o anexo 4.

4.2.3.5 Cópias de títulos não serão aceitos sem autenticação ou sem a apresentação dos originais.

4.2.3.6 Os documentos comprobatórios de títulos não podem apresentar rasuras, emendas ou entrelinhas, sob pena de não serem pontuados.

4.2.3.7 O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc...) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

4.2.3.8 Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do concurso.

4.2.3.9 Entregue a relação dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

#### 5- DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A média final dos candidatos que se submeterem a prova de títulos será obtida pela soma dos pontos obtidos na prova escrita objetiva e a pontuação da prova de títulos, ou seja:



NF= {(PPE + PPT), onde PPE é Pontos Prova Escrita e PPT é Pontos da prova de títulos.

5.2 A média final dos demais cargos será obtida pela nota da prova escrita objetiva.

5.3 Os candidatos classificados serão convocados obedecendo à ordem decrescente de pontos.

#### 5.4 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.4.1. Se ocorrer empate na nota final, para efeito de desempate, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios legais:

- considerada com maior idade, para os que se enquadrarem nessa condição (art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003, Lei do Idoso, quando um dos candidatos tiver 60 anos ou mais);
- Maior idade;
- obtiver maior número de pontos na prova escrita de conhecimentos específicos;
- o que possuir maior número de dependentes;
- Sorteio.

#### 6- DA CONTRATAÇÃO

6.1 A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos, a serem conferidos no momento da contratação:

I- Classificação no Processo Seletivo;

II- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados a data da contratação;

III- Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;

IV- Estar em regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar se for o caso;

V- Escolaridade em conformidade com a habilitação exigida;

VI- Inscrição no PIS/PASEP;

VII- Declaração de acúmulo de cargos (a acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários, considerando-se o limite máximo de 60 horas mensais de serviços prestados em qualquer esfera da administração pública).

VIII- Não ter sido dispensado em Processo Seletivo anterior nos últimos 3 (três) anos por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar, e/ou por abandono ao serviço sem justificativa, quando decorridos mais de três dias consecutivos ou cinco dias intercalados de ausência;

IX- Certidão de não ter antecedentes criminais, achando-se em pleno exercício de seus direitos civil e político, a ser comprovado no ato da inscrição através de certidão de antecedentes criminais, dos últimos 5 (cinco) anos, a ser expedido pelo Fórum.

6.2 O vínculo principal será objeto de contrato administrativo próprio, que conterà todas as condições para o exercício das funções.

#### 7- DOS RECURSOS

7.1 Serão admitidos recursos nas seguintes fases:

I- Da classificação parcial;

7.2 O recurso da classificação parcial deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal entre os dias 03 e 04 de setembro de 2014;

7.3 O candidato que desejar impetrar recurso deverá fazê-lo mediante requerimento individual, conforme anexo 05 deste Edital

7.4 O prazo para julgamento dos recursos pela Comissão do processo seletivo será de 2 (dois) dias úteis.

7.5 Os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente e serão respondidos caso a caso, individualmente.

7.6 Os recursos serão respondidos caso a caso e encaminhados a Comissão Municipal que informará individualmente cada candidato sobre a decisão de seu recurso.

7.7 Se do exame de recursos resultarem anulação de questão ou item de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

7.8 No caso de o gabarito da prova ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação.

7.9 Julgados os recursos, o processo seletivo será homologado em definitivo pelo Prefeito Municipal.

#### 8- DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A validade do Processo Seletivo será de 06 (seis) meses ou até a realização do concurso público.

8.2 A aprovação no processo seletivo não gera o direito à admissão, mas esta, se houver, de acordo com a necessidade do Município, obedecerá à estrita ordem de classificação durante o prazo de validade ou eventual prorrogação, computadas as vagas existentes na data do Edital, as que decorrerem de vacância do cargo e as que vierem a ser criadas.

8.3 A chamada dos aprovados se dará na ordem de classificação pelos órgãos e meios oficiais de publicidade, sendo de 48 (quarenta e oito) horas o prazo para os chamados se apresentarem ao trabalho.

8.3.1 Fica desde já claro que é responsabilidade do candidato manter seus telefones e endereço atualizados junto a esta prefeitura, além de acompanhar os meios já definidos aqui para publicação de informações.

8.4 Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

8.5 A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e compromisso já expresso na ficha de inscrição, de aceitar as condições do processo seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidos, inclusive nos regulamentos editados e leis em vigor.

8.6 Caberá à Comissão de Processo Seletivo a análise de recursos, bem como deliberar sobre os casos omissos e ou situação peculiares.

8.7 Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista/SC para dirimir questões oriundas do presente Processo Seletivo.

8.8 Este Edital entra em vigor na data da sua publicação.

Nova Trento/SC, 22 de julho de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

#### Anexo 01

#### Formulário de inscrição

Ficha de Inscrição		
Estado de Santa Catarina		
Município de Nova Trento		
Prefeitura Municipal de Nova Trento		
Inscrição para Processo Seletivo nº 07/2014/PMNT		
Número da Inscrição: _____/ (Campo preenchido pela Prefeitura)		
Nome do(a) Candidato(a):		
Cargo:		
Identidade (RG):	Data de Nascimento: ____/____/19____	Sexo M ( ) F ( )
CPF nº	Título Eleitoral nº	
Estado Civil	E-mail:	
Endereço	Bairro	
Município	Estado	Fone:
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.		
Local e Data:		
Assinatura do Candidato		

## Via Prefeitura

\* .....

## Ficha de Inscrição

Estado de Santa Catarina

Município de Nova Trento

Prefeitura Municipal de Nova Trento

Inscrição para Processo Seletivo n° 07/2014/PMNT

Número da Inscrição: \_\_\_\_\_ / (Campo preenchido pela Prefeitura)

Cargo:

Nome do(a) Candidato(a):

Local e Data:

Assinatura do Candidato

## Via Candidato

## Anexo 02

## cronograma

Datas	Etapas
Em 22/07/2014	Publicação do Edital
De 28/07/2014 a 27/08/2014	Período para Inscrições
28/08/2014	Divulgação da Lista de Insritos
31/08/2014	Aplicação da Prova Objetiva
Em 02/09/2014	Divulgação da Classificação Parcial
03/09/2014 e 04/09/2014	Recurso da Classificação Parcial
Em 05/09/2014	Divulgação da classificação final e homologação

## Anexo 03

## Quadro de cargo e vagas

Cargo	Vagas	C/H	Habilitação Profissional	Atribuições	Vencimento	Insalubridade	Abono
Farmacêutico HIC	01	40h	Superior completo com Registro no Conselho	Desenvolver as atividades de gestão e infraestrutura de serviços farmacêuticos, preparo, distribuição, dispensação e controle de medicamentos e produtos para a saúde; Otimização da terapia medicamentosa; Informação sobre medicamentos e produtos para a saúde, ensino, educação permanente e pesquisa; montagem e implantação de novos métodos de análises, execução de análises clínicas, análises hematológicas e produtos dietéticos, produção de medicamentos e controle de qualidade.	R\$ 1.110,84	40%	R\$ 119,70

Médico Plan- tonista	05	12h	<p>Conclusão de curso superior em Medicina, com registro no Conselho Regional de Medicina.</p>	<p>Prestar atendimento de Urgência e Emergência passíveis de tratamento a níveis de pronto atendimento a pacientes, tanto adultos quanto pediátricos (em caso de não haver médico especialista em pediatria), em demanda espontânea, cuja origem seja variada e incerta, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos;</p> <p>Atender prioritariamente os pacientes de urgência e emergência identificados de acordo com protocolo de acolhimento definido pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, realizado pelo Enfermeiro Classificador de Risco;</p> <p>Realizar consultas, exames clínicos, solicitar exames subsidiários analisar e interpretar seus resultados, emitir diagnósticos, prescrever tratamentos, orientar os pacientes, aplicar recursos da medicina preventiva ou curativa para promover, proteger e recuperar a saúde do cidadão;</p> <p>Encaminhar pacientes de risco aos serviços de maior complexidade para tratamento e ou internação hospitalar (caso indicado), bem como contatar com a Central de Regulação Médica, para colaborar com a organização e regulação do sistema de atenção às urgências;</p> <p>Garantir a continuidade da atenção médica ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência ou na remoção e transporte de pacientes críticos no âmbito do território do município, bem como no âmbito regional e estadual, prestar assistência direta aos pacientes nas ambulâncias, realizar os atos médicos possíveis e necessários, até a sua recepção por outro médico;</p> <p>Fazer controle de qualidade do serviço nos aspectos inerentes à sua profissão intensivista e de assistência pré-hospitalar, bem como garantir a continuidade da atenção médica ao paciente em observação ou em tratamento nas dependências da entidade até que outro profissional médico assuma o caso;</p> <p>Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência pré-hospitalar à atividade do médico, realizar registros adequados sobre os pacientes, em fichas de atendimentos e prontuários assim como outros determinados pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário e pela direção do Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição;</p> <p>Dar apoio a atendimentos de urgência e emergência nos eventos externos de grande porte;</p> <p>Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho; executar outras tarefas correlatas à sua área de competência;</p> <p>Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade de Urgência e Emergência, caso convocado;</p> <p>Exercer plantões conforme escala elaborada pela direção do Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, de acordo com as necessidades da casa de saúde, podendo a prestação de serviços ser diurna, noturna, finais de semana e feriados;</p> <p>Obedecer ao Código de Ética Médica e aos regulamentos municipais atinentes ao exercício do cargo.</p> <p>Atribuições da Lei Complementar nº 619 de 27/09/2013.</p>	R\$ 780,00	20%	R\$ 119,70
Médico	02	33h	<p>Conclusão de curso superior em Medicina, com registro no Conselho Regional de Medicina.</p>	<p>Desenvolver atividades de execução qualificada, de grande complexidade, abrangendo serviços de defesa, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, nas várias especialidades médicas, correlacionadas aos programas desenvolvidos ao Departamento Autônomo de Saúde Pública.</p>	R\$ 5.909,58	20%	R\$ 119,70

Agente de endemias	01	40h	Ensino Fundamental completo	O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do Secretário Municipal de Saúde. ("A carga horária poderá ser realizada também em regime de plantão e trabalho em domingos e feriados, observada a legislação trabalhista".)	R\$ 724,00	-----	R\$ 143,63
Auxiliar de Enfermagem ESF	01	40h	Ensino Fundamental completo e Registro no Conselho	Desenvolver, com os ACS - Agentes Comunitários de Saúde, atividades de identificação das famílias de risco; contribuir, quando solicitado, com o trabalho dos ACS no que se refere às visitas domiciliares; acompanhar as visitas domiciliares e consultas de enfermagem dos indivíduos expostos às situações de risco, visando garantir uma melhor monitoria de suas condições de saúde; executar, segundo sua qualificação profissional, os procedimentos de vigilância sanitária e epidemiológica nas áreas que compreendam os ciclos de vida, como gestação, criança, adolescente, adulto e idoso, bem como no controle da tuberculose, hanseníase, doenças crônico-degenerativas e infecto-contagiosas; exercer outras tarefas afins; participar da discussão e organização do processo de trabalho da unidade de saúde; preparar o usuário para consultas médicas e de enfermagem, exames e tratamentos; realizar ações de educação em saúde nos grupos prioritários e as famílias em situação de risco.	R\$ 888,67	---	R\$ 119,70

## ANEXO 04

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS  
(PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO EM DUAS VIAS)

EDITAL 07/2014

## DADOS DO CANDIDATO

Nome:

Número da Inscrição: Cargo:

Venho perante a Banca Examinadora da Prova de Títulos do Concurso 07/2014 do Município de Nova Trento/SC, requerer o recebimento dos títulos abaixo relacionados, acompanhados das respectivas cópias, devidamente autenticadas.

Estou ciente de que só serão pontuados os títulos que atenderem a todas as disposições e normas editalícias.

Tipo do título	Descrição do Título	Instituição Ministrante	Carga Horária	Data de Conclusão	Pontuação
a) Certificado de pós-graduação stricto sensu (doutorado) na área do respectivo cargo					
b) Certificado de pós-graduação stricto sensu (mestrado) na área do respectivo cargo					
c) Certificado de pós-graduação lato sensu ou especialização (360 horas) na área do respectivo cargo					
Total de Pontos					

(Local e data) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do candidato

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Assinatura do responsável pelo recebimento

Observação: Preencher em letra de forma ou digitar nos campos destinados ao candidato, em 02 (duas) vias, entregar no local da prova acompanhados dos títulos, conforme Edital. (\*) Os títulos deverão ser numerados em sequência de acordo com esta planilha. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc...) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

## ANEXO 05

## FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

EDITAL 07/2014

Nome do Candidato:	Tipo de Recurso:
	1 - Contra o edital
	2 - Contra indeferimento de inscrição
	3 - Contra Inscrição
	4 - Contra questão da prova
	5 - Contra o Gabarito preliminar
	6 - Contra a Pontuação Prova
	7 - Contra classificação preliminar
8 - Outros	
1 - Deferido	
2 - Indeferido	
N.º de Inscrição:	Cargo:
N.º da Questão:	Data:
Fundamentação:	

Local e data \_\_\_\_\_. \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do Candidato

## Novo Horizonte

## PREFEITURA

**Extrato do PL Nº 050/2014 - Pregão Presencial Nº 021/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTEProcesso Licitatório Nº 050/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2014  
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: A presente licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO PARCELADO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S), CERTIFICADOS E DE ACORDO COM AS NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, PARA USO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 05/08/2014  
O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 8:00 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site [gpm.fecam.org.br/novohorizonte](http://gpm.fecam.org.br/novohorizonte).

Fundamentação legal: Lei 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC)  
em 24 de Julho de 2014.  
ELI MARIOTT  
Prefeito Municipal

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### Regime Interno

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE OURO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

MARIA JOSÉ MENEZES

REGIMENTO INTERNO

REGIMENTO ESCOLAR

2014

OURO VERDE

### TÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

##### CAPÍTULO I

##### IDENTIFICAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E MANTENEDORA

Art. 1º. O Centro Municipal de Educação Infantil Maria José Menezes está localizado na Rua José Santin, nº. 020, Centro, no Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina e tem como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Ouro Verde - Santa Catarina.

Parágrafo único - No decorrer deste Regimento, citaremos o Centro Municipal de Educação Infantil Maria José Menezes como, Estabelecimento de Ensino, Estabelecimento ou simplesmente Centro Municipal de Educação Infantil, contemplando toda Educação Infantil sendo, de 06 meses a 5 anos e 11 meses.

##### CAPÍTULO II

##### DAS FINALIDADES E OBJETIVOS

Art. 2º. O Centro Municipal de Educação Infantil tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos: físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, norteando-se pelos seguintes princípios:

I - respeito aos direitos individuais da criança;

II - considerações às suas condições afetivas;

III - respeito pela diversidade de expressões culturais;

IV - promoção de oportunidade para o desenvolvimento físico;

V - criação de condições para integração social;

VI - oportunidade de acesso ao saber elaborado levando em consideração duas funções indispensáveis e indissociáveis: educar e cuidar;

VII - ampliação de suas experiências e o estímulo ao interesse pelo processo de conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade.

Art. 3º. O Estabelecimento de Ensino garante o princípio democrático de igualdade de condições de acesso e de permanência no Centro Municipal de Educação Infantil, de gratuidade para a rede pública de uma Educação Infantil com qualidade em seus diferentes níveis e modalidades de ensino, vedado qualquer forma de discriminação e segregação.

Art. 4º. O Estabelecimento de Ensino tem como objetivo à implementação e acompanhamento do seu Projeto Político-Pedagógico, elaborado coletivamente, com observância aos princípios democráticos, e submetido à aprovação do Conselho Municipal de Educação.

### TÍTULO II

#### ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

##### CAPÍTULO I

##### DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Art. 5º. O Trabalho pedagógico compreende todas as atividades teórico - práticas desenvolvidas pelos profissionais do Estabelecimento de Ensino para realização do processo educativo escolar.

Art. 6º. A Organização democrática no âmbito escolar fundamenta-se no processo de participação e corresponsabilidade da comunidade escolar na tomada de decisões coletivas, para elaboração, implementação e acompanhamento do Projeto Político-Pedagógico.

Art. 7º. A Organização do trabalho pedagógico é constituída pelo conselho escolar, direção, órgãos colegiados de representação da comunidade escolar, educadores e serviços gerais.

##### SEÇÃO I

##### Dos Conselhos

CME, CAE e FUNDEB

Art. 8º. Os Conselhos são órgãos de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo do Estabelecimento de Ensino, em conformidade com a legislação educacional vigente e orientações da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º. Os Conselhos são compostos por representantes da comunidade escolar e representante de vários segmentos, movimentos sociais organizados e comprometidos com a educação pública, presente na comunidade, sendo presidido por seu membro nato, secretário de educação e o diretor escolar.

Art. 10. Os Conselhos elegerão Presidente e seu vice-presidente dentre os membros que o compõem, maiores de 18 (dezoito) anos.

Art. 11 - O Conselho Municipal de Educação tem como principal atribuição, aprovar e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico do Estabelecimento de Ensino.

Art. 12. Os representantes dos Conselhos são escolhidos entre seus pares, mediante processo eletivo, registrado em Ata, de cada segmento escolar, garantindo-se a representatividade dos níveis e modalidades de ensino.

Parágrafo Único - As eleições dos membros dos Conselhos, titulares e suplentes realizar-se-ão em reunião de cada segmento convocada para este fim, para um mandato de 2 (dois) anos admitindo-se uma única reeleição consecutiva.

Art. 13. Os Conselhos, de acordo com o princípio da representatividade e da proporcionalidade serão constituídos pelos seguintes conselheiros, conforme promulga o respectivo regimento de cada Conselho:

##### I - FUNDEB:

a) Representante do Poder Executivo Municipal;

b) Representante do Poder Executivo - Secretaria Municipal de Educação;

c) Representante de professores de Educação Básica Pública;

d) Representantes de Diretores de Escola Pública;

e) Representantes de Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Públicas;

f) Representantes de Pais de alunos de educação Básica Pública;

g) Representantes de estudantes de Educação Básica Pública;

h) Representantes de estudantes de Educação Básica Pública, indicado por Estudantes Secundaristas;

i) Representantes do Conselho Municipal de educação e;

j) Representantes do Conselho Tutelar.

##### II - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CME):

a) Representantes do Poder Executivo Municipal;

b) Representantes do Poder Legislativo;

c) Representantes da Secretaria Estadual de Educação;

d) Representantes dos Professores da rede Municipal;

e) Representantes dos Professores da rede Estadual;

f) Representantes de pais;

g) Representantes do Ensino Superior;

h) Representantes do Ensino Especial.

##### III - CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE):

a) Representantes do Poder Executivo;

b) Representantes dos Profissionais da educação;

c) Representantes de Pais de Alunos;

d) Representante da Sociedade Civil Organizada.

Art. 14. Os Conselhos são regidos por Estatuto próprio, aprovado por 2/3 (dois terços) de seus integrantes e homologado pela



Secretaria Municipal de Educação.

## SEÇÃO II

Da Equipe de Direção

Art. 15. A Direção é composta pelo diretor, indicado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 16. A Função do diretor, como responsável pela efetivação da gestão democrática, é a de assegurar o alcance dos objetivos educacionais definidos no Projeto Político-Pedagógico do Estabelecimento de Ensino.

Art. 17. Compete ao diretor:

I - Cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor;

II - Responsabilizar-se pelo patrimônio público escolar recebido no ato da posse;

III - Coordenar a elaboração e acompanhar a implementação do Projeto Político-Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil construído coletivamente e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação;

IV - Coordenar e incentivar a qualificação permanente dos profissionais da educação;

V - Implementar a proposta pedagógica do Estabelecimento de Ensino, em observância às Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;

VI - Convocar e presidir as reuniões das Associações de Pais, Mestres e Funcionários - APMF, dando encaminhamento às decisões tomadas coletivamente;

VII - Elaborar os planos de aplicação financeira sob sua responsabilidade, consultando a comunidade escolar e colocando-os em edital;

VIII - Prestar contas dos recursos recebidos, submetendo-os à aprovação das Associações de Pais, Mestres e Funcionários - APMF e fixando-os em edital;

IX - Coordenar a construção coletiva do Regimento Escolar em consonância com a legislação em vigor, após, encaminhá-lo ao Núcleo Regional de Educação para devida aprovação;

X - Garantir o fluxo de informações no Estabelecimento de Ensino e deste com a Secretaria Municipal de Educação e esta última para com a administração.

XI - Encaminhar aos órgãos competentes as propostas de modificações no ambiente escolar, quando necessárias e aprovados pelas Associações de Pais, Mestres e Funcionários - APMF;

XII - Deferir os requerimentos de matrícula;

XIII - Acompanhar o trabalho docente, referente às reposições de aulas discentes;

XIV - Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-atividade estabelecidos;

XV - Promover grupos de trabalho e estudos ou comissões encarregadas de estudar e propor alternativas para atender aos problemas de natureza pedagógico-administrativa no âmbito escolar;

XVI - Participar e analisar da elaboração dos Regulamentos Internos e encaminhá-los ao Conselho Municipal de Educação para aprovação;

XVII - Supervisionar o preparo da merenda escolar, quanto ao cumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente relativamente a exigências sanitárias e padrões de qualidade nutricional;

XVIII - Presidir o Conselho de Classe, dando encaminhamento às decisões tomadas coletivamente;

XIX - Definir horário e escalas de trabalho dos docentes e funcionários;

XX - Articular processos de integração da Escola com a comunidade;

XXI - Participar com a equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, da análise e definição de projetos a serem inseridos no Projeto Político-Pedagógico do Estabelecimento de Ensino, juntamente com a comunidade escolar;

XXII - Cooperar com o cumprimento das orientações técnicas de vigilância sanitária e epidemiológica;

XXIII - Assegurar a realização do processo de avaliação institucional do Estabelecimento de Ensino;

XXIV - Zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XXV - Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XXVI - Assegurar o cumprimento dos programas mantidos e implantados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC - FNDE;

XXVII - Cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

## SEÇÃO III

Dos Órgãos Colegiados de

Representação da Comunidade Escolar

Art. 18. Os segmentos sociais organizados e reconhecidos como Órgãos Colegiados de representação da comunidade escolar legalmente instituído por Estatutos e Regulamentos próprios.

Art. 19. A Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos Pais, Mestres e Servidores do Estabelecimento de Ensino, sem caráter político partidário, religioso, racial e sem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros, sendo constituída por prazo indeterminado.

Parágrafo Único - A Associação de Pais Mestres e Funcionários será regida por Estatuto próprio, aprovado e homologado em Assembleia Geral, convocada especificamente para este fim.

## SEÇÃO IV

Da Equipe Docente

Art. 20. A Equipe docente é constituída de professores regentes, devidamente habilitados.

Art. 21. Compete aos docentes:

I - Participar da elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico do Estabelecimento de Ensino, construído de forma coletiva;

II - Elaborar com a equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação a Proposta Pedagógica Curricular do Estabelecimento de Ensino, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico;

III - Participar do processo de escolha, juntamente com a equipe pedagógica, dos livros e materiais didáticos, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico do Estabelecimento de Ensino;

IV - Elaborar seu Plano de Trabalho Docente;

V - Desenvolver as atividades de sala de aula, tendo em vista a apreensão crítica do conhecimento pelo aluno;

VI - Proceder à reposição dos conteúdos, carga horária e/ou dias letivos aos alunos, quando se fizer necessário, a fim de cumprir o calendário escolar, resguardando prioritariamente o direito do aluno.

VII - Proceder à avaliação contínua, cumulativa e processual dos alunos, utilizando-se de instrumentos e formas diversificadas de avaliação, previstas no Projeto Político-Pedagógico do Estabelecimento de Ensino;

VIII - Participar de processos coletivos de avaliação do próprio trabalho e do Centro Municipal de Educação Infantil, com vistas ao melhor desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem;

IX - Participar de reuniões, sempre que convocado pela direção;

X - Assegurar que, no âmbito escolar, não ocorra tratamento discriminatório em decorrência de diferenças físicas, étnicas, de gênero e orientação sexual, de credo, ideologia, condição sociocultural, entre outras;

XI - Viabilizar a igualdade de condições para a permanência do aluno no Centro Municipal de Educação Infantil, respeitando a diversidade, a pluralidade cultural e as peculiaridades de cada aluno, no processo de ensino e aprendizagem;

XII - Estimular o acesso a níveis mais elevados de ensino, cultura, pesquisa e criação artística;

XIII - Propiciar ao aluno a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, visando ao exercício consciente da cidadania;

XIV - Zelar pela frequência do aluno no Estabelecimento, comunicando qualquer irregularidade à direção;

XV - Cumprir o calendário escolar, quanto aos dias letivos e

hora-atividade estabelecido, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

XVI - Cumprir sua hora-atividade no âmbito escolar, dedicando-as a estudos, pesquisas e planejamento de atividades docentes, sob orientação da equipe pedagógica, conforme determinações da Secretaria Municipal de Educação;

XVII - Manter atualizados os Registros de Classe, conforme orientação da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, deixando-os disponíveis no Estabelecimento de Ensino;

XVIII - Participar do planejamento e da realização das atividades de articulação do Centro Municipal de Educação Infantil com as famílias e a comunidade;

XIX - Dar cumprimento aos preceitos constitucionais, à legislação educacional em vigor e ao Estatuto da Criança e do Adolescente, como princípios da prática profissional e educativa;

XX - Comparecer ao Estabelecimento de Ensino nas horas de trabalho ordinárias que lhe forem atribuídas e nas extraordinárias, quando convocado;

XXI - Zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XXII - Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XXIII - Participar da avaliação institucional, conforme orientação da Secretaria Municipal de Educação;

XXIV - Cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

#### SEÇÃO V

Da Equipe Auxiliar de Serviços Gerais

Art. 22. O auxiliar de Serviços Gerais tem a seu encargo os serviços de conservação, manutenção, preservação, segurança e da alimentação, no âmbito escolar, sendo coordenado e supervisionado pela direção do Estabelecimento de Ensino.

Art. 23. Compete ao auxiliar de serviços gerais que atua na limpeza, organização e preservação do ambiente escolar e de seus utensílios e instalações:

I - Zelar pelo ambiente físico do Estabelecimento de Ensino e de suas instalações, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária vigente;

II - Utilizar o material de limpeza sem desperdícios e comunicar à direção, com antecedência, a necessidade de reposição dos produtos;

III - Zelar pela conservação do patrimônio escolar, comunicando qualquer irregularidade à direção;

IV - Auxiliar na vigilância da movimentação dos alunos em horários de recreio, de início e de término dos períodos, mantendo a ordem e a segurança das crianças, quando solicitado pela direção;

V - Atender adequadamente aos alunos com necessidades educacionais especiais temporárias ou permanentes, que demandam apoio de locomoção, de higiene e de alimentação;

VI - Auxiliar nos serviços correlatos à sua função, participando das diversas atividades escolares;

VII - Cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias;

VIII - Participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional;

IX - Coletar lixo de todos os ambientes do Estabelecimento de Ensino, dando-lhe o devido destino, conforme exigências sanitárias;

X - Participar da avaliação institucional, conforme orientações da Secretaria Municipal de Educação;

XI - Zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XII - Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XIII - Exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

Art. 24. São atribuições do Auxiliar de Serviços Gerais que atua na

cozinha do Estabelecimento de Ensino:

I - Zelar pelo ambiente da cozinha e por suas instalações e utensílios, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária em vigor;

II - Selecionar e preparar a merenda escolar balanceada, observando padrões de qualidade nutricional;

III - Servir a merenda escolar, observando os cuidados básicos de higiene e segurança;

IV - Informar ao diretor do Estabelecimento de Ensino da necessidade de reposição do estoque da merenda escolar;

V - Conservar o local de preparação, manuseio e armazenamento da merenda escolar, conforme legislação sanitária em vigor;

VI - Zelar pela organização e limpeza do refeitório, da cozinha e do depósito da merenda escolar;

VII - Receber, armazenar e prestar contas de todo material adquirido para a cozinha e da merenda escolar;

VIII - Cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias;

IX - Participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional;

X - Auxiliar nos demais serviços correlatos à sua função, sempre que se fizer necessário;

XI - Respeitar as normas de segurança ao manusear fogões, aparelhos de preparação ou manipulação de gêneros alimentícios e de refrigeração;

XII - Participar da avaliação institucional, conforme orientações da Secretaria Municipal de Educação;

XIII - Zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XIV - Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XV - Participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

#### CAPÍTULO II

##### DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Art. 25. A organização didático-pedagógica entendida como o conjunto de decisões coletivas, necessárias a realização das atividades escolares, para garantir o processo pedagógico do Estabelecimento de Ensino.

Art. 26. A organização didático-pedagógica constituída pelos seguintes componentes:

I - dos níveis e modalidades de ensino da Educação Infantil;

II - dos fins e objetivos da Educação Infantil em cada nível e modalidade de ensino;

III - da matrícula;

IV - da frequência;

V - da organização curricular, estrutura e funcionamento;

VI - do calendário escolar;

VII - da avaliação;

VIII - dos registros e arquivos escolares;

IX - da eliminação de documentos escolares;

X - da avaliação institucional.

#### SEÇÃO I

Dos Níveis e Modalidades de Ensino da Educação Infantil

Art. 27. O Estabelecimento de Ensino oferta a Educação Infantil nas modalidades:

I - creche;

II - pré-escola.

Art. 28. As Crianças serão agrupadas por faixa etária, conforme recomenda a legislação específica, observando-se a seguinte relação professor/criança:

Idade	Identificação da turma	Número de crianças
6 meses a 1 ano	Berçário I	6 a 8
1 a 2 anos	Berçário II	10 a 12
2 a 3 anos	Maternal I	12 a 15

3 a 4 anos	Maternal II	15 a 20
4 a 5 anos	Pré Escolar I	20 a 25
5 a 6 anos	Pré Escolar II	20 a 25

I - Crianças de seis meses a um ano - 06 a 08 crianças/ 01 educador e um auxiliar;

II - Crianças de um ano a dois anos - 10 a 12 crianças/ 01 educador e um auxiliar;

III - Crianças de dois a três anos - 12 a 15 crianças/ 01 educador e um auxiliar;

IV - crianças de três a quatro anos - 15 a 20 crianças/ 01 educador e um auxiliar;

V - Crianças de quatro a cinco anos - 20 a 25 crianças/ 01 educador.

VI - Crianças de cinco a seis anos - 20 a 25 crianças/ 01 educador. Parágrafo Único - Os padrões abaixo do mínimo estipulado no caput não serão impeditivos para o funcionamento de turmas.

## SEÇÃO II

Dos Fins e Objetivos da Educação Infantil de Cada Nível e Modalidade de Ensino

Art. 29. O Estabelecimento de Ensino oferece a Educação Infantil com base nos seguintes princípios das Constituições Federal e Estadual:

I - Igualdade de condições para o acesso e a permanência no Estabelecimento de Ensino, vedada qualquer forma de discriminação e segregação;

II - gratuidade de ensino, com isenção de taxas e contribuições de qualquer natureza vinculadas à matrícula;

III - garantia de uma Educação Infantil igualitária e de qualidade.

Art. 30. A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos e onze meses de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

## SEÇÃO III

DA INSCRIÇÃO, SELEÇÃO, ADMISSÃO E DESLIGAMENTO DE CRIANÇAS.

Art. 31. A matrícula é o ato formal que vincula a criança ao Estabelecimento de Ensino, conferindo-lhe a condição de aluno.

Parágrafo Único - É vedada a cobrança de taxas e/ou contribuições de qualquer natureza vinculadas à matrícula.

Art. 32. O Estabelecimento de Ensino oferece matrícula inicial, conforme normas estabelecidas na legislação em vigor e nas instruções da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 33. A inscrição das crianças para a seleção do CMEI será feita na Secretaria Municipal de Educação de Ouro Verde.

Parágrafo único - O processo seletivo das matrículas dar-se-á uma vez por ano conforme anexo único, parte integrante deste Regimento Interno.

Art. 34. A seleção pautar-se-á fundamentalmente em critérios:

I - Pais trabalhadores fora da residência;

II - Crianças em situação familiar de risco;

III - Situação de orfandade;

IV - Crianças em fase de amamentação e a não separação de irmãos.

Art. 35. As crianças serão admitidas e frequentarão o CMEI, no mesmo período do Calendário Escolar.

Art. 36. As faltas das crianças só serão consideradas justificadas por motivo de doença, licença e/ou férias dos pais, demais exceções serão analisadas pela Direção do CMEI.

Art. 37. A criança poderá ter sua matrícula cancelada, retornando ao final da fila de espera, por motivo de faltas injustificadas.

Art. 38. A matrícula é deferida pelo diretor, conforme prazo estabelecido na forma do Anexo I, parte integrante deste Regimento Interno e legislação vigente.

Art. 39. No ato da matrícula os pais ou responsáveis serão informados sobre o funcionamento do Estabelecimento de Ensino

e sua organização, conforme o Projeto Político-Pedagógico, Regimento Escolar, Estatutos e Regulamentos Internos.

Art. 40. O período de matrícula será estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, por meio de Instruções Normativas e os pais ou responsáveis que deixarem de efetuar a matrícula no período determinado, não terá garantia de vaga, devendo concorrer à nova vaga na época das matrículas iniciais.

## SEÇÃO IV

Da Frequência

Art. 41. A Frequência será exigida apenas como recurso para iniciar a criança nos hábitos de pontualidade e assiduidade, não havendo reprovação nesta modalidade de ensino.

Art. 42. Considerar-se-ão motivos justos para o não comparecimento da criança, a sua enfermidade e as férias dos responsáveis.

Parágrafo Único - Os pais ou responsáveis deverão comunicar, por escrito, qualquer motivo que impeça a criança de comparecer ao Centro Municipal de Educação Infantil.

Art. 43. As ausências não justificadas, por 30 (trinta) dias consecutivos da criança em período integral, implicarão em cancelamento de sua matrícula, retornando-o ao final da fila de espera.

## SEÇÃO V

Da Organização Curricular, Estrutura e Funcionamento.

Art. 44. A organização do trabalho pedagógico em todos os níveis e modalidades de ensino segue as orientações expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais.

Art. 45. Os conteúdos e componentes curriculares estão organizados na Proposta Pedagógica Curricular, inclusa no Projeto Político-Pedagógico do Estabelecimento de Ensino, em conformidade com as Diretrizes Nacionais e Estaduais e os Parâmetros Nacionais para Educação Infantil.

## SEÇÃO VI

Do Calendário Escolar

Art. 46. O Calendário Escolar será elaborado anualmente em conjunto com a Escola Municipal Benvenuto Tacca, Centro Municipal de Educação Infantil e Secretaria Municipal de Educação, devendo atender ao disposto na legislação vigente, às peculiaridades da Educação Infantil, compatível com o calendário do Ensino Fundamental do Município.

Art. 47. No calendário da Educação Infantil deverão constar os dias letivos, dias de férias, recessos, reuniões pedagógicas, feriados e dias santificados.

Art. 48. As alterações do calendário da Educação Infantil, determinadas por motivos relevantes, deverão ser comunicados à autoridade competente, em tempo hábil para as devidas providências.

## SEÇÃO VII

Da Avaliação

Art. 49. A Avaliação deverá subsidiar permanentemente o professor, permitindo:

I - A organização ou reorganização das ações pedagógicas junto às crianças;

II - A observação, a reflexão e o diálogo, centrados nas manifestações de cada criança, representando o acompanhamento do cotidiano escolar;

III - Os registros deverão retratar as aquisições feitas pela criança;

IV - Os registros finais, elaborados ao término do período letivo, com caráter descritivo, deverão conter o parecer sobre os diferentes aspectos do processo de desenvolvimento e de aprendizagem do aluno.

Parágrafo único - A Avaliação não tem caráter seletivo das crianças.

Art. 50. Na Educação Infantil, a alfabetização não poderá sobrepor às demais atividades.

§ 1º - O ambiente alfabetizador que coloca a criança em contato com o mundo da linguagem oral e escrita deverá ser significativo nessa etapa da escolaridade.

§ 2º - O brincar e o brinquedo serão utilizados com as crianças uma vez que articulam o conhecimento em relação ao mundo.

## SEÇÃO VIII

Dos Registros e Arquivos Escolares



Art. 51. A escrituração e o arquivamento de documentos escolares têm como finalidade assegurar, em qualquer tempo, a verificação de:

- I. Identificação de cada aluno;
- II. Regularidade de seus estudos;
- III. Autenticidade de sua vida escolar.

Art. 52. Os atos escolares, para efeito de registro e arquivamento, são escriturados em livros e fichas padronizadas, observando-se os Regulamentos e disposições legais aplicáveis.

Art. 53. Os livros de escrituração escolar conterão termos de abertura e encerramento, imprescindíveis à identificação e comprovação dos atos que se registrarem, datas e assinaturas que os autenticuem, assegurando, em qualquer tempo, a identidade do aluno, regularidade e autenticidade de sua vida escolar.

Art. 54. O Estabelecimento de Ensino dispõe de documentos escolares para os registros individuais de alunos, professores e outras ocorrências.

Art. 55. São documentos de registro escolar:

- I - Requerimento de Matrícula;
- II - Livro de registro de classe;
- III - Ficha Individual;
- IV - Parecer descritivo;
- V - Relatório das atividades pedagógicas.

#### SEÇÃO IX

##### Da Eliminação de Documentos Escolares

Art. 56. A eliminação consiste no ato de destruição por fragmentação de documentos escolares que não necessitam permanecer em arquivo escolar, com observância às normas de preservação ambiental e aos prazos dispostos na legislação em vigor.

Art. 57 - A direção do Estabelecimento de Ensino, periodicamente, determinará a seleção dos documentos existentes nos arquivos escolares, sem relevância probatória, a fim de serem retirados e eliminados.

Art. 58. Poderão ser eliminados os seguintes documentos escolares:

- I - Pertinentes ao Estabelecimento de Ensino:
  - a. Livro Registro de Classe, após 5 (cinco) anos;
  - b. Planejamentos didático-pedagógicos, após 1 (um) ano;
  - c. Calendários escolares, com as cargas horárias anuais efetivamente cumpridas, após 1 (um) ano.
- II - referentes ao corpo discente:
  - a) Instrumentos utilizados para avaliação, após 1 (um) ano;
  - b) Documentos inativos do aluno: Requerimento de Matrícula, após 1 (um) ano; Ficha Individual, após 5 (cinco) anos.

Art. 59. Para a eliminação dos documentos escolares será lavrada Ata, na qual deverá constar a natureza do documento, o nome do aluno, o ano letivo e demais informações, que eventualmente possam auxiliar na identificação dos documentos destruídos.

Parágrafo único - a respectiva ata descrita no caput deste artigo deverá ser assinada, pelo diretor e demais funcionários presentes.

#### SEÇÃO X

##### Da Avaliação Institucional

Art. 60. A avaliação institucional ocorrerá por meio de mecanismos criados pelo Estabelecimento de Ensino e/ou por meio de mecanismos criados pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único - A avaliação institucional ocorrerá semestralmente, pois a mesma subsidiará a organização do Plano de Ação da Escola (para ano subsequente)

#### TÍTULO III

##### DIREITOS E DEVERES DA COMUNIDADE ESCOLAR

#### CAPÍTULO I

##### DOS DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES.

##### DOS DOCENTES E DIREÇÃO

#### SEÇÃO I

##### Dos Direitos

Art. 61. Aos docentes e direção, além dos direitos que lhes são assegurados pelo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Ouro Verde - Lei Complementar

nº 023/2005 são garantidos os seguintes direitos:

- I - Ser respeitado na condição de profissional atuante na área da educação e no desempenho de suas funções;
- II - Participar da elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico da Escola, Regimento Escolar e Regulamentos Internos;
- III - Participar de grupos de estudos, encontros, cursos, seminários e outros eventos, ofertados pela Secretaria Municipal de Educação e pelo próprio Estabelecimento de Ensino, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento profissional;
- IV - Requisitar ao setor competente o material necessário à sua atividade, dentro das possibilidades do Estabelecimento de Ensino;
- V - Propor ações que objetivem o aprimoramento dos procedimentos de ensino, da avaliação do processo pedagógico, da administração, da disciplina e das relações de trabalho no Estabelecimento de Ensino;
- VI - Utilizar-se das dependências e dos recursos materiais do Centro Municipal de Educação Infantil para o desenvolvimento de suas atividades;
- VII - Ter assegurado o direito de votar e/ou ser votado como representante nos Conselhos e associações afins;
- VIII - Participar de associações e/ou agremiações afins;
- IX - Participar da definição da Proposta Pedagógica Curricular do CMEI, conforme normas emanadas da Secretaria Municipal de Educação;
- X - Ter assegurado, pelo mantenedor, o processo de formação continuada;
- XI - Ter acesso às orientações e normas emanadas da Secretaria Municipal de Educação;
- XII - Participar da avaliação institucional, conforme orientação da Secretaria Municipal de Educação;
- XIII - Tomar conhecimento das disposições do Regimento Escolar e dos Regulamentos Internos do Estabelecimento de Ensino;
- XIV - Ter assegurado gozo de férias previsto em lei.

#### SEÇÃO II

##### Dos Deveres

Art. 63. Aos docentes e direção, além das atribuições previstas no Capítulo I - Título II -, deste Regimento Escolar, compete:

- I - Possibilitar que o Estabelecimento de Ensino cumpra a sua função, no âmbito de sua competência;
- II - Desempenhar sua função de modo a assegurar o princípio constitucional de igualdade de condições para o acesso e a permanência da criança no Estabelecimento de Ensino;
- III - Colaborar com as atividades de articulação do Centro Municipal de Educação Infantil com as famílias e a comunidade;
- IV - Comparecer às reuniões do Conselho Escolar, quando membro representante do seu segmento;
- V - Manter e promover relações cooperativas no âmbito escolar;
- VI - Cumprir às diretrizes definidas no Projeto Político-Pedagógico do Estabelecimento de Ensino, no que lhe couber;
- VII - Manter o ambiente favorável ao desenvolvimento do processo pedagógico;
- VIII - Comunicar aos órgãos competentes quanto à frequência dos alunos, para tomada das ações cabíveis;
- IX - Manter os pais ou responsáveis das crianças informados sobre qualquer eventualidade que ocorra no que diz respeito à sua área de atuação;
- X - Informar pais ou responsáveis das crianças sobre frequência e desenvolvimento escolar obtidos no decorrer do ano letivo;
- XI - Cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar;
- XII - Ser assíduo, comparecendo pontualmente ao Estabelecimento de Ensino nas horas efetivas de trabalho e, quando convocado, para outras atividades programadas e decididas pelo coletivo do Centro Municipal de Educação Infantil;
- XIII - Comunicar, com antecedência, eventuais atrasos e faltas;
- XIV - Zelar pela conservação e preservação das instalações do Estabelecimento;
- XV - Cumprir as disposições do Regimento Escolar.

XVI - colaborar com avaliação nos termos do artigo 7º, § 1º e seguintes da Lei Complementar n. 020/2005, de 01 de julho de 2005.

### SEÇÃO III

#### Das Proibições

Art. 64 - Aos docentes e à direção é vedado:

I - Tomar decisões individuais que venham a prejudicar o processo pedagógico;

II - Discriminar, usar de violência simbólica, agredir fisicamente e/ou verbalmente qualquer membro da comunidade escolar;

III - Expor colegas de trabalho, alunos ou qualquer membro da comunidade à situações constrangedoras;

IV - Retirar e utilizar, sem a devida permissão do órgão competente, qualquer documento ou material pertencente ao Estabelecimento de Ensino;

V - Ocupar-se com atividades alheias à sua função, durante o período de trabalho;

VI - Receber pessoas estranhas ao funcionamento do Estabelecimento de Ensino, durante o período de trabalho, sem a prévia autorização do órgão competente;

VII - Ausentar-se do Centro Municipal de Educação Infantil, sem prévia autorização do órgão competente;

VIII - Transferir para outras pessoas o desempenho do encargo que lhe foi confiado;

IX - Utilizar-se em sala de aula de aparelhos celulares, recebendo e fazendo chamadas telefônicas;

X - Divulgar, por quaisquer meio de publicidade, assuntos que envolvam direta ou indiretamente o nome do Centro Municipal de Educação Infantil, sem prévia autorização da direção e/ou do Conselho Municipal de Educação e APMF;

XI - Promover excursões, jogos, coletas, lista de pedidos, vendas ou campanhas de qualquer natureza, envolvendo o nome do Centro Municipal de Educação Infantil, sem a prévia autorização da direção;

XII - Comparecer ao Centro Municipal de Educação Infantil embriagado ou com indicativos de ingestão e/ou uso de substâncias químicas tóxicas;

XIII - Fumar nas salas e dependências do Estabelecimento de Ensino, conforme legislação vigente.

Art. 65. Os fatos ocorridos em desacordo com o disposto no Regimento Escolar serão apurados ouvindo se os envolvidos e registrando-se em Ata, com as respectivas assinaturas, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

### CAPÍTULO II

#### DOS DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES DA EQUIPE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

##### SEÇÃO I

###### Dos Direitos

Art. 66. A equipe auxiliar de serviços gerais, além dos direitos que lhes são assegurados em lei, têm, ainda, as seguintes prerrogativas:

I - Ser respeitado na condição de profissional atuante na área da educação e no desempenho de suas funções;

II - Utilizar-se das dependências, das instalações e dos recursos materiais do Estabelecimento, necessários ao exercício de suas funções;

III - Participar da elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil;

IV - Colaborar na implementação da Proposta Pedagógica Curricular definida no Projeto Político Pedagógico da Escola;

V - Requisitar o material necessário à sua atividade, dentro das possibilidades do Estabelecimento de Ensino;

VI - Sugerir aos diversos setores de serviços do Estabelecimento de Ensino ações que viabilizem um melhor funcionamento de suas atividades;

VII - Ter assegurado o direito de votar e/ou ser votado como representante dos Conselhos e APMF;

VIII - Tomar conhecimento das disposições do Regimento Escolar

e do Regulamento Interno do Estabelecimento de Ensino.

### SEÇÃO II

#### Dos Deveres

Art. 67. Além das outras atribuições legais, compete:

I - Cumprir e fazer cumprir os horários e Calendário Escolar;

II - Ser assíduo, comunicando com antecedência, sempre que possível, os atrasos e faltas eventuais;

III - Contribuir, no âmbito de sua competência, para que o Estabelecimento de Ensino cumpra sua função;

IV - Desempenhar sua função de modo a assegurar o princípio constitucional de igualdade de condições para o acesso e a permanência da criança no Estabelecimento de Ensino;

V - Manter e promover relações cooperativas no ambiente escolar;

VI - Manter e fazer manter o respeito e ambiente favorável ao desenvolvimento do processo de trabalho escolar;

VII - Colaborar na realização dos eventos que o Estabelecimento de Ensino proporcionar, para os quais for convocado;

VIII - Comparecer às reuniões do Conselho Escolar, quando membro representante do seu segmento;

IX - Zelar pela manutenção e conservação das instalações do Estabelecimento de Ensino;

X - Colaborar com as atividades de articulação do Centro Municipal de Educação Infantil com as famílias e a comunidade;

XI - Cumprir as atribuições inerentes ao seu cargo;

XII - Tomar conhecimento das disposições contidas no Regimento Escolar;

XIII - Cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento Escolar, no seu âmbito de ação.

### SEÇÃO III

#### Das Proibições

Art. 68. À equipe auxiliar de serviços gerais é vedado:

I - Tomar decisões individuais que venham a prejudicar o processo de aprendizagem e o andamento geral do Centro Municipal de Educação Infantil;

II - Retirar e utilizar qualquer documento ou material pertencente ao Estabelecimento de Ensino, sem a devida permissão do órgão competente;

III - Discriminar, usar de violência simbólica, agredir fisicamente e/ou verbalmente qualquer membro da comunidade escolar;

IV - Ausentar-se do Estabelecimento de Ensino no seu horário de trabalho sem a prévia autorização do setor competente;

V - Expor crianças, colegas de trabalho ou qualquer pessoa da comunidade a situações constrangedoras;

VI - Receber pessoas estranhas ao funcionamento do Estabelecimento de Ensino durante o período de trabalho, sem prévia autorização do órgão competente;

VII - Ocupar-se, durante o período de trabalho, de atividades estranhas à sua função;

VIII - Transferir a outra pessoa o desempenho do encargo que lhe foi confiado;

IX - Divulgar assuntos que envolvam direta ou indiretamente o nome do Centro Municipal de Educação Infantil, por qualquer meio de publicidade, sem prévia autorização da direção e/ou do Conselho Municipal de Educação e APMF;

X - Promover excursões, jogos, coletas, lista de pedidos, vendas ou campanhas de qualquer natureza, que envolvam o nome do Centro Municipal de Educação Infantil, sem a prévia autorização da direção;

XI - Comparecer ao trabalho e aos eventos do Centro Municipal de Educação Infantil embriagado ou com sintomas de ingestão e/ou uso de substâncias químicas tóxicas;

XII - Fumar nas dependências do Estabelecimento de Ensino, conforme legislação em vigor.

Art. 69. Os fatos ocorridos em desacordo com o disposto no Regimento Escolar serão apurados, ouvindo se os envolvidos e registrando-se em ata, com as respectivas assinaturas.

### CAPÍTULO III

#### DOS DIREITOS, DEVERES, PROIBIÇÕES E AÇÕES PEDAGÓGICAS DOS ALUNOS

**SEÇÃO I****Dos Direitos**

Art. 70. Constituem-se direitos das Crianças, com observância dos dispositivos constitucionais da Lei Federal n. 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, da Lei n. 9.394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Decreto Lei n. 1.044/69 e Lei n. 6.202/75:

I - Tomar conhecimento das disposições do Regimento Escolar e dos Regulamentos Internos do Estabelecimento de Ensino, no ato da matrícula;

II - Ter assegurado que o Estabelecimento de Ensino cumpra a sua função de efetivar o processo de ensino e aprendizagem;

III - Ter assegurado o princípio constitucional de igualdade de condições para o acesso e permanência no Estabelecimento de Ensino;

IV - Ser respeitado, sem qualquer forma de discriminação;

V - Solicitar orientação dos diversos setores do Estabelecimento de Ensino;

VI - Utilizar os serviços, as dependências e os recursos materiais do Centro Municipal de Educação Infantil, de acordo com as normas estabelecidas no Regulamento Interno;

VII - Participar das aulas e das demais atividades do Estabelecimento;

VIII - Ter ensino de qualidade ministrado por profissionais habilitados para o exercício de suas funções e atualizados em suas áreas de conhecimento;

IX - Ter acesso a todos os conteúdos previstos na Proposta Pedagógica Curricular do Estabelecimento de Ensino;

X - Participar de forma representativa na construção, acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil;

XI - Ser informado sobre o Sistema de Avaliação do Estabelecimento de Ensino;

XII - Tomar conhecimento do seu aproveitamento escolar e de sua frequência, no decorrer do processo de ensino e aprendizagem.

**SEÇÃO II****Dos Deveres**

Art. 71 - São deveres dos alunos:

I - Manter e promover relações de cooperação no ambiente escolar;

II - Realizar as atividades definidas pelos docentes;

III - Atender às determinações dos diversos setores do Estabelecimento de Ensino, nos respectivos âmbitos de competência;

IV - Participar de todas as atividades curriculares programadas e desenvolvidas pelo Estabelecimento de Ensino;

V - Cooperar na manutenção da higiene e na conservação das instalações do Estabelecimento;

VI - Compensar, junto com os pais, os prejuízos que vier a causar ao patrimônio do Centro Municipal de Educação Infantil, quando comprovada a sua autoria;

VII - Cumprir as ações disciplinares do Estabelecimento de Ensino;

VIII - Tratar com respeito e sem discriminação professores, funcionários e colegas;

IX - Comunicar aos pais ou responsáveis sobre reuniões, convocações e avisos gerais, sempre que lhe for solicitado;

X - Comparecer pontualmente as aulas e demais atividades;

XI - Cumprir as disposições do Regimento Escolar no que lhe couber.

**SEÇÃO III****Das Proibições**

Art. 72. A criança é orientada para não:

I - Ocupar-se, durante o período de aula, de atividades contrárias ao processo pedagógico;

II - Retirar e utilizar, sem a devida permissão do órgão competente, qualquer documento ou material pertencente ao Estabelecimento de Ensino;

III - Trazer para o Estabelecimento de Ensino material de natureza estranha ao estudo;

IV - Ausentar-se do Estabelecimento de Ensino sem prévia autorização do órgão competente;

V - Receber, durante o período de aula, sem a prévia autorização do órgão competente, pessoas estranhas ao funcionamento do Estabelecimento de Ensino;

VI - Discriminar, usar de violência simbólica, agredir fisicamente e/ou verbalmente colegas, professores e demais funcionários do Estabelecimento de Ensino;

VII - Expor colegas, funcionários, professores ou qualquer pessoa da comunidade à situações constrangedoras.

**CAPÍTULO IV****DOS DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS****SEÇÃO I****Dos Direitos**

Art. 73. Os pais ou responsáveis, além dos direitos outorgados por toda a legislação aplicável, têm ainda as seguintes prerrogativas:

I - Serem respeitados na condição de pais ou responsáveis, interessados no processo educacional desenvolvido no Estabelecimento de Ensino;

II - Participar das discussões da elaboração e implementação do Projeto-Político Pedagógico do Estabelecimento de Ensino;

III - Sugerir, aos diversos setores do Estabelecimento de Ensino, ações que viabilizem melhor funcionamento das atividades;

IV - Ter conhecimento efetivo do Projeto Político-Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil e das disposições contidas neste Regimento;

V - Ser informado, no decorrer do ano letivo, sobre a frequência e rendimento obtido pela criança;

VI - Ter acesso ao Calendário Escolar do Estabelecimento de Ensino;

VII - assegurar autonomia na definição dos seus representantes no Conselho Escolar;

VIII - Ter garantido o princípio constitucional de igualdade de condições para o acesso e a permanência do aluno no Estabelecimento de Ensino;

IX - Ter assegurado o direito de votar e/ou ser votado representante dos Conselhos e APMF;

X - Participar de associações;

XI - Representar e/ou ser representado, na condição de segmento, nos Conselhos e APMF.

**SEÇÃO II****Dos Deveres**

Art. 74. Aos pais ou responsáveis, além de outras atribuições legais, compete:

I - Matricular o aluno no Estabelecimento de Ensino, de acordo com a legislação vigente;

II - Exigir que o Estabelecimento de Ensino cumpra a sua função

III - Manter relações cooperativas no âmbito escolar;

IV - Assumir junto ao Centro Municipal de Educação Infantil ações de corresponsabilidade que assegurem a formação educativa da criança;

V - Propiciar condições para o comparecimento e a permanência da criança no Estabelecimento de Ensino;

VI - Respeitar os horários estabelecidos pelo Estabelecimento de Ensino para o bom andamento das atividades;

VII - Identificar-se na secretaria do Estabelecimento de Ensino, para que seja encaminhado ao setor competente, o qual tomara as devidas providências;

VIII - Comparecer às reuniões e demais convocações da direção e administrativo do Centro Municipal de Educação Infantil, sempre que se fizer necessário;

IX - Comparecer às reuniões do Conselho Escolar de que, por força do Regimento Escolar, for membro inerente;

X - Acompanhar o desenvolvimento da criança pelo qual é responsável;

XI - Encaminhar e acompanhar o aluno pelo qual é responsável aos atendimentos especializados solicitados pelo Centro Municipal de Educação Infantil e ofertados pelas instituições públicas;



XII - Respeitar e fazer cumprir as decisões tomadas nas assembleias de pais ou responsáveis para as quais for convocado;  
XIII - Cumprir as disposições do Regimento Escolar, no que lhe couber.

### SEÇÃO III

#### Das Proibições

Art. 75. Aos pais ou responsáveis é vedado:

I - Tomar decisões individuais que venham a prejudicar o desenvolvimento integral da criança pelo qual é responsável, no âmbito do Estabelecimento de Ensino;

II - Interferir no trabalho dos docentes, entrando em sala de aula sem a permissão do setor competente;

III - Retirar e utilizar, sem a devida permissão do órgão competente, qualquer documento ou material pertencente ao Estabelecimento de Ensino;

IV - Desrespeitar qualquer integrante do Estabelecimento, inclusive a criança pelo qual é responsável, discriminando-o, usando de violência simbólica, agredindo-o fisicamente e/ou verbalmente, no ambiente escolar;

V - Expor a criança pelo qual é responsável, funcionário, professor ou qualquer pessoa da comunidade a situações constrangedoras;

VI - Divulgar, por quaisquer meio de publicidade, assuntos que envolvam direta ou indiretamente o nome do Estabelecimento de Ensino, sem prévia autorização da direção e/ou do Conselho Municipal de Educação ou APMF;

VII - Promover excursões, jogos, coletas, lista de pedidos, vendas ou campanhas de qualquer natureza, em nome do Estabelecimento de Ensino sem a prévia autorização da direção;

VIII - Comparecer a reuniões ou eventos do Centro Municipal de Educação Infantil embriagado ou com sintomas de ingestão e/ou uso de substâncias químicas tóxicas;

IX - Fumar nas salas do Estabelecimento de Ensino e demais dependências.

X - Obedecer ao calendário escolar e aos horários estabelecidos pelo Conselho de Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF, o atraso consecutivo no período de três vezes seguidas na semana e/ou a ausência da criança por três vezes ao mês, será motivo para cancelamento de sua matrícula e retorno ao final da fila de espera, exceto casos de saúde;

Art. 76. Os fatos ocorridos em desacordo com o disposto no Regimento Escolar serão apurados, ouvindo-se os envolvidos e registrando-se em Ata, com as respectivas assinaturas.

Parágrafo único - Nos casos de recusa de assinatura do registro, por parte da pessoa envolvida, o mesmo será validado por assinaturas de testemunhas.

### TÍTULO IV

#### DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

##### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 77. A comunidade escolar deverá acatar e respeitar o disposto no Regimento Escolar, apreciado pelo Conselho Escolar.

Art. 78. O Regimento Escolar pode ser modificado sempre que o aperfeiçoamento do processo assim o exigir, quando da alteração da legislação educacional em vigor, sendo as suas modificações orientadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 79. O Regimento Escolar poderá ser modificado por Adendo de Alteração e/ou de Acréscimo, devendo ser submetido à apreciação do Conselho Escolar, com análise e aprovação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 80. Todos os profissionais em exercício no Estabelecimento de Ensino, os alunos regularmente matriculados e respectivos pais ou responsáveis devem tomar conhecimento do disposto no Regimento Escolar.

Art. 81. Os casos omissos no Regimento Escolar serão analisados pelo Conselho Escolar e, se necessário, encaminhados aos órgãos superiores competentes.

Art. 82. O Regimento Escolar entrará em vigor na data de sua publicação.

Ouro Verde, SC, 21 de julho de 2014.

Almeri Lourdes Festa

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE OURO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

MARIA JOSÉ MENEZES

REGIMENTO INTERNO

#### ANEXO I

1 - Para frequentar o CMEI, é necessário que a criança apresente anualmente:

- Atestado médico para acompanhamento da (o) pediatra;
- Xerox da carteira de vacinação em dia;
- Declaração de trabalho e renda dos pais ou responsáveis e ou encaminhamento de algum órgão de proteção e defesa da criança;
- Xerox de comprovante de residência;
- Xerox da identidade e CPF dos pais;
- Xerox ou declaração do imposto de renda dos pais;
- Xerox da certidão de nascimento da criança.

Normalização do Processo Seletivo da Criança:

#### 1. Dos critérios

1.1. O critério de seleção para admissão de crianças no CMEI:

1.1.1 Pais que trabalham fora.

1.1.2. Situação familiar de risco à criança.

1.1.3. Situação de orfandade.

1.1.4. Crianças em fase de amamentação.

1.1.5. A não separação de irmãos.

1.1.6. Em caso de empate o diagnóstico, deverá ser considerado o laudo sócio-econômico, elaborado pela Assistência Social do CRAS do município de Ouro Verde.

#### 2. Da inscrição

2.1. Os pais deverão inscrever seu (sua) filho (a) no CMEI Maria José Menezes.

#### 3. Da seleção

3.1. O processo seletivo de crianças para admissão no CMEI é responsabilidade da Direção da Unidade Escolar.

3.2. A Direção enviará semestralmente à Coordenação dos CMEI junto Secretaria Municipal de Educação o número de crianças inscritas, por categoria e período de nascimento.

3.3. O CMEI deverá abrir matrículas até o final do mês de novembro do ano em curso destacando as vagas disponíveis por faixa etária e a distribuição por categoria.

3.4. A Direção do CMEI é responsável pelo registro da inscrição e pelo procedimento da seleção (contato com os pais, entrevista, análise de documentos que comprovem situação socioeconômica dos candidatos e elaboração da listagem classificatória).

3.5. O não comparecimento, sem justificativa, do candidato, quer para apresentação de documentos ou entrevista, não será excluída da relação dos inscritos, porém, retornará no final da fila de classificação podendo ser chamado ainda se houver novas vagas.

3.6. Deverá ser realizada uma seleção anual, nos meses de dezembro e fevereiro.

#### 4. Da ocupação da vaga

4.1. O número de vagas oferecidas corresponde à capacidade do CMEI, ao espaço físico e ao quadro de pessoal existente.

4.2. A permanência da criança no CMEI deverá coincidir com a jornada de trabalho do responsável, salvo casos excepcionais, devidamente justificados.

4.3. Os casos excepcionais e/ou não contemplados nessas normas deverão ser discutidos entre a Direção do CMEI e a Secretaria Municipal de Educação.

#### 5. Dos Horários de entrada e saída

5.1. O CMEI funcionará das 7h45min às 17h15min - Turno Integral e 13h15min às 17h15min - Turno Parcial.

5.2. Horário de Entrada: 7h45min às 8 horas das 13h15min às 13h30min.

5.3. Após as 8 horas até o limite máximo de 8h30min e 13h35min às 14 horas será considerado atraso. A cada quatro atrasos num mesmo mês a criança será suspensa por um dia.

5.4. Para as crianças que frequentam o CMEI, o horário de entrada será: 7h45min às 08horas e 13h15min às 13h30min. Após as 8h30min e 13h35min será permitida a entrada somente em casos especiais devidamente autorizados pela Direção.

5.5. Horário de Saída: 17h às 17h15min - Turno Integral ou parcial.

5.6. Os atrasos abusivos poderão conduzir a suspensão ou desligamento da criança, a critério da Equipe Diretiva do CMEI.

5.7. As crianças não poderão ser retiradas durante os momentos de grupo/atividades e durante os horários de refeições, salvo em casos especiais.

5.8. O CMEI Maria José Menezes será mantido fechado das 12 às 13 horas para o Soninho das crianças.

#### 6. Do atendimento

6.1. Durante o atendimento as crianças permanecerão no CMEI sob os cuidados de seus funcionários, não será permitida a retirada sem conhecimento da Direção, mas apresentação de documentos das pessoas que se apresentará para apanhar a criança devidamente autorizada pelos pais através de declaração firmada pelos mesmos.

6.2. Qualquer medicação só poderá ser administrada mediante prescrição médica e sob orientação dos profissionais de saúde. Os medicamentos somente poderão ser entregues aos professores e, na falta destes, à Direção do CMEI, na caixa do remédio devem estar indicados o nome da criança, a dosagem e o horário ser administrado com receita médica.

6.3. Em situações de emergência que necessitem de pronto atendimento médico, os pais serão convocados imediatamente. Cabe ao CMEI encaminhar a criança para o atendimento em Pronto-Socorro, em companhia dos genitores.

6.4. Em caso de suspeita de doenças infecto-contagiosa, é necessária a apresentação de atestado médico, a criança deverá ficar o período prescrito em casa para o tratamento.

6.5. Se as crianças tiverem com Infecções Parasitárias da pele e doenças infectocontagiosa (piolhos, coça coça, bicho de pé), ficará afastado do CMEI pelo período prescrito para o tratamento e a eliminação.

6.6. É de responsabilidades dos pais zelar pela saúde e higiene pessoal de seus filhos.

6.7. Bilhetes e comunicados na agenda deverão ser lidos e assinados pelos pais ou responsáveis diariamente.

6.8. A criança deverá trazer diariamente a mochila identificada, bem como, calçados e roupas limpas de acordo com o clima e a idade, e outros utensílios de uso pessoal, como também embalagem plástica para guardar as roupas sujas, bem como as crianças que usam fraldas deverá constar na mochila 4 fraldas descartáveis.

6.9. A alimentação das crianças será totalmente fornecida pelo CMEI e será padronizada em cardápios estabelecidos pela Nutricionista. O CMEI não contemplará em seus cardápios as práticas alimentares alternativas.

6.10. As solicitações para confecção de dietas especiais só serão atendidas mediante prescrição médica e encaminhada a Direção do CMEI adaptação da Nutricionista e da Secretaria Municipal de Educação, a fim de elaborar cardápio diferenciado dos demais.

6.11. As mães que estão amamentando deverão comparecer ao CMEI nos horários previstos.

6.12. Todas as crianças deverão ser vacinadas de acordo com as instruções do Ministério da saúde e campanhas municipais devendo os pais apresentar cópia da carteirinha de acompanhamento da secretaria municipal de saúde a direção do CMEI.

6.13. Qualquer alteração de local ou horário de trabalho dos pais, telefone de contato ou de residência, deverá ser informada a Direção do CMEI para a atualização da ficha de matrícula.

6.14. O CMEI não autoriza o uso de acessórios como: jóias, anéis, correntes, pulseiras também não se responsabiliza por perdas de brincos em horário escolar.

6.15. É obrigatória a presença dos pais ou responsáveis nas reuniões e outras programações realizadas pelo CMEI, para o desenvolvimento psicopedagógico da criança.

6.16. Poderão ser solicitados por parte do CMEI ou por parte dos pais, reuniões ou encontros individuais para a avaliação, orientação e esclarecimento sempre que necessário.

#### Extrato Contratos

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0067/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: MARISA LÚCIA BALBINOT 61466549904

Objeto: Contratação de empresa especializada em Oferecer uma proposta pedagógica de educação continuada, para mitigar os desafios educacionais vivenciados pela Rede Municipal de Ensino de OURO VERDE SC, oferecendo aos professores e demais profissionais da área uma mediação necessária que contribuam com o desenvolvimento de habilidades e competências para o trabalho educacional em 2014. A proposta inclui 03 encontros com carga horária total 06 horas cada encontro. O valor certo e ajustado de R\$:3.000,00 (três mil reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 23 de julho de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE EDITAL Nº001/2014. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes CMDCA de Ouro Verde-SC, TORNA PÚBLICO que realizara eleição suplementar do Conselho Tutelar para cargos de Conselheiro Tutelar. Inscrições: de 24/07/2014 à 30/07/2014, Maiores informações e Edital na íntegra, poderão ser obtidos no mural Público, a partir da data de abertura das inscrições.

Ouro Verde, 23 de julho de 2014.

Almeri Lourdes Festa

Presidente do CMDCA.

# Paial

## PREFEITURA

### Dispensa de Licitação 004/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dados do Processo Licitatório: Processo de Licitação 36/2014 - Dispensa de Licitação 04/2014

Objeto: Contratação de serviços de assistência técnica e extensão rural para o município de Paial, em conformidade com o art. 24, VIII da Lei 8.666/93

Dados do Contrato: Contrato nº 53/2014

Contratado: Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

CNPJ: 83.052.191/0022-97

Data do Contrato: 23/07/2014

Valor do Contrato: 7.500,00

Informações complementares:

Dispensa de Licitação Lei 8.666 Artigo 24 - Inciso VIII

Município de Paial - SC em 23 de julho de 2014

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

### Carta Convite 006/2014

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

CARTA CONVITE 006/2014

Objeto: contratação de serviços e fornecimento de peças para recuperação do motor do caminhão placas LYU 8937 do município de Paial conforme relação de peças e serviços constantes dos anexos deste edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 08:45hs do dia 01/08/2014

Abertura: 01/08/2014 as 09:00hs

Informações complementares: demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares estarão disponíveis na página do município [www.paial.sc.gov.br](http://www.paial.sc.gov.br) e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail [compras@paial.sc.gov.br](mailto:compras@paial.sc.gov.br)

Município de Paial - SC em 23 de julho de 2014.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

### Extrato Contratual Mês 07 PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 51/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada.: Sandro Rodrigo Libardoni - ME

Valor ..... : 3.850,00 (três mil oitocentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 15/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2014

Objeto ..... : Contratação de palestra para pais, alunos e

colaboradores da rede municipal de educação de Paial"  
Paial, 23 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 49/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada.: Gau Grings Representações comerciais LTDA ME

Valor ..... : 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

Vigência ..... : Início: 01/07/2014 Término: 31/12/2014

Objeto ..... : Contratação de show de manobras de wheeling (manobras radicais com motos) freestyle (manobras radicais com bicicletas) e manobras de borrachão que se realizará no dia 06 de julho de 2014, com duração de 01hs30min com início previsto para as 13hs30min e término as 15hs00min. "

Paial, 23 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 52/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada.: LOCADORA DE MAO DE OBRA DUTRA LTDA - ME

Valor ..... : 9.650,00 (nove mil seiscentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 14/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2014

Objeto ..... : Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, abrangendo as categorias de Auxiliar de Serviços Gerais, a serem executados nas dependências das instalações da Prefeitura Municipal de Paial conforme especificado no anexo ""E"" - Termo de Referência deste edital."

Paial, 23 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 53/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada.: EPAGRI EMP.PESQUISA AGROP.EXT.RURAL - SC

Valor ..... : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Vigência ..... : Início: 23/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2014

Objeto ..... : Contratação de prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural prestados pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri no Município de Paial "

Paial, 23 de Julho de 2014

Contrato Nº.: 50/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada.: LEANDRO PAGLIARI ME

Valor ..... : 264.976,72 (duzentos e sessenta e quatro mil novecentos e setenta e seis reais e setenta e dois centavos)

Vigência ..... : Início: 27/06/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2014

Objeto ..... : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de construção de quadra esportiva coberta conforme Projeto Básico constante no Anexo ""E"" deste Edital."

Paial, 23 de Julho de 2014

**LRF**

**MUNICÍPIO DE PAIAL - SC - PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JULHO/2013 A JUNHO/2014**

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.919.609,45	0,00
Pessoal Ativo	3.919.609,45	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>3.919.609,45</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>3.919.609,45</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	<b>10.331.067,76</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	<b>37,94</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%</b>	<b>5.578.776,59</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%</b>	<b>5.299.837,76</b>	
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%</b>	<b>5.020.898,93</b>	

**FONTE:**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PAIAL, 22/07/2014

ALDAIR ANTONIO RIGO  
 Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI  
 Contador CRC/SC 021753/0-1

## LRF

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>524.995,66</b>	<b>391.395,70</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	524.995,66	391.395,70	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>915.157,44</b>	<b>1.748.074,27</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	950.745,04	1.879.461,36	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	35.587,60	131.387,09	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-390.161,78</b>	<b>-1.356.678,57</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>9.599.314,71</b>	<b>10.331.067,76</b>	<b>0,00</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>5,47%</b>	<b>3,79%</b>	
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>-4,06%</b>	<b>-13,13%</b>	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>11.519.177,65</b>	<b>12.397.281,31</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>10.367.259,89</b>	<b>11.157.553,18</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	17.069,45	16.041,83	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.064,30	2.816.430,79	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014

Continuação 2/2

<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</b>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

PAIAL, 22/07/2014

ALDAIR ANTONIO RIGO  
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI  
Contador CRC/SC 021753/0-1

FONTE:



**LRF**

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV</b>	<b>9.599.314,71</b>	<b>10.331.067,76</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>2.111.849,24</b>	<b>2.272.834,91</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>1.900.664,31</b>	<b>2.045.551,42</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

PAIAL, 22/07/2014

ALDAIR ANTONIO RIGO  
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI  
Contador CRC/SC 021753/0-1

## LRF

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>10.331.067,76</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV)</b> <b>= (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>1.652.970,84</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>1.487.673,76</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>723.174,74</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V)</b> <b>= (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

PAIAL, 22/07/2014

ALDAIR ANTONIO RIGO  
Prefeito MunicipalITAMAR LONGHINI  
Contador CRC/SC 021753/0-1

## LRF

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alienações	3.815,54	0,00	3.815,54
Atenção Básica	209.918,11	13.100,91	196.817,20
CIDE	16,31	0,00	16,31
Conv. FNAS PETI	118.491,55	288,86	118.202,69
Conveio SDR aq. de trator nº0649/2014	85,50	85,50	0,00
Convênio Caixa 032.3206-01/2010 Calçamento	156.322,68	0,00	156.322,68
Convênio Caixa Siconv 0028766/2011 Conv. SIAFI 762670	44.873,96	0,00	44.873,96
Convênio Caixa Siconv 020657/2011 Conv. SIAFI 766602	(36.433,67)	0,00	(36.433,67)
Convênio Caixa Siconv 033.1839-27/2010	(16.479,49)	0,00	(16.479,49)
Convênio Caixa Siconv 033.4564-77/2010	(53.380,00)	0,00	(53.380,00)
Convênio Caixa Siconv 056439/2011 Conv. SIAFI 764533	(49.100,00)	0,00	(49.100,00)
Convênio Caixa Siconv n088965/2009 SIAFI 725531	76.828,00	0,00	76.828,00
Convenio Da União FMS Paial FNSCONVENENTE	120.000,00	0,00	120.000,00
Convenio Estado / Transp. Escolar	8.623,00	0,00	8.623,00
Convênio FNAS - PACS (criança)	(4.399,78)	0,00	(4.399,78)
Convenio Foz Chapeco	200.000,00	0,00	200.000,00
convênio multas de trânsito	3.449,38	0,00	3.449,38
Convenio Salario Educação Estado	13.448,26	0,00	13.448,26
Convênio SDR / Asfalto Cempa	1.520,90	0,00	1.520,90
Convenio Transito	(1.026,58)	0,00	(1.026,58)
COSIP	2.991,68	0,00	2.991,68
Cota Parte Salario educação	(13.272,44)	0,00	(13.272,44)
ESF - Estratégias de Saúde da Família	107.208,33	570,00	106.638,33
EXCESSO DE ARRECADACAO ALIENACAO DE BENS MOVEIS SAUDE	(21.000,00)	0,00	(21.000,00)
Farmacia Básica	6.599,96	0,00	6.599,96
FNAS - CRASS	33.933,17	357,80	33.575,37
IGD	32.453,80	0,00	32.453,80
IGD -SUAS	9.215,66	0,00	9.215,66
MAC	50.856,16	4.018,68	46.837,48
Piso Básico Variável	54.789,43	0,00	54.789,43
PNAE - Alimentação Escolar	37,18	4.161,07	(4.123,89)
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	1.508,10	0,00	1.508,10
PNATE - Transp. Escolar	11.104,63	0,00	11.104,63
PREF. PAIAL FMAS BENEF. PREST. CONTINUADA	208,93	0,00	208,93
Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Educação	(282.434,71)	109.091,68	(391.526,39)
Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde	(784.978,33)	0,00	(784.978,33)
Recursos - Saude	18.801,72	46.355,40	(27.553,68)
RECURSOS CONV. FMS/ESF - SUPERAVIT FIANCIERO	(18.157,51)	0,00	(18.157,51)
Salario Educação	3.798,92	8.769,00	(4.970,08)
Superávit - Alienações Saúde	(17,29)	0,00	(17,29)
Superávit - Atenção Básica	42.488,67	0,00	42.488,67
Superavit - Farmacia Básica	6.156,23	0,00	6.156,23
Superavit - MAC	3.139,77	0,00	3.139,77
Superavit ASPS	10.466,65	4.681,41	5.785,24
Superavit Convênio Caixa 031.1535-31/2009	(9.759,94)	0,00	(9.759,94)
Superavit ESF	(26.806,20)	0,00	(26.806,20)
Superavit PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	(1.508,90)	0,00	(1.508,90)
Superavit Transf. do SUS - PMAQ	(73.502,55)	353,91	(73.856,46)

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Superavit Vig. San. em Saúde	(574,64)	0,00	(574,64)
Transf. do SUS - PMAQ	(51.455,35)	311,68	(51.767,03)
Transferencias de Convênios - Outros	27.035,24	0,00	27.035,24
Transferencias do FUNDEB - 40%	179.554,41	7.523,61	172.030,80
Transferencias do FUNDEB - 60%	(165.739,92)	9.649,72	(175.389,64)
Transporte Escolar do Estado	(2,97)	0,00	(2,97)
Vigilância em Saúde	(1.083,59)	0,00	(1.083,59)
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>(51.372,03)</b>	<b>209.319,23</b>	<b>(260.691,26)</b>
Conveio FUNDAM BRDE Pavimentacao de Ruas n°2014TR00 1087	329.665,34	0,00	329.665,34
CONVENIO SEC. DES. REG. TR N°1758/2014	91.401,61	0,00	91.401,61
Recursos Ordinários	1.843.162,74	8.412,89	1.834.749,85
RECURSOS ORDINARIOS	47.518,48	0,00	47.518,48
Superavit Financeiro - Recursos Ordinarios	26.868,28	0,00	26.868,28
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>2.338.616,45</b>	<b>8.412,89</b>	<b>2.330.203,56</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>2.287.244,42</b>	<b>217.732,12</b>	<b>2.069.512,30</b>
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

PAIAL, 22/07/2014

ALDAIR ANTONIO RIGO  
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI  
Contador CRC/SC 021753/0-1

LRF

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS (CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados				
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
Atenção Basica	0,00	0,00	0,00	7.022,17	0,00	0,00	
CIDE	0,00	0,00	0,00	199,99	0,00	0,00	
Conv. FNAS PETI	0,00	288,86	0,00	393,00	0,00	0,00	
Convêio FUNDAM BRDE aq. de Rolo Compactat	0,00		0,00	341.100,00	0,00	0,00	
Convêio SDR aq. de trato r nº0649/2014	0,00	85,50	0,00	0,00	0,00	0,00	
Convênio Caixa Siconv 0028766/2011 Conv. SIAFI	0,00	0,00	0,00	44.873,96	0,00	0,00	
Convênio Caixa Siconv 020657/2011 Conv. SIAFI	0,00	0,00	0,00	61.766,33	0,00	0,00	
Convênio Caixa Siconv nº088965/2009 SIAFI 725	0,00	0,00	0,00	76.828,00	0,00	0,00	
Convênio Estado / Transp. Escolar	0,00	0,00	0,00	49.126,00	0,00	0,00	
Convênio Transito	0,00	0,00	0,00	1.195,59	0,00	0,00	
ESF - Estratégias de Saúde da Família	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	
Farmacia Básica	0,00	0,00	0,00	1.044,17	0,00	0,00	
FNAS - CRASS	0,00	357,80	0,00	6.490,60	0,00	0,00	
MAC	0,00	0,00	0,00	33.636,00	0,00	0,00	
Piso Básico Variável	0,00	0,00	0,00	119,10	0,00	0,00	
FPNAE - Alimentação Escolar	0,00	4.161,07	0,00	607,61	0,00	0,00	
PNATE - Transp. Escolar	0,00	0,00	0,00	14.415,01	0,00	0,00	
Recettas de Impostos e de Transf. de Impostos -	0,00	14.755,21	553,71	202.485,79	0,00	0,00	
Recursos - Saude	0,00	29.286,56	0,00	71.482,09	0,00	0,00	
Salario Educação	0,00	8.889,00	0,00	10.611,45	0,00	0,00	
Transf. do SUS - PMAQ	0,00	0,00	276,85	3.539,33	0,00	0,00	
Transferencia FNDE/MEC Excesso De Arrecad. (I)	0,00	0,00	0,00	489.759,14	0,00	0,00	
Transferencias do FUNDEB - 40%	0,00	6.395,85	80,00	2.491,67	0,00	0,00	
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	64.219,85	910,56	1.420.187,00	0,00	0,00	
Convêio FUNDAM BRDE Pavimentacao de Ruas	0,00	0,00	0,00	668.865,94	0,00	0,00	
CONVENIO SEC. DES. REG. TR N°1758/2014	0,00	0,00	0,00	199.990,51	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	96.453,80	277,50	543.376,55	0,00	0,00	
SUPERAVIT FINANCEIRO -CONVENIO RADIC	0,00	0,00	0,00	799,00	0,00	0,00	
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	96.453,80	277,50	1.413.032,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	160.673,65	1.188,06	2.833.219,00	0,00	0,00	

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

PAIAL , 22/07/2014

ALDAIR ANTONIO RIGO  
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI  
Contador CRC/SC 021753/0-1



**LRF**

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 1º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	3.919.609,45	37,94
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	5.578.776,59	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	5.299.837,76	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.736.241,68	-16,81
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	12.397.281,31	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.272.834,91	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.652.970,84	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	723.174,74	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	2.833.219,00	0,00

FONTE:

PAIAL, 22/07/2014

ALDAIR ANTONIO RIGO  
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI  
Contador CRC/SC 021753/0-1

LRF/RREO

Município de PAIAL - SC  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>9.612.000,00</b>	<b>9.612.000,00</b>	<b>1.944.808,51</b>	<b>20,23</b>	<b>5.179.312,36</b>	<b>53,88</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>9.612.000,00</b>	<b>9.612.000,00</b>	<b>1.591.404,30</b>	<b>16,56</b>	<b>4.801.413,40</b>	<b>49,95</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	248.000,00	248.000,00	43.036,72	17,35	228.830,16	92,27
IMPOSTOS	180.000,00	180.000,00	34.988,67	19,42	194.229,53	107,91
TAXAS	68.000,00	68.000,00	8.078,05	11,88	34.600,63	50,88
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	14.000,00	14.000,00	1.685,08	12,04	1.685,08	12,04
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	14.000,00	14.000,00	1.685,08	12,04	1.685,08	12,04
RECEITA PATRIMONIAL	10.000,00	10.000,00	9.057,08	90,57	18.155,95	181,56
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.000,00	10.000,00	9.057,08	90,57	18.155,95	181,56
RECEITA DE SERVIÇOS	110.000,00	110.000,00	14.985,74	13,62	50.249,90	45,68
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.189.900,00	9.189.900,00	1.516.904,91	16,51	4.483.925,29	48,79
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.114.900,00	9.114.900,00	1.474.659,91	16,18	4.424.429,29	48,54
Transf. de Conv.	75.000,00	75.000,00	42.245,00	56,33	59.496,00	79,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	40.100,00	40.100,00	5.734,77	14,30	18.567,02	46,30
Multas e Juros de Mora	23.600,00	23.600,00	2.588,87	10,97	8.067,66	34,27
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	16.500,00	16.500,00	3.145,90	19,07	10.479,36	63,51
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>353.404,21</b>	<b>0,00</b>	<b>377.898,96</b>	<b>0,00</b>
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	353.404,21	0,00	377.898,96	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	353.404,21	0,00	377.898,96	0,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>9.612.000,00</b>	<b>9.612.000,00</b>	<b>1.944.808,51</b>	<b>20,23</b>	<b>5.179.312,36</b>	<b>53,88</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de PAIAL - SC  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>9.612.000,00</b>	<b>9.612.000,00</b>	<b>1.944.808,51</b>	<b>20,23</b>	<b>5.179.312,36</b>	<b>4.432.687,64</b>
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	9.612.000,00	9.612.000,00	1.944.808,51	20,23	5.179.312,36	4.432.687,64
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	241.876,93	—	—	32.562,88	—
Superávit Financeiro	—	241.876,93	—	—	32.562,88	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>7.199.500,00</b>	<b>2.437.736,97</b>	<b>9.637.236,97</b>	<b>2.745.391,26</b>	<b>6.139.133,68</b>	<b>1.257.145,29</b>	<b>3.323.614,10</b>	<b>6.313.622,87</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>5.825.000,00</b>	<b>323.319,50</b>	<b>6.148.319,50</b>	<b>832.426,90</b>	<b>3.826.535,57</b>	<b>1.118.710,90</b>	<b>2.982.335,95</b>	<b>3.165.983,55</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.695.400,00	-27.590,35	2.667.809,65	447.469,43	1.314.040,99	447.469,43	1.314.040,99	1.353.768,66
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00	0,00	100.000,00	8.095,74	26.476,02	8.095,74	26.476,02	73.523,98
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.029.600,00	350.909,85	3.380.509,85	376.861,73	2.486.018,56	663.145,73	1.641.818,94	1.738.690,91
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.349.500,00</b>	<b>2.114.417,47</b>	<b>3.463.917,47</b>	<b>1.912.964,36</b>	<b>2.312.598,11</b>	<b>138.434,39</b>	<b>341.278,15</b>	<b>3.122.639,32</b>
INVESTIMENTOS	1.119.500,00	2.114.417,47	3.233.917,47	1.868.431,04	2.178.998,15	93.901,07	207.678,19	3.026.239,28
INVERSOES FINANCEIRAS	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	220.000,00	0,00	220.000,00	44.533,32	133.599,96	44.533,32	133.599,96	86.400,04
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>25.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.000,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>7.199.500,00</b>	<b>2.437.736,97</b>	<b>9.637.236,97</b>	<b>2.745.391,26</b>	<b>6.139.133,68</b>	<b>1.257.145,29</b>	<b>3.323.614,10</b>	<b>6.313.622,87</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de PAIAL - SC  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>7.199.500,00</b>	<b>2.437.736,97</b>	<b>9.637.236,97</b>	<b>2.745.391,26</b>	<b>6.139.133,68</b>	<b>1.257.145,29</b>	<b>3.323.614,10</b>	<b>34,49</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.855.698,26</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>7.199.500,00</b>	<b>2.437.736,97</b>	<b>9.637.236,97</b>	<b>2.745.391,26</b>	<b>6.139.133,68</b>	<b>1.257.145,29</b>	<b>5.179.312,36</b>	<b>34,49</b>

FONTE:

PAIAL , 22/07/2014

ALDAIR ANTONIO RIGO  
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI  
Contador CRC/SC 021753/0-1

LRF/RREO

Município de PAIAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)	R\$ 1,00
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)										
Administração	7.199.500,00	9.637.236,97	2.745.391,26	6.139.133,68	1.257.145,29	3.323.614,10	100,00	34,49	6.313.622,87	
Administração	1.508.500,00	1.776.490,51	525.753,09	1.210.841,90	298.101,95	752.592,39	22,64	42,36	1.023.898,12	
Administração Geral	1.508.500,00	1.776.490,51	525.753,09	1.210.841,90	298.101,95	752.592,39	22,64	42,36	1.023.898,12	
Segurança Pública	32.500,00	33.300,00	2.228,25	5.004,81	428,76	2.990,32	0,09	8,98	30.309,68	
Policimento	22.500,00	23.300,00	2.228,25	4.631,11	428,76	2.616,62	0,08	11,23	20.683,38	
Defesa Civil	10.000,00	10.000,00	0,00	373,70	0,00	373,70	0,01	3,74	9.626,30	
Assistência Social	527.000,00	544.659,00	100.740,05	285.550,73	100.449,84	275.709,25	8,30	50,62	268.949,75	
Assistência ao Idoso	20.000,00	20.000,00	3.263,09	5.250,22	3.143,99	5.131,12	0,15	25,66	14.868,88	
Assistência à Criança e ao Adolescente	65.000,00	65.000,00	848,55	4.746,13	623,55	3.734,13	0,11	5,74	61.265,87	
Assistência Comunitária	442.000,00	459.659,00	96.628,41	275.554,38	96.682,30	266.844,00	8,03	58,05	192.815,00	
Saúde	30.000,00	31.508,90	0,00	19.935,89	5.863,78	16.244,78	0,49	51,56	15.264,12	
Alimentação e Nutrição	30.000,00	31.508,90	0,00	19.935,89	5.863,78	16.244,78	0,49	51,56	15.264,12	
Educação	1.711.000,00	2.432.664,07	700.002,20	1.612.551,49	306.035,38	792.236,03	23,84	32,57	1.640.428,04	
Ensino Fundamental	1.457.000,00	2.172.381,64	679.280,55	1.483.971,84	275.301,73	717.142,38	21,58	33,01	1.455.239,26	
Ensino Superior	75.000,00	75.000,00	0,00	75.000,00	8.912,00	24.814,00	0,75	33,09	50.186,00	
Educação Infantil	165.000,00	171.282,43	20.273,95	47.631,95	20.273,95	47.631,95	1,43	27,81	123.650,48	
Educação de Jovens e Adultos	7.000,00	7.000,00	447,70	447,70	447,70	447,70	0,01	6,40	6.552,30	
Educação Especial	7.000,00	7.000,00	0,00	5.500,00	1.100,00	2.200,00	0,07	31,43	4.800,00	
Cultura	22.500,00	22.500,00	7.755,07	21.288,05	4.755,07	18.288,05	0,55	81,28	4.211,95	
Difusão Cultural	22.500,00	22.500,00	7.755,07	21.288,05	4.755,07	18.288,05	0,55	81,28	4.211,95	
Urbanismo	75.000,00	983.889,12	682.314,99	912.292,82	9.856,00	45.358,27	1,36	4,61	938.530,85	
Infra-Estrutura Urbana	75.000,00	983.889,12	682.314,99	912.292,82	9.856,00	45.358,27	1,36	4,61	938.530,85	
Habitação	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	
Habitação Urbana	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	
Saneamento	115.000,00	65.000,00	0,00	6.419,50	0,00	6.419,50	0,19	9,88	58.580,50	
Saneamento Básico Rural	15.000,00	15.000,00	0,00	6.419,50	0,00	6.419,50	0,19	42,80	8.580,50	
Saneamento Básico Urbano	100.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
Ciência e Tecnologia	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	
Telecomunicações	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	
Agricultura	1.089.000,00	1.108.999,00	79.131,34	690.162,32	171.102,29	524.436,45	15,78	47,29	584.562,55	
Extensão Rural	1.089.000,00	1.108.999,00	79.131,34	690.162,32	171.102,29	524.436,45	15,78	47,29	584.562,55	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de PAIAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	7.199.500,00	9.637.236,97	2.745.391,26	6.139.133,68	1.257.145,29	3.323.614,10	100,00	34,49
Indústria	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	34.000,00	34.000,00	5.565,91	9.639,34	5.565,91	9.639,34	0,29	28,35
Energia Elétrica	34.000,00	34.000,00	5.565,91	9.639,34	5.565,91	9.639,34	0,29	28,35
Transporte	1.355.000,00	1.904.226,37	574.273,53	1.129.244,22	277.885,53	660.927,11	19,89	34,71
Transporte Rodoviário	1.355.000,00	1.904.226,37	574.273,53	1.129.244,22	277.885,53	660.927,11	19,89	34,71
Desporto e Lazer	115.000,00	115.000,00	14.997,77	76.126,63	24.471,72	58.696,63	1,77	51,04
Desporto Comunitário	115.000,00	115.000,00	14.997,77	76.126,63	24.471,72	58.696,63	1,77	51,04
Encargos Especiais	320.000,00	320.000,00	52.629,06	160.075,98	52.629,06	160.075,98	4,82	50,02
Serviço da Dívida Interna	320.000,00	320.000,00	52.629,06	160.075,98	52.629,06	160.075,98	4,82	50,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	7.199.500,00	9.637.236,97	2.745.391,26	6.139.133,68	1.257.145,29	3.323.614,10	100,00	34,49

FONTE:

PAIAL , 22/07/2014

ALDAIR ANTONIO RIGO  
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI  
Contador CRC/SC 021753/0-1

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



LRF/RREO

Município de PAIAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JULHO/2013 A JUNHO/2014  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014		
		ESPECIFICAÇÃO												TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
		Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jun/2014		
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>														<b>836.268,56</b>	<b>11.243.768,65</b>	<b>11.558.400,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA														23.404,94	411.354,02	248.000,00
I.P.T.U.														407,54	17.652,18	15.000,00
I.R.R.F														4.757,62	130.184,88	60.000,00
I.S.S.														6.808,22	4.381,35	85.000,00
I.T.B.I.														9.134,56	186.036,43	85.000,00
Outras Receitas Tributárias														23.086,66	5.726,96	20.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES														54.383,87	4.699,79	68.000,00
RECEITA PATRIMONIAL														4.469,81	2.716,00	14.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA														6.152,53	2.904,55	10.000,00
RECEITA INDUSTRIAL														0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS														0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES														7.519,16	108.217,60	110.000,00
Cota-Parte do F.P.M.														10.643.686,45	795.797,81	11.136.300,00
Cota-Parte do I.C.M.S.														5.839.417,06	429.779,99	6.600.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.														3.031.290,31	254.173,50	3.281.800,00
Cota-Parte do I.T.R.														81.403,07	10.318,24	75.000,00
Outras Transferências Correntes														0,00	0,00	2.000,00
Transferências da LC 61/1989														55.346,05	11.034.441,25	542.500,00
Transferências da LC 87/1996														3.125,10	3.125,10	35.000,00
Transferências do FUNDEB														1.105,55	1.105,55	20.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES														43.861,72	538.006,25	600.000,00
DEDUÇÕES (II)														51.445,79	4.025,73	40.100,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB														17.009,34	1.709,04	1.946.400,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (II) = (I – II)														<b>138.692,85</b>	<b>1.723.372,43</b>	<b>1.946.400,00</b>
FONTE: PAIAL, 22/07/2014														<b>1.723.372,43</b>	<b>9.520.397,22</b>	<b>9.612.000,00</b>

ALDAIR ANTONIO RIGO  
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI  
Contador CRC/SC 0217530-1

LRF/RREO

Município de PAIAL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				Até o Bimestre/2013	
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Continua 1/4					

Continuação 2/4

Município de PAIAL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
Valor			0,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA	
Bancos Conta Movimento			MAIO	2013
			0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de PAIAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
				Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS				
				Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de PAIAL - SC

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

PAIAL, 22/07/2014

ALDAIR ANTONIO RIGO  
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI  
Contador CRC/SC 021753/0-1

**LRF/RREO**

Município de PAIAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	524.995,66	435.929,02	391.395,70
DEDUÇÕES (II)	915.157,44	1.394.031,03	1.748.074,27
Disponibilidade de Caixa Bruta	950.745,04	1.478.998,69	1.879.461,36
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	35.587,60	84.967,66	131.387,09
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-390.161,78	-958.102,01	-1.356.678,57
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-390.161,78</b>	<b>-958.102,01</b>	<b>-1.356.678,57</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-398.576,56</b>	<b>-966.516,79</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

PAIAL, 22/07/2014

ALDAIR ANTONIO RIGO  
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI  
Contador CRC/SC 021753/0-1



**LRF/RREO**

Município de PAIAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>9.602.000,00</b>	<b>1.582.347,22</b>	<b>4.783.257,45</b>	<b>4.230.054,94</b>
Receita Tributária	248.000,00	43.036,72	228.830,16	117.720,82
I.P.T.U.	15.000,00	1.226,49	15.825,77	13.979,83
I.S.S.	85.000,00	16.439,38	135.237,48	36.396,35
I.T.B.I.	20.000,00	5.726,96	12.655,96	8.998,00
I.R.R.F.	60.000,00	11.565,84	30.510,32	24.388,54
Outras Receitas Tributárias	68.000,00	8.078,05	34.600,63	33.958,10
Receita de Contribuição	14.000,00	1.685,08	1.685,08	5.860,61
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	14.000,00	1.685,08	1.685,08	5.860,61
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	10.000,00	9.057,08	18.155,95	5.904,99
(-) Aplicações Financeiras	10.000,00	9.057,08	18.155,95	5.904,99
Transferências Correntes	9.189.900,00	1.516.904,91	4.483.925,29	4.020.427,23
F.P.M.	5.280.000,00	802.295,47	2.543.395,76	2.256.675,11
I.C.M.S.	2.661.800,00	403.766,68	1.212.058,83	1.077.312,87
Convênios	75.000,00	42.245,00	59.496,00	74.334,14
Outras Transferências Correntes	1.173.100,00	268.597,76	668.974,70	612.105,11
Demais Receitas Correntes	150.100,00	20.720,51	68.816,92	86.046,28
Dívida Ativa	16.500,00	3.145,90	10.479,36	20.998,60
Diversas Receitas Correntes	133.600,00	17.574,61	58.337,56	65.047,68
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>353.404,21</b>	<b>377.898,96</b>	<b>371.487,06</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Transferências de Capital	0,00	353.404,21	377.898,96	363.487,06
Convênios	0,00	353.404,21	377.898,96	363.487,06
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>353.404,21</b>	<b>377.898,96</b>	<b>363.487,06</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>9.602.000,00</b>	<b>1.935.751,43</b>	<b>5.161.156,41</b>	<b>4.593.542,00</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>6.148.319,50</b>	<b>1.118.710,90</b>	<b>2.982.335,95</b>	<b>2.673.251,69</b>
Pessoal e Encargos Sociais	2.667.809,65	447.469,43	1.314.040,99	1.161.555,84
Juros e Encargos da Dívida (IX)	100.000,00	8.095,74	26.476,02	37.970,00
Outras Despesas Correntes	3.380.509,85	663.145,73	1.641.818,94	1.473.725,85
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>6.048.319,50</b>	<b>1.110.615,16</b>	<b>2.955.859,93</b>	<b>2.635.281,69</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>3.463.917,47</b>	<b>138.434,39</b>	<b>341.278,15</b>	<b>331.971,79</b>
Investimentos	3.233.917,47	93.901,07	207.678,19	276.621,79
Inversões Financeiras	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	220.000,00	44.533,32	133.599,96	55.350,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>3.243.917,47</b>	<b>93.901,07</b>	<b>207.678,19</b>	<b>276.621,79</b>

Município de PAIAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>25.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>9.317.236,97</b>	<b>1.204.516,23</b>	<b>3.163.538,12</b>	<b>2.911.903,48</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>284.763,03</b>	<b>731.235,20</b>	<b>1.997.618,29</b>	<b>1.681.638,52</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	32.562,88	0,00
Superávit Financeiro	-	-	32.562,88	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>0,00</b>

FONTE:

PAIAL, 22/07/2014

ALDAIR ANTONIO RIGO  
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI  
Contador CRC/SC 021753/0-1

LRF/RREO

Município de PAIAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,00	
PODER/ÓRGÃO		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		-	35.587,60	35.587,60	-	0,00	-	9.064,30	8.153,09	8.153,09	-	911,21	
EXECUTIVO													
ADMINISTRAÇÃO DIRETA													
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	35.587,60	35.587,60	0,00	0,00	0,00	9.064,30	8.153,09	8.153,09	0,00	911,21	
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PAIAL		0,00	12.794,54	12.794,54	0,00	0,00	0,00	633,71	0,00	0,00	0,00	633,71	
GABINETE DO PREFEITO		0,00	3.588,75	3.588,75	0,00	0,00	0,00	1.636,89	1.446,89	1.446,89	0,00	190,00	
SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS		0,00	2.423,07	2.423,07	0,00	0,00	0,00	3.710,00	3.710,00	3.710,00	0,00	0,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		0,00	6.442,83	6.442,83	0,00	0,00	0,00	167,28	167,28	167,28	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		0,00	10.336,41	10.336,41	0,00	0,00	0,00	2.916,42	2.828,92	2.828,92	0,00	87,50	
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	35.587,60	35.587,60	0,00	0,00	0,00	9.064,30	8.153,09	8.153,09	0,00	911,21	
FONTE:													

PAIAL, 22/07/2014

ALDAIR ANTONIO RIGO  
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI  
Contador CRC/SC 021753/0-1

## LRF/RREO

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	182.400,00	182.400,00	35.584,72	196.037,91	107,48
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	16.700,00	16.700,00	1.852,54	17.503,66	104,81
1.1.1- IPTU	15.000,00	15.000,00	1.226,49	15.825,77	105,51
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	200,00	200,00	34,17	49,04	24,52
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.000,00	1.000,00	415,12	1.154,18	115,42
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	500,00	500,00	176,76	474,67	94,93
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	20.000,00	20.000,00	5.726,96	12.655,96	63,28
1.2.1- ITBI	20.000,00	20.000,00	5.726,96	12.655,96	63,28
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	85.700,00	85.700,00	16.439,38	135.367,97	157,96
1.3.1- ISS	85.000,00	85.000,00	16.439,38	135.237,48	159,10
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	500,00	500,00	0,00	107,64	21,53
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	200,00	200,00	0,00	22,85	11,43
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	60.000,00	60.000,00	11.565,84	30.510,32	50,85
1.4.1- IRRF	60.000,00	60.000,00	11.565,84	30.510,32	50,85
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	9.993.800,00	9.993.800,00	1.534.918,89	4.735.830,85	47,39
2.1- Cota-Parte FPM	6.600.000,00	6.600.000,00	1.002.869,29	3.151.342,19	47,75
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.600.000,00	6.600.000,00	1.002.869,29	3.151.342,19	47,75
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.261.800,00	3.261.800,00	504.708,14	1.514.355,64	46,43
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	20.000,00	20.000,00	2.211,10	5.527,75	27,64
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	35.000,00	35.000,00	6.406,22	18.372,20	52,49
2.5- Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	0,00	10,24	0,51
2.6- Cota-Parte IPVA	75.000,00	75.000,00	18.724,14	46.222,83	61,63
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>10.176.200,00</b>	<b>10.176.200,00</b>	<b>1.570.503,61</b>	<b>4.931.868,76</b>	<b>48,46</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	105.000,00	105.000,00	19.297,59	48.504,88	46,20
5.1- Transferências do Salário-Educação	65.000,00	65.000,00	4.670,16	27.533,12	42,36
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	15.000,00	15.000,00	2.816,00	5.632,00	37,55
5.4- Transferências Diretas - PNATE	25.000,00	25.000,00	11.811,43	15.339,76	61,36
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	75.000,00	75.000,00	17.246,00	34.497,00	46,00
6.1- Transferências de Convênios	75.000,00	75.000,00	17.246,00	34.497,00	46,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	1.092,93	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>180.000,00</b>	<b>180.000,00</b>	<b>36.543,59</b>	<b>84.094,81</b>	<b>46,72</b>
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	1.946.400,00	1.946.400,00	305.702,19	920.595,11	47,30
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.320.000,00	1.320.000,00	200.573,82	607.946,43	46,06
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	600.000,00	600.000,00	100.941,46	302.296,81	50,38
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.000,00	4.000,00	442,22	1.105,55	27,64
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	400,00	400,00	0,00	2,04	0,51
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	15.000,00	15.000,00	3.744,69	9.244,28	61,63
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	600.000,00	600.000,00	90.210,81	267.057,26	44,51
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	600.000,00	600.000,00	90.210,81	267.057,26	44,51
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-1.346.400,00</b>	<b>-1.346.400,00</b>	<b>-215.491,38</b>	<b>-653.537,85</b>	<b>48,54</b>
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	475.000,00	477.409,65	80.383,43	200.551,42	42,01
13.1- Com Educação Infantil	100.000,00	100.000,00	20.273,95	37.906,06	37,91
13.2- Com Ensino Fundamental	375.000,00	377.409,65	60.109,48	162.645,36	43,10
14- OUTRAS DESPESAS	125.000,00	180.552,00	11.634,99	72.688,43	40,26
14.1- Com Educação Infantil	65.000,00	65.000,00	0,00	3.443,46	5,30
14.2- Com Ensino Fundamental	60.000,00	115.552,00	11.634,99	69.244,97	59,93
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	600.000,00	657.961,65	92.018,42	273.239,85	41,53
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					273.239,85
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					75,10
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					27,22
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-2,32
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>2</sup>	2.544.050,00	2.544.050,00	392.625,90	1.232.967,19	48,46
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	165.000,00	166.826,00	20.273,95	43.175,52	25,88
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.292.000,00	1.349.961,65	223.271,87	648.060,19	48,01
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	435.000,00	492.961,65	71.744,47	231.890,33	47,04
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	857.000,00	857.000,00	151.527,40	416.169,86	48,56
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.457.000,00	1.516.787,65	243.545,82	691.235,71	45,57
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-653.537,85
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO *					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-653.537,85
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.344.773,56
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					27,27
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	65.000,00	65.000,00	27.727,20	32.623,20	50,19
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	100.000,00	761.876,42	24.302,66	40.915,42	5,37
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	165.000,00	826.876,42	52.029,86	73.538,62	8,89
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.622.000,00	2.343.664,07	295.575,68	764.774,33	32,63

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.409,65	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	267.057,26	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	258.100,62	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	258.100,62	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	11.366,29	0,00

PAIAL, 22/07/2014

ALDAIR ANTONIO RIGO      ITAMAR LONGHINI  
Prefeito Municipal      Contador CRC/SC 021753/0-1

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.



**LRF/RREO**

Município de PAIAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.463.917,47	341.278,15	0,00	3.122.639,32
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>3.463.917,47</b>	<b>341.278,15</b>	<b>0,00</b>	<b>3.122.639,32</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-3.463.917,47</b>	<b>-341.278,15</b>		<b>-3.122.639,32</b>

FONTE:

PAIAL , 22/07/2014

ALDAIR ANTONIO RIGO  
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI  
Contador CRC/SC 021753/0-1

**LRF/RREO**

Município de PAIAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	12.201,02	0,00	12.201,02

FONTE:

PAIAL, 22/07/2014

ALDAIR ANTONIO RIGO  
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI  
Contador CRC/SC 021753/0-1

LRF/RREO

Município de PAIAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	182.600,00	182.600,00	196.206,93	107,45
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	15.000,00	15.000,00	15.825,77	105,51
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	20.000,00	20.000,00	12.655,96	63,28
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	85.000,00	85.000,00	135.237,48	159,10
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	60.000,00	60.000,00	30.510,32	50,85
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	400,00	400,00	218,06	54,52
Dívida Ativa dos Impostos	1.500,00	1.500,00	1.261,82	84,12
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	700,00	700,00	497,52	71,07
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.993.800,00	9.993.800,00	4.735.830,85	47,39
Cota-Parte FPM	6.600.000,00	6.600.000,00	3.151.342,19	47,75
Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	10,24	0,51
Cota-Parte IPVA	75.000,00	75.000,00	46.222,83	61,63
Cota-Parte ICMS	3.261.800,00	3.261.800,00	1.514.355,64	46,43
Cota-Parte IPI-Exportação	35.000,00	35.000,00	18.372,20	52,49
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	20.000,00	20.000,00	5.527,75	27,64
Desoneração ICMS (LC 87/96)	20.000,00	20.000,00	5.527,75	27,64
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	10.176.400,00	10.176.400,00	4.932.037,78	48,47
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de PAIAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						0,00
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100] 6</b>						-739.805,67

Continua 2/4

Município de PAIAL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00	0,00			0,00		
TOTAL (VIII)		0,00	0,00			0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
		LIMITE NÃO CUMPRIDO						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
		-	-			-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
			DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
				Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	%	
							(m/Total m)*100	
TOTAL		0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00	

Município de PAIAL - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

PAIAL, 22/07/2014

ALDAIR ANTONIO RIGO  
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI  
Contador CRC/SC 021753/0-1



**LRF/RREO**

Município de PAIAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

PAIAL, 22/07/2014

ALDAIR ANTONIO RIGO  
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI  
Contador CRC/SC 021753/0-1

**LRF/RREO**

Município de PAIAL - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO  
 Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	9.612.000,00	
Previsão Atualizada		—	9.612.000,00	
Receitas Realizadas		1.944.808,51	5.179.312,36	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	32.562,88	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	7.199.500,00	
Créditos Adicionais		—	2.437.736,97	
Dotação Atualizada		—	9.637.236,97	
Despesas Empenhadas		2.745.391,26	6.139.133,68	
Despesas Liquidadas		1.257.145,29	3.323.614,10	
Superavit Orçamentário		—	1.855.698,26	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.745.391,26	6.139.133,68	
Despesas Liquidadas		1.257.145,29	3.323.614,10	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			10.331.067,76	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-966.516,79	0,00
Resultado Primário		0,00	1.997.618,29	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	35.587,60	0,00	35.587,60	0,00
EXECUTIVO	35.587,60	0,00	35.587,60	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	9.064,30	0,00	8.153,09	911,21
EXECUTIVO	9.064,30	0,00	8.153,09	911,21
TOTAL:	44.651,90	0,00	43.740,69	911,21
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.344.773,56	25%	27,27
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		200.551,42	60%	75,10
Liquidadas		691.235,71		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		341.278,15	3.122.639,32	

Continua 1/2

Município de PAIAL - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15,00		0,00
Liquidadas	0,00			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PAIAL, 22/07/2014

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI

Contador CRC/SC 021753/0-1

# Palhoça

## PREFEITURA

### Lei Nº 4.076, de 22 de Julho de 2014

LEI Nº 4.076, DE 22 DE JULHO DE 2014.

UTILIDADE PÚBLICA. Clube Recreativo Praiasol.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública CLUBE RECREATIVO PRAIASOL, inscrita sobre o CNPJ nº 79.886.222/0001-03, localizada na Rua: Arcanjo Cândido da Silva, CEP 88138300, Bairro Praia de Fora, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 22 de julho de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1.681, DE 18 DE JULHO DE 2014

DECRETO Nº 1.681, DE 18 DE JULHO DE 2014.

ORÇAMENTO. Suplementa dotação orçamentária por conta do superávit financeiro.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3.933, de 26 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 2.500.000,00, (dois milhões e quinhentos mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

26.00 - SERV.AUT.MUNC.DE AGUAS E ESG.DE PALHOÇA

26.01 - SERV.AUT.MUNC.DE AGUAS E ESG.DE PALHOÇA

2.135 - Functo e Manut.das Águas de Palhoça R\$ 1.000.000,00

645 3.3.90.00.00.00.00.00.1430133 - Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

2.136 - Saneamento Básico p/Todos R\$ 1.500.000,00

649 3.3.90.00.00.00.00.00.1430133 - Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação de dotação orçamentária abaixo:

26.00 - SERV.AUT.MUNC.DE AGUAS E ESG.DE PALHOÇA

26.01 - SERV.AUT.MUNC.DE AGUAS E ESG.DE PALHOÇA

2.136 - Saneament Básico p/Todos R\$ 2.500.000,00

652 4.4.90.00.00.00.00.00.1430133 - Aplicações Diretas R\$ 2.500.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 18 de julho de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1.680, DE 16 DE JULHO DE 2014

DECRETO Nº 1.680, DE 16 DE JULHO DE 2014.

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA II. Regulamenta os critérios de elegibilidade para a seleção dos beneficiários no âmbito do município de Palhoça, conforme Portarias nº 610/11 e 595/13 do Ministério das Cidades e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009 e da Lei Complementar nº 078, de 30 de novembro de 2009.

Considerando a necessidade de instituir os Critérios Locais para a elegibilidade e seleção das famílias que serão contempladas com as Unidades Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida II - PMCMV II do município de Palhoça/SC, os municípios poderão estabelecer até três critérios locais adicionais aos critérios nacionais;

Considerando as Portarias nº 610/11 de 26 de dezembro de 2011 e 595/13 de 18 de dezembro de 2013, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre os critérios de elegibilidade e seleção dos beneficiários do PMCMV II;

Considerando a necessidade de aplicar o critério da justiça social com total transparência com o objetivo principal de atingir e cumprir os fins sociais que o Programa exige;

Considerando a aprovação dos Critérios Locais conforme estabelecido nas Portarias nº610/11 e 595/13, o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS, deliberou sobre a regulamentação que segue abaixo.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento sobre os critérios de elegibilidade municipal pertinente a demanda de beneficiários a serem incluídos junto ao PMCMV II do município de Palhoça/SC, aprovados pelo CMHIS em assembléia extraordinária.

Art. 2º Fica estabelecido pelo CMHIS do município, os Critérios Locais de elegibilidade, o qual as famílias selecionadas pelos Critérios Locais e Nacionais deverão dispor de condições socioeconômicas para a custa com encargos a serem pagos pela aquisição do empreendimento destinado ao Programa MCMV II, tais como: condomínio, prestação mensal do imóvel, luz, água, ITBI do imóvel, IPTU.

Art. 3º Ficam estabelecidos aqui os Critérios e os procedimentos para a seleção e elegibilidade dos beneficiários do PMCMV II, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, conforme rege as Portarias 610/11 e 595/13e o disposto na Lei 11.977/2009 do Ministério das Cidades.

a) Famílias residentes em área de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;  
b) Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; e  
c) Famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

§1º São consideradas áreas de risco aquelas que apresentam risco geológico ou de insalubridade, tais como, erosão, solapamento, queda e rolamento de blocos de rocha, eventos de inundação, taludes, barrancos, áreas declivosas, encostas sujeitas a desmoronamento e lixões, áreas contaminadas ou poluídas, bem como, outras assim definidas pela Defesa Civil.

Art. 4º Ficam estabelecidos aqui os três Critérios Locais do município de Palhoça/SC, de forma a complementar os critérios nacionais, conforme orientação das Portarias nº 610/11 e 595/13 do Ministério das Cidades.

Art. 5º As Unidades Habitacionais do Condomínio Alexandre Coelho, sito a Rua Nossa Senhora da Rosa Mística (fundos), s/nº - Bairro Guarda do Cubatão, Palhoça/SC, encontra-se inseridos no PMCMV II e contemplara 480 unidades, que serão ocupadas obedecendo aos seguintes critérios adicionais abaixo elencados:

- a) Famílias que habitem ou trabalhem próximo à região do empreendimento, de forma a evitar o deslocamento intra-urbano.
  - b) Grupo familiar, composto preferencialmente por genitores solteiros ou separados, arrimo de família com filhos e dependentes sob seus cuidados, pagando aluguel ou more em regime de co-habitação ou imóvel cedido.
  - c) Aos idosos carentes que paguem aluguel ou morem em regime de co-habitação ou imóvel cedido, conforme rege a Lei municipal de nº 2.629/07 o qual estabelece 05% (cinco) das unidades habitacionais destinadas a Habitação de Interesse Social - HIS.
- § 1º A demanda deverá ser qualificada de acordo com os critérios atribuídos aos candidatos, devendo agrupado na forma que segue:

**Critérios Nacionais:**

- Representando 19% dos candidatos que preencham a alínea (a) do art.3;
- Representando 19% dos candidatos que preencham a alínea (b) do art. 3;
- Representando 19% dos candidatos que preencham a alínea (c) do art. 3;

**Critérios Locais (adicionais):**

- Representando 19% dos candidatos que preencham a alínea (a) do art.5;
- Representando 19% dos candidatos que preencham a alínea (b) do art. 5;
- Representando 05% dos candidatos que preencham a alínea (c) do art. 5;

Art. 6º Nas Unidades Habitacionais remanescentes ou nos casos em que os percentuais não forem atingidos serão distribuídos através de sorteio, desde que inscritas no cadastro da habitacional da Secretaria de Habitação do Município de Palhoça/SC.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 16 de julho de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

**ERRATA 001 PREGÃO Nº 142/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
ERRATA Nº 001  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/2014

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Termo de Referência do Edital Convocatório, ficando apazado para o dia 11/08/2014, às 14:00hs, o recebimento dos envelopes e a sessão de lances do Pregão Presencial nº 142/2014. O edital, que está embasado na lei de licitações, e as respectivas alterações encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 23 de julho de 2014.  
A PREGOEIRA.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**

**Aleração 01 PP 30/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
ALTERAÇÃO Nº 01/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA, torna público que ficou prorrogado para o dia 30 de julho de 2014 às 13:30 horas, a efetuação de lances verbais e abertura das documentações do Pregão Presencial nº 30/2014, que tem como objeto: aquisição de materiais de consumo enfermagem, laboratório, tiras de glicemia e materiais para atendimento de ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, no mesmo local.

Palhoça, 23 de julho de 2014.  
Eronete Gilda Gomes Oliveira  
Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

**CÂMARA MUNICIPAL****Publicação Vencedores do Pregão Presencial Nº13/2014 - Aquisição de Material de Limpeza**

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
COMPRAS E LICITAÇÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC  
PUBLICAÇÃO PREGÃO 013/2014

INTEGRANDO O PODER  
LEGISLATIVO COM A COMUNIDADE  
Rua : Joci José Martins, Nº 101 -  
Pagani - Palhoça - SC  
CEP - 88132-148  
Fone/Fax.: (48) 3242-1501 - RAMAL 250  
www.cmp.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC - Comunica a quem estiver interessado que os VENCEDORES do PREGÃO PRESENCIAL nº 013/2014, com o objeto aquisição de material para limpeza e higienização, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para contratação de empresa especializada para fornecimento deste objeto, conforme descrição constante do ANEXO I do edital. A empresa DEPARTAMENTO EIRELI EPP foi vencedora nos itens 4,5,6,7 e 10, a empresa LUIZ FERNANDO SEBOLD ME foi vencedora nos itens 1,2,3,8,9 e 11. Qualquer informação na Rua Joci José Martins, nº101 Pagani Palhoça e no site oficial [www.cmp.sc.gov.br](http://www.cmp.sc.gov.br) ou pelo telefone (48)3242-1501.

Palhoça/SC, 23 de julho de 2014.  
MARIA INACIA DE MELO PIAZZA  
Pregoeira

**Paulo Lopes****PREFEITURA****Portaria Nº 273/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 273/2014

EVANDRO JOAO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a Servidora Pública Municipal, Cai-tia Salvelina Bernardo Liberato, brasileira, efetiva e estável, portadora do CPF nº 986.118.609-34, matrícula nº 702, ocupante do Cargo de Professora, a disposição na Secretaria Municipal de Educação no período de 21/07/2014 à 18/10/2014, referente ao quinquênio de 18/02/2002 à 17/02/2006, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC,  
em 22 de Julho de 2014.  
Evandro Joao dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração



# Penha

## PREFEITURA

### Pp08/2014 - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2014 - FMAS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 082014 - FMAS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA SEREM UTILIZADOS NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRAS, ABRIGO MUNICIPAL E CREAS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Entrega dos Envelopes até: 05/08/2014 às 17:00 horas na Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 06/08/2014 às 09:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:30m.

Penha/SC, 24 de julho de 2014.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

### Pp13/2014 - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2014 - FMAS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 092014 - FMAS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE ÔNIBUS PARA O TRANSPORTE DO GRUPO DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE ATENDIDO PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Entrega dos Envelopes até: 05/08/2014 às 17:00 horas na Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 06/08/2014 às 14:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:30m.

Penha/SC, 24 de julho de 2014.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

### Contrato 14/2014 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Extrato de Contrato nº 14/2014 - FME  
Contratada: K SPORTS COM. E IND. DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA.

Objeto: fornecer materiais para a PREFEITURA, por meio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE.

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 06/2014 -FME, modalidade Pregão Presencial nº. 05/2014 -FME.

Penha/SC, 22 de julho de 2014.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

### Aditivo Nº 125/2014 Pmp

5º TERMO DE ADITIVO Nº 125/2014 PMP  
AO CONTRATO 159/2013 PMP

Licitação: Processo Licitatório nº. 43/2013 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 21/2013 -PMP

Objeto: - AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA SEREM UTILIZADOS PELA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

Pelo presente instrumento de 5º Termo de Aditivo nº 125/2014 PMP ao Contrato Administrativo nº 159/2013 para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA SEREM UTILIZADOS PELA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa GIOTTO POSTO DE GASOLINA LTDA, com sede na cidade de Penha/SC, Avenida Itapocorói, nº 1915, Armação, CEP 88.385-000, telefone (47) 3345-8294 inscrita no CNPJ sob o nº 05.143.560/0001-19, neste ato representada por Sérgio José Giroto, CPF 227.553.579-91, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A quantidade prevista na cláusula primeira do Contrato Administrativo 159/2013 - PMP, fica aditivado em um acréscimo de 25%, conforme planilha abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTO R\$	
				UNITÁRIO	GLOBAL
03	Óleo Diesel Comum	Litros	750	2,488	1.866,00
TOTAL R\$					1.866,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Dotação Orçamentária

Órgão: 11 - Secretaria de Agricultura e Pesca  
Unidade: 11.03 - Departamento de Frota  
Funcional: 04.122.0011  
Projeto/Atividade: 2.037  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas  
Codigo Reduzido: 000110

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 22 de julho de 2014.

PREFEITURA

CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

Nome: Josiane Bento

CPF 053.867.439-37

Nome:

CPF:

DE ACORDO:

RAFAEL CELESTINO

Secretário de Administração

**Aditivo Nº 126/2014 Pmp**

4 º TERMO ADITIVO Nº 126/2014 - PMP

AO TERMO DE CONTRATO Nº 389/2011 - PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 67/2011 - PMP, Pregão Presencial nº. 28/2011 - PMP.

OBJETO: Locação/licença de uso de sistemas para gestão pública municipal para administração direta e indireta da prefeitura, conforme quantitativos e especificações constantes do ANEXO I - PROJETO BÁSICO, parte integrante deste Edital, bem como sua conversão, implantação, treinamento e suporte técnico nesses sistemas.

Através do presente Termo Aditivo nº 126/2014 - PMP, ao Contrato Administrativo nº 389/2011 - PMP, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede na cidade de Criciúma/SC, na Rua João Pessoa, 134, 1º andar, Centro, CEP 88.801-530, Fone/Fax (48) 3431-0733/3431-0799, e-mail contratos@betha.com.br, inscrita no CNPJ sob nº. 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, neste ato representada por Ernesto Muniz de Souza, CPF 004.770.259-19, (Procurador), doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O prazo previsto na Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 389/2011 - PMP, fica prorrogado para até 24/07/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

PenhaSC, 24 de julho de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

PREFEITURA

Ernesto Muniz de Souza

CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

Nome: Josiane Bento

CPF: 053.867.439-37

Nome

CPF

De acordo:

RAFAEL CELESTINO

Secretário da Administração

**Peritiba****PREFEITURA****Errata Resumo de Inexigibilidade de Licitação PL 49/2014**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

RESUMO DE INEXIGIBILIDADE A DE LICITAÇÃO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 49/2014 - Inexigibilidade 07/2014.

Objeto: Execução do Projeto SC - Fomento aos Micro e Pequenos Negócios do Meio Oeste Catarinense.

Dados do Contrato: Contrato nº 86/2014

Contratado: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA - SEBRAE/SC

CNPJ: 82.515.859/0001-06

Data do Contrato: 15/07/2014

Valor do Contrato: R\$ 15.000,00

Informações complementares:

Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25, Inciso II.

Município de Peritiba - SC em 15 de Julho de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

**Contrato Administrativo N.º 229/2014.**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 229/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato CONserto NO VEICULO PLACA MCA-2714, SECRETARIA DA AGRICULTURA

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 142/2014.

EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA ATLAS LTDA.

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: A CONTRATADA obriga-se a fornecer serviços de conserto no valor de R\$ 7.790,01 (sete mil setecentos e noventa reais e um centavo).

DATA DO CONTRATO: 14 DE JULHO DE 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

**Contrato Administrativo N.º 231/2014.**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 231/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de CONserto VEÍCULO E EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E EDUCAÇÃO,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 144/2014.

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME.

VALOR: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 5.470,96 (cinco mil quatrocentos e setenta reais e noventa e seis centavos.)

DATA DO CONTRATO: 14 DE JULHO DE 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

**Contrato Administrativo N.º 230/2014.**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 230/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de SERVIÇOS DE PINTURA NO CAMINHÃO PLACA LZM-0956, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 143/2014.

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA C.W. LTDA.

VALOR: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de pintura, no valor de R\$ 4.870,00 (quatro mil oitocentos e setenta reais.)

DATA DO CONTRATO: 14 DE JULHO DE 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Ponte Serrada

RREO

PREFEITURA

Município de Ponte Serrada - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00							
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	25.947.350,00	25.947.350,00	4.293.150,01	16,55	12.579.517,54	48,48	
RECEITA TRIBUTÁRIA	23.817.350,00	23.817.350,00	4.093.150,01	17,19	12.323.767,54	51,74	
IMPOSTOS	2.484.750,00	2.484.750,00	360.782,05	14,52	1.188.465,20	47,83	
TAXAS	1.723.000,00	1.723.000,00	243.246,07	14,12	921.593,17	53,49	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	641.750,00	641.750,00	117.535,98	18,31	266.592,03	41,54	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	280,00	0,23	
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	260.000,00	260.000,00	40.430,65	15,55	122.169,45	46,99	
RECEITA PATRIMONIAL	260.000,00	260.000,00	40.430,65	15,55	122.169,45	46,99	
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	74.000,00	74.000,00	90.380,30	122,14	213.958,98	289,13	
RECEITA AGROPECUÁRIA	74.000,00	74.000,00	90.380,30	122,14	213.958,98	289,13	
Outras Receltas Agropecuárias	90.000,00	90.000,00	11.731,94	13,04	31.071,84	34,52	
RECEITA DE SERVIÇOS	90.000,00	90.000,00	11.731,94	13,04	31.071,84	34,52	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	138.000,00	138.000,00	4.858,68	3,52	17.208,04	12,47	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.854.600,00	19.854.600,00	3.533.974,21	17,80	10.501.359,14	52,89	
Transf. de Conv.	19.642.600,00	19.642.600,00	3.375.501,79	17,18	10.242.408,54	52,14	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	212.000,00	212.000,00	158.472,42	74,75	258.950,60	122,15	
Multas e Juros de Mora	916.000,00	916.000,00	50.992,18	5,57	249.534,89	27,24	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	98.000,00	98.000,00	19.212,09	19,60	49.771,91	50,79	
RECEITAS DIVERSAS	118.000,00	118.000,00	20.526,71	17,40	58.532,95	49,60	
RECEITAS DE CAPITAL	700.000,00	700.000,00	11.253,38	1,61	141.230,03	20,18	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.130.000,00	2.130.000,00	200.000,00	9,39	255.750,00	12,01	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.130.000,00	2.130.000,00	200.000,00	9,39	255.750,00	12,01	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	25.947.350,00	25.947.350,00	4.293.150,01	16,55	12.579.517,54	48,48	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Ponte Serrada - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>25.947.350,00</b>	<b>25.947.350,00</b>	<b>4.293.150,01</b>	<b>12.579.517,54</b>	<b>48,48</b>	<b>13.367.832,46</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	25.947.350,00	25.947.350,00	4.293.150,01	12.579.517,54	48,48	13.367.832,46
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	897.939,24	—	478.382,13	—	—
Superávit Financeiro	—	897.939,24	—	478.382,13	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>25.947.350,00</b>	<b>897.939,24</b>	<b>26.845.289,24</b>	<b>4.315.984,34</b>	<b>12.743.779,58</b>	<b>4.472.114,06</b>	<b>11.856.339,62</b>	<b>14.988.949,62</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>22.814.250,00</b>	<b>295.147,39</b>	<b>23.109.397,39</b>	<b>4.207.045,42</b>	<b>12.285.281,20</b>	<b>4.357.658,46</b>	<b>11.414.044,48</b>	<b>11.695.352,91</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.659.000,00	160.812,31	12.819.812,31	2.156.744,77	6.333.231,81	2.156.744,77	6.333.231,81	6.486.580,50
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	5.612,40	857,51	2.690,29	17.309,71
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.135.250,00	134.335,08	10.269.585,08	2.050.300,65	5.946.436,99	2.200.056,18	5.078.122,38	5.191.462,70
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.133.100,00</b>	<b>602.791,85</b>	<b>3.735.891,85</b>	<b>108.938,92</b>	<b>458.498,38</b>	<b>114.455,60</b>	<b>442.295,14</b>	<b>3.293.596,71</b>
INVESTIMENTOS	3.043.100,00	602.791,85	3.645.891,85	108.938,92	425.348,02	108.938,92	425.348,02	3.220.543,83
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	90.000,00	0,00	90.000,00	0,00	33.150,36	5.516,68	16.947,12	73.062,88
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>25.947.350,00</b>	<b>897.939,24</b>	<b>26.845.289,24</b>	<b>4.315.984,34</b>	<b>12.743.779,58</b>	<b>4.472.114,06</b>	<b>11.856.339,62</b>	<b>14.988.949,62</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Ponte Serrada - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>25.947.350,00</b>	<b>897.939,24</b>	<b>26.845.289,24</b>	<b>4.315.984,34</b>	<b>12.743.779,58</b>	<b>4.472.114,06</b>	<b>11.856.339,62</b>	<b>44,17</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	723.177,92	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	25.947.350,00	897.939,24	26.845.289,24	4.315.984,34	12.743.779,58	4.472.114,06	12.579.517,54	44,17

FONTE:

Ponte Serrada, 16/07/2014

EDUARDO COPPINI	OSMIR RODRIGUES MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL	TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6
	CONTROLADOR INTERNO



**RREO**

Município de Ponte Serrada - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	25.947.350,00	26.845.289,24	4.316.053,04	12.743.848,28	4.472.114,06	11.856.339,62	100,00	44,17
Legislativa	900.000,00	900.000,00	149.150,93	454.123,08	147.500,93	421.423,08	3,55	46,82
Ação Legislativa	900.000,00	900.000,00	149.150,93	454.123,08	147.500,93	421.423,08	3,55	46,82
Administração	2.354.000,00	2.354.000,00	382.196,21	1.282.365,58	431.920,44	1.157.516,20	9,76	49,17
Administração Geral	2.354.000,00	2.354.000,00	382.196,21	1.282.365,58	431.920,44	1.157.516,20	9,76	49,17
Segurança Pública	470.000,00	470.000,00	12.153,94	42.418,84	12.153,94	42.418,84	0,36	9,03
Policimento	140.000,00	140.000,00	12.153,94	42.418,84	12.153,94	42.418,84	0,36	30,30
Serviços Urbanos	330.000,00	330.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	1.486.000,00	1.756.980,20	355.927,22	1.004.048,01	349.211,82	959.136,71	8,09	54,59
Assistência à Criança e ao Adolescente	94.000,00	94.000,00	19.374,28	49.122,47	19.374,28	49.122,47	0,41	52,26
Assistência Comunitária	1.392.000,00	1.662.980,20	336.552,94	954.925,54	329.837,54	910.014,24	7,68	54,72
Saúde	6.154.500,00	6.254.500,00	1.113.254,35	3.319.657,68	1.192.754,31	3.226.288,95	27,21	51,58
Atenção Básica	5.664.500,00	5.764.500,00	1.025.690,26	3.055.487,72	1.105.190,22	2.962.118,99	24,98	51,39
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	453.000,00	453.000,00	80.974,09	249.900,96	80.974,09	249.900,96	2,11	55,17
Vigilância Epidemiológica	37.000,00	37.000,00	6.590,00	14.269,00	6.590,00	14.269,00	0,12	38,56
Educação	7.118.850,00	7.518.078,32	1.366.800,84	3.627.752,77	1.395.344,65	3.518.490,85	29,68	46,80
Ensino Médio	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Básica	7.032.850,00	7.432.078,32	1.366.800,84	3.627.752,77	1.395.344,65	3.518.490,85	29,68	47,34
Cultura	50.000,00	50.000,00	15.358,49	38.483,50	17.100,93	30.946,94	0,26	61,89
Difusão Cultural	50.000,00	50.000,00	15.358,49	38.483,50	17.100,93	30.946,94	0,26	61,89
Urbanismo	2.785.000,00	2.785.000,00	182.997,74	461.072,79	67.513,30	194.096,50	1,64	6,97
Infra-Estrutura Urbana	2.099.000,00	2.099.000,00	0,00	55.765,00	0,00	55.765,00	0,47	2,66
Serviços Urbanos	686.000,00	686.000,00	182.997,74	405.307,79	67.513,30	138.331,50	1,17	20,16
Agricultura	780.000,00	907.730,72	153.155,23	419.852,58	148.375,03	370.902,42	3,13	40,86
Extensão Rural	780.000,00	907.730,72	153.155,23	419.852,58	148.375,03	370.902,42	3,13	40,86
Indústria	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	2.037.000,00	2.037.000,00	401.185,08	1.335.458,03	473.554,46	1.286.600,49	10,85	63,16
Transporte Rodoviário	2.037.000,00	2.037.000,00	401.185,08	1.335.458,03	473.554,46	1.286.600,49	10,85	63,16

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Ponte Serrada - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	25.947.350,00	26.845.289,24	4.316.053,04	12.743.848,28	4.472.114,06	11.856.339,62	100,00	44,17
Desporto e Lazer	282.000,00	282.000,00	61.638,69	109.672,05	61.638,69	109.672,05	0,93	38,89
Desporto Comunitário	282.000,00	282.000,00	61.638,69	109.672,05	61.638,69	109.672,05	0,93	38,89
Encargos Especiais	1.460.000,00	1.460.000,00	122.234,32	648.943,37	175.045,56	538.846,59	4,54	36,91
Outros Encargos Especiais	1.460.000,00	1.460.000,00	122.234,32	648.943,37	175.045,56	538.846,59	4,54	36,91
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	25.947.350,00	26.845.289,24	4.316.053,04	12.743.848,28	4.472.114,06	11.856.339,62	100,00	44,17

FONTE:

Ponte Serrada, 16/07/2014

EDUARDO COPPINI	OSMIR RODRIGUES MACHADO	VANDERLEI ZANATTA
PREFEITO MUNICIPAL	TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6	CONTROLADOR INTERNO

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO

Município de Ponte Serrada - SC  
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JULHO/2013 A JUNHO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Jul/2013	Ago/2013	Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	
	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)												
RECEITAS CORRENTES (I)	1.846.520,60	1.934.075,06	2.197.177,67	2.129.566,36	2.527.023,10	2.708.779,21	2.341.318,17	2.225.970,65	2.010.751,82	2.662.291,69	2.383.800,02	2.220.806,06	27.188.080,41
RECEITA TRIBUTÁRIA	102.674,98	98.863,43	122.731,83	131.671,24	439.553,67	217.302,60	119.583,48	127.390,53	122.127,90	455.691,24	230.834,05	129.948,00	2.301.282,95
I.P.T.U.	9.914,74	8.098,65	6.553,08	7.117,74	3.438,76	2.983,44	0,00	0,00	17.895,94	240.303,65	34.947,90	9.524,34	340.798,24
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	290.256,93	15.924,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	306.180,99
I.S.S.	75.555,46	72.299,66	93.409,84	92.826,47	123.766,72	182.011,96	95.470,36	114.954,94	78.827,93	94.287,62	79.729,70	82.653,25	1.185.793,91
I.T.B.I.	7.953,40	8.542,19	14.187,40	21.620,77	14.925,56	6.428,27	1.339,80	4.186,36	7.053,03	24.027,47	22.209,43	14.181,45	146.655,13
Outras Receitas Tributárias	9.251,38	9.922,93	8.981,51	10.106,26	7.145,70	9.954,87	22.773,32	8.249,23	18.351,00	99.802,50	93.947,02	23.588,96	321.834,68
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	16.643,46	18.521,54	17.456,65	19.430,45	21.119,79	19.662,19	21.322,66	19.325,48	20.786,17	20.304,49	19.907,45	20.523,20	235.003,53
RECEITA PATRIMONIAL	13.337,24	8.484,52	11.373,62	15.760,43	17.474,12	23.663,99	16.285,52	23.379,52	21.096,61	62.857,03	63.449,56	26.930,74	74.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	10.218,82	5.711,97	11.386,83	7.134,36	7.479,40	5.206,21	6.086,24	2.789,04	2.114,62	8.350,00	3.581,53	8.150,41	90.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.085,49	1.638,52	1.240,61	1.301,60	6.911,25	4.792,27	1.835,29	1.893,36	3.013,27	5.807,44	1.705,67	3.153,01	36.175,78
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.679.381,74	1.782.794,58	2.013.462,10	1.941.015,84	1.987.641,92	2.349.553,23	2.162.185,68	2.029.170,02	1.711.003,11	2.074.760,92	2.036.732,95	2.008.697,33	22.734.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	434.554,46	568.173,01	470.437,72	470.244,94	654.101,18	798.570,65	795.108,49	846.923,96	502.391,05	573.394,80	764.119,07	573.039,99	7.448.859,32
Cota-Parte do I.C.M.S.	444.119,42	465.647,55	494.743,78	481.009,05	528.219,01	415.787,12	526.729,58	501.298,56	508.555,30	495.846,43	504.024,12	511.344,77	5.750.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	80.723,25	71.873,29	70.342,15	70.072,63	43.958,30	30.655,92	33.241,18	56.941,43	62.723,74	75.729,66	92.575,98	68.627,94	680.000,00
Cota-Parte do ITR.	5.726,21	5.899,75	12.169,49	101.738,89	15.137,16	7.356,87	5.917,69	11.243,99	6.010,41	11.733,38	11.458,35	11.529,94	24.000,00
Outras Transferências Correntes	345.086,73	272.826,00	565.121,43	427.701,56	307.335,93	659.937,51	375.027,40	194.620,44	247.012,14	519.088,02	247.331,30	440.670,96	3.557.000,00
Transferências da LC 61/1989	7.130,05	7.629,22	6.939,76	7.416,65	8.229,21	8.795,25	8.423,78	7.131,79	6.968,67	7.586,15	8.251,19	7.858,81	85.000,00
Transferências da LC 87/1996	2.186,36	2.186,36	2.186,36	2.186,36	2.186,36	2.186,36	2.226,01	2.226,01	0,00	2.226,01	2.226,01	2.226,01	28.000,00
Transferências do FUNDEB	360.055,26	388.699,40	381.721,41	380.643,76	428.474,77	426.263,55	419.491,55	408.783,84	377.341,80	389.156,47	406.746,93	393.398,91	4.780.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.978,87	18.082,50	19.526,03	13.252,44	46.842,95	88.698,72	14.039,30	22.222,70	130.650,14	31.630,57	27.588,81	23.403,37	916.000,00
DEDUÇÕES (II)	194.887,71	224.273,60	211.323,64	226.533,90	250.366,04	249.926,15	275.929,13	285.152,95	217.329,65	233.303,07	276.530,76	234.925,31	2.879.400,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	194.887,71	224.273,60	211.323,64	226.533,90	250.366,04	249.926,15	275.929,13	285.152,95	217.329,65	233.303,07	276.530,76	234.925,31	2.879.400,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.651.632,89	1.709.801,46	1.985.854,03	1.903.032,46	2.276.657,06	2.458.853,06	2.067.389,04	1.940.817,70	1.793.422,17	2.428.988,62	2.107.269,26	1.985.880,75	23.817.350,00
ONTE:													

FONTE:

Ponte Serrada, 16/07/2014

EDUARDO COPPINI  
PREFEITO MUNICIPAL

OSMIR RODRIGUES MACHADO  
TEC. CONT. CRC/SC 15.249/0-6

VANDERLEI ZANATTA  
CONTROLADOR INTERNO

**RREO**

Município de Ponte Serrada - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.458.392,84	4.617.224,19	4.520.112,26
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.458.900,84	5.337.306,82	5.415.276,56
Demais Haveres Financeiros	0,00	19.873,25	8.154,22
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	508,00	739.955,88	903.318,52
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.458.392,84	-4.617.224,19	-4.520.112,26
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-3.458.392,84</b>	<b>-4.617.224,19</b>	<b>-4.520.112,26</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>97.111,93</b>	<b>-1.061.719,42</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Ponte Serrada, 16/07/2014

EDUARDO COPPINI  
PREFEITO MUNICIPAL

OSMIR RODRIGUES MACHADO  
TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6

VANDERLEI ZANATTA  
CONTROLADOR INTERNO

**RREO**

Município de Ponte Serrada - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>23.743.350,00</b>	<b>4.002.769,71</b>	<b>12.109.808,56</b>	<b>10.924.042,72</b>
Receita Tributária	2.484.750,00	360.782,05	1.188.465,20	858.671,53
I.P.T.U.	565.000,00	44.472,24	302.671,83	239.098,86
I.S.S.	1.000.000,00	162.382,95	545.923,80	361.558,30
I.T.B.I.	86.000,00	36.390,88	72.997,54	35.161,92
I.R.R.F.	72.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	761.750,00	117.535,98	266.872,03	222.852,45
Receita de Contribuição	260.000,00	40.430,65	122.169,45	121.108,36
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	260.000,00	40.430,65	122.169,45	121.108,36
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	74.000,00	90.380,30	213.958,98	30.923,46
(-) Aplicações Financeiras	74.000,00	90.380,30	213.958,98	30.923,46
Transferências Correntes	19.854.600,00	3.533.974,21	10.501.359,14	9.715.606,92
F.P.M.	6.280.000,00	1.069.727,28	3.242.382,05	3.008.900,13
I.C.M.S.	4.600.000,00	812.295,29	2.438.239,51	2.157.917,48
Convênios	212.000,00	158.472,42	258.950,60	206.373,76
Outras Transferências Correntes	8.762.600,00	1.493.479,22	4.561.786,98	4.342.415,55
Demais Receitas Correntes	1.144.000,00	67.582,80	297.814,77	228.655,91
Dívida Ativa	118.000,00	20.526,71	58.532,95	37.127,65
Diversas Receitas Correntes	1.026.000,00	47.056,09	239.281,82	191.528,26
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>2.130.000,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>255.750,00</b>	<b>545.868,18</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	2.130.000,00	200.000,00	255.750,00	545.868,18
Convênios	2.130.000,00	200.000,00	255.750,00	487.342,12
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	58.526,06
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>2.130.000,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>255.750,00</b>	<b>545.868,18</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>25.873.350,00</b>	<b>4.202.769,71</b>	<b>12.365.558,56</b>	<b>11.469.910,90</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>23.109.397,39</b>	<b>4.357.658,46</b>	<b>11.414.044,48</b>	<b>9.325.959,17</b>
Pessoal e Encargos Sociais	12.819.812,31	2.156.744,77	6.333.231,81	5.233.536,80
Juros e Encargos da Dívida (IX)	20.000,00	857,51	2.690,29	3.255,83
Outras Despesas Correntes	10.269.585,08	2.200.056,18	5.078.122,38	4.089.166,54
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>23.089.397,39</b>	<b>4.356.800,95</b>	<b>11.411.354,19</b>	<b>9.322.703,34</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>3.735.891,85</b>	<b>114.455,60</b>	<b>442.295,14</b>	<b>963.665,05</b>
Investimentos	3.645.891,85	108.938,92	425.348,02	947.365,88
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	90.000,00	5.516,68	16.947,12	16.299,17

Município de Ponte Serrada - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>3.735.891,85</b>	<b>114.455,60</b>	<b>442.295,14</b>	<b>963.665,05</b>
Amortização da Dívida (XIV)	90.000,00	5.516,68	16.947,12	16.299,17
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>3.645.891,85</b>	<b>108.938,92</b>	<b>425.348,02</b>	<b>947.365,88</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>26.735.289,24</b>	<b>4.465.739,87</b>	<b>11.836.702,21</b>	<b>10.270.069,22</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-861.939,24</b>	<b>-262.970,16</b>	<b>528.856,35</b>	<b>1.199.841,68</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	478.382,13	0,00
Superávit Financeiro	-	-	478.382,13	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>0,00</b>

FORTE:

Ponte Serrada, 16/07/2014

EDUARDO COPPINI  
PREFEITO MUNICIPAL

OSMIR RODRIGUES MACHADO  
TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6



**RREO**

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	1.792.000,00	1.792.000,00	263.548,88	981.250,02	54,76
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	605.000,00	605.000,00	55.264,80	331.307,52	54,76
1.1.1- IPTU	565.000,00	565.000,00	44.472,24	302.671,83	53,57
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.000,00	2.000,00	1.918,27	1.968,54	98,43
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	30.000,00	30.000,00	6.028,77	17.749,50	59,17
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	8.000,00	8.000,00	2.845,52	8.917,65	111,47
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	86.000,00	86.000,00	36.390,88	72.997,54	84,88
1.2.1- ITBI	86.000,00	86.000,00	36.390,88	72.997,54	84,88
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.029.000,00	1.029.000,00	171.893,20	576.944,96	56,07
1.3.1- ISS	1.000.000,00	1.000.000,00	162.382,95	545.923,80	54,59
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	3.000,00	3.000,00	189,56	189,56	6,32
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	18.000,00	18.000,00	6.275,54	20.926,07	116,26
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	8.000,00	8.000,00	3.045,15	9.905,53	123,82
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	72.000,00	72.000,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1- IRRF	72.000,00	72.000,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	14.397.000,00	14.397.000,00	2.557.282,18	7.605.860,25	52,83
2.1- Cota-Parte FPM	7.850.000,00	7.850.000,00	1.337.159,06	4.052.977,36	51,63
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.850.000,00	7.850.000,00	1.337.159,06	4.052.977,36	51,63
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.750.000,00	5.750.000,00	1.015.368,89	3.047.798,76	53,01
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	28.000,00	28.000,00	4.452,02	11.130,05	39,75
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	85.000,00	85.000,00	16.110,00	46.220,39	54,38
2.5- Cota-Parte ITR	24.000,00	24.000,00	22.988,29	57.893,76	241,22
2.6- Cota-Parte IPVA	660.000,00	660.000,00	161.203,92	389.839,93	59,07
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>16.189.000,00</b>	<b>16.189.000,00</b>	<b>2.820.831,06</b>	<b>8.587.110,27</b>	<b>53,04</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	727.000,00	727.000,00	130.581,07	371.487,48	51,10
5.1- Transferências do Salário-Educação	460.000,00	460.000,00	34.569,91	167.640,86	36,44
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	200.000,00	200.000,00	46.608,00	84.336,00	42,17
5.4- Transferências Diretas - PNATE	67.000,00	67.000,00	12.283,02	12.283,02	18,33
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	33.437,58	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	37.120,14	73.790,02	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	212.000,00	212.000,00	82.352,55	140.551,25	66,30
6.1- Transferências de Convênios	212.000,00	212.000,00	82.352,55	140.551,25	66,30
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	—	0,00	452,89	7.261,51	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>939.000,00</b>	<b>939.000,00</b>	<b>213.386,51</b>	<b>519.300,24</b>	<b>55,30</b>
<b>FUNDEB</b>					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.879.400,00	2.879.400,00	511.456,07	1.521.170,87	52,83
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.570.000,00	1.570.000,00	267.431,78	810.595,31	51,63
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.150.000,00	1.150.000,00	203.073,60	609.559,25	53,01
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.600,00	5.600,00	890,40	2.226,00	39,75
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	17.000,00	17.000,00	3.222,00	9.244,08	54,38
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	4.800,00	4.800,00	4.597,64	11.578,71	241,22
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	132.000,00	132.000,00	32.240,65	77.967,52	59,07
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	4.786.000,00	4.786.000,00	800.145,84	2.394.919,50	50,04
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.780.000,00	4.780.000,00	800.145,84	2.394.919,50	50,10
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>1.900.600,00</b>	<b>1.900.600,00</b>	<b>288.689,77</b>	<b>873.748,63</b>	<b>45,97</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.871.600,00	2.871.600,00	695.373,01	1.727.720,85	60,17
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	2.871.600,00	2.871.600,00	695.373,01	1.727.720,85	60,17
14- OUTRAS DESPESAS	1.914.400,00	2.075.212,31	208.354,09	598.637,51	28,85
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	1.914.400,00	2.075.212,31	208.354,09	598.637,51	28,85
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.786.000,00	4.946.812,31	903.727,10	2.326.358,36	47,03
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					2.326.358,36
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					72,14
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					25,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					2,86
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	4.047.250,00	4.047.250,00	705.207,77	2.146.777,57	53,04
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	5.953.850,00	6.114.662,31	1.127.079,07	2.989.125,39	48,88
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.786.000,00	4.946.812,31	903.727,10	2.326.358,36	47,03
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.167.850,00	1.167.850,00	223.351,97	662.767,03	56,75
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.953.850,00	6.114.662,31	1.127.079,07	2.989.125,39	48,88
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					873.748,63
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					873.748,63
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.115.376,76
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					24,63
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	460.000,00	548.059,18	24.690,00	130.713,07	23,85
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	479.000,00	629.356,83	197.335,85	332.465,06	52,83
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	939.000,00	1.177.416,01	222.025,85	463.178,13	39,34
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.892.850,00	7.292.078,32	1.349.104,92	3.452.303,52	47,34

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	160.812,31	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.394.919,50	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.005.995,25	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	2.005.995,25	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	549.736,56	0,00

Ponte Serrada, 16/07/2014

EDUARDO COPPINI	OSMIR RODRIGUES MACHADO	VANDERLEI ZANATTA
PREFEITO MUNICIPAL	TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6	CONTROLADOR INTERNO

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 160.812,31, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

RREO

Município de Ponte Serrada - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.792.000,00	1.792.000,00	981.250,02	54,76
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	565.000,00	565.000,00	302.671,83	53,57
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	86.000,00	86.000,00	72.997,54	84,88
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.000.000,00	1.000.000,00	545.923,80	54,59
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	72.000,00	72.000,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	5.000,00	5.000,00	2.158,10	43,16
Dívida Ativa dos Impostos	48.000,00	48.000,00	38.675,57	80,57
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	16.000,00	16.000,00	18.823,18	117,64
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.397.000,00	14.397.000,00	7.605.860,25	52,83
Cota-Parte FPM	7.850.000,00	7.850.000,00	4.052.977,36	51,63
Cota-Parte ITR	24.000,00	24.000,00	57.893,76	241,22
Cota-Parte IPVA	660.000,00	660.000,00	389.839,93	59,07
Cota-Parte ICMS	5.750.000,00	5.750.000,00	3.047.798,76	53,01
Cota-Parte IPI-Exportação	85.000,00	85.000,00	46.220,39	54,38
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	28.000,00	28.000,00	11.130,05	39,75
Desoneração ICMS (LC 87/96)	28.000,00	28.000,00	11.130,05	39,75
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	16.189.000,00	16.189.000,00	8.587.110,27	53,04

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	6.072.400,00	6.072.400,00	3.235.698,60	53,29	3.142.329,87	51,75
Pessoal e Encargos Sociais	3.557.400,00	3.557.400,00	1.630.911,67	45,85	1.630.911,67	45,85
Outras Despesas Correntes	2.515.000,00	2.515.000,00	1.604.786,93	63,81	1.511.418,20	60,10
DESPESAS DE CAPITAL	82.100,00	182.100,00	83.959,08	46,11	83.959,08	46,11
Investimentos	82.100,00	182.100,00	83.959,08	46,11	83.959,08	46,11

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Ponte Serrada - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	82.100,00	182.100,00	83.959,08	46,11	83.959,08	46,11
Investimentos	82.100,00	182.100,00	83.959,08	46,11	83.959,08	46,11
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	6.154.500,00	6.254.500,00	3.319.657,68	53,08	3.226.288,95	51,58
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>% (h/IVf)x100</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>% (i/IVg)x100</b>
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.123.000,00	2.223.000,00	1.259.503,95	37,94	1.259.214,97	39,03
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.123.000,00	2.223.000,00	1.259.503,95	37,94	1.259.214,97	39,03
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	2.123.000,00	2.223.000,00	1.259.503,95	37,94	1.259.214,97	39,03
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	4.031.500,00	4.031.500,00	2.060.153,73	15,14	1.967.073,98	12,55
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						22,91
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIb)/1 e 6]</b>						679.007,44

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Ponte Serrada - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)				
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00		0,00		
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)				
	-	-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Epidemiológica TOTAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
	5.664.500,00 453.000,00 37.000,00	5.764.500,00 453.000,00 37.000,00	3.055.487,72 249.900,96 14.269,00	92,04 7,53 0,43	2.962.118,99 249.900,96 14.269,00	91,81 7,75 0,44
	6.154.500,00	6.254.500,00	3.319.657,68	100,00	3.226.288,95	100,00

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.  
<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".  
<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".  
<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.  
<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.  
<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+i) - (15 \times \text{ltb})/100]$

Continua 3/4



Município de Ponte Serrada - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

Ponte Serrada, 16/07/2014

EDUARDO COPPINI	OSMIR RODRIGUES MACHADO	VANDERLEI ZANATTA
PREFEITO MUNICIPAL	TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6	CONTROLADOR INTERNO

**RREO**

Município de Ponte Serrada - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	25.947.350,00	
Previsão Atualizada		—	25.947.350,00	
Receitas Realizadas		4.293.150,01	12.579.517,54	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	478.382,13	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	25.947.350,00	
Créditos Adicionais		—	897.939,24	
Dotação Atualizada		—	26.845.289,24	
Despesas Empenhadas		4.316.053,04	12.743.848,28	
Despesas Liquidadas		4.472.114,06	11.856.339,62	
Superavit Orçamentário		—	723.177,92	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		4.316.053,04	12.743.848,28	
Despesas Liquidadas		4.472.114,06	11.856.339,62	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			24.309.598,50	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-1.061.719,42	0,00
Resultado Primário		0,00	528.856,35	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,01	0,00	0,00	0,01
EXECUTIVO	0,01	0,00	0,00	0,01
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	508,00	0,00	508,00	0,00
EXECUTIVO	508,00	0,00	508,00	0,00
TOTAL:	508,01	0,00	508,00	0,01
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.115.376,76	25%	24,63
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.727.720,85	60%	72,14
Liquidadas		1.727.720,85		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		442.295,14	3.293.596,71	

Continua 1/2

Município de Ponte Serrada - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.967.073,98	15,00	22,91
Liquidadas		1.967.073,98		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Ponte Serrada, 16/07/2014

EDUARDO COPPINI  
PREFEITO MUNICIPAL

OSMIR RODRIGUES MACHADO  
TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6

VANDERLEI ZANATTA  
CONTROLADOR INTERNO

RREO

Município de Ponte Serrada - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						RP NÃO PROCESSADOS				R\$ 1,00	
PODER/ÓRGÃO	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo		
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	508,00	508,00	-	-	-	0,01	-	-	-	0,01		
EXECUTIVO													
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	508,00	508,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01		
SECRETARIA DE ADM., FAZENDA, IND., COM. E TU	0,00	508,00	508,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01		
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	508,00	508,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01		

FONTE:

Ponte Serrada, 16/07/2014

EDUARDO COPPINI	OSMIR RODRIGUES MACHADO	VANDERLEI ZANATTA
PREFEITO MUNICIPAL	TEC. CONT. CRCSC 15.249/O-6	CONTROLADOR INTERNO

## RGF

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.219.922,29	0,00
Pessoal Ativo	12.219.922,29	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>12.219.922,29</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>12.219.922,29</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	<b>24.309.598,50</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	<b>50,27</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%</b>	<b>13.127.183,19</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%</b>	<b>12.470.824,03</b>	
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%</b>	<b>11.814.464,87</b>	
<b>FONTE:</b>		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Ponte Serrada, 17/07/2014

\_\_\_\_\_  
EDUARDO COPPINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
VANDERLEI ZANATTA  
CONTROLADOR INTERNO

\_\_\_\_\_  
OSMIR RODRIGUES MACHADO  
TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6

## RGF

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>3.458.392,84</b>	<b>5.423.430,78</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.458.900,84	5.415.276,56	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	8.154,22	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	508,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-3.458.392,84</b>	<b>-5.423.430,78</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>22.940.797,14</b>	<b>24.309.598,50</b>	<b>0,00</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>-15,08%</b>	<b>-22,31%</b>	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>27.528.956,57</b>	<b>29.171.518,20</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>24.776.060,91</b>	<b>26.254.366,38</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	338.541,50	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,01	0,01	0,00

FONTE:

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
<b><u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u></b>			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Ponte Serrada, 17/07/2014

\_\_\_\_\_  
EDUARDO COPPINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
VANDERLEI ZANATTA  
CONTROLADOR INTERNO

\_\_\_\_\_  
OSMIR RODRIGUES MACHADO  
TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6

FONTE:

**RGF**

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV</b>	<b>22.940.797,14</b>	<b>24.309.598,50</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>5.046.975,37</b>	<b>5.348.111,67</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>4.542.277,83</b>	<b>4.813.300,50</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

Ponte Serrada, 17/07/2014

\_\_\_\_\_  
EDUARDO COPPINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
VANDERLEI ZANATTA  
CONTROLADOR INTERNO

\_\_\_\_\_  
OSMIR RODRIGUES MACHADO  
TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6

**RGF**

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>24.309.598,50</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>3.889.535,76</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>3.500.582,18</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.701.671,90</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Ponte Serrada, 17/07/2014

EDUARDO COPPINI  
PREFEITO MUNICIPAL

VANDERLEI ZANATTA  
CONTROLADOR INTERNO

OSMIR RODRIGUES MACHADO  
TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6

## Porto Belo

### PREFEITURA

**: Pregão - Registro de Preço - 034/2014 PMPB - 024/2014 FMS - 012/2014 Fumtur - 011/2014 Fmc - 021/2014 Fmeduca - 016/2014 FMAS - 013/2014 FME - 010/2014 Famap**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 034/2014 PMPB - 024/2014 FMS - 012/2014 FUMTUR - 011/2014 FMC - 021/2014 FMEDUCA - 016/2014 FMAS - 013/2014 FME - 010/2014 FAMAP

Tipo de licitação: Menor preço Global;

Objeto: Contratação de solução de conectividade sem fio, área de registro na cidade de Porto Belo - SC, para acesso à Internet, correio eletrônico, mensagens de texto, por meio de aparelhos móveis e serviços de telefonia, nas modalidades de Serviço Móvel Pessoal, para comunicação de voz e dados, com características de serviço pós-pagos, via rede móvel, com tecnologia digital. Devendo os serviços oferecer as facilidades de roaming nacional e internacional automático e dispositivos móveis de acessibilidade à internet, fornecidos em regime de comodato para atender a Prefeitura Municipal de Porto Belo/SC, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 09:00 horas do dia 05/08/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09:01 horas do dia 05/08/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 23 de julho de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

## Presidente Castello Branco

### PREFEITURA

#### Contrato Nº 111/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 111/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	TIM CELULAR S.A.
OBJETO:	Contratação de serviços de telefonia móvel, (ampliação de plano existente) onde serão necessários 05 (cinco) novos aparelhos celulares em regime de comodato, com os respectivos números individuais, destinados às atividades de manutenção das Secretarias Municipais do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	R\$ 1.482,00 (um mil, quatrocentos e oitenta e dois reais) mensal.
VIGÊNCIA:	A vigência do presente Contrato (15/07/2014) se fará a partir da data de sua assinatura por um período de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por igual período mediante acordo entre as partes, sendo respeitada a limitação de 60 (sessenta) meses disposta no artigo 57, II da Lei nº 8.666/1993. Ressalvado o disposto no § 4º do mesmo artigo, quando em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo limite de 60 (sessenta) meses poderá ser prorrogado até 12 (doze) meses.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### Portaria Nº 0814/RH

PORTARIA N. 0814/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora DEBORA PINHEIRO, matrícula n. 172120/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2011 a 2014, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de abril de 2014, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de julho de 2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração Interino

Asfj

### Portaria Nº 0815/RH

PORTARIA N. 0815/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014 e, considerando a Portaria Nº 0809/RH, de 16 de julho de 2014, publicada em 25 de julho de 2014, com as conclusões do Processo Administrativo Disciplinar Nº 023/2013 e demais documentos em anexo,

#### RESOLVE:

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 021/2014, a fim de apurar a responsabilidade sobre possíveis irregularidades na prestação de contas da Descentralização de Agosto de 2013 e a prestação de contas da Contribuição Espontânea de 2013 da unidade escolar CEI Navegantes.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0079/RH, de 30 de janeiro de 2014, alterada pela Portaria 0725/RH, de 23 de junho de 2014, para apurar tais fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de julho de 2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração Interino

Asfj

### Portaria Nº 0818/RH

PORTARIA N. 0818/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora ELEINE TEREZA PEGLOW HARTHMANN, matrícula n. 93289/2, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Saúde Pública, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2011 a 2014, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de junho de 2014, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de julho de 2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração Interino

Asfj

### Portaria Nº 0819/RH

PORTARIA N. 0819/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor JOSE HAMILTON MOREIRA FERRO, matrícula n. 104884/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Médico Otorrinolaringologista (20h), a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2011 a 2014, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de junho de 2014, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de julho de 2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração Interino

Asfj

**Termo de Posse E Exercício - Maristela Scur da Silva**  
TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) MARISTELA SCUR DA SILVA, nomeado (a) pela Portaria n. 0684/RH, de 10/06/2014, publicada no DOM na data de 04/07/2014, para exercer o cargo efetivo de Assistente Social, Nível H,40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 17/07/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 16 de julho de 2014.  
Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

**Termo de Posse E Exercício - Lindamir Luciana Schneider da Silva**  
TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) LINDAMIR LUCIANA SCHNEIDER DA SILVA, nomeado (a) pela Portaria n. 0755/RH, de 03/07/2014, publicada no DOM na data de 04/07/2014, para exercer o cargo efetivo de Professor - Anos Iniciais, Nível III,40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 21/07/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 18 de julho de 2014.  
Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 0812/RH**  
PORTARIA Nº. 0812/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e considerando a sentença proferida nos Autos nº 0003548-37.2014.8.24.0054 pelo Poder Judiciário da Comarca de Rio do Sul,,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, REGIANI MARIA DA ROCHA GRAH, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR - ARTES, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de julho de 2014.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

CARLOS ALBERTO LUTHARDT  
Secretário Municipal de Administração Interino  
Csvf

**Portaria Nº 0813/RH**  
PORTARIA Nº. 0813/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e considerando a sentença proferida nos Autos nº 0003548-37.2014.8.24.0054 pelo Poder Judiciário da Comarca de Rio do Sul,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, JOSEANY RODRIGUES BRASIL, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR - ARTES, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de julho de 2014.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

CARLOS ALBERTO LUTHARDT  
Secretário Municipal de Administração Interino  
Csvf



**Editais de Tomada de Preços 116/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 116/2014

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para execução de drenagem e contenção de encosta na Estrada do Bonfim, Bairro Sumaré em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até as 09:00 horas do dia 12 de agosto de 2014, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 12 de agosto de 2014, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 15 de julho de 2014.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

**Termo de Convocação - Joseany Rodrigues Brasil****TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) JOSEANY RODRIGUES BRASIL, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR - ARTES).

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 0813/RH de 17/07/2014, publicada em 24/07/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

**Considerações importantes:**

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e

aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar De Serviços Gerais Calceteiro Carpinteiro Coveiro Eletricista Motorista De Caminhão Motorista De Veículo Leve Operador De Equipamentos Pedreiro	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA
Demais Cargos	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 24 de julho de 2014.  
Departamento de Recursos Humanos  
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - REGIANI MARIA DA ROCHA GRAH****TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) REGIANI MARIA DA ROCHA GRAH, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR - ARTES).

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 0812/RH de 17/07/2014, publicada em 24/07/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

**Considerações importantes:**

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar De Serviços Gerais Calceteiro Carpinteiro Coveiro Eletricista Motorista De Caminhão Motorista De Veículo Leve Operador De Equipamentos Pedreiro	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUMNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA
Demais Cargos	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 24 de julho de 2014.  
Departamento de Recursos Humanos  
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

#### **DECRETO Nº 4099, DE 30 DE MAIO DE 2014.**

DECRETO Nº 4099, de 30 de maio de 2014.  
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA TOMADA DE PREÇOS 071/2014."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

#### **DECRETA:**

Art.1º - Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado da Tomada de Preços nº 071/2014 de 30.04.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- ORBIS ENGENHARIA EIRELI ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

#### **GABINETE DO PREFEITO.**

30 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal de Planejamento Urbanismo e Meio Ambiente

#### **ANEXO AO DECRETO Nº 4099/2014**

Tomada de Preços nº 071/2014 de 30.04.2014.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para execução de drenagem urbana em uma extensão de 80,00 metros, bairro Jardim América em Rio do Sul.

#### **Participantes:**

- ORBIS ENGENHARIA EIRELI ME;
- CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- ORBIS ENGENHARIA EIRELI ME.

#### **Decreto Nº 4198, de 17 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº 4198, de 17 de julho de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CONCORRÊNCIA PÚBLICA 077/2014."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado da Concorrência Pública 077/2014 de 07.05.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- ORBIS ENGENHARIA EIRELI ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

#### **GABINETE DO PREFEITO.**

17 de julho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

#### **ANEXO AO DECRETO Nº 4198/2014**

Concorrência Pública nº 077/2014 de 07.05.2014.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE MURO DE CONTENÇÃO DE ENCOSTA EM GABIÃO NA RODOVIA MUNICIPAL LAUTO PAMPLONA, BAIRRO VALADA ITROUPAVA EM RIO DO SUL.

#### **Participantes:**

- FREEDOM TERRAPLENAGEM LTDA;
- ORBIS ENGENHARIA EIRELI ME;
- SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADOPRA LTDA;
- TERRAFORTE TERRAPLENAGEM LTDA;
- BFA MULTIEMPRESA LTDA;
- METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELI EPP;
- TECNOGAB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA;
- CONSTRUÇÃO CIVIL MG EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- ORBIS ENGENHARIA EIRELI ME;

**Decreto Nº 4189, de 15 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº 4189, de 15 de julho de 2014.

"NOMEIA ADALGISA VENDRAMI DA SILVA"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Nomear, ADALGISA VENDRAMI DA SILVA, para a partir de 01/07/2014, exercer o cargo em comissão - Diretor Departamento Atenção à Saúde, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 4163, de 30 de junho de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO.**

15 de julho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**Decreto Nº 4162, de 30 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4162, de 30 de junho de 2014.

"ALTERA O DECRETO Nº 4074 DE 23 DE MAIO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO, CARGOS COM RESPECTIVO NÚMERO DE VAGAS, NÍVEL DE VENCIMENTO, JORNADA DE TRABALHO E GRUPO OCUPACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS QUE INTEGRAM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento ao disposto no parágrafo 3º do art.15, da Lei Complementar n. 208, de 28 de setembro de 2010, acrescentado pela Lei Complementar n. 243, de 29 de março de 2012,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica alterada a lotação dos cargos com respectivo número de vagas, nível de vencimento, jornada de trabalho e grupo ocupacional dos servidores efetivos que integram a estrutura organizacional da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal passando a vigorar na conformidade com o Anexo I que integra o presente Decreto.

Parágrafo único: A alteração do Decreto nº 4074, de 23 de maio de 2014, ocorre em face da:

I - Redistribuição de 01 (uma) vaga atualmente desocupada do cargo de Analista de Sistemas da Secretaria Municipal de Administração para a Secretaria Municipal de Saúde ficando 03 (três) vagas para a Secretaria Municipal de Administração e 01 (uma) vaga para a Secretaria Municipal de Saúde;

II - Redistribuição de 01 (uma) vaga ocupada do cargo de Advogado (20h) da Procuradoria Jurídica para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação ficando 07 (sete) vagas para a Procuradoria Jurídica e 01 (uma) vaga para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Anexo I que integra o Decreto nº 4074, de 23 de maio de 2014.

**GABINETE DO PREFEITO.**

30 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito Município de Rio do Sul

**CARLOS ALBERTO LUITHARDT**

Secretário Municipal de Administração em Exercício

ANEXO I				
LOTAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS				
a) Lotação Administração Direta				
I - Gabinete do Prefeito				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	8	E	40	GA
Agente de Defesa Civil	2	E	40	GA
Auditor Interno	1	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	5	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	2	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	1	A	40	GO
Engenheiro Civil	2	H	40	GS
Fiscal do PROCON	2	G	40	GS
Guarda Municipal	30	E	40	GO
Motorista de Caminhão	2	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO
Pedreiro	1	D	40	GO
Pintor	1	C	40	GO
Telefonista	2	C	36	GA
II - Gabinete do Vice-Prefeito				

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
III - Procuradoria Jurídica				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Advogado (em extinção)	1	H	20	GS
Advogado	7	H	20	GS
Agente Administrativo	7	E	40	GA
IV - Secretaria Municipal de Administração				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Analista de Sistemas	3	H	40	GS
Agente Administrativo	19	E	40	GA
Assistente Social	2	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	7	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	5	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	6	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2	A	40	GO
Coveiro	3	B	40	GO
Digitador (em extinção)	1	E	36	GA
Eletricista	1	D	40	GO
Médico Perito	1	H	20	GS
Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO
Programador (em extinção)	1	E	40	GA
Psicólogo	1	H	40	GS

Técnico em Enfermagem	1	F	40	GT
Técnico em Informática	2	F	40	GT
Técnico em Segurança no Trabalho	1	F	40	GT
Telefonista	2	C	36	GA
Vigia (em extinção)	11	B	40	GO
V - Secretaria Municipal de Fazenda				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Arquivista	1	H	40	GS
Agente Administrativo	14	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	3	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	3	D	40	GA
Contador	2	H	40	GS
Fiscal de Tributos	12	G	40	GS
Fiscal de Obras (em extinção)	2	G	40	GS
Fiscal de Obras e Posturas	6	G	40	GS
Fiscal de Posturas (em extinção)	1	G	40	GS
VI - Secretaria Municipal de Saúde				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Administrador	1	H	40	GS
Agente Administrativo	17	E	40	GA
Agente de Saúde (em extinção)	2	F	40	GA
Almoxarife (em extinção)	1	B	40	GA

Analista de Sistemas	1	H	40	GS
Assistente Social	2	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	10	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	4	D	40	GA
Auxiliar de Saúde Bucal	20	C	40	GO
Auxiliar de Enfermagem (em extinção)	36	D	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	18	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	5	A	40	GO
Carpinteiro	1	D	40	GO
Cirurgião Dentista	30	H	20	GS
Cirurgião Dentista (em extinção)	1	J	30	GS
Eletricista	1	D	40	GO
Enfermeiro	26	H	40	GS
Enfermeiro Obstétrico	2	H	40	GS
Farmacêutico	7	H	40	GS
Fiscal de Saúde Pública	4	G	40	GS
Fisioterapeuta	2	H	40	GS
Fonoaudiólogo	3	H	40	GS
Médico	14	H	20	GS
Médico (em extinção)	1	J	30	GS
Médico	13	K	40	GS
Médico Angiologista	1	H	20	GS
Médico Auditor	1	H	20	GS
Médico Autorizador	1	H	20	GS
Médico Cardiologista	2	H	20	GS
Médico Cirurgião Geral	2	H	20	GS
Médico Cirurgião Pediátrico	1	H	20	GS

Médico Dermatologista	1	H	20	GS
Médico Endocrinologista	1	H	20	GS
Médico Ginecologista/Obstetra	6	H	20	GS
Médico Neurologista	2	H	20	GS
Médico Pediatra	6	H	20	GS
Médico Pneumologista	1	H	20	GS
Médico Psiquiatra	2	H	20	GS
Médico Oftalmologista	3	H	20	GS
Médico Oncologista	1	H	20	GS
Médico Ortopedista	1	H	20	GS
Médico Otorrinolaringologista	2	H	20	GS
Médico Urologista	2	H	20	GS
Médico Veterinário	1	H	40	GS
Motorista de Caminhão	8	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	12	D	40	GO
Nutricionista	2	H	40	GS
Psicólogo	8	H	40	GS
Radiologista/Odontológico	3	H	20	GS
Recepcionista (em extinção)	1	B	40	GA
Técnico em Análises Clínicas	2	F	40	GT
Técnico em Enfermagem	57	F	40	GT
Técnico em Informática	2	F	40	GT
Técnico em Radiologia	2	F	20	GT
VII - Secretaria Municipal de Educação				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.

Agente Administrativo	20	E	40	GA
Assistente Social	1	H	40	GS
Atendente de Educação Infantil (em extinção)	3	B	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	2	C	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	112	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	9	A	40	GO
Cozinheiro	39	B	40	GO
Engenheiro de Alimentos	1	H	40	GS
Fonoaudiólogo (em extinção)	1	G	30	GS
Fonoaudiólogo	4	H	40	GS
Instrutor de Trabalhos Manuais (em extinção)	2	B	20	GO
Motorista de Caminhão	8	E	40	GO
Motorista de veículo leve	4	D	40	GO
Nutricionista	3	H	40	GS
Professor I (em extinção)	4	B	40	GA
Psicólogo	2	H	40	GS
Psicopedagogo	2	H	40	GS
Técnico em Informática	1	F	40	GT
VIII - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	3	E	40	GA

Auxiliar Administrativo II (em extinção)	1	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	2	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	3	A	40	GO
Turismólogo	2	H	40	GS
IX - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Advogado	1	H	20	GS
Agente Administrativo	15	E	40	GA
Assistente Social	21	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	10	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	3	A	40	GO
Cozinheiro	2	B	40	GO
Educador Social	9	E	40	GA
Engenheiro Civil	1	H	40	GS
Psicólogo	15	H	40	GS
Psicopedagogo	2	H	40	GS
Motorista de Caminhão	4	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	6	D	40	GO
X - Secretaria Municipal de Agricultura				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	2	E	40	GA



Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA	
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1	A	40	GO	
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	3	A	40	GO	
Engenheiro Agrônomo	2	H	40	GS	
Médico Veterinário	2	H	40	GS	
Motorista de Caminhão	1	E	40	GO	
Operador de Equipamentos	8	E	40	GO	
Técnico em Agropecuária	4	F	40	GT	
XI - Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente					
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.	
Agente Administrativo	8	E	40	GA	
Arquiteto	4	H	40	GS	
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA	
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	1	D	40	GA	
Auxiliar de Topografia	4	B	40	GO	
Biólogo	1	H	40	GS	
Desenhista	6	F	40	GT	
Engenheiro Civil	6	H	40	GS	
Engenheiro Florestal	1	H	40	GS	
Engenheiro Sanitarista	1	H	40	GS	
Fiscal de Meio Ambiente	2	G	40	GS	
Fiscal de Serviço Público	4	G	40	GS	
Motorista de Caminhão	1	E	40	GO	
Topógrafo	2	F	40	GT	

XII - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos					
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.	
Agente Administrativo	4	E	40	GA	
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	1	D	40	GA	
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	15	A	40	GO	
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	59	A	40	GO	
Calceteiro	12	C	40	GO	
Carpinteiro	6	D	40	GO	
Detonador (em extinção)	1	B	40	GO	
Engenheiro Civil	1	H	40	GS	
Lubrificador	1	B	40	GO	
Motorista de Caminhão	24	E	40	GO	
Motorista de Veículo Leve	4	D	40	GO	
Operador de Equipamentos	20	E	40	GO	
Pedreiro	9	D	40	GO	
Pintor	1	C	40	GO	
b) Lotação Administração Indireta - Fundação Cultural					
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.	
Agente Administrativo	4	E	40	GA	
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	4	C	40	GA	
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	5	D	40	GA	
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	2	A	40	GO	
Bibliotecário	1	H	40	GS	

Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO
Telefonista	2	C	36	GA
c) Lotação Administração Indireta - Fundação Municipal de Desporto				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	2	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	2	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	4	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	6	A	40	GO
Motorista de Caminhão	1	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO

**Decreto Nº 4202, de 21 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº 4202, de 21 de julho de 2014.

"DESIGNA CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica designado CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO - Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, para responde interinamente pela Secretaria Municipal da Fazenda, durante o impedimento do titular por motivo de férias no período de 21/07/2014 a 30/07/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

21 de julho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**Decreto Nº 4206, de 21 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº 4202, de 21 de julho de 2014.

"DESIGNA CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica designado CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO - Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, para responde interinamente pela Secretaria Municipal da Fazenda, durante o impedimento do titular por motivo de férias no período de 21/07/2014 a 30/07/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

21 de julho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**Decreto Nº 4205, de 21 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº 4205, de 21 de julho de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.02	DEPARTAMENTO DA DEFESA CIVIL		
2.131	Manutenção do Fundo de Defesa Civil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	500.000,00
	TOTAL	R\$	500.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.02	DEPARTAMENTO DA DEFESA CIVIL		
2.131	Manutenção do Fundo de Defesa Civil		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	500.000,00
	TOTAL	R\$	500.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

21 de julho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

### **Decreto Nº 4193, de 15 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº 4193, de 15 de julho de 2014.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os termos da Lei Municipal nº 2.947 de 09/12/1994, Lei Federal nº 8.069/90 e alterações posterior e se Resolução CONANDA nº28/2009 e nº152/2012;

Considerando a eleição realizada no dia 18 de junho de 2014, na Câmara de Vereadores do Município de Rio do Sul, para preenchimento de vagas a membros Suplentes de Conselheiros Tutelar do município de Rio do Sul, para substituírem os Conselheiros Titulares eleitos no Pleito de 2013, nas suas ausências ou impedimentos.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados, para compor o quadro de suplentes do Conselho Tutelar do Município de Rio do Sul, os conselheiros:

- Carmem Pezenti Matias;
- Sonia Aparecida Batista Ribeiro Marconi;
- Adriara Moraes;
- Eduardo José dos Anjos;
- Neusa Maria da Rosa.

Art. 2º - Os membros do Conselho, ora nomeados, observarão as competências que lhe são atribuídas no Art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90, com modificações introduzidas pela Lei Federal nº 12.010/2009, Lei Municipal nº 2.947 de 09/12/1994 e Lei Municipal nº 3.278 de 16/06/1998.

Art. 3º - O mandato compreenderá pelo período de 18 de junho de 2014 até 09 de janeiro de 2016.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

15 de julho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

### **Decreto Nº 4192, de 15 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº 4192, de 15 de julho de 2014.

"CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SRA. MARGRIT FELDMANN MIRAMBEL PUIGDEFABREGAS"

O Prefeito Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, letra "c" inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e artigo 6º inciso I a IV da Emenda Constitucional nº 41/2003.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria voluntária por tempo de contribuição a servidora pública Sra. Margrit Feldmann Mirambel Puigdefabregas, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 7R/306.720 e CPF nº 449.497.159-68, domiciliada e residente na Rua Expedicionário Nardelli, 433, Bairro Centro em Rio do Sul - SC no cargo de Técnico em Enfermagem, nível F, classe 1 com proventos integrais com paridade a partir de 1º de agosto de 2014.

Art. 2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art. 3º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010; letra "c" inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001; letra "c" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e artigo 6º incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

15 de julho de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CARLOS ALBERTO LUTHARDT

Secretário Municipal de Administração em Exercício.

### **Decreto Nº 4190, de 15 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº 4190, de 15 de julho de 2014.

"CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO Sr. JAIR JOSÉ FRONZA"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, letra "c" inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e artigo 6º inciso I a IV da Emenda Constitucional nº 41/2003.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria voluntária por tempo de contribuição ao servidor público Sr. Jair José Fronza, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 7R/723.854-1 e CPF nº 247.497.709-06, domiciliado e residente na Rua João Ledra, 537, Bairro Taboão, em Rio do Sul - SC no cargo de Auxiliar Administrativo I, nível C, classe 1 com proventos integrais com paridade

a partir de 1º de agosto de 2014.

Art. 2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art. 3º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010; letra "c" inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001; letra "c" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e artigo 6º incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

15 de julho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração em Exercício

### **Decreto Nº 4191, de 15 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº 4191, de 15 de julho de 2014.

"CONCEDE PENSÃO POR MORTE AO SR. SABINO MARCHI."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 260 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, e inciso I do § 7º do artigo 40 da Constituição Federal e Emenda Constitucional 70/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida pensão por morte ao Sr. SABINO MARCHI, brasileiro, viúvo, residente e domiciliado na Rua Expedicionário Aleandro Stedile, Bairro Valada Itoupava em Rio do Sul-SC, em virtude do falecimento de sua esposa Sra. IDA BORGONOV O MARCHI, aposentada por invalidez através do decreto 004/79 de 01/03/1979, no cargo de Professora Padrão "A", com ônus para o Tesouro Municipal, a partir de 16/05/2014.

Parágrafo 1º- A aposentadoria por invalidez foi decorrente da incapacidade total e permanente para o trabalho devidamente declarada por Junta Médica oficial do Município.

Parágrafo 2º - A servidora IDA BORGONOV O MARCHI foi reequadrada no cargo de Professor nível "B", através da Portaria nº 1175/ RH de 20/10/2010.

Art. 2º - De conformidade com o artigo 40, § 7º, inciso I da Constituição Federal, e com as disposições contidas na Emenda Constitucional nº 70/2012, o valor do benefício da pensão por morte corresponderá ao valor da totalidade dos proventos da servidora inativa falecida, com paridade.

Art. 3º- A concessão da presente pensão por morte é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

15 de julho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração em Exercício

### **Decreto Nº 4199, de 18 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº 4199, de 18 de julho de 2014.

"HOMOLOGA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 089/2014".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º - Fica homologado o processo de Dispensa de Licitação Nº 089/2014 de 04.06.2014.

Parágrafo Único - Contratação de empresa especializada em serviços de telefonia móvel com fornecimento de chip. Secretarias Municipais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

18 de julho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

### **Decreto Nº 4195, de 15 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº 4195, de 15 de julho de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE 033/2014 - FMS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado da Carta Convite 033/2014 de 17.06.14, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- JOACIR PANDINI COM.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

15 de julho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS  
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 4195/2014  
Carta Convite Nº 033/2514 de 17.06.14.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL TÉCNICO ESPECIALIZADO EM ATIVIDADES RELACIONADAS ÀS ÁREAS DE PROCESSAMENTO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO AMBULATORIAL E HOSPITALAR (SAI/SUS E SIH/SUS) DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E DEMAIS AÇÕES INERENTES AO CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA DESTA SECRETARIA.

Empresas convidadas:

- ANGELA RAQUEL NIEHUES;
- JOACIR PANDINI COM;
- NALDINEL F. NARDELLI ROSSETTI.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- JOACIR PANDINI COM.

#### **Decreto Nº 4196, de 15 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº 4196, de 15 de julho de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE 035/2014 - FMS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado da Carta Convite 035/2014 de 04.07.14, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- GRÁFICA TELLES LTDA - EPP;
- OLINGRAFICA SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA;
- INDÚSTRIA GRÁFICA LIVRAMENTO LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
015 de julho de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS  
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 4196/2014  
Carta Convite Nº 035/2514 de 04.07.14.

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS (COM-PRA TRIMESTRAL) PARA ATENDER DIVERSOS SETORES DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Empresas convidadas:

- GRÁFICA TELLES LTDA - EPP;
- OLINGRAFICA SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA;
- INDÚSTRIA GRÁFICA LIVRAMENTO LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedores os licitantes:

- GRÁFICA TELLES LTDA - EPP;
- OLINGRAFICA SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA;
- INDÚSTRIA GRÁFICA LIVRAMENTO LTDA.

#### **Decreto Nº 4197, de 15 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº 4197, de 15 de julho de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL 023/2014 - FMS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3765/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 0232014 FMS, de 29.04.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- PROTOHOSPITAL SUL LTDA;
- OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA;
- SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA;
- ALTERMERD MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
15 de julho de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS  
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO DECRETO Nº 4197/2014  
Pregão Presencial Nº 023/2014 FMS, de 29.04.2014.

Objeto da Licitação: Aquisição de mobiliário e equipamentos hospitalar e para atender as necessidades do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) do Município de Rio do Sul.

Participantes:

- PROTOHOSPITAL SUL LTDA;



- OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA;
- SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA;
- ALTERMERD MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;
- WEZ COMÉRCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou os vencedores os licitantes:

- PROTOHOSPITAL SUL LTDA;
- OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA;
- SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA;
- ALTERMERD MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

#### **Decreto Nº 4188, de 15 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº 4188, de 15 de julho de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE 107/2014"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado da Carta Convite 107/2014 de 25.06.14, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- SEMATEL SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

15 de julho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente.

ANEXO AO DECRETO Nº 4188/2014

Carta Convite Nº 107/2514 de 25.06.14.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO, E EXPANSÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO.

Empresas Convidadas:

- COOP. DE ELETRIF. RURAL DO VALE DO ITAJAÍ LTDA;
- MECOLUX LTDA;
- SEMATEL SERV. DE MANUT. E INST. ELÉTRICAS LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- SEMATEL SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA.

#### **Decreto Nº 4200, de 18 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº 4200, de 18 de julho de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 091/2014."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3765/2013, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 091/2014 de 24.06.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- NEW WAY COMERCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA;

- AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP;

- NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA- ME;

- SUPERMERCADO BUZZI LTDA;

- RAULINO RAUL ROSAR -ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

18 de julho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA

Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

ANEXO AO DECRETO Nº 4200/2014

Pregão Presencial Nº 091/2014 de 24.06.2014.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

Participantes:

- PANIFICADORA COELHO NETO LTDA;

- SUPERMERCADO BUZZI LTDA

- RAULINO RAUL ROSAR - ME.

- AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP;

- NEW WAY COMERCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA;



- NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA- ME;
  - CAFÉ TROPEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAFÉ LTDA.
- Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:
- NEW WAY COMERCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA;
  - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP;
  - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA- ME;
  - SUPERMERCADO BUZZI LTDA;
  - RAULINO RAUL ROSAR - ME.

**Decreto 4207, de 22 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº 4207, de 22 de julho de 2014.

“CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO A EMPRESA VITOR MENE-  
GHELLI ME.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido na Lei Municipal nº 4.541/2007.

DECRETA:

Art.1º - Fica concedido a empresa VITOR MENE-  
GHELLI ME, CNPJ Nº 13.808.310/0002-60, que irá instalar-se em sua nova sede situada na Bulcão Viana, 311, |Bairro Jardim América, neste município; Cadastro Imobiliário Nº 2235, Matrícula no Registro de Imóveis Nº 12.142, com base no Deferimento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, inserido nos autos do Protocolo Geral Nº 146593/2014, incentivo econômico com base no § 3º no art. 5º, da Lei nº 4.201, de 11 de julho de 2005, na forma que segue:

- 50m² de aterro.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

22 de julho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

REGINA BONITO PETRY

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

**CÂMARA MUNICIPAL****Homologação Processo Licitatório PR Nº 05/2014**

RESOLUÇÃO Nº 748, DE 23 DE JULHO DE 2014.

Homologa resultado de Processo Licitatório nº 10/2014, representado pelo Pregão Presencial no 05/2014.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso de sua atribuição prevista no Art. 115 do Regimento Interno - Resolução 597/10.

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Licitatório nº 10/2014, representado pelo Pregão Presencial no 05/2014, vez que todos os atos foram praticados dentro da legalidade e nos preceitos da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, bem como por não haver qualquer recurso pendente.

Art. 2º Para que a homologação procedida produza seus jurídicos e legais efeitos e de acordo com o que consta do presente Pregão Presencial, efetuamos a ADJUDICAÇÃO aos licitantes vencedores constantes da Ata de Registro de Preço, autorizando desde já a contratação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 23 de julho de 2014.

JAIME SBORZ

Presidente da Mesa

**Homologação Processo Licitatório PR Nº 06/2014**

RESOLUÇÃO Nº 749, DE 23 JULHO DE 2014.

Homologa resultado de Processo Licitatório nº 11/2014, representado pelo Pregão Presencial no 06/2014.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso de sua atribuição prevista no Art. 115 do Regimento Interno - Resolução 597/10.

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Licitatório nº 11/2014, representado pelo Pregão Presencial no 06/2014, vez que todos os atos foram praticados dentro da legalidade e nos preceitos da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, bem como por não haver qualquer recurso pendente.

Art. 2º Para que a homologação procedida produza seus jurídicos e legais efeitos e de acordo com o que consta do presente Pregão Presencial, efetuamos a ADJUDICAÇÃO aos licitantes vencedores constantes da Ata de Registro de Preço, autorizando desde já a contratação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 23 de julho de 2014.

JAIME SBORZ

Presidente da Mesa

## Santa Rosa do Sul

### PREFEITURA

#### Lei Nº 955, de 23 de Julho de 2014

LEI Nº 955, DE 23 DE JULHO DE 2014

Autoriza o Poder Executivo a firmar Termo de Concessão de Uso de equipamentos pertencente ao Município para uso da Associação dos Produtores Rurais de Banana de Santa Rosa do Sul - ABA-ESC, com intuito de incentivar a agricultura familiar no Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder os equipamentos abaixo descritos, de propriedade do município, para uso da Associação dos Produtores Rurais de Banana de Santa Rosa do Sul - ABAESC, mediante celebração de Termo de Concessão de uso, quais sejam:

Nº do Patrimônio	Quantidade	Descrição
07867 07868	02	Pulverizador Foliar tipo canhão com sistemas hidráulicos de ajuste de bicos, de altura e giro, 3 bicos, capac. tanque 650 L, com misturador interno tipo hélice e sistema automático de retorno, alcance do jato de 50 m, com bomba auxiliar para aspersão com sistema de iluminação tipo farolete na ponta do canhão.
07869 07870	02	Distribuidor de calcário, adubo químico e adubo orgânico, esteira de 50,0cm de largura, 2 eixos, com pneus r16, sistema de soprador e jato lateral alcance de 30 m, capacidade de carga 2000 kg, sistema de comando hidráulico de bicos e de regulação de vação da esteira
07871 07872	02	Pá-carregadeira traseira com concha basculante nas dimensões de 1,0 m largura, 0,7 m de profundidade e 0,5 m de altura, capacidade de carga de 0,5 ton., com regulação de altura.
07873 07874	02	Platina tipo lâmina (patrola) hidráulica traseira reversível com 2.80 m largura e 0,55 m altura

Parágrafo único. Os bens cedidos terão como objetivo o incentivo da agricultura familiar no município e deverão ser usados para o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Santa Rosa do Sul/SC.

Art. 2º Correrão a expensas da associação as despesas decorrentes da conservação, manutenção e guarda dos equipamentos.

Parágrafo único. Fica a cessionária vedada de ceder, locar e emprestar o objeto desta cessão de uso para terceiros, bem como utilizá-los para fins diferentes dos acima descritos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 23 de julho de 2014.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças

## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA

#### Decreto 212

DECRETO Nº 212/2014

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO EM PROCESSO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal.

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela empresa Grilli e Grilli Ltda ME, que requer a rescisão amigável do Contrato nº 036/2014 celebrado no Processo Licitatório nº 146/2014, Pregão 09/2014, cujo objeto é a aquisição de materiais de consumo e expediente para o exercício de 2014, fundamentando sua pretensão pelo fato de não mais poder continuar exercendo suas atividades comerciais ante a problemas de saúde, o que o impedirá de continuar honrando com os termos do referido contrato;

CONSIDERANDO a conveniência para a administração pública municipal em rescindir o referido contrato para que se possa realizar novo certame a fim de dar continuidade ao fornecimento do seu objeto.

CONSIDERANDO o teor do Parecer Jurídico nº 025/2014, que opina pelo deferimento do pedido e rescisão do contrato de forma amigável;

DECRETA

Art. 1º. Fica rescindido o Contrato nº 036/2014 celebrado entre o Município de Santa Terezinha do Progresso e a empresa Grilli e Grilli Ltda ME, referente ao Processo Licitatório 146/2014, Pregão 09/2014.

Art. 2º. A presente rescisão contratual se dá de forma bilateral e amigável, nos termos do art. 79, inciso II da Lei 8.666/93, sem gerar qualquer ônus para quaisquer das partes, dando as mesmas plena e irrevogável quitação de todas as obrigações contraídas por força do contrato citado no artigo 1º.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, 21 de julho de 2014.

Publique-se e registre-se.

Jacob Gilmar Junges

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em data supra.

**Decreto 213**

DECRETO Nº 213/2014

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO EM PROCESSO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal.

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela empresa Grilli e Grilli Ltda ME, que requer a rescisão amigável do Contrato nº 027/2014 celebrado no Processo Licitatório nº 039/2014, Pregão 05/2014, cujo objeto é a aquisição de merenda escolar de forma parcelada e fracionada para o ano letivo de 2014, fundamentando sua pretensão pelo fato de não mais poder continuar exercendo suas atividades comerciais ante a problemas de saúde, o que o impedirá de continuar honrando com os termos do referido contrato;

CONSIDERANDO a conveniência para a administração pública municipal em rescindir o referido contrato para que se possa realizar novo certame a fim de dar continuidade ao fornecimento do seu objeto.

CONSIDERANDO o teor do Parecer Jurídico nº 024/2014, que opina pelo deferimento do pedido e rescisão do contrato de forma amigável;

## DECRETA

Art. 1º. Fica rescindido o Contrato nº 027/2014 celebrado entre o Município de Santa Terezinha do Progresso e a empresa Grilli e Grilli Ltda ME, referente ao Processo Licitatório 039/2014, Pregão 05/2014.

Art. 2º. A presente rescisão contratual se dá de forma bilateral e amigável, nos termos do art. 79, inciso II da Lei 8.666/93, sem gerar qualquer ônus para quaisquer das partes, dando as mesmas plena e irrevogável quitação de todas as obrigações contraídas por força do contrato citado no artigo 1º.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, 21 de julho de 2014.

Publique-se e registre-se.

Jacob Gilmar Junges  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em data supra.

**Decreto 214**

DECRETO Nº 214/2014

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO EM PROCESSO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal.

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela empresa Grilli e Grilli Ltda ME, que requer a rescisão amigável do Contrato nº 025/2014 celebrado no Processo Licitatório nº 038/2014, Pregão

04/2014, cujo objeto é a aquisição de merenda escolar para o Programa de Erradicação de Trabalho Infantil - PETI, para o exercício de 2014, fundamentando sua pretensão pelo fato de não mais poder continuar exercendo suas atividades comerciais ante a problemas de saúde, o que o impedirá de continuar honrando com os termos do referido contrato;

CONSIDERANDO a conveniência para a administração pública municipal em rescindir o referido contrato para que se possa realizar novo certame a fim de dar continuidade ao fornecimento do seu objeto.

CONSIDERANDO o teor do Parecer Jurídico nº 023/2014, que opina pelo deferimento do pedido e rescisão do contrato de forma amigável;

## DECRETA

Art. 1º. Fica rescindido o Contrato nº 025/2014 celebrado entre o Município de Santa Terezinha do Progresso e a empresa Grilli e Grilli Ltda ME, referente ao Processo Licitatório 038/2014, Pregão 04/2014.

Art. 2º. A presente rescisão contratual se dá de forma bilateral e amigável, nos termos do art. 79, inciso II da Lei 8.666/93, sem gerar qualquer ônus para quaisquer das partes, dando as mesmas plena e irrevogável quitação de todas as obrigações contraídas por força do contrato citado no artigo 1º.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, 21 de julho de 2014.

Publique-se e registre-se.

Jacob Gilmar Junges  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em data supra.

**Decreto 215**

DECRETO Nº 215/2014

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO EM PROCESSO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal.

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela empresa Grilli e Grilli Ltda ME, que requer a rescisão amigável do Contrato nº 038/2014 celebrado no Processo Licitatório nº 147/2014, Pregão 10/2014, cujo objeto é a aquisição de forma parcelada de materiais de limpeza para o exercício de 2014, fundamentando sua pretensão pelo fato de não mais poder continuar exercendo suas atividades comerciais ante a problemas de saúde, o que o impedirá de continuar honrando com os termos do referido contrato;

CONSIDERANDO a conveniência para a administração pública municipal em rescindir o referido contrato para que se possa realizar novo certame a fim de dar continuidade ao fornecimento do seu objeto.

CONSIDERANDO o teor do Parecer Jurídico nº 026/2014, que

opina pelo deferimento do pedido e rescisão do contrato de forma amigável;

#### DECRETA

Art. 1º. Fica rescindido o Contrato nº 038/2014 celebrado entre o Município de Santa Terezinha do Progresso e a empresa Grilli e Grilli Ltda ME, referente ao Processo Licitatório 147/2014, Pregão 10/2014.

Art. 2º. A presente rescisão contratual se dá de forma bilateral e amigável, nos termos do art. 79, inciso II da Lei 8.666/93, sem gerar qualquer ônus para quaisquer das partes, dando as mesmas plena e irrevogável quitação de todas as obrigações contraídas por força do contrato citado no artigo 1º.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, 21 de julho de 2014.

Publique-se e registre-se.

Jacob Gilmar Junges

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em data supra.

#### Decreto 216

DECRETO Nº 216 , DE 21 DE JULHO DE 2014.

Homologa Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório n. 180 /2014

Modalidade: Pregão n. 11/2014.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas que lhe confere a Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e alterações:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria n. 1592014, de, sobre o Processo de Licitação Nº 180/2014, Pregão Nº11/2014, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E LIMPEZA COM ENTREGA FRACIONADA (UND) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE..

Art. 2º Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada (s):

Empresa	Itens	Descrição do Item	Qtde	Valor homologado
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	1	SABAO EM PO	50,00	495,00
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	2	PAPEL HIGIENICO C/8 POR 8 DE 60 MTS	100,00	910,00
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	3	PAPEL TOALHA	100,00	1.090,00
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	5	ESPONJA MULTIUSO C/3	60,00	239,40
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	6	BOM AR	25,00	222,50
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	7	PEDRA SANITARIA G	80,00	208,00

G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	8	ALCOOL ETILICO HIDRATADO 46,2%	60,00	348,00
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	9	LIMPA PISO E CALÇADAS CLEAR BOA QUALIDADE	60,00	479,40
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	10	VASSOURA DE PALHA	15,00	253,50
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	11	VASSOURA PLASTICA LIMPA MANIA	20,00	179,60
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	12	PANO DE CHAO	30,00	267,00
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	15	SAPONACEO CREMOSO	60,00	329,40
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	16	DETERGENTE 500 ML	80,00	151,20
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	17	SACO DE LIXO 100	60,00	234,00
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	18	SACO LIXO Nº 50	60,00	174,00
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	19	PANO CHÃO 40/70 ALGODÃO GROSSO	40,00	316,00
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	20	VEJA MULTI 500 ML	40,00	219,60
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	21	LIXEIRA 50 LTS PLASTICO FORTE	8,00	239,20
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	22	LIMPA VIDROS C/ BURRIFICADOR	20,00	177,80
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	23	ESCOVA SANITARIA	15,00	102,00
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	24	LUVA LATEX	40,00	195,60
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	25	RODO DUPLO 40 CM	20,00	179,80
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	26	AMACIANTE 2 LTO	20,00	139,80
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	27	LENÇO SUAVE C/50 UN. 14,2CMX21,2	40,00	267,60
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	28	CERA LIQUIDA 900 ML	40,00	340,00
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	30	PRATO PLASTICO C/10	50,00	144,50
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	31	CAFÉ 100 GR	30,00	207,00
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	32	MINI ESCOVAS HIGIÊNICAS	30,00	147,00
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	33	LAMPADA 23W	30,00	414,00
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	34	SABÃO EM BARRA C/5	20,00	138,00
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	35	SABONETE LIQUIDO	15,00	142,50
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	36	DETERGENTE PARA TOALET	30,00	687,00
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	37	TOALHAS LIMPEZA BOA QUALIDADE	50,00	399,50
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	38	SACO LIXO 30	100,00	290,00
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	39	RODO DE ESPUMA	20,00	177,80
E B DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA ME	4	COPO DESC 180 C/2500	10,00	1.224,00
E B DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA ME	13	AGUA MINERAL NATURAL 600ML C/GÁS	150,00	270,00

E B DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA ME	14	AGUA MINERAL NATURAL 600ML S/GAS	150,00	240,00
E B DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA ME	29	AGUA MINERAL NATURAL 20 LT	50,00	690,00
E B DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA ME	40	GÁS	14,00	721,00

°Valores expressos em reais

Nome do Fornecedor	Valor Total	
G & I MERCADO E ACOUGUE LTDA ME	10.505,70	dez mil quinhentos e cinco reais e setenta centavos
E B DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA ME	3.145,00	três mil cento e quarenta e cinco reais

°Valores expressos em reais

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 21/07/14.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico

Matricula nº 1157/6



# São Bento do Sul

## SAMAE-SÃO BENTO DO SUL

### Portaria /SAMAE/SBS Nº 135, de 21 de Julho de 2014.

Portaria /SAMAE/SBS Nº 135, de 21 de julho de 2014.

#### “CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

#### RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER a servidora ROSANE MARIA BAYERL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Telefonista, lotada nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 21/07/2014.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

### PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 136, DE 21 DE JULHO DE 2014.

Portaria /SAMAE/SBS Nº 136, de 21 de julho de 2014.

#### “CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

#### RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor OSVALCIR PETERS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 21/07/14.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

### PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 137 DE 21 DE JULHO DE 2014.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 137 de 21 de julho de 2014.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo

artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

#### RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, o servidor JOSE VILMAR VARELA, ocupante do cargo efetivo de Operador de Redes de Água e Esgoto, Grupo Ocupacional 03, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para a Classe G.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de julho de 2014.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

### PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 138 DE 21 DE JULHO DE 2014.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 138 de 21 de julho de 2014.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

#### RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, o servidor JOANITO GONDARSKI, ocupante do cargo efetivo de motorista, Grupo Ocupacional 03, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para a Classe G.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de julho de 2014.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

### PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 139 DE 21 DE JULHO DE 2014.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 139 de 21 de julho de 2014.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

#### RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, o servidor ADIR ROGOZINSKI, ocupante do cargo efetivo de operador de máquinas, Grupo Ocupacional 03, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para a Classe G.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de julho de 2014.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente



**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 140 DE 21 DE JULHO DE 2014.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 140 de 21 de julho de 2014.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

**RESOLVE**

Art. 1º - PROMOVER, o servidor SIDNEI JOSE NENEVE, ocupante do cargo efetivo de leiturista, Grupo Ocupacional 02, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para a Classe G.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de julho de 2014.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 141 DE 21 DE JULHO DE 2014.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 141 de 21 de julho de 2014.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

**RESOLVE**

Art. 1º - PROMOVER, o servidor ALTAIR LUIS DO PRADO, ocupante do cargo efetivo de Operador de ETA/ETE, Grupo Ocupacional 04, com a carga horária de 36 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para a Classe G.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de julho de 2014.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 142 DE 21 DE JULHO DE 2014.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 142 de 21 de julho de 2014.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

**RESOLVE**

Art. 1º - PROMOVER, o servidor VALDIR DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de serviços operacionais, Grupo Ocupacional 01, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para a Classe 3C.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

com efeitos a partir de 1º de julho de 2014.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE /SBS/Nº 144 DE 21 DE JULHO DE 2014.**

PORTARIA/SAMAE /SBS/Nº 144 de 21 de julho de 2014.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

**RESOLVE**

Designar Pregoeiros e Equipe de Apoio.

Art. 1º Designar para atuarem como Pregoeiros em licitações na modalidade de pregão, no âmbito do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul, os servidores:

José Alexandre Koch - matrícula 444

Paulo Schwirkowski - matrícula 474

Parágrafo Único - Em caso de impossibilidade de participação do pregoeiro indicado no Edital de cada certame, este poderá ser substituído por qualquer outro pregoeiro citado acima.

Art. 2º - Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul, os servidores:

Adair Chaves - matrícula 350

Fridolino Van Den Boom - matrícula 140

Ivana Aparecida Pereira- matrícula 370

José Alexandre Koch - matrícula 444

Osvalcir Peters - matrícula 355  
Osni Paulo Langa - matrícula 152

Paulo Schwirkowski - matrícula 474  
Valdecir Ribeiro - matrícula 330

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a portaria nº 234/2013.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

# São José

## PREFEITURA

### Ata de Registro de Preços Nº 089/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2014 - PR 024/2014

- Processo 099/2014 - Fornecedor: STAR SOM SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO COM AUTO FALANTE LTDA - ME. Objeto: Registro de preços para eventual prestação de serviços de sonorização e divulgação com som volante para serem utilizados nos eventos realizados pela Prefeitura Municipal de São José. Valor Total: R\$411.899,93 - quatrocentos e onze mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 22 de maio de 2014. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

### Abertura da Carta Convite Nº 009/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CARTA CONVITE Nº 009/2014 - Processo nº 178/2014 Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra e material para reforma da sede da Fundação de Esporte e Lazer. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 04 de agosto de 2014. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 04 de agosto de 2014, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

### Resultado da Dispensa de Licitação Nº 024/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2014 - Processo nº 190/2014. Contratado: PLANECON PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Dispensa de licitação para contratação de empresa especializada para reforma emergencial (cobertura, pluviais e instalação elétrica) do CEM Altino Corsino da Silva Flores, em caráter emergencial. Valor Total: R\$178.142,83 - cento e setenta e oito mil, cento e quarenta e dois reais e oitenta e três centavos. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

### Resultado do Pregão Eletrônico Nº 003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2014 - Processo nº 024/2014. Contratado: RACINE COMERCIAL LTDA EPP. Objeto:

Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual fornecimento de materiais de sinalização de trânsito para uso da Guarda Municipal de São José/SC. Valor Total: R\$190.570,00 - cento e noventa mil quinhentos e setenta reais.

Vera Suely de Andrade  
Diretora de Compras.

### Decreto Nº 2939/2014

DECRETO Nº 2939/2014  
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado EDNILSON MEDEIROS para exercer o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### Decreto Nº 2933/2014

DECRETO Nº 2933/2014  
TORNA SEM EFEITO O DECRETO 2879/2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência da Srª Daniela Teixeira em tomar posse no cargo no qual foi nomeada por meio do decreto 2879/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 2879 de 09 de julho de 2014, que nomeou DANIELA TEIXEIRA para ocupar o cargo de Direção II de Centro de Saúde - CCM 5, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### Decreto Nº 2934/2014

DECRETO Nº 2934/2014  
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada IVANI CORREIA GOSS para exercer o cargo de Direção II de Centro de Saúde - CCM 5, com lotação na Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **Decreto Nº 2940/2014**

DECRETO Nº 2940/2014  
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor GILMAR BRITO do cargo de Direção II de Centro de Saúde - CCM5, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **Decreto Nº 2941/2014**

DECRETO Nº 2941/2014  
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor EMERSON LUIS SILVA do cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **Decreto Nº 2942/2014**

DECRETO Nº 2942/2014  
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado EMERSON LUIS SILVA para exercer o cargo de Direção II de Centro de Saúde - CCM5, com lotação na Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **Decreto Nº 2943/2014**

DECRETO Nº 2943/2014  
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada JÉSSICA DANIELI DE MELO para exercer o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **Termo Aditivo À Ata de Registro de Preços Nº 043/2013-01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 043/2013-01 - PR 064/2013 - Processo 123/2013 - Contratado: LUIZ FERNANDO SEBOLD ME. Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de fraldas descartáveis para atender a Secretaria Municipal de Saúde de São José/SC. Acréscimo Quantitativo: Fica readequada quantitativamente a Ata de Registro de Preços nº 043/2013 em 25%, o que corresponde ao valor total de R\$178.749,70 (cento e setenta e oito mil, setecentos e quarenta e nove reais e setenta centavos). Vigência: De acordo com a Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços nº 043/2013, o prazo de vigência é de 01 (um) ano, contados a partir de sua assinatura, cuja data de vencimento expirará em 26/07/2014. Data da assinatura: 05 de junho de 2014.

### **Termo Aditivo Nº 184/2013-01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 184/2013-01 - DL 050/2013 - Processo 165/2013 - Locadores: DILNEI VALVASSORI JUNIOR; e CRISTIANE DELANLHO VALVASSORI. Objeto: Locação de imóvel localizado à Rua Otto Júlio Malina, nº 1109, no Bairro Ipiranga, São José/SC, destinado as instalações do Centro de Educação Infantil Maria Minervina Soares Cunha. Prazo: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 184/2013 por mais 12 (doze) meses, a contar de 19/07/2014. Reajuste: Fica reajustado o valor do Contrato nº 184/2013 a partir de 18/07/2014 pelo índice IGPM, referente ao período de 18/07/2013 a 18/07/2014, por apostilamento. Data da assinatura: 26 de junho de 2014.

**Ata de Registro de Preços Nº 105/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2014 - PE 050/2014

- Processo 134/2014 - Fornecedor: ÁGEIS GRÁFICA E EDITORA LTDA - ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual prestação de serviços gráficos para atender a Educação de Jovens e Adultos da rede municipal de ensino de São José. Valor Total: R\$ R\$31.500,00 - trinta e um mil e quinhentos reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 08 de julho de 2014. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

**Contrato/Ct: Nº 162/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 162/2014 - DL 024/2014 - Processo 190/2014 - Contratado: PLANECON PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Dispensa de licitação para contratação de empresa especializada para reforma emergencial (cobertura, pluviais e instalação elétrica) do CEM Altino Corsino da Silva Flores, em caráter emergencial. Valor Global: R\$178.142,83 - cento e setenta e oito mil, cento e quarenta e dois reais e oitenta e três centavos. Prazo: O prazo de vigência deste Contrato será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir da Autorização de Execução de Serviços e o prazo de execução dos serviços é de 90 (noventa) dias. Data da Assinatura do Contrato: 18 de julho de 2014.

**Portaria Nº 1.360 de 21 de Julho de 2014**

PORTARIA Nº 1.360 de 21 de julho de 2014

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR - SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-A necessidade de análise de processo administrativo;  
-O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;  
-E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

**RESOLVE:**

I - INSTAURAR Processo administrativo nº 15.017/2014, relativo a ato disciplinar do servidor L.A.R.L., matrícula nº 36.919, e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Cláudia Regina Macário, Lilian Sandin Boeing e Terezinha de Souza para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 21 de julho de 2014

Meri Terezinha de Melo Hang

Secretária Municipal da Educação

**Portaria Nº 1.361 de 22 de Julho de 2014**

PORTARIA Nº 1.361 de 22 de julho de 2014

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR - SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-A necessidade de análise de processo administrativo;  
-O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, em que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;  
-E o disposto no Art. 10º, da Lei 4.670/2008, em seu inciso VII, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

**RESOLVE:**

I - INSTAURAR Processo administrativo nº 15.356/2014, relativo a ato disciplinar do servidor R.S.M., matrícula nº 37.192, e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Cláudia Regina Macário, Lilian Sandin Boeing e Terezinha de Souza para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 22 de julho de 2014

Meri Terezinha de Melo Hang

Secretária Municipal da Educação

**Decreto Nº 2.935/2014**

DECRETO Nº 2.935/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Raquel Nunes Alonso	Auxiliar de Sala	01/07/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação



**Decreto Nº 2.937/2014**

DECRETO Nº 2.937/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2014, datado de 07/04/2014, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratadas, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
JULIANA LANGE RAMOS	Professor - H	33 horas aulas	16/07/2014
THAYANE DA ROSA	Professor -M	20 horas	16/07/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16/07/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de julho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

**Decreto Nº 2.936/2014**

DECRETO Nº 2.936/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2012, datado de 29/10/2012 e o Edital nº 001/2013 datado de 02/05/2013 e;

Embasado no Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça SC, nos autos da apelação civil em mandato de segurança nº 064.00.001304-1, no que diz respeito à permanência de servidora gestante ou de licença gestação e parecer nº 700/2013/PGM;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam dispensadas as seguintes servidoras, admitidas por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA DE DISPENSA
Graziela Bauer Vermohler	Auxiliar de Ensino	31/07/2014
Priscila Vicente	Auxiliar de Ensino	30/07/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de julho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

**Decreto Nº 2.908/2014**

DECRETO Nº 2908/2014

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado PEDRO PAULO MACHADO para exercer o cargo de Assessor II Administrativo - CCM2, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de julho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**Decreto Nº 2.907/2014**

DECRETO Nº 2907/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor PEDRO PAULO MACHADO do cargo de Supervisor de Limpeza e Lixo - CCM6, com lotação na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de julho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**Decreto Nº 2.909/2014**

DECRETO Nº 2909/2014

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada VALÉRIA PETRY para exercer o cargo em comissão de Supervisor de Limpeza e Lixo - CCM6, com lotação na Secretaria de Infraestrutura, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### **Decreto Nº 2.912/2014**

DECRETO Nº 2912/2014

ENQUADRA POR TRANSFORMAÇÃO SERVIDOR INATIVO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 053/2011.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 62, IV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 59 da Lei Complementar nº 053/2011,

CONSIDERANDO o inciso II do artigo 57, e o artigo 69 e o Anexo VIII, todos da Lei Complementar nº 053/2011;  
CONSIDERANDO o Decreto de Aposentadoria nº 3.778/1994;  
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 19.741/2012;  
CONSIDERANDO o Parecer da Procuradoria nº 443/2014;

DECRETA:

Art. 1º - O servidor aposentado nos termos do Decreto nº 3.778/1994, ISAC FIGUEIREDO DE ARRUDA, matrícula nº 629, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE EQUIPAMENTOS, fica enquadrado por transformação no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, conforme determina a Lei Complementar nº 053/2011, no anexo VIII, sendo seus proventos revistos de acordo com a Classe 3, Nível de Vencimento I, Referência de Vencimento - Letra "E" da carreira, em conformidade com o artigo 69 da Lei Complementar nº 053/2011 e orientação técnica OT nº001/2014 anexa ao Processo Administrativo nº 19.741/2012.

Art. 2º - Os proventos devido ao servidor inativo serão compostos pelo vencimento de referência na Letra "E" da carreira, calculado com base na última remuneração do cargo efetivo correspondente, sendo estes, revistos na mesma proporção e na data definida para os servidores ativos, garantindo-se desta forma direito à paridade. Além disso, o adicional por tempo de servidor de 15 (quinze) % sobre o valor corrigido e, acrescidos a esses valores o percentual relativo ao D.A.I. - III e a insalubridade especial.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2012.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 14 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

WALDEMAR BORNHAUSEN NETO

Secretário da Administração

### **A Comissão Eleitoral do Processo Eletivo da Sociedade Civil do Conselho Municipal de Assistência de São José - CMAS/Sj Para O Biênio 2014-2016, A Partir da Análise Documental Vem Informar As Inscrições Homologadas Para O Referido Processo:**

A COMISSÃO ELEITORAL DO PROCESSO ELETIVO DA SOCIEDADE CIVIL DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE SÃO JOSÉ - CMAS/SJ PARA O BIÊNIO 2014-2016, A PARTIR DA ANÁLISE DOCUMENTAL VEM INFORMAR AS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS PARA O REFERIDO PROCESSO:

ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CANDIDATAS:

1. Ação Social de Barreiros

REPRESENTANTE: Roselene Marques Martins

2. AMORJA - Associação dos Moradores do Jardim Amodelar

REPRESENTANTE: Eliane Magalhães Rosa.

3. APABB - Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade.

REPRESENTANTE: Denise Aparecida Michelute Gerardi.

4. ASSOGENSA - Associação Beneficente Nossa Senhora de Azambuja.

REPRESENTANTE: Maria Clotildes Daniel.

5. Associação de Assistência Social e Educacional Liberdade.

REPRESENTANTE: Ozair dos Santos.

6. Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de São José - APAE

REPRESENTANTE: Águida Teresinha Luciano Alves

7. Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos - AFLODEF

REPRESENTANTE: Graziela Ecco

8. CETE - Centro de Educação e Treinamento Esperança.

REPRESENTANTE: Antonio Edilson da Silva.

9. CVM - Creche e Orfanato Vinde a Mim as Crianças.

REPRESENTANTE: Artur Feijó Netto.

10. Educandário Santa Catarina.

REPRESENTANTE: Liliene Ferreira Martins.

11. FEAP - Fundação Escola Acilino Pereira

REPRESENTANTE: Neusa Terezinha Gandra

12. Instituição Filantrópica Casa de Cáritas

REPRESENTANTE: Wagner Barbosa de Medeiros

13. Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima

REPRESENTANTE: Luiz Carlos Barcelos Filho.

14. Orionópolis Catarinense.

REPRESENTANTE: Pe. José Manuel dos Santos.

ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL VOTANTES:

1. Ação Social de Barreiros

REPRESENTANTE: Roselene Marques Martins

2. AMORJA - Associação dos Moradores do Jardim Amodelar

REPRESENTANTE: Eliane Magalhães Rosa.

3. APABB - Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade.

REPRESENTANTE: Denise Aparecida Michelute Gerardi.



4. ASSO BENSA - Associação Beneficente Nossa Senhora de Azambuja.

REPRESENTANTE: Maria Clotildes Daniel.

5. Associação de Assistência Social e Educacional Liberdade.

REPRESENTANTE: Ozair dos Santos.

6. Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de São José - APAE

REPRESENTANTE: Águida Teresinha Luciano Alves

7. Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos - AFLODEF

REPRESENTANTE: Graziela Ecco

8. CETE - Centro de Educação e Treinamento Esperança.

REPRESENTANTE: Antonio Edilson da Silva.

9. CVM - Creche e Orfanato Vinde a Mim as Crianças.

REPRESENTANTE: Artur Feijó Netto.

10. Educandário Santa Catarina.

REPRESENTANTE: Liliane Ferreira Martins.

11. FEAP - Fundação Escola Acelino Pereira

REPRESENTANTE: Neusa Terezinha Gandra

12. Instituição Filantrópica Casa de Caridade

REPRESENTANTE: Wagner Barbosa de Medeiros

13. Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima

REPRESENTANTE: Luiz Carlos Barcelos Filho.

14. Orionópolis Catarinense.

REPRESENTANTE: Pe. José Manuel dos Santos.

15. Rede Social Comunitária Pró- Envelhecimento Sadio de São José.

REPRESENTANTE: Olga Maria Reis.

INSTITUIÇÕES COM INSCRIÇÃO INDEFERIDA PARA PARTICIPAR DO PROCESSO ELEITORAL:

Associação de Pais e Educandos da FCEE - APE

Justificativa: a inscrição da referida entidade foi indeferida por não apresentação da cópia de registro de Inscrição Municipal de Entidade Comunitária - IMEC, conforme preconiza a Lei Nº 4.308/2005.

São José (SC), 23 de julho de 2014.

COMISSÃO ELEITORAL:

Artur Feijó Netto (CVM)

Denise A. Michelute Gerardi (Apabb)

Luiz Carlos Barcelos (Lar da Criança Nossa Sra. De Fátima)

Olga Maria Reis (Rede Social)

Ozair dos Santos (Casa de Apoio Liberdade)

Sandra Schlichting (AIFSJ)

### **Editais Nº 34/2014/USJ Vagas Remanescentes Para Discentes do Curso de Pós-Graduação Em Docência Nos Anos Iniciais**

EDITAL Nº 34/2014/USJ

VAGAS REMANESCENTES PARA DISCENTES DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NOS ANOS INICIAIS

A Reitora do Centro Universitário Municipal de São José - USJ, de acordo com as disposições da legislação em vigor, torna público, pelo presente Edital, as normas e os procedimentos que nortearão

as inscrições para o preenchimento de Vagas Remanescentes para o curso de Pós-Graduação em Docência nos Anos Iniciais.

#### **1 DO CURSO:**

O Curso de Pós-graduação tem a carga horária de 390h, com previsão de duração para 18 meses. As aulas serão realizadas quinzenalmente, duas vezes por semana, nas sextas-feiras e sábados, no período noturno às sextas-feiras, das 18h30min às 22h, e diurno aos sábados, das 8h30min às 12h e das 13h às 17h30min, na Casa do Educador, localizada na Rua Joaquim Vaz, nº 1312, no bairro Praia Comprida - São José/SC, com início previsto para 06 de agosto de 2014, às 19h30min, quando será oferecida uma aula inaugural, no Centro Multiuso de São José, sito à Avenida Acioni Souza Filho, Beira-mar de São José/SC. As aulas do curso de pós-graduação propriamente dito iniciarão no dia 08 de agosto de 2014.

#### **1.1 VAGAS OFERECIDAS**

O Curso dispõe de 50 (cinquenta) vagas, considerando que destinam-se a professores da Rede Municipal de Ensino de São José, e alunos egressos do curso de Pedagogia do Centro Universitário Municipal de São José. No Edital 32/2014/USJ foram preenchidas 40 (quarenta) vagas. As 10 (dez) vagas remanescentes serão oferecidas para o curso de Pós-Graduação em Docência nos Anos Iniciais pelo presente Edital, ficando assim distribuídas:

	Nº de vagas Rede Pública Municipal	Nº de vagas Egressos USJ	Total de vagas
Curso de Pós-Graduação em Docência nos Anos Iniciais.	05	05	10

#### **2 DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO**

2.1 A inscrição para as Vagas Remanescentes do curso de Pós-Graduação em Docência nos Anos Iniciais será realizada somente na secretaria acadêmica do USJ. Poderão se inscrever para o preenchimento das vagas:

- profissionais da Rede Municipal de Educação de São José ou das instituições conveniadas com a Rede Municipal de Educação de São José e graduados em Pedagogia;
- egressos do Curso de Pedagogia do Centro Municipal Universitário de São José.

2.2 As inscrições poderão ser realizadas nos dias 28 e 29 de julho de 2014, no horário das 14h às 20h, na Secretaria Acadêmica situada na Rua Silvia Maria Fabro, 97. Kobrasol. São José. Fone: (48)3259-1945. Maiores informações no email ppgusj@gmail.com.

#### **3 DOS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA INSCRIÇÃO E MATRÍCULA**

- 1 foto 3x4;
- Original e cópia RG e CPF;
- Original e cópia do certificado de conclusão do Curso de Pedagogia;
- Cópia do título de eleitor;
- Comprovante de tempo de serviço no magistério;
- Comprovante de residência;
- Comprovante da vacina de rubéola (mulheres);
- Comprovante de reservista (homens);
- Cópia do histórico escolar (somente para egressos USJ)

#### **4 DAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

4.1 Serão priorizadas as vagas para profissionais que comprovem atuação no magistério;

4.2 No caso de não preencher o número de vagas destinadas à Rede Municipal de Educação de São José ou aos egressos do Curso de Pedagogia USJ, as vagas poderão ser preenchidas por quaisquer solicitantes respeitando o total de 10 vagas e os critérios de inscrição.

4.3 As inscrições não contempladas no número de vagas farão parte de um cadastro reserva, podendo ser contemplado no caso de alguma desistência.

#### 5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 A inscrição e matrícula será realizada nos dias 28 e 29 de julho de 2014, na sede administrativa do USJ, na secretaria acadêmica.

5.2 A confirmação das vagas se dará no período de 48h após o fim das inscrições.

5.3 O Edital nº 034/2014/USJ, vagas remanescentes para o Curso de Pós-Graduação Docência nos Anos Iniciais, será válido para a matrícula no segundo semestre letivo de 2014, nos termos deste Edital.

5.4 Fica eleito o Foro de São José para dirimir todo e qualquer problema decorrente do presente Edital.

São José, 22 de julho de 2014.

Prof. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha  
Reitora do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

#### CÂMARA MUNICIPAL

#### **Pregão Presencial Nº 011/2014 - Processo Nº 011/2014.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PREGÃO PRESENCIAL nº 011/2014 - Processo nº 011/2014.

Objeto: A presente licitação tem como objetivo a contratação de empresa(s) para a prestação de serviços de criação, produção, edição e finalização das Sessões Legislativas, telejornais, vinhetas e programas de televisão relacionados às atividades da CMSJ, veiculação e transmissão da TV Legislativa em São José, outras emissoras de TV a cabo ou TV aberta, inclusive de sinal digital, além de veiculação na internet através do Portal da CMSJ, conforme especificações constantes no Termo de Referência, anexos do edital.

Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até as 08h:30m do dia 05/08/2014. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação as 9h:00m do dia 05/08/2014. Maiores informações: Setor de Protocolo Geral da Câmara de Vereadores das 13h:00min às 19h:00min. Fone: (48) 3029-1321.

Valmor José Heberle  
Pregoeiro

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

#### **Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 098/2014**

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/2014

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 098/2014 - Pregão Presencial Nº 064/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA DESTINADOS À CONSERTOS, REESTRUTURAÇÃO, E MELHORIAS NECESSÁRIAS PARA O EFETIVO FUNCIONAMENTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. FORNECEDOR: EDMAR DA SILVA ME - CNPJ: 11.354.002/0001-03. VALOR: R\$ 459.000,00 (quatrocentos e cinquenta e nove mil reais).

TOTAL: R\$ 459.000,00 (quatrocentos e cinquenta e nove mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 09/07/2014.

VIGÊNCIA: 09/07/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br) ou (49) 3344-8588.

# Schroeder

## PREFEITURA

### Processo Seletivo Nº. 003/2014- Secel/PMS (Homologação das Incrições)

Processo Seletivo nº. 003/2014- SECEL/PMS

Edital de Processo Seletivo nº. 003/2014

O Prefeito do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, Sr. Osvaldo Jurck, por meio de suas atribuições legais, resolve:

#### TORNAR PÚBLICO

I- A homologação das inscrições dos candidatos ao Processo Seletivo de Professores, Serventes, Auxiliar de Serviços Gerais e Psicopedagogo de Provas escritas, para os cargos em que for requisito, para preenchimento dos cargos no quadro de servidores ou cargos que venham a existir ou forem criados dentro do prazo de validade deste processo seletivo conforme necessidade da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital de Processo Seletivo n.º 003/2014.

II- A convocação dos candidatos, que tiveram suas inscrições homologadas, para a realização da prova objetiva, a ser aplicada no dia 27 de julho de 2014. Os candidatos deverão comparecer no Centro Técnico Werner Ricardo Voigt, Rua Marechal Castelo Branco, 3909 - Centro Norte, Schroeder, SC, com fechamento dos portões às 8h50min, e início das provas objetivas às 9h. Preferencialmente o candidato deve estar no local da prova com 30 minutos de antecedência do horário de fechamento dos portões.

III - Para realizar a prova os candidatos deverão estar munidos de caneta esferográfica de tinta preta ou azul, sendo que é imprescindível a apresentação de documento oficial de identificação, com fotografia, para ingresso na sala de provas.

Insc.	Nome	Cargo - Especialidade	RG
16551	ADRIANE DOS SANTOS CAMARGO NARDELLI	Professor B - Ensino de Educação Infantil	4756681
15997	ALANA GOMES	Professor B - Ensino de Educação Infantil	5016883
15784	AMANDA KREUTZ FELD FERREIRA	Professor B - Ensino de Educação Infantil	5366385
15695	ANDREA CRISTINA GAULKE	Professor B - Ensino de Educação Infantil	54794013
16187	APARECIDA DE CAMPOS RODRIGUES	Professor B - Ensino de Educação Infantil	6108479
16470	DANIELE KARIN FRANZNER	Professor B - Ensino de Educação Infantil	4190957
16438	ELAINE DE SOUZA	Professor B - Ensino de Educação Infantil	4723778
15504	ELISABETH TEREZINHA FAGUNDES ROSA	Professor B - Ensino de Educação Infantil	1.985.999

16330	ELMA DE OLIVEIRA SILVA DA COSTA	Professor B - Ensino de Educação Infantil	3633638
15890	ENEKELY ZIMMERMANN	Professor B - Ensino de Educação Infantil	60517027
15920	ERIVETE DA SILVA MARTINS	Professor B - Ensino de Educação Infantil	2475969
15342	EVELIN ANTUNES	Professor B - Ensino de Educação Infantil	5.884.737
15970	GABRIELA GOLFETTO	Professor B - Ensino de Educação Infantil	2071385815
15318	JESSICA APARECIDA ZANLUCA	Professor B - Ensino de Educação Infantil	6108170
15431	JESSY HELLEN MIQUELETTTO	Professor B - Ensino de Educação Infantil	125522483
15750	LILIA KLAUMANN RENKAVESKI	Professor B - Ensino de Educação Infantil	5645102
16179	MARGARETE REGINA TRINDADE	Professor B - Ensino de Educação Infantil	4037578707
15490	MARLETE GOSCH MACHADO GALIVAR	Professor B - Ensino de Educação Infantil	2063313189
15261	SIRLEI LOMBARDI	Professor B - Ensino de Educação Infantil	4408690-3
16047	TERESINHA PEREIRA PACHECO	Professor B - Ensino de Educação Infantil	1686358
16519	VANESSA STACK DO AMARAL	Professor B - Ensino de Educação Infantil	4339140
16012	VILMA DA APARECIDA BUENO	Professor B - Ensino de Educação Infantil	47908906
16446	WALDIRENE NUNES SERRA	Professor B - Ensino de Educação Infantil	3147210
15369	ADRIANA TABORDA RIBAS	Professor B - Ens. Fundamental Anos Iniciais	4.407.430-1
15636	ANGELA THAÍS WOLFF	Professor B - Ens. Fundamental Anos Iniciais	6206355
15768	DANIELA TOMIO DOS SANTOS	Professor B - Ens. Fundamental Anos Iniciais	4705605
15903	FABIANI MÜLLER	Professor B - Ens. Fundamental Anos Iniciais	100672898
16039	JANY RAMOS BITTENCOURT RIBEIRO	Professor B - Ens. Fundamental Anos Iniciais	3314127-4
16241	LINDONOR PRAEDES NUNES	Professor B - Ens. Fundamental Anos Iniciais	48755176
16268	LUIZ FERREIRA DA LUZ	Professor B - Ens. Fundamental Anos Iniciais	44967782

16349	MARCELO GOMES DE SOUZA	Professor B - Ens. Fundamental Anos Iniciais	2000029154473
16365	MARIA ELIANE PEREIRA DE SOUZA	Professor B - Ens. Fundamental Anos Iniciais	20070747029
16462	MATILDE PIRES LOPES TEIXEIRA	Professor B - Ens. Fundamental Anos Iniciais	2984564
16560	SALETE BOSCHEN DA LUZ	Professor B - Ens. Fundamental Anos Iniciais	44941350
15466	ADRIANA PRES- TES DE SOUZA	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	6414091
15911	ANA CLAUDIA FEO	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	12891787-0
15474	ANDRESSA KRO- TH EITELVAN	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	4544635
15210	CAROLINE LANG	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	5.596.351
15229	CHARLENE APA- RECIDA FERREI- RA SCOZ	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	4544614
15814	DHYESSICA SAN- TOS DA COSTA	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	6093563
16527	DOMINIQUEA COSMO DE SOUZA	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	5985743
15830	DOUGLAS DA SILVA BREMM	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	103190649
15407	DRIELE JANINE NICHELATTI	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	5920835
16004	EDCLEIA RAMOS DOS SANTOS HUBNER	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	5442160-8
15679	GISELIA APARE- CIDA PEREIRA	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	4190617
16276	GISLAINE VITAL DOS SANTOS LUDTKE	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	6622113
15237	GRACIELLA STRE- LOW	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	6038786
15725	GRAZIELA MEN- DES	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	51818167
15989	IVANE LEU	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	4532797-1
15199	JOSIANE APARE- CIDA RIOS	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	103533899
16128	LETICIA BRAGA SCHULKA	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	4343733
16101	LIDIANE MARIA SOARES RICARDO	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	45975418

15628	LUCILENE PE- REIRA	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	6.158.039
15547	MATILDE DOS SANTOS	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	7026909
16543	MIRIAM ALVES DE SOUSA	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	105652899-8
15156	NADIA CRISTINA GAEDKE RAITER	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	5164484
15857	NADIELI PRISCI- LA AVANCE	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	4633971
15717	NELCI REJANE NUNES BERG- MANN	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	6760084
15385	NOEMI SILVANA RIEDEL VARGAS	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	5596972
15326	PAOLA MAROS- TICA	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	6688043
16411	PATRÍCIA BUENO	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	106341680
15512	PATRÍCIA SANDY NOGUEIRA	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	6414428
16209	PRISCILA BARBO- ZA AMORIM DE OLIVEIRA	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	0993571352
16098	RITA DE CÁSSIA APARECIDA FRANCO	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	16511001
16489	ROSENILDA DOS SANTOS	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	7083743
15652	SANDRA MARA BECKER DA SILVA	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	7209369
15687	SHÁLLY KATLEEM PISKE	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	4408691
16497	SILVANE DEO- RASKI OLIVEIRA	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	38302217
15741	TATIANE OLCZYK	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	4723051
16136	VIVIANE CARLA BRAGA TAVARES	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	4.343.734
15555	VIVIANE XAVIER	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	2244629
15539	VIVIVANE MARIA SOARES RICARDO	Professor A - Ensi- no de Educação Infantil	7134491
15270	CLAUDETE DU- ARTE	Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	6973930
16578	CLEVIA BITTEN- CURT	Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	4627449

15334	CRISTIAN PEREIRA RUTHES	Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	5660358
16071	DAMYANA TAMARA BORCHARDT	Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	5920065
16160	DÉBORA KURZAWSKI	Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	5084835
15610	EDIMEIRE CONCEIÇÃO SANTOS	Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	0670447862
15440	LOHAINE GIULIANE POMMERENING	Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	5596130
16250	LUCINÉIA PRAXEDES NUNES	Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	5596609
15458	LUZIA DOS PASSOS CRISTOFOLINI	Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	6991897
15644	SEMIRAMIS BAIER PUTTENDORF MUNDEL	Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	3688020
15253	VIVIANE BOLDUAN DA SILVA	Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	50054040
16381	FRANCIS LOIZEZ COELHO	Professor C - Ensino de Educação Infantil	4832101
15946	JAQUELINE APARECIDA TABORDA RIBAS	Professor C - Ensino de Educação Infantil	4.540.520
16390	KELE KAZMIRSKI MARESANA	Professor C - Ensino de Educação Infantil	29892821
16063	LOSANGELA BELERS	Professor C - Ensino de Educação Infantil	5666695
16322	LURDES ANTONIETTO COLAÇO	Professor C - Ensino de Educação Infantil	45974896
15300	MARIA APARECIDA DA SILVA FONCECA	Professor C - Ensino de Educação Infantil	66845818
16535	MARIA IZABEL DE BARROS ALBUQUERQUE	Professor C - Ensino de Educação Infantil	3040923901
16420	MIRIAN RAMOS	Professor C - Ensino de Educação Infantil	45325030
16080	PATRÍCIA DE LIMA	Professor C - Ensino de Educação Infantil	5.509.622
15598	PATRICIA DOS SANTOS	Professor C - Ensino de Educação Infantil	75052561
16284	RITA DE CÁSSIA DA SILVA HILDEBRANDO POHL	Professor C - Ensino de Educação Infantil	1308127
16217	SUSIANE PATRICIA DOS SANTOS BLASIUS	Professor C - Ensino de Educação Infantil	3884527
16357	VIVIAN SOLANGE MARQUARDT LENZI	Professor C - Ensino de Educação Infantil	2983595-0

16110	ARLETE DA SILVA	Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	1584729
16500	CLENIR FATIMA GOTTWITZ	Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	75601018
15563	EDINA PICCOLI CEZÁRIO	Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	3727408
15172	ISONETE MATHIAS	Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	3.062.644
15164	LINDOMAR SILVA DE JESUS	Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	4846389
15938	PATRICIA DE LIMA	Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	7120679
15873	ROSE MARLI TOMASELLI	Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	7656653
16225	FÁTIMA ROSA FRANCO	Professor B - Artes - Ens. Ed. Infantil e Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	433549403
15148	JULIA GRAZIELA DA SILVA CASTRO	Professor B - Artes - Ens. Ed. Infantil e Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	6687976
15482	LAIZA APARECIDA TODT RAMTHUM	Professor B - Artes - Ens. Ed. Infantil e Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	6414955
15962	FRANCIELE STEINRONCHI	Professor C - Artes - Ens. Ed. Infantil e Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	4099323
15822	JOSÉ ANTONIO CORREIA DE SOUZA	Professor C - Artes - Ens. Ed. Infantil e Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	0372904793
16233	ADOLFO HARMEL ALVES	Professor B - Ed. Física - Ens. Ed. Infantil e Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	53286871
15865	ALEXANDRA PATSCH	Professor B - Ed. Física - Ens. Ed. Infantil e Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	5683062



16454	ANNE CAROLINE DE OLIVEIRA	Professor B - Ed. Física - Ens. Ed. Infantil e Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	7015621
15520	DENISE KURTEN	Professor B - Ed. Física - Ens. Ed. Infantil e Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	44077505
15580	JANAÍNA FIRMO	Professor C - Ed. Física - Ens. Ed. Infantil e Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	4292746
15709	MAYCON DE CARVALHO SANTOS	Professor C - Ed. Física - Ens. Ed. Infantil e Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	3740133
15776	ROBSON WILLIAM DA SILVA	Professor C - Ed. Física - Ens. Ed. Infantil e Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	52944713
16403	FRANCIELE MARTINS DE ABREU	Professor B - Intérprete de Libras - Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	4390887
15296	LUIZ EDUARDO PETRY	Professor B - Ética e Cidadania - Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	44560184
15849	GIOVANIA MARCARINI	Professor B - História - Ens. Fundamental Anos Finais	4153071
16306	JAMILE NAIR DE AZEVEDO	Professor B - História - Ens. Fundamental Anos Finais	46634819
16314	JANE MARIA LANGER	Professor B - História - Ens. Fundamental Anos Finais	17184878
15660	LUCIANA PEREIRA PEDROZA	Professor B - História - Ens. Fundamental Anos Finais	11378973
16373	NELSON DA SILVA VIANA JUNIOR	Professor B - História - Ens. Fundamental Anos Finais	4913913
16195	RAFAEL VICTOR BATISTA DE OLIVEIRA	Professor C - Ensino Religioso - Ens. Fundamental Anos Finais	5920403
16020	DALVA BUENO WALTRICH	Psicopedagogo	3.582.521-5

15806	GREICE MAIARA DENKER	Psicopedagogo	47233109
15423	JOSIANE MARCONDES	Psicopedagogo	57548800
15180	SALETE DE FATIMA KRANKEL	Psicopedagogo	48877591
15733	ADRIANA MENEZES SANTANA DE LIMA	Auxiliar de Serviços Gerais I	7150665
15350	ANDERSON ZAKALUZNY	Auxiliar de Serviços Gerais I	6175408
15954	CLAUDIO LUIS KONRAD	Auxiliar de Serviços Gerais I	2984136
15377	CLÉRIA MARIA RUSCHEL OECHSLER	Auxiliar de Serviços Gerais I	3727726-0
15245	CRISTIANE GRACIELE MARCELINO STRELOW	Auxiliar de Serviços Gerais I	4660316
15288	KAIO JUNIOR RIBEIRO	Auxiliar de Serviços Gerais I	6903803
15571	LIDIANE KARINE BORBA	Auxiliar de Serviços Gerais I	35134356
15792	MÁRCIO FEITOSA MARTINS	Auxiliar de Serviços Gerais I	6662650
15202	WAGNER COELHO DA SILVA	Auxiliar de Serviços Gerais I	288286753
16292	ANGELICA IZABEL MARQUES	Servente	16978366
16144	ANTONIA MARIA DO NASCIMENTO SILVA	Servente	1093505
15881	CLEIDE FERREIRA DA SILVA	Servente	4590155
15393	INAGELA DE OLIVEIRA MENEZES	Servente	6260537
16152	MARIA SOUZA DE OLIVEIRA	Servente	6.712.523
15415	PAULA CRISTINA GOIS DA LUZ FERREIRA	Servente	3888316

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em 22 de Julho de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

FABIANE HELLER  
Presidente  
Comissão Organizadora do Processo Seletivo

### **Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 64/2014-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 64/2014-PMS  
PROCESSO Nº. 138/2014-PMS



## TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em prestação de serviços pintura de faixas de pedestre, lombadas, legendas, eixos, bordos e ciclovias, conforme memorial descritivo para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos no Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 08 de agosto de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 08 de agosto de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 24 de julho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato Nº. 153/2014-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 153/2014-PMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 59/2014-PMS

Processo nº. 128/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 75.415.075/0002-13, estabelecida na Rua Marcionilo dos Santos, nº. 1450, Bairro Corticeira, na Cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria da Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Óleo Diesel - S500 - 160.000 ( cento e sessenta mil) litros - Manter em regime de comodato o tanque c/ capacidade de no mínimo 13.000 litros, BIPARTIDO com duas bombas de abastecimento, filtros e demais acessórios necessários para o abastecimento. Efetuar a instalação dos equipamentos (tanque, bomba e filtro), sem ônus e custos adicionais e prestando assistência técnica gratuita, enquanto durar o fornecimento. Entregas em caminhões tanque lacrados e aferidos pelo IMETRO. Entrega parcelada, mínimo 3.000 Lt.	160.000	Litros	2,308	369.280,00
2	Óleo Diesel - S10 - 40.000 (quarenta mil) litros - Manter em regime de comodato o tanque c/ capacidade de no mínimo 13.000 litros, BIPARTIDO com duas bombas de abastecimento, filtros e demais acessórios necessários para o abastecimento. Efetuar a instalação dos equipamentos (tanque, bomba e filtro), sem ônus e custos adicionais e prestando assistência técnica gratuita, enquanto durar o fornecimento. Entregas em caminhões tanque lacrados e aferidos pelo IMETRO. Entrega parcelada, mínimo 3.000 Lt.	40.000	Litros	2,44	97.600,00
TOTAL R\$					466.880,00

Valor do contrato: R\$ 466.880,00 (quatrocentos e sessenta e seis mil oitocentos e oitenta reais)

Data da Assinatura: 23/07/2014 - Vigência: 23/07/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**Convocação Concurso Público Nº. 003/2013-ESF**

Convocação Concurso Público nº. 003/2013-ESF

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARI CLEIDE DE CASTRO, inscrita no CPF sob nº. 050.542.759-16, aprovada em 2º lugar no Concurso Público nº. 003/2013-ESF, para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (SUBÁREA ESF 2), para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder no setor de Recursos Humanos (47 3374-6508), até as 17:00h do dia 04 de agosto de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 23 de julho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Orlando Tecilla

Secretário de Saúde e Assistência Social

**Convocação Processo Seletivo Nº. 001/2014-Secel/PMS 2º - Chamada**

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS

2º - Chamada

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ILETE RIEGEL JUNCKES, inscrita no CPF sob nº. 624.949.459-68, aprovada em 7º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA B - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00h do dia 04 de agosto de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 23 de julho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**Convocação Concurso Público Nº. 001/2012-ESF/NASF**

Convocação Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ELIZENE BORGES DE CAMPOS, inscrita no CPF sob nº. 036.581.219-63, aprovada em 3º lugar no Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF, para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE (ÁREA 003 - MICROÁREA 01), para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00h do dia 04 de agosto de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 23 de julho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Orlando Tecilla

Secretário de Saúde e Assistência Social

Ata Registro de Preços Pregão Presencial 59/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 43/2014		Data do Registro: 23/07/2014		Válido até: 23/07/2015			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria da					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Óleo Diesel - S500 - 160.000 ( cento e sessenta mil) litros - Manter em regime de comodato o tanque c/ capacidade de no mínimo 13.000 litros. BIPARTIDO com duas bombas de abastecimento, filtros e demais acessórios necessários para o abastecimento. Efetuar a instalação dos equipamentos (tanque, bomba e filtro), sem ônus e custos adicionais e prestando assistência técnica gratuita, enquanto durar o fornecimento. Entregas em caminhões tanque lacrados e aferidos pelo IMETRO. Entrega parcelada, mínimo 3.000 Lt.	LT	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA (6103)	Petrobrás	0	2.3080	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2014

Número do Registro de Preços: 43/2014		Data do Registro: 23/07/2014		Válido até: 23/07/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria da							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

2	Óleo Diesel - S10 - 40.000 (quarenta mil) litros - Manter em regime de comodato o tanque c/ capacidade de no mínimo 13.000 litros. BIPARTIDO com duas bombas de abastecimento, filtros e demais acessórios necessários para o abastecimento. Efetuar a instalação dos equipamentos (tanque, bomba e filtro), sem ônus e custos adicionais e prestando assistência técnica gratuita, enquanto durar o fornecimento. Entregas em caminhões tanque lacrados e atendidos pelo IMETRO. Entrega parcelada, mínimo 3.000 Lt.	LT	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA (6103)	Petrobrás	0	2,4400	1
---	---	----	--------------------------------------	-----------	---	--------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 43/2014		Data do Registro: 23/07/2014		Válido até: 23/07/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria da							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2014  
PROCESSO Nº 128/2014

(6103) - RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Schroeder, 23 de Julho de 2014.

Serra Alta

PREFEITURA

RREO - Anexo 1 3Bi

Município de SERRA ALTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
						SALDO A REALIZAR (a - c)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>						
RECEITAS CORRENTES	16.253.896,60	16.253.896,60	2.424.200,83	14,91	6.772.902,67	41,67
RECEITA TRIBUTÁRIA	15.218.896,60	15.218.896,60	2.214.709,08	14,55	6.048.043,84	39,74
IMPOSTOS	1.010.525,00	1.010.525,00	316.528,38	31,32	452.039,25	44,73
TAXAS	670.000,00	670.000,00	203.176,47	30,32	300.538,15	44,86
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	190.525,00	190.525,00	86.475,18	44,86	122.722,75	64,41
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	150.000,00	150.000,00	27.876,73	18,58	28.778,35	19,19
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	88.500,00	88.500,00	15.503,14	17,52	46.480,56	52,52
RECEITA PATRIMONIAL	252.000,00	252.000,00	10.045,78	3,99	8.486,00	3,37
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	252.000,00	252.000,00	10.045,78	3,99	8.486,00	3,37
RECEITA AGROPECUÁRIA	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	280.000,00	280.000,00	75.964,07	27,13	257.285,32	91,89
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.352.921,60	13.352.921,60	1.766.941,03	13,23	5.215.769,00	39,06
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.296.456,60	13.296.456,60	1.616.575,43	12,16	5.061.281,55	38,06
Transf. de Conv.	56.465,00	56.465,00	150.365,60	266,30	154.487,45	273,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	144.960,00	144.960,00	29.726,68	20,51	67.983,71	46,90
Multas e Juros de Mora	53.750,00	53.750,00	11.815,86	21,98	29.286,73	54,49
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.000,00	6.000,00	2.425,56	40,43	8.095,80	134,93
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	71.000,00	71.000,00	13.048,86	18,38	24.157,33	34,02
RECEITAS DIVERSAS	14.200,00	14.200,00	2.436,40	17,16	6.443,85	45,38
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.035.000,00</b>	<b>1.035.000,00</b>	<b>209.491,75</b>	<b>20,24</b>	<b>724.858,83</b>	<b>70,03</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	95.701,82	19,14	595.701,82	119,14
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	500.000,00	95.701,82	19,14	595.701,82	119,14
ALIEAÇÃO DE BENS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS MOVEIS	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	35.000,00	35.000,00	13.880,69	39,66	19.801,63	56,58
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	99.909,24	0,00	109.355,38	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	99.909,24	0,00	109.355,38	0,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>16.253.896,60</b>	<b>16.253.896,60</b>	<b>2.424.200,83</b>	<b>14,91</b>	<b>6.772.902,67</b>	<b>41,67</b>

Continua 1/3



Município de SERRA ALTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>16.253.896,60</b>	<b>16.253.896,60</b>	<b>2.424.200,83</b>	<b>14,91</b>	<b>6.772.902,67</b>	<b>41,67</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>181.021,54</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>16.253.896,60</b>	<b>16.253.896,60</b>	<b>2.424.200,83</b>	<b>14,91</b>	<b>6.953.924,21</b>	<b>41,67</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>888.814,67</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>509.632,93</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	888.814,67	—	—	509.632,93	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>16.253.896,60</b>	<b>1.204.616,54</b>	<b>17.458.513,14</b>	<b>1.764.969,84</b>	<b>8.700.576,33</b>	<b>2.085.372,88</b>	<b>6.953.924,21</b>	<b>39,83</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>13.080.646,60</b>	<b>148.449,20</b>	<b>13.229.095,80</b>	<b>1.503.044,06</b>	<b>6.433.094,92</b>	<b>1.814.092,05</b>	<b>4.875.232,52</b>	<b>36,85</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.487.600,00	127.429,58	5.615.029,58	908.390,97	2.325.694,81	906.783,09	2.311.931,56	41,17
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00	0,00	50.000,00	9.646,14	30.308,58	9.646,14	30.308,58	60,62
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.543.046,60	21.019,62	7.564.066,22	585.006,95	4.077.091,53	897.662,82	2.532.992,38	33,49
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.123.250,00</b>	<b>1.056.167,34</b>	<b>4.179.417,34</b>	<b>261.925,78</b>	<b>2.267.481,41</b>	<b>271.280,83</b>	<b>2.078.691,69</b>	<b>49,74</b>
INVESTIMENTOS	2.873.250,00	1.056.167,34	3.929.417,34	202.772,98	2.124.104,97	212.128,03	1.935.315,25	49,25
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	250.000,00	0,00	250.000,00	59.152,80	143.376,44	59.152,80	143.376,44	57,35
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>16.253.896,60</b>	<b>1.204.616,54</b>	<b>17.458.513,14</b>	<b>1.764.969,84</b>	<b>8.700.576,33</b>	<b>2.085.372,88</b>	<b>6.953.924,21</b>	<b>39,83</b>

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SERRA ALTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>16.253.896,60</b>	<b>1.204.616,54</b>	<b>17.458.513,14</b>	<b>1.764.969,84</b>	<b>8.700.576,33</b>	<b>2.085.372,88</b>	<b>6.953.924,21</b>	<b>10.504.588,93</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>16.253.896,60</b>	<b>1.204.616,54</b>	<b>17.458.513,14</b>	<b>1.764.969,84</b>	<b>8.700.576,33</b>	<b>2.085.372,88</b>	<b>6.953.924,21</b>	<b>10.504.588,93</b>

FONTE:  
SERRA ALTA, 23/07/2014

FRANCISCO ARTUR BOTH Prefeito Municipal	CLAIR FÁTIMA ANDREIS Contadora	CLEITON ALGAYER Controlador Interno
--	-----------------------------------	--

Município de SERRA ALTA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES/UBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.253.896,60	17.458.513,14	1.764.969,84	8.700.576,33	2.085.372,88	6.953.924,21	100,00	39,83	10.504.588,93
Legislativa	760.000,00	760.000,00	69.217,90	285.201,83	90.724,80	271.417,74	3,90	35,71	488.582,26
Ação Legislativa	760.000,00	760.000,00	69.217,90	285.201,83	90.724,80	271.417,74	3,90	35,71	488.582,26
Administração	2.356.875,00	2.356.875,00	294.373,33	1.018.285,94	275.304,94	822.959,82	11,83	34,92	1.533.915,18
Planejamento e Orçamento	601.875,00	601.875,00	97.859,68	385.401,11	111.913,89	336.558,07	4,83	55,75	266.316,93
Administração Geral	1.605.000,00	1.605.000,00	196.513,65	632.884,83	163.391,05	487.401,75	7,01	30,37	1.117.598,25
Ordenamento Territorial	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Segurança Pública	130.000,00	137.836,52	2.513,11	10.403,94	2.413,11	10.303,94	0,15	7,48	127.532,58
Policimento	130.000,00	137.836,52	2.513,11	10.403,94	2.413,11	10.303,94	0,15	7,48	127.532,58
Assistência Social	768.035,00	875.729,92	110.029,83	305.084,47	118.946,39	264.879,41	3,81	30,25	610.850,51
Assistência à Criança e ao Adolescente	196.140,00	196.140,00	6.999,01	15.689,01	10.744,51	15.689,01	0,23	8,00	180.450,99
Assistência Comunitária	571.895,00	679.589,92	103.030,82	289.395,46	108.201,88	249.190,40	3,58	36,67	430.399,52
Saúde	2.781.782,50	2.883.212,44	300.301,58	1.712.913,53	416.892,48	1.253.856,45	18,03	43,49	1.629.355,99
Atenção Básica	2.781.782,50	2.883.212,44	300.301,58	1.712.913,53	416.892,48	1.253.856,45	18,03	43,49	1.629.355,99
Educação	3.953.329,10	4.008.064,11	439.935,65	1.600.180,63	497.060,66	1.369.035,18	19,69	34,16	2.639.028,93
Alimentação e Nutrição	180.000,00	185.884,42	228,19	111.369,92	16.377,18	36.004,36	0,50	18,83	150.880,06
Ensino Fundamental	2.913.329,10	2.958.497,58	390.644,71	1.340.079,74	433.267,68	1.187.817,26	17,08	40,15	1.770.680,32
Educação Infantil	860.000,00	863.682,11	49.062,75	148.730,97	47.415,80	146.213,56	2,10	16,93	717.468,55
Cultura	197.500,00	197.500,00	10.967,66	70.090,22	32.952,66	51.404,22	0,74	26,03	146.095,78
Diffusão Cultural	197.500,00	197.500,00	10.967,66	70.090,22	32.952,66	51.404,22	0,74	26,03	146.095,78
Urbanismo	835.000,00	1.075.954,54	171.671,51	581.065,73	276.456,42	499.509,50	7,18	46,42	576.445,04
Infra-Estrutura Urbana	150.000,00	285.197,55	31.376,67	151.695,38	61.918,41	151.695,38	2,18	53,19	133.502,17
Serviços Urbanos	685.000,00	790.756,99	140.294,84	429.370,35	214.538,01	347.814,12	5,00	43,98	442.942,87
Habitação	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Habitação Urbana	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Agricultura	2.233.000,00	2.570.870,19	121.961,86	1.723.245,58	116.898,51	1.260.864,86	18,13	49,04	1.310.005,33
Extensão Rural	2.190.000,00	2.527.870,19	121.961,86	1.682.421,66	116.898,51	1.253.374,86	18,02	49,58	1.274.495,33
Transporte Rodoviário	43.000,00	43.000,00	0,00	40.823,92	0,00	7.490,00	0,11	17,42	35.510,00
Indústria	10.000,00	10.000,00	99,90	99,90	99,90	99,90	0,00	1,00	9.900,10
Promoção Industrial	10.000,00	10.000,00	99,90	99,90	99,90	99,90	0,00	1,00	9.900,10

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de SERRA ALTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.253.896,60	17.458.513,14	1.764.969,84	8.700.576,33	2.085.372,88	6.953.924,21	100,00	39,83
Transporte	1.678.375,00	1.994.759,15	113.816,22	1.046.837,17	165.240,55	899.003,34	12,93	45,07
Transporte Rodoviário	1.678.375,00	1.994.759,15	113.816,22	1.046.837,17	165.240,55	899.003,34	12,93	45,07
Desporto e Lazer	150.000,00	187.711,27	61.282,35	173.482,37	23.583,52	76.904,83	1,11	40,97
Desporto de Rendimento	150.000,00	187.711,27	61.282,35	173.482,37	23.583,52	76.904,83	1,11	40,97
Encargos Especiais	300.000,00	300.000,00	68.798,94	173.685,02	68.798,94	173.685,02	2,50	57,90
Serviço da Dívida Interna	300.000,00	300.000,00	68.798,94	173.685,02	68.798,94	173.685,02	2,50	57,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	16.253.896,60	17.458.513,14	1.764.969,84	8.700.576,33	2.085.372,88	6.953.924,21	100,00	39,83

FONTE:

SERRA ALTA, 23/07/2014

FRANCISCO ARTUR BOTH Prefeito Municipal	CLAIR FÁTIMA ANDREIS Contadora	CLEITON ALGAYER Controlador Interno
--	-----------------------------------	--

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

# Timbó

## PREFEITURA

### Ata Abertura de Envelopes Nº 3 - Concorrência N.º 48 2014 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES Nº 03 - CONCORRÊNCIA Nº. 48/2014 - PMT

Às nove horas, do vigésimo primeiro dia, do mês de julho de dois mil e catorze, (21/07/2014) na sala de reuniões do Timboprev, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger e representando a empresa Free Reichert Comunicação Ltda., o Sr. Rogério Teófilo da Silva, representando a empresa Agência Trilha Publicidade e Propaganda Ltda. - ME, o Sr. Felipe Tesche, e representando a empresa Sal Propaganda Ltda., o Sr. Leandro Bonk Sabino, representando a empresa Tempo Brasil Comunicação e Design Ltda., o Sr. Adriano Cordeiro Pereira, e representando a empresa SINGULAR COMUNICAÇÃO LTDA., Sr. Marcio Sodré Nunes, não estando credenciado, conforme consta na ata de abertura dos envelopes nº 01 e nº 02. Aberta a sessão a Senhora Presidente informou aos presentes do equívoco na Ata da sessão pública do dia 16/06/2014, sendo que no sexto parágrafo onde se lê "...Os mesmos não foram rubricados nos termos do art. 9º, § 3º da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010", o correto é "... Os mesmos não foram rubricados nos termos do art. 11, § 3º da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010." Ato seguinte, foi verificada a inviolabilidade dos envelopes nº 03. Proposta Técnica - Plano de Comunicação Publicitária e Conjunto de Informações Referentes ao Proponente". A Senhora Presidente passou para abertura dos envelopes nº 03, colocando à disposição dos membros da Comissão e representantes presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos neles contidos. Na sequência, de acordo com o item 11.6 do Edital, a Comissão passou para o cotejo entre as vias identificadas e não identificadas do plano de comunicação publicitária para averiguação de sua autoria, juntando à documentação as notas de cada quesito e respectivas justificativas. Essa documentação foi passada novamente aos licitantes presentes para análise. Em seguida, passou-se a análise das pontuações atribuídas a cada um dos quesitos de cada proposta técnica, conforme segue abaixo:

EMPRESA	Quesito	Pontuação final por quesito	Pontuação geral
VIVAZ COMUNICAÇÃO EFICIENTE	Raciocínio básico	9,90	37,00
	Estratégia de Comunicação publicitária	0,00	
	Ideia criativa	0,00	
	Estratégia de mídia	11,20	
	Repertório	9,30	
	Relatos de soluções de problemas de comunicação	6,60	

EMPRESA	Quesito	Pontuação final por quesito	Pontuação geral
EDSON ANTONIO BRITENBACH (PRODIZ COMUNICAÇÃO)	Raciocínio básico	12,00	90,05
	Estratégia de Comunicação publicitária	18,00	
	Ideia criativa	23,25	
	Estratégia de mídia	18,60	
	Repertório	8,60	
	Relatos de soluções de problemas de comunicação	9,60	

EMPRESA	Quesito	Pontuação final por quesito	Pontuação geral
FREE Reichert Comunicação Ltda.	Raciocínio básico	12,45	79,55
	Estratégia de Comunicação publicitária	14,60	
	Ideia criativa	19,00	
	Estratégia de mídia	14,60	
	Repertório	9,30	
	Relatos de soluções de problemas de comunicação	9,60	

EMPRESA	Quesito	Pontuação final por quesito	Pontuação geral
Agência Trilha Publicidade e Propaganda Ltda. - ME	Raciocínio básico	8,40	71,80
	Estratégia de Comunicação publicitária	17,20	
	Ideia criativa	19,00	
	Estratégia de mídia	10,60	
	Repertório	9,30	
	Relatos de soluções de problemas de comunicação	7,30	

EMPRESA	Quesito	Pontuação final por quesito	Pontuação geral
VALE MAIS COMUNICAÇÃO LTDA.	Raciocínio básico	12,90	77,25
	Estratégia de Comunicação publicitária	13,20	
	Ideia criativa	18,25	
	Estratégia de mídia	14,60	
	Repertório	9,00	
	Relatos de soluções de problemas de comunicação	9,30	

EMPRESA	Quesito	Pontuação final por quesito	Pontuação geral
Tempo Brasil Comunicação e Design Ltda.	Raciocínio básico	9,90	41,70
	Estratégia de Comunicação publicitária	0	
	Ideia criativa	0	
	Estratégia de mídia	13,20	
	Repertório	9,30	
	Relatos de soluções de problemas de comunicação	9,30	

EMPRESA	Quesito	Pontuação final por quesito	Pontuação geral
Sal Propaganda Ltda.	Raciocínio básico	10,95	43,85
	Estratégia de Comunicação publicitária	0	
	Ideia criativa	0	
	Estratégia de mídia	14,60	
	Repertório	9,30	
	Relatos de soluções de problemas de comunicação	9,00	

EMPRESA	Quesito	Pontuação final por quesito	Pontuação geral
DOSS PROPAGANDA LTDA.	Raciocínio básico	8,40	28,30
	Estratégia de Comunicação publicitária	0	
	Ideia criativa	0	
	Estratégia de mídia	4,00	
	Repertório	7,30	
	Relatos de soluções de problemas de comunicação	8,60	

EMPRESA	Quesito	Pontuação final por quesito	Pontuação geral
SINGULAR COMUNICAÇÃO LTDA.	Raciocínio básico	8,40	73,00
	Estratégia de Comunicação publicitária	15,20	
	Ideia criativa	21,50	
	Estratégia de mídia	18,60	
	Repertório	9,30	
	Relatos de soluções de problemas de comunicação	0	

Em relação às empresas DOSS PROPAGANDA LTDA e SINGULAR COMUNICAÇÃO LTDA., apesar de serem atribuídas pontuações, a mesmas foram desclassificadas pela Subcomissão Técnica, conforme ata do dia 16/07/2014 abaixo transcrito:

Da análise dos documentos pela Subcomissão, conclui-se pela desclassificação das seguintes propostas técnicas:

Conjunto de Informações Referentes ao Proponente:

- Proposta iniciada com a seguinte frase: Grubas - Atender a uma grande indústria...

Justificativa: No relato sobre a Churrascaria Ataliba identificou-se como sendo a Agência Singular Comunicação, em desacordo, portanto, com o Edital e a legislação.

- Proposta iniciada com a seguinte frase: Relatos de solução de problemas de comunicação (cases histories) - 1-Cliente: Diani Modas....

Justificativa: em todas as peças do repertório informou o nome da equipe técnica da agência responsável pelos trabalhos, o que ensaie a identificação da empresa, além de ter apresentado número superior ao limite de cases, sendo que o estabelecido no Edital era de no máximo 03, e a empresa apresentou 05, em desacordo, portanto, com o Edital e a legislação.

Aberta a palavra, todos os presentes solicitaram a disponibilização via e-mail dos documentos contidos no envelope nº 01, bem como as justificativas das notas atribuídas de todas as empresas participantes do certame. Ato seguinte, a Comissão de Licitação suspendeu a sessão para elaboração de planilha de classificação. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e pelos representantes legais presentes. Registre-se, publique-se, intemem-se.

CARMELINDE BRANDT Presidente	PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO Secretária
ALINE BURGER Membro	Free Reichert Comunicação Ltda
Agência Trilha Publicidade e Propaganda Ltda. - ME	TEMPO BRASIL COMUNICAÇÃO E DESIGN LTDA.
SINGULAR COMUNICAÇÃO LTDA	Sal Propaganda Ltda

### Ata Chamada Pública N.º 03 2014 PMT

PREFEITURA DE TIMBÓ

ATA DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

CHAMADA PÚBLICA Nº. 03/2014 PMT

Às oito horas e trinta e cinco minutos, do vigésimo terceiro dia do mês de julho de dois mil e quatorze, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 792, de 02 de janeiro de 2014, sob a presidência da Sra. Pamela Aparecida Campregher Floriano (designada conforme Portaria de substituição nº 1.228, de 22 de julho de 2014), e membros Aline Burger e Andrea Taíse Franz, estando presentes o fornecedor Rodrigo Kertischka, representando os fornecedores Clenio Seifert e Sebastião Nunes Seifert, o Sr. Marcelo Nunes Seifert e, representando o fornecedor Leopoldo Pasquali, a Sra. Rosana Maria Ferrari. Entregaram, tempestivamente, os envelopes de Documentação/Habilitação e Proposta os seguintes fornecedores: CLENIO SEIFERT (CPF 827.251.529-68) e SEBASTIÃO NUNES SEIFERT (CPF 004.302.749-04), RODRIGO KERTISCHKA (CPF 046.220.379-47), MARCIANO GIOVANELLA (CPF 008.756.579-07), LEOPOLDO PASQUALI (CPF 216.953.429-68) e, COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE RIO DOS CEDROS - COOPERCEDROS (CNPJ 04.648.417/0001-16), conforme tabela abaixo:



ITEM	DESCRIÇÃO	FORNECEDOR	QUANTIDADE	VALOR UNIT.
1	Couve-flor	Marciano Giovanella	1.026 und	R\$ 2,81
2	Maçã	Sebastião Nunes Seifert	4.651 kg	R\$ 4,30
2	Maçã	Clenio Seifert	2.289 kg	R\$ 4,30
3	Leite	Cooperativa Agroindustrial de Rio dos Cedros - COOPERCEDROS	30.593 litro	R\$ 1,90
5	Banana cati	Leopoldo Pasquali	9.390 kg	R\$ 1,20
6	Banana branca	Leopoldo Pasquali	2.250 kg	R\$ 1,80
7	Repolho	Rodrigo Kertischka	1.036 und	R\$ 3,50
8	Cenoura	Rodrigo Kertischka	2.030 kg	R\$ 3,80

Em análise aos documentos de habilitação, verificou-se que existem pendências em relação à Certidão Negativa de Débitos Estaduais do fornecedor Cooperativa Agroindustrial de Rio dos Cedros - COOPERCEDROS, nesse sentido, levando em consideração ser este o único licitante fornecedor de leite, abre-se o prazo de oito dias úteis para apresentação da referida CND regularizada, nos termos do que dispõe o § 3º do art. 48 da Lei nº 8.666/1993. No mesmo sentido, em análise aos documentos de habilitação dos fornecedores de maçã, Sebastião Nunes Seifert e Clenio Seifert, verificou-se que as declarações apresentadas não estão de acordo com a exigência do item 4.2.5.1, letra "c" do Edital (Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 32, da Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013, assinada por representante legal da empresa), levando em consideração serem estes os únicos licitantes fornecedores de maçã, abre-se o prazo de oito dias úteis para apresentação da declaração em conformidade com as exigências do Edital, nos termos do que dispõe o § 3º do art. 48 da Lei nº 8.666/1993. Em análise aos documentos de proposta, verificou-se que o fornecedor de repolho e cenoura, Sr. Rodrigo Kertischka apresentou valor acima do valor máximo estabelecido no Edital, estando, portanto, desclassificado. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e pelos representantes legais presentes.

Timbó (SC), 23 de julho de 2014

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO Presidente	ANDREATAÍSE FRANZ Membro
ALINE BURGER Membro	Rodrigo Kertischka

## Ata de Classificação - Concorrência N.º 48 2014 PMT

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CLASSIFICAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº. 48/2014 - PMT

Às catorze horas, do vigésimo primeiro dia, do mês de julho de dois mil e catorze, (21/07/2014) no auditório da Prefeitura de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger a fim de dar continuidade na elaboração da planilha de classificação das empresas participantes da Concorrência nº 48/2014 - PMT. Os representantes das empresas que estiveram presentes na sessão anterior (abertura envelopes nº 03), apesar de devidamente informados da continuidade no procedimento, não compareceram nesta sessão de classificação. Dá análise das notas atribuídas, chegou-se a seguinte Ordem de Classificação das licitantes, nos termos do item 11.12 do Edital e art. 11, inc. VII, alínea "d" da Lei 12.232/2010:

Ordem de Classificação	EMPRESA	Pontuação geral -classificação
1º	EDSON ANTONIO BRITENBACH (PRODIZ COMUNICAÇÃO)	90,05
2º	FREE Reichert Comunicação Ltda.	79,55
3º	VALE MAIS COMUNICAÇÃO LTDA.	77,25
4º	Agência Trilha Publicidade e Propaganda Ltda. - ME	71,80

Nos termos do item 11.10 do Edital, seguem abaixo relação de empresas desclassificadas em razão de ter obtido pontuação inferior a 60%:

EMPRESA	Pontuação Geral
Sal Propaganda Ltda.	43,85
Tempo Brasil Comunicação e Design Ltda.	41,70
VIVAZ COMUNICAÇÃO EFICIENTE	37,00

Importante destacar que, conforme consta na ata de abertura dos envelopes nº 03, as empresas DOSS PROPAGANDA LTDA e SINGULAR COMUNICAÇÃO LTDA., apesar de serem atribuídas pontuações, as mesmas foram desclassificadas pela Subcomissão Técnica, conforme ata do dia 16/07/2014 abaixo transcrito:

Da análise dos documentos pela Subcomissão, conclui-se pela desclassificação das seguintes propostas técnicas:

Conjunto de Informações Referentes ao Proponente:

- Proposta iniciada com a seguinte frase: Grubas - Atender a uma grande indústria...

Justificativa: No relato sobre a Churrascaria Ataliba identificou-se como sendo a Agência Singular Comunicação, em desacordo, portanto, com o Edital e a legislação.

- Proposta iniciada com a seguinte frase: Relatos de solução de problemas de comunicação (cases histories) - 1-Cliente: Diani Modas....

Justificativa: em todas as peças do repertório informou o nome da equipe técnica da agência responsável pelos trabalhos, o que enseja a identificação da empresa, além de ter apresentado número superior ao limite de cases, sendo que o estabelecido no Edital era de no máximo 03, e a empresa apresentou 05, em desacordo, portanto, com o Edital e a legislação.

Conforme solicitado pelos representantes que estiveram presentes na sessão anterior (abertura dos envelopes nº 03) os documentos

contidos nos envelopes nº 01, bem como as justificativas da Subcomissão Técnica, serão devidamente digitalizados e encaminhados via e-mail. Posteriormente, todos os documentos referentes a este certame licitatório serão encaminhados ao Setor de Licitações, para organização, encadernação e numeração. Os documentos estarão disponíveis também às empresas que não estiveram presentes na sessão, mediante solicitação, junto ao Setor de Licitações. Ficam desde já as empresas intimadas acerca da classificação e desclassificação das propostas técnicas para, querendo apresentar recurso, nos termos da alínea "b" do inc. I, do art. 109 da Lei 8.666/93, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC). Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Registre-se, publique-se, intímem-se.

CARMELINDE BRANDT  
Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Secretária

ALINE BURGER  
Membro

## Tunápolis

### PREFEITURA

#### 1º Termo Aditivo ao Processo 97/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO PROCESSO Nº 97/2013  
1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO DE Nº 97/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS E A EMPRESA ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA-ME

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado a Prefeitura Municipal de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Secretário Municipal da Agricultura, juntamente com o funcionário responsável pelo programa, e de outro lado a empresa ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA-ME pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Maximo Pinheiro Lima, 59 CS 01B, no Município de Curitiba/PR, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.385.007/0001-18, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o processo administrativo nº 97/2013.

Acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao processo acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### Cláusula Primeira- Aditamento do item

Ao presente termo aditivo fica acrescido 800 doses de SÊMEN BOVINO do item nº 08 que será utilizado na execução do Programa de Inseminação Artificial desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Tunápolis - SC, de acordo com a justificava para a aquisição destas doses do Secretário Municipal da Agricultura anexa.

## Descrição valor e do item R\$

Especificação do objeto	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
<p>sêmen bovino da raça Holandês preto e branco com prova atualizada não inferior a dezembro de 2013, na base americana ( USDA ) ou equivalente "Interbull" com as seguintes características</p> <p>TPI = ou &gt; 1715  Leite = ou &gt; 730 lbs positivo  Proteína = &gt; 27 lbs  Gordura = ou &gt; 31 lbs  Confiabilidade p / produção = ou &gt; 89 %  Tipo = ou &gt; 1.58  Composto de úbere = ou &gt; 1.36  Composto de perna e pés = ou &gt; 0.55  Ângulo da Garupa menor &lt; 0.0  Altura úbere posterior = ou &gt; 2.0  Largura úbere posterior = ou &gt; 1.87  Caracterização leiteira = ou &gt; 1.39  Confiabilidade p / tipo = ou &gt; 85 %  Dificuldade de parto do touro = ou &lt; menor 8%  Dificuldade de parto das filhas = ou &lt; menor 9.9  Mortes ao nascer - touro = ou &lt; 8 %  Células somáticas = ou menor &lt; 3.06  Vida produtiva = ou &gt; 0.7  Que o touro não tenha em seu pedigree paterno shottle e goldwyn.</p>	800	11,42	9.136,00

Valor total por extenso: R\$ 9.136,00 (Nove mil cento e trinta e seis reais)

Cláusula Segunda As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis - SC, 22 de Julho de 2014.

Enoi Scherer                      Alfa Inseminação Artificial Ltda ME  
Prefeito Municipal              Contratada

Zeno Hammerschmidt  
Secretário Municipal da Secr.da Agricultura

Oscar V. Berwanger  
Func. Responsável pela Execução do Programa

## Vargem Bonita

## PREFEITURA

**Lei N.1007/2014**

Lei nº 1.007/2014, de 23 de julho de 2014.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber a todos os habitantes do município que o Poder Legislativo Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial à seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 03.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE  
UNIDADE 03.02 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO  
PROJETO ATIVIDADE 1.003 - Melhoramento de unidades Habitacionais Urbanas  
Modalidade 449000000000000000.0024.55 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 80.575,37

Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0024.55 - Transferências de Convênios - Outros - Transferências de Convênios do Estado, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 .....  
..... R\$ 80.575,37

Art. 2º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar à seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 03.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE  
UNIDADE 03.02 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

PROJETO ATIVIDADE 1.003 - Melhoramento de unidades Habitacionais Urbanas  
Modalidade 339000000000000000.0000.00 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 15.000,00

Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 03.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE  
UNIDADE 03.02 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

PROJETO ATIVIDADE 1.006 - Apoio para Instalação e Regularização de Loteamentos  
Modalidade 339000000000000000.0000.00 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 15.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 23 de julho de 2014.  
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios - DOM em 24/07/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO  
Secretária de Administração e Finanças

# Videira

## PREFEITURA

### Extrato de Termo Aditivo

Extrato de Termo Aditivo

Participantes: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP, com interveniência do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, a Polícia Militar de Videira com a interveniência do Órgão Executivo de Trânsito do Município de Videira.

Cláusula Primeira - Do Adiantamento: Fica prorrogado o Convênio, objeto deste Termo Aditivo, até 31 de março de 2015. Cláusula Segunda - Da Retificação: Ficam ratificadas, em todos seus termos, as demais cláusulas do Convênio original.

Signatários: César Augusto Grubba, pela SSP, Vanderlei Olívio Rosso, pelo DETRAN, Valdemir Cabral, pela PMSC, Wilmar Carelli pelo Município de Videira e Gilberto Luiz Boschetti pelo ORTRAVI.

Videira - SC, 30 de junho de 2014.

### Decreto Nº 11.197/14

DECRETO Nº 11.197/14, DE 22 DE JULHO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13 de 06 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social

01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.083 - Manutenção do CREAS

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0191.0 Aplicações Diretas 11.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 11.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação proveniente de recursos vinculados ao Fundo Nacional de Assistência Social e destinado ao Piso Fixo de Média Complexidade - MSE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de julho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretario de Administração

### Extrato de Publicação - Fasm

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL MEDICA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE VIDEIRA - FASM

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2011

Objeto: Locação de Software de Contabilidade para uso do FASM

Locador: FASM

Locatário: Betha Sistemas Ltda

Cláusula Primeira - O valor fixado para a locação do sistema fica reajustado pelo IGP-M acumulado no período de Julho/13 a Junho/2014, nos termos da Cláusula Terceira do instrumento originário, perfazendo a partir de 01/07/2014 o total mensal de R\$ 166,27 (Cento e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos), pela prestação de serviços de suporte técnico, será pago o valor de R\$ 71,26 (Setenta e um reais e vinte e seis centavos) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 0,71 (Setenta e um centavos) o KM rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$ 118,76 (Cento e dezoito reais e setenta e seis centavos) ao dia, apurado em solicitação de serviço, quando exigir a presença do técnico..

CLAUSULA SEGUNDA: Todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato nº 002/2011, continuam em vigor sem qualquer alteração e aqui ratificadas expressamente, respeitando-se tão somente as modificações introduzidas por este instrumento.

Videira, 01 de Julho de 2014.

Vilso Vanz

Presidente do FASM

### Retificação Pregão Presencial Nº 88/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2014 - PMV

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica alterada a especificação constante do item 01 do Lote 01, e também as cláusulas 1.2 no Edital do Pregão Presencial nº 98/2014-PMV, o qual tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE ELETROELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA USO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA E POLICIA MILITAR. Tendo em vista que as alterações do edital implicam nas condições de participação das possíveis empresas interessadas, o mesmo fica republicado com as devidas correções nos mesmos meios onde foi dada a publicidade inicial, em nova data de abertura do certame para o dia 08 de agosto de 2014 às 09:00 horas. O Edital retificado está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 8:00h às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 23 de julho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 0795/14**

PORTARIA nº 0795/14

Remove servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº 129/12, e ainda à vista do contido no Processo Administrativo nº 8160/2014 e na Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Finanças;

**RESOLVE**

Art. 1º Remover, a partir de 01 de junho de 2014, a servidora MARIA ANGÉLICA VANZ, ocupante do cargo efetivo de Contadora, da Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2014.

Videira, 20 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**Edital de Convocação Nº 041/14 - C P 001/2014 - ESF**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 041/14

CONCURSO PÚBLICO 001/2014 - ESF

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação deste Edital, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o emprego público para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público para Emprego Público - Edital nº 001/2014:

CONVOCADA

EMPREGO

DECRETO NOMEAÇÃO

ANDRÉIA FREITAS

ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - ESF

11.196/14, DE 21/07/2014

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Comprovante de Residência;
- e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado

de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;

g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);

h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);

i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

a) Avaliação Cardiológica;

b) Avaliação Neurológica;

c) RX Tórax;

d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;

e) Hemograma;

f) VDRL;

g) ABO RH;

h) Glicemia;

i) Ex. Quant. Urina;

j) EPF;

k) Avaliação Audiométrica;

l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;

m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Edital.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 21 de julho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 11.196/14**

DECRETO Nº 11.196/14, DE 21 DE JULHO DE 2014.

Nomeia Atendente de Consultório Dentário

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, ANDRÉIA FREITAS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2014, homologado em 16 de junho de 2014, para exercer o emprego público de Atendente de Consultório Dentário - Estratégia Saúde da Família, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração



de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de julho de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Portaria Nº 0857/14**

PORTARIA nº 0857/14  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 11.288/2014,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a NERCI DE LARA, Zeladora, de 01 de setembro de 2014 até 01 de dezembro de 2014, referente ao quinquênio de 01 de julho de 2009 até 16 de julho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2014.

Videira, 22 de julho de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Portaria Nº 0858/14**

PORTARIA nº 0858/14  
Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 11501/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Designar as servidoras, PATRICIA MARQUES DE LIMA, MÁRCIA REGINA VANZ e MIRIAM PASTORE VIECELLI para, sob a presidência da primeira, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 11501/14.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de julho de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Portaria Nº 0856/14**

PORTARIA nº 0856/14

Nomeia Comissão Especial para a Realização do Processo Seletivo nº 005/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Designar JUSSARA ZAMBOM, FRANCIELI APARECIDA VIZOLLI DE SOUZA e ROSANA DE FÁTIMA SOMENSI LOCATELLI, para comporem a Comissão Especial para a realização de todos os atos inerentes ao Processo Seletivo nº 005/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0828/14.

Videira, 21 de julho de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Portaria Nº 0854/14**

PORTARIA nº 0854/14  
Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 8934/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município,

Considerando a solicitação de substituição de membros feita pelo Presidente da Comissão de Sindicância, Sr. Mário Pedro Fontanella,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores, MÁRIO PEDRO FONTANELLA,



MÁRCIA REGINA VANZ e NOELI APARECIDA SAVIAN para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 8934/14.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 837/14.

Videira, 21 de julho de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0855/14**

PORTARIA nº 0855/14  
Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 8933/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município,

Considerando a solicitação de substituição de membro feita pelo Presidente da Comissão de Sindicância, Sr. Mário Pedro Fontanella,

RESOLVE

Art. 1º Designar as servidoras, MÁRIO PEDRO FONTANELLA, ADRIANO ZUFFO e MÁRCIA REGINA VANZ para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 8933/14.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0836/14.

Videira, 21 de julho de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0853/14**

PORTARIA nº 0853/14  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 10033/2014,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ANTONIO GIAZZONI, Torneiro Mecânico, de 18 de agosto de 2014 até 18 de setembro de 2014, referente ao quinquênio de 01 de julho de 1999 até 30 de junho de 2004.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 18 de agosto de 2014.

Videira, 21 de julho de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0851/14**

PORTARIA nº 0851/14  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 10356/2014,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ISABEL CRISTINA MOCCELINI, Professora, de 03 de setembro de 2014 até 03 de dezembro de 2014, referente ao quinquênio de 06 de março de 2008 até 05 de março de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de setembro de 2014.

Videira, 21 de junho de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0852/14**

PORTARIA nº 0852/14

Concede licença para tratar de assuntos particulares

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 194 da Lei Complementar nº 129/12, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 10422/2014,

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder, a pedido, licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a JACIR ANTONIO PEREIRA DA SILVA, Trabalhador Braçal, a partir de 1º de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2014.

Videira, 21 de julho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Decreto Nº 11.195/14**

DECRETO Nº 11.195/14, DE 21 DE JULHO DE 2014.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.123/14.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo Administrativo nº 11302/14,

**RESOLVE**

Art. 1º Torna sem efeito o Decreto nº 11.123/14, que nomeou ANA CLAUDIA LANZONI, para exercer o emprego público de Enfermeira - ESF, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de julho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Retificação Pregão Presencial Nº 98/2014 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2014 - PMV

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que ficam alteradas as especificações constantes dos itens 02 do Lote 01 e 19 e 20 do Lote 04, e também as cláusulas 1.5 e 6.5.3 no Edital do Pregão Presencial nº 98/2014-PMV, o qual tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO, PREVENTIVO DE INCÊNDIO E ADEQUAÇÃO PARA ACESSIBILIDADE NAS UNIDADES ESCOLARES E NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Tendo em vista que as alterações do edital implicam nas condições de participação das possíveis empresas interessadas, o mesmo fica republicado com as devidas correções nos mesmos meios onde foi dada a publicidade inicial, em nova data de abertura do certame para o dia 05 de agosto de 2014 às 15:30 horas. O Edital retificado está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 8:00h às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 23 de julho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

### Lei 1375

LEI Nº 1375, DE 08 DE JULHO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 11.986,10 (onze mil, novecentos e oitenta e seis reais e dez centavos), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária: 12.01 - Encargos Gerais

Projeto Atividade: 0.001 - Outros Encargos Gerais  
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.03.0055 CR (114)  
R\$ 412,94

Unidade Orçamentária: 12.01 - Encargos Gerais

Projeto Atividade: 0.001 - Outros Encargos Gerais  
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.03.0054 CR (111)  
R\$ 3.357,03

Unidade Orçamentária: 12.01 - Encargos Gerais

Projeto Atividade: 0.001 - Outros Encargos Gerais  
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.03.0000 CR (113)  
R\$ 5.216,13

Unidade Orçamentária: 12.01 - Encargos Gerais

Projeto Atividade: 0.001 - Outros Encargos Gerais  
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.03.0054 CR (112)  
R\$ 3.000,00  
TOTAL 11.986,10

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior nas fontes: 0055 - Recursos Polícia Civil - R\$: 412,94, 0054 - Recursos da Polícia Militar R\$: 6.357,03, 0000 - Recursos Ordinários (Conta Rádio Patrulha) - R\$: 5.216,13.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 08 de Julho de 2014.  
MAURO JUNES POLETTI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### LEI 1376

LEI Nº 1376, DE 08 DE JULHO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Unidade Orçamentária: 07.03 - Departamento dos Transportes

Projeto Atividade: 2.019 - Manter as Atividades do DMER  
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.1024 CR (117)  
R\$ 128.000,00  
TOTAL 128.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação oriundo dos convênios (TR) 1059/2014 e 1141/2014, na fonte de recursos de transferências de Convênios - Estado - 1024.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 08 de Julho de 2014.  
MAURO JUNES POLETTI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### LEI 1377

LEI Nº 1377, DE 18 DE JULHO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Unidade Orçamentária: 07.01 - Departamento de Urbanismo e Obras

Projeto Atividade: 2.020 - Manter os Serviços Urbanos  
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 CR (72)  
R\$ 20.000,00  
TOTAL 20.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Unidade Orçamentária: 06.02 - Departamento de Comércio, Indústria, Turismo e Serviços

Projeto Atividade: 1.005 - Incentivos Econômicos

Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0000 CR (69)

R\$ 20.000,00

TOTAL 20.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 18 de Julho de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### LEI 1378

LEI Nº 1378, DE 22 DE JULHO DE 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR BENS MÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º Os bens móveis pertencentes ao Patrimônio Público Municipal a seguir relacionados, ficam desafetados de suas destinações iniciais, declarados inservíveis e o Poder Executivo Municipal autorizado a aliená-los no estado de conservação em que se encontram:

ITEM	QUANTIDADE	NÚMERO DO PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO DOS BENS MÓVEIS
01	01	Placa 2082	CAMIONETA FIAT FREEMONT PRECISIO COR PRATA ANO DE FABRICAÇÃO 2011 MODELO 2012 COMBUSTÍVEL GASOLINA, PLACA MJN-2842.
02	01	Placa 339	VEÍCULO FORD FIESTA, ANO DE FABRICAÇÃO 2008 MODELO 2009, COR BRANCA, 05 PORTAS COMBUSTÍVEL TOTAL FLEX, PLACA MEV-4086.
03	01	Placa 1578	FIAT DUCATO MULTI JAEDI 16 LUGARES, COR BRANCA, ANO DE FABRICAÇÃO 2008 MODELO 2009, PLACA MGD-2599.
04	01	Placa 0513	TRATOR AGRICOLA MARCA JON DIER TRAÇÃO 4X4 ANO 2000, MODELO SLC 5700.
05	01	Placa 0510	TRATOR AGRICOLA MARCA JON DIER TRAÇÃO 4X4 ANO 2000, MODELO SLC 5700.

06	01	Placa 0537	MOTONIVELADORA MARCA HUBER WARCO 135. S. Nº DE SERIE D.11R. 41. ANO DE FABRICAÇÃO 1974.
07	01	Placa 598	RETROESCAVADEIRA MARCA JCB LINK 214 E - LE SERIE 4, ANO E MODELO 2003.
08	01	Placa 529	RETROESCAVADEIRA COM PÁ CARREGADEIRA NOVA DE FABRICAÇÃO NACIONAL, MARCA CASE, MODELO 580 SL 4 X 4, SÉRIE 3 AMARELA, CHASSI Nº N6AH04612
09	01	Placa 527	CAMINHÃO MARCA FORD F 14.000, COR AZUL, ANO DE FABRICAÇÃO 1.990, PLACA MAM-9319.
10	01	Placa 0506	ENSILADEIRA ESTACIONARIA DE FORRAGEM DA MARCA NOGUEIRA, ACOPLAVEL A TRATOR DE PNEUS.
11	01	Placa 1753	ENSILADEIRA ESTACIONARIA DE FORRAGEM DA MARCA NOGUEIRA, ACOPLAVEL A TRATOR DE PNEUS.
12	01	Placa 0500	COLHEITADEIRA DE FORRAGEM DA MARCA NOGUEIRA, ACOPLAVEL A TRATOR DE PNEU.
13	01	Placa 2990	TANQUE ESTACIONÁRIO EM AÇO INOX PARA COLETA DE LEITE A GRANEL CAPACIDADE DE 12.000 LITROS.
14	01	Placa 2991	TANQUE RODOVIÁRIO EM AÇO INOX PARA COLETA DE LEITE A GRANEL CAPACIDADE PARA 4.500 LITROS
15	01	Placa 2081	PALIO ATTRACTIVE 1.4 5 PT COR VERMELHA, COMBUSTÍVEL TOTAL FLEX ANO DE FABRICAÇÃO 2012 MODELO 2012, PLACA MJN-2922.
16	01	Placa 512	TRATOR AGRICOLA MARCA JON DIER TRAÇÃO 4X4 ANO 2000, MODELO SLC 5700.
17	01	Placa 1875	CAMIONETE SAVEIRO DE COR VERMELHA 1.6, ANO 2010, MODELO 2011, MARCA WOLKSWAGEN, PLACA MJR-2599.
18	01	Placa 1767	MESA 1,20MX0,68 STANDART
19	01	Placa 0824	CADEIRA ESTOFADA EM COURO, COM PERNAS EM ALUMÍNIO NA COR PRETA.
20	01	Placa 0072	CADEIRA FIXA COM ASSENTO, ENCOSTO E APOIO DE BRAÇOS ESTOFADOS NA COR VERMELHA, COM ESTRUTURA DE FERRO CROMADO
21	01	Placa 0181	CADEIRA FIXA COM ASSENTO, ENCOSTO E APOIO DE BRAÇOS ESTOFADOS NA COR VERMELHA, COM ESTRUTURA DE FERRO CROMADO.
22	01	Placa 0055	CADEIRA FIXA COM ASSENTO, ENCOSTO E APOIO DE BRAÇOS ESTOFADOS EM CORVIN COM ESTRUTURA DE FERRO CROMADO

23	01	Placa 0083	CADEIRA FIXA COM ASSENTO, ENCOSTO E APOIO DE BRAÇOS ESTOFADOS NA COR VERMELHA, COM ESTRUTURA DE FERRO CROMADO.
24	01	Placa 0041	SOFA REVESTIDO EM COURO NA COR MARRON, COM 6 PERNAS DE ALUMINIO, MEDINDO 1,53 X 0,60 X 0,62
25	01	Placa 0105	CADEIRA GIRATÓRIA COM ASSENTO ESTOFADO EM CORVIN NA COR PRETA COM ESTRUTURA DE FERRO CROMADO COM 5 PÉS DE RODINHAS DA FLEXFORM
26	01	Placa 0084	CADEIRA FIXA COM ASSENTO, ENCOSTO E APOIO DE BRAÇOS ESTOFADOS NA COR VERMELHA, COM ESTRUTURA DE FERRO CROMADO.
27	01	Placa 0140	CADEIRA FIXA COM ASSENTO, ENCOSTO E APOIO DE BRAÇOS ESTOFADOS NA COR VERMELHA, COM ESTRUTURA DE FERRO CROMADO.
28	01	Placa 0183	CADEIRA GIRATÓRIA ESTOFADA, NA COR PRETA, COM 5 RODINHAS
29	01	Placa 01708	CADEIRA GIRATÓRIA TIPO SECRETÁRIA MARCA MS, NA COR PRETA COM 05 RODINHAS.
30	01	Placa 0692	CADEIRA ESTOFADA EM COURO, COM PERNAS EM ALUMÍNIO NA COR MARRON.
31	01	Placa 0089	CADEIRA FIXA COM ASSENTO, ENCOSTO E APOIO DE BRAÇOS ESTOFADOS NA COR VERMELHA, COM ESTRUTURA DE FERRO CROMADO.
32	01	Placa 0180	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM COURO, NA COR VERMELHA, COM PERNAS METALICAS, COM APOIO PARA BRAÇOS.
33	01	Placa 0009	CADEIRA GIRATÓRIA REGULÁVEL COM ASSENTO E ENCOSTO DE PALHETA COM ESTRUTURA DE FERRO CROMADO COM CINCO PÉS DE RODINHAS DA FLEXFORM
34	01	Placa 0085	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM COURO, NA COR VERMELHA, COM PERNAS METALICAS, COM APOIO PARA BRAÇOS.
35	01	Placa 0073	CADEIRA FIXA COM ASSENTO, ENCOSTO E APOIO DE BRAÇOS ESTOFADOS EM CORVIN NA COR VERMELHA, COM ESTRUTURA DE FERRO CROMADO.
36	01	Placa 0016	CADEIRA FIXA COM ASSENTO, ENCOSTO E APOIO DE BRAÇOS ESTOFADOS EM CORVIN NA COR MARON COM ESTRUTURA DE FERRO CROMADO.

37	01	Placa 0087	CADEIRA FIXA COM ASSENTO, ENCOSTO E APOIO DE BRAÇOS ESTOFADOS EM CORVIN NA COR MARON COM ESTRUTURA DE FERRO CROMADO.
38	01	Placa 0054	CADEIRA FIXA COM ASSENTO, ENCOSTO E APOIO DE BRAÇOS ESTOFADOS EM CORVIN NA COR VERMELHA COM ESTRUTURA DE FERRO CROMADO.
39	01	Placa 189	AR CONDICIONADO AIR MASTER 10.000, MARCA CONSUL, NA COR CREME
40	01	Placa 0071	AR CONDICIONADO, CONSUL AIR MASTER 7500 NA COR CINZA
41	01	Placa 0091	AR CONDICIONADO CONSUL 10.000 BTU
42	01	Placa 0113	MAQUINA DE DATILOGRAFIA OLIVETTI-ET 1250 Nº SÉRIE 700510.
43	01	Placa 1217	RADIO, MARCA NKS SOUD COM CD.
44	01	Placa 0905	RADIO NKS COM CD.
45	01	Placa 1174	RADIO COM CD, MARCA NKS.
46	01	Placa 612	MONITOR POSITIVO 15 CTR COM TECLADO E ESTABILIZADOR ( FNDE/SECAD - PREGÃO 46/2006).
47	01	Placa 611	MICROCOMPUTADOR MARCA POSITIVO 80GB 512 MB, SERIE FC (FNDE/SECAD PREGÃO 46/2006).
48	01	Placa 01216	VIDEO CASSETE MARCA PANASONIC MONO SCAB. MU40 LB-S.
49	01	Placa 1663	ESTABILIZADOR MONOFÁSICO MARCA ENERMAX
50	01	Placa 1661	ESTABILIZADOR MONOFÁSICO MARCA ENERMAX
51	01	Placa 0133	IMPRESSORA HP DESKJET 5940, COLORIDA 6185 V.
52	01	Placa 0164	ARQUIVO CM 4 GAVETAS DE AÇO, NA COR CINZA, MEDINDO 0,67 X 1,33 X 0,47
53	01	Placa 1706	ARQUIVO DE AÇO CHAPA 24 COM 04 GAVETAS MARCA INCA

§ 1º A alienação foi precedida de avaliação, por Comissão constituída pelo Poder Executivo, com fim específico, conforme previsto no artigo 17 da Lei 8.666/93.

§ 2º Os bens relacionados serão alienados pela modalidade de leilão, atendendo-se ao disposto no art. 21 da Lei 8.666/93.

Art. 2º A receita proveniente da alienação será devidamente contabilizada na Prefeitura Municipal e aplicada na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina, SC, 22 de Julho de 2014.

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa



**LEI 1379**

LEI Nº 1379, DE 22 DE JULHO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Unidade Orçamentária: 06.01 - Departamento de Agricultura

Projeto Atividade: 1.004 - Investimentos na Agricultura, Agropecuária e Saneamento Rural

Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.1024 CR (116)

R\$ 55.000,00

TOTAL 55.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação oriundo do convenio (TR) 1152/2014, na fonte de recursos de transferências de Convênios - Estado - 1024.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 22 de Julho de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**LEI 1380**

LEI Nº 1380, DE 22 DE JULHO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 11.000,00 (onze mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Unidade Orçamentária: 07.03 - Departamento dos Transportes

Projeto Atividade: 2.019 - Manter as Atividades do DMER

Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.1024 CR (117)

R\$ 11.000,00

TOTAL 11.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação oriundo do convênio (TR) Nº 2822/2014, na fonte de recursos de transferências de Convênios - Estado - 01.1024.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 22 de Julho de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**LEI 1381**

LEI Nº 1381, DE 22 DE JULHO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Unidade Orçamentária: 07.03 - Departamento dos Transportes

Projeto Atividade: 2.019 - Manter as Atividades do DMER

Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.1024 CR (117)

R\$ 58.000,00

TOTAL 58.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação, oriundo do convênio (TR) Nº 2291/2014, na fonte de recursos de transferências de Convênios - Estado - 01.1024.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 22 de Julho de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa



**LEI 1382**

LEI Nº 1382, DE 22 DE JULHO DE 2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE XAVANTINA A RECEBER POR DOAÇÃO COM ENCARGOS, BENS MÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Município de Xavantina autorizado a receber os bens móveis abaixo especificados, através de doação com encargos, bem como a incorporá-los ao seu patrimônio:

I. Doação da União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de uma Motoniveladora, modelo 845B, cabine, marca Case, pintura castanho, combustível óleo diesel, chassi nº HBZN0845VEAF04076, motor nº 1241996.

II. Doação da União, por intermédio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, de um Veículo, marca/modelo Chevrolet SPIN LT, 5 portas, 5 lugares, motor 1.8L, ano/modelo 2014, chassi 9BGJB75Z0EB275261, placa QHB-6365.

Art. 2º Os encargos da doação de que trata o artigo anterior, estão constituídos nos termos de doação em anexo único desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 22 de Julho de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**LEI 1383**

LEI Nº 1383, DE 22 DE JULHO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Unidade Orçamentária: 07.03 - Departamento dos Transportes

Projeto Atividade: 2.019 - Manter as Atividades do DMER

Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.1124 CR (120)

R\$ 30.000,00

TOTAL 30.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de

arrecadação de convênio junto a Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, na fonte de recursos de transferências de Convênios - Estado - 01.1124.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 22 de Julho de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**DECRETO 066/2014**

DECRETO Nº 066/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.379, de 22 de Julho de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 49.999,98 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Unidade Orçamentária: 06.01 - Departamento de Agricultura

Projeto Atividade: 1.004 - Investimentos na Agricultura, Agropecuária e Saneamento Rural

Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.1024 CR (116)

R\$ 49.999,98

TOTAL 49.999,98

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação oriundo do convenio (TR) 1152/2014, na fonte de recursos de transferências de Convênios - Estado - 1024.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 22 de Julho de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**DECRETO 067/2014**

DECRETO Nº 067/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.380, de 22 de Julho de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 9.999,45 (nove mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos), na seguinte dotação orçamentária:  
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Unidade Orçamentária: 07.03 - Departamento dos Transportes

Projeto Atividade: 2.019 - Manter as Atividades do DMER

Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.1024 CR (117)

R\$ 9.999,45

TOTAL 9.999,45

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação oriundo do convênio (TR) Nº 2822/2014, na fonte de recursos de transferências de Convênios - Estado - 01.1024.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 22 de Julho de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

#### **DECRETO 068/2014**

DECRETO Nº 068/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.381, de 22 de Julho de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 54.900,00 (cinquenta e quatro mil e novecentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Unidade Orçamentária: 07.03 - Departamento dos Transportes

Projeto Atividade: 2.019 - Manter as Atividades do DMER

Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.1024 CR (117)

R\$ 54.900,00

TOTAL 54.900,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação, oriundo do convênio (TR) Nº 2291/2014, na fonte de recursos de transferências de Convênios - Estado - 01.1024.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 22 de Julho de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

#### **DECRETO 069/2014**

DECRETO Nº 069/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.383, de 22 de Julho de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Unidade Orçamentária: 07.03 - Departamento dos Transportes

Projeto Atividade: 2.019 - Manter as Atividades do DMER

Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.1124 CR (120)

R\$ 30.000,00

TOTAL 30.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação de convênio junto a Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, na fonte de recursos de transferências de Convênios - Estado - 01.1124.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 22 de Julho de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

#### **TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 47-2014 PMXV - BETTO**

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2014

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 47/2014 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2014 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa BETTO E VIEIRA MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 19.828.479/0001-87, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. Arlindo Cesar Vieira, portador do CPF nº 743.475.519-91, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 46/2014 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível prestação serviços de solda leve, solda pesada e torno para todos os departamentos, veículos e máquinas da frota do Município e Fundo Municipal de Saúde.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário em R\$	Especificação
1	350	HORAS	90,00	SERVIÇO DE HORA DE SOLDA LEVE A SER EXECUTADO POR EMPRESA NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA SENDO QUE A EMPRESA FORNECERÁ TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DA SOLDA BEM COMO SERÁ RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DAS PEÇAS QUE NECESSITAREM DO REPARO
2	350	HORAS	105,00	SERVIÇO DE HORA DE SOLDA PESADA A SER EXECUTADO POR EMPRESA NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA SENDO QUE A EMPRESA FORNECERÁ TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DA SOLDA BEM COMO SERÁ RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DAS PEÇAS QUE NECESSITAREM DO REPARO
3	350	HORAS	45,00	SERVIÇO DE HORA DE TORNO A SER EXECUTADO POR EMPRESA NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA SENDO QUE A EMPRESA FORNECERÁ TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TORNO BEM COMO SERÁ RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DAS PEÇAS QUE NECESSITAREM DO REPARO

#### Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 47/2014 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 23 de julho de 2014.

BETTO E VIEIRA MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA Arlindo Cesar Vieira	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
--	--

#### TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 47-2014 PMXV - FORMAGINI

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2014

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 47/2014 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2014 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa METALÚRGICA FORMAGINI LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 04.991.001/0001-04, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. Sedenir Formagini, portador do CPF nº 928.801.699-68, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 46/2014 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

#### Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível prestação serviços de solda leve, solda pesada e torno para todos os departamentos, veículos e máquinas da frota do Município e Fundo Municipal de Saúde.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Unitário em R\$	Especificação
4	200	HORAS	95,00	SERVIÇO DE HORA DE SOLDA LEVE A SER EXECUTADO POR EMPRESA NO DISTRITO DE LINHA DAS PALMEIRAS, MUNICÍPIO DE XAVANTINA, SENDO QUE A EMPRESA FORNECERÁ TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DA SOLDA BEM COMO SERÁ RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DAS PEÇAS QUE NECESSITAREM DO REPARO

5	200	HORAS	110,00	SERVIÇO DE HORA DE SOLDA PESADA A SER EXECUTADO POR EMPRESA NO DISTRITO DE LINHA DAS PALMEIRAS, MUNICÍPIO DE XAVANTINA, SENDO QUE A EMPRESA FORNECERÁ TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DA SOLDA BEM COMO SERÁ RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DAS PEÇAS QUE NECESSITAREM DO REPARO
---	-----	-------	--------	---

#### Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 47/2014 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 23 de julho de 2014.

METALÚRGICA FORMAGINI LTDA ME Sedenir Formagini	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
--	--

#### TP 05/2014 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 05/2014 PMXV

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços na estruturação de leilões públicos, para venda de bens inservíveis do Município de Xavantina/SC, com utilização de recursos de tecnologia da informação, por meio de plataforma de transação via web. Tipo: Menor Percentual de Cobrança/Arrematante. Prazo para protocolo dos envelopes: 25/08/2014, às 16:00 horas. Abertura da licitação: dia 26/08/2014, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 23 de julho de 2014.

MAURO JUNES POLETO,  
Prefeito Municipal.

# Xaxim

## PREFEITURA

### Portaria 1080

PORTARIA Nº 1080/2014.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, artigos 177 e seguintes da Lei Municipal nº 1729, de 26 de dezembro de 1994; e,

CONSIDERANDO, a possibilidade da danificação de bem público, cometida pelo servidor público J. M, de matrícula 4403;

CONSIDERANDO que, os fatos teriam ocorrido em final de semana, ou seja, em horário diverso e anormal ao expediente de trabalho, entre os dias 18/07 à 20/07;

CONSIDERANDO a possibilidade de bem público estar sendo usado em propriedade particular, sem autorização expressa de superior hierárquico, ou eventual pagamento pelo serviço realizado;

CONSIDERANDO que pode o servidor ter auferido benefício financeiro ou moral em virtude de uso do bem público;

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade e da moralidade, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

e,

CONSIDERANDO que esses fatos configuram, em tese, as infrações disciplinares previstas nos incisos I, VII, IX, XI do art. 168 da Lei 1.729/94, c/cos incisos I, VIII, XI, XIII, XV, XVII do art. 152 da mesma lei;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar processo Administrativo Disciplinar, para apurar eventual falta funcional praticada pelo Servidor Municipal J. M, acerca do fato acima relatado.

Art. 2º. Para presidir os trabalhos fica nomeada a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pelo primeiro:

I - Fabiane Paula GirotoRissi;

II - CatianeCurtarelli;

III - Pedro Rui Rodrigues;

Art. 3º Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias uteis para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 200, caput, do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 4º.Com base no art. 3º da Lei 1.729/94, e no art. 181, parágrafo único, do Estatuto dos Servidores Públicos, o servidor processado permanecerá afastado de suas atribuições, inicialmente pelo prazo de 15 (quinze) dias, sem prejuízo de sua remuneração, para assegurar a lisura do processo administrativo disciplinar, que apurará as supostas faltas funcionais com vistas a restaurar a regularidade da atividade administrativa (conforme dispõe o 'caput' do art. 37 da Constituição Federal), e em vista de que, eventual permanência do Processado na do exercício das funções, possa implicar tumulto na averiguação, interferência na instrução

processual e a possível interferência na colheita de provas.

Art. 5º.Determina-se à Comissão Processante o estrito cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no que pertine à condução do processo administrativo disciplinar, sobretudo no que diz respeito à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de julho de 2014.

IdacirAntonioOrso

Prefeito Municipal

Rodrigo VeriatoMorás

Secretário Municipal de Administração



**Zortéa****PREFEITURA****Lei Nº 0490/2014 de 09 de Abril de 2014 - Badesc**

LEI Nº 0490/2014 DE 09 DE ABRIL DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA - SANTA CATARINA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO JOSÉ FRANCESCKI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e na forma da lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo municipal autorizado a abrir no orçamento do Município de ZORTÉA - ESTADO DE SANTA CATARINA, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), para a suplementação dos seguintes programas:

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade: 02 - Diretoria de Serviços Públicos

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 538 - Conservação de Rodovias

Programa: 18 - Transportes

Atividade: 1009 - Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipam. Infraestrutura

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.00.00.00.0083 R\$ 370.000,00

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Agricultura

Unidade: 02 - Departamento de Agricultura

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 111 - Extensão Rural

Programa: 0019 - Promoção e Extensão Rural

Atividade: 1.018 - Aquisição de Máquinas, Equipam. e Implementos Agrícolas

ELEMENTO DE DESPESA - 4.4.90.00.00.00.0083 R\$ 130.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do Crédito Suplementar de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de Crédito autorizada pela Lei nº 0471/2013 de 28 de novembro de 2013.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º - O saldo da Operação de Crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício, deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Zortéa - SC, 09 de abril de 2014.

PAULO JOSÉ FRANCESCKI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 09 de abril de 2014.

ALESANDRA AP. CARNEIRO MAGRINELLI

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**Consórcios****CIGA****Extrato Contrato 323 - PGT - Itapoá**

Extrato de Contrato nº 323/2014

Contrato de Rateio - Programa de Gestão Tributária - Itapoá

CONTRATANTE: Município de Itapoá

CNPJ: 81.140.303/0001-01

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 01/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema de gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 11 de julho de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato Contrato 324 - PGT - Ponte Serrada**

Extrato de Contrato nº 324/2014

Contrato de Rateio - Programa de Gestão Tributária - Ponte Serrada

CONTRATANTE: Município de Ponte Serrada

CNPJ: 82.777.236/0001-01

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 008/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 05 de junho de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA



**CITMAR****Extrato do Segundo Termo Aditivo de Contrato Nº. 08/2012**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº. 08/2012

Contratado: EDER GIOVANI SAMBO. CNPJ - 13.450.370/0001-72  
Objeto do Termo Aditivo: CLÁUSULA PRIMEIRA - DA MANUTENÇÃO DO SISTEMA Considerando que o Parágrafo Primeiro da Cláusula Quarta do Contrato Principal informa que "após o prazo de 12 (doze) meses contados da data de entrega e aceite dos serviços ora contratados, o CITMAR deverá pagar o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) anuais, referentes à manutenção do aplicativo ora contratado, correndo por conta e risco do CONTRATADO a manutenção do referido sistema, bem como a utilização e padronização de sistemas mais atualizados disponíveis no mercado", e considerando ainda, o aumento no abjeto ora contratado, notadamente pelo estipulado na Cláusula Primeira deste Termo Aditivo, os contratantes tem por justo e acordado sobre o manutenção do sistema pelo seguinte: I - 02 (duas) atualizações dos aplicativos, podendo o CITMAR escolher as datas preferidas para a realização deste serviço dentro do período de vigência deste Termo Aditivo. Nesta manutenção/atualização será permitido a exclusão/inclusão/substituição de fotos, atrativos turísticos, meios de hospedagem, prestadores de serviços, estabelecimentos gastronômicos e textos, nas áreas já existentes. Qualquer outra modificação solicitada e não especificada neste item está sujeito a um orçamento à parte. II - Acompanhamento mensal, com envio de relatórios estatísticos de downloads e sugestões acerca do aplicativo. III - Ajustes nos aplicativos, para o caso de mudanças de versão dos sistemas iOS e Android, que consiste na revisão das funcionalidades dos aplicativos e possíveis correções das incompatibilidades apresentadas na versão atual do sistema, garantindo o perfeito funcionamento do aplicativo. IV - Hospedagem dos aplicativos nas lojas da Apple e da Google, incluindo as taxas obrigatórias e seus encargos. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR Para o período compreendido entre 27/06/2014 a 27/06/2015 o CITMAR pagará ao CONTRATADO pela manutenção do sistema o valor de R\$ 2.696,08 (dois mil e seiscentos e noventa e seis reais e oito centavos), adotando-se como base o IGPM dos últimos 12 (doze) meses, devendo o valor ser pago mediante apresentação de nota fiscal em nome da CITMAR e declaração de prestação de serviços. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Fica o presente contratado prorrogado, tendo sua vigência com efeitos retroativos a 27/06/2014 e findando em 27/06/2015, podendo ser novamente renovado, mediante a vontade das partes. CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA As despesas decorrentes do presente contrato serão custeadas pela dotação orçamentária vigente. Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 27 de junho de 2014.

Célio José Bernardino

Diretor Executivo CITMAR